UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

INTERNAR PARA EDUCAR
COLÉGIOS-INTERNATOS NO BRASIL (1840 – 1950)

SALVADOR – BA
2012

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

INTERNAR PARA EDUCAR
COLÉGIOS-INTERNATOS NO BRASIL (1840 – 1950)

Tese apresentada à Universidade Federal da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de doutor.

Área de concentração: História Social do Brasil

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lina Maria Brandão de Aras

SALVADOR – BA
2012

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

INTERNAR PARA EDUCAR
COLÉGIOS-INTERNATOS NO BRASIL (1840 – 1950)

Tese apresentada à Universidade Federal da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de doutor.

Aprovada pela comissão examinadora em 10 de dezembro de 2012.

Prof.ª Dr.ª Adriana Dantas Reis
(UEFS)

Prof.ª Dr.ª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
(UFS)

Prof.ª Dr.ª Iole Macedo Vanin
(UFBA)

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento
(UFS)

Prof.ª Dr.ª Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora)
(UFBA)

À Eveline e Beatriz.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que sempre atende as minhas súplicas.

A minha querida esposa Eveline e a minha filha Beatriz, pelo carinho, compreensão, incentivo e constante alegria.

À Universidade Federal de Sergipe, pelo tempo concedido para a realização desta pesquisa e pelo financiamento na participação em eventos científicos.

À Universidade Federal da Bahia, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em História.

À professora e orientadora Dr.ª Lina Maria Brandão de Aras, pelo acompanhamento que se iniciou desde o ingresso no doutorado, a liberdade a mim concedida para o desenvolvimento deste trabalho, as contribuições e as oportunas críticas e sugestões para a efetivação desta pesquisa, sobretudo pela confiança no meu trabalho.

Ao professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, pelo incentivo e apoio a mim concedidos para a continuação da qualificação acadêmica, pela participação na banca examinadora e por ser o responsável pela minha inserção no campo da pesquisa.

Às professoras Dr.ª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Dr.ª Adriana Dantas Reis e Dr.ª Iole Macedo Vanin, pela participação na banca examinadora.

À professora Dr.ª Edilece Souza Couto, pelas sugestões e questões suscitadas no exame de qualificação.

Aos professores Alda Britto da Motta, Gabriela dos Reis Sampaio e João José Reis, pelos ensinamentos ministrados nas disciplinas e pelas sugestões para a efetivação desta pesquisa.

Ao amigo Marco Alindo Amorim Melo Nery, pela discussão de ideias, o auxílio nas pesquisas de fontes no Rio de Janeiro e Salvador e pela companhia em eventos científicos.

A todos os colegas do doutorado, especialmente José Vieira, Joceneide Cunha, Sheyla Farias e Tatiane Oliveira, pela amizade, companhia e compartilhamento de ideias no decorrer do curso.

Aos colegas e amigos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

Ao professor Adilson Oliveira Almeida pela revisão textual e linguística do texto final.

Uma palavra, em suma, domina e ilumina os nossos estudos: compreender. Marc Bloch

RESUMO

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar.** Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950).
Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras.

Este estudo trata dos internatos na sociedade brasileira e, especialmente, sergipana, tomando como objeto os colégios-internatos, no período que se estende de 1840 a 1950. A pesquisa, utilizando abordagens culturais da história social, destaca os escolares na condição de internos (pensionistas), os espaços de internamento, as práticas culturais, os debates e as funções sociais dos internatos. A operação historiográfica consistiu em separar, reunir e transformar em documentos históricos as informações coletadas, efetuando os cruzamentos entre essas informações e/ou indícios encontrados. Para responder aos questionamentos propostos foram utilizadas fontes diversas, como relatórios, teses doutorais, almanaques, revistas, prospectos e estatutos de colégios, livros de viajantes, romances, entre outras. O internato brasileiro não ficou imune a críticas. Entre os problemas apontados pelos intelectuais, as condições físicas e de higiene do internato, especialmente os dormitórios, ocupavam um lugar de destaque. Os médicos, preocupados com questões higienistas, em suas teses de doutoramento do século XIX e início do século XX, alertavam para as insalubridades físicas e moral dos internatos e apresentavam propostas para o funcionamento higiênico destes. Os internatos foram defendidos e até utilizados na instrução pública, principalmente visando ao desenvolvimento do ensino secundário. Contudo, foi na instrução particular onde os internatos se desenvolveram utilizados por famílias ricas e médias da população para promover a instrução de seus filhos. Nos internatos, os estudantes encontravam cama, comida (pensionato) e instrução (aulas, repetições, exercícios suplementares e direção dos estudos). No século XIX, existiam pequenos internatos constituídos como uma empresa familiar e grandes internatos, instalados em casas residenciais adaptadas, em sobrados ou em prédios planejados para servirem como colégios-internatos, com vastos cômodos capazes de acomodar um grande número de pensionistas. Em Sergipe, no século XX, a história dos internatos é marcada pela permanência de pequenos internatos de organização “familiar” e pelo surgimento de colégios-internatos instalados em prédios adaptados ou em edifícios-internatos. Enfim, a educação dispensada nos internatos, apesar das críticas desfavoráveis, serviu como estratégia educativa de famílias ricas e classes médias e estabeleceu distinção a esses segmentos sociais por meio de constante formação de princípios culturais que contribuíram para a perpetuação de privilégios de classe.

Palavras-chave: história. internato. educação. colégios. higiene.

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Being brought up as a resident student**. Boarding schools in Brazil (1840 – 1950).
Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras.

This study is about boarding schools in Brazilian society and especially, sergipana society, taking as an object the boarding schools, from 1840 to 1950. The research which uses cultural approaches of social history emphasizes the scholars under the condition of resident students (pensioner), the spaces in boarding schools, the cultural practices, the debates and the boarding school students' social jobs. The historical operation consisted of separating, organizing and transforming the collected information into historical documents, and crosschecking such information with other facts found. As to answer the proposed questions several sources were used like reports, doctors' dissertations, almanacs, magazines, prospects, schools' internal rules, travelers' books, novels, among others. The Brazilian boarding school system was also criticized. Among the problems mentioned by intellectuals, the boarding school's physical and hygiene conditions, especially the dormitories were on spot. The doctors, worried about hygiene aspects, in their doctorate dissertations from XIX century and beginning of XX century, used to mention the resident students' physical and moral hazards and they used to propose suggestions for a better hygienic environment. The resident students were defended as well as used in public instruction, mainly aiming at developing the secondary schools teaching. However, it was in private instruction where resident students developed themselves used by rich and middle-class families' population to promote their children's education. In the boarding schools, the scholars used to have accommodation, food and instruction (classes, repetitions, supplementary exercises and instructions on how to study). In the XIX century, there were small boarding houses like a family company and big boarding schools, located in adapted houses, old houses or buildings planned to be used like boarding schools with a lot of rooms which could house a great number of pensioners. In Sergipe, in the XX century, the boarding houses' history is characterized by the existence of small family boarding houses and by the appearance of boarding schools located in adapted buildings or in boarding school buildings. So, education given to boarding schools students, despite the unfavorable criticism, served like an educational strategy of rich and middle-class families and established a distinction to such social groups through constant development of cultural principles which contributed to the class privileges perpetuation.

Keywords: history; boarding school; education; schools; hygiene.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capas de Teses Doutorais da FAMERJ e FAMEB.....60
Figura 2 – Anúncio do “Externato Aquino” no Almanak Laemmert (1869).....67
Figura 3 – Anúncio do Colete Pompadour da Madame Perret Collard no Almanak Laemmert...,.....77
Figura 4 – Ilustração do Hotel Pharoux – Rio de Janeiro.....102
Figura 5 – Anúncios de diversos tipos de banhos públicos na Corte do Rio de Janeiro (1868).....103
Figura 6 – Anúncios de diversos tipos de banhos públicos na Corte do Rio de Janeiro (1885).....103
Figura 7 – Anúncios de banhos público em Aracaju (1876).....103
Figura 8 – Anúncio de um internato feminino no Almanak Laemmert (1869).....115
Figura 9 – Anúncio do Colégio Abílio da Corte no Almanak Laemmert (1876).....126
Figura 10 – Sobrado na Praça da Constituição, 49 (antigo Largo do Rocio) onde funcionou o Colégio São Francisco de Paula (1873).....135
Figura 11 – Litografia do Colégio Hitchings em Botafogo – Rio de Janeiro.....138
Figura 12 – Colégio de Meninas Francês, Português da Sra. Baronesa de Geslin – Rio de Janeiro, Rua do Príncipe do Catete, 25.....140
Figura 13 – Fachada e planta baixa de uma Grande Casa de Campo, onde funcionou o Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara – Rio de Janeiro.....142
Figura 14 – Litografia Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara – Rio de Janeiro.....143
Figura 15 – Edifício-Internato do Colégio da Imaculada Conceição em 1872 – Rio de Janeiro.....144
Figura 16 – Ilustração do dormitório do internato do Colégio Abílio da Corte.....145
Figura 17 – Anúncio de loja de piano no Almanak Laemmert (1856).....163
Figura 18 – Ilustração da prática da natação no internato do Colégio Abílio da Corte.....168
Figura 19 – Ginásio do “Colégio de Meninos” Menezes Vieira – Rio de Janeiro (1879).....170
Figura 20 – Anúncio de loja de vestimentas na Corte Imperial – enxovais para colegiais (1874).....183
Figura 21 – Figura 21 – Anúncio do Colégio Público de Laranjeiras – Internato (1856).....211
Figura 22 – Anúncio de pensionato em Aracaju para alunos do interior da província (1881)..... 225
Figura 23 – Anúncio de internato – São Cristóvão (1842).....227
Figura 24 – Anúncio do Colégio Parthenon Sergipense (1880).....233
Figura 25 – Aspecto dos bondes elétricos em trecho da Rua João Pessoa – Aracaju (1935).....246
Figura 26 – Anúncio do Colégio Maria Auxiliadora (1910).....253
Figura 27 – Anúncio do Colégio Abílio (Rio de Janeiro) no Jornal Correio de Aracaju (1910).....254
Figura 28 – Aspecto da Rua da Aurora – Aracaju (1930).....257
Figura 29 – Prédio do Colégio Patrocínio São José – Praça Tobias Barreto (Aracaju).....257
Figura 30 – Sobrado onde funcionava o Grêmio Escolar – Aracaju (1910).....259
Figura 31 – Fachada do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.....261

Figura 32 – Esquema do pavimento térreo – Colégio N. Sra. de Lourdes.....263
Figura 33 – Esquema do pavimento superior – Colégio N. Sra. de Lourdes.....264
Figura 34 – Desfile cívico – Colégio Tobias Barreto (batalhão colegial).....268
Figura 35 – Prédios do Colégio Tobias Barreto (Rua Pacatuba).....267
Figura 36 – Esquema do prédio I – Colégio Tobias Barreto.....269
Figura 37 – Esquema prédio II – Colégio Tobias Barreto.....270
Figura 38 – Fachada dos prédios I e II – Colégio Tobias Barreto (1933).....271
Figura 39 – Prédio III – Colégio Tobias Barreto e Prédio IV – Colégio Tobias Barreto.....272
Figura 40 – Fachada de casa ocupada pelo Colégio Tobias Barreto.....272
Figura 41 – Vista parcial do dormitório dos pensionistas maiores – prédio I (1950).....274
Figura 42 – Esquema do prédio IV – Colégio Tobias Barreto.....275
Figura 43 – Esquema do prédio II – Colégio Tobias Barreto.....277
Figura 44 – Vista parcial do refeitório do Colégio Tobias Barreto (prédio II).....277
Figura 45 – Situação espacial dos prédios do Colégio Tobias Barreto (1950).....278
Figura 46 – Fachada do Colégio N. Sra. das Graças – Propriá.....281
Figura 47 – Dormitório do Colégio Imaculada Conceição – Capela.....282
Figura 48 – Banda de música do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora (Aracaju).....286

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ).....61
Quadro 2 – Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB).....62
Quadro 3 – Relação de professores de Colégios-Internatos da Corte Imperial do Rio de Janeiro(1871) 119
Quadro 4 – Colégios-Internatos Masculinos na Corte Imperial – Almanak Laemmert (1850-1888)..128
Quadro 5 – Colégios-Internatos Femininos na Corte Imperial – Almanaque Laemmert (1850-1888) 129
Quadro 6 – Frequência nos estabelecimentos públicos e particulares de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte – 1870.....130
Quadro 7 – Matrículas na Instrução Primária nos estabelecimentos públicos e particulares – por freguesias do Município da Corte – 1887.....131
Quadro 8 – Disciplinas dos programas de Colégios de Meninas – Corte Imperial do Rio de Janeiro.....158
Quadro 9 – Matrículas na Instrução Primária e Secundária – Colégios Femininos do Município da Corte 1865).....164
Quadro 10 – Matrículas na Instrução Primária e Secundária – Colégios Masculinos do Município da Corte (1865).....166
Quadro 11 – Matrículas na Instrução Secundária, por matéria, nos estabelecimentos públicos e particulares do Município da Corte (1872).....168
Quadro 12 – Resultados de Exames de Preparatórios – Inspetoria Geral do Município da Corte (dez/1865 – jan/1866).....172
Quadro 13 – Listas de Enxovais de Internatos Masculino e Feminino.....177
Quadro 14 – Itens de Listas de Enxovais de Internatos Masculinos e Femininos (1853-1879).....178
Quadro 15 – Pensões de Colégios-Internatos do Rio de Janeiro (1870).....185
Quadro 16 – Valores das “artes de recreio” (belas-artes) e línguas não compreendidas no valor da pensão dos internatos (1870).....186
Quadro 17 – Valores cobrados por internatos – lavagem de roupas, jóia de entrada e férias de Natal 189
Quadro 18 – Relação exemplificativa de meninos ou moços de engenhos enviados para colégios-internatos em outras províncias.....198
Quadro 19 – Internatos sergipanos na segunda metade do século XIX.....232
Quadro 20 – Relação de alunos egressos do Colégio Parthenon Sergipense.....234
Quadro 21 – Resultados nos Exames Gerais Públicos dos alunos do Colégio Parthenon Sergipense (1879 a 1882).....235

Quadro 22 – Horários e atividades no internato do Colégio Coração de Jesus.....240
Quadro 23 – Internatos sergipanos na primeira metade do século XX.....247
Quadro 24 – Situação espacial dos prédios do Colégio Tobias Barreto (1950).....280

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13
1 PRINCÍPIO DO INTERNATO.....23
1.1 Origens e influências da pedagogia de internar.....23
1.2 Questão do internato no Brasil.....33
1.3 Primórdios dos internatos na sociedade brasileira.....39
1.4 Defesa do internato na instrução pública.....48
2 O OLHAR DA MEDICINA SOBRE OS INTERNATOS.....59
2.1 Internatos no discurso médico-higiênico.....59
2.2 Diagnosticando os internatos.....69
2.3 "Vícios execrando" dos internatos.....80
2.4 Requisitos para um bom internato.....93
3 *RECLAMES* DE INTERNATOS.....113
3.1 Internatos nas páginas do "Almanak Laemmert".....113
3.2 "Lugar aprazível e salubre" "casa vasta e bem arejada".....132
3.3 Ingresso e a instrução nos internatos.....147
3.4 Enxovais de pensionistas de colégios.....176
3.5 Pensões e outros gastos com o internato.....184
4 SURGIMENTO DOS INTERNATOS EM SERGIPE (XIX).....193
4.1 Instrução em Sergipe no século XIX.....193
4.2 Internato e o ensino secundário público.....203
4.3 Internato e a centralização da instrução secundária.....214
4.4 Internato e a instrução particular.....225
4.5 A vida no internato.....235
5 INTERNATOS EM SERGIPE NO SÉCULO XX.....245
5.1 Permanências dos internatos.....245
5.2 Espaços dos internatos.....255
5.3 Espaço projetado: o edifício-internato do colégio Nossa Senhora de Lourdes.....260
5.4 Espaços adaptados: o internato do Colégio Tobias Barreto.....265
5.5 Internamento escolar em Sergipe.....279
CONCLUSÕES.....290
FONTES.....299
REFERÊNCIAS.....317

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo dos internatos na sociedade brasileira e sergipana, tomando como objeto os colégios-internatos, no período que se estende dos anos de 1840 a 1950. A ideia de pesquisar os internatos surgiu a partir da investigação sobre o sistema de internato no ensino agrícola federal[1], em que se constatou a relevância de um estudo aprofundado sobre as origens, desenvolvimento e características culturais do modelo de internamento vigente, ou seja, aquele praticado nos colégios-internatos. Deste modo, as fontes catalogadas, a revisão bibliográfica e as trocas de experiências nos encontros científicos e no decorrer do curso de mestrado estimularam e confirmaram a importância e viabilidade de dar continuidade à investigação da temática do internato.

De outro modo, a presença marcante dos internatos na sociedade brasileira e a utilização desse modelo para a formação de uma elite dirigente masculina e na escolarização feminina, sobretudo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, as suas funções sociais, o funcionamento e as práticas culturais que tiveram lugar nos internatos, constituem-se ainda numa "zona silenciosa" no campo da pesquisa histórica; daí sua originalidade.

No caso específico de Sergipe, as pesquisas no campo da história da educação, especialmente as que se debruçaram sobre os colégios-internatos sergipanos, não se propuseram a problematizar o internato escolar. A "cultura do internato" não despertou um interesse específico[2]. Mediante tal constatação, esta pesquisa direciona o olhar para os internatos elegendo como aspectos centrais os escolares na condição de internos (pensionistas), os espaços de internamento, as práticas culturais, os debates e as funções sociais dos internatos, articulando sobre as características encontradas nas fontes abordagens culturais da história social.

A periodização, embora o estudo dos fatos não esteja preso a datas determinadas e inflexíveis, estende-se dos anos de 1840, quando se tem notícia dos primeiros internatos na Província de Sergipe, até a primeira metade do século XX, fase do crescimento e consolidação dos colégios-internatos sergipanos. Essa delimitação temporal de "longa

---

[1] Dissertação de mestrado defendida pelo autor. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar:* uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

[2] NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana*: Uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Editora UFS, 2003.

duração”[3] foi uma escolha que procurou reconhecer nas peculiaridades do próprio objeto o centro determinante da periodização. Nesse período, os internatos foram utilizados de forma mais acentuada na educação brasileira e sergipana, o que permitiu seguir e compreender as transformações, continuidades e descontinuadas culturais do objeto.

No século XIX, a pesquisa tem como espaço colégios-internatos estabelecidos na Corte Imperial do Rio de Janeiro e na Província de Sergipe. Quando alcança o século XX, o estudo se concentra em aspectos dos internatos sergipanos. Contudo, nos diversos momentos do estudo, pelos diversos tipos de fontes utilizadas, a circularidade da questão do internato é examinada, permitindo diversas conexões com tempos e espaços diversos da sociedade brasileira.

O internato é compreendido como um modelo escolar, com práticas educativas próprias, caracterizado pelo isolamento do mundo (controle das saídas, do tempo de férias, entrada de jornais, correspondência, controle de livros e revistas e da intervenção de pessoas estranhas) e pela formação integral através da utilização de uma determinada organização e controle do tempo e do espaço[4]. O seu estudo desafia um olhar para o detalhe a fim de produzir interpretações sobre padrões e significados simbólicos desse fenômeno histórico-cultural, podendo revelar “de que modo o sistema social se ajusta e como os seus participantes percebem a si próprios e ao mundo exterior”[5].

Na problematização de caráter geral do objeto, o estudo evidencia a configuração e vestígios históricos dos internatos, abordando o surgimento dos internatos para fins de instrução ou educação, apresentando as influências da pedagogia moderna, da educação jesuítica e do modelo de colégio-internato francês na configuração dos internatos brasileiros. Também apresenta debates sobre a salubridade física e moral dos internatos advindos do campo médico e a respeito de propostas e/ou efetivação da implantação de internatos públicos discutida por autoridades da instrução e outros intelectuais.

Os questionamentos específicos giram em torno da compreensão dos escolares na condição de internos (pensionistas) e de aspectos internos da configuração dos internatos (espaço e práticas). Dessa forma, a pesquisa evidencia as regularidades e características predominantes da pedagogia de internar e destaca o papel social desempenhado pelo modelo colégio-internato.

---

[3] BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

[4] CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar:* uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

[5] DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.70.

Na caracterização dos sujeitos e das condições de sustentabilidade do internato, a pesquisa focaliza o perfil sócio-econômico e a procedência dos internos e a introdução destes na cultura do internato. Igualmente, enfoca o corpo responsável pela formação e supervisão dos internos, os bens e serviços disponibilizados e os custos com o internato.

Em relação aos espaços dos internatos, a pesquisa aborda as disposições e adaptações de prédios para os serviços do internato, o surgimento e organização de espaços planejados para servir como internato – o edifício-internato. Destaca de forma especial os dormitórios, problematizando os tipos adotados e as condições higiênicas desses espaços.

Sobre a cultura dos internatos, a pesquisa estabelece uma compreensão do cotidiano dos internatos, destacando e analisando seus usos e costumes, o exercício do poder disciplinar, evidenciando as técnicas disciplinares de controle do espaço, do tempo e das atividades diárias dos internos e a instrução, além de buscar elucidar a relação entre a cultura dispensada nos internatos e a formação de um tipo ideal de homem pela permanente inculcação de práticas civilizatórias.

Ao enfatizar o papel da cultura na história social dos internatos são utilizadas interpretações da antropologia, a exemplo do modelo de "descrição densa" geertziana. Para esse modelo, o papel da cultura[6] pode ser visto como uma "espécie de mecanismo sutil para a manutenção da ordem, do significado e da coesão social"[7]. O recurso à abordagem cultural é um instrumental importante tanto por enfatizar o valor da descrição das particularidades culturais, como por permitir interpretar suas "teias de significados", acreditando que "nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano"[8].

Trata-se, portanto, de realizar uma operação historiográfica de natureza etnográfica, visitando o "mundo do internato", descrevendo e interpretando o espaço, as práticas sociais, as relações de grupo, formas de controle e de hierarquia, atividades coletivas impositivas,

---

[6] Compartilho do conceito de GEERTZ. Para o autor, "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (...) Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade." GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 15.

[7] DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 86.

[8] GEERTZ, op. cit., p. 58.

entre outras, dando-se, deste modo, conta da "história real" dos indivíduos internos, ainda que apenas seja possível iluminar "evidências incompletas e imperfeitas" [9].

Essa abordagem histórica aceita a "interação dialética entre economia e valores, entre estrutura e operação, entre os elementos materiais e culturais da existência"[10]. Nesse estudo sobre os internatos, essa relação dialética é percebida na educação[11] disseminada por eles, que em parte funcionou para a formação de uma "identidade de classe". Assim, sabendo que o universo dos estudantes internados nos colégios-internatos era formado predominantemente por filhos e filhas oriundos das classes ricas e de segmentos médios, a cultura dispensada nesses colégios contribuiu para formar futuros dirigentes e intelectuais de um determinado segmento social ou classe[12] social, entendendo que a escola

> [...] não se revela principalmente como uma instância de transmissão de saberes e do 'saber fazer', mas de preferência é um espaço simbólico onde os indivíduos vêm encontrar uma espécie de confirmação cultural de seu pertencimento a certas origens. Ela não é um simples modo de reprodução de posições sociais, mas participa na emergência e coesão de uma classe em formação.[13]

A educação dispensada nos internatos constituía-se em privilégio de classes ou de posições sociais de famílias ricas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do internato. O investimento financeiro ou de qualquer outra espécie para colocar um filho ou filha no internato estava na relação da eficácia de reprodução ou da importância do capital cultural institucionalizado[14] transmitido nesses estabelecimentos em relação ao capital

---

[9] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 50.

[10] DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 69.

[11] Utilizo o termo educação como forma de transmissão cultural, seja ela escolarizada ou todas as outras práticas que tendem a incutir padrões de comportamento. No caso dos internatos interessa os padrões de civilidade incutidos por meio de diversas práticas de sociabilidade e em espaços diversos.

[12] Segundo o conceito de Thompson: "A classe é uma relação e não uma coisa [...] Ela não existe para ter um interesse ou uma consciência ideal [...] É um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma estrutura, [...] mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus." THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

[13] PETITAT, André. *Production de l'école. Production de la societé*. Genève/Paris: Rie Droz, 1982, p. 70.

[14] No pensamento de Bourdieu o capital cultural pode ser compreendido sob três acepções ou estados: "*no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais [...] e *no estado institucionalizado*, forma de objetivação [...]". Essa forma de objetivação pode ocorrer pela aquisição do diploma escolar. "Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, contante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uuma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possuii, efetivamente, em um dado momento

econômico[15] das famílias. Deste modo, as famílias serviam-se dos internatos como uma estratégia de reprodução educativa, movidas por "[...] uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os poderes e privilégios [...]"[16]. O internato quase sempre servia a esse interesse, pois era um espaço de distinção social, ou diferenciação social, pela formação de disposições ou de *habitus*, entendido como "[...] princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas."[17] O tempo de permanência no internato foi importante para a interiorização desses princípios culturais produtores de experiências comuns[18].

Contudo, a transmissão de valores não se fazia sem conflitos. Nem todos se enquadravam na "fôrma" do internato. Diante do regime de horários, tarefas regradas e pela própria idade imatura e costumes trazidos de casa, os internos iam transgredindo, da forma que podiam, diante das imposições dos fiscais e manifestando a recusa de viver no internato. As análises de Michel Foucault sobre o poder disciplinar[19] e de Erving Goffman sobre "instituições totais" apresentam-se como ferramentas importantes para a compreensão de aspectos micros dos internatos, sobretudo das técnicas disciplinares postas em circulação nos internatos a fim de *normalizar* o interno aos propósitos do estabelecimento. No *microcosmo* do internato, em geral, os internos eram submetidos a uma "vigilância hierárquica"[20] ou a uma "autoridade escalonada"[21] com muitos postos de observação (diretor, professor, inspetor) das condutas individuais, dando ensejo a "multiplicidades organizadas" pelo controle do tempo e do espaço.

---

histórico". BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 78.

[15] As três noções de capital segundo Bourdieu são: o "capital econômico", que corresponde a apropriação de bens materiais, o "capital social", conjunto das relações sociais (amigos, laços de parentesco, contatos profissionais, etc.) mantidas por um indivíduo como estratégicas de "apoios" para a atuação, e o "capital simbólico" que corresponde ao conjunto de rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento. NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

[16] BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p. 35.

[17] Ibid., p. 21.

[18] BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

[19] O nível de disciplinarização de cada instituição dependia do grau de fechamento que procurou atingir, dos fins proclamados e, sobretudo, da prática cotidiana que o grupo dirigente impôs aos internos. Diante disso, a pesquisa buscará elucidar a trajetória do controle das individualidades, o "poder disciplinar" colocado em funcionamento nos colégios internatos através do "olhar hierárquico", da "sanção normalizadora" e do procedimento do "exame" FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.143.

[20] Ibid.

[21] GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

Igualmente importantes para este estudo, especialmente para a compreensão do discurso advindo do campo médico sobre os internatos, foram as abordagens de Michel Foucault a respeito da sexualidade dos colegiais, mais especificamente a campanha[22] contra a masturbação – a "raiz real, de quase todos os males possíveis"[23]. Segundo Foucault, a campanha antimasturbatória consubstanciou-se como uma das fases da "pedagogização do sexo da criança" que teve seu desenvolvimento durante os séculos XVIII e XIX, com uma dupla afirmação de que

> [...] quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo 'natural' e 'contra a natureza', traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais 'liminares', ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo [...][24].

Nessa abordagem cultural dos internatos, as questões de gênero também são formuladas, ainda que de forma difusa, com a finalidade de interpretar diferenças entre os tratamenatos dados aos sexos. Para Lynn Hunt, o gênero foi "uma das mais críticas configurações de diferenciação na cultura e na sociedade. Sem alguma discussão do gênero, nenhum relato de unidade e diferenças culturais pode estar completo"[25]. O gênero é compreendido como "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder"[26]. O enfoque de gênero ajudou a visualizar e interpretar os modelos de comportamento que nortearam a vida de meninos e meninas no internato, suas particularidades histórico-sociais e culturalmente atribuídas.

Quanto ao papel social desempenhado pelos colégios-internatos, foram elucidativas as análises de André Petitat sobre os colégios como espaços para formação de um determinado segmento social[27]. De igual forma foram as contribuições de Georges Snyders sobre o ensino e a pedagogia tradicional na França, para verificar influências na educação brasileira; o

---

[22] Consoante Foucault, o "[...] discurso sobre a masturbação adquire a forma muito menos de uma análise científica (embora a referência ao discurso científico seja forte nele ...) do que a forma de uma verdadeira campanha: trata-se de exortações, trata-se de conselhos, trata-se de injunções." FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 297.

[23] FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 74.

[24] FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p. 115.

[25] HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 24.

[26] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife, *SOS corpo*, 1990, p. 14.

[27] PETITAT, André. *Production de l'école. Production de la societé*. Genève/Paris: Rie Droz, 1982.

trabalho de Philippe Ariès no que diz respeito à evolução do modelo colégio-internato francês (do internato ao externato), sua estrutura e funcionamento, entendido como espaço privilegiado para adestramento da infância[28].

Acrescentem-se ainda as contribuições de Antoine Prost [29] sobre a vida escolar nos internatos do século XIX, em que o autor apresenta a cultura dispensada pelos colégios como fator importante para a formação de notáveis ou futuros dirigentes. Para caracterizar a cultura brasileira, suas rupturas e continuidades, são fundamentais, dentre outras, as contribuições de Gilberto Freyre sobre a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano e seus impactos na "pedagogia de internar".

A fim de responder aos questionamentos propostos, foram utilizadas fontes[30] diversas, entre outras, relatórios (relatórios da Instrução Pública da Província de Sergipe, relatórios de presidentes da Província de Sergipe, relatórios da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, relatórios de presidentes de províncias), teses doutorais das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, diversos documentos do Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (DIES), plantas arquitetônicas de colégios-internatos, material fotográfico, gravuras, litografias, jornais, almanaques, revistas, prospectos e estatutos de colégios, livros de viajantes e fontes bibliográficas diversas que abordam a temática do internato de forma direta ou difusa.

Considerando que a "dinâmica de funcionamento do internato abordado pelo texto literário"[31] possibilita compreender as regularidades, o *modus vivendi* e as marcas culturais de uma época de internamento, os "romances de internato"[32] de caráter autobiográficos, foram explorados como fontes. Foram, sobretudo, fontes utilizadas para enfrentar a dificuldade de captar e abordar aspectos da cultura do *microcosmo* dos internatos nas fontes tradicionais da história e a possibilidade de fazer a correlação entre série literária e a vida social[33].

---

[28] ARIÈS, Philippe. De l'externat a l'internat. In: ARIÈS, Philippe. *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: Editions du Seuil, 1973. pp. 298-317.
[29] PROST, Antoine. *Histoire de l'enseigment en France*, (1800-1967). Paris: Armand Colin, 1968.
[30] Optou-se pela atualização da ortografia das fontes antigas, especialmente do século XIX.
[31] PEREIRA, Leonice Rodrigues. *Uma visão do internato através da leitura de Doidinho de José Lins do Rego e de os Rios Profundos de José Maria Arguedas.* 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
[32] A fidelidade do romance brasileiro à temática do internato (indicações exemplares: *O Ateneu*, de Raul Pompéia, em 1888, *A falange gloriosa*, de Godofredo Rangel, em 1917, *Doidinho*, de José Lins do Rego, 1933, *As três Marias*, em 1939, de Rachel de Queiroz, e *Balão Cativo*, de Pedro Nava.) levou estudiosos da literatura brasileira, como Antonio Carlos Villaça (1995), a empregar o termo "romance de internato" para caracterizar essa recorrência nos escritos literários do romance brasileiro. É nesse sentido que o termo é empregado neste trabalho.
[33] PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu:* Retórica e Paixão. São Paulo: Brasiliense: EDUSP, 1988.

A “heurística”, ou seja, a atividade de localizar, reunir e classificar as fontes históricas, buscando criar um sistema ou inventários delas, teve como lugar arquivos, bibliotecas e outras instituições, no Rio de Janeiro: a Biblioteca Nacional (BN) e a Biblioteca Alfredo Nascimento da Academia Nacional de Medicina; em Salvador as bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia, Biblioteca Central e Biblioteca Universitária Isaias Alves), o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e o Arquivo e Biblioteca do Colégio Antonio Vieira; em Aracaju, o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), o Arquivo de Escolas Extintas do Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (DIES), o Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, a Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e arquivos e bibliotecas de colégios particulares sergipanos.

Também foram importantes as consultas a acervos digitais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), ao Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), aos portais Domínio Público, Brasiliana Eletrônica da UFRJ e Brasiliana da USP, entre outros.

A pesquisa foi efetivada analisando e efetuando os cruzamentos entre as informações e indícios encontrados nas fontes históricas manejadas. O interesse foi por uma história descontínua, procurando ler e compreender as informações que os agentes escolheram para anotar, deixando de lado a noção de falso ou verdadeiro, pois “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”[34], entendendo também que o documento histórico é repleto de significados e interesses, devendo ser analisado como um *monumento* no sentido de que todo documento é uma “montagem” que deve ser esquadrinhado pelo historiador para entender a “imagem” que os agentes históricos quiseram nele representar.

A tese está dividida em cinco capítulos e as conclusões. O primeiro capítulo, intitulado Princípio do internato, aborda a origem ou o princípio do internato, as influências e posicionamentos das pedagogias modernas, destacando o modelo de internato francês, de maior influência na educação brasileira. Na segunda parte desse capítulo são apresentadas questões advindas de campos diversos a respeito do internamento escolar e os primórdios do internamento no Brasil, destacando instituições criadas pelos jesuítas, os seminários, os

[34] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

recolhimentos e os conventos. A terceira parte analisa o debate do governo central e de autoridades províncias em torno da utilização do modelo internato na instrução pública, especialmente para estimular o ensino secundário.

O segundo capítulo, O olhar da medicina sobre os internatos, utilizando como fonte principal as teses doutorais dos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1840-1875) e da Faculdade de Medicina da Bahia (1840-1928), procura compreender a realidade dos internatos na vida social brasileira, especialmente no contexto dos colégios-internatos das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, suas similaridades com os internatos em Sergipe, e apresenta uma discussão sobre a higiene física e moral dos internatos a partir do olhar da medicina. Igualmente, faz parte desse capítulo o diagnóstico dos internatos segundo o parecer dos facultativos, destacando a "campanha" dos médicos contra vícios (onanismo e pederastia), que, segundo eles, proliferavam nos internatos. Apresenta, ainda, o "receituário" médico para o funcionamento de um internato dentro dos preceitos higiênicos.

O terceiro capítulo, *Reclames* de internatos, traça características culturais de internatos na Corte Imperial do Rio de Janeiro (XIX), utilizando como fontes principais os anúncios dos colégios-internatos publicados no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, conhecido como Almanaque Laemmert, no período de 1845 a 1888, estabelecendo, de forma geral, comparações com os internatos localizados nas províncias, especialmente Sergipe, e com o discurso médico apresentado no capítulo II. Também é apresentada a situação da instrução particular na Corte Imperial do Rio de Janeiro e uma relação de pequenos internatos e colégios-internatos masculinos e femininos que nela estavam estabelecidos. Por fim, elucida características e as funções sociais dos internatos, o público atendido, a localização, o espaço, o ingresso, o ensino, as pensões e outros investimentos das famílias com o internamento de seus filhos.

No quarto capítulo, cujo título é Surgimento dos internatos em Sergipe (XIX), são enfocados os internatos em Sergipe no século XIX, fase do surgimento dos primeiros internatos sergipanos. Em sua primeira parte, esse capítulo apresenta o estado da instrução sergipana, as propostas e/ou criação de internato com o objetivo de desenvolver o ensino secundário público e o internato dentro do debate da centralização da instrução secundária em Aracaju. Na segunda parte desse capítulo, são apresentados os primeiros internatos particulares, caracterizando-os como uma empresa familiar. Esse capítulo é finalizado apresentando traços da cultura do internato sergipano no século XIX, ou seja, a instrução, a alimentação, as pensões, o enxoval, e aspectos do cotidiano.

O quinto capítulo, intitulado Internatos em Sergipe no século XX, enfoca a permanência dos pequenos internatos de organização “familiar” e o surgimento e/ou consolidação de colégios-internatos caracterizados, entre outros aspectos, pelo aumento do número de alunos pensionistas. Também discute razões da permanência dos internatos na cultura educacional sergipana. Na segunda parte, a configuração dos espaços ocupados pelos internatos, aqueles que funcionavam na residência do proprietário do estabelecimento, os que estavam instalados em prédios adaptados e os que possuíam edifícios construídos originalmente para funcionar como colégio-internato. A terceira parte, elucida características de um edifício originalmente projetado e construído para servir como colégio-internato, através da análise do edifício-internato do Colégio N. Sra. de Lourdes; e os prédios adaptados para o funcionamento de internato, focalizando os espaços ocupados pelo internato do Colégio Tobias Barreto. E na quarta parte aborda peculiaridades do internamento escolar na cultura sergipana, ou seja, a clientela dos internatos, fatores seletivos de ingresso (pensões, enxovais), o cotidiano, o ensino ministrado, o internato como espaço privilegiado para a formação de *habitus*, as cerimônias institucionais que tiveram lugar nos colégios-internatos, entre outros aspectos.

Nas conclusões foram retomadas as temáticas e discussões realizadas ao longo da tese, apresentando os resultados da pesquisa e a indicação de “lacunas” que podem ser exploradas em pesquisas posteriores.

CAPÍTULO I
PRINCÍPIO DO INTERNATO

1.1 Origens e influências da pedagogia de internar

A origem ou princípio dos internatos escolares pode ser encontrado na evolução do sistema de ensino francês herdado das primeiras universidades[1] medievais, especialmente da Faculdade de Artes. Nesta faculdade, o ensino tinha um caráter preparatório, semelhante ao ensino secundário, depois adotado nos colégios ou liceus modernos. Portanto, nessas universidades foram forjadas as origens do ensino secundário e com este o modelo colégio-internato[2].

A primeira fase de formação do internato francês ocorreu quando rapazes que chegavam a Paris para estudar, na primeira metade do século XIII, procuravam um mestre para dele receber a instrução e depois um lugar onde pudessem se instalar. Para isso, estudantes da mesma origem social acabavam se associando e alugando um local e nele formavam "[...] uma espécie de comunidade, com muita frequência com seus mestres, fazendo refeições à mesma mesa e vivendo a mesma vida. Isso é que se chamava *hospitium*"[3].

A organização dessas comunidades (*hospitium* livre) não agregava os estudantes ricos, pois estes tinham seu próprio alojamento, onde viviam com um preceptor, e nem os estudantes pobres, que não podiam arcar com as despesas de um *hospitium*. Desse modo, os estudantes pobres, que não tinham recursos para pagar estalagem, acabaram sendo amparados pela caridade de nobres ou altos membros da Igreja, em estabelecimentos criados com a finalidade de alojá-los gratuitamente. Essas estalagens eram também *hospitia*, diferindo das primeiras por serem estabelecimentos equipados para receber estudantes pobres bolsistas. Porém, esses "*hospitia* particulares" e "*hospitia* de caridade" ainda não eram internatos completos, pois somente serviam de estalagem (cama e comida) para os estudantes, que continuavam recebendo aulas de mestres que escolhiam fora do estabelecimento.

---

[1] As primeiras universidades estavam compostas de quatro faculdades, a saber: Teologia, Direito, Medicina e Artes Liberais. "As três primeiras são escolas especiais, de caráter profissional. Quanto à Faculdade das Artes, é propedêutica, e confere a cultura geral indispensável a qualquer especialização. Corresponde, por alto, ao ensino secundário". CLAUSSE, Arnould. A Idade Média. O período universitário. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston (Orgs.). *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 167. (Coleção Atualidades Pedagógicas – Vol. 114)

[2] Baseio-me principalmente no estudo de Emile Durkheim sobre a história do ensino na França. DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

[3] Ibid., p. 106.

Os *hospitia* equipados ou de caridade multiplicaram-se a partir do século XIV[4], e evoluíram para os primeiros colégios, "embora sob uma forma modesta, humilde, até miserável, que não permitia prever o destino da instituição"[5]. Os alunos bolsistas de colégio (*hospitia* de caridade) possuíam benefícios como a regularidade disciplinar, direção dos estudos, mestre público, repetidor ou tutor particular.

Para usufruírem dos benefícios que gozavam os estudantes bolsistas os moradores de *hospitia* particulares (*martinets*) pagavam a pensão dos colégios e se tornavam hóspedes desses estabelecimentos. Na condição de estudantes pensionistas de colégios eles eram designados de *caméristes* (pagavam o aluguel dos quartos) ou *portionnistes* (pagavam apenas uma parte nos gastos das refeições). Com o passar do tempo, os alunos bolsistas se tornaram maioria entre os estudantes de colégios.

A segunda fase ocorreu quando o uso dessas casas (colégios) tornou-se comum. Nesta fase eram os mestres que vinham aos estabelecimentos ministrar as aulas. Assim, o pensionato tornou-se escola. Finalmente, no século XV os alunos encontraram nesses colégios, colocados ao lado de universidades, além da cama e da comida, toda a instrução (aulas, repetições, exercícios suplementares). Estava constituído o princípio do internato integral (pensionato e ensino)[6].

Os colégios modernos, já com o seu perfil característico – concentração de cursos dentro dos estabelecimentos, espaço específico, classes, séries, programa centrado no latim e no grego, controle contínuo dos conteúdos aprendidos, supervisão e disciplina – multiplicaram-se a partir do século XVI e consolidaram-se como instituições produtoras e reprodutoras de uma cultura geral distintiva nos segmentos burgueses, origem social predominante nos principais colégios europeus, sobretudo na França.[7]

Sob o influxo da pedagogia da Contra Reforma, as ordens ou congregações religiosas (jesuítas, ursulinas, barnabitas, somascos, oratorianos, as escolas piedosas) também fundaram

---

[4] "O colégio da Sorbonne foi fundado em 1257 para receber 16 estudantes de teologia; o de Navarra, para receber 20 estudantes de teologia, 20 de artes e, depois, 20 de gramática. Esses protótipos vão multiplicar-se no século XIV". CLAUSSE, Arnould. A Idade Média. O período universitário. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. (Orgs.). *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 167.

[5] DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 107.

[6] "Ora, o verdadeiro internato, o internato propriamente dito, não é o pensionato, mas sim o pensionato é que é, ao mesmo tempo, uma escola. Pois somente assim o internato está completo. Com efeito, assim o aluno encontra na casa que o abriga tudo quanto é necessário à sua vida tanto espiritual como material; está, portanto, definitivamente separado do resto do mundo; o mundo cessa para ele nos muros que o abrigam e que ele não pode mais transpor. Está enclausurado [...]. Além desse enclausuramento, o internato integral tem o grave defeito de ser um produto híbrido, devido à fusão de regimes dificilmente conciliáveis; por um lado, a escola; do outro, o pensionato [...]". Id. , Ibid. , p. 115.

[7] PETITAT, André. *Produção da escola. Produção da sociedade*. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

instituições escolares caracterizadas pelo modelo colégio-internato e pela adoção de programas, em parte, baseados na tradição pedagógica do humanismo[8].

Mormente, a pedagogia dos padres da Companhia de Jesus, fundada em Paris em 1534 por Inácio de Loyola e outros seus companheiros, contribuiu de forma decisiva na consolidação dos colégios e de características culturais adotados no internamento escolar. De início, os jesuítas tinham como objetivos apenas a pregação e a confissão, mas o ensino não fazia parte de suas pretensões originais. Os primeiros colégios jesuítas, fundados na Itália no século XVI, não recebiam alunos de fora da congregação, pois o propósito desses estabelecimentos era apenas o de preparar os futuros professores da Companhia[9]. Entretanto, com a evolução e crescimento da atividade missionária na Europa e nas novas regiões conquistadas[10], o ensino passou a ser reconhecido como um dos ministérios dos jesuítas, e os colégios passaram também a receber alunos de fora[11]. Com essa mudança, os colégios jesuítas se multiplicaram por toda a Europa (Itália, Espanha, Áustria, Boêmia, França, Portugal) e em outras localidades[12].

Ainda em 1599, também na Itália, foi elaborado pelo padre Cláudio Acquaviva um compêndio de pedagogia – o *Ratio Studiorum*[13] – contendo os regulamentos e os planos de estudos dos colégios da Companhia. Esse compêndio elencava uma série de regras práticas do modelo pedagógico dos jesuítas tais como: a preocupação com a disciplina, a progressão dos estudos (gradualidade), um programa que incluía o latim e as humanidades clássicas. Tudo pautado por um formalismo literário e cuidadosa formação dos mestres[14]. A essa organização pedagógica os jesuítas juntaram técnicas de emulação, como a divisão de classes rivais, distribuição de prêmios[15], recompensas, apresentações públicas dos melhores trabalhos, entre

---

[8] "Dizemos em parte porque, na elaboração das congregações pós-tridentinas, os elementos de derivação humanística são encaixados em formas organizativas rígidas, perdendo desse modo o papel de ruptura em relação ao passado e o caráter de liberação e de exaltação do homem que são aspectos típicos das experiências educativas dos 'mestres' renascentistas". CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, p.258

[9] "É na Itália, em Messina, que foi criado o primeiro colégio jesuíta. É em Roma que foram instituídos o Colégio Romano, depois o Colégio Germânico, sementeiras de professores jesuítas". DEBESSE, Maurice. A criação dos colégios de jesuítas no século XVI. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. (Orgs.) *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974, p. 212.

[10] Como no Brasil, onde os jesuítas fundaram diversas instituições de ensino. SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 169.

[11] DEBESSE, op. cit.

[12] FRANCA S. J., Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas* – O "Ratio Studiorum" Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952.

[13] Sobre o método pedagógico dos jesuítas consultar FRANCA S. J., Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas* – O "Ratio Studiorum" Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952.

[14] DEBESSE, op. cit., p. 216.

[15] Segundo o padre Leonel França: "Os *prêmios* eram outro incentivo poderoso à emulação fecunda. Não os inventaram os jesuítas; mas à sua distribuição deram tal realce e esplendor que a elevaram à altura de um dos

outras estratégias educativas, que muito influenciaram a educação nos colégios-internatos modernos[16].

Entretanto, o internamento escolar, o pensionato (*convictus*), não fazia parte dos propósitos dos primeiros colégios da Companhia. Apenas os futuros membros da congregação eram recebidos nos colégios na condição de internos (*scolstici*). Os alunos de fora só eram admitidos como externos. A partir de 1560, esses alunos também puderam frequentar o colégio na categoria de internos ou pensionistas. Porém, essa mudança ocorreu, segundo Durkheim, com uma "manifesta repugnância por parte da Companhia", que desejava estar desobrigada do cuidado para com os internos[17].

Desde que ocorreu a abertura para o recebimento de alunos de fora, que não estavam ligados à congregação, o número das matrículas nos colégios jesuítas foi sempre crescente[18]. Esse crescimento é compreendido como decorrente de ser o ensino gratuito e das pensões módicas cobradas dos alunos internos. Contudo, o aumento das matrículas ocorreu tanto na entrada de alunos internos como dos externos, mas estes sempre se mantiveram em número superior em relação aos internos. A respeito disso, Durkheim afirmou que

> [...] os pensionatos ficaram em número menor do que os externos; no século XVIII, contava-se apenas uma quinzena deles, num total de 92 colégios. Há mais; mesmo onde havia internato organizado, os externos representavam a maior parte da população escolar. Assim, no colégio de La Flèche, houve primeiro apenas 60 internos para 200 e, no fim, 300 contra 800 a 1100 externos. No colégio Louis-le-Grand, temos, em 1620, 300 internos contra 1700 externos; os primeiros nunca passaram de 550, enquanto houve um total de até 3000 alunos.[19]

Os alunos internos dos colégios jesuítas, ao menos na Europa, possuíam distinções que davam lugar a duas categorias de pensionistas: o *chambristes*, que representavam a minoria dos alunos internos e se diferenciavam dos demais por disporem de preceptores particulares, de criados e de alojamentos em quartos particulares; e a maioria dos outros internos, que não dispunham dessas regalias, e eram acomodados em dormitórios coletivos. Neste último caso,

---

atos mais importantes e ansiosamente desejados da vida escolar. Sob a presidência de altas autoridades eclesiásticas e civis, na presença das famílias, galardoavam-se, em solenidades de raro brilho, os resultados finais dos esforços do ano. O *Ratio* traça normas minuciosas relativas aos prêmios, ao seu número, à realização e julgamento dos concursos para apurar os merecimentos, à sua distribuição solene". FRANCA S. J., Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas* – O "Ratio Studiorum". Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: AGIR, 1952, p. 64.

[16] PETITAT, André. *Produção da escola. Produção da sociedade*. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

[17] Também para Philippe Ariés, os jesuítas não tentavam nunca aumentar o efetivo de seus pensionários, pois o externato era o ideal deles. ARIÈS, Philippe. De l'externat a l'internat. In: ARIÈS, Philippe. *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: E'ditious Du Seuil, 1973, p. 298-317.

[18] FRANCA, op. cit.

[19] DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 226.

a fim de evitar a promiscuidade nos dormitórios, cada pensionista tinha sua cela, espaçada das outras "[...] por uma divisória de 2 metros e fechada por uma cortina. As celas formavam duas fileiras paralelas ao longo da sala. Entre essas duas fileiras havia um corredor que servia de local de reunião para as preces, bem como para as repetições [...]"[20].

Segundo Durkheim, o princípio do qual se originou o regime de internato dos colégios decorreu da necessidade de colocar os estudantes (crianças ou adolescentes) sob o controle (*enclausurados*[21]).

> Quando não possui ainda uma experiência suficiente para poder ter um bom desempenho no meio das coisas e das pessoas, quando não tem senão uma consciência muito incerta de sua individualidade nascente, é indispensável que seja submetido a uma regra mais impessoal e a um controle mais imediato. É preciso que o meio moral no qual a criança vive a envolva mais de perto para poder apoiá-la com mais eficiência.[22]

Destarte, o princípio do internato, em parte, tinha como essência a visão do aluno (criança ou adolescente) como um ser perigosamente desprotegido de todas as ameaças do mundo adulto, que necessitava de uma instituição protetora. Os internatos era um espaço apropriado para essa separação[23]. Assim, nos séculos XVII e XVIII os alunos dos colégios na França conviveram com a clausura proporcionada pelo internato, modelo que tinha como objetivo instaurar um universo pedagógico caracterizado pela separação do mundo, em um espaço específico de internamento e neste os internos eram submetidos a uma vigilância constante, ininterrupta[24].

Na pedagogia da vigilância, o tempo e o espaço eram organizados para enfrentar as ameaças e tentações externas e separar a criança do mundo adulto[25]. O colégio-internato moderno promovia as condições materiais para esse isolamento e direção dos estudos.

---

[20] DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 226.

[21] "Ao falar-se dessa organização, há uma palavra que vem espontaneamente aos lábios para descrevê-la: é a de enclausuramento. E, com efeito, existem inegáveis semelhanças entre o internato entendido assim e o regime monacal. O segundo não teria, pois, sugerido o primeiro? Não seria o internato integral um simples prolongamento da idéia monacal que ter-se-ia estendido, por um contágio natural, do domínio religioso ao domínio escolar? Existe, aliás, um fato que tende a fazer pensar que a hipótese não deixa de ter algum fundamento [...]. Os primeiros colégios seculares de teólogos que se fundaram encontraram, pois, na organização conventual o protótipo sobre o qual se moldaram [...]". DURKHEIM, op. cit., p. 116.

[22] Ibid., p. 111.

[23] PETITAT, André. *Produção da escola. Produção da sociedade*. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 90.

[24] SNYDERS, Georges. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974, p. 271.

[25] Segundo Philippe Ariès, o "[...] desenvolvimento do internato a partir do final do século XVIII testemunha uma concepção diferente da infância e de sua inclusão na sociedade. Busca-se separar a infância de todas as idades da sociedade: importa – pelo menos na burguesia – de isolar a infância em um mundo à parte, o mundo do

> Para fazer a criança alcançar a piedade, a educação conta, antes de tudo, com a humildade e o desapego; hábito indiscutido, em toda a vida do aluno, de dobrar-se a imperativos, de aceitar plenamente ser dirigido; e, por outro lado, exorta-se o aluno a desapegar-se e a preservar-se do mundo: é a clausura do internato, é o mundo latino, que significa afastamento no passado e que, sobretudo, é constituído para encarnar o tema da renúncia. Daí vem que o valor do ser seja colocado muito menos na alegria de conhecer que numa série de passos penosos e rigorosos aos quais o homem deve submeter-se.[26]

Uma característica recorrente nos escritos pedagógicos de autores renascentistas, entre eles os filósofos Erasmo de Rotterdam, François Rebelais, Michel Eyquem de Montaigne, foi a de apontar dificuldades a que estavam submetidos os colegiais resultantes do regramento dos colégios. Nesses estabelecimentos eram empregados castigos físicos[27], as condições das instalações e da alimentação servida eram péssimas e os pensionistas estavam submetidos a longas horas de estudo[28].

O filósofo Montaigne no Livro Primeiro de sua obra *Ensaios* (1595), na parte intitulada "A educação das crianças", registrou de modo particular seu horror pelos castigos adotados nos colégios.

> A disciplina rigorosa da maior parte de nossos colégios sempre me desagradou. Menos prejudiciais seriam, talvez, se a inclinassem para a indulgência. São verdadeiras prisões para cativeiro da juventude, e a tornam cínica e debochada antes de o ser. Ide ver esses colégios nas horas de estudo: só ouvireis gritos de crianças martirizadas e de mestres furibundos. Linda maneira de acordar o interesse pelas lições nessas almas tenras e tímidas, essa de ministrá-las carrancudo e de chicote nas mãos! Que método iníquo e pernicioso! E observa muito bem Quintiliano que uma autoridade que se exerce de modo tão tirânico comporta as mais nefastas conseqüências, em

---

internato. A escola é o meio disso. Ela substitui a sociedade na qual todas as idades eram confundidas; exigia-se que ele formasse crianças sob o modelo de um tipo humano ideal". ARIÈS, Philippe. De l'externat a l'internat. In: ARIÈS, Philippe. *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: E'ditious Du Seuil, 1973, p. 315.

[26] SNYDERS, Georges. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice e MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas*. vol. 2. História da pedagogia. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974, p. 273.

[27] Antes de Montaigne, protestaram em seus escritos contra a brutalidade dos castigos físicos empregados pelos regentes dos colégios Erasmo, Vives, Rebelais. "[...] A palmatória deixava pungentes lembranças. Hábito inveterado, e tão espalhado que Tarsot afirma: 'Quem quer que ensinasse açoitava, quem quer que aprendesse recebia o açoite' ". DEBESSE, Maurice. A Renascença. O pensamento pedagógico de Michel de Montaigne (1533-1592). In: DEBESSE, Maurice e MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974, p. 261.

[28] "[...] não quero que prendam o jovem; não quero que o abandonem ao mau humor e à cólera de um mestre-escola furioso; não quero corromper-lhe o espírito torturando-o com trabalho, como o fazem a outros, 14 a 15 horas por dia, a exemplo de um carregador [...]". MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaios* – Livro Primeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Hucitec, 1987, p. 228.

> particular pelos castigos. Como seriam melhores as classes se juncadas de flores e folhas e não de varas sanguinolentas![29]

A respeito do regime de horários dos colégios, Maurice Debesse informa que o emprego do tempo era pesado: "[...] por volta de 1570, no colégio de Auch, o levantar era às 5 horas da manhã, o deitar às 9 da noite com, salvo nos domingos, cinco horas de aula e de sete a oito de estudos"[30]. Por sua vez, a pedagogia do século XVIII também acusava os colégios de serem "[...] alheios à formação do homem-cidadão, de ser portadores de um cultura exclusivamente humanístico-retórica e classicista e portanto antimoderna, de deixar na sombra a ciência moderna, bem como de ser lugar de corrupção moral"[31].

Os discursos sobre as deficiências na organização dos estudos e, principalmente, sobre as condições físicas do colégio-internato caracterizam-se como uma permanência histórica[32]. Estudando a vida dos jovens franceses nos colégios e liceus do final do século XVIII até os fins do século XIX[33], Jean-Claude Caron afirma que o regime a que estavam submetidos os estudantes de colégios e liceus pouco se assemelhava com o pensamento pedagógico desenvolvido nesses dois séculos. O que frequentemente ocorria eram construções antigas, "[...] dormitórios mal aquecidos e mal arejados; pátios estreitos e desnudos; tonalidade dominante, inclusive nos grandes liceus: o cinza muralha [...] A higiene é mais que medíocre"[34].

De modo geral, os autores que criticavam a educação ministrada nos colégios direcionavam suas preocupações com a educação dos filhos da nobreza. Para estes, eles defendiam uma educação doméstica com o auxílio de um preceptor. Contudo, existiram autores que defendiam a instrução efetivada no espaço escolar. Jean Bodin, em sua obra *Discours au Sénat et Peuple de Toulouse,* 1559 (Discurso para o Senado e para o Povo de Toulouse acerca da educação a dar aos jovens na República), defendia a "[...] tese, audaciosa

---

[29] MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaios* – Livro Primeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Hucitec, 1987, p. 229.

[30] DEBESSE, Maurice. A Renascença. O pensamento pedagógico de Michel de Montaigne (1533-1592). In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. (Orgs.) *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974, p. 261.

[31] CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, p.331.

[32] Problemática discutida no capítulo terceiro deste trabalho.

[33] Sobre a reputação dos colégios e liceus franceses consultar também: PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

[34] CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens.* A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 156.

para a época, de uma instrução escolar e pública, que julga preferível à educação familiar e privada”[35].

Segundo Maurice Debesse, a crítica de Jean Bodin direcionava-se para os dois sistemas de instrução na época; ou seja, o modelo colégio-internato francês e a educação doméstica feita por preceptores. O primeiro sistema pecava pela conhecida severidade, temida por alunos e pais; e, o segundo, porque faltava na formação de crianças e adolescentes, instruídos em casa, os contatos sociais com seus colegas. Além do mais, na educação doméstica, os pais erravam ou por serem excessivamente severos ou por exagerarem na compaixão[36].

No século XVII, John Locke[37], em sua obra *Some Thoughts Concerning Education***,** 1693 (A*lgumas reflexões sobre a educação*), demonstrou seu desagrado com a educação oferecida nos colégios. Para ele, a vida nos internatos dos colégios era capaz das piores influências pelo alojamento de uma grande quantidade de meninos de toda origem social, e também porque era impossível que o mestre cuidasse da formação das virtudes de aluno individualmente. Ainda mais porque, “[...] el niño, durante la mayor parte de las veinticuatro horas de cada día, está necesariamente abandonado a sí mismo o al inflújo pernicioso de sus camaradas, influjo más furete que todas las lecciones del maestro”[38]. Deste modo, para Locke, a educação devia ser ministrada em casa, com o auxilio de um preceptor.

> Pero cómo um niño pueda adquirir el talento del trato, el arte de resolver sus assuntos en el mundo por haber sido colocado en medio de um grupo de niños disipados, de camaradas de todas as clases, por haber aprendido a querellarse a propósito del trompo, o a haver trampas em el juego, eso me es imposible comprenderlo. Y es difícil adivinar las cualidades que um padre pueda esperar que sus hijos consigan em la sociedad de estos niños que reúne la escuela procedentes de todo género de familias. De lo que estoy seguro es de que todo ele que pueda costear un preceptor y educar a su hijo en su casa, Le asegurará mejor que toda escuela, maneras gentiles, pensamientos viriles, el sentimiento de lo que es digno y conveniente, sin contar que le obligará a hacer mayores progresos en sus estúdios y también que hará madurar más pronto al hombre en el niño. [...] Y si un joven educado em su casa no está más instruído em estas virtudes de lo que estaria

---

[35] DEBESSE, Maurice. A Renascença. Jean Bodin e a teoria da instrução pública. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. (Orgs.). *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo:EDUSP, 1974, p. 252.

[36] Ibid., p. 253.

[37] Os principais aspectos da teoria educativa de Locke, segundo Mariano Fernández Enguita, são: Reduzir o papel dos castigos na formação dos costumes; aversão no ensino baseado nas línguas clássicas e nas artes do *trivium* (lógica, gramática e retórica); horror pelas escolas públicas, pois considerava lugar de depravação; defesa da educação física e direcionamento de suas preocupações à educação do *gentleman* (nobres e burgueses). ENGUITA, Mariano Fernández. Prologo. In: LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* (1693). Madrid: Akal, 1986.

[38] Ibid., p. 100.

> en el colegio, yo deducciría que su padre no ha sido bastante feliz en la elección de su preceptor.[39]

O pensamento pedagógico de Rousseau (*Emílio*, 1761) também compartilha com Locke a confiança no preceptorado individual como a melhor das educações. Essa literatura, que censurava a educação nos colégios, acabou não exercendo nesse ponto influência determinante no meio social, pois na realidade o colégio passou a ser a única instituição comum a todos[40].

Ainda no século XVIII, em Portugal, o pedagogo português Ribeiro Sanches, em sua obra *Cartas sobre a educação da mocidade* (1759), defendia a necessidade da criação em Portugal de "escolas na forma de seminários, ou pensões" (internatos), imitando os estabelecimentos deste tipo instalados na Franca, Inglaterra, Holanda e na Alemanha. Segundo o autor, a criação dessas pensões (internatos) seria possível desde que o governo adotasse as seguintes medidas:

> Que o mestre tivesse salário público: que se lhe pagasse a casa ou casas, onde estaria a pensão: que o Delegado do Diretor dos Estudos tivesse esta incumbência de formar estas pensões primeiramente na Corte e nas cidades capitais; e tanto que uma ou duas estivesse estabelecida, se deveriam imprimir instruções, para se estabelecer nas mais vilas e cidades. Deixo a considerá-lo de quem deseja ver aumentado o número dos súditos, por seu nascimento e estado serem as mãos e os pés da república, se entrara na utilidade pública o estabelecimento d'estas pensões: todo o custo seria no estabelecimento das primeiras quatro ou cinco; e em pouco tempo muitos mestres, sem serem obrigados, as fundariam com permissão e aprovação sempre do Delegado Diretor dos Estudos e Educação.[41]

Para Ribeiro Sanches, a educação nos colégios pensionatos (colégios-internatos) era "utilíssima à mocidade", pois neles os meninos e moços perderiam o "mimo" da casa dos pais; adquiririam maiores conhecimentos pelos contatos com os colegas; estariam sempre guardados e observados pelos seus mestres e inspetores, para não se entregarem aos vícios, e ganhariam um entusiasmado patriotismo. Para o autor, se "[...] fosse possível que todos os

---

[39] LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* (1693). Madrid: Akal, 1986, p. 100.

[40] Consultar ARIÈS, Philippe. De l'externat a l'internat. In: ARIÈS, Philippe. *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: E'ditious Du Seuil, 1973. Nesse mesmo sentido: "Ponto comum, no entanto, entre Locke e Rousseau: a crença na relação pessoal entre o mestre (mentor ou preceptor) e o aluno. Crença afirmada no momento em que essa prática, ainda preponderante na nobreza, é rejeitada pela burguesia que povoa as classes dos colégios com seus rebentos, enquanto parlamentares ou filósofos definem as bases de uma educação nacional". CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*: A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 141.

[41] SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 134.

estudantes das Escolas Reais vivessem em clausura, seria o melhor método de receber àquela tenra idade a melhor educação possível [...]”[42].

Preocupado com a educação da nobreza e fidalguia portuguesa, Ribeiro Sanches igualmente defendia a instituição de uma “Escola Real Portuguesa”, em moldes de internato. A economia interior dessa instituição deveria observar algumas características. Deveria estar situada em local afastado da Corte – “[...] que nem estudantes nem os mestres estejam distraídos pelas visitas dos parentes e amigos, e muito menos pelos divertimentos de uma capital” – ; todos os administradores e empregados no serviço da escola deveriam ser casados – para evitar os crimes contra a religião – ; nenhum estudante deveria ter criado particular; todos os serviços domésticos, como varrer os quartos, limpá-los, arrumar as camas, deveriam ser realizados por uma mulher com idade de mais de cinquenta anos; os compartimentos do internato (quartos, salas, câmaras), utilizados por administradores, professores e educandos, deveriam ser decorados com o mesmo tipo de alfaias (móveis); tudo que fosse utilizado no estabelecimento (alimentos, bebidas, vestimentas, calçados, armas, etc.) deveria ser produzido no reino ou ser proveniente dos domínios reais; a nenhum pensionista seria permitido adentrar no quarto ou câmara dos seus colegas; e, não seriam permitidos os castigos físicos. No lugar desses seriam adotados a prisão e outros[43] a serem determinados pelo conselho econômico da escola. Algumas dessas ideias eram praticadas em colégios-internatos europeus, especialmente franceses, e continuaram marcando o internamento escolar no decorrer do século XIX, inclusive no Brasil.

Na França[44], o modelo colégio-internato teve um grande desenvolvimento, sobretudo a partir do século XVIII até grande parte do século XIX[45]. Neste século, o internato se tornou

---

[42] SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 153.

[43] “O Maior que sente a Nobreza é a desonra: o ser condenado a não freqüentar as classes: o estar de pé em parada sem espada, e sem espingarda a vista dos Mestres e de seus iguais, serviria da mais eficaz correção”. Ibid, p. 187.

[44] As funções sociais desempenhadas pelos colégios franceses: “Chega uma época em que se impõem os pensionatos e internatos. Entre os quinze e os dezoito anos, as moças seguem para lá, a fim de concluir sua educação moral e mundana, de adquirir essas ‘artes recreativas’ destinadas a torná-la atraentes nos salões matrimoniais. Os garotos, aquartelados em colégios ou liceus, preparam-se para o bacharelado, ‘barreira e nível’ da burguesia”. PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 151.

[45] “Até por volta de 1870, o internato no colégio ou nas pensões enviando às classes do colégio, representavam mais de 80% do efetivo total. O externato era reduzido a uma pequena minoria, de 10 a 15%, ou seja, exatamente o contrário do que se passava em um colégio do Antigo Regime. Era a situação que inspirava Taine estas linhas amargas: ‘Para receber a instrução secundária mais da metade da juventude francesa sofreu o internato, eclesiástico ou laico, o internato sob uma disciplina de caserna ou de convento’”. ARIÈS, Philippe. De l’externat a l’internat. In: ARIÈS, Philippe. *L’ enfant et la vie familiale sous l’ Ancien Regime*. Paris: E’ditious Du Seuil, 1973, p. 315.

um fenômeno geral, sendo praticado na Alemanha, como na Inglaterra dos *public schools*[46]. Todavia, como salienta Michelle Perrot, o ideal da educação doméstica sob a vigilância da família "[...] com preceptores e professores, de preferência ingleses – as *misses* -, continua a ser alimentado por muitas famílias apaixonadas pela aristocracia ou pelo rousseaunismo e que temem os contatos vulgares e pervertidos"[47].

O modelo colégio-internato entrou em declínio na França a partir da segunda metade do século XIX, pois já não se atribuía a ele, como no século XVIII, o valor de formação moral e humana. Recorria-se ao internato a partir daí apenas nos casos de distância da residência do colégio, devido a dificuldades na família ou com o objetivo de possibilitar uma melhor preparação para o ingresso nas grandes escolas. Como ressalta Philippe Ariès, no caso da França, o internato passa a ser

> [...] tolerado, não mais escolhido. As famílias mais ricas conservaram por algum tempo a nostalgia do internato, menos no colégio do Estado que numa instituição privada em geral religiosa [...] A família moderna não aceitava mais se separar de suas crianças mesmo que para assegurar sua educação.[48]

Todavia, apesar de no século XIX o internamento escolar já ser desacreditado pelos franceses, a ponto de atribuir ao modelo o "'efeminamento' da juventude, a derrota de 1870 e, de modo mais geral, o despovoamento da França!"[49], no Brasil o internato continuaria sendo utilizado, sobretudo na instrução particular.

1.2 Questão do internato no Brasil

O internato brasileiro também não ficou imune a críticas. Entre os problemas apontados pelos intelectuais, as condições físicas e de higiene do internato, especialmente os dormitórios, ocupavam um lugar de destaque. Os médicos preocupados com questões higienistas, em suas teses de doutoramento do século XIX e início do século XX, alertavam

---

[46] ARIÈS, Philippe. De l'externat a l'internat. In: ARIÈS, Philippe. *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: E'ditious Du Seuil, 1973, p. 315.

[47] PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.150.

[48] ARIÈS, op. cit., p. 315.

[49] "Enquanto as famílias populares ou camponesas, se querem dar continuidade aos estudos de seus filhos, se vêem obrigados a colocá-los em regime de internato, as famílias burguesas, na medida do possível, recorrem ao externato, tido tanto por Ernest Legouvé quanto por George Sand como a melhor solução. Essa família, mais do que nunca, faz a educação, em face do Estado laico, um assunto privado. É a isso que o ensino 'livre' deve em parte seu êxito". PERROT, op. cit., p. 151.

para a insalubridade física e moral dos internatos e apresentavam propostas para o funcionamento higiênico deles[50].

Além das críticas formuladas nas teses dos facultativos, o modelo "colégio-internato" recebeu o parecer negativo do movimento pedagógico escolanovista[51], iniciado nos Estados Unidos e em países europeus nos anos finais do século XIX e difundido no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O movimento indicava como fatores negativos para a formação do sujeito o ajuntamento de crianças e/ou adolescentes e jovens, o regime invariável e a regulação constante, acabando por interferir na livre iniciativa do sujeito.

O internato foi um tema controverso durante boa parte do século XIX, especialmente na sua segunda metade. Não havia consenso sobre os benefícios pedagógicos do internamento. A esse respeito, é ilustrativo um trecho da escrita, realista e autobiográfica, de Raul Pompéia em *O Ateneu* (1888):

> Discutiu a questão do internato. Divergia do parecer vulgar, que o condena. É uma organização imperfeita, aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem? O mestre é a tirania, a injustiça, o terror? [...] A reclusão exacerba as tendências ingênitas? Tanto melhor é a escola da sociedade. Ilustrar o espírito é pouco; temperar o caráter é tudo. É preciso que chegue um dia a desilusão do carinho doméstico. [...] O internato é útil; a existência agita-se como a peneira do garimpeiro: o que vale mais e o que vale menos, separam-se. [...] Não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete. A corrupção que ali viceja, vai de fora. Os caracteres que ali triunfam, trazem ao entrar o passaporte do sucesso, como os que se perdem, a marca da condenação.[52]

Nesse fragmento estão presentes duas posições sobre o internato bastante recorrentes, em boa parte do século XIX, nos discursos de autoridades da instrução e em teses médicas. A primeira, provavelmente dominante, impingia ao internato um valor negativo. O modelo era criticado por propiciar a corrupção física e moral dos colegiais. A segunda apontava o

---

[50] Conforme análise de um conjunto de teses produzidas pelos doutorandos das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, apresentada em outra parte deste trabalho.

[51]Também denominado de "Escolas Novas", defendia que "A criança é espontaneamente ativa e necessita, portanto, ser libertada dos vínculos da educação familiar e escolar, permitindo-lhe uma livre manifestação de suas inclinações primárias." Em consequência dessa ideia, o movimento defendia que a educação escolar deveria sofrer profundas mudanças, como afastar o prédio escolar do ambiente artificial e constritivo da cidade, a aprendizagem devia ocorrer em contato com o ambiente externo e as atividades intelectuais deviam estar conjugadas com as atividades práticas. No Brasil, o movimento teve como defensores, entre outros intelectuais da educação, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. CAMBI, Franco. O século XX até os anos 50. "Escolas Novas" e ideologias da educação. In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 514-515.

[52] POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 2001, p. 144.

internato como um "mal menor", recurso importante diante das longas distâncias (casa/colégio) e/ou da falta de estabelecimentos de ensino em determinadas localidades.

Igualmente existia quem defendesse o recurso ao internato como um espaço ideal para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes. Neste último caso, considerava-se que as adversidades enfrentadas no internato agiriam positivamente para fortalecer o indivíduo a fim de enfrentar os desafios do mundo exterior. Em 1879, discorrendo sobre a educação da mulher, Sanches de Frias fazia o seguinte questionamento: "Qual o caminho a seguir na instrução feminina, externato, internato ou na família?". Posicionava-se favorável à reclusão e regularidade do internato como um recurso conveniente ao adiantamento e à correção dos defeitos de uma menina: "[...] horas regulares da alimentação, a distribuição sensata dos seus trabalhos e dos seus recreios – a podem melhorar, se não curar rapidamente, o que é totalmente impossível, se não houver reclusão e reclusão prolongada e sem intermitências"[53]. Ainda, para o autor, na condição de externa, a menina estava "[...] exposta à constante convivencia dos criados, que a acompanham, às chalaças e diálogos picantes dos truões de esquina e à prática das assuadas, jogos e entretenimentos dos garotos"[54].

Quando o governo imperial idealizou, no ano de 1882, o Congresso de Instrução, o internato figurava entre as questões do programa[55]. O Congresso acabou não ocorrendo, e no seu lugar foi organizada uma Exposição Pedagógica e a publicação de memórias e pareceres, sabre os vários temas propostos no programa[56]. A décima terceira questão, que deveria ter sido discutida pelos congressistas, tratava do regime de internato praticado nas escolas normais e colégios públicos de instrução secundária. Sobre esta questão foram apresentados pareceres pelos doutores João Carlos de Oliva Maya, Manoel Antonio Duarte Moreira de Azevedo e o Barão Homem de Melo.

O parecer do Dr. João Carlos de Oliva Maya foi favorável à adoção do internato, desde que obedecesse a certas regras e fiscalização do governo.

> A educação na família entre nós é, por enquanto, mera aspiração. Os internatos, cujo regime é aplicado com igual vantagem nos colégios e nas escolas normais, preenchem os misteres da educação e instrução, obedecendo porém a certas regras e à vigilância do governo por intermédio

---

[53] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p. 54.
[54] Ibid., p. 57.
[55] O plano do Congresso e o programa das questões sujeitas ao seu exame e discussão foram organizados pelo conselheiro Leôncio de Carvalho.
[56] CONGRESSO DA INSTRUÇÃO. 1884. Rio de Janeiro. *Atas e Pareceres*... Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

> de seus delegados. Do progresso da pedagogia depende a solução decisiva em prol do regime dos internatos.[57]

Por sua vez, o Dr. Manoel Antonio Duarte Moreira de Azevedo defendia que, diante das condições geográficas do Brasil, ainda não era possível suprimir os internatos. Porém, para o seu funcionamento adequado, os internatos deveriam ser instalados em espaços salubres, em

> [...] prédios espaçosos situados em lugares altos de ar puro e saudável, com terrenos extensos para exercícios ginásticos e recreios. Procurem sítios de boa vegetação, de horizonte vasto e afastados dos grandes centros de povoação. Terão ali os alunos vida calma, estudiosa e higiene física e moral[58].

Nas primeiras décadas do século XX a questão do internato continuou presente nos congressos sobre educação e em alguns tratados, compêndios ou manuais de pedagogia. Na I Conferência Nacional da Educação, realizada em Curitiba, em 1927, de modo específico, aparece a tese intitulada "A Higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo", apresentada pelo Dr. Eurico Branco Ribeiro. Esse trabalho foi resultante de uma inspeção realizada por ele, no ano de 1926, em 10 colégios-internatos particulares da cidade de São Paulo. Apesar de o inquérito restringir-se a uma localidade específica, é um documento importante por sua singularidade e pela possibilidade de, a partir das constatações apresentadas pelo autor, entender como a questão do internato continuava a ser debatida e como os internatos estavam organizados nas primeiras décadas do século XX.

Como informa o próprio título da tese do Dr. Eurico Branco Ribeiro, a higiene continuava sendo o eixo principal para a análise dos internatos. A partir desse enfoque o autor apresenta e analisa diversas recomendações para o funcionamento higiênico de um internato. Suas observações e contribuições recaíam sobre as condições físicas do internato (localização e disposição geral, o edifício escolar e suas divisões), a respeito das condições de atendimento e ingresso dos internos (assistência médica e dentária, profilaxia, contatos entre internos e externos, enxoval) e a organização propriamente pedagógica dos internatos (horários, o ensino de higiene e a educação sexual).

---

[57] MAIA, João Carlos de Oliva. O regime de Internato nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais. In: CONGRESSO DA INSTRUÇÃO. 1884. Rio de Janeiro. *Atas e Pareceres...* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

[58] AZEVEDO, Manuel Antônio Duarte Moreira de. O regime de Internato nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais. In: CONGRESSO DA INSTRUÇÃO. 1884. Rio de Janeiro. *Atas e Pareceres...* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

O Dr. Eurico Branco Ribeiro apresentava como ideal para o funcionamento adequado de um internato um prédio completamente isolado de outros edifícios, com boa disposição e com bastante arvoredo. Sobre esse aspecto ele concluiu que não existiam essas condições para todos os internatos pesquisados, pois alguns deles estavam instalados em "casas que serviram de residências para famílias, casas comuns, situadas entre outras". Segundo ele, os edifícios dos colégios pesquisados podiam ser classificados em prédios especialmente construídos para servirem como colégio-internato e os prédios adaptados[59] para essa função. Embora, os primeiros apresentassem melhores condições sanitárias, todos padeciam de falhas que deveriam ser corrigidas a fim de se adaptarem aos novos conceitos higiênicos.

O Dr. Eurico Branco Ribeiro destacava como uma dessas falhas a adoção dos dormitórios coletivos ou "grandes salões", atulhados de camas, embora existissem internatos que adotavam o sistema de dormitórios com compartimentos para três ou quatro pessoas, e os modelos intermediários, caracterizados por serem

> [...] um vasto salão dividido por paredes de meia altura em cubículos onde se abrigam de três a cinco pessoas. Em um deles, os corredores cortam o salão ao meio, de modo que cada compartimento tem a sua janela, ficando os da esquina aquinhoados com duas. Em outro, os corredores são à volta do salão, e os quartinhos, denominados 'boxes', constituem um bloco no centro. Um tal sistema tem, pelo menos, a virtude de impedir o demasiado aproveitamento do salão, que, se fosse aberto, daria lugar à colocação de um número muito maior de camas.[60]

Outro aspecto salientado na tese do Dr. Eurico Branco Ribeiro foi a questão do contato entre internos e externos, visto como prejudicial pelos males físicos e morais que poderiam causar aos alunos internos. De fato, desde o século XIX, era recorrente no discurso médico-higiênico a desaprovação desses contatos, especialmente por questões morais[61].

Igualmente, no início do século XX, precisamente no ano de 1912, o Dr. B. Vieira de Mello, encarregado do Serviço de Inspeção Médico Sanitário das Escolas de São Paulo, organizou um conjunto de preceitos higiênicos que deveriam ser observados para a instalação

---

[59] Adaptações nem sempre correspondentes aos preceitos higiênicos: "Às vezes a disposição é boa, mas o compartimento é acanhado, como no caso de um dos estabelecimentos por nós visitados, que converteu a cozinha de uma casa de família em cozinha para atender a uma centena de pessoas". RIBEIRO, Eurico Branco. A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA; Denílson Roberto; SCHMIT; Maria Auxiliadora. (Orgs.). *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: SEDEIA/ INEP/ IPARDES, 1997, p.493.

[60] Ibid., p. 486.

[61] Pode ser consultada, entre outras, a tese do Dr. Candido Balbino da Cunha. CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

de um internato[62]. Repetindo basicamente as prescrições expressas nas recomendações higiênicas para os internatos, o autor dividiu suas orientações em três pontos: "Situação e orientação do edifício", "O edifício e suas dependências" e "Higiene dos colegiais".

Desse modo, dominavam nas discussões sobre o internato aspectos ligados à higiene escolar, quase sempre baseadas em ensinamentos copiados de autores estrangeiros. Um impresso alemão de autoria do Dr. Leo Burgerstein, traduzido para o português, exemplifica essa influência. O autor alemão apresenta diversos aspectos da higiene escolar e dentro dessa disciplina apresenta os inconvenientes dos internatos pela facilidade da propagação das enfermidades contagiosas, devido ao grande contingente de pessoas compartilhando o mesmo espaço, e pela frequência como eram difundidos os desvios sexuais. Para o autor, o modelo mais recomendado era o dos semi-internatos, edificados nas imediações da cidade. Nesse modelo o estudante poderia passar o dia na escola e a noite em casa com a família. A vantagem do semi-internato, segundo o autor, estava no menor gasto com relação ao internato e porque o estudante podia continuar sob a influência educativa da família[63].

A questão do internato também estava presente nas ideias pedagógicas, geralmente de cunho moral e religioso, quando tratava da educação sexual. Segundo esses escritos, nos internatos os males ou vícios sexuais se agravavam, pois os "corrompidos" facilmente contaminavam os companheiros. Advertia-se sobre o perigo de companheiras sentimentais e carinhosas, das ligações muito íntimas e exclusivistas e da propagação do "vício solitário"[64].

Era necessária, portanto, uma educação sexual dos meninos e meninas encerrados nos internatos dos colégios, baseada em preceitos morais e religiosos e que combatesse e/ou evitasse toda espécie de perversão sexual. A educação sexual deveria ser ensinada de forma muito circunspecta para evitar a curiosidade demasiada e maliciosa sobre as coisas do sexo. Esse cuidado deveria ser redobrado ao ser abordado o assunto numa classe de meninas, pois a

> [...] preocupação sexual é absorvente entre meninas de colégios. As cousas mais simples e banais, elas maliciam. [...] Numa sala de mocinhas, não se pode falar em amor, em pecado original, etc., sem despertar a malícia. Há

---

[62] MELLO, B. Vieira. *Requisitos para um bom internato. São Paulo*: Weiszflog Irmãos, 1912.

[63] BURGERSTEIN, Leo. *Higiene escolar* (tradução 3ª edição alemã pelo Dr. Lyon Davidovich). Rio de Janeiro: Atlântida Editora 1934, p. 181.

[64] "Mesmo desprezando os argumentos morais, a própria ciência dirá os males produzidos pelas perdas seminais dos mocinhos, cujo organismo em formação deve economizar todas as forças necessárias ao próprio crescimento. [...] Crescido no desperdício de tão precioso elemento, o moço se verá prejudicado tanto nas resistências do corpo como nas faculdades superiores da inteligência e da vontade. Está muito de acordo com os estudos de endocrinologia, tão avançados nos últimos tempos". NEGROMONTE, A. *A educação sexual* (para pais e educadores). Rio de Janeiro: Edições Rumo, Rio de Janeiro, 1941, p. 152.

> mesmo uma 'língua' em que as palavras vulgares têm significações impuras. Isto nem devemos generalizar, nem desconhecer.[65]

A educação física e esportiva era vista como uma prática bastante vantajosa para afastar os meninos e moços das conversações perigosas, dos vícios e das perversões sexuais. Daí seu uso acentuado em determinados internatos, como método de desviar o pensamento dos jovens de práticas condenadas e mantê-los constantemente ocupados.

Enfim, as questões ligadas à higiene e à propagação de perversões sexuais continuavam marcando o discurso de intelectuais que abordavam o uso do internato escolar. Quanto à permanência do modelo, imperava o dissenso.

1.3 Primórdios dos internatos na sociedade brasileira

No Brasil, as origens ou protótipos de instituições que funcionavam com internato escolar remontam ao período colonial, mais especificamente à segunda metade do século XVI, com a fundação dos primeiros colégios e/ou seminários pela Companhia de Jesus. E, igualmente, conventos e recolhimentos, guardadas as diferenças entre os modelos institucionais, foram estratégias de internamento que caracterizaram a história social do Brasil. Finalmente, no século XIX, especialmente na segunda metade deste, os colégios particulares (confessionais e não confessionais), tanto do sexo masculino como feminino, consolidaram o modelo colégio-internato na sociedade brasileira.

No período colonial, os jesuítas fundaram escolas em diversas partes do território colonial e destas receberam a denominação de colégios: o da Bahia em Salvador, conhecido como "Colégio dos Meninos de Jesus", o de São Sebastião, no Rio de Janeiro, e o de Olinda, que possuíam em sua organização arquitetônica a destinação de espaços específicos para dormitórios (cubículos) dos alunos internos. Esses colégios com internatos, de influência europeia, foram um modelo que "[...] nem a Companhia fomentou, nem também recusou, quando alguma razão de bem público os aconselhava [...]"[66], como eram as decorrentes das condições geográficas do Brasil.

O "enclausuramento" proporcionado pelo internato dos colégios jesuítas procuravam civilizar os meninos, filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, mineradores,

---

[65] NEGROMONTE, A. *A educação sexual* (para pais e educadores). Rio de Janeiro: Edições Rumo, Rio de Janeiro, 1941, p. 44.

[66] SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 169.

pela transmissão das letras clássicas e o exercício das práticas de devoção aos santos da Igreja, da penitência e das virtudes.

Os seminários introduzidos pelos jesuítas também estão nas origens das práticas de internamento no Brasil. A Companhia fundou o primeiro colégio-seminário no século XVII, denominado de Seminário de Belém da Cachoeira (1687), no Recôncavo da Bahia. No decorrer do século XVIII outros seminários foram fundados em diversas localidades, como na Paraíba (1745), em Paranaguá (1754), no Pará (1749), no Maranhão (1751) e em Pernambuco (1798). Nestes seminários a vida era de internamento em que os alunos, além da instrução, recebiam moradia e sustento. Com a expulsão dos jesuítas, outras ordens religiosas, como os oratorianos, fundaram os seus seminários em terras brasílicas.

Os seminários, conquanto fossem instituições reservadas à instrução de moços que se destinavam à carreira eclesiástica, igualmente recebiam alunos para serem instruídos no curso de humanidades. Neste sentido, como explica o padre Serafim Leite, o Seminário de Belém, dirigido pelo padre Alexandre de Gusmão, foi o primeiro colégio com internato de ensino secundário do Brasil, onde os internos aprendiam a doutrina católica e o curso de humanidades (latim, arte e retórica), "conforme a capacidade dos ouvintes, segundo a ordem das classes da Companhia"[67].

Com os estudos de humanidades concluídos, os alunos egressos do Seminário de Belém seguiam itinerários diferentes. Alguns viajavam para Portugal a fim de se matricular na Universidade de Coimbra; outros seguiam a vocação religiosa e eram admitidos na Ordem dos Jesuítas ou em outras ordens[68].

Também possuía esse duplo sentido (colégio-seminário) o Seminário de Olinda, fundado em 1800, por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Olinda. O estabelecimento destinava-se a jovens que almejavam à carreira religiosa, mas igualmente [...] absorvia estudantes que prosseguiriam seus estudos de nível superior em Portugal, recrutados entre as mais importantes e abastadas famílias do Nordeste, que remuneravam o estabelecimento escolar pela educação de seus filhos"[69]. O plano de estudo do Seminário de Olinda era composto de cinco matérias, a saber: gramática latina, retórica, filosofia, geometria

---

[67] SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 185.
[68] Ibid.
[69] ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010, p. 54.

e teologia. O Seminário de Olinda subsistiu até 1836, quando foi transformado em estabelecimento pio[70].

O estudo de estatutos ou regulamentos desses seminários-colégios evidencia algumas características culturais dos internatos dessas instituições, tais como condições de admissão, vestimentas, alimentação, recreios, horários das atividades e férias, que, em parte, permaneceram presentes nos usos e costumes de colégios-internatos no decorrer do século XIX. Neste sentido, o *Regulamento do Seminário de Belém* é um exemplo bastante elucidativo. Segundo este regulamento, podiam ser admitidos no colégio-seminário meninos com 12 ou 13 anos, para uma estada que podia se estender de cinco a seis anos. Como condição de admissão era exigida a prestação de informações sobre os costumes, a pureza do sangue, "[...] excluídos totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive o que tem alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços"[71].

Em seguida, o regulamento determinava regras referentes aos usos e costumes a serem observados na vida cotidiana do internato. Com relação às vestimentas, os seminaristas ou alunos deviam trajar diariamente uma roupeta[72] de estamenha[73] parda e, nas saídas do colégio ou em solenidades públicas, uma beca (veste talar preta) e barrete (gorro) preto com breve volta branca sem renda. Com o intuito de não estimular a vaidade, proibia-se o uso de seda ou sendais de retrós, saltos demasiados, gadelhas[74] e cabeleiras.

Como o Colégio-seminário de Belém recebia filhos das camadas ricas da colônia, o regulamento advertia sobre a proibição de que os pensionistas trouxessem para o estabelecimento "moleque" (escravo)[75] para servi-los em suas necessidades pessoais,

---

[70] "O que representou o golpe de misericórdia e a desarticulação definitiva desses colégios-seminários católicos foi o surgimento dos liceus e dos colégios públicos, depois da Independência. Nas regiões mais desenvolvidas do país, portanto, o predomínio dos colégios-seminários se estendeu por meio século, aproximadamente, já que se iniciara no último quartel do século XVIII." ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010, p. 65.

[71] Conforme o *Regulamento do Seminário de Belém da Cachoeira*, copilado pelo padre Serafim Leite. SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 182.

[72] "Hábito de sacerdote; batina". ROUPETA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 1250.

[73] "Tecido comum de lã". ESTAMENHA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 576.

[74] "Cabelo desegrenhado e longo". GADELHAS. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 708.

[75] Nos conventos e recolhimentos era costume que meninas, mulheres e moças ricas fossem reclusas acompanhadas de escravas ou servas para servi-las em seus cuidados pessoais. Prática existente, por exemplo, no Convento da Soledade na Bahia. FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade*: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

justificando essa proibição por causa da necessidade de que os alunos "[...] se sirvam a si, e uns aos outros quando estão doentes; e para se acostumarem a ter cuidado das coisas, eles serão os sacristãos, porteiros, etc., e varrerão seus cubículos, farão suas camas, etc."[76]. Contudo, para os serviços gerais do estabelecimento, o colégio-seminário dispunha de escravos.

Igualmente, existiam regras que orientavam como os jesuítas da "Casa" deviam cuidar dos meninos internos (*E para os Nossos que assistirem no Seminário aprovou as ordens seguintes*), de modo que os pequenos não sentissem falta do carinho materno e os grandes não se apresentassem indisciplinados. Os castigos deviam ser frequentes, mas moderados, e "[...] se a falta for secreta, o padre reitor no seu cubículo o castigue, de sorte que se não saiba a falta e se emende o culpado [...][77]. Também deviam ser evitados o contato dos alunos com pessoas do sexo feminino e as visitas ao internato de pessoas que não fossem religiosas, a fim de se evitar os pecados contra a moral e as más influências do mundo exterior.

Havia também um conjunto de regras a serem observadas na conduta diária do internato (*Ordem que se deve guardar no Seminário de Belém*). Assim, ressaltava que bastavam aos pensionistas oito horas de repouso ou sono, devendo, ao romper do dia, ser despertados ao som do toque de uma campa (sino) e de batidas nas portas dos respectivos cubículos. Acordados, os alunos deviam seguir em silêncio para as primeiras atividades religiosas do dia (preces matinais, missa), depois seguiam os estudos, que somente seriam interrompidos para o almoço, que se dava antes das oito horas.

Depois do almoço, ainda observando a regra do silêncio, continuavam os estudos, depois uma hora de repouso, quando tinham licença para falar até o momento da refeição seguinte. Em seguida, novo repouso, seguindo novas orações e execução das tarefas da classe, com a advertência de que seriam castigados os que desrespeitassem a proibição de falar, até as três horas quando se reuniam novamente em classe de estudos. Finalizada a aula, podiam falar até o início das lições de solfa (música), e, logo se seguia, sucessivamente, a ceia, o repouso, a lição espiritual, as preces noturnas, e se retiravam para os respectivos cubículos para dormir[78].

Informa o padre Serafim Leite que o Seminário de Belém possuía todas as acomodações necessárias a um colégio-internato, tanto para a moradia e alimentação tanto dos alunos como dos padres da Companhia, ou seja, salas de aulas, pátio, cubículos, biblioteca,

---

[76] *Regulamento do Seminário de Belém da Cachoeira*, copilado pelo padre Serafim Leite. SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 182.
[77] "E para os Nossos que assistirem no Seminário aprovou as ordens seguintes." Ibid, p.186.
[78] "Ordem que se deve guardar no Seminário de Belém" Ibid, p.187.

capela, cozinha, dispensa, refeitório, tanques e fonte de água, residência dos padres, portaria e casa de hóspedes. Observando a planta[79] apresentada pelo padre Serafim Leite é possível perceber que o prédio do Seminário de Belém imitava as antigas construções claustrais, fechadas, com dois grandes pátios no seu interior que, em alguns pontos, os grandes colégios-internatos do século XIX, principalmente aqueles ligados a congregações religiosas, procuraram imitar[80].

Por sua vez, o regulamento intitulado *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*[81] (1798), ou simplesmente Seminário de Olinda, ordenado pelo bispo Azeredo Coutinho, também apresenta algumas evidências da economia do internato. O documento é dividido em três partes, ou seja, as disposições relativas a observância econômica, à moral e à literária. Segundo o estatuto, o Seminário recebia duas categorias de colegiais, meninos pobres, órfãos ou filhos de pais pobres (numerários), e, colegiais extranumerários, ou porcionistas "que se sustentem a sua custa".

Os colegiais pobres, além dessa condição social, deveriam comprovar que sabiam ler e escrever, serem filhos legítimos, sem nota de infâmia[82], sem doença e terem ao menos 12 anos de idade. Deveriam também trazer para o colégio, a título de enxoval, cama e roupa branca, um roupão de druguete preto (samarra[83]) sem sobremangas (para uso no cotidiano do colégio e nas aulas), uma beca de cor roxo-claro, sem mangas (para uso em público e para sair a rua) e livros. Advertia também que o traje composto de meias, sapatos e fivelas fosse proporcional à condição de pobreza, "[...] e quando saírem à rua, levarão meias de laia pretas, ou de linha de

---

[79] Seminário de Belém da Cachoeira. Planta, por justaposição, da que se guarda no Arquivo Geral da Companhia. In: SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p.166.

[80] A exemplo do Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, no Palácio do Rio Comprido, no Rio de Janeiro: "Este estabelecimento, situado em um arrabalde próximo da corte e reconhecidamente das mais saudáveis, ocupa ainda o ponto mais importante do Rio Comprido. Um edifício de forma claustral, com capacidade para duzentos alunos, casa separada para professores e criados; no centro de uma extensa chácara, com jardim, passeios [...]". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 444.

[81] Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. (1798). [Transcrito da fonte original] In: ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010, p. 54.

[82] Para António Manuel de Almeida Costa "traduzia-se a infamia *facti* num juizo de desvalor moral, dirigido pela colectividade contra a pessoa de um de seus membros. Ou seja, consistia num juízo desfavorável sobre a personalidade de um indivíduo, podendo, conforme a mundividência da época, assentar numa multiplicidade de fundamentos: v.g., quer na condição de nascimento, quer na prática de actos ou na adopção de formas de vida contrários ao código ético-social vigente". COSTA, António Manuel de Almeida. *O registro criminal*: história, direito comparado, análise político-criminal do instituto. Coimbra: Faculdade de Direito de Coimbra, 1985, p. 40.

[83] "Batina leve e simples de sacristão". SAMARRA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 1265.

cor honesta, mas nunca de seda; por serem impróprias da pobreza, a cujo título foram admitidos"[84]. A fim de guardar a roupa de uso pessoal e mantê-la conservada e com asseio, os internos deveriam trazer para o colégio-seminário uma arca, ou baú.

Os colegiais extranumerários ou porcionistas deveriam ter as mesmas qualidades exigidas para a admissão dos colegiais pobres. Assim, eram obrigados a trazer o mesmo enxoval e, além disso, efetuar o pagamento da pensão ou côngrua anual. No momento da admissão dos colegiais porcionistas, estes deveriam ser advertidos de que não haveria distinção ou tratamento diferenciado entre eles e os colegiais pobres (numerários):

> Que os colegiais pensionistas, para se conservar a união e de uniformidade da Sociedade, hão de ser tratados na mesa e comida, com igualdade aos colegiais do número: da mesma forma serão obrigados a usar de vestidos, principalmente exteriores, sem diferença alguma dos outros; por ser conveniente que aqueles, que vivem como irmãos em uma mesma comunidade, se vistam dos mesmos trajes, e sejam regidos pelas mesmas leis e costumes, das quais nenhum pensionista será jamais excetuado, nem dispensado, por mais distinto e rico que seja; e este Estatuto lhes será lido nos dias das suas entradas, para que logo fiquem perdidas as esperanças de toda e qualquer distinção que não lhes será admitida, por ser prejudicial às comunidades.[85]

Observam-se também, no Estatuto do Colégio-Seminário de Olinda, similaridades com outros colégios-seminários mais antigos e com os colégios-internatos que se estabeleceram em todo o Brasil durante o século XIX, quanto às regras dos horários das refeições e aos procedimentos a serem adotados no espaço do refeitório. Deste modo, no refeitório, os colegiais deveriam manter o silêncio e seguir demais formalidades, como as referentes à ordem de sentar e levantar e às preces religiosas. Todos os dias, desde que não fossem de jejum, de preceito, ou sábado (dedicado a Nossa Senhora) ou às quartas-feiras na Quaresma, estava determinado que fosse servido almoço aos três quartos para as oito horas. Às onze horas e meia da manhã, ao sinal do toque de campa (sino), iniciava-se o jantar, que deveria constar, ao menos, de quatro pratos, incluída a sobremesa. Depois do jantar, se seguia o repouso de um quarto de hora, quando os colegiais tinham a permissão de conversar entre si. A ceia deveria ocorrer às nove horas da noite, constando de dois pratos, exceto nos dias de

---

[84] Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. (1798). [Transcrito da fonte original] In: ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010, p. 78.
[85] Ibid., p. 80.

observância do jejum. Depois da ceia, meia hora de repouso e, finalmente, ao toque de silêncio, os colegiais deveriam se recolher aos respectivos cubículos a fim de dormir.

Além das refeições ordinárias, nas tardes de domingo e dias santos de guarda, ou em dias feriados, poderia ser servida uma merenda aos colegiais, "[...] os quais comerão juntos à mesma mesa como irmãos, sem haver separação uns dos outros; e não lhes será permitido levar coisa alguma da mesa; para assim se evitar a gulodice, e a ocasião de nutrir paixões"[86].

A direção do Colégio-Seminário de Olinda estava a cargo de um reitor e um vice-reitor, auxiliados na economia do internato pelo sacristão, porteiro, barbeiro e refeitoreiro, cozinheiro, cerqueiro, comprador e, nas atividades de ensino, o diretor de estudo, professores, bibliotecário e um bedel. Ao reitor, além de todas as obrigações administrativas da instituição, competia também vigiar o procedimento e estudos dos colegiais, visitar algumas vezes na semana os cubículos e conceder licença aos colegiais para visitarem a família, devendo observar toda "[...] a circunspecção em conceder tais licenças, pelo perigo de distraimento, que nas saídas de casa se adquire com facilidade [...]"[87].

A fim de manter o isolamento do internato, um porteiro[88] vigiava, observando tudo o que entrava e saía do estabelecimento, atendia as pessoas que procuravam o colégio e não permitia que entrassem pessoas que não desempenhassem um serviço no estabelecimento, principalmente mulheres. Os colegiais, quando procurados, ou quando a estes fosse endereçada alguma carta, ou outra qualquer encomenda, cabia ao porteiro comunicar ao reitor ou vice-reitor para que um desses autorizasse, ou não, a entrega da encomenda ao colegial ou permitisse a visita.

O colégio também devia dispor de um homem para servir como barbeiro (fazer barba e cortar os cabelos) e refeitoreiro (assear o refeitório, servir à mesa, entrega as roupas aos colegiais, acender o candeeiro do refeitório e dos dormitórios), e do cerqueiro, que cuidava da horta e da lenha necessária para os serviços da cozinha.

De outro modo, os conventos e recolhimentos, fundados no Brasil por diversas congregações religiosas, foram as primeiras instituições utilizadas para o internamento ou

---

[86] Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. (1798). [Transcrito da fonte original] In: ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010, p. 82.

[87] Ibid., p. 86.

[88] Costume também adotado nos colégios-internatos do século XIX, especialmente os religiosos. O regulamento do Colégio Caraça, em Minas Gerais (1820), determinava como deveres do porteiro: "4. Quando algum estudante for procurado dará parte ao diretor para com ordem sua ir falar. 5. Nada receberá de fora para os estudantes, e nem os estudantes para fora que não passe por mão do diretor". *Regulamento do Seminário da Imperial Casa de N. S. Mãe dos Homens da Serra do Caraça* Transcrição encontrada em ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 175.

reclusão feminina com a finalidade de instrução[89]. Os primeiros conventos[90] brasileiros foram implantados a partir da segunda metade do século XVII e tinham "[...] como objetivo principal, o desenvolvimento de uma vida de fé, contemplação do divino, dedicação mística a Cristo, enfim, um afastar-se do mundo numa situação para vocacionadas [...]"[91]. Entretanto, os conventos também se prestaram para o internamento de meninas e/ou moças de famílias ricas, onde elas aprendiam rudimentos da leitura e escrita, música e tarefas domésticas, mas sem os votos, obrigatórios apenas para as que seguiriam a vida religiosa.

Estudos sobre a reclusão feminina nos conventos implantados no Brasil colonial apresentam compreensões importantes sobre a vida a que estavam submetidas as mulheres no cotidiano dessas instituições. É elucidativa, entre outras, a pesquisa de Adínia Santana Ferreira sobre o Convento do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade, na Bahia, em que a autora apresenta a vivência feminina no cotidiano do claustro como

> [...] extremamente diversificado, pois incluía não apenas atividades devocionais e educacionais, mas também práticas de disciplinarização, normalização, sociabilidade, resistência e poder. Esse dia-a-dia foi vivenciado por cada reclusa segundo as regras conventuais, o que não excluía a possibilidade de formas diferenciadas de assujeitamento às mesmas. A normalização das condutas das recolhidas enfrentam atitudes mais submissas, outras mais rebeldes, outras mais conciliadoras ou dissimuladas.[92]

Os recolhimentos, além das atribuições de recolher viúvas desamparadas, mulheres casadas em conflito com seus maridos, e mulheres casadas que não podiam contar com a proteção dos maridos, acolheram também meninas e moças para serem instruídas[93]. Os recolhimentos se diferenciavam dos conventos por serem instituições para a educação feminina com o objetivo de inserção social e não havia votos. Entretanto, as recolhidas acabavam por viver com regras que se assemelhavam às dos conventos. Muitos recolhimentos foram criados no Brasil no século XVIII, sendo que o primeiro foi fundado em

---

[89] Motivações para o ingresso de meninas, jovens e mulheres nos conventos e recolhimentos: "[...] a imposição dos pais e/ou maridos, a instituição do morgadio, regime em que os herdeiros poderiam abrir mão da herança em prol de irmãos mais velhos ao se tornarem religiosas, o zelo dos pais com a formação espiritual e escolar de suas filhas, a fim de prepará-las para o estado de religião ou de matrimônio, ou a própria escolha de muitas jovens mulheres pela vida religiosa". FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade*: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 6.

[90] O primeiro convento do Brasil foi o de Santa Clara do Desterro, fundado na Bahia em 1677.

[91] ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *O sexo devoto*: normatização e resistência feminina no império português (XVI-XVIII). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

[92] FERREIRA, op. cit., p. 8.

[93] Ibid.

Pernambuco, ainda no Século XVI, pelos padres Antonio da Nóbrega e Antonio Pires[94]. No final do século XVIII ficou famoso o "Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar da Boavista de Pernambuco", fundado pelo bispo Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho.

Os recolhimentos estavam dentro dos ideais da reforma pombalina, conforme explicitado por Ribeiro Sanches[95] na obra *Cartas sobre a educação da mocidade* (1759). Para o autor, sendo as mães as primeiras mestras das crianças, seria impossível incutir a "[...] boa educação na fidalguia portuguesa enquanto não houver um Colégio ou Recolhimento, quero dizer uma escola com clausura para se educarem ali meninas da fidalguia desde a mais tenra idade [...]"[96].

Ainda, para Ribeiro Sanches, se as meninas e moças fidalgas fossem bem educadas nos conhecimentos da religião, das obrigações da vida civil, e em uma instrução restrita aos conhecimentos da geografia, da história sagrada e profana e aos trabalhos manuais senhoriais (bordar, pintar, estofar), não perderiam tempo com a leitura de novelas amorosas e versos "[...] que nem todos são sagrados: e em outros passatempos, onde o ânimo não só se dissipa, mas às vezes se corrompe; mas o pior desta vida assim empregada é que se comunica aos filhos, aos irmãos, e aos maridos"[97].

Adentrando o século XIX, o internamento para fins de instrução foi assumido predominantemente pelos colégios particulares, confessionais ou não. Ficaram famosos os colégios fundados por congregações católicas, entre outros, o Colégio Caraça[98] fundado em Minas Gerais, no início do século XIX, pela Congregação da Missão de São Vicente de Paulo dos padres lazaristas franceses. Por sua vez, os colégios particulares não confessionais tiveram um grande impulso, sobretudo pela demanda por instrução das camadas ricas e extratos médios da população. Na grande maioria desses estabelecimentos existiam três

---

[94] SERAFIM LEITE, S. I. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1965, p. 80.

[95] Pedagogo e planejador prático de muitas das reformas educacionais do Marquês de Pombal. TOBIAS, José Antonio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo. Juriscredi, 1972.

[96] SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1992.

[97] Ibid., p. 192.

[98] Reduto de uma disciplina implacável tal, como retratada por Gilberto Freyre, o "Caraça tornou-se alguma coisa de sinistro na paisagem social brasileira [...], arrebatando os meninos aos engenhos [...]; às fazendas das sertanejas de criar: às casas de sítio; aos sobrados da cidade. E reduzindo-os a internos, em um casarão triste, no meio das montanhas, dentro de salas úmidas, com estampas de São Luís Gonzaga pelas paredes, [...]". FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, p.185.

classes de alunos internos (pensionistas), semi-internos (meio-pensionistas) e externos[99]. Era designado aluno interno aquele que estava dentro, habitando na mesma casa, nas dependências do colégio, recebendo cama e comida (pensionato) e a instrução. Os alunos meio-pensionistas recebiam a instrução e uma ou duas refeições (meia-pensão), conforme o contrato; e os externos, que somente recebiam a instrução.

Os colégios-internatos, que se consolidaram no Brasil, de modo geral, no século XIX, além dos usos e costumes herdados das primeiras instituições com internato implantadas no país (colégios dos jesuítas, colégio-seminário, conventos e recolhimentos), igualmente carregavam marcas culturais do internato clássico que predominou nos liceus e colégios-internatos europeus, especialmente na França.

1.4 Defesa do internato na instrução pública

No século XIX, largamente adotado na instrução particular, o internato não deixou de ser pensado e até mesmo adotado, tanto pelo governo central como pelos governos provinciais em determinados estabelecimentos e graus de ensino. O conselheiro Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara (1812-1868)[100], inspetor geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, defendia, desde o ano de 1856, a criação de internatos[101] com o objetivo de aumentar a demanda nas escolas públicas primárias, localizadas nas freguesias de fora da cidade do Rio de Janeiro[102], onde os habitantes estavam espalhados, e as distâncias eram longas

> [...] nas freguesias de fora da cidade [...] onde a população é ainda bastante disseminada, seriam os meninos obrigados a percorrerem grandes distâncias e a sofrerem os rigores das estações, com grande dano de sua saúde, para irem quotidianamente receber na escola as lições do professor.
> [...]

---

[99] "Dois sistemas diversos são adotados na educação da mocidade: os meninos, ou residem nos colégios – internatos, ou somente frequentam as aulas durante o dia, retirando-se à tarde para a casa paterna – externatos". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.25.

[100] Formado em direito pela Faculdade de Direito de Olinda. Exerceu diversos cargos públicos (juiz, chefe de polícia, ministro da Justiça, inspetor geral da Instrução Pública Primária e Secundária do Município da Corte) e diversos mandatos eletivos de deputado provincial, deputado geral e senador. http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1616&li=13&lcab=1867-1868&lf=13

[101] A defesa da instalação de internatos para a instrução primária aparece nos relatórios da Inspetoria da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte do conselheiro Euzébio Queiroz dos anos de 1856 a 1862, período em que exerceu o cargo de Inspetor Geral da Instrução do Município da Corte.

[102] Freguesias de fora: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá.

> Quer seja porém obstáculo real que cumpre superar, quer seja pretexto a que se socorre a má vontade, que é indispensável destruir, não é menos certo que nas freguesias de fora da cidade são as distâncias uma das causas mais poderosas para a pouca frequência da maior parte das escolas, e as circunstâncias excepcionais dessas localidades estão indicando que o meio mais fácil de remover os inconvenientes que temos assinalado, e tornar mais úteis as escolas públicas, é dar-lhes uma organização também excepcional e mais acomodada às necessidades da população que aí se acha estabelecida. **Parece-me que se cada uma dessas escolas constituísse uma espécie de internato, desapareceriam a um tempo as dificuldades que se opõem ao desenvolvimento e progresso da instrução primária**.[103](grifo nosso)

Para a instalação de internatos primários, o conselheiro Eusébio de Queiroz argumentava que não ocorreriam acréscimos de despesas, pois as famílias que não fossem indigentes pagariam uma módica retribuição para o sustento e alimentação dos alunos e igualmente arcariam com as despesas do vestuário.

Deste modo, convencido das vantagens do internato, o inspetor geral propôs ao delegado da instrução da freguesia da Ilha do Governador que fizesse "um ensaio de internato na escola daquela freguesia". Para dar efetividade ao experimento, o governo nomeou um engenheiro para examinar uma casa na citada freguesia, pertencente ao mosteiro de São Bento, a fim de indicar se ela poderia ser reformada para o funcionamento do internato, ou quais seriam as despesas para a construção de um novo prédio[104]. Todavia, em 1858, o conselheiro Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara informou que o projeto de criação de um internato para a instrução primária encontrou dificuldades para a sua execução e acabou não podendo ser concretizado[105].

Na Corte do Rio de Janeiro funcionava, desde a primeira metade do século XIX, o Imperial Colégio de Pedro II[106], estabelecimento público de instrução secundária com internato. O estabelecimento foi fundado em 1837, data natalícia do imperador D. Pedro II, por decreto[107] do regente Pedro de Araújo Lima, que converteu o antigo Seminário de São

---

[103] CÂMARA, Euzébio de Queiroz Mattoso Coutinho. Relatório do estado da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 15 de fevereiro de 1856. (Anexo). In: FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856, p. 11.

[104] Ibid., p. 11.

[105] CÂMARA, Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primaria e Secundária do Município da Corte apresentado em 25 de abril de 1858. (Anexo K). In: FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

[106] Com o advento da República, o nome da instituição foi alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, para Ginásio Nacional. Em 1911 readquiriu sua primitiva designação.

[107] BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Converte o Seminário de S. Joaquim em colégio de Instrução Secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Rio de Janeiro, 1837.

Joaquim[108] em colégio secundário, de acordo com o projeto apresentado pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos[109]. Para o funcionamento do Colégio Pedro II[110] o antigo prédio do Seminário de São Joaquim sofreu reformas e adaptações, sob a orientação do arquiteto Grandjean de Montigny, "um dos componentes da Missão Francesa atraída ao Rio de Janeiro sob os auspícios de D. João VI pelo conde da Barca para fundação da Escola das Belas Artes"[111].

Quanto às condições e modos de funcionamento do Colégio Pedro II foi baixado o regulamento[112] de 1838, que passou por diversas alterações durante o Império e no decorrer da República. A respeito do internato, esse regulamento determinava as condições de admissão dos alunos internos, a pensão, o enxoval, o regime disciplinar e a economia interna do estabelecimento.

A partir de 1857[113] a instituição foi dividida em dois estabelecimentos distintos — Externato e Internado do Imperial Colégio Pedro II. O Internato, situado em uma chácara na rua de S. Francisco Xavier, nº. 3, no Engenho Velho, e o Externato, na rua Larga de S. Joaquim. Nos dois eram idênticos os cursos, regidos pelo mesmo programa de ensino, diferindo somente quanto às disposições regulamentares, peculiares à natureza de cada um deles. O curso dos estudos era de sete anos, repartidos por dezoito cadeiras a cargo de professores catedráticos e substitutos[114]. Os alunos do Colégio Pedro II saíam com o diploma de Bacharel em Letras, aptos a ingressar nos cursos superiores. Durante o Império e boa parte da República o estabelecimento serviu de modelo para o ensino secundário em todo o país e para as tentativas de adoção do internato nos estabelecimentos públicos.

No governo central do Império também havia quem sugerisse a adoção de colégio-internato, a exemplo do Pedro II, em estabelecimentos provinciais de ensino secundário. Nesse sentido, como ressalta José Ricardo Pires de Almeida em sua obra *Instrução Pública no Brasil* (1889), o conselheiro José Idelfonso de Souza Ramos, em 1862, destacava a

---

[108] Em 1739, foi fundado o Colégio dos Órfãos de São Pedro, origem do Seminário de São Joaquim.

[109] "Homem de sólida formação humanística de irradiação francesa, Bernardo Pereira de Vasconcellos tinha como objetivo criar no Brasil um estabelecimento nacional de ensino que recordasse a grandeza do Colégio de França, considerado o maior monumento cultural da Europa". DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. 1837-1937. (1937). Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), 1997.

[110] O Colégio Pedro II contou com o mecenato do patrono o imperador D. Pedro II. CHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

[111] DORIA, op. cit.

[112] BRASIL. Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os estatutos para o Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro, 1838.

[113] BRASIL. Decreto nº. 2006 de 24 de outubro de 1857. Aprova o Regulamento para os colégios públicos de Instrução Secundária do Município da Corte. Rio de Janeiro, 1857.

[114] INTERNATO do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

importância do internato, segundo o modelo francês (instrução, cama, comida, supervisão), para o desenvolvimento dos liceus provinciais que padeciam com a falta de alunos.

A ideia de criação de um estabelecimento de ensino secundário com internato, ou a criação deste nos liceus já existentes[115], também era muito recorrente nos relatórios de presidentes e/ou autoridades da instrução das províncias, principalmente nas décadas de 1850 a 1870. O internato, segundo as autoridades da instrução, possibilitaria que jovens de regiões interioranas pudessem cursar o ensino secundário nos liceus das capitais[116] ou evitaria que os moços recorressem a outra província[117] em busca de instrução. Essa ideia aparece, entre outros, em 1854, nas palavras do conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da Província do Pará, para o qual "[...] seria acertado refundir-se o Liceu Paraense em um colégio, onde ensinando-se as atuais matérias e outras que lhe faltam, se admitisse o internato"[118].

A defesa do internato nos estabelecimentos de ensino secundário provincial se repete em outros relatórios de presidentes de províncias. Na Província do Maranhão, o presidente Francisco Xavier Paes Barreto relatava que o Liceu Maranhense, situado no pavimento térreo do Convento do Carmo, na capital da província, apresentava pouca utilidade por causa do pequeno número de alunos matriculados, ressaltando que essa situação poderia ser diferente se o Liceu fosse "convertido em um internato, à semelhança ao Pedro II"[119]. Em 1870, a Lei nº 920, de 21 de junho de 1870, autorizou o presidente da Província do Maranhão a reformar o regulamento da instrução e a converter o liceu em internato[120]. Entretanto, no ano de 1871, o presidente Gomes de Castro comunicava à Assembléia Legislativa Provincial que não tinha dado efetividade à criação do internato no Liceu Maranhense, justificando que tal medida

---

[115] Províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Alagoas, Sergipe.

[116] "Seguindo a opinião de alguns de meus ilustrados antecessores, penso, senhores, que o Liceu deve ser convertido em um internato [...] para que o benefício que este estabelecimento presta às famílias da capital chegue também as que moram fora dela". PENNA, Herculano Ferreira. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa em 10 de abril de 186*0. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860, p.52.

[117] "Todos os moços que se destinam a formaturas de medicina e direito aprendem em colégios na Bahia e no Maranhão ou em Pernambuco todos os seus preparatórios, e isso porque não há na província um internato no qual possam os pais de família confiar seus filhos. Se assim é, e se gastamos tanto dinheiro com o Liceu sem resultados maiores, não se perderia nada em organizar um internato à custa da província, que oferecesse a todos os pais de família as seguranças indispensáveis para educação de seus filhos [...]." Relatório do presidente da Província do Piauí (1852), conforme copilação realizada por Primitivo Moacyr. MOACY, Primitivo. *A instrução e as Províncias*. Subsídios para a história de Educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 257.

[118] BARROS, Sebastião do Rego. *Fala do presidente da Província do Pará à Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1854*. Pará: Typ. da Aurora Paraense, 1854, p. 12.

[119] BARRETO, Francisco Xavier Paes. *Relatório do presidente da Província do Maranhão em 13 de abril de 1858*. São Luiz do Maranhão: Typ. da Temperança, 1858, p. 10.

[120] MAYA, José da Silva. *Relatório do presidente da Província do Maranhão em 28 de outubro de 1870*. São Luiz do Maranhão: Typ. de José Mathias, 1871, p. 8.

importaria em avultada despesa para os cofres da província e também porque o modelo já não vinha demonstrando progressos em outras províncias onde fora tentado, e mesmo por desacreditar no princípio do internato como modelo ideal para educar[121].

Na Província de Pernambuco, em 1855, o presidente conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo expunha à Assembleia Legislativa Provincial a necessidade de instalação, apesar das avultadas despesas, de um internato no liceu público. Para isso, também comunicava ao poder legislativo que, na falta de um edifício com dependências adequadas, havia determinado a elaboração de uma planta para o internato[122].

As iniciativas de adoção do internato em estabelecimentos públicos de ensino secundário, em geral, se faziam[123], ou eram idealizadas[124], conservando a gratuidade do ensino, mas exigindo o pagamento da pensão referente à cama (alojamento) e às refeições. Nesse sentido pronunciava-se, em 1851, o presidente da Província do Piauí, afirmando que

> [...] a criação de um internato no qual funcionassem as aulas do liceu me parece a medida única na atualidade, capaz de derramar na província a instrução secundária. Estou convencido que a despesa não seria aumentada, porque se devia exigir dos pais de família uma módica pensão pelo alimento e vestuário de seus filhos, e também quanto bastasse para indenizar a província das despesas com eles, e com o acréscimo de ordenado de um diretor que residisse no internato. A não ser isso, conviria que estimulasse por qualquer forma uma empresa particular, conquanto me persuado de que isso seria baldado.[125]

Uma forma idealizada para a criação de internato na instrução pública secundária foi a implantação deste através de contrato entre o governo e um empresário. Neste caso, cabia ao governo subvencionar o ensino (material escolar, professores públicos, prédio) e ao empresário o fornecimento de alojamento e refeições (pensão) e demais necessidade de um internato pelas quais deveria ser remunerado através das pensões pagas pelos alunos pensionistas e meio-pensionistas. Esta modalidade de internato foi tentada, entre outras, na

---

[121] CASTRO, Gomes de. *Relatório do presidente da Província do Maranhão à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1871*. São Luiz do Maranhão: Typ. B. de Mattos, 1871, p. 17.

[122] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatório do presidente da Província de Pernambuco à Assembléia Legislativa Provincial no ano 1855*. Recife: Typ. de M.F. de Faria, 1855, p. 13.

[123] Como os internatos públicos instalados no ano de 1855 nas cidades de Laranjeiras e Estância pelo presidente da Província de Sergipe Inácio Joaquim Barbosa. BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855.* Typographia Provincial de Sergipe, 1855, p. 11.

[124] Assim também na Província de Pernambuco: "[...] reconheço que as despesas com um estabelecimento da ordem do internato serão suficientemente compensadas não só pela pensão, que devem pagar os alunos internos e externos, como pela grande utilidade que ele há de prestar à província". FIGUEIREDO, op. cit., p.13.

[125] Citação extraída de copilação realizada por Primitivo Moacyr. MOACY, Primitivo. *A instrução e as Províncias*. Subsídios para a história de Educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 255.

província de Sergipe com a criação de dois internatos em cidades importantes do interior da província[126]. Como dizia o Dr. Guilherme Pereira Rebello, inspetor geral da Instrução da Província de Sergipe, tais internatos não passavam de estabelecimentos particulares, que recebiam da Província a subvenção a título de socorro[127].

Na maior parte dos casos, a criação do internato nos estabelecimentos públicos provinciais, ficou no campo das ideias ou na aprovação de leis que não chegaram a ser executadas. Na Província da Paraíba, em 1856, chegou a ser sancionada uma lei autorizando o governo provincial a converter o Liceu Provincial em um internato, mas logo no ano seguinte a lei não havia sido executada por falta de um edifício que oferecesse acomodações adequadas. Todavia, o diretor da Instrução Pública da Paraíba, Henrique Victor Lima, defendia que a criação do internato no Liceu não deveria ser abandonada, pois o internato garantiria

> [...] grandes comodidades aos pais do interior da província, que, para promoverem a instrução de seus filhos, são forçados atualmente, ou a confiá-los à direção de colégios particulares, onde se não podem verificar as condições de ordem, regularidade e disciplina, como em um estabelecimento público da mesma espécie, ou enviá-los a Pernambuco, onde encontram recurso que a Paraíba *descuidosa* lhes não proporciona com grave detrimento de sua civilização e futuro progresso, que não pode deixar de sofrer se não procurar a tempo dirigir em proveito nosso as tendências da população que, por longo hábito, está na prática e costume de prover-se de tudo em província estranha, mesmo daquilo que com igual vantagem e mais facilidade poderia alcançar sem sair, por assim dizer, da própria casa.[128]

As razões, recorrentemente apresentadas pelos presidentes das províncias, para a não conversão dos liceus provinciais em internato, como estava em muitas províncias previsto em lei ou em autorizações legislativas[129] foram, entre outras, os valores elevados requeridos pelo empreendimento, falta de um diretor habilitado[130], inexistência de um edifício adequado e o insucesso que o modelo já havia apresentado em outras províncias onde fora tentado.

---

[126] Essa questão está aprofundada no capítulo 4 desta pesquisa.

[127] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 26.

[128] LIMA, Henrique Victor. Relatório do Director da Instrução Pública. (Anexo) In: CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Relatório do presidente da Província da Paraíba do Norte à Assembléia em 1 de agosto de 1857*. Paraíba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857. p. 5.

[129] Províncias onde havia previsão legal, ou autorização da Assembleia Legislativa Provincial para a criação de internatos nos estabelecimentos públicos de ensino secundário: Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Pará, Maranhão.

[130] BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

Algumas dessas razões são encontradas, em 1856, no discurso de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da Província de Alagoas, justificando-se perante a Assembleia Provincial a não substituição do Liceu por um internato como fora autorizado por lei aprovada em 1854 pela Assembleia Provincial:

> [...] Dando a esta idéia toda consideração não me tenho deslembrado de empregar os meios para levá-la a efeito; infelizmente embaraços invencíveis se tem oposto; declaro, porém, que tenho esperanças de vê-la executada. A falta de um diretor habilitado, de um edifício apropriado, a necessidade de aumento de despesas e outras dificuldades se opõem a execução da lei.[131]

A descrença no valor pedagógico do internato também foi outra justificativa apresentada pelos presidentes de províncias para a não efetividade do modelo na instrução pública. Esta razão aparece no discurso de Gomes Castro, presidente da Província do Maranhão. Argumentando sobre distinções entre instrução e educação, ele desacreditava na capacidade do internato para educar e formar cidadãos ativos.

> Confunde-se em tais estabelecimentos a educação e a instrução, sendo aquela confiada a uma autoridade estranha à família, que o amor não esclareceu nem mitiga, o que não pode deixar de exercer funesta influência no espírito e caráter dos mancebos que lhes são subordinados. A educação incumbe à família; o poder público, por mais solícito que seja, não pode substituí-la convenientemente em tão árdua e importante missão. Limite-se pois a ministrar à mocidade mestres moralizados e hábeis, e deixe aos pais a responsabilidade e a glória de educar seus filhos.
> Não satisfazem, diz um notável escritor, nem ao espírito, nem ao corpo, os nossos liceus de internatos, meio seminários meio quartéis. Falece-lhes ar e espaço e ainda mais aquela liberdade que, desde a infância, ensina o indivíduo a dirigir-se e a respeitar-se. A obediência passiva, aliás necessária onde há aglomeração de homens, é péssima educação da vontade; faz soldados e padres, mas nunca cidadãos.[132]

De fato, mostrou-se comum nos discursos de alguns presidentes ou autoridades da instrução pública de províncias utilizar como justificativa para o não estabelecimento de internatos a reprovação do modelo pela sua incapacidade para educar. São elucidativos os argumentos apresentados pelo Dr. Guilherme Pereira Rebello, inspetor geral da Instrução da Província de Sergipe que, também ao mostrar as diferenças entre educação e instrução, opinava pela impossibilidade de primeira ser bem desenvolvida nos internatos.

---

[131] ALBUQUERQUE, Antonio Coêlho de Sá e. *Fala do presidente da Província de* Alagoas no ano de 1856. Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1856, p.30.

[132] CASTRO, Gomes de. *Relatório do presidente da Província do Maranhão à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1871*. São Luiz do Maranhão: Typ. B. de Mattos, 1871, p. 17.

Segundo o referido inspetor, a educação e a instrução tinham por fim o aperfeiçoamento moral, mas não deviam ser confundidas. Enquanto a instrução (educação teórica) tinha como objetivo principal o desenvolvimento e ilustração do intelecto, a educação (educação prática), ao contrário, tinha como fim a direção das inclinações, da vontade, das paixões, a fim de que o indivíduo concorresse para o desenvolvimento da sociedade como um elemento de "[...] moralidade, de respeito e obediência às leis, e aos direitos de seus concidadãos, de subserviência aos deveres proscritos pela Religião, de amor ao trabalho, e finalmente como um elemento de grandeza e felicidade da nação"[133].

Para o Dr. Guilherme Pereira Rebello, somente na família a "educação prática" podia ser incutida, pois era sob os cuidados afetuosos da mãe "[...] que a tenra infância e a juventude aprendem a identificarem-se com estes bons hábitos, com estes costumes puros, com estas maneiras delicadas, que distinguem a primeira vista o homem bem educado [...]"[134]. Disso decorria a impossibilidade dos internatos, mesmo os subvencionados pelo Estado, de educarem ou transmitirem valores aos indivíduos. E, mesmo considerando a importância dos internatos particulares para a instrução da juventude, afirmava que não omitiria, no interesse da moralização do povo, que a "educação prática" não podia ser transmitida por eles, mas "[...] sim no aconchego do lar doméstico; porque o reitor de um internato por mais solicito e paternal que seja, por mais virtuoso e sábio, jamais pode substituir a mãe de família"[135].

O inspetor Dr. Guilherme Pereira Rebello exemplificava o seu pensamento sobre os internatos, citando o Ginásio Baiano, dirigido pelo Dr. Abílio Cesar Borges. Segundo ele, esse renomado estabelecimento de ensino podia ser citado como um internato em que existiam zelo, dedicação, pontualidade, ordem, aplicação, bons mestres e asseio. Ainda conforme o doutor Guilherme, os alunos do Ginásio Baiano apresentavam notáveis progressos nas letras, moralidade, bons costumes, maneiras delicadas e polidas. Mesmo assim, ousava dizer que a "educação prática" era aprendida de forma mecânica, "[...] como se aprende uma tática, uma manobra, do que identificada com o coração, e nascida do que há n'alma de mais sentimental e afetuoso"[136].

O Dr. João da Matta Machado, em sua tese doutoramento pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1875), igualmente compartilhava da ideia que a educação era impossível de ser realizada nos internatos. Para ele, a "educação do coração" somente podia ser

---

[133] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 25.
[134] Ibid., p. 25.
[135] Ibid., p. 27.
[136] Ibid., p. 27.

ministrada na família, era impossível realizá-la nos internatos leigos ou religiosos por mais bem dirigidos que fossem. O regime cenobítico[137] dos internatos era capaz de destruir todos os "[...] sentimentos elevados, recebidos durante os primeiros anos da vida, no interior da família mais virtuosa; a falta de uma terna mãe durante os longos anos de estudos clássicos deixa traços indeléveis nos corações mais bem formados"[138]. Argumentava, ainda, que o internato não preparava os jovens para viver em sociedade, pois quando estes deixavam o colégio, mostravam-se inexperientes para enfrentar as dificuldades ou resistir aos vícios. No cotidiano do internato, aprendiam a obedecer com servilismo e hipocrisia. E, mais, a falta de convivência com o sexo oposto acarretava como inconveniente não poderem ter critério necessário para escolher uma mulher para esposa e não poderem desfrutar da salutar influência que exerciam as mulheres sobre os costumes.

Todavia, em certas circunstâncias, os pais eram obrigados a enviar seus filhos aos internatos. Assim, o Dr. João da Matta Machado aconselhava que o diretor do estabelecimento escolhido fosse casado[139] e portador de algumas qualidades para minimizar os perigos do internato. O diretor ou professor de um internato deveria exercer o magistério como sacerdócio, ter uma instrução sólida e variada, firmeza de caráter, retidão de consciência, abnegação completa, paciência inquebrantável e amar os meninos que lhe fossem confiados. Mas, segundo o Dr. Machado, o que se via nos colégios mais bem dirigidos, nas casas de educação mais afamadas da Corte Imperial era o "[...] diretor, seco, áspero e egoísta, armado constantemente de nojenta férula, odeia profundamente seus alunos, e é ainda mais odiado por eles! [...]"[140].

Contudo, a descrença na capacidade educativa do internato não era uma ideia absoluta. Quanto a isso, são elucidativas as palavras do presidente da Província do Piauí: "Continuo a pensar que o Liceu nenhuma utilidade prestará à província enquanto não for nele instalado o internato [...]. Tais estabelecimentos são úteis porque reúnem a dupla vantagem da instrução e

---

[137] "De, pertencente ou relativo a cenobitas". CENOBÍTICO. "Indivíduo que leva vida, retirada mas em comum com outros que têm seus mesmos interesses, princípios ou prerrogativas". CENOBITA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 305.

[138] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 62.

[139] "Uma condição, que nos parece de grande importância, é de ser, aquele que se propõe a educar meninos, casado e pai de numerosa família. Somente em tal escola poderia ele ter conhecido a sua vocação, aprendido a difícil arte que se propõe a executar. A pouca experiência que temos é suficiente para nos permitir afirmar que, dadas as mesmas circunstâncias, saberá melhor desempenhar essa árdua missão o pai de família que souber cumprir com os seus deveres, do que o homem solteiro que nunca soube viver senão para si, que desconhece as santas alegrias da família, e que, sobretudo, não aprendeu a adivinhar as mil necessidades da infância". Ibid., p. 63.

[140] Ibid., p. 63.

da educação”[141]. A mesma confiança na capacidade pedagógica do internato é expressa nas palavras de José Antonio Saraiva, presidente da Província de Alagoas: “Creio, Senhores, que um Internato serve melhor à educação e à instrução, e estabelece sobre os professores e sobre os discípulos uma inspeção ativa e permanente, que é apreciada, censurada, julgada por todos os pais de família com muito vigor”[142].

Na Província do Ceará, o presidente concluía que a baixa frequência no liceu público decorria, dentre outros fatores, da concorrência que lhe fazia um colégio particular com internato instalado na capital da província, pois esse colégio-internato garantia maior direcionamento na instrução dos educandos e, portanto, era mais acreditado pelas famílias residentes no interior da província.

> A causa, penso, está na concorrência do Ateneu cearense, colégio particular, fundado pelo cidadão João de Araujo Costa Mendes. O internato assegura aos pais de família, residentes no interior da província, vigilância ativa e eficaz sobre o procedimento de seus filhos e maior aproveitamento nos estudos. É pois mui natural que eles prefiram confiá-los aos cuidados de um diretor de colégio que responde pela sua educação e adiantamentos, a expô-los, longe da tutela paterna, a todos os perigos a que está sujeita a inexperiência dos primeiros anos.[143]

A criação de internatos também foi pensada e efetivada com o objetivo de promover as escolas normais em algumas províncias. Na Bahia, no ano de 1861, o governo provincial, através da Diretoria Geral dos Estudos, contratou o Dr. Francisco Pereira de Almeida Sebrão, diretor do Colégio São João, para o estabelecimento de duas escolas normais primárias (masculina e feminina), instituídas pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 28 de dezembro de 1860[144]. De acordo com esse contrato, cabia ao empresário, para o estabelecimento da Escola Normal masculina, ceder parte da casa situada na Vitória (salões, quartos, cozinha, refeitório, latrinas, roça contígua), em que funcionava o Colégio São João, e realizar as reformas e adaptações no prédio para que os dois estabelecimentos – Colégio e Escola Normal – ficassem bem distintos, separados e incomunicáveis. Além disso, cabia ao empresário fornecer fonte de banhos, uso do salão do refeitório em horas diferentes em que

---

[141] Citação extraída de copilação realizada por Primitivo Moacyr. MOACY, Primitivo. *A instrução e as Províncias*. Subsídios para a história de Educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 258.

[142] SARAIVA, José Antonio. Fala do presidente da Província de Alagoas em 20 de fevereiro de 1854. Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1854, p.13.

[143] PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatório do presidente da Província do Ceará à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1864.* [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, p. 27.

[144] TERMO DE contrato feito entre a Diretoria Geral dos Estudos e o Dr. Francisco Pereira de Almeida Sebrão, para a fundação das duas Escolas normais primárias ... , em 5 de fevereiro de 1861. (Anexo). In: PINTO, Antonio da Costa Pinto. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1861*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

tinha lugar o serviço do Colégio, camas de ferro, colchões, travesseiros, toalhas, lençóis e mobílias que não fossem propriamente escolar, iluminação e alimentação[145], médico e botica, serviços de asseio. Todos esses bens e serviços deveriam ser disponibilizados para até dez internos, professores e empregados internos.

Pelo contrato, o empresário também ficava obrigado a manter uma casa, pertencente ao desembargador Antonio de Cerqueira Lima, asseada e reformada para o uso da Escola Normal feminina, bem como a roça contígua a essa escola e todos os bens e serviços disponibilizados ao internato da Escola Normal masculina.

O empresário Dr. Francisco Pereira de Almeida Sebrão receberia do governo baiano a quantia de 16:000$00 contos de réis para o atendimento de até dez normalistas em cada um dos internatos. Por qualquer aluno ou aluna que excedesse esse número, em cada uma das escolas, o governo pagaria a quantia anual de 450$000 réis; a de 400$000 réis excedendo vinte normalistas; a de 350$000 réis quando exceder a 30; a de 300$000 réis excedendo de 40; mas que, sendo o número inferior a dez, nenhum desconto seria aplicado na quantia de 16:000$00 réis.

Os discursos e/ou medidas tomadas por autoridades provinciais mostram que o internato, amplamente utilizado nos colégios particulares, também foi pensado e utilizado na instrução pública, principalmente com o intuito de desenvolver os estabelecimentos provinciais de ensino secundário que se ressentiam com a falta de alunos.

---

[145] "[...] sendo a alimentação sã, abundante, e de peixe fresco ou salgado ao menos uma vez na semana, afora os dias da semana santa, que serão de comida magra". TERMO DE contrato feito entre a Diretoria Geral dos Estudos e o Dr. Francisco Pereira de Almeida Sebrão, para a fundação das duas Escolas Normais primárias ... , em 5 de fevereiro de 1861. (Anexo). In: PINTO, Antonio da Costa Pinto. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1861*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

CAPÍTULO II
O OLHAR DA MEDICINA SOBRE OS INTERNATOS

2.1 Internatos no discurso médico-higiênico

Com a reforma do ensino médico de 1832, a defesa de uma tese no último ano do curso era um requisito obrigatório para aqueles que almejassem o título de doutor em Medicina[1]. Os alunos concluintes que não defendiam uma tese recebiam somente o título de bacharel em Medicina. Os autores dessas teses abarcaram nos seus escritos, além de temas que, nos dias atuais, poderiam ser classificados como específicos do campo da Medicina, uma grande variedade de temas sociais. Deste modo, os médicos deixaram registros importantes sobre a realidade social brasileira e, especialmente para os objetivos desta pesquisa, temas direta ou indiretamente relacionados à higiene dos colégios-internatos.

As representações do campo médico, expostas em algumas dessas teses, são utilizadas como fontes, devidamente cotejadas com outros registros, para a compreensão dos internatos em dois aspectos: primeiro, analisando o diagnóstico, as representações dos médicos sobre a situação dos internatos na época, especialmente no século XIX e início do século XX, e em segundo, destacando as medidas apresentadas para o funcionamento de um internato dentro dos padrões médico-higiênicos.

Nesse intuito, foram analisadas catorze[2] teses doutorais de titulados pela Faculdade[3] de Medicina do Rio de Janeiro (FAMERJ), constantes do acervo da Biblioteca Alfredo Nascimento da Academia Nacional de Medicina (ANM-RJ), produzidas e publicadas no século XIX e compreendidas no período de 1840 a 1875, e onze teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), constantes do acervo da Biblioteca da

---

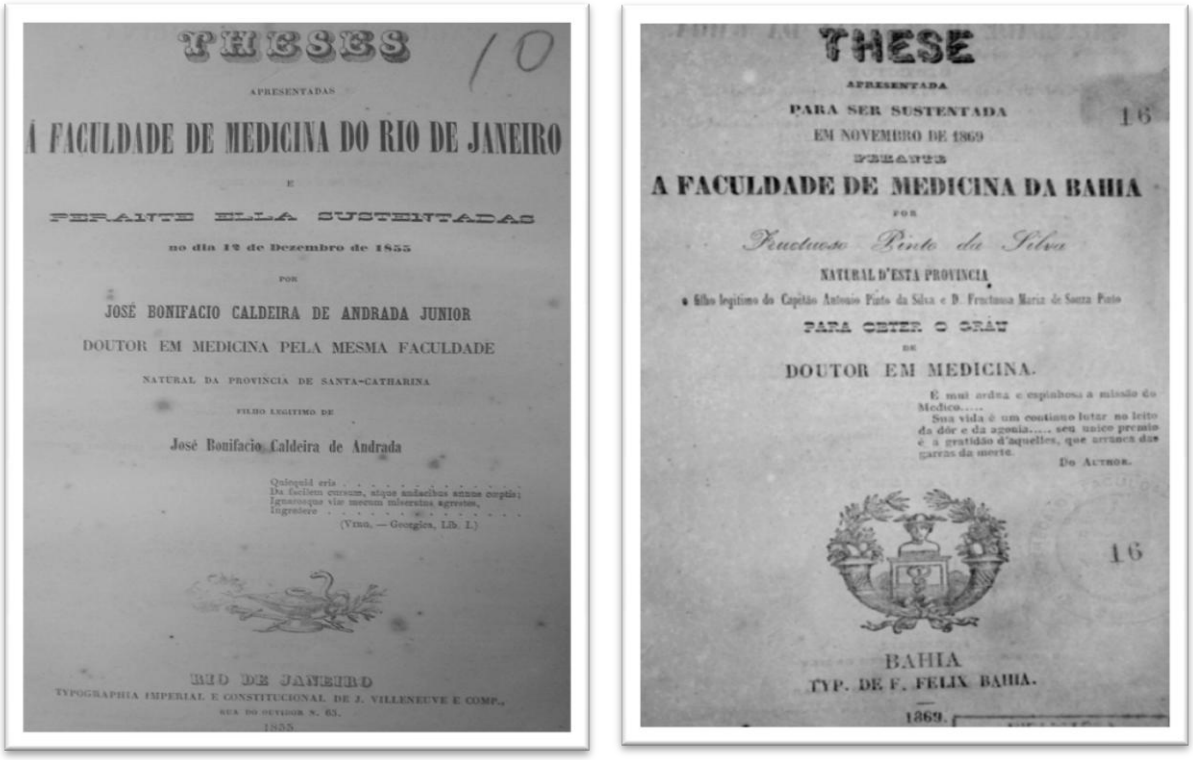
[1] "Passados todos os exames, o candidato não obterá o título de doutor, sem sustentar em público uma tese, o que fará, quando quiser. As Faculdades determinarão por um regulamento a forma destas teses, que serão escritas no idioma nacional ou em latim, impressos, à custa do candidato; os quais assim como os farmacêuticos, e as parteiras, pagarão também as despesas feitas com os respectivos diplomas. Os exames serão públicos e sobre as matérias do ponto, que o examinando tirar por sorte. Os estatutos determinarão a sua distribuição e forma". BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Médico- cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Rio de Janeiro, 1832.

[2] Selecionadas a partir da consulta às obras de Gilberto Freyre (2005), José Gonçalves Gondra (2004), José Leopoldo Ferreira Antunes (1999), Jurandir Freire Costa (2004) e Roberto Machado (1978).

[3] "As Academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia serão denominadas Escolas ou Faculdades de Medicina do Brasil". BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Médico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro, 1832.

FAMEB, selecionadas a partir de uma lista publicada na Gazeta Médica da Bahia[4], de teses produzidas e publicadas no período de 1840 a 1928.

As teses da FAMERJ e da FAMEB foram utilizadas em conjunto, buscando, a partir dessas representações do campo médico, compreender a realidade dos internatos na vida social brasileira, especialmente no contexto dos colégios-internatos das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador e suas similaridades com os internatos em Sergipe.


THESES

APRESENTADAS

Á FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

E

PERANTE ELLA SUSTENTADAS

no dia 12 de Dezembro de 1855

POR

JOSÉ BONIFACIO CALDEIRA DE ANDRADA JUNIOR

DOUTOR EM MEDICINA PELA MESMA FACULDADE

NATURAL DA PROVINCIA DE SANTA-CATHARINA

FILHO LEGITIMO DE

José Bonifacio Caldeira de Andrada

(Virg. — Georgics, Lib. I.)

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE E COMP.,

RUA DO OUVIDOR N. 63.

1855.

THESE

APRESENTADA

PARA SER SUSTENTADA

EM NOVEMBRO DE 1869

PERANTE

A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

POR

Fructuoso Pinto da Silva

NATURAL D'ESTA PROVINCIA

filho legitimo do Capitão Antonio Pinto da Silva e D. Fructuosa Maria de Souza Pinto

PARA OBTER O GRÁU

DE

DOUTOR EM MEDICINA.

É mui ardua e espinhosa a missão do Medico.....

Sua vida é um continuo lutar no leito da dôr e da agonia..... seu unico premio é a gratidão d'aquelles, que arranca das garras da morte.

Do Autor.

BAHIA

TYP. DE F. FELIX BAHIA.

1869.

Figura 1 – Capas de Teses Doutorais da FAMERJ e FAMEB.
Fonte: ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. Esboço de uma higiene dos colégios [...], 1855.[5] SILVA, Fructuoso Pinto da. Higiene dos colégios, 1869.[6]

Nas teses da FAMERJ, o internato é abordado na temática geral "higiene dos colégios" na qual são tratados assuntos como as condições higiênicas do local e do espaço do colégio-internato, condições de matrícula, asseio pessoal e do ambiente, alimentação, vestimentas, prevenção de doenças, vícios (onanismo, pederastia), educação (física, moral e

[4] MEIRELLES, Novolanda Sampaio; Francisca da Cunha Santos; Vilma Nonato de Oliveira, Laudenor P. Lemos Júnior; José Tavares Neto. Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1828. *Gazeta Médica da Bahia*: Revista da Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador; v. 74, n. 1, p. 09-101, jan/jul. 2004.

[5] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

[6] SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios,*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

intelectual), castigos físicos, fases da vida (segunda infância e adolescência), temperamentos, entre outros. E, de forma difusa, nas teses com variados assuntos ou temas como: vestuário, banhos, higiene da mulher, puberdade, educação (física, moral e intelectual), prostituição, sífilis.

Em sequência, segue-se a relação das teses analisadas produzidas pelos médicos da FAMERJ.

ANO	AUTOR	TÍTULO
1840	José Joaquim Firmino Junior	*Dissertação sobre a menstruação, precedida de breves considerações sobre a mulher*
1841	José Tavares de Mello	*A higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento periódico do fluxo catemenial*
1845	José Ferraz de Oliveira Durão	*Breves considerações acerca do emprego higiênico e terapêutico dos banhos de mar*
1845	Miguel Antonio Heredia de Sá	*Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e a prostituição do Rio de Janeiro*
1846	Joaquim Pedro de Mello	*Generalidades acerca da educação física dos meninos*
1850	José Marques de Sá	*Vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade: quais os hábitos e costumes da população? Qual a sua influência sobre a saúde pública? Que direção se lhes deve dar?*
1852	Antonio Francisco Gomes	*Influência da educação física do homem*
1854	Balbino Candido da Cunha	*Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*
1855	José Bonifácio Caldeira de Andrada Junior	*Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*
1855	Joaquim José de Oliveira Mafra	*Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*
1857	Candido Teixeira de Azeredo Coutinho	*Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*
1857	José de Souza Pereira da Cruz Junior	*Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios (*Preposições*)*
1857	João Goulart Rolim	*Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*
1857	Joaquim Francisco de Paula e Souza	*Esboço de uma higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento*

		*das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios (*Preposições*)*
1858	Antenor Augusto Ribeiro Guimarães	*A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*
1875	João da Matta Machado	*Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*

Quadro 1 – Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ)
Fonte: Teses doutorais – Acervo da Biblioteca Alfredo Nascimento da Academia Nacional de Medicina (ANM-RJ)

A repetição de alguns temas abordados nas teses da FAMERJ, segundo José Gondra, pode ser explicada através das normas estatutárias da Faculdade que

> [...] passam a submeter a lista dos pontos à chancela e consequente legitimação por parte da congregação da faculdade, a partir do que o aluno poderia escolhê-los, com base nas regras impostas pelos estatutos em vigor. Supõe-se que tais pontos eram transformados nos próprios títulos ou assemelhados[7].

Provavelmente essa explicação também serve para a ocorrência de temas ou títulos repetidos nas teses da FAMEB (*higiene dos colégios, educação sexual* ...). O higienismo também foi o tema geral através do qual os médicos, formados na FAMEB, interessaram-se em diagnosticar e apresentar prescrições sobre a educação nos colégios. Assim, o internato aparece nas teses dos facultativos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia quando os autores tratam da temática "Higiene dos colégios" ou "Higiene escolar", em que são estudados assuntos como: local, disposição e condições dos cômodos do edifício, serviços do colégio, tempo escolar, vestimenta, asseio e castigos físicos. O internato igualmente aparece, embora de forma difusa, nas teses que tratam de sexualidade e educação sexual, mulher, onanismo e família. O quadro seguinte apresenta a relação das teses da FAMEB utilizadas neste estudo.

ANO	AUTOR	TÍTULO
1853	Marinonio de Freitas Britto	*A libertinagem e seus perigos relativamente ao físico e moral do homem*
1853	Sulpício Germiniano Barroso	*Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*
1869	Fructuoso Pinto da Silva	*Higiene dos colégios*
1883	Agnello Geraque Collet	*Higiene escolar*
1895	Francisco Candido da Silva Lobo	*Higiene escolar*

[7] GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 151.

1898	José Lopes Patury	*Higiene escolar*
1910	Raul Mendes de Castilho Brandão	*Breves considerações sobre a educação sexual*
1920	Oscar Bastos Rabello	*A pedagogia feminina em face da medicina*
1921	Claudon Ribeiro da Costa	*Higiene nas escolas*
1924	Orlando Thiago dos Santos	*Considerações em torno da família e suas relações com a escola*
1927	Ítala Silva de Oliveira	*Da sexualidade e da educação sexual*

Quadro 2 – Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB)
Fonte: Teses doutorais – Acervo da Biblioteca da FAMEB-UFBA

A abrangência de variados temas sociais, sobretudo no século XIX, tratados pelos autores das teses, pode ser compreendida pela pouca definição dos limites de atuação dos médicos e pelo processo político de ampla medicalização da sociedade, resultante de um campo científico em luta pela consolidação e legitimidade[8]. Nessa ampliação da competência do saber médico, a cidade apresenta-se como espaço privilegiado de esquadriamento da medicina e, por consequência, as instituições[9] urbanas, como a escola, são também alcançadas pela análise e intervenção do saber médico[10]. Deste modo, os estabelecimentos urbanos são acusados como resultantes da

> [...] desordem, desvendados como locais onde germina e se desenvolve o perigo da insalubridade e da indisciplina, os 'grandes estabelecimentos' começam a inspirar medo e a justificar a exigência de uma reavaliação de seus objetivos e suas funções. Portanto, além de tematizar o urbano e o espaço institucional a medicina penetra nas instituições e propõe a ordenação do seu interior.[11]

Nesse sentido, os médicos acreditavam que seus conhecimentos[12] seriam capazes de ordenar o espaço da escola, sobretudo dos internatos, influenciando as famílias, diretores e

---

[8] A luta contra o "charlatanismo" (curandeiros, espíritas, barbeiros, sangradores, benzedeiros, boticários, homeopatas) foi também uma das estratégias utilizadas pelos médicos para se legitimarem e monopolizar a cura. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

[9] Como cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros, casas.

[10] MACHADO, Roberto. *Danação da norma*: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. / Consultar também COSTA, Freire Costa. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p.30.

[11] MACHADO, op. cit., p. 280.

[12] De fato, o saber médico, especialmente as prescrições higienistas, teve circulação através de jornais, revistas, especialmente com o patrocínio da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e das próprias faculdades. Pode ser citado como exemplo "extratos de recomendações" publicados nos jornais: "Ao povo se deve aconselhar: 1º – Que evite a ingestão de comidas grosseiras ou de difícil digestão, apimentadas, ou sobrecarregadas de temperos excitantes. 2º – Que se abstenha em geral do uso das bebidas alcoólicas excitantes, e bem assim dos purgantes drásticos como é o Le Roy e outros do gênero. 3º – Que se não submeta à ação prolongada do sol. 4º – Que não promova o cansaço, e nem se entregue as penosas fadigas. 5º – Que faça passeios brandos e por lugares arejados.

professores dos colégios da necessidade de atentarem para a importância da constituição, temperamento, fraquezas e disposições doentias da infância, e ensinar-lhes a prevenir estes inconvenientes, através da prescrição de "[...] uma alimentação variada e escolhida, ar, água, lugar, clima, adequados, uma ginástica proporcionada e até mesmo agentes medicamentosos"[13].

Para os facultativos, o objeto da educação era, como dizia o Dr. Balbino Candido da Cunha[14], o desenvolvimento das faculdades do homem para o maior bem individual e social, e as capacidades a serem desenvolvidas eram as de natureza física, intelectual, moral e social. Nesse intuito, a intervenção médico-higiênica era apresentada como conhecimento capaz de indicar soluções para o bom funcionamento dos colégios e, assim, cumprir esse desiderato.

Em geral, os autores das teses analisadas apresentam como fundamentos ou influências[15] de suas prescrições sobre a educação os escritos de Rousseau (*Émile, ou, De l'éducation*, 1762), Locke (*Some Thoughts Concerning Education***,** 1693) e, sobretudo, nos estudos de tratadistas da higiene, a exemplo de Michel Levy (*Traité d'hygiène publique et privée***)**, Alfred Becquerel (*Traité elementaire d'hygiene privée et publique*, 1851), Charles Londe *(Nouveaux éléments d'hygiène*, 2ª. ed., 1838), M. L. Deslandes (*Compendio de higiene pública y privada: o tratado elemental de los conocimientos relativos á la conservacion de la salud, y á la perfeccion física y moral de los hombres*, 1829[16]).

Fundamentados nesses tratadistas, os médicos brasileiros entendiam a higiene como a "arte de conservar a saúde"[17], pois a higiene era uma prática que possibilitava as condições para determinar os alimentos adequados a cada idade e temperamento, a duração necessária do sono, o modo correto de se vestir e "[...] o exercício próprio para facilitar as secreções e

---

6º – Que faça uso repetido de banhos e de bebidas ácidas e refrigerantes. 7º – Que mude de roupa o mais frequentemente que for possível. 8º – Finalmente que conserve a maior limpeza do corpo, e do interior de sua habitação. E para que chegue à notícia de todos se mandou publicar o presente edital. Paço da Ilmª Camara Municipal do Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1850. Dr. Candido Borges Monteiro, presidente". EXTRATO do parecer da Academia Imperial de Medicina. *O Correio Sergipense.* São Cristóvão, p.2, 23 fev. 1850.

[13] GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.7.

[14] CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 20.

[15] Sobre outras influências teóricas recebidas pelos autores das teses da FAMERJ consultar GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

[16] Edição espanhola: DESLANDES, M. L. *Compendio de higiene pública y privada: o tratado elemental de los conocimientos relativos à la conservacion de la salud, y à la perfeccion física y moral de los hombres* (Tomo Primeiro). Gerona: En la oficina de A.Olíva, 1829.

[17] LEVY, Miguel. *Tratado completo de higiene publica*. Madrid: Libreria de los Senôres viuva de Callega e hijos, 1816, p. 9.

aumentar a força digestiva; enfim, ela indica as precauções a tomar-se no começo das indisposições para suavizar nossos males ou desviar graves moléstias"[18].

Além desses conhecimentos filosóficos e dos tratados sobre higiene, os médicos produziram seus estudos a partir do conhecimento *in loco* de uma realidade social de cidades com grande presença de colégios funcionando com internatos. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, onde a maioria dos autores das teses analisadas estudaram e residiam, existia um grande número de colégios-internatos para os quais convergiam alunos provenientes de grupos elitizados das províncias, principalmente em busca do ensino secundário para a continuação dos estudos nos cursos superiores.

Alguns médicos também se utilizaram de suas experiências como diretores, professores e pensionistas de colégios-internatos. Neste último caso, pode ser citado o Dr. João da Matta Machado[19], que levou em consideração sua experiência como pensionista[20] no Colégio de Santo Antonio[21], para refletir sobre as condições higiênicas dos internatos da Corte Imperial.

Em relação às faixas etárias foram as crianças (segunda infância)[22] e os adolescentes que os médicos procuraram atingir com suas prescrições higienistas. Com relação aos sexos, as orientações se dirigiam tanto para os colégios masculinos como femininos, ressaltando sempre as distinções de tratamento entre os sexos. Em geral, os moços eram representados pela tríade paternidade, força e proteção e as moças,[23] maternidade, beleza e fraqueza.

---

[18] CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 20.

[19] Dr. João da Matta Machado. Natural de Diamantina (Minas Gerais), filho de João da Matta Machado e Amélia Senhorinha Caldeira da Matta. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 15 de dezembro de 1874, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.25.

[20] Relata o Dr. João da Matta Machado que: "Em 1865 retirei-me da minha província natal em demanda de meios de instrução que eram escassos no interior. Considerações de amizade e parentesco a um distinto professor, que nessa época regia a cadeira de matemáticas do Colégio Santo Antonio, determinaram meu pai a deixar-me nesse estabelecimento dirigido pelo Rev. Cônego Pereira, respeitável ancião, encanecido no magistério". Ibid., p.25.

[21] Dirigido pelo Cônego Francisco Pereira de Souza, localizado na Corte Imperial, em uma Chácara da Marquesa de Valença, Rua dos Inválidos, n. 4. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, 1867, p. 411.

[22] Para o Dr. João da Matta Machado, a segunda infância começava no desmame até a puberdade, podendo ser dividida em duas fases: – primeiro período: desmame até os 7 anos, segundo período: 7 anos até a puberdade. MACHADO, op. cit., p.25.

[23] O Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães dizia: "Toda moça deve aspirar ao casamento e seus elementos de felicidade para o futuro se resumem em um marido e nos filhos". GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das*

Os médicos também demonstraram interesse nas transformações provocadas por ocasião da puberdade[24] e a necessidade dos colégios adotarem cuidados higiênicos específicos durante essa fase. Finalmente, buscavam alcançar com os seus discursos os diretores de colégios, professores e a família, pois todos precisavam conhecer o receituário médico-higiênico para promover o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos meninos e meninas.

Sobre a avaliação do internato era praticamente dominante no discurso médico-higiênico, contida nas teses estudadas, a atribuição ao modelo como "[...] fontes de males inalienáveis, causa imediata da degradação física, moral e intelectual de gerações inteiras [...]"[25]. Para muitos médicos, somente as exigências da vida social e a necessidade de filhos das províncias procurarem nas cidades meios de instrução poderiam justificar o recurso ao internato, impedindo os meninos de serem educados nos externatos sob a direção da família.

O Dr. João da Matta Machado foi um dos médicos que registrou sua preferência pelos externatos, inclusive apresentando um externato localizado na Corte Imperial do Rio de Janeiro, o Externato Aquino[26], como modelo para os colégios da cidade. Segundo ele, apesar do Externato Aquino achar-se colocado no ano de 1875 em uma rua populosa, no centro da cidade, em desacordo com as recomendações higiênicas, tinha qualidades "dignas de menção" e que podiam ser imitadas pelos colégios-internatos da Corte Imperial. Dizia, ainda, que o "Externato Aquino" estava funcionando em uma chácara arborizada e com água em abundância, em um prédio com condições de salubridade, salas espaçosas, claras e arejadas, e, possuía um ginásio aberto e banhos frios (de chuva e de tanque), oferecendo "[...] aos alunos

---

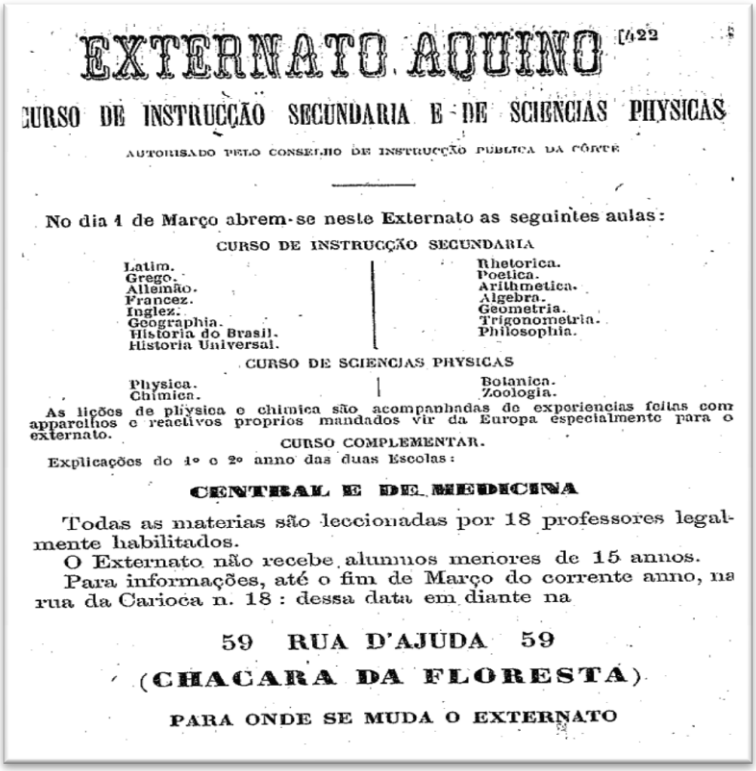
forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.51.

[24] Michelle Perrot também observou a preocupação médica com a puberdade. Essa autora diz: "Essa noção de 'momento crítico' é retomada ao longo do século XIX, notadamente pelos médicos que, entre 1780 e 1880 escrevem dezenas de teses sobre a puberdade dos meninos e meninas, e os remédios a serem ministrados. A adolescência, além de ser um perigo para o individuo, é também um perigo para a sociedade". PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 149.

[25] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 26.

[26] Externato Aquino localizado, no ano de 1871, na Rua da Ajuda nº. 50 A (dentro da chácara da Floresta). Nesse ano frequentaram o estabelecimento 161 alunos. O estabelecimento contava como professores, além Diretor o bacharel em ciências matemáticas João Pedro de Aquino, o bacharel João José Luiz Vianna, Dr. Manoel Thomaz Alves Nogueira, bacharel Theophilo das Neves Leão , José Cardoso da Silva, Jose da Maia, Nuno Ferreira de Andrade, Dr. Agostinho de Souza Lima. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

dois poderosos agentes higiênicos, de cuja falta nos internatos, onde são mais necessários, tanto nos lamentamos”[27].



EXTERNATO AQUINO [422

CURSO DE INSTRUCÇÃO SECUNDARIA E DE SCIENCIAS PHYSICAS

AUTORISADO PELO CONSELHO DE INSTRUCÇÃO PUBLICA DA CÔRTE

No dia 1 de Março abrem-se neste Externato as seguintes aulas:

CURSO DE INSTRUCÇÃO SECUNDARIA

Latim.	Rhetorica.
Grego.	Poetica.
Allemão.	Arithmetica.
Francez.	Algebra.
Inglez.	Geometria.
Geographia.	Trigonometria.
Historia do Brasil.	Philosophia.
Historia Universal.	

CURSO DE SCIENCIAS PHYSICAS

Physica.	Botanica.
Chimica.	Zoologia.

As lições de physica e chimica são acompanhadas de experiencias feitas com apparelhos e reactivos proprios mandados vir da Europa especialmente para o externato.

CURSO COMPLEMENTAR.

Explicações do 1º e 2º anno das duas Escolas:

CENTRAL E DE MEDICINA

Todas as materias são leccionadas por 18 professores legalmente habilitados.

O Externato não recebe alumnos menores de 15 annos.

Para informações, até o fim de Março do corrente anno, na rua da Carioca n. 18: dessa data em diante na

59 RUA D'AJUDA 59

(CHACARA DA FLORESTA)

PARA ONDE SE MUDA O EXTERNATO

Figura 2 – Anúncio do “Externato Aquino” no Almanak Laemmert (1869)
Fonte: HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...], 1869, p. 443.[28]

Entretanto, o diretor do Externato Aquino, João Pedro de Aquino, não conseguiu manter o seu estabelecimento apenas na condição de externato. Como a maioria dos colégios particulares da Corte, no ano de 1880, o estabelecimento passou a funcionar também oferecendo o internato, abrindo maiores possibilidades de lucro ao proprietário. Para preencher essa condição, o estabelecimento foi transferido para duas casas na Rua do Lavradio, com a nova denominação de Colégio Aquino[29].

[27] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 86.
[28] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 443.
[29] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880, p. 621.

Ainda verberava o Dr. João da Matta Machado[30] contra os internatos, dizendo que feliz era o pai que podia livrar seus filhos das "[...] emanações pestíferas destas casas de *negócio*, que se pavoneiam com o título de estabelecimentos de educação! [...]". Entretanto, o citado médico reconhecia que o internato ainda era um "[...] mal necessário, uma excrescência social, cuja extirpação é, ao menos na atualidade, impossível. [...]". Assim, nos casos de que não se podia prescindir dos internatos, as soluções higiênicas deveriam ser adotadas pelos diretores para diminuir os efeitos negativos à saúde dos pensionistas.

No início do século XX, a desaprovação do internato permaneceu presente no discurso médico. No ano de 1910, o Dr. Raul Mendes de Castilho Brandão[31] também apresentava o internato como modelo propício à corrupção física e moral da mocidade. Para ele, era "revoltante" que muitos pais que habitavam em Salvador, e que possuíam outros meios e recursos financeiros, colocassem "desumanamente" seus filhos como internos em colégios. Além do mais, os bons costumes, enfim, a educação moral, somente a família seria capaz de realizar.

Todavia, destoando das teses médicas contrárias ao internato, em 1921, o Dr. Claudon Ribeiro da Costa[32] escrevia, embora de forma sucinta, que não encontrava razões para condenar o modelo colégio-internato, quando bem ajustado às medidas higiênicas, pois em todos os países adiantados produzia ótimo resultado.

O fato é que, apesar da crítica dominante dos facultativos em relação ao modelo colégio-internato, como já dito anteriormente, ele foi predominante na instrução privada na Corte e nas províncias, oferecendo vagas para três modalidades de colegiais, ou seja, pensionistas (internos), meio-pensionistas (semi-internos) e externos. Na realidade, ficaram em parte subjugados os preceitos higiênicos às necessidades sociais e interesses econômicos dos diretores de colégios.

---

[30] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 26.

[31] Dr. Raul Mendes de Castilho Brandão, natural do Estado do Rio Grande do Norte, filho de José J. de Castilho Brandão e Rosa Mendes Brandão. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 31 de outubro de 1910, pela Faculdade de Medicina da Bahia. BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho. *Breves considerações sobre a educação sexual*. Bahia: Imprensa Nova, 1910, p.5.

[32] Dr. Claudon Ribeiro da Costa, natural do Estado do Ceará, filho de José Ribeiro da Costa e Maria Maciel Parente Ribeiro. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 30 de outubro de 1921, pela Faculdade de Medicina da Bahia. COSTA, Claudon Ribeiro da. *Higiene nas escolas*. Bahia: Imprensa Social, 1921, p. 86

2.2 Diagnosticando os internatos

> Já discutimos os inconvenientes morais dessas instituições, já demonstramos que só na família o coração se forma; entretanto se os internatos são indispensáveis em toda a parte e principalmente no Rio de Janeiro, **vamos tentar erguer a ponta do véu que encobre a sua hediondez moral**.
> Não se nos acuse de exageração, tudo o que dissermos em referência à educação moral dos pensionistas nos internatos da Corte, estará ainda aquém da realidade: poderíamos resumir tudo que vamos dizer em um só aforismo – **o internato fluminense é um foco de imoralidade e corrupção**.[33] (grifo nosso)

Esse trecho reflete o tom da oratória empregada pelos médicos em suas teses sobre as condições dos internatos. A esse respeito, em 1857 o médico João Goulart Rolim[34] conclamava a sociedade do Rio de Janeiro a refletir sobre a situação dos colégios-internatos da capital do Império: "Aí estão os nossos colégios, examinai-os um por um, e vede se em todos eles se observa com toda a cautela as regras prescritas pela higiene"[35]. E conclui o autor pela negativa. Nesse mesmo sentido são as conclusões de outros médicos da FAMERJ, a exemplo de Candido Teixeira de Azeredo Coutinho[36], que julgava a maioria dos internatos como casas de especulação imoral e perigosa[37].

Ainda no século XIX, encontramos a desaprovação do internato também em teses de médicos da FAMEB, a exemplo da dissertação[38] do Dr. Sulpício Germiniano Barroso[39], que reputava o internamento responsável pelo desenvolvimento de "muitos vícios", especialmente o onanismo e a pederastia.

---

[33] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 83.

[34] Dr. João Goulart Rolim, natural de Angra dos Reis (Rio de Janeiro). Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 14 de setembro de 1857, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. (Quarto ponto. Ciências Médicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857.

[35] ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nosso: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. (Quarto ponto. Ciências Médicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857, p.14.

[36] Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho, filho de José Vicente de Azeredo Coutinho e Rita Candida de Azeredo Coutinho. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina no ano de 1857, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.

[37] Ibid., p.7.

[38] BARROSO, Sulpício Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853, p.8.

[39] Dr. Sulpício Germiniano Barroso, natural de Cachoeira (Bahia), filho de Cypriano Gonçalves Barroso. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 12 de dezembro de 1857, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Ibid.

Em geral, os médicos denunciavam que os meninos encerrados nos internatos viviam submetidos a uma vida penosa, afastados das recreações e forçados a se tornar adultos antes do tempo[40]. Alertavam ainda sobre o prejuízo de obrigar-se a inteligência dos meninos à atividade que só era própria à de um adulto[41]. Sobre esse aspecto é ilustrativa a descrição do médico Antonio Francisco Gomes[42] a respeito da penosa rotina de um menino de colégio:

> [...] pregado continuamente em um banco, respirando uma atmosfera não renovada e constantemente viciada, é condenado à imobilidade por dilatadas horas, curvado sobre livros que excedem o alcance de sua compreensão. A atenção já pouco excitada desaparece, a aversão começa; o organismo gasta-se, e a inteligência se enfraquece. Se porventura ele se impacienta com este estado opressivo é imediatamente castigado. Se nesses curtos recreios não guarda a gravidade do ancião, é logo repreendido. Em breve é sobrecarregado de estudos que ultrapassam as forças de seu espírito; suas faculdades ainda rudimentares se aniquilam; aquele que era estúpido fica completamente idiota, e aquele que prometia uma inteligência de Newton torna-se o mais estúpido dos homens.[43]

Ainda para o citado facultativo a prova da penosa rotina vivida pelos meninos nos internatos podia ser observada nas condições físicas dos mesmos, em sua fisionomia descorado e triste, resultante do "[...] desgosto, que o estudo assim apresentado lhes inspira, nasce a hipocrisia, e para escapar às punições que os perseguem, os meninos se lançam na mentira, e procuram iludir seus mestres"[44]. Corroborando com esse parecer, o Dr. João da Matta Machado, afirmava que nos grandes colégios-internatos, sobretudo naqueles dirigidos

---

[40] A educação do menino brasileiro, na descrição do norte-americano James Cooley Fletcher, que viveu no Brasil entre os anos de 1851 e 1865: "A educação do menino brasileiro é melhor do que a de sua irmã. Há, contudo, uma grande dose de superficialidade: — Ele é transformado num 'pequenino velho' artes de ter doze anos de idade, com o seu chapéu duro de seda preta, colarinho em pé e bengala; e, na cidade, anda como se todos estivessem olhando para ele, e como se o houvessem enfiado num colete. Não corre, não trepa, nem roda o arco ou atira pedras, como as crianças da Europa e da América do Norte. É mandado na mais tenra idade para um colégio onde cedo adquire o conhecimento da língua francesa, e os rudimentos comuns da educação em português. Embora os pais residam na cidade, fica interno no colégio e somente em certas ocasiões é visitado. Aprende a escrever em boa caligrafia, o que é um dom universal entre os brasileiros: e a maioria dos meninos das classes superiores são bons músicos, tornam-se adeptos do latim, e muitos deles, segundo dizem, falam inglês com certa fluência". FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 196.

[41] Entre outros, consultar as proposições de CRUZ, José de Souza Pereira da Junior. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios (*Proposições*).* Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

[42] Dr. Antonio Francisco Gomes, natural de Pirahy (Rio de Janeiro), filho de José Luiz Gomes. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 9 de dezembro de 1852, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

[43] GOMES, Antonio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1852, p.12.

[44] Ibid, p.13.

por congregações religiosas[45], o regramento da vida diária chegava mesmo a aniquilar as vontades individuais, transformando o aluno em um autômato que se movia inconscientemente.

Para agravar o diagnóstico médico negativo dos internatos, não era raro que, contrariando os preceitos da higiene, fossem admitidas como pensionistas de colégios crianças com idade[46] inferior a 10 ou, até mesmo, 7 anos de idade[47]: "Chegado à puerícia, o menino, ainda acanhado e débil pela idade, e não raras vezes adoentado pela sua defeituosa educação física, é remetido a um estabelecimento de educação". Para o Dr. Sulpício Germiniano Barroso, muitas famílias baianas destinavam seus filhos, ainda na meninice, para os internatos, pois julgavam que, por causa da vida reclusa, ficariam isentos de contrair vícios, sobretudo a sífilis. Entretanto, segundo ele, com a idade que entravam no internato, estavam mais suscetíveis de sofrer o contágio da sífilis e hábitos perniciosos[48].

Para os médicos, a advertência de não remeter os pequenos aos internatos derivava de que o organismo da criança nessa fase estava inapto para conformar-se com todos os ditames da vida social, por isso "[...] carecia da mais ampla liberdade no exercício de certas atribuições, sem o que, como o tenro arbusto peado em um vaso de argila, continuaria talvez a existir, mas de uma existência precária [...]"[49]. Assim, havia praticamente uma concordância entre os médicos que antes dos sete anos as crianças estivessem somente submetidas a uma

---

[45] O Dr. João da Matta Machado mostrou-se severo crítico da educação dispensada nos colégios confessionais: "A educação de um povo livre, regido pelos princípios da democracia moderna, deve ser forçosamente leiga; o sacerdote, dedicado aos interesses espirituais, segregado, pela índole de sua nobre profissão, dos interesses mundanos, obrigado até a combater o espírito do século, a proclamar a nulidade dos bens temporais, não poderá, com certeza, educar convenientemente um jovem que no futuro seja cidadão ativo, independente e, sobretudo, entusiasta do progresso moral e material da sociedade em que vive". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 7.

[46] "Um estudo das aptidões mórbidas dos primeiros anos nos faz repugnar com a idéia de enviar meninos de quatro, cinco, seis anos como internos dos colégios. Antes dos sete anos os órgãos irritam-se facilmente e não podem suportar sem grave prejuízo um ar carregado das emanações de muitos peitos; a tortura de dez ou doze horas de imobilidade e silêncio é superior às suas forças e desenvolvimento físico". GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.29.

[47] Em anúncios de jornais ou outros periódicos do século XIX alguns estabelecimentos anunciavam receber como pensionistas meninos com idade de 5 a 10 anos de idade. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1881*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 38º ano, 1881, p. 648.

[48] BARROSO, Sulpício Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853.

[49] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p. 10.

educação doméstica ou nos externatos, evitando que os pequenos, uma vez sujeitos aos rigores dos internatos, adquirissem tão cedo o horror ao estudo.

Além de serem admitidas nos internatos crianças em idade desaconselhável, outro problema se ajuntava a este, ou seja, era costume na organização dos colégios a imposição das mesmas regras higiênicas e disciplinares a alunos de todas as idades. Uma criança que, muitas vezes, não tinha mais que cinco ou seis anos de idade, achava-se nas mesmas condições do adulto. Para os médicos, essa uniformização de tratamento no regime dos internatos resultava na debilidade física e moral dos pensionistas.

Da mesma forma, a inadequada divisão do tempo das atividades – estudo, recreação[50], alimentação, asseio, sono –, caracterizada por longas horas de estudo e tarefas sem o descanso higiênico[51], era um fator prejudicial à saúde dos pensionistas. Ao passo que a educação intelectual era marcada pelo exagero, a educação física, segundo os médicos[52], era praticamente desconhecida[53] nos colégios da Corte Imperial, inclusive no Colégio Pedro II[54].

Corroborando com a crítica dos médicos em relação à deficiência ou inexistência da educação física nos colégios, o conselheiro Euzébio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, inspetor geral da Instrução do Município da Corte, relatava, em 1858, ao governo imperial a lacuna no Colégio Pedro II e a deficiência nos demais colégios da educação física. Para ele, o governo deveria agir para introduzir no internato do Colégio Pedro II os exercícios ginásticos, sem os quais a educação no estabelecimento estaria incompleta. Outrossim, lembrava os

---

[50] A recreação é um componente importante do pensamento pedagógico de John Locke: "El recreo es tan necesario como el trabajo y la alimentación; ahora bien: como ho hay recreo sin placer, y el placer depende más frecuentemente de la simpatía que de la razón, debéis permitir a los niños, no solamente divertirse, sino divertirse como elllos lo entienden, con tal de que sea inocentemente y sin peligro para su salud". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986, p.147.

[51] "Submeter as crianças diariamente e por tempo imenso, como se dar em nossos colégios, à severidade e rigor, e, muitas vezes, aos caprichos e à impaciência de mestres e inspetores de estudos que os condenam, estes ao silêncio e imobilidade, aqueles a um esforço sobrenatural de seu fraco espírito debaixo da impressão constante do medo: não é obstar poderosamente ao seu desenvolvimento físico e espiritual? Não é definhar-lhes o corpo, matar-lhes a inteligência, e formar para a sociedade cidadãos pouco duradouros, e inúteis quando não perniciosos?". MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro – De Paula Brito, 1855, p.4.

[52] A exemplo do Dr. João da Matta Machado: "A educação física é completamente descurada; e nisto, é justo dizer-se, estão de acordo com a doutrina que ensinam: *para que o espírito possa lutar vitoriosamente contra as tentações da carne é necessário que as forças físicas não predominem, que não se faça concessões à besta* (denominação que aplicam acintosamente à parte material do homem), que existe tão ligada ao espírito, que dela depende tão imediatamente que já diziam os antigos com grande critério: *mens sana in corpore sano*". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 8.

[53] Embora alguns médicos afirmem o desconhecimento ou a falta da educação física nos colégios, especialmente na Corte, os anúncios, prospectos e regulamentos dos colégios desde o final da primeira metade do século XIX anunciavam a prática de diversas atividades físicas em seus estabelecimentos.

[54] Joaquim José de Oliveira Mafra, 1855; Joaquim Pedro de Mello, 1846.

benefícios da utilização desses exercícios ginásticos: "A saúde, a robustez, a elegância, a agilidade, a intrepidez e o próprio desenvolvimento da inteligência, são os principais resultados desses exercícios metodicamente desenvolvidos"[55]. Para o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho, se os exercícios ginásticos fossem bem avaliados e utilizados nos colégios, os moços não sairiam nervosos, fracos e dispostos a contraírem todo tipo de enfermidades.[56]

Quanto à educação moral, pecava-se pelo uso da pedagogia do medo e dos castigos físicos e humilhantes[57] que resultavam na formação de indivíduos dissimulados ou conformados. O Dr. João da Matta Machado afirmava que nos internatos, o menino habituava-se à obediência, que degenerava em servilismo[58], à hipocrisia e à astúcia; aprendia desde cedo a ocultar as más qualidades, a reprimir as paixões pelo medo dos castigos e não por motivos nobres e desinteressados[59].

As condições de localização e organização do espaço interno dos prédios dos colégios-internatos foram outro ponto realçado no discurso médico-higiênico[60]. Sobre o lugar dos estabelecimentos, os facultativos apontavam como deficiência[61] o fato de os colégios serem construídos em locais insalubres e de grande movimentação, dando lugar à proliferação de

---

[55] CÂMARA, Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primaria e Secundária do Município da Corte apresentado em 25 de abril de 1858. (Anexo K). In: FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857, p.9.

[56] COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos Colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p.8.

[57] O uso e o significado da cafua: "Há em certos colégios quartos denominados cafuas, os quais são o mais pernicioso meio de castigo para a mocidade: porque situados quase sempre na parte inferior dos edifícios, sem janelas ou aberturas por onde penetre o ar, e quase sempre muito úmidos, são estes quartos imundos, onde são encarcerados os inocentes jovens, e para maior cúmulo de desesperação, às vezes por dias e privados de alimentos! Compreendem todos facilmente quão perigosa é a reclusão nesses lugares por muito tempo". SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869, p. 20.

[58] Ideia encontrada no pensamento pedagógico de John Locke: "[...] una disciplina servil forma caracteres serviles. El niño se somete y finge obediencia em tanto que el temor al látigo actúa sobre el; pero quando se libra de él y no lo tiene a la vista y puede prometerse la impunidad, da rienda suelta a sus naturales inclinaciones, las cuales, lejos de debilitarse por este método, se aumentan por el contrario y se fortifican en él, y, em um instante dado, estallan on más violencia". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986, p. 78.

[59] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 62.

[60] A localização e a organização do espaço interno das instituições urbanas foram dois grandes princípios da análise médica no século XIX. MACHADO, Roberto. *Danação da norma*: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

[61] As deficiências higiênicas encontradas nos internatos também eram denunciadas nas habitações. "Do ponto de vista da higiene, a habitação antiga prestava-se a todo tipo de crítica. Sua arquitetura fechada, impermeável ao exterior, elaborada para responder ao medo dos 'maus ares', ventos e miasmas foi duramente atacada pelos médicos como insalubre e doentia". COSTA, Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p.110.

doenças. Em 1855, o Dr. José Bonifácio Caldeira de Andrada[62] denunciava essa situação no Rio de Janeiro, pois muitos colégios estavam localizados no centro da cidade, em ruas acanhadas e tortuosas, a maior parte sem asseio, o que, "[...] à vista das nossas condições higrométricas e de temperatura, e da pouca elevação do solo em que repousamos, não pode deixar de exercer uma influência fatal sobre a saúde dos educandos."[63] Nesse mesmo sentido, no ano de 1857, o Dr. João Goulart Rolim[64] constatava as condições insalubres da localização da maior parte dos colégios da Corte e, para piorar, segundo ele, os comissionados em zelar pela salubridade pública da cidade nada faziam para mudar essa situação. Na avaliação do Dr. Agnello Geraque Collet[65], idêntico quadro podia ser pintado em relação aos internatos da Cidade Imperial de Salvador, visto que os locais em que se achavam levantados os prédios dos colégios da cidade não atendiam às regras de higiene[66].

Os médicos também criticavam os prédios dos internatos por causa da ocupação excessiva[67], das deficiências na insolação e ventilação, a inadequada divisão e disposição dos cômodos, a falta de instalações sanitárias e o uso de iluminação[68] inadequada. A respeito desse último ponto, o Dr. José Bonifácio Caldeira de Andrada Jr. apresentou os tipos de iluminação mais utilizados nos colégios e destes os mais adequados para o uso nos internatos:

> As iluminações com o azeite ou a gás são as mais usadas em nossos colégios, e são exatamente as menos convenientes; a última sobretudo. A iluminação a gás, tão preciosa para as ruas e praças públicas, pode, quando empregada no interior de habitações muito frequentadas, como o são geralmente os internatos, produzir consequências funestas pelo exorbitante

---

[62] Dr. José Bonifácio Caldeira de Andrada Jr., natural de Santa Catarina, filho de José Bonifácio Caldeira de Andrada. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina, em 12 de dezembro de 1855, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

[63] Ibid., p.16.

[64] ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. (Quarto ponto. Ciências Médicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857, p. 17.

[65] Dr. Agnello Geraque Collet, natural de Santo Amaro (Bahia), filho de Pedro Eugenio Collet e Emília Leopoldina Geraque Collet. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 1883, pela Faculdade de Medicina da Bahia. COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883.

[66] Ibid. p. 6.

[67] "É sabido que os edifícios dos internatos devem possuir capacidade relativa ao numero dos habitantes, sob pena de se manifestarem as graves conseqüências da acumulação de indivíduos em espaços acanhados; ora, é triste dizer-se que todos os estabelecimentos de instrução da capital pecam contra este princípio higiênico; nenhum existe cuja capacidade seja proporcional ao numero de internos que possui; por isso os seus dormitórios são em geral pequenos e mal ventilados, assim como as salas de estudo e refeitórios". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 79.

[68] Consultar também SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

> consumo de oxigênio, a que dá lugar pelo muito ácido carbônico que então se forma, e pelo desprendimento de muitas outras substâncias tóxicas, como o óxido de carbono, o ácido sulfúrico, etc., que tem às vezes lugar e em maior escala, que pelos outros sistemas. O azeite tem quase as mesmas vantagens, porém menos pronunciadas; os inconvenientes que resultariam da sua combustão incompleta, e o cheiro nauseabundo que costuma desprender, fazem com que seu emprego deva também ser rejeitado: não lhe são muito superiores as velas de sebo. As velas, em cuja composição entra o ácido stearico, a cetina ou a cera, são as que mais convém para o nosso caso; com efeito, a sua combustão sendo mais completa que a do azeite, dá lugar à formação de uma menor quantidade de vapores e de óleo emireumatico, e as alterações que ela produz no ar ambiente são incomparavelmente menos sensíveis do que as produzidas pela combustão do gás de iluminação.[69]

Deficiências na alimentação servida nos internatos foi outro ponto destacado no discurso médico-higiênico. Diferentemente do que costumavam anunciar[70] os diretores-proprietários dos colégios-internatos da Corte, o Dr. João da Matta Machado afirmava que nos colégios do Rio de Janeiro a alimentação[71] era invariável e insuficiente, e os alimentos eram tão mal preparados que os meninos não sentiam prazer nas horas da refeição. Neste aspecto, dizia ele: "Comem é verdade com voracidade, mas quantas vezes até com repugnância? É um fato vulgarmente conhecido a má digestibilidade das iguarias mal preparadas e que por isso são ingeridas com desgosto."[72]

O vestuário dos pensionistas também passou pelo crivo dos médicos. Segundo eles, era "defeituosa" a maneira de trajar dos meninos e meninas, e isto resultava da utilização de vestimentas da "moda" em descompasso com o clima do Brasil e com as prescrições higiênicas. Para esses médicos a moda ou os "caprichos loucos da França" não deveriam ter lugar nos colégios, a exemplo das roupas apertadas[73] e do uso do espartilho ou coletes[74] pelas meninas antes de alcançarem a puberdade.

---

[69] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p.18.

[70] A exemplo do anúncio do Colégio Franco-Brasileiro: "[...] uma alimentação substancial, variada e abundante, concorrerá ainda para a saúde e bem-estar das meninas". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 32º ano, 1875, p. 598.

[71] O Dr. Antonio Francisco Gomes também diagnosticou deficiências na alimentação servida nos internatos. GOMES, Antonio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1852, p. 13.

[72] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.43.

[73] Reprovação também encontrada no pensamento pedagógico do médico John Locke: "Lo que sucede, naturalmente, y casi siempre a los niños a quienes se obliga a llevar ajustadores fuertes y vestidos muy estrechos, es que se lês angosta y reduce el pecho; que la respiración llega a ser fétida y difícil, y que adquierem

De igual modo, J. I. Roquette, no seu *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, no capítulo dedicado à *Eugenia*, aconselhava as mulheres a não cederem aos caprichos da moda. Aconselhava o autor que as mulheres não deveriam ser escravas da inconstância da moda: "E se ela nunca consultou em nada a saúde, a comodidade nem mesmo a formosura, por isso que pele menos desfigura e altera as proporções do corpo, por que razão te deixaras arrastar de seus funestos caprichos?"[75]. Recomendava, sobretudo, que as mulheres tomassem cuidado com o uso dos coletes devido aos graves inconvenientes causados à saúde.

> [...] Mal sabes, minha filha, quantas e quão perigosas moléstias resultam do excessivo aperto dos coletes, para os quais já não bastam as barbas de baleia, e é mister empregar folhas de aço! Não atribuas a outra causa os vergões vermelhos que vês no rosto de muitas damas, os narizes avermelhados, as dores de estômago, e outras moléstias internas que sofrem sem se queixarem e de que muitas vezes são vítimas. O desejo de ter uma cintura delicada tem se tornado em una mania para certas senhoras, que amam mais parecer bem do que ter saúde. [...] Porém o que mais me admira é que haja mães de família que não só o consintam, mas que o ordenem a suas filhas [...].[76]

Todavia, em contrariedade às recomendações médico-higiênicas, lojas de vestimentas na Corte[77] e nas províncias[78] anunciavam um completo sortimento de roupas finas recebidas diretamente das principais e mais acreditadas fábricas de Paris e Londres. De igual modo, lojas e fábricas de coletes anunciavam ao público feminino variados modelos com todas as informações sobre o seu uso, tamanhos, ajustes e as qualidades ou utilidades das peças. Nos *reclames* do Almanak Laemmert aparecia com destaque o famoso "Colete Pompadour da Madame Perret Collard", como ilustra a figura seguinte.

---

enfermedades del pulmón y se encorvan". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986, p. 45.

[73] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875

[74] "A Higiene não pode deixar de fazer votos pela eliminação dos coletes de talas de ferro do *toalete* das meninas, e que se empregam com a estulta vaidade de torná-las esbeltas e delgadas. Estes coletes deformam-lhe o tórax, impedem-lhes o livre jogo dos pulmões, comprometem-lhes os órgãos da cavidade abdominal, lançando assim os germens da dispepsia, tuberculose e de uma série inumerável de afecções de sofreram toda a vida". COLLET, Agnello Geraque. *Higiene Escholar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883, p. 44.

[75] ROQUETTE, J. I. *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Vª J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875, p. 293.

[76] Ibid., p. 292.

[77] *Revista de Notabilidades Profissionaes Commerciaes e Industriaes da Corte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1874, p. 83.

[78] Estabelecimentos comerciais na Província de Sergipe também costumavam anunciar as "novidades de Paris": "A Loja de Variedades de José Joaquim Telles de Menezes acaba de receber diretamente de Paris um grande sortimento de objetos de gosto constantes dos seguintes artigos [...]. Para senhoras: Chapéus, espartilhos, jaconas, tecidos, enfeites [...]". Novidades de Paris. *Jornal do Aracaju*, p. 4, 18 jan. 1873.

COLLETE POMPADOUR

4 4

RUA DA CARIOCA RUA DA CARIOCA

M.ME V.VE PERRET COLLARD

Este collete, o mais moderno e o mais elegante, reune todas as qualidades desejadas. Uma das grandes vantagens destes colletes é o serem fechados inteiramente do lado das costas, podendo a propria senhora que fizer uso delle aperta-lo á sua vontade por meio do systema de fivellas e azelhas, que estão collocadas na frente.

O MODO DE VESTI-LO É O SEGUINTE:

Colloca-se no corpo, tendo o cuidado de segurar a fivella do meio sem aperta-la, depois aperta-se frouxamente as outras, faz-se descer o collete até que fique assente nas cadeiras, e aperta-se então á vontade.

Para retira-lo desaperta-se todas as fivellas, sendo a do meio a ultima que se deve largar.

É necessario experimentar e usar o COLLETE POMPADOUR para poder conhecer as suas grandes vantagens sobre os outros. Estes colletes não prendem os movimentos, nem difficultão a respiração.

Medidas necessarias para as Senhoras do interior que encommendão colletes.

1.—Medida da cintura, vestindo um collete.
2.—Medida do corpo por baixo dos braços, e passando por cima dos seios.
3.—Medida do comprimento que desejão que tenha o collete por diante.

Declarar tambem se querem Collete Pompadour ou com atacador. Entregando estas medidas exactas, garante á sua freguezia do interior a perfeição de seus colletes.

Approveito a occasião para lembrar as cintas elasticas, fabricadas nesta casa, as quaes fôrão approvadas pelos melhores medicos parteiros da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Estas cintas, de um systema inteiramente differente daquellas que se achão nas outras casas, pelo pouco que se prestão nas suas funcções, trazem constrangimento, e incommodão, em vez de preencherem o fim desejado.

Cintas elasticas para depois do parto.
Cintas elasticas para sustentar o abdomen.
Cintas hypogastricas para doenças do utero.
Cintas elasticas de qualquer modo e segundo as circumstancias que as exigem.

NOTA

Afim de evitar qualquer especie de falsificação, tenho a honra de avisar ao respeitavel publico que não se deixe illudir com o nome de *Pompadour*, por quererem outras casas dar este nome a seus colletes, visto que não têm nenhuma semelhança com aquelles fabricados por sua propria inventora, os quaes levão o seu nome.

M.ME V.VE PERRET COLLARD.

Figura 3 – Anúncio do Colete Pompadour da Madame Perret Collard no Almanaque Laemmert
Fonte: CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...], p. 948.[79]

O Dr. José Bonifácio de Andrada Júnior, além de criticar o uso dos coletes femininos, igualmente apontava como efeito pernicioso para a saúde das moças o costume de trazer descobertos e expostos ao "capricho das intempéries" o colo, as espáduas, os braços e a parte superior do peito. Este costume podia resultar no desenvolvimento de tubérculos nos pulmões, pneumonias e as diferentes espécies de anginas. Para ele não era reprovável que a "donzela núbil", para se apresentar bem na sociedade e, desde que compatível com a integridade de suas funções, apelasse aos recursos da arte. Neste sentido, o que condenava era

[79] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1877, p. 948.

> [...] *uma menina de colégio (grifo nosso)*, que bem poucas vezes conta de 13 a 14 anos, vá destruir, de encontro uma parede de aço, por exemplo, o engraçado das formas que apenas se caracterizaram, é ao que não podemos subscrever calando-nos. E a este sistema de educar abatendo, de aperfeiçoar esmagando, que devemos encontrar em nossas reuniões em tão grande número de moças *românticas*, verdadeiras vítimas de uma *coquetterie*[80] antecipada, e que mais tarde terão talvez de pagar ao organismo ofendido um tributo ainda mais penoso.[81]

Segundo o parecer do Dr. Joaquim José de Oliveira Mafra[82], os aspectos da defeituosa higiene dos colégios, em parte, eram resultantes da influência nociva dos pais, ao exigirem para os filhos um tratamento, muitas vezes, em desacordo com as prescrições médico-higiênicas, dificultando o amadurecimento dos meninos e meninas de colégios.

> Querem que se dê a seus filhos uma alimentação superabundante, esquisita, bem adubada, que agrade ao paladar: querem que se lhes ofereçam leitos fofos e macios, onde sejam bem agasalhados; que não se obriguem seus filhos a passeios longos, porque a fadiga, o sol, a chuva a que porventura se exponham lhes fazem mal; que não se exercitem na ginástica; porque podem machucar-se ou mesmo ferir-se; querem enfim que se lhes poupe algumas dores e lágrimas, não reparando que, procedendo assim, lhes preparam para o futuro males por sem dúvida imensamente mais deploráveis![83]

O citado médico advertia também que muitas das corrupções morais que existiam nos internatos resultavam dos exemplos nocivos do mundo exterior. Os pais, ao exigirem as saídas frequentes dos seus filhos do internato, facilitavam o contato destes com

---

[80] O sentido como era empregada a palavra, segundo J. I. Roquette: "É necessário, minha filha, que a este respeito tomes uma firme resolução: se puder supor que tua vontade tem alguma parte no efeito que produzes, se crer que contribuis de algum modo para que os homens olhem para ti com particularidade, e que buscas suas homenagens, serás declarada *leviana*, *garrida* e *namoradeira*, o que tudo se inclui na palavra francesa *coquete*, que mui bem conheces, e que é o oposto de *sisuda*, *modesta* e *recatada*, que são os mais preciosos dotes de uma donzela [...]". ROQUETTE, J. I. *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Vª J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875, p. 289.

[81] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p. 19.

[82] Dr. Joaquim José de Oliveira Mafra, natural de Itabira (Minas Gerais), filho de Joaquim José de Oliveira Mafra. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 3 de dezembro de 1855 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro – De Paula Brito, 1855.

[83] MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro – De Paula Brito, 1855, p. 5.

entretenimentos perigosos, conversas indiscretas, leitura de romances e outras obras quejandas, prejudicando a moral do estabelecimento. Nos seus escritos sobre a educação da mulher, Sanches de Frias trata desse assunto, ressaltando o perigo das interrupções frequentes provocadas na rotina dos internatos pelos costumes da família:

> Um casamento, uma reunião dançante, um dia de anos, um jantar, uma visita, um passeio no mar, uma noite de teatro, um bilhetinho, um recado, uma queixasinha, uma tafularia, um capricho – são as causas de novas saídas, de interrupções diárias ou mensais, de novas pieguices, de novas faltas de respeito e de prejuízos incalculáveis.[84]

Adentrando o século XX, pelo menos nas suas primeiras décadas, o internato continuou sendo alvo de críticas negativas advindas do campo médico. Permaneciam os discursos que apontavam o internato como espaço anti-higiênico, onde não se respeitavam as indisposições e desenvolvimentos individuais, a alimentação era imprestável, além de propiciar a proliferação de doenças.

Em 1910, o médico Raul Mendes de Castilho Brandão defendia essas ideias e afirmava também ser o internato um modelo "irracional e inquisitorial", e que se os pais conhecessem ou tivessem frequentado um internato, em nenhuma hipótese colocaria seus filhos nesse tipo de estabelecimento. Para ele, os bons costumes adquiridos na educação doméstica perdiam-se na corrupção moral do internato.

> Disse acima; que considerava os internatos, como meios de corrupção, vou prová-lo, nos colégios existe gente de toda sorte, adulterinos, incestuosos, cretinos, homossexuais, naturais, enfim, de toda qualidade de moralidade: tarados para todos os vícios. Pois bem, por mais moralizado que seja a criança, tende, forçosamente a se corromper, é o caso que me referi acima da herança ser subjugada pelos costumes. Pode uma criança não possuir nenhuma tara degenerativa e sair de um meio destes um verdadeiro cretino.[85]

Para os facultativos, todos esses defeitos higiênicos a que estavam submetidos os internatos traziam como consequência o depauperamento da saúde dos infelizes meninos sacrificados, pelo desleixo do governo e pela ignorância dos pais aos desonestos interesses econômicos dos diretores de internatos. Assim, somente a utilização das medidas médico-

---

[84] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p.62.

[85] BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho. *Breves considerações sobre a educação sexual*. Bahia: Imprensa Nova, 1910, p.7.

higiênicas possibilitaria o funcionamento de um colégio-internato que garantisse uma educação intelectual, moral e física adequada.

2.3 "Vícios execrando" dos internatos

> [...] somos forçados a dizer algumas palavras sobre a espantosa propagação do onanismo e da pederastia nos nossos estabelecimentos de educação.
> Estes vícios, tão funestos à saúde, à inteligência e à moralidade dos jovens, cada dia assumem proporções mais assustadoras no seio dos internatos; nenhum estabelecimento desse gênero existe na corte que não esteja mais ou menos contaminado, [...]. É verdade que o clima tropical, favorecendo a precocidade e a exaltação do senso genésico, explica a predileção pelas manobras secretas, tão generalizadas entre os jovens brasileiros, encerados nos internatos onde lhes é vedado satisfazer naturalmente a necessidade genital; porém isto não justifica a incúria dos educadores, pelo contrário, deveria exaltar a sua solicitude e multiplicar os seus esforços para melhor combaterem o terrível inimigo. [...].[86]

O trecho em epígrafe é ilustrativo da produção discursiva dos médicos[87] sobre os "perigosos vícios" do onanismo[88] e da pederastia[89] que, segundo eles, proliferavam-se nos internatos brasileiros[90]. O primeiro, muitas vezes qualificado com os termos de "torpe e funestíssimo onanismo", "vício execrando", "vício solitário", "horrível hábito", era descrito como um "[...] desses hábitos terríveis, que abafam o organismo, no momento em que ele parece querer fazer explosão, e aparece em todo o esplendor de suas galas, é um mal horrível, como a idéia, que o inspira."[91]

---

[86] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 84.

[87] "Masturbação, homossexualidade latente nos internatos, possível perversidade das amizades particulares são fantasmas atiçados pelos médicos, os principais abservadores dos corpos". PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 149.

[88] Termo comumente utilizado pelos médicos para a prática da masturbação. O onanismo foi motivo de preocupação e recomendações higiênicas em quase todas as teses consultadas sobre a higiene nos colégios. Também presente em dicionários de medicina dedicados ao público em geral. "Este assunto é melindroso e grave, digno de toda a solicitude dos pais de família, e de todas as pessoas zelosas da moralidade e da saúde da mocidade [...] Saiba-se pois que, de todas as influências que ameaçam a existência humana, nenhuma existe mais perigosa do que esta". ONANISMO ou MASTURBAÇÃO. In: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias* ... 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v., p. 524. (Brasiliana da USP)

[89] Como comumente denominada pelos médicos as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, ou o homossexualismo masculino.

[90] Michelle Perrot, analisando romances autobiográficos, aponta evidências importantes sobre a vida sexual dos colegiais franceses no século XIX e mostra como os internatos foram apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais na França. PERROT, op. cit.

[91] ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nosso: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem*

O discurso de combate ao onanismo dos médicos brasileiros era fundamentado em uma moral religiosa e nos conselhos contidos nas obras de médicos[92] como Samuel Auguste David André Tissot[93] (*De l'onanisme ou De maladies produits par la masturbation*, 1758), Paul-Joseph Lallemand (*Traté dês pertes séminales*, 1838), Hoffmann, Zimmermann, Deslands Gurget, Garnier[94], que condenavam, em suas obras, a prática da masturbação, especialmente entre os colegiais. No século XIX esse discurso elevava-se em

> [...] instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temas da assepsia, os grandes mitos evolucionistas a modernas instituições de saúde pública, pretendia assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardas[95].

O discurso médico, inaugurado no século XVIII, transformou o sexo do colegial em um "problema público" e produziu sobre ele conselhos direcionados aos diretores dos colégios, aos professores e às famílias. A partir dele "[...] uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo".[96]

Influenciados por essa literatura, os médicos brasileiros, sobretudo no século XIX, impuseram uma "campanha" de combate ao onanismo entre os colegiais. Nessa campanha, os facultativos apresentavam orientações médico-higiênicas para que os diretores e professores dos internatos pudessem evitar a entrada e proliferação do vício entre os pensionistas[97].

---

regular os nossos colégios. (Quarto ponto. Ciências Médicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857, p. 20.

[92] Consultar Michel Foucault sobre os autores precursores do "discurso da masturbação": "Em 1720-1725 (não lembro mais), aparece na Inglaterra um livro chamado *Onania* , que é atribuído a Bekker; em meados do século XVIII, aparece o famoso livro de Tissot, em 1770-1780, na Alemanha, Basedow, Salzmann, etc., também retomam esse grande discurso da masturbação. Bekker, na Inglaterra, Tissot, em Genebra, Basedow, na Alemanha: vocês estão vendo que estamos em pleno país protestante. [...] Rapidamente, depois da publicação na França do livro de Tissot, o problema, o discurso, o imenso falatório sobre a masturbação começa e não pára por todo o século". FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 295.

[93] Segundo Philippe Brenot, Tissot insere-se como o criador do mito da masturbação e foi "[...] apenas o eco amplificador do choque traumático da Europa pré-científica, que descobre os mistérios da vida com a descoberta do espermatozóide e a ela reage de maneira defensiva pela proibição da masturbação". BRENOT, Philippe. *Elogio da masturbação*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998, p. 15.

[94] GARNIER, Pierre. *Onanismo*: só e a dois sob todas as suas formas e suas consequências. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1883?].

[95] FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p 62.

[96] Ibid., p. 34.

[97] Os médicos indicavam especial atenção durante a puberdade, período das mudanças morais e físicas.

Segundo eles, era imperativo identificar possíveis praticantes para debelar o mal, evitando o "contágio"[98] e as consequências do "vício execrando".

Na campanha[99] contra o onanismo os médicos alertavam sobre a necessidade de medidas urgentes para combater o vício, pois era espantosa sua propagação entre os colegiais no Brasil. Ainda no ano de 1853 o Dr. Marinonio de Freitas Britto[100] alertava que a prática do onanismo estava muito disseminada[101] entre os moços da cidade de Salvador desde a idade de oito anos, e mesmo quando homens feitos nunca desprezam esse pernicioso vício. Era costume que os indivíduos afeitos ao vício alegassem que por este meio saciariam seus prazeres sexuais sem o perigo de contraírem a sífilis, a que por meio do coito estariam sujeitos[102].

Semelhante era o discurso do Dr. João da Matta Machado, dizendo-se espantado com a incúria dos educadores da Corte Imperial diante da generalização das "manobras secretas" entre os colegiais[103] da cidade. Outrossim, o Dr. Sulpício Germiniano Barroso, em suas considerações sobre o onanismo, sustentava que este decorria do desenvolvimento dos órgãos sexuais, mas também concorriam para o seu incremento a escravatura[104], os colégios, livros, romances e as estampas.

---

[98] Médicos como o Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães, ao enfrentarem a questão do onanismo, sempre destacaram o perigo da proliferação do vício entre os internos de colégios: "E cousa notável e terrível o onanismo é contagioso, uma só ovelha leprosa basta para contaminar um rebanho inteiro.[...] A julgar pela minha própria experiência em dez masturbadores em quem a saúde se alterou imediata ou consecutivamente pode-se contar nove que se perderam no colégio ou em um internato". GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p. 47.

[99] A campanha contra o onanismo, segundo Foucault, foi uma das fases da "*pedagogização do sexo da criança*" que se desenvolveu durante todo os séculos XVIII e XIX, com a "[...] dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo 'natural' e 'contra a natureza', traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais 'liminares', ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo [...]". FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p. 115.

[100] Dr. Marinonio de Freitas Britto, natural de Salvador (Bahia), filho de Manoel Francisco de Britto. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 30 de novembro de 1853 pela Faculdade de Medicina da Bahia. BRITTO, Marinonio de Freitas. *A libertinagem e seus perigos relativamente ao físico e moral do homem*. Bahia: Typographia de Vasco Carneiro d´Oliveira Chaves, 1853.

[101] Outrossim, para o Dr. Sulpício Germiniano Barroso, o onanismo se manifestava como uma prática assustadora entre os moços educados em colégios na cidade de Salvador. Muitas vezes era necessária a intervenção médica. BARROSO, Sulpício Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853, p.9.

[102] BRITTO, Marinonio de Freitas. *A libertinagem e seus perigos relativamente ao físico e moral do homem*. Bahia: Typographia de Vasco Carneiro d´Oliveira Chaves, 1853, p. 27.

[103] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 84.

[104] Sobre a escravatura como meio perversivo da mocidade consultar BARROSO, Sulpício Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853.

Diante da disseminação da prática do onanismo, os médicos indicavam o uso de um conjunto de "regras higiênicas" para extingui-lo ou prevenir o seu aparecimento nos internatos. Essas regras podem ser resumidas no ilustrativo receituário prescrito pelo Dr. José Bonifácio Caldeira de Andrada Junior em sua tese doutoral de 1855.

> As regras tendentes a prevenir os estragos e a disseminação do mal entre os freqüentadores de uma pensão serão pouco mais ou menos as seguintes:
> 1º não admitir no seio da comunidade mancebo de costumes e hábitos suspeitos;
> 2º proibir aos alunos a conservação e a leitura de livros eróticos, as palestras levianas, e tudo que possa excitar para mal a sua imaginação ardente[105];
> 3º repartir convenientemente os dormitórios, de modo que haja completa separação de idades;
> 4º proibir uma comunicação muito livre entre os pensionistas e os alunos externos, quando os hajam de uma e outra classe;
> 5º prevenir o despertar precoce da sensualidade por meio de exercícios bem dirigidos, pela abolição de alimentos excitantes, etc.;
> 6º punir o culpado repreendendo-o asperamente, ou, segundo a gravidade do crime, expelindo-o do colégio;
> 7º medicá-lo se carecer dos socorros da arte.[106]

O exercício contínuo da vigilância[107] por parte dos diretores, professores e inspetores em todos os espaços e tempos do internato complementava essas regras de prevenção do onanismo entre os pensionistas. As diligências e os dispositivos de vigilância deveriam dar

---

[105] Quadros e estampas com motivos eróticos, além dos romances que eram considerados por alguns médicos como livros licenciosos que, uma vez introduzidos nos colégios, podiam despertar a sensibilidade genital. O médico Candido Coutinho diz que: "[...] o melhor romance desperta o sentimento e faz engendrar um mundo novo povoado de quimeras e de idealidades romanescas; desviam os sentimentos da senda normal e os impelem em uma má direção". COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p.26. Sobre a leitura de romances pelas meninas: "Talvez, diz Tissot, que de todas as causas que arruínam a saúde das mulheres, a principal seja o grande número de romances, que de há século, tem aparecido. A menina que a dez anos de idade lê em vez de correr, a vinte e um há de ser uma mulher de vapores, e não uma boa ama". SÁ, Miguel Antonio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e a prostituição do Rio de Janeiro*. Typografhia Universal de Laemmert, 1845, p.19.

[106] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p. 30.

[107] Exercício da vigilância tão bem descrito, no contexto da sociedade francesa, por Alain Corbin: "A luta contra a corrente provém dos pais, do padre e sobretudo do médico. Os livros incitam a vigilância doméstica. Aos olhos dos educadores clericais, o sono deve ser o equivalente da morte, o leito, imagem do túmulo e o despertar, equivalente da ressurreição. No interior do dormitório do pensionato encontra-se uma freira para zelar pela 'modéstia' do despertar e do adormecer. Durante o dia, convém não deixar a criança sozinha por muito tempo. O regulamento das casas dirigidas pelas ursulinas prescreve que as moças devem ficar sempre à vista de numerosas colegas. Os médicos, por seu turno, aconselham que se evite o calor e a maciez da cama; proscrevem a manta e um exagero de cobertas, e fixam a postura do sono. A prática feminina da equitação desperta sua desconfiança, assim como a máquina de costura, denunciada pela Academia de Medicina em 1866." CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 423.

especial atenção ao espaço dos dormitórios e a disposição dos lugares e das coisas no seu interior, sendo indicado que esse espaço permanecesse iluminado durante toda a noite e que fosse visitado várias vezes.

Sobre os espaços de uso individual, como as latrinas, ele deviam ter uma forma e disposição que facilitassem a vigilância. Para os facultativos, por estes meios era possível proteger os moços contra os eivados farpões do horrível e abominável vício do ananismo, "[...] sobre o qual se deve vigiar com olhos d'argos; porque infelizmente o seu sopro contagioso raras vezes deixa de empeçonhar a alma dos meninos, logo que vão tocando à certa idade [...]"[108].

A ordem era vigiar e manter os pensionistas constantemente ocupados. Nas recreações recomendava-se que os alunos estivessem em constante movimento, sempre entretidos com atividades que despertassem o seu interesse, pois "[...] o tempo que gastam em passear tranquilamente e conversar com seus camaradas ou confidentes secretos, podia reverter sempre em detrimento da ordem, dos estudos e dos costumes"[109].

Em sua obra sobre a história da sexualidade no Ocidente, Michel Foucault interpretou que a campanha antimastubatória que mobilizou médicos, pedagogos, professores, diretores e a família em torno do sexo das crianças nos séculos XVIII e XX, alicerçou-se em

> [...] prazeres tênues, de constituí-los em segredos (ou seja de obrigá-los a esconderem-se para poder descobri-los, procurar-lhes as fontes, segui-los das origens até os efeitos, cercar tudo o que pudesse induzi-los ou somente permiti-los; em todo o canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursos inesgotáveis e corretivos; foram alertados os pais e os educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente: tiveram de permanecer vigilantes diante desse perigo recorrente, foi prescrita a sua conduta e recodificada a pedagogia: e implantadas sobre o espaço familiar as bases de todo um regime médico-sexual.[110]

Para os médicos, a investigação para identificar possíveis praticantes do vício deveria ser realizada pelo diretor do colégio, com toda circunspecção para não levantar suspeita ou

---

[108] MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação física dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp. 1846, p. 38.

[109] CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 26.

[110] FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p. 49.

aguçar a curiosidade dos inocentes, arrastando-os igualmente a este "terrível mal"[111]. Mas como identificar um pensionista onanista? A resposta de Dr. João da Matta Machado encerrava dispositivos de saber e poder; ou seja, segundo o médico, primeiro deveria ser provocada a "confissão[112] do delito", ou ser realizada a acusação direta, se houvesse fortes indícios ou suspeitas da prática do vício por um interno. Mas, sendo esses meios ineficazes, não se poderia hesitar em utilizar o recurso extremo de surpreender o colegial em "flagrante delito" e expô-lo ao escárnio dos seus companheiros. A esse respeito, o mencionado médico narrou um fato que presenciou no Seminário de Diamantina, Minas Gerais, de como um jovem regente, que cuidava do salão dos grandes, surpreendeu um dos pensionistas que "apresentava sinais de se entregar às manobras secretas". O Dr. João da Matta Machado relatou que:

> [...] para isso colocou a sua cama em posição que lhe facilitasse, durante a noite, a observação de todos os movimentos e atitudes do suspeito. A noite desse mesmo dia, depois que todos se deitaram, procurou também o leito e fingiu que dormia; algum tempo depois os movimentos do suspeito, a sua respiração freqüente e suspirosa, lhe fez compreender a verdade de suas previsões; ergueu-se sem fazer ruído e nem ser pressentido pelo delinqüente, que estava voltado para o lado oposto, aproximou-se do leito e pode surpreendê-lo em meio da manobra; então, em voz alta manifesta-lhe o horror de que se achava possuído, e a admiração que lhe causava ver um moço adiantado em idade entregar-se a tão imundas práticas; quase todos os pensionistas acordando sobressaltados, sentam-se nos leitos e ouvem a longa prédica do regente sobre os perigos do onanismo. Confuso e envergonhado, o delinqüente agradece os bons conselhos e faz um público protesto de emendar-se; o regente, porém inexorável chama dois conterrâneos do onanista e exorta-os a auxiliá-lo na difícil tarefa de regenerar aquela alma, e de salvar aquela vida tão seriamente comprometida. Não satisfeito com a cena que tinha provocado, durante longos meses o regente submeteu-o à mais severa vigilância; acompanhava-o por toda a parte; era a sua sombra: se ia às latrinas, o regente logo após ia bater à porta e exortá-lo a que não se trucidasse; se no recreio retirava-se um pouco dos diversos grupos, ia sentar-se a seu lado e convidava-o a tomar parte nos folguedos de seus companheiros. O delinqüente de então, hoje agradece, nós o sabemos, a dedicação do regente, confessa que a ele deve a sua regeneração e dedica-lhe sincera amizade.[113]

---

[111] ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. (Quarto ponto. Ciências Médicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857, p. 22.

[112] Segundo Foucault, a confissão "[...] passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. [...] confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo". FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p. 67.

[113] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 66.

Os médicos também recomendavam aos diretores, professores e inspetores dos internatos a importância de saber reconhecer os sintomas e os perniciosos efeitos físicos e morais causados pela masturbação para identificar praticantes do vício. O discurso assustador era semelhante aos de seus colegas europeus, que já alarmavam no século XVIII ser a masturbação capaz de provocar "[...] não apenas as piores doenças, mas também as piores deformidades do corpo e, por fim, as piores monstruosidades do comportamento [...]"[114]. Ensinavam que o masturbador[115] trazia em seu próprio corpo as marcas da condenação ou debilidades físicas provocadas pelo vício, ou seja, a magreza, a palidez, o encovamento dos olhos, salivações abundantes, vômitos, estatura diminuída e curvada para diante, marcha vacilante, etc. Com relação ao comportamento, tornava-se tímido, melancólico, indolente, buscando sempre o isolamento, a completa perda de apetite, e, "[...] muitos outros incômodos, que lhe vão paulatinamente minando a existência, formam o fúnebre cortejo, que acompanha sempre tão deplorável estado. [...]"[116]. O opróbrio ou a vergonha social completava o quadro pintado pelos médicos.

> Os indivíduos, que têm a infelicidade de se lançarem a tão torpe vício, vem em pouco tempo a apresentar-se entre os seus semelhantes, como o opróbrio de sua espécie, visto que, tanto que se multiplica por algum tampo e perpetração de tão grave atentado contra sua própria vida, trazem em seu semblante, em todo o seu corpo, e tão bem em sua inteligência estampado o ignominioso ferrete, que a todos denuncia a sua lastimável paixão.[117]

Drasticamente, os facultativos igualmente advertiam que, se o onanista não fosse tratado e reprimido imediatamente, o vício causava prejuízo nas faculdades intelectuais, ocasionando a completa estupidez e idiotismo, resultando na incapacidade para o exercício de qualquer atividade ou profissão que exigisse a mínima concentração. Portanto, o onanismo era um vício que se traduzia em uma patologia social[118], pois, além dos anunciados prejuízos

---

[114] FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.76.

[115] Características fundamentais do jovem masturbador que se assemelham com a descrição dos escritos médicos do século XIX analisados por Foucault: "[...] esgotamento; perda de substância; corpo inerte, diáfano e debilitado; escorrimento perpétuo; jorro imundo do interior para o exterior, aura infecta envolvendo o corpo do doente; por conseguinte, impossibilidade de os outros se aproximarem dele; polimorfismo de sintomas". Ibid., p.302.

[116] MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação física dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp. 1846, p. 38-39.

[117] Ibid., p. 38.

[118] Para Thomas Laqueur essa obsessão dos séculos XVIII e XIX pela masturbação decorria de ser o vício solitário considerado uma patologia social que destruía o corpo, "[...] da mesma forma que em tempos idos a blasfêmia ou a lascívia produziam monstros. O masturbador alucinado, pálido e trêmulo, e a prostituta grosseira

individuais, a sociedade ressentia-se da incapacidade de um dos seus membros e pela potencial capacidade de disseminação do mal.

Como faz notar Michel Foucault, essa preocupação dos médicos com a perda do potencial produtivo do indivíduo onanista não era direcionada para os filhos do povo, mas às crianças e adolescentes dos meios burgueses[119], ou, de outra forma, o

> [...] colegial, a criança cercada de serviçais, de preceptores e de governantes, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais, que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para a sua família e sua classe, uma descendência sadia.[120]

Os médicos também relacionavam a tísica[121] ou tuberculose pulmonar e a epilepsia[122] como consequências[123] do onanismo. Ao apontar a masturbação como causadora dessas doenças, o discurso médico adotava uma "fabulação científica da doença total" em que a masturbação se tornava a "causa possível de todas as doenças possíveis"[124]. É ilustrativo um dos pontos da tese intitulado *Causas da tísica pulmonar no Rio de Janeiro, suas variedades e seu tratamento (1857)*, em que o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho defendia: "Os abusos de toda espécie, os excessos venéreos, a masturbação e a sífilis são causa de tísica pulmonar."[125]. Igualmente, o Dr. Miguel Antonio Heredia de Sá[126] procurou apresentar uma explicação de como se dava a manifestação da tísica nos indivíduos viciados no onanismo.

---

e estéril eram as figuras vis que a idade moderna produziu, como seus predecessores tinham sido deformados por uma doença moral". LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 273.

[119] FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.300.

[120] FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p.132.

[121] Consoante Foucault, a tese do vínculo entre a tísica e a masturbação correrá ao longo de todo o século XIX. FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

[122] "Doença nervosa, com manifestações ocasionais, súbitas e rápidas, entre as quais sobressaem convulções e distúrbios da consciência". EPILEPSIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 542.

[123] De acordo com o parecer de alguns médicos, o vício em estado grave podia provocar: tísica, loucura, epilepsia, hipocondria. SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos Colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

[124] Como explica Foucault, referindo-se à campanha antimasturbatória dos séculos XVIII e XIX: "A masturbação, por obra e injunção dos próprios médicos, está se instalando como uma espécie de etiologia difusa, geral, polimorfa, que permite referir à masturbação, isto é, a certo interdito sexual, todo o campo do patológico, e isso até a morte. Poderíamos encontrar várias confirmações disso no fato de que, nessa literatura, encontramos constantemente, por exemplo, a idéia de que a masturbação se caracteriza por não ter uma sintomatologia própria: qualquer doença pode derivar dela. [...] A masturbação está se tornando a causa, a causalidade universal de todas as doenças". FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 305.

[125] COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p.26

> [...] As pessoas dadas desde a tenra infância à masturbação tem o tórax acanhado e incompletamente desenvolvido, contém quase sempre, ou sempre, catarros crônicos, e afecções mais ou menos profundas do órgão pulmonar, que repetindo-se termina na tísica. As causas são intuitivas; sabido é pois por todos que durante a extrema excitação que acompanha o orgasmo venéreo o homem fica em um estado epilectiforme, o rosto colora-se, a respiração acelera-se, os movimentos tornam-se convulsivos, a circulação se ativa, etc.; durante esforços tão enérgicos o sangue acumula-se no peito e o coração que dobrando de atividade impele-o para os pulmões e cérebro tornando-se estes dois órgãos sede de congestões. Então os pulmões, forçados a obrar precipitada e anormalmente sobre a desproporcional quantidade de sangue que os dilata, contraem essa primeira irritação que reproduzida frequentemente ocasiona e dispõe a tísica.[127]

Já o Dr. Sulpício Germiniano Barroso dizia que a epilepsia era uma afecção nervosa que, conquanto dependesse de outras causas, manifestava-se em consequência do onanismo. Para ilustrar, o médico apresentava o caso, citado por Zimmermam, de um rapaz dado ao vício da masturbação, que se tornou epilético e "[...] todas as vezes que tinha poluções era acometido imediatamente do ataque, e a mesma coisa sucedia quando se masturbava: os acessos foram repetindo-se com tal intensidade que o indivíduo morreu em um deles"[128].

Por sua vez, o Dr. Heredia de Sá registrou em sua tese o caso de um menino epilético e já idiota pelos efeitos do onanismo. Internado no Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, o menino apresentava na expressão da face "[...] o vício e o padecer; teria ao muito doze anos; seu corpo era franzino e atrofiado, mas os órgãos genitais eram prodigiosos e tão completamente desenvolvidos como se fossem de um homem"[129].

Outrossim, a masturbação era enumerada entre as causas que no "sexo amável" aceleravam a época do primeiro "fluxo catamenial", pois "[...] irrita os órgãos genitais, produz o fluxo do líquido, excita, e faz aparecer as funções do útero."[130] Deste modo, justificava-se a necessidade de que as meninas, logo que se aproximassem da puberdade, fossem educadas em casa sob a vigilância dos pais, pois estariam sujeitas a muitos perigos permanecendo nesse estado nos internatos[131]. Sobretudo, porque a puberdade era considerada uma fase de muitas

---

[126] Dr. Miguel Antonio Heredia de Sá, natural do Rio de Janeiro, filho de Antonio Lino Heredia. Defesa da tese e obtenção do título de doutor em medicina em 19 de dezembro de 1845 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. SÁ, Miguel Antonio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a copula, onanismo e a prostituição do Rio de Janeiro*. Typografhia Universal de Laemmert, 1845.

[127] Ibid., p.16.

[128] BARROSO, Sulpício Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853, p.16.

[129] SÁ, op. cit., p.16.

[130] FIRMINO JR., José Joaquim. *Dissertação sobre a menstruação, precedida de breves considerações sobre a mulher*. Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1840, p. 16.

[131] Também existia quem pensasse diferente: "– A menina, tornada mulher, não deve permanecer no colégio – diz muita gente. E por quê? Na verdade, não vemos a justificação d'isto, que nos hão de dar licença de julgar um

mudanças em que as meninas se viam atormentadas por uma melancolia amorosa, e "[...] tornam-se tristes, lânguidas e distraídas, formam ligações íntimas, adquirem em pouco tempo hábitos funestos, que dilaceram muitas vezes o véu do pudor e fazem perder a sedutora inocência, que é o mais belo ornato de uma moça."[132] Por mais zelosa que fosse a vigilância exercida pelas pessoas encarregadas da educação das meninas, não era possível nos internatos cuidar de cada uma em particular. A retirada das meninas dos internatos nessa fase causou admiração em viajantes que estiveram no Brasil. Agassiz afirmava que

> [...] nos pensionatos freqüentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que se retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda em tomá-las. Há exceções, está visto. Alguns pais mais razoáveis prolongam a permanência no pensionato ou fazem dar a instrução em casa até dezessete ou dezoito anos; outros mandam suas filhas para o estrangeiro.[133]

O Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho recomendava aos diretores, além de saber reconhecer as consequências[134] ou doenças provocadas pela prática do onanismo, o exame semanal nas roupas, nos leitos, nas estantes e gavetas dos pensionistas a fim de encontrar possíveis indícios da prática do vício ou impressos que pudessem induzir ao erro. Se a despeito de toda vigilância e ensinamentos morais o "vício solitário" adentrasse ao internato, algumas medidas eram ensinadas pelos médicos, dirigidas aos diretores e professores, a fim de debelar o mal, ou pelo menos evitar sua proliferação entre os pensionistas. Essas medidas[135] eram, entre outras, a atividade física[136], a leitura de livros de

---

contrasenso; porque indivíduo ou corporação, que não merece confiança para a guarda e direção da mulher, também, em nenhum caso, a deve merecer, para a guarda e ensino da menina. Isto é claro". FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p. 82.

[132] MELLO, José Tavares de. *A higiene da mulher durante a puberdade, e aparecimento periódico do fluxo catemenial*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1841, 16.

[133] AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil* – 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 435.

[134] Influênciado pelos ensinamentos de Gurget, o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho dizia que o onanismo produzia a languidez e enfraquecimento do corpo, perda de memória e de inteligência, síncopes, palpitações, uretrites crônicas, hipocondria, demência e morte. COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p.28.

[135] Essas orientações de como tratar a criança ou jovem masturbador circulavam no Brasil no século XIX na forma de prospectos, mementos do pai de família, dicionários populares, entre outros. Entre esses impressos, pode ser citado O *Diccionário de medicina doméstica e popular*, que no verbete "Polluções ou spermatorrhea" apresenta orientações sobre a masturbação ou onanismo, recomendando: "As regras dietéticas são mui

cunho moral[137] e religioso, a alimentação sem excitantes e os banhos de mar[138]. Ainda, era preciso impedir o isolamento e a misantropia[139] dos internos, como elucidado no discurso do Dr. Antonio Francisco Gomes:

> Tão funestas consequências devem obrigar o educador a vigiar por toda a parte o seu educando, procurando tirá-lo do isolamento, afastá-lo da tristeza, entregá-lo aos diferentes exercícios, como a natação, a esgrima, a dança, luta, etc., não permitir-lhe dormir a sós em cama separada, e em lugar retirado, nutri-lo de alimentos temperantes, pouco nutrientes e excitantes. E se por tais meios não tiver conseguido dele o abandono de tal vício, tratará então de falar-lhe ao coração, pintando com as mais negras cores os males que seguir-se devem a tão vergonhosa paixão. Com o auxílio de tais meios chegar-se-á, senão sempre, ao menos no maior número de casos, a obter o resultado desejado.[140]

---

importantes; convém evitar qualquer congestão para as partes genitais, e fugir por isso de todo o contato com as mulheres, o vestuário deve ser livre, não muito quente ou apertado; o doente deve dormir sobre um colchão duro e com pouca coberta, não dormir de costas, o que se pode prevenir por meios artificiais, deitando o doente com uma cinta, onde na parte que corresponde às costas se põe alguma coisa dura ou pontuda, que o incomoda e torna a posição de costas desagradável. As partes genitais externas banha-se 3 a 4 vezes por dia com água fria, conservando-as sempre alguns minutos no banho. O doente deve levantar-se cedo, às vezes mesmo de noite quando lhe aparece a ereção do membro, trabalhar ao ar livre, e escolher um serviço forte que o canse; fazer uso de banhos frios gerais, sendo o de mar preferíveis, tomar choques de água fria sobre as costas e osso sacro, e clisteres de água fria". POLLUÇÕES OU SPERMATORRHEA. In: LANGGAARD, Theodoro J. H. *Diccionário de medicina domestica e popular*. Tomo terceiro (M-Z). Rio de Janeiro : Eduardo & Henrique Laemmert, 1865, p.302. / Consulte também o verbete ONANISMO em CHERNOVIZ , Pedro Luiz Napoleão . *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias* ... 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v., p. 524. (Brasiliana da USP)

[136] A recomendação de constante ocupação através de atividades de recreação e exercícios ginásticos foi uma constante no discurso médico-higiênico de combate ao onanismo, como bem exemplifica o trecho da tese do Dr. Antenor Guimarães: "Com efeito é só por uma agitação muscular contínua que se pode combater eficazmente a predominância genital tão freqüente nos nervosos; é só assim que se poderá obstar ao formidável vício do onanismo. O menino ágil e forte é raras vezes dado a este vício, em quanto que o indolente e fraco só por um milagre escapa a ele. Ao passo que o aparelho genital do primeiro sofre até a época da puberdade uma espécie de atrofia que contrasta com o vigor dos membros o do segundo adquire por um estímulo incessante um desenvolvimento muitas vezes considerável. As forças do organismo chamadas ao centro de ação abandonam o cérebro, o ventre, o peito e os músculos; quanto mais progride a fraqueza tanto mais se alimentam as disposições viciosas, convém pois sujeitar o menino a trabalhos musculares até quanto permite seu temperamento máxime nas proximidades da puberdade". GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.24.

[137] O médico Candido T. de A. Coutinho recomendava que diretores mandassem os meninos "convictos de onanismo" fazerem, sob a orientação de um sacerdote, a leitura da obra de Tissot para se tornarem cientes dos perigos da prática do onanismo. COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos Colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p.26.

[138] O Dr. José Ferraz de Oliveira Durão destacava entre as qualidades terapêuticas do banho de mar o combate à debilidade geral provocada pela prática da masturbação. DURÃO, José Ferraz de Oliveira. *Breves considerações acerca do emprego higiênico e terapêutico dos banhos de mar*. Rio de Janeiro: Typographia Teixeira & Cia. 1845, p. 52.

[139] "Aversão à sociedade, aos homens; antropofobia". MISANTROPIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 929.

[140] GOMES, Antonio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1852, p. 12.

Caso não se obtivesse sucesso com as terapêuticas utilizadas, como medida drástica[141], a expulsão do colégio do "convicto no onanismo" era recomendada a fim de se alcançar a higiene moral do internato.

Nas primeiras décadas do século XX o discurso alarmista e denunciador da prática do onanismo entre os internos de colégios, de conteúdo profundamente moralista, continuou em pauta no discurso médico. A Drª. Ítala Silva de Oliveira[142], sergipana formada na Faculdade de Medicina da Bahia, na sua tese[143] sobre a sexualidade e educação sexual, alertava para a proliferação do vício que, segundo ela, campeava na penumbra dos dormitórios dos internatos. Entretanto, ainda nesse mesmo período, o Dr. Oscar Bastos Rabello[144], afastando-se da tese dominante que condenava o onanismo, lembrava em sua tese que Forel[145] não condenava sua prática, espaçada, higiênica e moderada e ele, do mesmo modo, não encontrava base na medicina para condená-lo. De fato, mais uma vez recorrendo a Michel Foucault, o discurso médico sobre a masturbação, ainda que buscasse a legitimidade na análise científica, pautou-se muito mais como uma "verdadeira campanha". Tratava-se de exortações, conselhos e injunções[146].

A pederastia ou sodomia, como os médicos denominavam as relações homossexuais[147], era outro vício apontado como prejudicial à saúde e à moralidade dos pensionistas. No ano de 1869, o Dr. Fructuoso Pinto da Silva[148] escrevia em sua tese que a pederastia latente sorrateiramente e com passos largos ia fazendo suas maléficas conquistas

---

[141] Circularam também em prospectos, anúncios, mementos, tratados, algumas medidas contra a masturbação como o uso de camisolões, amarrar as mãos, corpetes, ataduras, cintos, a cauterização da uretra, do clitóris e do orifício da vulva, sanitários tendo na parte superior e na inferiot orifícios autorizando o controle de posturas. FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002. / CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

[142] Drª. Ítala Silva de Oliveira, natural de Sergipe, filha de Silvano Auto de Oliveira e Marcionilla Silva de Oliveira. Defesa da tese em 31 de outubro de 1927 pela Faculdade de Medicina da Bahia. OLIVEIRA, Ítala Silva de. *Da sexualidade e da educação sexual*. Bahia, 1927.

[143] OLIVEIRA, Ítala Silva de. *Da sexualidade e da educação sexual*. Bahia, 1927, p. 178.

[144] RABELLO, Oscar Bastos. *A pedagogia feminina em face da medicina*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p. 38.

[145] Auguste Henri Forel (1848-1931), psiquiatra e entomologista suíço, escreveu sobre a masturbação no seu livro *Die sexuelle frage* (A questão sexual) de 1905.

[146] FOUCAULT, op. cit., p. 297.

[147] O homossexualismo visto como uma doença: "É verdade que a homossexualidade masculina, e mesmo a feminina, deixa de constituir um delito desde que não ofenda o pudor público, mas torna-se uma anomalia escrutada como uma doença. No centro dessa angústia está o adolescente com seus 'maus hábitos'. O conhecimento e a administração do sexo dos adolescentes se encontram no cerne das tarefas educativas e da ansiedade social. Elas demandam pedagogias específicas: a família será suficiente?". PERROT, Michelle. Os atores. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 149.

[148] Dr. Fructuoso Pinto da Silva, natural da Bahia, filho de Antonio Pinto da Silva e Fructuosa Maria de Souza Pinto. Obteve o título de doutor em medicina em 1969 pela Faculdade Medicina da Bahia. SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos Colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

entre os colegiais, e "[...] por isso a maior atenção e perspicácia deve haver da parte de seus diretores em pesquisar se há algum indivíduo, que a ela se habitue, e nesse caso empregar os meios capazes de extinguir este pernicioso vício, que degrada e avilta [...]"[149].

Para o Dr. Sulpício Germiniano Barroso, a prática era resultante da vida reclusa e das "amizades e proteções insidiosas" que induzem os meninos "[...] às práticas degradantes, por cujo uso terão de arrepender-se, e de corar de pejo, quando mais tarde a palavra – colégio – for proferida em sua presença [...]"[150]. Para impedir essa "inqualificável desmoralização" nos internatos, as práticas de vigilância e proibições indicadas para o combate ao onanismo podiam também ser utilizadas, além de uma "[...] rigorosa punição dos suspeitosos e dos surpreendidos em flagrante delito"[151].

Em 1910, o Dr. Raul Mendes de Castilho Brandão, crítico extremado do internato[152], afirmava que muitos homens ilustres tinham o "diploma de homossexuais" adquirido na vida reclusa dos internatos. Segundo ele, situação idêntica ocorria nos internatos femininos, dos quais muitas meninas saíam "[...] histéricas e pervertidas!! Quantas tribades, lésbicas de lá não têm saído! [...]". Ainda argumentava o médico:

> Toda a razão tinha, distinto cavalheiro, quando respondia da seguinte maneira, as censuras que lhes faziam, por não botar seus filhos no colégio, enquanto eram jovens e era tempo de se aproveitar a inteligência, respondia-lhe ele: é justamente, por serem jovens que não os boto no colégio agora, quero que eles primeiro aprendam a discernir o bem do mal; quanto a aproveitar a inteligência, enquanto jovens, digo-lhes que prefiro burros a homossexuais.[153]

Os relacionamentos "homossexuais" entre os pensionistas de colégio eram quase uma consequência do confinamento no "mundo monossexual" do internato no qual, de regra, os internos se dividiam entre "protetores", dotados de masculinidade, e "protegidos", dotados de feminilidade[154]. Mas, como observa Jean-Claude Caron, muitas vezes a formação dessas redes

---

[149] SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869, p.22.

[150] BARROSO, Sulpício Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853, p.9.

[151] GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.47.

[152] "[...] Falei dos colégios de seculares, o que devo acrescentar a estes colégios jesuítas, onde se ser *hipócrita* é uma coisa tão simples e onde as leis humanas e sociais estão banidas. Se fizermos uma escavação nestes conventos e colégios para freiras, quanta miséria não havíamos de encontrar *sub-solum*! As crianças ingênuas encontram nestes 'açougues da inocência' perversores de profissão [...]". BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho. *Breves considerações sobre a educação sexual*. Bahia: Imprensa Nova, 1910, p.8.

[153] Ibid., p.8.

[154] Situação comumente descrita em romances de internato: "Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da

afetivas de comportamentos protetores não era unicamente resultante de uma "[...] homossexualidade nascente, mas em igual medida o de uma falta de relações afetivas familiares, rompidas de maneira brutal em internatos perigosamente fechados, e compensada por uma transferência de afetividade para tal ou qual camarada"[155].

Enfim, permaneceria no decorrer do século XX, embora com o relativo aparecimento de posições mais progressistas, a propaganda com roupagem científica de que a vida nos internatos exarcebava ou proliferava as práticas da masturbação e do homossexualismo entre crianças e adolescentes e, por isso, o internato deveria ser, quando possível, evitado pelas famílias. Quando indispensável, o recurso ao internato deveria seguir orientações higiênicas e morais a fim de evitar a proliferação e/ou exterminar os propalados "vícios execráveis" que impediam o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos pensionistas dos colégios-internatos.

2.4 Requisitos para um bom internato

Diante das deficiências higiênicas apresentadas pelos internatos, os médicos apresentavam medidas capazes de solucionar ou amenizar essas falhas. Em 1875, o Dr. João da Matta Machado, considerando o internato um modelo na sua essência "funesto", concluía que seria humanamente impossível corrigir todos os seus defeitos, pois como evitar

> [...] de um modo absoluto que os alunos em convivência íntima não transmitam mutuamente os seus vícios particulares? Como evitar completamente o contágio tão pernicioso dos maus hábitos? Como atender às variadas condições higiênicas, necessárias ao desenvolvimento físico de cada pensionista, conforme à sua idade, constituição, temperamento, idiossincrasias, etc.?[156].

---

fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. Quando, em segredo dos pais, pensam que o colégio é a melhor das vidas, com o acolhimento dos mais velhos, entre brejeiro e afetuoso, estão perdidos ... Faça-se homem, meu amigo! Comece por não admitir protetores". POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 2001, p. 33.

[155] CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*: A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.178.

[156] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.27.

Entretanto, afirmava o mencionado médico, se o governo fiscalizasse[157] os internatos e os proprietários, ainda que em detrimento dos seus lucros, adotassem os preceitos da higiene e de uma severa moral, era possível atenuar os inconvenientes provocados por esses estabelecimentos. Para isso os proprietários[158] deveriam "[...] considerar a profissão de educador da mocidade mais um sacerdócio do que uma espécie de comércio, ou meio de fazer prosélitos de qualquer doutrina religiosa [...]"[159], e adotassem em seus estabelecimentos as recomendações da ciência médico-higiênica. Essas recomendações deveriam alcançar variados aspectos dos colégios internatos, entre eles, as condições de ingresso, a adequada localização e organização predial, o regime interno do estabelecimento, ou seja, os serviços oferecidos, o asseio dos internos, a organização do tempo, etc.

Sobre o ingresso no internato, discutia-se a idade adequada, alertando o Dr. João da Matta Machado para que a família adiasse "[...] o triste sacrifício para uma idade em que o corpo e a alma possam oferecer maior resistência a tantos elementos de dissolução física e moral"[160] presentes nos internatos. Assim, antes dos 10[161] anos de idade, nenhum menino deveria ser admitido como pensionista nos colégios. Provavelmente conhecedores dessas orientações, alguns internatos da Corte e nas províncias advertiam em seus regulamentos, prospectos e anúncios de jornais que não admitiam como internos meninos com idade inferior a essa recomendação médica.

O Dr. Abílio César Borges[162] (1824-1891), proprietário do renomado Colégio Abílio, fazia questão de advertir aos interessados, nos anúncios que mandava publicar, que o seu

---

[157] Médicos formados na Faculdade de Medicina da Bahia também criticavam a falta de inspeção médica oficial nos internatos de Salvador. COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883; LOBO, Francisco Candido da Silva. *Higiene escolar*. Bahia: Imprensa Popular, 1895.

[158] O Dr. Joaquim Francisco de Paula Souza recomendava que o estabelecimento fosse dirigido por um diretor moralizado "[...] virtuoso, reto e justiceiro, tenha uma alma nobre e sensível, ame e saiba fazer-se amar pelos discípulos, e que fazendo seguir o justo, o belo, a virtude, saiba de tal sorte distribuir as repreensões, e elogios, de maneira que estes não produzam orgulho, nem aquelas indiferenças". SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma Higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.

[159] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 26.

[160] Ibid., p. 28.

[161] Na condição de externos, os médicos admitiam que as crianças a partir de 6 a 7 anos fossem admitidas nos colégios. CRUZ, José de Souza Pereira da Junior. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios (*Proposições*).* Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

[162] Filho de Miguel Borges de Carvalho e de Mafalda Maria da Paixão. Nasceu no povoado de Macaúbas, então pertencente à pequena Vila de Rio de Contas (Bahia). Formado em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1847). Foi diretor geral do ensino na Bahia (1856), membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, fundou em Salvador o Ginásio Baiano em 1858, o Colégio Abílio da Corte, em 1871, no Rio de Janeiro, e em 1881 a filial deste na cidade de Barbacena em Minas Gerais. Teve como alunos no Ginásio Baiano, dentre

estabelecimento não recebia "[...] senão alunos internos, sendo as idades para admissão limitadas a 12 anos para a Corte, e a 13 para as Províncias."[163] Além da idade higienicamente apropriada, fazia-se necessária no momento do ingresso de pensionistas nos colégios uma "inspeção médica" para verificar se o candidato não era portador de moléstia contagiosa, se estava devidamente vacinado[164] e como era o seu estado moral. Daí a necessidade de os internatos terem a assistência de um médico que, além desse exame de admissão de novos pensionistas, pudesse ser chamado em casos de urgência, e rotineiramente inspecionasse o estado moral e sanitário dos alunos e tudo que no estabelecimento[165] pudesse ser suscetível de desenvolver uma epidemia de natureza contagiosa ou decorrente de emanações fétidas oriundas de animais ou plantas em decomposição (miasmas).

Da mesma forma, os edifícios destinados a receber pensionistas deveriam satisfazer a certas condições higiênicas. Começando pelo local[166] apropriado que deveria ser distante de focos de infecções ou umidade, de preferência que fossem situados[167] nos arrabaldes longe dos grandes centros de população, com a existência de arvoredo e de um rio próximo para o banho e natação dos internos. É ilustrativa a descrição do Dr. José Bonifácio Caldeira de Andrada Junior sobre os requisitos higiênicos para a situação e orientação de um colégio-internato na Corte Imperial do Rio de Janeiro.

> Um terreno refratário à umidade, uma posição regularmente batida dos ventos e dos sóis, longe dos mangues, das praias imundas e das escavações dos montes, ruas largas e asseadas, uma atmosfera enfim limpa de exalações miasmáticas, tais são os dados que devem presidir a escolha da localidade para estabelecimentos desta ordem; nos arrabaldes da nossa cidade, em algumas mesmo das nossas formosas colinas, pode-se encontrar a maior parte das condições que viemos apresentar. Seria a desejar que muitas destas

---

outros, os intelectuais Rui Barbosa, Aristides Spínola, Castro Alves, Plínio de Lima e Cezar Zama. Foi agraciado com o título de Barão de Macaúbas, além de outras honrarias. ABÍLIO CÉSAR BORGES. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliografico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 3.

[163] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 452.

[164] "Em um colégio, em que se recebem meninos de todas as classes e procedências, é a medida a mais acertada e de rigorosa necessidade, depois de observar a sua constituição, o verificar se ele traz consigo as cicatrizes vacinais, e no caso contrário fazê-lo imediatamente vacinar para poder entrar em comunhão com seus companheiros". SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869, p.7.

[165] Permaneceu nas primeiras décadas do século XX a recomendação médica para que os internatos passassem por uma inspeção médica que verificasse as condições higiênicas dos dormitórios, refeitórios, salas de aulas, dependências anexas, banheiros e locais próprios à higiene privada dos alunos. COSTA, Claudon Ribeiro da. *Higiene nas escolas*. Bahia: Imprensa Social, 1921, 65.

[166] Recomendações semelhantes com relação ao local apropriado para as escolas também foram feitas em teses produzidas no início do século XX, a exemplo de: SANTOS, Orlando Thiago dos. *Considerações em torno da família e suas relações com a escola*. Bahia. Typographia do Povo, 1924.

[167] O Dr. Francisco Candido da Silva Lobo recomendava que os internatos funcionassem de preferência fora das cidades. LOBO, Francisco Candido da Silva. *Higiene escolar*. Bahia: Imprensa Popular, 1895.

> habitações se achassem postadas no centro de quintas com boa água corrente e uma vegetação regular; fora um passatempo agradável e de incontestável vantagem para os nossos jovens reclusos, depois do fadigoso trabalho dos bancos, o passeio e o exercício ao ar livre por entre as árvores, que teriam de mais a conveniência de moderar, até certo ponto, os ardores de uma temperatura muito elevada.[168]

Observados esses aspectos para localização do colégio, a preocupação deveria voltar-se para as condições do prédio. Um edifício-internato modelo seria o que contivesse na sua divisão cozinha com todos os apetrechos, refeitório espaçoso, quartos de banhos, latrinas asseadas, dormitórios, vestiário, quarto para encarregados da vigilância, sala de estudo, sala de classes, desenho, escultura, música, gabinete de física, história natural e química, recreios, enfermaria, capela e ginásio aberto[169]. Estes espaços deveriam ser higienicamente arejados e espaçosos, e todos eles, principalmente os dormitórios, com uma renovação de ar, ventilação, insolação e iluminação adequadas. As paredes deviam ser caiadas e os pavimentos encerados. Os cômodos onde os colegiais permaneciam por mais tempo deveriam ser proporcionais ao número de ocupantes, obedecendo à proporção de $12m^2$ por pessoa. A enfermaria deveria estar afastada da contiguidade das salas, o refeitório instalado no pavimento térreo, as latrinas deveriam seguir o "sistema inglês" e colocadas em local separado do edifício.

Quanto aos dormitórios predominava a indicação dos coletivos ou grandes salões[170], embora alguns médicos recomendassem a divisão em pequenos quartos ou células[171]. Para a ocupação[172] higiênica do dormitório coletivo recomendava-se o espaçamento de $25m^3$ de ar por aluno, com divisões para diferentes idades, devendo permanecer iluminado durante toda a

---

[168] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p.16.

[169] GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.66.

[170] A avaliação pelo Dr. João da Matta Machado destes dormitórios: "[...] Os dormitórios vastos, claros e arejados, são preferíveis aos pequenos quartos destinados a receber quatro ou seis pensionistas, não só por ser a ventilação e o asseio mais fácil naqueles, como porque prestam-se melhor à severa vigilância, principal antídoto contra o onanismo e pederastia. [...]". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.40.

[171] "O sistema de quartos que contenham 2 a 4 alunos é preferível ao de dormitórios comuns". SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma Higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857 / "[...] preferível que se lhes aplicasse o sistema das células, em cada uma das quais dormiriam dois alunos, escolhendo-se para isso os da mesma idade". ANDRADA JR., op cit., p.16.

[172] Recomendava-se a ocupação máxima de 30 leitos, com um espaço de um metro pelo menos entre os leitos. COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883.

noite. Outrossim, os dormitórios deveriam ser guarnecidos de leitos de ferro[173], colocados em certa distância uns dos outros, sem cortinados, por causa do inconveniente de formar uma atmosfera artificial de ar estagnado, e, de colchões frescos e não muito macios[174]. Também era sugerido que não permanecessem nos dormitórios vasos que contivessem urina ou os "troféus das batalhas intestinais".

Igualmente, para boa higiene dos colégios, deveriam ser considerados os temperamentos, a constituição (formação particular de cada indivíduo) e as idiossincrasias[175] dos pensionistas. O Dr. João da Matta Machado, influenciado pelo pensamento do higienista Royer Collard, considerou na sua tese os temperamentos sanguíneo, linfático e nervoso. Segundo ele, esses temperamentos indicavam uma predisposição individual maior ou menor para contrair doenças.

Nos indivíduos de temperamento sanguíneo, considerado o mais higiênico por causa da regularidade de todas as funções vitais, "[...] o coração bate com energia, o pulso é largo e cheio, o sistema capilar é muito desenvolvido. A circulação destes vasos, fácil e enérgica, dá à pele e às mucosas uma cor animada [...]". Os indivíduos de temperamento linfático, o menos higiênico, apresentam a "[...] atrofia do sistema capilar, pouca atividade de sua circulação e pobreza relativa de glóbulos vermelhos [...]." Os caracteres físicos dos indivíduos linfáticos são os cabelos louros, olhos azuis, pele fina, mucosas descoradas, sistema muscular pouco desenvolvido, pés e mãos grandes, etc. E os indivíduos de temperamento nervoso, caracterizado pela predominância das funções de inervação, tinham como características a "[...] compleição magra e seca, fibras delgadas, músculos pouco desenvolvidos, rosto pálido, móvel e expressivo, fronte elevada, movimentos bruscos, imaginação ardente, paixões virulentas porém efêmeras".

A aplicação desse conhecimento sobre os temperamentos na higiene dos colégios resultava na recomendação de que os meninos de temperamento linfático nunca deveriam ser

---

[173] Muitos internatos da cidade do Rio de Janeiro anunciavam que seus dormitórios estavam guarnecidos com camas de ferro. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 440.

[174] "Os colchões sendo muito macios tinha uma ação muito nociva sobre o sistema nervoso. Um lit mollet ou l'on s'ensevelit dans la plume ou dans l'edredon fond et dissout le corps pour ainsi dire. – J. J. Rousseau)". COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883.

[175] "Disposição do temperamento do indivíduo, que o faz reagir de maneira muito pessoal à ação dos agentes externos [...]". IDIOSSINCRASIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 739. Ou como explicava o Dr. Machado, "[...] expressão de predominância de órgão ou aparelho, as que mais importam ao médico higienista são as seguintes: a muscular, cefálica, cardíaca, torácica, gastrintestinal, hepática e genital [...] notaremos apenas que, assim como a constituição, as idiossincrasias não devem ser desprezadas pelos educadores da mocidade, e que dentre elas a que mais deve despertar a sua solicitude é incontestavelmente a cefálica [...]". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 36.

admitidos nos internatos. Os cuidados higiênicos a que se devem sujeitar os indivíduos portadores desse temperamento seriam irrealizáveis nos colégios, onde todos os indivíduos estavam sujeitos às mesmas condições e tratamentos. Todavia, sendo impossível impedir a admissão dos pensionistas linfáticos, competia aos diretores atenuar os inconvenientes utilizando preceitos higiênicos indicados. Os indivíduos de temperamento nervoso igualmente exigiam séria atenção dos diretores de colégio, porque estavam mais propensos, por causa da imperiosa excitação genésica, a se entregarem a "práticas imorais e perigosas". Assim, aos pensionistas de temperamento nervoso deveriam ser dedicadas uma vigilância severa e a utilização de modificadores de ambientes.

Para os cuidados específicos com a higiene dos pensionistas dos colégios, os médicos estabeleceram algumas prescrições que podem ser divididas em cuidados e asseio do corpo, higiene da alimentação e higiene intelectual, física e moral. O asseio do corpo consistia na recomendação de banhos[176] e outras práticas de asseio. Os cuidados com a higiene pessoal indicados pelos médicos também faziam parte das recomendações ou conselhos contidos nos escritos sobre educação[177] e nos códigos ou regras de civilidade da época. No seu *Código de bom tom,* J. I. Roquette aconselhava às meninas o asseio constante e fazia recomendações sobre o uso do banho:

> Não tenhas horror à água fria, a não ser que por motivo de moléstia os médicos te proíbam usar dela; nunca tive em conta de limpas e asseadas as pessoas que esfregavam a cara com uma toalha molhada, em vez de a banharem e lavarem com as palmas cheias de água; e sempre me pareceram invencioneiras as que, sem necessidade, esperavam que a água se aquecesse para lavarem o rosto; as abluções d´água fria ao levantar da cama são muito saudáveis, com a adição de conservarem o rosto fresco e rubicundo: razão de certo mui atendível para as de teu sexo. Os banhos de todo o corpo fazem uma parte do asseio, porém, a não te serem ordenados por facultativos, basta que tomes um cada mês, e que não sejam longos. Fica mal a uma menina o gosto de se estabelecer no fundo d'uma banheira horas esquecidas; esta moleza e ociosidade nem quadra aos seus verdes anos, nem é propicia à sua saúde.[178]

---

[176] SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

[177] O *Dicionário universal de educação e ensino*, publicado em 1873, dedicado à mocidade de ambos os sexos, às mães de familia, aos professores, aos diretores de colégios, ensinava: "A limpeza é a principal condição da saúde. A pele é a sede de uma transpiração contínua que deposita no orifício de seus inúmeros poros uma matéria viscosa que se dissolve na água. [...] Daí, a utilidade e precisão da lavagem e banhos frequentes. Os banhos gerais, quentes ou tépidos, afora a vantagem que tem de amaciar a pele, limpa-a completamente do verniz que impede a transpiração, e chamam o sangue ativando todas as funções". LIMPEZA. In: CAMPAGNE, Émile Mathieu. *Dicionário Universal de Educação e Ensino*...Tradução de Camillo Castello Branco. Porto: Ernesto Chardron, Braga: Eugenio Chardron, 1873, p.98, v. 2.

[178] ROQUETTE, J. I. *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Vª J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875, p. 288.

Os banhos, quanto ao local, eram denominados de domiciliares, de rio e de mar. Quanto à forma podiam ser banhos gerais e abluções ou banhos parciais (rosto, pescoço e braços). Quanto à temperatura da água, tais banhos podiam ser frios, tépidos ou quentes. Destes o primeiro era o mais recomendado para os internos de colégio:

> Nos internatos do Brasil, onde o inverno não é rigoroso, os banhos frios de tanque ou de rio deverão ser preferidos, qualquer que seja a estação, atendendo-se porém aos preceitos higiênicos seguintes:
> 1º Só serão aplicados os banhos frios depois de terminado o trabalho da digestão.
> 2º Os banhos serão rápidos e seguidos imediatamente de exercício moderado.
> 3º Salvo indicação terapêutica, só deverão ser usados no estado de saúde perfeita.
> Atendidas as condições supra, o banho frio sempre produzirá os mais benéficos resultados.[179]

Como salienta Alain Corbin: "[...] Normas extremamente estritas regulam a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. A preocupação de evitar a languidez, a complacência, o olhar para si, na verdade a masturbação, limita a extensão de tais práticas"[180]. Nesse sentido, os médicos prescreviam, no caso dos banhos gerais ou completos, para que estes não fossem empregados durante a fadiga do corpo e logo após as refeições, e que fosse observada uma duração máxima de 15 minutos a meia hora. Quanto à periodicidade, os banhos gerais domiciliares deveriam ser empregados duas vezes por semana na estação quente e uma no inverno. As abluções ou banhos parciais recomendava-se serem tomados todos os dias pela manhã e à noite[181].

O uso do banho de mar era conveniente seja por suas qualidades terapêuticas, seja como meio de recreação; e quando acompanhado da natação, tornava-se também um bom exercício físico. As qualidades terapêuticas do banho de mar[182] resultavam, segundo o Dr.

---

[179] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 42.

[180] CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 413.

[181] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p. 20.

[182] "Distinguem-se os banhos do mar por sua ação tónica e excitante, cuja energia procede dos princípios salinos dissolvidos nele, [...] resultante do movimento das vagas, e na maior densidade da água. Quase sempre estes banhos favorecem os temperamentos débeis, e as pessoas que padecem tremores nervosos; mas não convêm a todos os doentes, e só devem ser tomados por conselho de médico". BANHOS. In: CAMPAGNE, Émile Mathieu. *Dicionário Universal de Educação e Ensino*... Porto: Internacional, 1873, p.98, v. I.

José Marques de Sá[183], dos seguintes fatores: "[...] 1º da temperatura baixa de suas águas; 2º da densidade destas; 3º da sua composição química; 4º de choque produzido pelo flutuar das ondas; 5º da pureza da atmosfera marítima constantemente renovada; e 6º de suas emanações salinas. [...]"[184]. Diante dessas características, o banho de mar era recomendado como um bom laxativo, curativo no caso de hemorroidas, moléstias da pele e dos órgãos genitais, do reumatismo, pneumonia, tosse, para fortificar e regularizar a ação muscular, restaurar as forças dos convalescentes, entre outros benefícios. Mas, salientava o Dr. Joaquim Pedro de Mello[185], os moradores do centro da cidade do Rio de Janeiro estavam privados dos "[...] salutares efeitos dos banhos, [...] porque as praias, que lhe estão próximas, são imundas, se servem de depósito, onde o povo vai lançar o que quer".[186]

Realmente, alguns internatos da Corte Imperial e nas províncias anunciavam as facilidades para o banho de mar dos pensionistas, por estarem localizados em praias limpas da cidade, uma vez que muitas praias estavam contaminadas com os "despejos de imundices"[187]. Em 1884, no Rio de Janeiro, o Colégio Suíço-Brasileiro[188] fazia anunciar que se alguma discípula precisasse de banhos de mar tinha a melhor ocasião de tomá-los porque o estabelecimento estava próximo do mar. Do mesmo modo, o Colégio de S. Luiz, situado na Ponta do Caju, "[...] sob tão agradável clima, preferido e aconselhado por distintos facultativos às pessoas convalescentes [...]"[189], avisava estar equipado com banheiros de chuva e de mar nos fundos da própria chácara. Já na cidade de Salvador, o Ateneu Baiano

---

[183] Dr. José Marques de Sá, natural do Rio de Janeiro, filho de José Marques de Sá. Obteve o título de doutor em medicina em 1850, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. SÁ, José Marques de. *Higiene da pele no Rio de Janeiro: Vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade: quais os hábitos e costumes da população? Qual a sua influência sobre a saúde pública? Que direção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850.

[184] SÁ, José Marques de. *Higiene da pele no Rio de Janeiro: Vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade: quais os hábitos e costumes da população? Qual a sua influência sobre a saúde pública? Que direção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850, p. 63.

[185] Dr. Joaquim Pedro de Mello, natural de Paracatu (Minas Gerais). Tese defendida pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1846. MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades a cerca da educação física dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp. 1846.

[186] MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação física dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp. 1846, p. 35.

[187] Segundo o Dr. Francisco de Paula Candido, presidente da Junta Central de Higiene Pública do Município da Corte, as praias da cidade do Rio de Janeiro, como as da Glória, de D. Manuel, dos Mineiros, Gamboa, eram contaminadas devido ao sistema dos "despejos de imundícias", ou seja, de se conservarem no interior das casas e de se transportarem em barris os dejetos fecais para serem despejados nas praias. CANDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Império, apresentado ao Ministério do Império pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública em 1 de maio de 1853. (Anexo). In: MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

[188] SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil para 1884.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 41º ano, 1884, p. 1260.

[189] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1876.* Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 626.

anunciava que o estabelecimento, situado na Calçada do Bomfim, ao pé do caminho de ferro, [...] num dos mais aprazíveis bairros desta capital e nas melhores condições topográficas para o fim a que é destinado; dispõe de excelentes banhos de mar, de espaçosos recreios e de muitos outros elementos que requerem uma boa higiene"[190].

O costume dos banhos de mar[191] no Brasil iniciou-se ainda na primeira metade do século XIX e generalizou-se na segunda metade deste mesmo século e, segundo Gilberto Freyre, os "[...] primeiros banhos públicos de mar da gente senhoril no Brasil não foram abertamente nas praias mas em 'casas de banho' ou em barcas de banho [...]"[192].

Em uma de suas cartas[193], publicadas no *Jornal do Commercio* no período de 1850 a 1851, José Maria da Silva Paranhos[194] deixou uma descrição de uma dessas barcas de banho que ficava ancorada no cais do Hotel Pharoux, no Rio de Janeiro:

> Ainda não anunciei uma excelente comodidade de que há tempos goza a população do Rio de Janeiro, e que fez progressos do ano passado para cá. Para tomar banhos de água salgada, não é preciso mudar de casa, abarracar nas praias, ou expor-se às vistas dos curiosos. Aí está ancorada em frente ao **Hotel Pharoux** uma vistosa barca, em que se satisfaz a esse prazer ou necessidade mediante módica retribuição. O interior desta flutuante (que não fica muito longe do que há de bom neste gênero em França e outros países) é dividido em duas galerias com 16 camarotes cada uma, uma destinada para o belo sexo, e outra para os homens. Todos os quartos têm porta independente, e as banheiras, parte principal do edifício, são quadrilongas com dez palmos de comprimento sobre seis de largura, e caprichosamente asseadas. Encontram-se em cada camarote as disposições necessárias para se despir, descansar e vestir comodamente: assento de palhinha, esteira para os pés, e cabide para o fim que lhe é próprio. A água corre continuamente para a banheira através de umas grades de ferro colocadas nas suas extremidades longitudinais, e todo o compartimento é assaz iluminado e ventilado, por uma janela que deita para o mar. Em meio de cada uma das duas alas de quartos há um toilette, e do lado que pertence às senhoras mais um gabinete particular com perfumarias.

---

[190] ATENEU Baiano. *Jornal do Aracaju*, Aracaju, p. 4, 01 ago. 1877.

[191] O norte-americano James Cooley Fletcher, visitando o Brasil entre os anos de 1851 e 1865, observou e registrou o costume de tomar banho de mar dos habitantes do Rio de Janeiro: "Durante cinco meses no ano, a Praia do Flamengo é o ponto escolhido por ambos os sexos para banhos de mar. Na estação dos banhos (de novembro a março), assiste-se todas as manhãs a cenas cheias de vida. Antes que o sol desponte acima dos morros, uma fila de homens, mulheres e crianças desce as ruas para tomar banho nas claras águas salgadas da baía. [...] Os habitantes do Rio têm paixão pelos banhos de mar, e são por isso chamados 'cariocas', que alguns traduzem por 'patos'. Muitas pessoas andam milhas para tomá-los. Há um flutuante para banhos no interior do porto, não longe do Hotel Pharoux, para aqueles que têm a coragem necessária para afrontar o elemento que aí chamam de água salgada, mas que, para um narrador fiel, devido ao sistema improvisado de esgotos, deve ser estigmatizado por um nome bem diverso". FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1941, p. 100 e 102.

[192] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, p. 546.

[193] PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

[194] Visconde do Rio Branco (Salvador, 16 de março de 1819 — Rio de Janeiro, 1.º de novembro de 1880), professor, político, jornalista, diplomata e monarquista brasileiro.

> Ao entrar, encontra-se no vestíbulo um botequim discretamente provido. Finalmente, para que mais agradáveis sejam as horas que ali se passam, a tolda da flutuante é guarnecida de duas ordens de bancos, em que 300 pessoas podem estar muito a gosto, respirar um ar livre, gozar a vista do porto, e ouvir harmoniosos sons de um piano, que não cessa de gemer e cantar, para distrair os seus ouvintes.[195]

Figura 4 – *Ilustração do Hotel Pharoux – Rio de Janeiro*
Fonte: FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros [...]*, p. 16.[196]

Eram comuns os anúncios nos jornais e almanaques, na Corte do Rio de Janeiro e em capitais de províncias[197], de diversos tipos de banhos de saúde, banhos quentes, banhos frios de cachoeira e as barcas para banhos de mar.

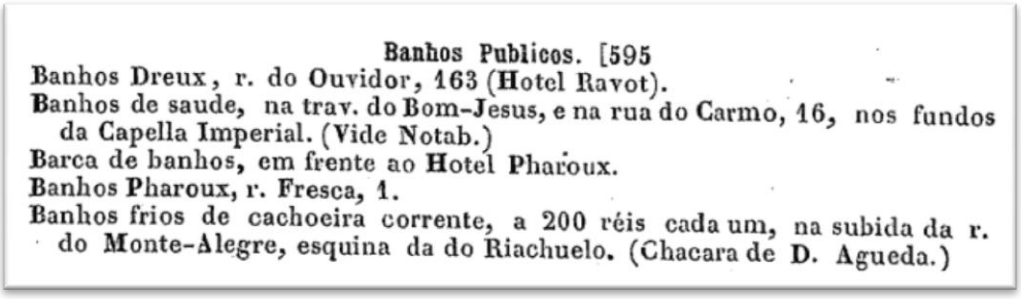

Banhos Publicos. [595
Banhos Dreux, r. do Ouvidor, 163 (Hotel Ravot).
Banhos de saude, na trav. do Bom-Jesus, e na rua do Carmo, 16, nos fundos da Capella Imperial. (Vide Notab.)
Barca de banhos, em frente ao Hotel Pharoux.
Banhos Pharoux, r. Fresca, 1.
Banhos frios de cachoeira corrente, a 200 réis cada um, na subida da r. do Monte-Alegre, esquina da do Riachuelo. (Chacara de D. Agueda.)

Figura 5 – Anúncios de diversos tipos de banhos públicos na Corte do Rio de Janeiro (1868)
Fonte: HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...], 1868, p. 614.[198]

---

[195] PARANHOS, op. cit., p.83.
[196] FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
[197] "Recreio saudável de banhos. Na rua de Japaratuba, ao pé do quartel da linha, acha-se este estabelecimento preparado para servidão pública, de 5 horas da manhã até as 10 horas da noite. Preço fixo 160 rs cada pessoa". RECREIO saudável de banhos. *Jornal do Aracaju*, p. 4, 12 ago. 1876.

(art. 484) **BANHOS.** 433

Banhos *Pharoux*, r. Fresca, 1.
Banhos de saude, na travessa do Bom-Jesus.
Dupeyrat Irmãos, r. do Carmo, 28.
High-life, estabelecimento de banhos de mar na extremidade da r. do Barão do Flamengo.
E' um dos mais bem montados: tem 124 quartos e aposentos reservados para familias de bôa sociedade. (Para mais informações veja *Notabilidades*, pag. 1855.)
João Francisco Soares & C. (Banhos de chuva de agua salgada), r. Luiz de Vasconcellos, 2, Boqueirão; socios:
* Antonio José de Souza Arêas, r. Luiz de Vasconcellos, 2, e r. de Sant a Luzia, 1.
* Geraldino Ant° da S^a Rosa, comm., r. Luiz Vasconcellos, 2, Boqueirão.
Julião Songean, (Banhos frios, quentes, de chuva e de choque), r. de Carvalho de Sá, 1, junto á igreja.
Manoel Souza Pinheiro, praia do Flamengo entre as ruas Buarque de Macedo e Dous de Dezembro. (Vide *Notabilidades*, pag. 1856.)
Mathias da Silva Guimarães, r. do General Camara, 219.
Palacio Fluctuante para banhos de mar, com um magnifico tanque de natação, acha-se á disposição do publico todos os dias desdè as 4 1/2 horas da manhã. O embarque é no cáes Pharoux, nos escaleres da companhia.

Figura 6 – *Anúncios de diversos tipos de banhos públicos na Corte do Rio de Janeiro (1885)*
Fonte: SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil* [...] , p. 1911.[199]

RECREIO SAUDAVEL

BANHOS

Na rua de Japaratuba, ao pé do quartel do linha, acha-se este estabelecimento preparado para servidão publica, de 5 horas da manhã até as 10 horas da noite.
Preço livre 160 rs. cada pessôa.
Aracajú 8 de agosto de 1876.

Figura 7 – Anúncios de banhos público em Aracaju (1876)
Fonte: *Jornal do Aracaju*, p. 4, 12 ago. 1876.

[198] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 614.
[199] SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil* [...] *e Industrial do Imperio do Brasil para 1885.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42º ano, 1885, p. 1911.

As vestimentas adequadas para colegiais foi outro ponto das prescrições dos médicos com relação aos cuidados com o corpo. Os facultativos recomendavam a utilização de tecidos adequados a cada estação, como o uso do linho e do algodão nas estações de calor e a lã batida e o merino no frio intenso. As vestimentas também deveriam ser largas para que pudessem facilitar, livremente, o movimento dos órgãos e o seu desenvolvimento[200]. As roupas de uso diário deveriam ser colocadas em lugar distante do dormitório e não nos lados do leito, como usualmente era feito.

Igualmente, os cuidados com o regime alimentar foram destacados pelos médicos[201] para a boa higiene dos internatos. Nesse tópico, costumavam indicar os tipos de alimentos, horários das refeições e o intervalo entre estas, dentre outras recomendações. Os alimentos deveriam ser administrados levando em consideração a idade, constituição e temperamento, todavia, reconheciam a impossibilidade da efetivação dessa seleção em um internato. Em compensação, apresentavam prescrições gerais que pudessem alcançar com êxito todos os pensionistas. Assim, em relação às quantidades, recomendavam um equilíbrio; nem muito abundantes e nem insuficientes. Três refeições diárias eram, em regra, consideradas suficientes, devendo ser tomadas em horas fixas e determinadas, divididas em almoço às 8 horas da manhã, constando de café[202], leite e pão; o jantar à 1 da tarde, devendo ser servidos alimentos como sopa, legumes, carne, arroz e frutas; e 5 ou 6 horas depois a ceia, servindo-se uma sopa de arroz, marmelos, chá e pão, ou somente estes dois últimos. Depois de cada refeição os alunos deveriam ter de 1 a 1 ½ hora de recreio, para auxiliar os movimentos peristálticos do estômago. Durante a digestão não convinham as sérias preocupações de espírito, os movimentos exagerados, o sono e o emprego de banhos.

Sobre o uso do vinho entre os colegiais, o médico José Bonifácio de Andrada Júnior recomendava que se fornecesse aos alunos, uma vez por semana, em pequena quantidade, vinho da Madeira ou de Bordeaux, puro ou misturado com água, segundo as idades. Para ele, essa era uma medida necessária na estação fria e para os "[...] meninos e meninas de fraca compleição, de fibra branca e mole, astênicos, de um temperamento excessivamente linfático,

---

[200] CRUZ, José de Souza Pereira Junior. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios (*Proposições*).*Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

[201] Conferir, entre outras, as teses dos médicos Candido Teixeira de Azeredo Coutinho, 1857; João Goulart Rolim, 1857 e João da Matta Machado, 1875.

[202] "Nos colégios, principalmente nos do Rio de Janeiro, dever-se-ia admitir o sistema, aliás adotado nas províncias, de fornecer aos pensionistas café de manhã ao levantarem-se e depois do jantar: tal uso, salvo casos individuais, não produziria senão resultados favoráveis". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 45.

com predisposição para as escrófulas". Já o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho advertia que o vinho só fosse usado pelos colegiais sob recomendação médica. Por sua vez, o Dr. João da Matta Machado, salientando que nos países da Europa costumava-se, nos internatos, fornecer aos alunos uma [...] ração de vinho ou cerveja proporcional à idade de cada um [...][203]; entretanto considerava desnecessário o seu uso nas condições climáticas do Brasil e aplaudia que, no regime alimentar dos internatos brasileiros, o costume de servir alcoólico aos pensionistas não fosse adotado[204].

Para o repouso dos pensionistas recomendavam oito horas de sono[205]. A divisão do tempo poderia ser a seguinte: levantar 5 ou 6 horas da manhã, conforme as estações, uma ligeira refeição, 2 a 3 horas de estudo, almoço, 1 a 1 ½ hora de recreio, repouso, jantar, recreação, trabalhos até as 5 horas, de 5 a 6 horas recreação, de 6 a 8 horas estudo, ceia ligeira, recreio e deitar.

Quanto aos leitos recomendavam que fossem quentes e não muito moles. Esta última recomendação é recorrente na literatura pedagógica do Iluminismo. Na sua obra *"Pensamientos sobre la educación"* (1693), John Locke recomendava que o leito devia ser duro, pois o "[...] lecho duro fortalece los miembros; pero una cama blanda, donde se sepulten todas las noches em la pluma, líquida y disuelve, por decirlo así, todo el cuerpo, causa debilidad y presagia una muerte temprana"[206]. Nesse mesmo sentido escreve Rousseau:

> É importante nos acostumarmos de início a deitar com pouca comodidade; esse é o meio certo de não encontrarmos camas ruins. Em geral, a vida dura, uma vez que se transforma em hábito, multiplica as sensações agradáveis; a vida fácil proporciona uma infinidade de sensações desagradáveis. As pessoas criadas muito delicadamente só conseguem pegar no sono sobre plumas; as pessoas habituadas a dormir sobre tábuas conseguem dormir em qualquer lugar; não há cama dura para quem adormece ao deitar.[207]

---

[203] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 43.

[204] O Dr. Fructuoso Pinto da Silva igualmente manifestou-se contrário ao uso de vinho pelos colegiais. SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

[205] "En esto solamente hay que permitirles que se satisfagan plenamente; nada contribuye más al crecimiento y salud del niño, que el sueño. Todo lo que puede ser regulado en ello, es que parte de las veinticuatro horas las han de consagrar al sueño, lo cual se resolverá fácilmente con solo decir que es de gran ventaja acostumbrale a despertarse por la mañana temprano. Es mejor hacerlo así para su salud; y aquél que desde su tierna infancia se haya acostumbrado por um uso constante a madrugar sin violencia, cuando ya sea hombre formado, no envidiará el imaginado placer de algunos, que disipan la parte mejor y más considerable de su vida en reposar en su lech". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* . Madrid: Akal, 1986, p.56.

[206] Ibid., p. 59.

[207] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.155.

As educações física[208], moral e intelectual, bem dirigidas, eram, no parecer dos médicos, os únicos meios que podiam dotar o país de cidadãos vigorosos e robustos, honestos e inteligentes. Relativamente ao desenvolvimento das forças físicas, este consistia na observância dos preceitos higiênicos que podiam impedir a ação das causas que deterioravam o organismo e que impediam o seu completo desenvolvimento[209].

A educação física deveria ser alcançada através da prática da ginástica propriamente dita, que consistia "[...] em uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em certa ordem, e próprios para fazerem desenvolver gradualmente as diferentes peças de que se compõe o nosso organismo [...][210]. A prática da ginástica e das "artes de recreio" (dança, música) nos colégios garantiria aos estudantes o aumento da força, flexibilidade, agilidade e imprimiria ao sono e ao ouvido mais extensão, retidão e mais finura no trato[211].

Além dos exercícios ginásticos propriamente ditos, também eram citados, entre outros, os passeios[212], salto, carreira, dança[213], esgrima[214], equitação e natação[215] de acordo com os

---

[208] Importância há muito salientada por pensadores Iluministas a exemplo de Locke: "Uno espíritu sano en un cuerpo sano es uma descripción breve, pero completa de un estado feliz en este mundo. Al que dispone de ambas cosas le queda muy poço que desear, y al que le falten una u outra no será feliz por ventajas que disfrute por outra parte. La felicidad y la desgracia del hombre son, em gran parte, su propria obra". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* . Madrid: Akal, 1986, p.31. Como também Rousseau, quando diz que "[...] é preciso treiná-la na aspereza dos exercícios para educá-la para a aspereza das luxações, da cólica e de todos os males. O sábio Locke, o bom Rollin, o douto Fleury, o pedante de Crouzas, tão diferentes entre si em tudo o mais, concordam todos neste único ponto: exercitar bastante o corpo das crianças". ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.150.

[209] CRUZ, José de Souza Pereira da Junior. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios (*Proposições*).*Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

[210] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de Andrada. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p.28.

[211] Na pedagogia roussouneana: "Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles, mas aprender a bem julgar através deles e aprender, por assim dizer, a sentir; pois nós não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos. Existe um exercício puramente natural e mecânico que serve para tornar robusto o corpo sem dar nenhuma matéria ao julgamento: nadar, correr, saltar, chicotear o pião, jogar pedras. Tudo isso é muito bom, mas teremos só braços e pernas? Não temos olhos e ouvidos também? E serão esses órgãos supérfluos para o uso dos primeiros? Portanto, não exerciteis apenas as forças, exercitai todos os sentidos que as dirigem; tirai de cada um deles todo o partido possível, e depois verificai a impressão de um pelo outro". ROUSSEAU, op. cit, p. 160.

[212] A recomendação do uso dos passeios para os colegiais: "Dever-se-ia adotar nas casas de educação o sistema de passeios a pé suficientemente longos, ao menos duas vezes por semana; neste caso, porém, não deveria ser um passeio disciplinar metódico a dois de fundo, espetáculo que uma ou outra vez agrada aos diretores de colégio oferecer aos pacíficos burgueses do Rio de Janeiro." MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 51.

[213] Sobre a importância social da arte de dançar, informa Wanderley Pinho, que dançava-se muito e os bailes multiplicavam-se na Corte Imperial do Rio de Janeiro. Segundo o autor era nos bailes onde a polidez, a arte das boas maneiras, melhor se desenvolvia. "Num salão esmeram-se várias artes: a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter a palestra e cultivar humor; dançar uma valsa ou contar uma

sexos. Os médicos igualmente lembravam que essas atividades traziam como benefícios para os pensionistas "anestesiar o sentido sexual"[216] , além de imprimir um estímulo salutar a todas as funções do organismo.

A prática dos exercícios ginásticos era também recomendada às meninas. O Dr. João da Matta Machado, depois de criticar o sedentarismo[217] da mulher da alta sociedade, dizia que se o sexo feminino não necessitava tanto desenvolver as forças musculares,

> [...] a sua saúde merece-nos igual atenção, as suas formas interessam-nos muito imediatamente como médicos, pois que a elas é reservada a gestação e o parto, funções que exigem regularidade e desenvolvimento do sistema ósseo; não é desculpável, portanto, que se prive a mulher dos exercícios ginásticos, capazes de produzir tão importantes resultados [...][218].

Durante e depois da menstruação[219] os exercícios físicos somente deveriam ser adotados pelas meninas como recurso terapêutico e, neste caso, somente poderiam ser realizados o passeio a pé ou de carro, a dança[220], o canto e o piano. Apesar dessas

---

ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas últimas invenções da moda". PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970.

[214] A esgrima era indicada por alguns médicos e mesmo anunciada como uma atividade dos colégios. Mas, também existia quem criticasse sua prática, pois dava um espírito disputador e desordeiro. SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma Higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.

[215] O uso da natação no pensamento pedagógico de John Locke: "No es necesario advertir aqui que conviene mucho enseñar a nadar a los niños cuando están en edad para ello, poniendo a su lado alguno que los enseñe." LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Akal, 1986, p.41.

[216] BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho. *Breves considerações sobre a educação sexual*. Bahia: Imprensa Nova, 1910, p.3.

[217] "Com efeito: é a mulher da alta sociedade que comumente se entrega a mais completa inação: ergue-se do leito quando o sol já tem traçado a metade do seu curso diurno; almoça às vezes mesmo no quarto de dormir; depois, recosta molemente em cômoda poltrona, conversa, lê ou... seisma; em breve a *toilette* a reclama; duas ou três horas se passam defronte de um espelho; soam as horas de jantar a elegante senhora, que não tem naturalmente apetite, senta-se com desgosto à mesa: o aroma dos delicados manjares irrita [...]". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 49.

[218] Ibid., p. 49.

[219] Cuidado com as meninas durante o período da menstruação: "Em todo o tempo que durar a excitação que acompanha o trabalho da ovulação espontânea, deve-se ter para com as jovens púberes toda a espécie de contemplações, não contrariá-las sem necessidade, nem repreendê-las asperamente, privá-las de tudo o que lhes possa causar uma alegria extrema ou uma profunda tristeza, subtraí-las enfim a todas as emoções morais vivas. A maléfica influência do terror, da cólera, e de todas as paixões violentas sobre a menstruação, não é hoje uma simples hipótese". ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de Andrada. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p.31.

[220] O uso da dança entre os colegiais: "[...] A dança deve ser permitida nos colégios, mas com as competentes precauções higiênicas: sejam sempre abolidos das casas de educação estes saraus esplêndidos e sufocantes, em que os nossos jovens educandos, em vez de encontrarem o exercício salutar e reparador de que tanto precisam, só vêm o luxo e a vaidade de envolta com todas as seduções capazes de perverterem um moral menos acessível

recomendações, os médicos afirmavam que, na prática, o único exercício a que estavam sujeitas as moças nos colégios era a dança[221], mesmo assim era ensinada mais como objeto de luxo e moda[222] do que como exercício necessário para o desenvolvimento do corpo. A grande maioria dos colégios femininos do século XIX anunciava como atividades complementares, consideradas na época como educação física, apenas a dança, instrumentos musicais, canto, passeios coletivos e as prendas domésticas. Os exercícios ginásticos, natação e esgrima, eram anunciados somente em alguns colégios masculinos.

O desenvolvimento das forças intelectuais, conveniente a cada aluno, devia deduzir-se das condições de idade, sexo e da constituição individual. Recomendavam-se 2 horas de aplicação por dia para o menino de 6 a 7 anos. Chegando aos 15 anos, esse período poderia ser estendido de 7 ou 8 horas. O trabalho intelectual deveria ser aplicado de forma que fosse alternado com os exercícios do corpo e com o repouso. Devia-se ter especial cuidado com as leituras disponibilizadas aos alunos, sendo proibidas as de conteúdo erótico ou contrário à religião e à moral. O Dr. Joaquim Francisco de Paula Souza[223] recomendava as obras de Robinson Crusoé[224], pois, "[...] além de recreativas, fazem elevar o pensamento a Deus, apreciar a natureza, refletir e tirar recursos das próprias forças"[225].

A educação intelectual do "belo sexo", termo utilizado para denominar as mulheres, não deveria ser exagerada e não lhes era saudável, devido a sua própria constituição orgânica, o mesmo grau de instrução ministrado aos homens. Este pensamento correspondia à moral

---

que o de um menino, onde só respiram as particular alteradas de uma atmosfera escaldada e corrompida". Ibid., p. 27.

[221] Rapazes e moças aprendiam no colégio a arte da dança para praticá-la nos bailes: "[...] durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos e reuniões e festas." SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.111. / A respeito do "salonismo brasileiro" no século XIX, onde a dança era uma arte sempre presente, consultar PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970.

[222] "Em nosso país o único exercício, a que sujeitam as moças, é a dança, que elas aprendem mais como um objeto de luxo e moda, do que como exercício necessário para o desenvolvimento do seu corpo". SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios,*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869, p. 18.

[223] Dr. Joaquim Francisco de Paula Souza, natural de Itu (São Paulo). Tese defendida em 15 de setembro de 1857 pela Faculdade de Medicina da Bahia. SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.

[224] Recomendação na obra *Emílio* (1761), de Rousseau: "Robinson Crusoé em sua ilha, sozinho, sem o amparo de seus semelhantes e dos instrumentos de todas as artes, provendo porém à sua subsistência, à sua conservação e conseguindo até uma espécie de bem-estar, eis um tema interessante para qualquer idade e que temos mil maneiras de tornar agradável para as crianças. Eis como realizamos a ilha deserta que inicialmente me servia de comparação. Esse estado não é, concordo, o do homem social; provavelmente não o é de Emílio, mas é através desse mesmo estado que ele deve apreciar todos os outros". ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 244.

[225] SOUZA, op. cit.

religiosa que circulava na cultura do século XIX, tal como expresso nas palavras do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama[226]:

> A natureza não destinou a mulher si não para as augustas funções de esposa e mãe, logo este fim se deve principalmente endereçar a sua educação. A menina tem de ser um dia dona de casa, e, portanto convém infundir-se desde logo aqueles dotes, aquelas prendas que têm de ser ao depois o título de sua maior vida. Não reprovo que a menina tendo posses, aprenda a música e a dança, toque o seu piano, etc., mas sejam coisas secundárias. [...] Aprenda a ler, escrever e contar, um pouco de geografia e de historia, estude a doutrina cristã [...] As novelas devem ser vedadas [...] deve a menina aplicar-se muito a cozer e a bordar; o acertado me parece, que sua mãe desde logo a vá doutrinando praticamente na economia, no arranjo e bom governo da casa [...].[227]

Muitos médicos produziam um discurso semelhante a esse, enfatizando os perigos que uma educação intelectual mais adiantada poderia trazer à saúde feminina. O Dr. José Tavares de Mello[228] defendia que o estudo moderado das artes de recreação ou "belas artes", era o conteúdo que convinha às meninas e moças, mas somente como meio de "[...] adoçar as tristezas, suavizar o aborrecimento da solidão, lançar sobre o curso de sua vida doces e agradáveis distrações, de variar em fim os prazeres distraindo-as em seus trabalhos."[229] Para ele, o desenvolvimento das faculdades intelectuais nas mulheres, "além do limite que a natureza lhes há traçado", sobretudo as ocupações científicas, apenas contribuía para deteriorar a saúde delas.

> Tristes exemplos atestam todos os dias a inutilidade, e até o perigo de obrigar as meninas à cultura das ciências, e demonstram os inconvenientes de uma aplicação muito sustentada, e a perniciosa influência que ela exerce sobre a saúde. A excitação prolongada do cérebro não se limita só a fazer dele o centro exclusivo das ações e movimentos, enfraquecendo a energia dos outros órgãos; mas o força também a tornar-se a sede de uma susceptibilidade, que ocasiona cefalalgias, doenças nervosas, e outras muitas afecções, que envenenam os mais belos dias da existência das mulheres. [230]

---

[226] Conhecido como Padre Carapuceiro (1791-1852), nasceu em Recife, atuou como jornalista, religioso, professor e político. Estudou no Mosteiro de São Bento (Olinda) em 1805. Foi professor de Retórica no Seminário de Olinda (1817); redator do Diário do Governo (1823); diretor da Tipografia Nacional (1824); vice-diretor dos cursos jurídicos de Olinda (1840), deputado provincial por Pernambuco eleito em 1852, fundador e redator do jornal O Carapuceiro (1832 - 1847).

[227] *Educação* das Meninas (O Carapuceiro). *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 5 mar. 1845.

[228] Dr. José Tavares de Mello, natural de Queluz (Minas Gerais). Tese defendida em 10 de dezembro de 1841, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. MELLO, José Tavares de. *A higiene da mulher durante a puberdade, e aparecimento períodico do fluxo catemenial*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1841.

[229] Ibid., p. 15.

[230] Ibid., p.15.

Embora no século XIX fosse dominante a ideia de que a função da mulher era a de casar, gerar filhos e educá-los, o Dr. João da Matta Machado, destoando do pensamento dominante sobre o assunto, argumentava:

> É evidente que a mulher tem a liberdade de se casar ou não, que pode por uma deliberação espontânea do livre arbítrio votar-se ao celibato; ora, em tal caso, qual a missão que lhe será reservada? Querer, portanto, determinar arbitrariamente a missão da mulher, permitindo-lhe somente o papel de mãe de família, a atentar contra os direitos da personalidade humana, atributo que ninguém lhe tem seriamente negado. Se porém a sua missão fosse exclusivamente gerar e educar filhos, ainda seria de imediata utilidade que se lhe facultassem os mais amplos meios de instrução. Com efeito, quanto mais desenvolvida for a inteligência de uma mãe de família, tanto mais segura e frutuosamente dirigirá a educação de seus filhos; e até um tato de observação vulgar que se a mães sabem ler os filhos aprendem com grande facilidade. E se isto sucede em relação aos estudos primários, porque não sucederá o mesmo quanto se tratar de ensino secundário ou superior?[231]

O pensamento ilustrado, progressista para a época, adotado pelo Dr. Machado sobre a instrução da mulher, ressoava ainda muito fraco no direcionamento da educação feminina no Brasil do século XIX. De fato, relatos escritos por viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante aquele século ressaltam a situação rudimentar da educação feminina na época. Nesse sentido, foram as impressões, quando de sua estada no Brasil (1864-1865), que o casal Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz deixou na obra *Viagem ao Brasil*. Segundo eles, a instrução dada às meninas, inclusive nos colégios, era restrita "[...] a um conhecimento sofrível de francês e música, deixa-as na ignorância de uma série de questões gerais; o mundo dos livros lhes está fechado, pois é diminuto o número das obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras escritas em outras línguas."[232]

O professor e comerciante francês Charles Expilly, retratando os costumes e a vida cotidiano no Brasil de meados do século XIX, também destacou em sua obra *Mulheres e costumes do Brasil* (1863) a rudimentar educação das mulheres.

> Hoje ainda a educação de uma brasileira está completa, desde que saiba ler e escrever correntemente, manejar o chicote, fazer doces e cantar, acompanhando-se ao piano, num romance de Arnaud ou de Luiza Puget. Até agora as senhoras não tomaram da civilização senão a crinolina, o chá e a polca. A crinolina... coisa de que afinal elas não têm necessidade. O chá — a

---

[231] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 14.
[232] AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil* – 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000.

> mais detestável de todas as bebidas, a meu ver. A polca — dança elegante e leve, que não se adapta nem ao seu temperamento, nem à sua compleição. É verdade que conservaram o cafuné e o chicote, prova de que elas são as principais escravas da casa.[233]

Nos jornais da época eram comuns artigos destacando a falta ou deficiência na educação feminina e a necessidade de reformas. Segundo o Jornal do Aracaju, a educação das mulheres "[...] tem sido até hoje nas regiões superiores um complexo de almíscar, de crochê e de piano, meia dúzia de frases francesas e italianas para o canto (salvo honrosas exceções); e nas camadas inferiores serviço doméstico e nada mais"[234]. Ressalte-se, porém, que essa inexistência ou deficiência da instrução feminina fazia parte de um contexto cultural mais amplo. Assim, como destaca Jean-Claude Caron, em toda a Europa, a fórmula alemã dos três K – Kirche, Kinder, Kuche *(igreja, crianças, cozinha)* – "[...] constitui o pano de fundo do horizonte feminino. Todo o Antigo Regime e uma boa parte do século XIX viveram segundo o postulado definido desde o século XV por Gerson: 'Todo ensino para as mulheres deve ser considerado suspeito.'"[235].

Relativamente à educação moral[236], para os médicos, esta não podia ser descurada nos internatos – apesar de que muitos negavam a capacidade dos colégios de fundir no coração das crianças e jovens esses preceitos – a fim de que fossem evitados os erros e vícios. Para eles, a base da moral fundia-se em evitar que nos "[...] meninos os desvarios de uma razão não desenvolvida, mostrar-lhes os perigos do erro e do vício, falar-lhes, sempre, a linguagem severa da verdade, acompanhada da prática dos bons exemplos [...]". A moralidade deveria ser atingida, inclusive, com o uso dos castigos. Salientavam, entretanto, a esse respeito, que no regime disciplinar dos internatos,os castigos físicos deveriam ser banidos, sendo preferível o sistema de punições morais, a exemplo da repreensão verbal, privações e perda de prêmios.

---

[233] EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. [1863] São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
[234] A MULHER perante o século em que vivemos. *Jornal do Aracaju*, p. 3, 29 jan. 1873.
[235] CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*: A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 181.
[236] Sobre a relação entre medicina e moral no século XIX Roberto Machado interpreta: "Por um lado o homem é um todo físico-moral e não a junção de dois princípios da natureza independente. As disposições morais do homem são condicionados por circunstâncias físicas. As disposições físicas se alteram por circunstâncias morais desfavoráveis. O conhecimento médico naturaliza a moral. A dupla série de causas – físicas e morais – responsáveis pelo comportamento humano se interrelaciona, a medicina, corrigindo os excessos que os homens cometem, visa justamente a estabelecer um estado de equilíbrio entre os aspectos físicos e morais". MACHADO, Roberto. *Danação da norma*: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 281.

Sobre esse tema, o Dr. Balbino Candido da Cunha[237] anotava que a ordem era necessária quando se tratava de educar um grande número de meninos ou meninas reunidos no mesmo lugar, ainda mais quando estes colegiais eram preguiçosos, indisciplinados, "[...] naturalmente inimigos de todo o aperto, de qualquer constrangimento e comunicando-se reciprocamente pelo exemplo sua indolência, sua indocilidade e outros defeitos [...]"[238]. Assim, segundo ele, para evitar o relaxamento dos costumes, os internatos deveriam ter regulamentos justos, sábios, severos, garantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível.

Com essas recomendações médico-higiênicas os facultativos estendiam as teias do campo médico sobre a organização dos internatos e acreditavam que elas poderiam contribuir para o funcionamento adequado dos colégios, uma instituição urbana que se desenvolvia a passos largos durante todo o século XIX.

---

[237] Balbino Candido da Cunha, natural de São João Del Rei (Minas Gerais), filho de Domingos José da Cunha. Tese defendida em 11 de dezembro de 1854, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

[238] Ibid., p. 24.

CAPÍTULO III
RECLAMES DE INTERNATOS

3.1 Internatos nas páginas do "Almanak Laemmert"

Durante o século XIX, a fim de atrair alunos para os seus estabelecimentos, proprietários de colégios-internatos masculinos e femininos utilizavam como estratégia a publicação de anúncios[1] em jornais, almanaques e outros periódicos, com variadas informações sobre os internatos. O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, conhecido como Almanak Laemmert, foi um periódico muito utilizado para esse fim pelos proprietários de colégios-internatos da capital do Império e de outras províncias.

O Almanaque Laemmert[2] foi fundado em 1844, no Rio de Janeiro[3] por Eduardo Laemmert[4] e seu irmão Heinrich Laemmert. Juntos, os irmãos criaram a firma E. & H. Laemmert, que administrava a Livraria Universal e a Tipografia Laemmert. O Almanaque, de circulação anual, foi publicado até o ano de 1889 e tinha agenciadores que distribuíam a obra nas províncias[5] e no exterior. O periódico teve como redatores o fundador Eduardo Laemmert, nos períodos de 1844 a 1859 e de 1871 a 1876; Carlos Guilherme Haring, de 1860 a 1870; José Antonio dos Santos Cardoso, de 1877 a 1881, e Arthur Sauer[6], de 1882 até 1889.

---

[1] Os proprietários dos colégios também mandavam confeccionar prospectos para serem distribuídos aos interessados: "Nos prospectos impressos, que serão entregues no colégio a quem os pedir, se designa o enxoval que devem levar as alunas, principalmente quando são de fora da corte". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 458. Igualmente eram distribuídas cópias dos estatutos e a indicação de pessoas ou firmas em que os interessados podiam se informar sobre o colégio: "[...] informações serão ministradas no próprio colégio, e, por especial favor pelas casas dos Srs. Carvalho & Rocha, rua de S. Pedro n. 57; Viúva de Albino Lucio, Filho & Cunha, rua do Visconde de Inhaúma n. 74; F. J. de Oliveira Aguiar & C. , rua dos Ouvires n. 102, e João Castelpuggi, rua de S. Joaquim n. 118". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1877, p. 629.

[2] Foram catalogados e examinados anúncios e outras informações sobre colégios-internatos no Almanak Laemmert dos anos de 1845 a 1889.

[3] Impresso na tipografia dos irmãos Laemmert localizada no Rio de Janeiro na Rua da Quitanda, 77 e, a partir do ano de 1868, localizada na Rua do Ouvidor, 68.

[4] Nascido no Grão-ducado de Baden, no sudoeste da Alemanha, mudou-se para o Brasil no início do século XIX.

[5] O Almanak Laemmert circulou em Sergipe, como recorda Gilberto Amado: "Não me saía também das mãos o Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, o Laemert e o de Sergipe. Charadas, enigmas, logogrifos, eu os abatia, 'com facilidade', propalava meu pai. Espicaçado por ele, compunha charadas e logogrifos para a vida decifrar". AMADO, Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: Editora da UFS, 1999, p.104. Jornais sergipanos também anunciavam a venda de assinaturas do Almanak Laemmert. "No Correio de Aracaju recebe-se assinatura para este Almanak". ALMANAK Laemmert. O Guarany, Aracaju, p. 4, 13 mar. 1883.

[6] No ano de 1883 o almanaque foi reformado e reorganizado por Arthur Sauer, passando a ser denominado Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil, e informava aos seus leitores tratar-se de

O leitor que folheasse o Almanaque Laemmert encontraria informações sobre o calendário, Casa Imperial, Ministérios do Império, anúncios em ordem alfabética de produtos e serviços (agricultura, indústria e comércio), informações da Província do Rio de Janeiro e de outras províncias, suplemento contendo publicações oficiais (leis, decretos, regulamentos, etc.), entre outros assuntos. Na seção "C" do Almanaque apareciam os anúncios dos "Colégios de Meninos" e "Colégios de Meninas" que informavam as famílias a respeito de variados aspectos dos colégios-internatos, tais como o endereço, as condições de salubridade do local, o espaço físico, os serviços ofertados, o ensino e os professores. Informava também sobre as condições para o ingresso no internato, como o enxoval, obrigatoriedade de vacinação, idade, grau de instrução, valores e condições de pagamento da pensão e de outros serviços oferecidos pelo estabelecimento. Esses colégios-internatos estavam localizados na cidade do Rio de Janeiro, mas também existiam estabelecimentos localizados no interior dessa província.

Quanto ao número dos colégios particulares existentes na Corte Imperial, em 1850, o Dr. Justiniano José da Rocha[7] (1812-1862), incumbido de fazer uma inspeção nas escolas do Município da Corte, registrou em seu relatório que na cidade do Rio de Janeiro existia uma infinidade de colégios de cuja existência não era possível determinar com exatidão. Ele afirmava que

> [...] mutipliplicam-se tais estabelecimentos por quase todas as ruas; quem quer que pode, por quaisquer meios reunir meia-dúzia de meninos, arvora-se em educador da mocidade, e daí tira um lucro, que embora insignificante, de sobejo compensa o seu trabalho. Casas dessa ordem são tantas que, se quisesse visitá-las, nunca poderia dar conta da minha comissão, e até sem longas indagações, e talvez sem o auxílio dos inspetores de quarteirão, nunca chegassem a ter uma lista exata delas.[8]

De acordo com informações oficiais, em 1855, o número de colégios particulares da Corte Imperial era de 97 estabelecimentos, com um total de 4.490 alunos matriculados, sendo 51 estabelecimentos para o sexo masculino, com 2.864 alunos, e 46 para o feminino, com

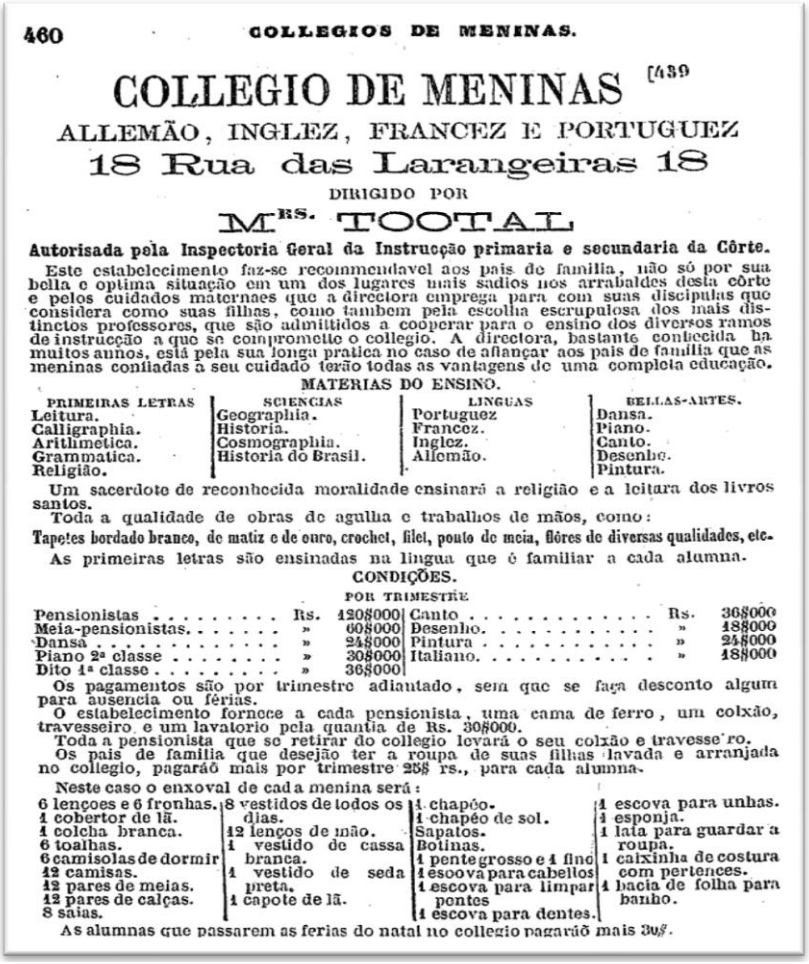
---

uma obra "estatística e de consulta, abrangendo todas as províncias do Império" SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1883.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 40º ano, 1883.

[7] Advogado, professor do Colégio de Pedro II e da Escola Militar, jornalista, deputado pela Província de Minas Gerais.

[8] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p.1.

1.626 alunas matriculadas[9]. Já no ano de 1874 eram 114 estabelecimentos, sendo 49 dedicados ao ensino primário, 64 para ambos os níveis de ensino e quatro colégios que somente ministravam aulas do ensino secundário. Estes colégios foram frequentados por 9.596 alunos, sendo que na instrução primária estavam 3.749 alunos do sexo masculino e 2.361 alunos do sexo feminino; na instrução secundária, do sexo masculino foram 2.722 alunos, e do sexo feminino, 794 alunas[10].



460 COLLEGIOS DE MENINAS.

COLLEGIO DE MENINAS [439

ALLEMÃO, INGLEZ, FRANCEZ E PORTUGUEZ

18 Rua das Larangeiras 18

DIRIGIDO POR

M^RS. TOOTAL

Autorisada pela Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundaria da Côrte.

Este estabelecimento faz-se recommendavel aos pais de familia, não só por sua bella e optima situação em um dos lugares mais sadios nos arrabaldes desta côrte e pelos cuidados maternaes que a directora emprega para com suas discipulas que considera como suas filhas, como tambem pela escolha escrupulosa dos mais distinctos professores, que são admittidos a cooperar para o ensino dos diversos ramos de instrucção a que se compromette o collegio. A directora, bastante conhecida ha muitos annos, está pela sua longa pratica no caso de afiançar aos pais de familia que as meninas confiadas a seu cuidado terão todas as vantagens de uma completa educação.

MATERIAS DO ENSINO.

PRIMEIRAS LETRAS	SCIENCIAS	LINGUAS	BELLAS-ARTES.
Leitura.	Geographia.	Portuguez	Dansa.
Calligraphia.	Historia.	Francez.	Piano.
Arithmetica.	Cosmographia.	Inglez.	Canto.
Grammatica.	Historia do Brasil.	Allemão.	Desenho.
Religião.			Pintura.

Um sacerdote de reconhecida moralidade ensinará a religião e a leitura dos livros santos.

Toda a qualidade de obras de agulha e trabalhos de mãos, como:

Tapetes bordado branco, de matiz e de ouro, crochet, filet, ponto de meia, flôres de diversas qualidades, etc.

As primeiras letras são ensinadas na lingua que é familiar a cada alumna.

CONDIÇÕES.

POR TRIMESTRE

Pensionistas	Rs.	120$000	Canto	Rs.	36$000
Meia-pensionistas	»	60$000	Desenho	»	18$000
Dansa	»	24$000	Pintura	»	24$000
Piano 2ª classe	»	30$000	Italiano	»	18$000
Dito 1ª classe	»	36$000			

Os pagamentos são por trimestre adiantado, sem que se faça desconto algum para ausencia ou férias.

O estabelecimento fornece a cada pensionista, uma cama de ferro, um colxão, travesseiro e um lavatorio pela quantia de Rs. 30$000.

Toda a pensionista que se retirar do collegio levará o seu colxão e travesseiro.

Os pais de familia que desejão ter a roupa de suas filhas lavada e arranjada no collegio, pagarão mais por trimestre 25$ rs., para cada alumna.

Neste caso o enxoval de cada menina será:

6 lençoes e 6 fronhas.	8 vestidos de todos os dias.	1 chapéo.	1 escova para unhas.
1 cobertor de lã.	12 lenços de mão.	1 chapéo de sol.	1 esponja.
1 colcha branca.	1 vestido de cassa branca.	Sapatos.	1 lata para guardar a roupa.
6 toalhas.	1 vestido de seda preta.	Botinas.	1 caixinha de costura com pertences.
6 camisolas de dormir	1 capote de lã.	1 pente grosso e 1 fino	1 bacia de folha para banho.
12 camisas.		1 escova para cabellos	
12 pares de meias.		1 escova para limpar pontes	
12 pares de calças.		1 escova para dentes.	
8 saias.			

As alumnas que passarem as ferias do natal no collegio pagarão mais 30$.

Figura 8 – Anúncio de um internato feminino no Almanak Laemmert (1869)
Fonte: HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro [...]*, 1869, p. 460.[11]

---

[9] FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

[10] MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 18 de abril de 1874. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado a Assembléia Geral pelo Ministro Secretário dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

[11] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 460.

Figuravam nas páginas do Almanak Laemmert diversos anúncios de colégios particulares masculinos e femininos. Esses estabelecimentos eram, na maioria, pequenos internatos, uma empresa familiar e de confissão católica[12]. De regra, nesses estabelecimentos, os trabalhos de manutenção do internato e as tarefas de ensino eram desenvolvidos pelos membros da família, sem a contratação de empregados ou professores. De maneira geral, eram localizados na residência do proprietário, com um pequeno número de alunos internos, geralmente não excedendo 30 internos que viviam em comum com a família do diretor, sendo seus comensais.

O Dr. Menezes Vieira[13], coadjuvado por sua família, possuía um internato com essas características, em que a senhora[14] do diretor encarregava-se da educação dos alunos de 6 a 9 anos, e o diretor dos maiores. A mesa era comum à família do diretor e aos alunos, e o número de internos não excedia o número de 30 pensionistas. O internato feminino da Madame Tanière[15], frequentado em 1871 por 74 alunas[16], também era um estabelecimento mantido pela família, em que a diretora era auxiliada por sua sogra Mrs. Tootal, por sua irmã Mlle. Maria Charnay, e por suas filhas, D. Virginia e D. Olympia Tanière.

Nas páginas do Laemmert figuravam também grandes internatos que chegavam a congregar, em meados do século XIX, até 200 alunos, "[...] não excedendo 60 o número de internos os de mais sólida reputação [...]"[17]. Entretanto, em torno da década de 1870, o número de alunos internos parece ter tido um expressivo aumento. Assim, o Colégio

---

[12] Os diretores que não professavam a religião católica eram obrigados a ter nos colégios um sacerdote para os alunos dessa religião. BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[13] Diretor-proprietário do Colégio Menezes Vieira. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1877, p. 625.

[14] Em muitos internatos geralmente a mulher do diretor cuidava dos internos menores e da manutenção do estabelecimento.

[15] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 451.

[16] Sendo 8 menores de 7 anos, 57 menores de 14 anos e 9 menores de 21 anos. Quanto à religião professada, 68 eram católicas e 6 acatólicas. A respeito da nacionalidade, 58 eram brasileiras e 12 estrangeiras. Em 1871, o colégio tinha a seguinte composição: diretora Mme. Taniere, professores, de português, o Sr. Frazão; de inglês, Miss Mme. David Taniere; de música instrumental, Mme. Brilani, Mme. Heck Taniere e Mme David Taniere; de música vocal, Mme. Briliani; de dança Mlle. Ferrare. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p.9.

[17] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p.8.

Episcopal S. Pedro de Alcântara, dirigido pelo cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos, anunciava que tinha capacidade para receber até duzentos e cinquenta alunos (internos, semi-internos e externos); o Colégio Imaculada Conceição, fundado em 1854 pela Associação de S. Vicente de Paulo, dirigido pela irmã Saugére e 32 irmãs de caridade na condição de professoras, tinha, no ano de 1871, 230 alunas pensionistas – sendo 2 menores de 7; 188 menores de 14; 40 menores de 21, todas católicas, e, 20 estrangeiras – , além de quase 80 alunas pobres internas que recebiam gratuitamente a educação e instrução[18]. Igualmente o Colégio Vitório[19], do conselheiro Dr. Adolpho Manoel Vitório da Costa, era um grande internato com até 100 alunos internos nas primeiras décadas de 1870[20].

Nos grandes internatos, além da contratação de professores e de um médico, existiam os empregados que cuidavam da sua administração. O ecônomo cuidava do funcionamento do internato, especialmente do refeitório, e comandava funcionários subalternos; a contabilidade do estabelecimento ficava a cargo do escriturário; o serviço doméstico geralmente ficava a cargo dos criados (cozinheiros, copeiros, serventes, lavadeiras) ou de escravos.

Segundo o Dr. Justiniano José da Rocha, o que mais custava na organização de um colégio era o serviço doméstico, que devia ser realizado

> [...] sem a menor ingerência dos alunos, sem a menor relação entre eles e os serventes. Com os nossos escravos, com a dificuldade de haver bons criados, talvez, seja impossível organizar satisfatoriamente esta parte do regime colegial. Vi porém que os diretores dos bons colégios compreendem a sua importância, e procuram desveladamente evitar ou pelo menos diminuir a intensidade do mal.[21]

---

[18] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

[19] Diretor conselheiro Dr. Adopho Vitório da Costa, sub-diretor, bacharel Emygdio Adolpho Vitório da Costa. Professores, os diretores, Thomaz Gosling, Dr. Antonio de Paula Freitas, Francisco Lopes Suzano, José Nogueira de Lacerda, Silvino Barreto Cotrim de Almeida, Manoel do Nascimento Nobrega, Basilio Eusebio Brunie, Guilherme Lourenço Schultze (piano), Emilio Arthur Ribeiro da Fonseca, capitão Ataliba Manoel Fernandes (dança e ginástica), capitão Paulino Francisco Paes Barreto (ginástica), Manoel Tavares de Aquino Junior. Ibid.

[20] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 420.

[21] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p.7.

Nos programas e/ou estatutos de alguns colégios consignava-se a informação de que os pensionistas não teriam contato com os serviçais do internato e que estes residiam em casa separada[22]. Esta era uma medida comumente presente na literatura pedagógica moderna, preocupada com possíveis influências nocivas e com a modéstia das crianças e adolescentes[23]. Assim, também na Província da Bahia, em anúncio que circulou em Sergipe no ano de 1849, o Colégio de Educação Clássica Todos os Santos, localizado em Salvador, informava que os serviços dos internos eram feitos por serventes do colégio, e não se admitiam criados ou escravos dos colegiais. Porém, os que quisessem ter aposentos particulares deveriam para isso fazer um contrato especial com o estabelecimento[24].

Os diretores-proprietários dos colégios masculinos eram, em sua grande maioria, bacharéis em direito[25], bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II, médicos[26], professores[27] e padres[28]. Segundo observou o norte-americano James Cooley Fletcher, quando esteve no Brasil entre os anos de 1851 e 1865, os diretores dos colégios, "[...] quando dotados de boas capacidades administrativas, ganham muito dinheiro. Um deles, com que fiz relações, após alguns anos de ensino, depositou nos bancos vinte contos de réis" [29].

Os professores dos colégios eram bacharéis, médicos, padres, militares e religiosos. Em quase todos os colégios o diretor acumulava as funções administrativas com a docência. Em muitos estabelecimentos, vários membros da família atuavam como professores ou ajudavam nas atividades de manutenção do internato. Os professores que ministravam aulas do ensino secundário exerciam também o magistério público e em colégios particulares

---

[22] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864.

[23] ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

[24] ESTATUTOS do Colégio D'Educação Clássica Todos os Santos, na Bahia. *Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 3, 10 fev. 1849.

[25] O Colégio Moreira (antigo Santo Agostinho) tinha como diretor o Dr. Francisco Moreira de Rocha, natural de Minas Gerais, bacharel em Direito pela Faculdade de S. Paulo em 1854. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874, p. 589.

[26] Dr. Joaquim José de Oliveira Mafra, diretor do Colégio Marinho.

[27] Colégio Pinheiro dirigido por José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, professor habilitado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro com os municípios de Campos e de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 490. / Colégio S. Manoel, em Botafogo, dirigido pelo professor Manoel Ferreira das Neves. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 625.

[28] Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, dirigido pelo cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos, padre-mestre Antônio M. Fernandes Ferreira de Paiva (ecônomo), padre-mestre Bacharel Joaquim Mendes de Paiva (pedagogo), João Mendes de Paiva (escriturário).

[29] FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 197.

diferentes. Em sequência, o quadro apresenta uma relação de colégios-internatos da Corte Imperial e seus respectivos professores.

Colégios Femininos	**Professores**
Baronesa de Geslin	Diretora baronesa de Geslin, sub-diretora Mme. Julia de Geslin, professores, barão de Geslin, Pardal, Cruz, Julia Malheiros, Francina Macon, Delminda Macon, Mme. Sophia Emery, Miss. Lamour, Mme. Luiggi Elena, Miss. Jackson
Mme. Taniere	Diretora Mme. Taniere, professores: de português, o Sr. Frazão; de inglês, Miss Mme. David Taniere; de música instrumental, Mme. Brilani, Mme. Heck Taniere e Mme David Taniere; de musica vocal, Mme. Briliani; de dança Mlle. Ferrare
Brasileiro	Diretora D. Florinda de Oliveira Fernandes, professores: a diretora, Manoel José Pereira Frazão, Germano Arnaud e G. de Mattia
Mme. Taulois	Diretora Mme. Taulois, sub-diretora Mme. Cadeac, professores: Mlle. Rivierre, Mme. Briani, padre Marcos Neville
Colégios Masculinos	**Professores**
Abílio	Abílio César Borges, sub-diretor José Benício de Abreu, professores:: José Domingues Ramos e Manuel Olympio da Costa (português), Dr. Francisco Lins de Andrade e Amaro de Albuquerque Maranhão (latim), Léon Serville e Vicente Ferreira de Souza (francês), Jasper Harben e Vicente da Costa (inglês), José Leandro Filgueiras (música e dança), Mill (desenho)
Neves	Diretor Manoel Ferreira das Neves, professores: Jacintho Cardoso da Silva, Antonio Getulio Monteiro de Mendonça, bacharel José Feliciano de Noronha Feital e Manoel Ferreira das Neves
Vitório	Diretor conselheiro Dr. Adopho Vitório da Costa, sub-diretor, bacharel Emygdio Adolpho Vitório da Costa, professores: os diretores, Thomaz Gosling, Dr. Antonio de Paula Freitas, Francisco Lopes Suzano, José Nogueira de Lacerda, Silvino Barreto Cotrim de Almeida, Manoel do Nascimento Nobrega, Basilio Eusébio Brunie, Guilherme Lourenço Schultze (piano), Emilio Arthur Ribeiro da Fonseca, capitão Ataliba Manoel Fernandes (dança e ginástica), capitão Paulino Francisco Paes Barreto (ginástica), Manoel Tavares de Aquino Junior
Episcopal S. Pedro de Alcântara	Diretor-geral cônego José Mendes de Paiva, sub-diretores padres Antonio, Joaquim e Francisco Mendes de Paiva, professores: Adolpho L'Abbé, Anibale Elena, Antonio José da Rocha, Bacharel Augusto Rochet, Epifanio José dos Reis, João Mendes de Paiva, José de Barcellos, José Cardoso da Silva, bacharel Luiz Chardinal d'Arpenans, Luiz Manoel dos Santos Valente Junior, Romualdo Pagani, padre mestre Francisco Mendes de Paiva e padre mestre bacharel Joaquim Mendes de Paiva
Ateneu Fluminense	Diretor monsenhor Antonio Pedro dos Reis, sub-diretor bacharel Augusto Ferreira dos Reis, professores: padre-mestre João Nicolao Rumazza, Joaquim Verissimo da Silva, Dr. José Ortiz da Silva, padre Dr. Patrício Moniz, Phillippe José Alberto Junior, José de Maya, Bento Fernandes das Mercês, Augusto Ferreira dos Reis, monsenhor Antonio Pedro dos Reis

Quadro 3 – Relação de professores de Colégios-Internatos da Corte Imperial do Rio de Janeiro(1871)
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte [...], 1872.[30]

[30] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

De acordo com o Regulamento de Instrução de 1854, para abrir um colégio de instrução primária e secundária no Município da Corte, o interessado deveria solicitar a prévia autorização do inspetor geral, provando ser maior de vinte e um anos, ter moralidade, capacidade profissional aferida em exame[31] perante a Inspetoria Geral e declarar a profissão que tinha exercido ou qual o seu meio de vida nos últimos cinco anos. O diretor também deveria apresentar o programa dos estudos e o projeto de regulamento interno de seu estabelecimento, a localidade, cômodos e situação da casa onde deveria funcionar o colégio, os nomes e as habilitações legais dos professores[32].

Os colégios femininos somente poderiam ser regidos por senhoras ou religiosas que provassem estar nas condições exigidas para professoras públicas, ou seja, deveriam exibir, se fossem casadas, a certidão de casamento; se viúvas, a de óbito de seus maridos; e se separadas destes, a certidão da sentença que julgou a separação, para ser avaliado o motivo que originou a dissolução do casamento. As mulheres solteiras só poderiam exercer o magistério tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinassem na casa de seus pais e estes fossem de reconhecida moralidade.

A capacidade profissional das professoras deveria ser avaliada em exame oral e escrito, versando sobre as matérias e métodos de ensino, e, uma professora pública ou uma senhora deveria ser nomeada pelo governo para avaliar as candidatas acerca da capacidade para o ensino dos diversos trabalhos de agulha[33].

Os estabelecimentos particulares, legalmente autorizados a funcionar, também eram obrigados a remeter aos respectivos delegados distritais relatórios trimensais de seus trabalhos, declarando o número de alunos, a disciplina e compêndios[34] adotados; a franquear as aulas, dormitórios e mais dependências dos estabelecimentos à inspeção, entre outras obrigações. Entretanto, muitas vezes essas obrigações não eram cumpridas por alguns diretores e professores. Assim, em 1872, o delegado da instrução da Freguesia de Santana,

---

[31] As provas de capacidade poderiam ser dispensadas pelo governo aos que tivessem sido aprovados nos estudos superiores pelas Academias do Império, aos que fossem ou tivessem sido professores públicos, aos bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II e aos que exibissem diplomas de Academias estrangeiras e aos nacionais e estrangeiros reconhecidamente habilitados, a quem o governo concedesse dispensa. BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[32] BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[33] BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[34] Os professores e diretores de estabelecimentos particulares podiam adotar qualquer compêndio ou método de ensino, desde que não fossem expressamente proibidos. BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

José Vicente Jorge, relatava ao inspetor geral que os diretores dos colégios particulares localizados nessa freguesia furtavam-se por diversos modos à sua inspeção, pouco se importavam com o delegado, muitos não faziam as comunicações a que estavam obrigados e outros se estabeleciam sem comprovar o título de habilitação para tal[35]. Isto era confirmado pelo inspetor geral da Instrução, José Bento da Cunha Figueiredo, ao afirmar que a inspeção dos estabelecimentos particulares de ensino da Corte era "senão de todo nula", ao menos excessivamente fraca e "[...] parece que a ideia do ensino livre está tão inoculada no espírito dos diretores e professores de colégios particulares, que nem todos se prestam de boa vontade às exigências do regulamento [...]"[36].

Muitos estrangeiros (franceses, portugueses, americanos) atuavam nos colégios-internatos na condição de diretores-proprietários e professores, a exemplo do "Colégio de Meninas", dirigido pelas francesas Madame Taniere e Mrs. Tootal; a primeira informava aos interessados ter chegado ao Brasil "[...] já provida de todos os seus diplomas da França, pois tinha dirigido um colégio seu em Paris por nove anos"[37]. Igualmente francês era o Mr. De Roosmalen, diretor do Liceu Roosmalen, autor de *l'Orateur* e de outras obras. Ainda, informava aos leitores que era membro das Academias Imperiais de França, leitor da Universidade, ex-professor da Escola Normal Eclesiástica de Paris. Foi "[...] enviado, assim como seu filho, em missões ao Brasil pelo governo francês, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, e a instâncias de alguns brasileiros influentes, dedicou-se à educação da mocidade do Brasil"[38]. E, no Colégio Brasileiro[39] conviviam com as meninas no internato professoras francesas, inglesas, alemãs e italianas, com o fim de tornar familiar às alunas a prática das línguas estrangeiras e incutir regras de civilidade, como portar-se à mesa, conversar, receber visitas, entre outras regras de civilidade[40].

---

[35] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p.33.

[36] *Relatorio apresentado à Assemblea Geral Legislativa na quarta sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Correia de Oliveira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. Anexo: Relatório da Inspectoria Geral da Instrucção Primária e Secundária do Município da Corte apresentado por José Bento da Cunha Figueiredo em 11 de abril de 1872.

[37] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 443.

[38] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856, p. 405.

[39] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 632.

[40] Regras de civilidade muitas vezes ensinadas com o uso de pequenos manuais que continham, entre outros, ensinamentos sobre: Deveres gerais para com Deus, a família e a sociedade; deveres pessoais (despertar, vestir,

No ano de 1850, o Dr. Justiniano José da Rocha alertava o Governo Imperial sobre a grande quantidade de estrangeiros ocupando a condição de diretores e professores de colégios particulares estabelecidos na Corte Imperial. Segundo ele, essa realidade podia resultar em prejuízo para a formação cívica da mocidade que frequentava esses colégios.

> Devo informar acerca da nacionalidade dos diretores dos colégios. Em geral são eles estrangeiros; poucos são brasileiros; alguns franceses, e quase todos portugueses são igualmente portugueses quase todos os professores. Parece-me isso de suma gravidade. Um dos cardeais objetos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento das suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e literários, a nobre aspiração a torná-la a mais bela e mais gloriosa. Esse sentimento de religiosa piedade para com a nossa mãe comum não se ensina com preleções catedráticas, comunica-se porém nas mil ocasiões que oportunas, se apresentam no correr da vida e das lições colegiais... mas para comunicá-lo, é necessário tê-lo.[41]

A fim de amenizar a presença de estrangeiros nos colégios particulares, o Regulamento da Instrução do Município da Corte de 1854 determinava que os diretores dos colégios, quando estrangeiros, fossem obrigados a ter pelo menos metade de professores brasileiros[42]. Apesar disso e das vozes contrárias, a presença muitas vezes dominante de estrangeiros como diretores e professores de colégios particulares foi uma característica que permaneceu durante boa parte da segunda metade do século XIX. Em 1870, o delegado da Instrução Pública da Freguesia da Candelária relatava que nessa freguesia existiam nos colégios particulares professores que nem mesmo sabiam falar o português[43].

Com o intuito de aumentar o número de matrículas em seus estabelecimentos, os diretores dos colégios costumavam fazer aos interessados indicações ou recomendações de pessoas que podiam abonar a conduta moral de que se diziam ser possuidores ou a capacidade de seus estabelecimentos. Nesse sentido, a diretora do Colégio Emulação da

---

procedimento na mesa, visitas, conversação, comportamento na rua. NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*. Colecionados para uso da puericia brasileira de ambos os sexos. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1875. A respeito de lições de comportamento feminino (XIX) consultar REIS, Adriana Dantas. *Um tratado para a educação de Cora*: novos critérios de conduta social para a elite feminina na Bahia oitocentista. 1999. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal da Bahia, BA, 1999.

[41] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

[42] BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[43] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

Juventude, Maria Fortunata de Almeida Bastos, indicava como suas referências[44], entre outras, a Marquesa de Olinda, os comendadores José Maria do Amaral, João José de Souza Rio e o proprietário do estabelecimento, Teixeira Leite & Bastos. Da mesma forma, o cônego Francisco Pereira de Souza, diretor do Colégio de Santo Antonio, ressaltava a "boa educação" de seu estabelecimento, dando prova aos interessados, através de atestados emitidos por autoridades, de que o diretor fazia publicar juntamente com o anúncio do colégio, conforme o exemplo seguinte:

> Atesto que faço muito bom juízo da administração do Revmo. Sr. Cônego Desembargador Francisco Pereira de Souza, no Colégio de Educação Primária e Secundária que mantém e dirige na casa n. 4 da Rua dos Inválidos: que o Revmo. Diretor desempenha por si bem e escrupulosamente os deveres do seu cargo; que há nesse estabelecimento disciplina e vigilância indispensáveis, com aplicação nas aulas e ordem nas salas de estudo; que se encontra a necessária limpeza e asseio nos dormitórios, quarto de banhos e cozinha; e que na última ocasião que visitei o Colégio, e na qual examinei minuciosamente tudo, nada tive que censurar, e antes reconheci que se achava em tudo satisfatório. Rio de Janeiro, 6 de Julho de 1864. – José Vicente Jorge, delegado do 5º distrito da Instrução Pública da Corte.[45]

Igualmente para destacar o prestígio de seus estabelecimentos, alguns proprietários de colégios costumavam ostentar os títulos nobiliárquicos e as condecorações de que eram portadores. O Colégio da Adolescência[46] anunciava que o estabelecimento tinha como diretor de estudos o Barão de Tautphoeus[47], e um internato feminino apresentava o nome da baronesa de Geslin como sua diretora-proprietária. Por sua vez, o Dr. Abílio Cesar Borges reforçava o seu prestígio ostentando suas condecorações[48] de Cavaleiro (3) da Ordem de N. S. Jesus Cristo e Comendador (4) da Ordem da Rosa.

Outra estratégia utilizada pelos diretores dos colégios era a divulgação da presença de ilustres figuras da época fazendo parte do corpo docente e/ou de comissões literárias ou científicas de seus estabelecimentos e terem tido como alunos filhos de famílias ilustres. No

---

[44] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1866*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 23º ano, 1866, p. 427.

[45] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, 1867, p. 411.

[46] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 32º ano, 1875, p. 590.

[47] Joaquim Nabuco ressalta a influência do barão de Tautphoeus na sua formação. NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira; 2). Brasília: Senado Federal, 1998.

[48] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 628.

Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara[49] existia uma comissão honorária de inspeção científica presidida por D. José Afonso de Moraes Torres, bispo resignatário do Pará, e composta pelos seguintes membros: Marquês de Abrantes[50], o Marquês de Caxias[51], o Visconde de Uruguai[52], o Visconde de Sapucaí[53], o Conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso[54]; e o Conselheiro José Pedro de Carvalho. De outro modo, o Dr. Francisco Moreira da Rocha, proprietário de um internato, anunciava aos interessados o seu capital social[55], por ter tido como alunos internos do seu colégio filhos de ricos e poderosos senhores da Corte.

> Este importante estabelecimento de instrução completa, e educação moral e religiosa em família, têm merecido a confiança dos Exms. Srs. Visconde do Rio Branco[56], Barão do Rio Negro[57], Domingos Alves da Silva Porto (gerente do Banco do Brasil), Domingos de Andrade Figueira[58], Comendadores Joaquim Vidal Leite Ribeiro[59], João Diogo Wartley e João Evangelista Teixeira Leite, os quais ali confiaram a educação de seus filhos como alunos pensionistas internos; assim como de muitos outros dignos pais de famílias, e importantes comissários da corte.[60]

---

[49] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 444.

[50] Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), formado pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1821, exerceu diversos cargos públicos, presidiu o Conselho interino que governou a Província da Bahia de 1822 a 1823.

[51] Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), filho do brigadeiro e regente do Império, Francisco de Lima e Silva, e de Mariana Cândida de Oliveira Belo.

[52] Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), jurista, senador do Império e ministro do Império em diversas pastas.

[53] Cândido José de Araújo Viana (1793-1875) exerceu diversos cargos públicos como ministro da Fazenda e da Justiça, conselheiro de Estado, deputado, presidente de Província e senador. Foi professor de Literatura e Ciências Positivas do imperador D. Pedro II e, também cuidou da educação da Princesa Isabel.

[54] Magistrado e político brasileiro, ministro da Justiça, autor, entre outras, da Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico negreiro. Foi inspetor geral da Instrução Pública.

[55] No pensamento de Bourdieu o capital social "[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos intitucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidas por ligações permanentes e úteis [...] O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural e simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado". BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 73.

[56] José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) foi professor, jornalista, político, tendo sido eleito senador do Império, e ministro em diversas pastas e períodos.

[57] Manuel Gomes de Carvalho (1836-1898).

[58] Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi presidente da Província de Minas Gerais no período de 1868 a 1869.

[59] Barão de Itamarandiba, político e banqueiro brasileiro (1818-1883).

[60] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 34º ano, 1877, p. 634.

Além de marcar o capital social dos diretores desses colégios, essas referências são indicativas das classes sociais atendidas por esses estabelecimentos. Nesses internatos adentravam os filhos e filhas de grandes proprietários rurais, comerciantes e industriários, funcionários públicos graduados, profissionais liberais de destaque da Corte do Rio de Janeiro e/ou de outras províncias do Império. Desse modo, a educação dispensada nos internatos constituía-se em privilégio de classes ou de posições[61] sociais de famílias abastadas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do internato.

Quanto à procedência, os estudantes matriculados nos colégios-internatos do Rio do Janeiro eram da própria cidade, do interior da Província do Rio de Janeiro e de outras províncias do Império. Da Província de Sergipe saíram muitos moços ou até crianças para estudarem, principalmente, os preparatórios para as faculdades, como pensionistas nesses colégios. Podem ser citados, entre outros, Sílvio Romero[62], que foi interno no Colégio Ateneu Fluminense; Francisco Soares de Brito Travassos[63], interno no Colégio Menezes Vieira; Alcibíades Fontes Leite[64], egresso de diversos internatos da Corte e Martinho Cezar da Silveira Garcez[65], interno nos colégios Santo Antonio e Vitória.

O Colégio Abílio da Corte[66] foi um internato que se destacou pelo recebimento de um grande número de alunos de diversas províncias do Império. O sucesso do estabelecimento fez, inclusive, com que o seu proprietário, o Dr. Abílio César Borges (Barão de Macaúbas),

---

[61] BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

[62] Bacharel, escritor, professor. Filho de André Ramos Romero e Maria Vasconcellos da Silva Ramos Romero, nasceu na Vila de Lagarto, em 21 de abril de 1851. Foi promotor público, juiz, professor do Colégio Pedro II, deputado por Sergipe, autor de diversas obras. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. / A respeito da formação intelectual de Sílvio Romero consultar SOUZA, Cristiane Vitório de. *As Leituras Pedagógicas de Sílvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

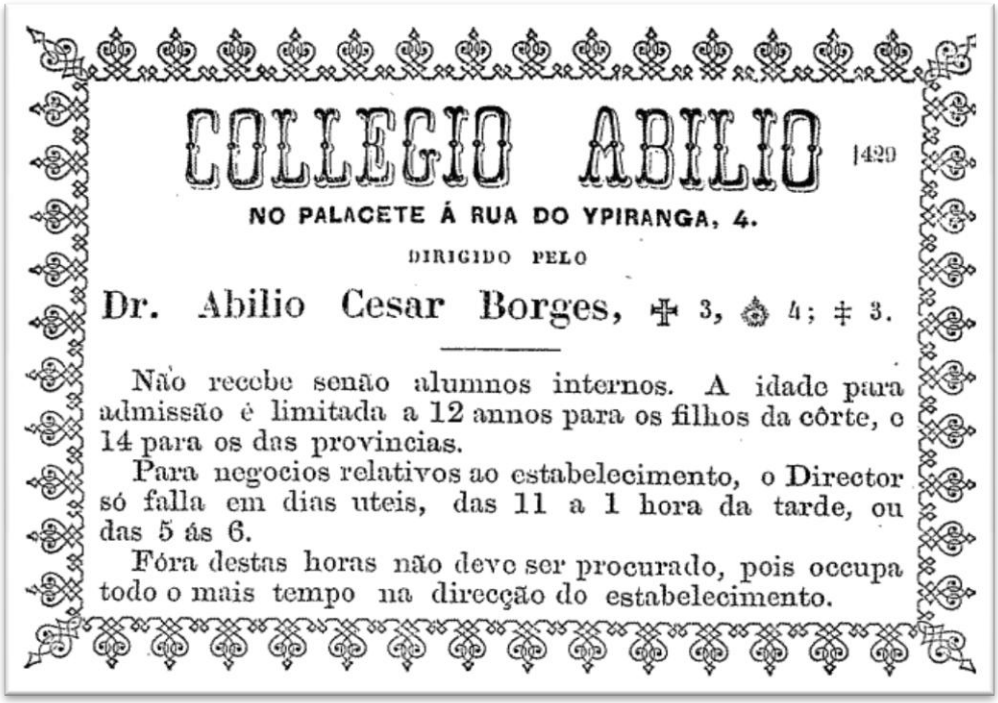
[63] Cirurgião-dentista, farmacêutico e bacharel. Filho do Dr. João Ferreira de Brito Travassos e Rosa de Viterbo de Britto Travassos. Nasceu no engenho do Rio Vermelho, comarca de Japaratuba, em 11 de setembro de 1873.

[64] Cirurgião-dentista, natural de Engenho Novo, termo de Santa Luzia, em 22 de outubro de 1876, filho de Alcibíades Martins Fontes e Amelia Fontes Leite. GUARANÁ, op., cit.

[65] Bacharel, filho do desembargador Manoel de Freitas Cesar Garcez e Clara Julia da Silveira Garcez, nasceu no engenho Comendaroba, município de Laranjeiras. Promotor público em Laranjeiras, juiz de órfãos, deputado provincial por Sergipe (1874-75), presidente do Estado no triênio de 1896-1899 e senador federal de 1900 a 1908. Ibid.

[66] Diretor Dr. Abilio César Borges, sub-diretor José Benício de Abreu, professores: José Domingues Ramos e Manuel Olympio da Costa (português), Dr. Francisco Lins de Andrade e Amaro de Albuquerque Maranhão (latim), Léon Serville e Vicente Ferreira de Souza (francês), Jasper Harben e Vicente da Costa (inglês), José Leandro Filgueiras (música e dança), Mill (desenho). FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p.6.

abrisse uma filial do colégio na cidade de Barbacena (Minas Gerais)[67]. A seguir, um anúncio do Colégio Abílio como aparecia costumeiramente no Almanak Laemmert.


COLLEGIO ABILIO 1429

NO PALACETE Á RUA DO YPIRANGA, 4.

DIRIGIDO PELO

Dr. Abilio Cesar Borges, ✠ 3, ✠ 4; ‡ 3.

Não recebe senão alumnos internos. A idade para admissão é limitada a 12 annos para os filhos da côrte, e 14 para os das provincias.

Para negocios relativos ao estabelecimento, o Director só falla em dias uteis, das 11 a 1 hora da tarde, ou das 5 ás 6.

Fóra destas horas não deve ser procurado, pois occupa todo o mais tempo na direcção do estabelecimento.

Figura 9 – Anúncio do Colégio Abílio da Corte no Almanak Laemmert (1876)
Fonte: CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...], 1876, p. 628.[68]

O pensador Alberto Torres (1865-1917)[69], em sua obra *O problema nacional brasileiro*, editada originalmente em 1914, comenta sobre a atração que a Corte Imperial exercia sobre as províncias do Império:

> Em nosso país, onde tudo, apesar do nosso extenso território, se diria regulado para submeter as populações à ditadura mental da Corte — o que, com a própria vastidão, passou a ser uma causa dissolvente; onde os espíritos não receberam senão o preparo para copiar e imitar cousas, homens, ideias e costumes estrangeiros, todo o mundo aprendeu a viver, a sentir e a pensar, conforme o que se lhe dava, no Rio, por tipo e por modelo. O primeiro cuidado dos pais, a quem sorria a fortuna, era mandar os filhos para os internatos da cidade; os fazendeiros repousavam dos labores da fazenda, nos

[67] SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil para 1886.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42º ano, 1886, p. 528.
[68] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1876.* Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 628.
[69] "político e pensador social, ocupou importantes cargos no início da República, sendo considerado um precursor do nacionalismo autoritário, doutrina aclamada a partir da Revolução de 1930". http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/23/O-problema-nacional-brasileiro-introducao-a-um-programa-de-organizacao-nacional Acessado em 2 de agosto de 2011.

> hotéis elegantes, nas palestras da Rua do Ouvidor, no Lírico e nos teatros alegres: era distinto citar os nomes em voga no Chiado e nos *boulevards*.[70]

A figura do "correspondente"[71] era uma solução encontrada pelos proprietários dos estabelecimentos para os acertos com as famílias dos alunos internos procedentes do interior da Província do Rio de Janeiro ou de outras províncias. As famílias ricas e poderosas podiam preencher essa condição, pois mantinham relações comerciais[72] e até familiares com a Corte Imperial ou com outras capitais para onde enviavam seus filhos aos internatos distantes do domicílio. Este fato era destacado, em 1859, pelo inspetor geral das Aulas da Província de Sergipe, Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior. Ele dizia: "[...] os pais que estão no caso de pagar pensões têm relações comerciais na Bahia, ou em outras Províncias, e lhes é mais cômodo para esses lugares mandarem seus filhos [...]"[73]. Entretanto, com o intuito de facilitar a atração de alunos, alguns estabelecimentos flexibilizavam a garantia dessa terceira pessoa, anunciando[74] que o colégio se encarregava dos pensionistas do interior cujos pais não tivessem correspondentes na corte.

Quanto à religião confessada, tomando como referência o ano de 1871, a maioria dos colegiais eram católicos, mas em alguns colégios existiam alunos acatólicos, provavelmente protestantes. Também existia uma parcela de alunos estrangeiros[75] matriculados nos colégios do Rio de Janeiro, podendo ser citados, entre outros, o Colégio da baronesa de Geslin, em que existiam 40 estrangeiras, de 165 alunas matriculadas; no de Mme. Taniere eram 12, de 74 alunas; no Brasileiro eram 2, de 39 alunas; no Vitório eram 19, de 423 alunos.[76]

---

[70] TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 75.

[71] Como na recomendação contida no anúncio do Colégio Brasileiro: "Todas as alunas deverão ter, na corte, um correspondente responsável pelo pronto pagamento das contas do colégio". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 632.

[72] Comissários do açúcar e do café muitas vezes fizeram as vezes dos senhores de engenho ou dos barões do café perante os internatos das capitais. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005, p. 506.

[73] ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p. 14.

[74] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 445.

[75] Como relatam os escitos de viajantes que estiveram no Rio de Janeiro durante o século XIX, na Corte Imperial existiam diversos habitantes de origem estrangeira. GEORGE GARDNER, M. D., F.L.S. *Viagens no Brasil*. principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 6. Publicado originalmente em Londres em 1846.

[76] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

O quadro seguinte apresenta uma relação de colégios-internatos masculinos recorrentemente anunciados na parte "Colégio de Meninos" do Almanak Laemmert.

Nº	DENOMINAÇÃO	DIREÇÃO	ENDEREÇO
01	Ateneu Fluminense	Monsenhor Antonio Pedro dos Reis	Rua do Rio Comprido, 7
02	Boa União	João Feliciano da Silva Monteiro	Rua São Pedro, 308
03	Colégio Abílio	Dr. Abílio César Borges	Rua Ypiranga, 4
05	Colégio de Instrução Elementar	Manuel Ferreira das Neves	Rua da Imperatriz, 82
05	Colégio de S. Luiz	Padre Augusto Ferreira de Lacerda e Pedro Adolpho L'abbé	Rua do General Gurjão, 8 (Ponta do Caju)[77]
06	Colégio de Santa Cruz	Augusto C. Gonçalves de Souza e João A. Ferreira Rangel	Rua do Lavradio, 17
07	Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara	Cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos	Palácio do Rio Comprido
08	Colégio Magalhães	Dr. M. de Magalhães Couto	Rua da Ajuda, 77
09	Colégio Marinho	Dr. José Rufino S. de Almeida e Dr. Joaquim José de O. Mafra	Rua de Matacavalos, 86
10	Colégio Menezes Vieira	Dr. Menezes Vieira	Rua dos Inválidos, 76
11	Colégio Neves	Manuel Ferreira das Neves	Rua da Imperatriz, 82
12	Colégio Perseverança	Fabio Alexandrino de C. Reis	Rua do Riachuelo, 156[78]
13	Colégio Pinheiro	José Rodrigues de A. Pinheiro	Praça Onze de Junho, 10 (Antigo Rocio Pequeno)
14	Colégio Queiroz	José Joaquim de Queiroz	Rua Guanabara, 16
15	Colégio de Santo Antonio	Cônego Francisco Pereira de Souza	Rua dos Inválidos, 4
16	Colégio S. Caetano	Padre Vicente Rodrigues da Costa Soares	Rua do Catete, 119
17	Colégio S. Francisco de Paula	Padres Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte e Francisco Ignácio de Christo	Praça da Constituição, 49
18	Colégio S. Manoel	Manoel Ferreira das Neves	Rua dos Voluntários da Pátria, 155
19	Colégio Santo Agostinho[79]	Augusto Américo de Faria Rocha	Rua do Haddock Lobo 63, (Engenho Velho)
20	Colégio Vitório	Conselheiro Dr. Adolpho Manoel Vitório da Costa[80]	Rua de Gonçalves Dias, 45 e 48
21	Liceu Roosmalem	Mr. Roosmalem	Rua do Resende, 26

Quadro 4 – Colégios-Internatos Masculinos na Corte Imperial – Almanak Laemmert (1850-1888)
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1850 a 1888.

(Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

[77] Depois transferido para a rua de D. Castorina, 32, Palacete Castorina, Vertente da Tijuca.

[78] Em 1869 foi transferido para a Rua dos Inválidos, nº 4.

[79] Em 1876 passou a denominar-se Colégio Moreira, sob a direção de Dr. Francisco Moreira da Rocha, Rua da Constituição, nº 39 e depois Rua de Humaytá, nº 6.

[80] A partir de 1878, com a morte do antigo diretor, passou a ser dirigido pelo seu filho, Dr. Emygdio Adolpho Vitório da Costa.

Na parte "Colégio de Meninas" aparecem no Almanak Laemmert, com destaque, os *reclames* dos colégios-internatos femininos do quadro seguinte:

Nº	DENOMINAÇÃO	DIREÇÃO	ENDEREÇO
01	Colégio Augusto	Nísia Floresta Brasileira Augusta	Rua D. Manoel, 23
02	Colégio Brasileiro	D. Florinda de O. Fernandes[81]	Rua Laranjeiras, 95
03	Colégio da Imaculada Conceição	Associação de S. Vicente de Paula[82]	Praia do Botafogo, 36.
04	Colégio de Meninas Alemão, Inglês, Francês e Português	Mrs. Tootal	Rua das Laranjeiras, 18
05	Colégio de Meninas da Madame Grivet	Madame Grivet	Rua de São Clemente, 8
06	Colégio de Meninas do Largo do Machado	Srs. Taulois e Rivierre	Rua de Matacavalos
07	Colégio de Meninas Francês, Português	Sra. Baronesa de Geslin[83]	Rua do Príncipe do Catete, 25
08	Colégio de Meninas Francês, Português, Inglês e Alemão	Mme. Tanière e Charnay	Rua do Catete, 175
09	Colégio de Meninas Inglês, Francês, Alemão e Português	Madame Taniere e Mrs. Tootal	Rua da Pedreira da Candelária, 20
10	Colégio de Meninas Português, Inglês e Francês	M. Carolina Hoffmann	Rua do Conde, 59
11	Colégio de Santa Cândida	D. Belmira Amélia da Silva	Rua Formosa, 66
12	Colégio de Santa Cecília	D. Teresa de Jesus Araújo Sampaio	Rua do Ouvidor, 31
13	Colégio do Botafogo[84]	Madame Hitchings e Thomas Price Hitchings	Rua de Botafogo, 40
14	Colégio Emulação da Juventude	D. Maria Fortunata de Almeida Bastos	Rua d'Assembléia, 33
15	Colégio Franco-Brasileiro	D. Eugenia Estienne	Rua de S. Cristóvão, 121
16	Colégio Inglês, Francês e Português	Mrs. Elisa Van-Nyvel	Largo do Machado, 19
17	Colégio Madame Luiza Habout	Madame Luiza Habout	Rua do Hospício, 266[85]
18	Colégio Suíço-Brasileiro	Sras. Lutz	Rua da Princesa Imperial, 3 (Catete)

Quadro 5 – Colégios-Internatos Femininos na Corte Imperial – Almanaque Laemmert (1850-1888)
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1850 a 1888.

[81] A partir de 1876 é informado que o estabelecimento passou para a direção da D. Maria de Oliveira Fernandes, nora da antiga proprietária e a mudança de endereço para o nº 157, da mesma rua.
[82] Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres. Fundada em Paris em 1633, por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac, para servir os pobres nas múltiplas formas de pobreza.
[83] A partir de 1868 passou a ser dirigido pela Madame Leuzinger.
[84] Também denominado de Colégio Hitchings, considerado o mais antigo dos colégios de meninas da Corte e contava, no ano de 1971, com 54 alunas pensionistas. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872..
[85] No ano de 1856 consta que o estabelecimento estava localizado na Rua do Conde, nº 59.

Os dois quadros anteriores representam uma amostra significativa dos estabelecimentos particulares de ensino que funcionaram na Corte Imperial, no período de 1850 a 1888. Como afirmava, em 1865, o inspetor geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, enquanto a instrução pública mal se desenvolvia, com escolas instaladas em casas acanhadas e com espaços estreitos, a instrução particular se estendia por onde queria[86]. Além do mais, as matrículas nos estabelecimentos particulares superavam em muito as matrículas nas escolas públicas, principalmente com relação ao ensino secundário.

O quadro em seguida apresenta os números representativos da frequência nos estabelecimentos particulares e públicos da Corte Imperial, em 1870, mostrando a superioridade da primeira em relação à segunda, em todas as modalidades de ensino. Nessa tabela, observa-se também a superioridade do número de matrículas nos estabelecimentos masculinos comparada ao dos femininos, tanto nos públicos como nos particulares. No caso do ensino secundário, existia apenas um estabelecimento público, o Colégio de Pedro II, dedicado exclusivamente ao sexo masculino. No ensino particular alguns colégios femininos também ofereciam matrículas em aulas do ensino secundário.

Estabelecimentos	Ensino Público		Total	Ensino Particular		Total	Total Geral
	Primário	Secundário		Primário	Secundário		
Masculinos	2.480	354[87]	2.834	3.403	1.975	3.378	8.212
Femininos	1.903	----	1.903	2.325	876	3.201	3.104
	4.383	354	4.735	5.728	2.851	8.579	13.316

Quadro 6 – Frequência nos estabelecimentos públicos e particulares de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte – 1870
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte [...], 1871.[88]

O quadro em seguida evidencia os números das matrículas no curso primário nos estabelecimentos de ensino, no ano de 1887, agora destacados pelas respectivas freguesias que faziam parte do Município da Corte. Na somatória geral, continuou a superioridade das matrículas nos estabelecimentos particulares, apenas com uma pequena vantagem dos

[86] SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1864, em 26 de abril de 1865. (Anexo). In: *BARROSO, José Liberrato. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Typographia Nacional, 1865., p. 19.
[87] Matrículas no Colégio de Pedro II.
[88] AMARAL, José de Santa Maria. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 1871. (Anexo). In: *OLIVEIRA, João Alfredo Correia de.Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

estabelecimentos públicos para o sexo feminino, comparados com os da instrução particular do mesmo sexo.

Freguesias da Cidade	Ensino Público			Ensino Particular		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Glória	196	119	315	174	183	257
Candelária	25	135	160	---	---	---
S. José	165	116	281	188	227	415
Santa Rita	314	277	591	412	30	442
Sacramento	306	308	614	481	118	599
Santa Ana	270	204	474	418	582	1.000
Santo Antonio	177	198	375	366	147	483
Lagoa	200	130	330	38	198	236
Engenho Velho	22	103	125	68	36	104
Espírito Santo	153	36	189	177	55	232
São Cristóvão	169	97	266	230	91	321
Total	1.997	1.723	3.720	2.522	1.667	4.189

Quadro 7 – Matrículas na Instrução Primária nos estabelecimentos públicos e particulares – por freguesias do Município da Corte – 1887
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte [...],1868.[89]

Assim, os colégios particulares, a maior parte funcionando com internato, cresciam e se consolidavam na cidade do Rio de Janeiro em todo o século XIX. E, a despeito das severas críticas, sobretudo aquelas advindas do campo médico[90], os diretores-proprietários desses estabelecimentos divulgavam às famílias, da Corte e das províncias, comodidades e condições apropriadas de organização e funcionamento dos seus estabelecimentos. Os anúncios publicados nos jornais e almanaques, os prospectos e extratos de regulamentos foram os meios utilizados por esses empresários a fim de anunciar e captar alunos para os seus colégios.

[89] SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 1868. (Anexo). In: TORRES, *José Joaquim Fernandes. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

[90] Como na tese do Dr. João da Matta Machado: "Nos colégios do Rio de Janeiro, quer de um quer de outro sexo, a alimentação é insuficiente, o trabalho exagerado, os exercícios desprezados, os diversos modificadores higiênicos, capazes de conservar e melhorar a saúde, completamente esquecidos; enfim, a educação física não existe, e poderosas causas de depauperamento se combinam para em pouco tempo arruinar a saúde dos infelizes meninos sacrificados, pela incúria do governo e pela ignorância dos pais aos ímprobos interesses dos diretores de internatos". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 82.

3.2 "Lugar aprazível e salubre", "casa vasta e bem arejada"

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro[91], além de sua importância política por ser a capital do Império, tornava-se igualmente atrativa pelas possibilidades de estabelecimentos de instrução secundária e superior, sobretudo a Faculdade de Medicina. Assim, para a Corte Imperial convergiam moços pertencentes a importantes famílias de diversas províncias do Império, os quais passavam a residir nos internatos da capital durante os anos de sua formação intelectual.

Segundo o discurso médico-higiênico da época, esses pensionistas de colégios da Corte Imperial, muitas vezes ainda adolescentes e até mesmo crianças, estavam sujeitos a condições climáticas inteiramente diferentes das de sua terra natal e das constantes epidemias, resultantes das condições anti-higiênicas[92] do Rio de Janeiro[93]. Diante disso, segundo os médicos, os colegiais da Corte rapidamente apresentavam alterações no seu estado de saúde. Em 1875, o Dr. João da Matta Machado resumia os prejuízos a que esses estudantes estavam sujeitos ao virem residir no Rio de Janeiro:

> Todos os anos a capital recebe uma brilhante plêiade de jovens provincianos [...] em pouco tempo, porém, e pela simples influência climática, quase todos sofrem completa metamorfose: as cores vivas da saúde são substituídas pela poética palidez dos fluminenses; o temperamento sangüíneo cede o passo à predominância linfática; a agilidade, a força e a viveza se trocam pela indolência e pela fraqueza; e quando, volvendo-se os anos, os poucos que resistem às epidemias de febre amarela, febres perniciosas e tifóides, [...]. E nem se diga que exageramos; filho da

---

[91] Capital do Municipio da Corte, dividido nas seguintes freguesias: Freguesias da cidade – Glória, Candelária, S. José, Santa Rita, Sacramento, Santa Ana, Santo Antonio, Lagoa, Engenho Velho, Espírito Santo e São Cristóvão; Freguesias de fora – Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá. Os colégios particulares concentravam-se nas frequesias da cidade. SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 1868. (Anexo). In: TORRES, *José Joaquim Fernandes. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

[92] "A cidade do Rio de Janeiro, colocada à beira mar, sobre um terreno plano e alagadiço, sujeita durante os longos meses de verão à influência de um calor tropical, acha-se em péssimas condições topográficas de salubridade; acresce que as suas ruas são em geral estreitas e mal calçadas, que a população acha-se aglomerada em um local relativamente insuficiente, e que pantanais ainda não esgotados a circundam. Tal conjunto de condições anti-higiênicas facilmente explica a proverbial insalubridade do clima, que se manifesta pelas endemias de natureza palustre, pelas freqüentes epidemias de febre amarela, pela espantosa difusão da tísica pulmonar, etc.". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.79.

[93] Uma descrição da cidade do Rio de Janeiro na década de 1860: "O Rio possui hoje um teatro lírico e jornais. As suas ruas são iluminadas a gás e há um piano em cada casa. É verdade que esse teatro está situado no meio de uma praça infecta, e que os jornais têm horror às discussões sérias. Que as ruas, sem passeios, são mal calçadas, de pedra bruta, e que afinal, nos tais pianos de fabricação geralmente inglesa, não se tocam senão músicas de dama, romances e polcas". EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. [1863] São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 404.

> província de Minas vivemos em íntimas relações com grande número de compatriotas que conhecemos desde que se acham na corte, e poucos, poderemos excetuar da regra que formulamos: só da pequena cidade em que nascemos, seis jovens robustos e inteligentes foram vítimas da última epidemia de febre amarela, e de toda a província sabemos que o número das vítimas elevou-se a 53, além de muitas outras, das quais não podemos ter informações; o número daqueles que têm contraído aqui moléstias crônicas graves é crescido, quase todos, porém, sofrem atualmente, mais ou menos, as conseqüências do depauperamento de sua constituição, outrora robusta.[94]

Argumentava o Dr. Machado que os males a que estavam sujeitos ou eram acometidos os estudantes pensionistas dos colégios-internatos do Rio de Janeiro não podiam ser imputados somente às condições climáticas e de salubridade[95] da cidade. A deficiente organização higiênica dos internatos da capital igualmente concorria para as más condições de saúde dos estudantes. Entretanto, diferentemente desse discurso médico-higiênico que desabonava os internatos, muitos diretores-proprietários dos colégios-internatos do Rio de Janeiro informavam que seus estabelecimentos funcionavam em casas, "palacetes" (sobrados) ou em prédios, originalmente planejados para servirem como colégios-internatos e estavam localizados em importantes ruas e bairros ou nos arrabaldes[96] mais salubres e aprazíveis da cidade. E, deste modo, tinham condições que, segundo eles, agiam como escudo higiênico para os males da cidade.

De fato, importantes colégios-internatos funcionavam em ruas[97] do centro[98] da cidade do Rio de Janeiro, comumente conhecidas pela insalubridade[99], onde doenças epidêmicas[100]

---

[94] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.78.

[95] Informa Gilberto Freyre que de 1835 a 1850, melhoramentos ou inovações de técnica sanitária (encanamento de água, aterramento de terrenos paludosos) e de transporte, de iluminação e de arborização de ruas foram aparecendo na cidade do Rio de Janeiro. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, p. 684.

[96] Conforme as recomendações dos facultativos: "Destas ligeiras considerações se depreende que para os estabelecimentos de educação se deve preferir os lugares elevados às planícies, o campo às cidades, e nestas os arrabaldes às ruas centrais". MACHADO, op. cit., p.39.

[97] Muitos colégios estavam localizados em antigas ruas do centro da cidade, a saber: Ouvidor, Quitanda, Direita, Da Constituição, Catete, Lavradio, entre outras. Algumas dessas ruas são mencionadas nas reminiscências de Daniel P. Kidder, que esteve no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 67.

[98] Contribui também o testemunho deixado pelos médicos em suas teses: "Consideramos assim má a situação de colégios nas grandes povoações; e portanto não podemos deixar de lastimar que, aqui na corte, aqueles colégios, que por maior número de razões merecem justamente a confiança dos pais de família se achem colocados mesmo no centro da cidade. Nomeando o Imperial Colégio de Pedro Segundo, que deveria servir de norma, os colégios Marinho, Tautphoeus e sobretudo o colégio Vitório, não podemos deixar de increpar-lhes a situação nos centros populosos e manufatureiros, onde o ar facilmente se altera e não se pode aproveitar as vantagens dos banhos e da ginástica, que ofereceria um vasto espaço cercado de árvores e vizinho de rios ou do mar". GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, 58.

(tísica, febre amarela[101], diarreia, febre tifóide escarlatina[102], varíola) constantemente acometiam a população[103]. Tanto era assim que em alguns anúncios aparecem comunicados dos proprietários avisando aos interessados a mudança do colégio para um bairro considerado saudável. Foi esta a justificativa para a mudança para outro bairro[104] apresentada pelo diretor do Colégio Ateneu Fluminense. Segundo o diretor, a constante reaparição da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro aconselhou a mudança do colégio, que funcionará por nove anos em frente ao Passeio Público, para o saudável bairro do Rio Comprido, e "[...] 14 anos de estada nesse aprazível lugar tem provado que é o local que mais convém aos meninos do interior, os quais terão no excelente clima do lugar segura garantia de saúde"[105].

De semelhante modo, o diretor do Colégio Vitório[106] exaltava a condição salubre do novo local onde estava situado seu estabelecimento, frisando que no ano de 1879, o colégio,

---

[99] Como relatos de viajantes que estiveram na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, a exemplo das descrições do naturalista Luis Agassiz e sua esposa: "O que chama desde logo a atenção no Rio de Janeiro é a negligência e a incúria. Que contraste quando se pensa na ordem, no asseio, na regularidade das nossas grandes cidades! Ruas estreitas infalivelmente cortadas, no centro, por uma vala onde se acumulam imundícies de todo gênero; esgotos de nenhuma espécie; um aspecto de descalabro geral, resultante, em parte, sem dúvida, da extrema umidade do clima; uma expressão uniforme de indolência nos transeuntes: eis o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar a nossa população ativa e enérgica". AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil* – 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000.

[100] Segundo o Dr. Francisco de Paula Candido, contribuíam para o aparecimento dessas doenças na cidade do rio de Janeiro fatores como os despejos de imundícies nas praias, despejos orgânicos nas ruas, praças, os cemitérios, indústrias, matadouros, águas infectas. CANDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Império apresentado ao Ministério do Império pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, em 1º de maio de 1853. (Anexo). In: MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.*Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

[101] "No verão de 1889 a febre amarela grassou na capital do império com muita intensidade, como acontecia há anos na principal cidade do Brasil na época". SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. 1995. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995, p.27.

[102] "Doença infecciosa aguda, caracterizada por febre, exantema de pequenos pontos vermelhos, albuminúria, e descamação em largas placas". ESCARLATINA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 552.

[103] Na Freguesia Candelária, o Dr. João Carlos de Oliva, delegado da Instrução Pública encarregado desta, relatava que os colégios nessa freguesia estavam pessimamente colocados e dispostos. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

[104] Os principais bairros da cidade do Rio de Janeiro onde alguns colégios estavam instalados eram Botafogo, Andaraí, São Cristóvão e Rio Comprido.

[105] SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42º ano, 1885, p. 1911.

[106] Colégio Vitório, fundado em 1840 pelo Conselheiro Dr. Adolpho Manoel Vitório da Costa, funcionou inicialmente na Rua Sete de Setembro, 118 (antiga Rua do Cano), em 1841 passou para o Largo da Sé, 95; em 1843 foi transferido para a Rua do Conde, 13; e finalmente, em 1844, para a Rua de Gonçalves Dias, 46 e 48, onde permaneceu até pelo menos o ano de 1880. O diretor do Colégio Vitório destacava: "A casa em que funciona, situada a quarenta e tantos metros acima do nível do mar, está completamente ao abrigo das flagelações de todas as moléstias endêmicas e epidêmicas, e sobretudo da febre amarela". CARDOSO, José

apesar da epidemia de varíola que grassou na Corte, não foi atingido. Em sequência expõe-se a figura[107] exemplificativa de um típico sobrado do centro[108] da Corte Imperial onde costumavam funcionar internatos.

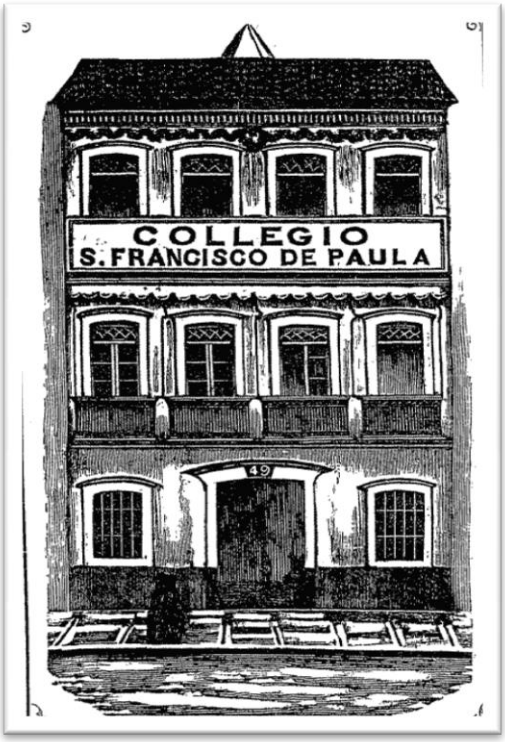


Figura 10 – Sobrado na Praça da Constituição, 49 (antigo Largo do Rocio) onde funcionou o Colégio São Francisco de Paula (1873)
Fonte: LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...]., 1873, p. 489.[109]

Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 36º ano, 1879, p. 591.

[107] Prédio do Colégio São Francisco de Paula em 1873, localizado no centro do Rio de Janeiro, na Praça da Constituição, 49 (antigo Largo do Rocio). O colégio tinha como diretores os padres Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte e Francisco Ignácio Christo. Como professores: Dr. Viana, Dr. Thomaz Alves Nogueira, Frazão, Verissimo dos Santos, padre mestre Guimarães, Dr. Ortiz, Dr. Lacerda Coutinho, Pockels, John Moore, A, J. da Rocha (desenho), Gamboa (música), Dr. Padre-mestre Toscano, Monteiro e os diretores. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

[108] Outros problemas das ruas do centro do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, onde alguns colégios estavam instalados eram: "[...] a poeira das ruas, as bicas rebentadas jorrando água pelo lajedo, o ajuntamento de escravos em certas vendas e esquinas, o trânsito de carroças pela Rua do Ouvidor, as contradanças dos tílburis, as corridas das gôndolas, o chuveiro dos cambistas, as casas de jogo, os vadios a pedir esmolas, os armarinhos ambulantes". RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro*: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 282.

Os proprietários dos colégios, por vezes alegavam como impedimento para realizarem a mudança do estabelecimento para um bairro que correspondesse às recomendações médico-higiênicas o cumprimento do contrato de aluguel a que estavam submetidos. Neste sentido, o discurso do monsenhor Antonio Pedro dos Reis, diretor do Colégio Ateneu Fluminense, justificava:

> Teríamos há mais tempo abandonado o prédio em frente ao Passeio Público, completamente atacado pelo cupim, exposto às frequentes constipações, além da mesquinhez de cômodos, se não estivéssemos até agora ligados por um contrato de 9 anos. Felizmente, ao findar esse contrato, encontramos no mais saudável bairro da corte, no do Rio Comprido, tão próximo da cidade, passando-lhe pela porta frequentemente os *Bonds*, uma casa nas desejáveis condições de largueza de cômodos para habitação, aulas e recreios dos colegiais.[110]

Ainda por questão higiênica é que alguns proprietários de colégios-internatos localizados no Rio de Janeiro, e mesmo em outras cidades do Império, indicavam, como uma garantia indispensável para o saudável funcionamento do internato, a localização dos seus estabelecimentos em chácaras[111] ou sítios nos arrabaldes[112] da cidade, afastados das distrações do centro urbano. A esse respeito é elucidativo o anúncio do Colégio Santo Agostinho, no Rio de Janeiro, que anunciava as condições salubres de localização do estabelecimento, situado nos arrabaldes da corte, com acomodações vastas e bem arejadas, oferecendo a garantia aos senhores pais de família, "[...] que quiserem educar seus filhos, apartados das distrações do centro da cidade. Na espaçosa chácara do estabelecimento, além de belos recreios, há

---

[109] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1873*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 30º ano, 1873, p. 489.

[110] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 420.

[110] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 423.

[111] Conforme as recomendações higiênicas da época: "O edifício deve ser colocado longe dos grandes centros de população, longe de pântanos ou focos que alterem o ar, em chácaras com suficiente espaço para os brincos e exercícios dos colegiais, com água corrente, e arvoredo". SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.

[112] Uma descrição dos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro na década de 1860: "Quase todos os arrabaldes do Rio de Janeiro se acham edificados ao longo das praias. Há assim a praia de Botafogo, a praia de São Cristóvão, a praia de São Domingos e uma dúzia ainda de outras. Tudo isso forma ainda os arrabaldes do Rio, situados à beira-mar ou fazendo face às margens da baía; e como é de bom-tom para certa classe da sociedade viver fora da cidade, as casas e os jardins desses arrabaldes são quase sempre atraentes". AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary (tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça). *Viagem ao Brasil* – 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 98.

excelentes banhos de cachoeira”[113]. Por conseguinte, o padre Augusto Ferreira de Lacerda e Pedro Adolpho L’abbé, diretores-proprietários do Colégio S. Luis[114], influenciados pelos discursos médicos que exaltavam a salubridade de locais afastados do centro da cidade para o funcionamento dos internatos, destacavam também a situação salubre e higiênica do estabelecimento que dirigiam. Neste sentido, anunciavam os mencionados diretores: “[...] Colocado sob tão agradável clima, preferido e aconselhado por distintos facultativos às pessoas convalescentes, reúne o colégio todas as condições higiênicas necessárias ao bem-estar dos alunos [...]”[115]. E, no programa do Ginásio Baiano, fundado em 1858, em Salvador, pelo Dr. Abílio César Borges, constava que o estabelecimento funcionava em um edifício situado em uma chácara muito próxima da cidade de Salvador, “[...] onde os alunos, por sobre estarem isentos das distrações e desvios a que dá lugar a morada no centro de povoação, terão dilatado espaço para o conveniente exercício corporal e excelentes banhos” [116].

Em muitos internatos do Rio de Janeiro, a presença de uma chácara[117] era anunciada com destaque. No Colégio Queiros, segundo o seu diretor, existia uma imensa chácara ao redor do estabelecimento, dividida em cinco espaços de recreios distintos, por toda parte “[...] coberta de frondosas árvores, algumas das quais produzem saborosos frutos, e outras revestidas de espessa folhagem ensombra admiravelmente aqueles recreios, servindo todas de purificar a atmosfera daquele lugar e torná-la eminentemente respirável”[118]. Essas chácaras urbanas ou suburbanas utilizadas pelos colégios-internatos eram comuns no século XIX nas imediações de cidades como o Rio de Janeiro[119] e Recife, e caracterizavam-se por serem

---

[113] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 433.

[114] Localizado na Rua D. Castorina, n.º 2, no Palacete Castorina, na “melhor localidade do Rio de Janeiro, sob um clima salubérrimo, no lugar denominado – Macaco – encosta da serra da Tijuca, onde jamais penetrou o flagelo das epidemias. Está distante da corte 10 quilômetros e afastado da linha férrea do Jardim Botânico apenas 15 minutos”. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880, p. 636.

[115] Ibid., p. 626.

[116] GINÁSIO Baiano. Programa. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 4, 17 fev. 1858.

[117] Pequena propriedade campestre, em geral perto da cidade, com casa de habitação. Terreno urbano de grandes dimensões, com casa de moradia, jardim, horta, pomar [...]”. CHÁCARA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 311.

[118] CARDOSO, op. cit., p. 622.

[119] Moradias ou chácaras suburbanas do Rio de Janeiro, algumas utilizadas para o funcionamento de colégios-internatos, na descrição do norte-americano James Cooley Fletcher: “As residências urbanas, nas velhas cidades, pareceram-me excessivamente tristes, porém o mesmo não pode ser dito das novas residências urbanas, das lindas ‘vilas’ suburbanas, cercadas por jardins, cobertos de folhagens, muitas flores e frutos pendentes. Alguns trechos de Santa Tereza, Laranjeiras, Botafogo, Catumbi, Engenho Velho, Praia Grande e São Domingos, não podem ser ultrapassados na beleza e pitoresco de suas casas”. FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 180.

terrenos de grandes dimensões, com casa de moradia, jardim, horta, pomar, muita árvore de fruta, olho d'água ou cacimba[120].

Em sequência, a litografia de Joseph Alfred Martinet[121] ilustra o sobrado onde funcionava o Colégio Hitchings, dirigido por Thomas Price Hitchings e sua senhora. Fundado em 1836, considerado o decano dos colégios de meninas da Corte Imperial, o estabelecimento estava situado em uma chácara[122], nos arrabaldes da Corte do Rio de Janeiro, mais especificamente na Praia do Botafogo. Em 1871, o internato desse colégio recebeu 64 alunas pensionistas e tinha a denominação de Colégio de Botafogo[123].

Figura 11 – Litografia do Colégio Hitchings em Botafogo – Rio de Janeiro
Fonte: Litografia de Joseph Alfred Martinet – Fundação Casa Rui Barbosa[124]

Para minimizar a distância do centro da cidade, os colégios localizados nas cercanias afastadas, ou regiões suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, informavam aos interessados

---

[120] Chácaras patriarcais do Rio de Janeiro laranjeiras, limoeiros, bananeiras, palmeiras. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.
[121] Paisagista, retratista e litógrafo francês. Autor da obra MARTINET, J. Alfred. *O Brasil pitoresco, histórico e monumental.* Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1847.
[122] O terreno onde estava localizado o colégio é descrito por Aureliano R. Gonçalves: "Praia de Botafogo – 1856 Terreno de 45m de frente por 65m de fundo, ocupado, em 1856, por um grande prédio, estilo palacete, e extensa chácara, propriedade do professor Tomás Price Hitching e onde funcionava o colégio desse afamado educador". GONÇALVES, Aureliano Restier. Cidade *de São Sebastião do Rio de Janeiro*: terras e fatos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004, p. 62.
[123] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 429.
[124] http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/lugares.htm Acessado em 19 de junho de 2011.

em matricular seus filhos no estabelecimento as possibilidades ou facilidades de transporte[125], tais como os carros da linha férrea e as linhas do bonde.

Em geral, os prédios onde funcionavam os internatos eram casas[126] onde residia a família do proprietário, com adaptações[127] dos cômodos para o funcionamento de dormitórios. Mas existiam alguns internatos que funcionavam em palacetes ou "sobrados" com vastos cômodos capazes de acomodar um grande número de pensionistas. Neste último caso pode ser enquadrado, entre outros, o Colégio Pinheiro, fundado em 1861, dirigido por José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, o qual funcionava no Palacete do Visconde de Aljesur, Morgado de Marapiru, localizado na Praça Onze de Junho[128]; o Colégio Santo Agostinho[129], dirigido por Augusto Américo de Faria Rocha, que funcionava no bairro do Andaraí Pequeno, no "Palacete Figueiredo Junior"; o Colégio de Santo Antonio[130], dirigido pelo Cônego Francisco Pereira de Souza, no palacete da Marquesa de Valença, e o Colégio Brasileiro, em que o "[...] palacete, escolhido para o estabelecimento, tem grande número de salões vastos e arejados para os estudos, dormitórios e refeitórios, e é cercado de jardins e pátios arborizados para o recreio, indispensável às alunas em certas e determinadas horas" [131]. Em seguida, a figura do casarão na Rua do Príncipe do Catete, 25, na Corte Imperial do Rio de Janeiro, onde estava instalado o Colégio da Baronesa de Geslin.

---

[125] Como afirmava o anúncio do Colégio Santo Agostinho, localizado na Rua de Haddock Lobo, 63, no Engenho Velho: "[...] condução rápida e cômoda de dez em dez minutos, nos carros da linha férrea do Andarahy [...]". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 447. / Também como anunciava o Colégio Moreira, na Rua da Constituição, 39: "[...] bonde de S. Cristóvão e da Carioca à porta [...]". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874, p. 589.

[126] Colégio Emulação da Juventude: "Este colégio, estabelecido em uma das melhores ruas da cidade, em uma bela casa, vasta e arejada com jardim, chácara espaçosa e excelentes acomodações, reúne a vantagem da sua situação central as melhores condições higiênicas". HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 22º ano, 1865, p. 440.

[127] As adaptações de casas residenciais para o funcionamento de internatos foi uma característica que continuou presente no século XX, em muitas cidades brasileiras. Nesse sentido, de forma exemplificativa, a constatação por meio da inspeção realizada em 1926 por Eurico Branco Ribeiro em internatos da cidade de São Paulo. RIBEIRO, Eurico Branco. A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA; Denílson Roberto; SCHMIT; Maria Auxiliadora. (Orgs.). *I Conferencia Nacional de Educação.* Brasília: SEDEIA/ INEP/ IPARDES, 1997. p. 478-519.

[128] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1867, p. 412.

[129] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 433.

[130] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1867, p. 411.

[131] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 432.

Figura 12 – Colégio de Meninas Francês, Português da Sra. Baronesa de Geslin – Rio de Janeiro, Rua do Príncipe do Catete, 25
Fonte: http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?itemid=26702

Em outras capitais de províncias do Império também existiam registros de palacetes ou sobrados adaptados para o funcionamento de colégios-internatos. Em Salvador, o Colégio S. João, dirigido pelo Dr. Francisco Pereira D'Almeida Sebrão, anunciava aos interessados, inclusive de outras províncias, que o estabelecimento estava localizado na estrada da Victoria, no antigo "Palacete de Cerqueira Lima", com "[...] ótimos cômodos, e muitos arranjos, que oferece esta casa para um estabelecimento de educação, o aprazível do sítio, e sua posição sadia e retirada [...]"[132].

A utilização de sobrados urbanos e suburbanos para o funcionamento de internatos é exemplificativo da degradação de antigas residências senhoriais em habitações coletivas ou para outras finalidades, como acentuado por Gilberto Freyre[133], e visto pelo autor como um dos efeitos da decadência de famílias patriarcais no decorrer do século XIX.

Provavelmente, uma parte muito pequena de internatos funcionava em prédios originalmente planejados e construídos para essa finalidade. No Rio de Janeiro, o proprietário do Colégio S. Salvador informava que o edifício espaçoso onde funcionava o estabelecimento fora construído para aquele fim, contando com grande refeitório, lavatório, casa de banho, latrinas com água corrente, água encanada em todos os cômodos, grandes recreios e uma

[132] BAHIA. Colégio S. João. *Correio Sergipense*. Aracaju, 2 de março de 1859, p. 4. Ano XXII, N. 11.
[133] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, p. 46 e 56.

espaçosa chácara[134]. Igualmente, o diretor do Colégio da Adolescência informava que a casa onde funcionava o estabelecimento fora construída com o propósito de funcionar como colégio. Assim, na construção, procurou-se atender às condições necessárias ao fim a que se destinava, ou seja, estava situada em um local elevado, em uma rua larga e arejada, dispondo de uma grande chácara com árvores frutíferas, abundância de água, tanques para banhos frios e de chuva, vastos salões para aulas, dormitórios e refeitórios, recreios separados para as respectivas idades, oratório, rouparia e uma quadra completa para ginástica[135].

Prédios utilizados para o funcionamento de internatos dos colégios confessionais, geralmente se destacavam por suas grandes dimensões, muitos deles imitando as antigas construções claustrais. Era assim o edifício do Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, dirigido pelo cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos[136], o qual funcionava no Palácio do Rio Comprido, em um arrabalde próximo da corte, reconhecidamente dos mais saudáveis. O edifício, como informava o seu diretor, possuía uma "forma claustral", com capacidade para duzentos alunos, situada em uma extensa chácara com jardim, passeios, uma grota que fornecia água encanada por tubos até dentro do edifício a qual era distribuída por 65 torneiras, além da existência de uma casa separada para a moradia de professores e criados[137]. De fato, em 1857, o Dr. João Goulart Rolim[138] dizia que em relação ao local onde estava situado, de todos os colégios que existiam na Cidade do Rio de Janeiro, somente podia citar o Colégio de S. Pedro de Alcântara como internato que reunia todas as condições higiênicas relativas ao local.

O espaço do edifício-internato do Colégio Episcopal S. Pedro de Alcântara, no ano de 1873, era descrito como "amplo e majestoso", com dois andares, boa ventilação, garantida por grandes janelas, oito salões, com capacidade para 250 alunos e mais acomodações necessárias a um internato. O edifício também possuía uma segunda parte, "[...] construída de propósito e exclusivamente para os trabalhos escolásticos, e que mede de extensão 185 palmos de

---

[134] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874, p. 587.

[135] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de São Paulo para o ano de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 32º ano, 1875, p. 590.

[136] Padre-mestre Antonio M. Fernandes Ferreira de Paiva (ecônomo), Padre-mestre Bacharel Joaquim Mendes de Paiva (pedagogo) e João Mendes de Paiva (escriturário).

[137] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 444.

[138] ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. (Quarto ponto. Sciencias Medicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857, p.17.

comprido e 100 de largura, acomoda vantajosamente 15 classes simultâneas”[139]. Expõe-se a seguir a figura da “grande casa de campo”, localizada em uma chácara no Rio Comprido (Rio de Janeiro) – parte da litografia intitulada *Plans et élévations de deux grandes maisons: l'une de ville et l'autre de campagne*[140], de Jean Baptiste Debret[141] (1768-1848) –, onde funcionou o Colégio Episcopal S. Pedro de Alcântara.

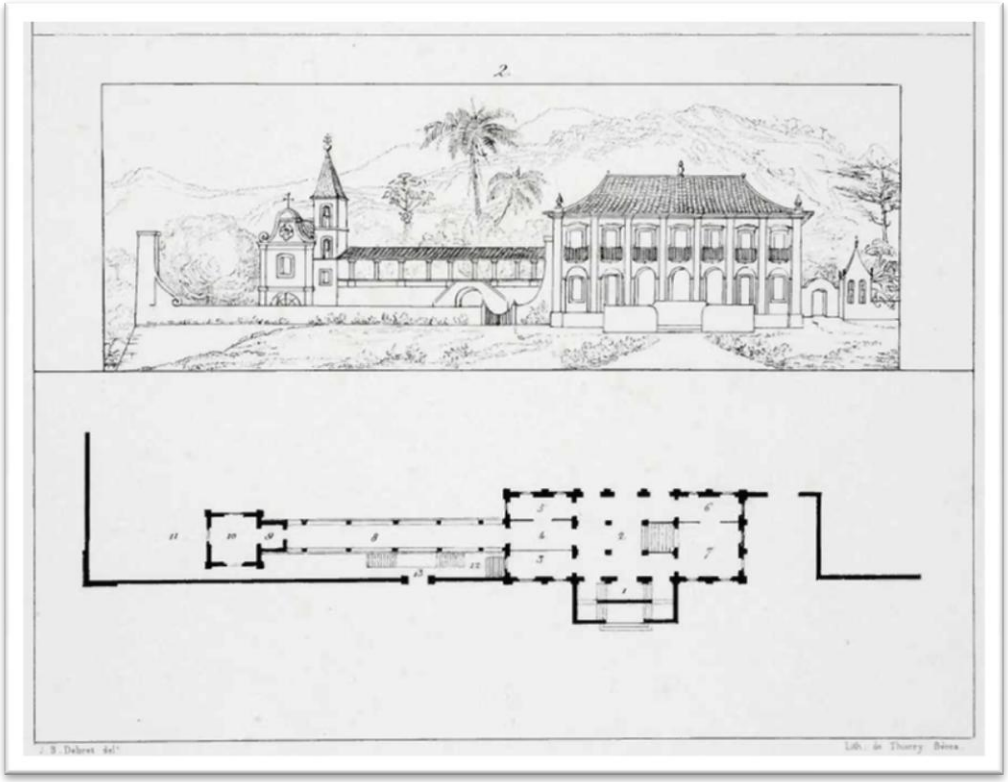


Figura 13 – Fachada e planta baixa de uma Grande Casa de Campo, onde funcionou o Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara – Rio de Janeiro
Fonte: DEBRET, Jean Baptiste *Voyage pittoresque et historique au Brésil* [...] (Vol. 3), 1939.[142]

Outra vez, a mesma casa aparece litografada na obra *O Brasil pitoresco e monumental* (1856), de Pedro Godofredo Bertichen[143] (1796-1866). Na época em que o autor produziu a

---

[139] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1873*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 30º ano, 1873, p. 492.

[140] Tradução do título: [Plantas e elevações de duas grandes casas, uma na cidade e a outra no campo]. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530 Acessado em 2 de agosto de 2011.

[141] “Pintor e desenhista francês [...], cuja característica marcante é o fato de revelar em imagens a história da vida urbana brasileira do início de século XIX e da vida na corte do Rio de Janeiro”. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530 Acessado em 2 de agosto de 2011.

[142] DEBRET, Jean Baptiste. *Plans et élévations de deux grandes maisons: l'une de ville et l'autre de campagne* – Planche 43, Nº 2. In : DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil* [...] (Vol. 3). Paris : Firmin Didot Frères, 1839.

gravura, no prédio já funcionava o Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, como se observa abaixo no título original da litografia.

Figura 14 – Litografia Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara – Rio de Janeiro
Fonte: BERTICHEN, Pedro Godofredo. *O Brasil pitoresco e monumental*, 1856.[144]

O Colégio da Imaculada Conceição, localizado na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Botafogo, 36, dirigido pela irmã Saugére e 32 irmãs de caridade na condição de professoras, também funcionava em um prédio[145] de grandes dimensões. O internato feminino desse colégio dispunha de capacidade para o recebimento de até 230 alunas pensionistas e

---

[143] "Artista holandês radicado no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Além de quadros a óleo, dedicou-se à litografia, preparando um conjunto de 45 pranchas de aspectos arquitetônicos da cidade, editado em 1856". PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *500 anos do Brasil na Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 136.

[144] BERTICHEN, Pedro Godofredo. *O Brasil pitoresco e monumental.* Rio de Janeiro: Lith. Imperial de Rensburg, 1856. 46 est.

[145] Descrição do terreno onde foi estabelecido o Colégio da Imaculada Conceição: "Terreno de 98m de frente ocupado pelos estabelecimentos da Associação de São Vicente de Paula – Colégio da Imaculada Conceição, Igreja da Conceição e Pensionato. O prédio em que funciona o colégio foi modernizado e aumentado. Tinha dois pavimentos, à frente da rua, com testada de 27m, quando foi arrematado pela Associação de São Vicente de Paula, a 17 de junho de 1858. A igreja é afastada da rua cerca de 36m e fica entre o edifício do colégio e o do pensionato, destinado a senhoras. O prédio do pensionato é de antiga construção, com três pavimentos, afastado da rua e num terreno de 32m de frente. Foi doado à Associação, em 16 de maio de 1900, tem uma acentuada obliqüidade, da esquerda para a direita, buscando a linha do alinhamento determinado pelo prédio à direita. Em 1875, a Ilustríssima Câmara permitiu o ajardinamento à frente do prédio, na forma da deliberação de 17 de julho de 1857. O prédio do colégio teve o nº 36 e o do pensionato o nº 34. Em 1908, na revisão da numeração predial da cidade, eles receberam o nº 266". GONÇALVES, Aureliano Restier. Cidade *de São Sebastião do Rio de Janeiro*: terras e fatos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004, p. 63.

outras 80 alunas pobres internas (gratuitas). Especificamente no ano de 1871, o internato do estabelecimento recebeu 230 alunas pensionistas, das quais, 220 eram brasileiras e 10 estrangeiras, e todas professavam a religião católica. Quanto à idade, eram duas menores de 7 anos, 188 menores de 14 anos e 40 menores de 21 anos[146].

Figura 15 – Edifício-Internato do Colégio da Imaculada Conceição em 1872 – Rio de Janeiro
Fonte: LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...]., 1872, p. 459.[147]

Originalmente construído para funcionar como internato, ou adaptado para esse fim, o certo é que os prédios dos grandes colégios-internatos da Corte Imperial do Rio de Janeiro, tradicionalmente formadores das elites locais e provinciais, apresentavam como divisões específicas do internato dormitórios, refeitório, pátios arborizados para recreio, enfermaria[148], capela e rouparia. E, não obstante a crítica médico-higiênica, esses edifícios tinham, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, algumas novidades para a época e

[146] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.
[147] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 459.
[148] Colegio Vitório: "A enfermaria é isolada do corpo do colégio e contígua aos aposentos da família". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880, p. 614.

inacessíveis à maioria da população, como água encanada, tanques para banho e lavagem de roupa, tanques de natação, iluminação a gás e instalações sanitárias (latrinas, salas de banho, esgoto).

Figura 16 – Ilustração do dormitório do internato do Colégio Abílio da Corte
Fonte: POMPÉIA, Raul. *Desenhos para a obra "O Ateneu"*[originais]. (Acervo da Biblioteca Nacional)

Os dormitórios dos internatos – recorrente preocupação nas teses médicas sobre a higiene dos colégios – eram citados e apresentados pelos diretores como grandes salões, espaçosos, asseados, arejados e iluminados pela presença de janelas[149] e a localização na posição eminente (voltados para a nascente) indicada como a mais saudável pelos facultativos. O Dr. Justiniano José da Rocha, na sua "exposição sobre o estado dos colégios particulares da Capital do Império", realizada em 1851, observou que, na maior parte dos colégios, os pensionistas dormiam em salas grandes (dormitórios coletivos), arejadas e limpas, divididos segundo as idades. Segundo ele, havia vigilância adequada nos dormitórios, e somente em um colégio viu, em vez dos dormitórios coletivos, quartos especiais para um ou dois alunos. Mas isso não lhe pareceu preferível, pois tornava mais difíceis a vigilância e inspeção[150].

---

[149] A exemplo do Colégio Queiroz, situado na Rua Guanabara 16, Bairro das Laranjeiras: "O edifício está cercado em toda volta por inúmeras janelas, que, rasgadas muito a propósito aqui e acolá, facilitam imensamente a entrada e saída do ar, arejando convenientemente os vastos salões do interior. De qualquer dos pontos dele descortinam-se panoramas que embelezam ao espectador". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1878*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1878, p. 622.

[150] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da

Geralmente, nos prédios verticais, os dormitórios estavam colocados no 2º ou 3º andares. Para comprovar as qualidades anunciadas em relação aos espaços dos internatos, os proprietários franqueavam aos interessados a visita ao estabelecimento. Como anunciava, em 1867, o diretor do Colégio S. Caetano (meninos), localizado na Rua do Catete:

> O edifício é vasto, com ares livres e higiênicos, espaçosas salas, grandes e arejados dormitórios, tanques para banhos e agradáveis recreios, oferecendo assim todas as comodidades inerentes a um estabelecimento desta natureza que podem ser reconhecidas pelos chefes de família que quiserem visitar o colégio.[151]

Todavia, o teor desses anúncios não representava a situação dominante dos internatos da Corte do Rio de Janeiro. Quanto a isso, é sugestivo, entre outros, o testemunho do Dr. João da Matta Machado ao afirmar ter ficado mal impressionado na visita a um internato da época, a que ele qualificou de "espelunca". Consoante esse médico,

> [...] conta com elevado número de internos; os dormitórios, principalmente, atraíram a nossa atenção, quase todos são pequenos quartos centrais, escuros e sem ventilação, contendo seis leitos cada um; além destes existem mais duas salas arejadas e claras com treze leitos cada um (pela sua capacidade a rigor admitiriam seis) e uma sala nas águas-furtadas destinada a 25 leitos, com duas janelas somente, e tão baixa que nos cantos não é possível estar-se de pé; os leitos se acham tão aproximados uns dos outros que apenas o intervalo de um palmo os separa. Apesar do respeito e consideração que nos merece o provecto educador que dirige esse estabelecimento, somos forçados a dizer que a impressão que sentimos, ao penetrar naquele horrível espelunca, foi sumamente desagradável; ele mesmo, porém, nos fez sentir o desgosto que tinha de não lhe ser possível melhorar as condições físicas de seu estabelecimento, que sob outros pontos de vista não deixa de oferecer algumas vantagens.[152]

As condições de localidade e organização dos espaços de alguns colégios do Rio de Janeiro no século XIX, informadas nos anúncios, não condiziam com a realidade. Neste caso, o discurso dos diretores ao menos evidencia as táticas utilizadas por eles para captar alunos pensionistas e que as recomendações médico-higienicas tinham relativa circulação. De outro modo, importantes colégios da Corte Imperial do Rio de Janeiro, realmente estavam organizados e funcionavam em espaços apropriados e contavam com inovações higiênicas.

Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

[151] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1867, p. 416.

[152] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 79.

3.3 Ingresso e a instrução nos internatos

Alguns colégios-internatos, reconhecendo o inconveniente que resultava para a disciplina e higiene a aglomeração de todas as idades em um só estabelecimento, determinavam uma idade mínima para o ingresso e separavam os alunos por idade e desenvolvimento. Assim, em geral, os pensionistas eram admitidos com idade não inferior a 7[153] e nem superior a 12 ou 14 anos de idade e divididos em menores, médios e grandes.

Entretanto, quando em 1872 os delegados da Instrução Pública do Município da Corte do Rio de Janeiro apresentaram informações ao inspetor geral da Instrução sobre o estado do ensino em suas freguesias, relataram que existiam alunos admitidos nos colégios particulares com idade inferior a 7 anos de idade, provavelmente alguns na condição de internos, menores de 14 anos e menores de 21 anos. A título de exemplo, segundo o Delegado da Freguesia de Santana, José Vicente Jorge, o Colégio Pinheiro possuía, em 1871, uma frequência de 412 alunos, todos católicos, 9 estrangeiros, sendo 104 menores de 7 anos, 203 menores de 14 anos e 105 menores de 21 anos. O número dos matriculados na instrução primária era de 285 alunos, 104 dos quais eram menores de 7 anos, 167 menores de 14 anos e 14 menores de 21 anos. Já o número das matrículas na instrução secundária era de 127 alunos, dos quais eram 54 menores de 14 anos e 73 menores de 21 anos.[154]

Os colégios-internatos também recebiam alunos na condição de meio-pensionistas (semi-internos) e externos[155]. Os meio-pensionistas eram os alunos que, além do estudo, tomavam uma ou duas refeições (almoço e/ou jantar) no colégio. Quanto aos estudos e outras atividades complementares submetiam-se ao mesmo regime dos alunos internos. Os alunos

---

[153] Sobre o consenso nos escritos pedagógicos com relação à idade para entrar na escola, diz Ariès: "Tudo indica que a idade de sete anos marcava uma etapa de certa importância: era a idade geralmente fixada pela literatura moralista e pedagógica do século XVII para a criança entrar na escola ou começar a trabalhar". ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006, p.46.

[154] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

[155] O externato era considerado por alguns médicos a melhor opção para os meninos menores de 10 anos. "Enclausurados em tenra idade nos colégios os mais bem organizados, os meninos jamais deixam de sofrer todas as funestas conseqüências do errado passo de seus pais ou tutores. Basta lançar um golpe de vista sobre este grupo de pequenas criaturas que formam a divisão dos *meninos* em todos os colégios, para convencermo-nos da enormidade do crime: pálidos, abatidos, tristonhos e indiferentes, que contraste não formam com aqueles que à tarde, na hora da saída, precipitam-se risonhos e contentes pela porta do estabelecimentos em demanda do lar paterno!". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 27.

externos eram aqueles que somente cursavam aulas do curso primário ou secundário em horários determinados[156]

Em 1850, apresentando ao Governo Imperial o relatório do estado da instrução na cidade do Rio de Janeiro, o Dr. Justiniano José da Rocha considerou como um defeito da instrução particular os colégios receberem alunos tanto na condição de internos como de externos e semi-internos.

> Facilmente se compreende que essa confusão, essa promiscuidade é sumamente nociva. Não há internato regular, se o contato com os externos facilita aos internos meios de infringir a disciplina colegial. Por outro lado devem as lições regular-se pela distribuição das horas de estudo dos internos, e o externo que perde um tempo considerável, as não poderá acompanhar, ou, para as que acompanhe, serão elas mais pequenas, e o interno perderá um tempo que cumpre aproveitar.[157]

Todavia, muitos colégios-internatos (masculinos e femininos), considerando a influência nociva do contato dos alunos internos com os externos – diga-se de propósito uma ideia também muito presente no discurso médico-higiênico[158] –, somente admitiam alunos na condição de pensionistas ou meio-pensionistas. Neste sentido, o anúncio do Colégio Ateneu Fluminense avisava que sabendo que, o contato de alunos externos com os internos afetava "[...] gravemente a educação moral destes, apesar do desfalque em seus interesses, suprimiu o diretor o externato, conservando só a classe de meio-pensionistas pertencentes a famílias conhecidas"[159].

Os internatos mais rigorosos, sobretudo os femininos, somente recebiam alunos na condição de internos. O Colégio Brasileiro de meninas era um desses. Sua diretora avisava aos interessados que o colégio, como internato, não podia admitir alunas externas. Frisava ainda a diretora que esta decisão, embora oposta aos interesses pecuniários do

---

[156] O regime dos colégios situados no Rio de Janeiro no ano de 1850 foi descrito da seguinte forma: "Nenhum deles é simples externato; todos admitem internos (alunos residentes no colégio) meio-pensionistas (alunos que vão para o colégio de manhã, à hora das aulas e retiram-se à tarde, depois da última aula) e externos (que assistem unicamente às aulas)". ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p.5.

[157] Ibid. , p.5.

[158] O Dr. Balbino Candido da Cunha era enfaticamente defensor do isolamento dos alunos pensionistas e principalmente do contato destes com os externos que, segundo ele, eram os seus comissionistas. CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

[159] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 447.

estabelecimento, era adotada pela diretora como uma demonstração do esforço por uma educação diligente às pensionistas, "[...] que lhe forem confiadas, educação que é mais difícil conseguir, quando os conselhos e bons exemplos de quem dela se encarrega são neutralizados pelo contacto permanente das mesmas pensionistas com pessoas estranhas ao colégio".[160]

Era também visando à moralidade dos estabelecimentos que o Regulamento da Instrução do Município da Corte do Rio de Janeiro de 1854 determinava que os colégios ou casas de educação de meninas não poderiam admitir meninos, nem poderiam morar no estabelecimento pessoas do sexo masculino maiores de 10 anos, exceto o marido da diretora.[161]

Como condição para o ingresso, os colégios-internatos exigiam do candidato a comprovação de vacinação[162], de não ser portador de moléstia contagiosa, de saber rudimentos da língua ou escrita e de ser uma criança – menino ou menina – moralizada ou de boa conduta[163].

Relativamente à instrução ministrada, recorrentemente os diretores dos internatos, tanto masculinos quanto femininos, propagavam que a educação e instrução por eles oferecidas pautavam-se em princípios da religião católica e tinham como base a formação e o desenvolvimento das capacidades físicas, morais e intelectuais dos estudantes[164]. A "cultura do coração", como denominada a formação moral, era a tônica dos discursos dos diretores. Os elementos dessa formação podem ser percebidos no trecho do discurso do professor José Joaquim de Queiroz, diretor do Colégio Queiroz:

> Porem **arrancar-lhe do coração os germens das más inclinações**, ensinar-lhes a **domar as paixões, a refrear os instintos, a lutar contra si mesmo** hoje, amanhã e sempre, acostumando-se a **amar a ordem como um princípio útil a todos**, encaminhando-o a ser pela ***honestidade*** do seu

---

[160] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 432.

[161] BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[162] Colégio Brasileiro: "As alunas deverão trazer permissão de seus pais para serem vacinadas no colégio, caso não o tenham sido ainda". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 432.

[163] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 632.

[164] Como prometia o diretor do Colégio Queiroz, José Joaquim Queiroz, estabelecimento situado na Rua Guanabara, 16, Bairro das Laranjeiras: "Uma disciplina severa e o mais minucioso cuidado na educação física, moral e intelectual dos alunos é unicamente o que afiança seu director, que conquistou a confiança pública à força de muito trabalho e sacrifícios externos". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 490.

> procedimento, pela força de sua vontade e pela firmeza de seu caráter, um **cidadão útil** a si e ao país, a despeito de todas as invectivas que contra ele lançarão a calúnia, a inveja e todos os inimigos da virtude, tendo para única recompensa o prazer íntimo de estar bem consigo, é por certo tarefa muito mais árdua e que demanda labor insano. Não há mister do desenvolvimento minucioso das medidas empregadas para esse fim; convém unicamente saber que a base é: ***'evitar antes que corrigir' 'persuadir mais pelos conselhos a praticar o bem que obrigar pelos castigos' 'falar ao espírito, mas não castigar o corpo'***.[165] (grifo nosso)

Não obstante serem os internatos acusados de promoverem uma defeituosa formação moral[166], muitos procuravam incutir por meio de constante emulação[167] e vigilância[168], em todos os tempos e espaços do internato, a guarda dos costumes condizentes com a condição de classe dos alunos. A emulação era estimulada entre os colegiais pela utilização de exames com solenidades de entrega de medalhas[169] aos aprovados, um quadro[170] na sala da recepção com os nomes e o respectivo aproveitamento e conduta dos estudantes, a entrega de prêmios[171], entre outras medidas. O norte-americano James Cooley Fletcher deixou uma

---

[165] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880, p. 623.

[166] Conforme a tese do Dr. João da Matta Machado: "Com efeito, no Brasil o nível da moralidade baixa com espantosa rapidez; esta é a triste verdade que todos proclamam, e infelizmente são as classes médias e superiores da sociedade brasileira que se acham mais contaminadas; isto é, aquelas cujos representantes recebem de ordinário a educação nos internatos". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.82.

[167] "Sentimento que nos incita a igualar ou superar outrem [...] Estímulo, incentivo [...]". EMULAÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p . 515.

[168] Destacado no anúncio do Colégio da Imaculada Conceição: "Este estabelecimento, confiado à direção das irmãs da caridade, tem por fim a educação da mocidade, baseada sobre a religião e a moral. Objeto de uma solícita e sempre maternal vigilância, as educandas se conservam constantemente sob as vistas de suas mestras, que presidem não somente a seus trabalhos escolásticos e manuais, como também ao seu levantar e deitar, as suas refeições e recreações etc.". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 434.

[169] Colégio Ateneu Fluminense: "Como um meio de excitar a emulação entre os colegiais, temos estabelecido exames parciais trimensais com prêmios de medalha de prata aos que tiveram aprovações plenas, dando elas, aqueles que as obtiverem em todos 3 meses do ano, direito a obterem a de ouro no fim do ano [...]". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 447.

[170] Colégio da Imaculada Conceição: "[...] Um quadro na sala da recepção indicará os lugares que cada menina houver merecido". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 435.

[171] Os prêmios anunciados pelo Colégio Vitório: "Os prêmios do colégio são diplomas de sócios remidos das Ordens Terceiras de Santo Antonio do Carmo, S. Francisco de Paula, Senhor Bom Jesus do Calvário, e do SS. Sacramento da Candelária e também da Beneficência Portuguesa, da Caixa de Socorro de D. Pedro V, e do Gabinete de Português de Leitura, conferidos aos beneméritos, que nos exames gerais se distinguirem, cujo resultado é sempre publicado pela imprensa". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e*

descrição de uma solenidade para a realização de exames em colégios da Corte Imperial do Rio de Janeiro:

> O dia de exames era, antigamente, um grande dia, quando os pequenos estudantes mostravam-se apertados nas suas roupas, espessas, e sua mente 'abarrotada' para o efeito da solenidade. Os meninos desempenhavam seus papéis, e os vários professores, exaltando as suas próprias funções, liam discursos *memoriam* diante dos pais maravilhados; tudo isso era realizado sob o patrocínio de um santo, padroeiro da escola, coroando-se os bons alunos, que ocupavam um assento mais alto durante as sessões. O colégio então entrava em férias durante algumas semanas e, de novo, se iniciavam as aulas para os "pequenos cavalheiros" estudantes. [172]

Contudo, existiam censuras quanto à forma como eram "encenados" os exames e a célebre distribuição de prêmios que costumavam ter lugar nos colégios, no encerramento do ano letivo. Para certos críticos, o evento não passava de uma cerimonia burlesca, adotada como mero aparato para convencimento da família e da sociedade sobre as qualidades do estabelecimento.

> Vejamos como a paródia é posta em cena.
> Dois ou três meses antes de terminar o período, que fecha o ano escolar, procede-se à distruibuição dos papéis, por um certo número de meninas de idades diferentes, número a que não é estranha a posição social e dinheirosa dos respectivos parentes.
> Um grupo é encarregado de formular uma viagem geografica, através dos mapas, em forma de interrogativa; outro de decorar umas páginas da história pátria ou geral; estas estudam poesia, em linguas estrangeiras; aquelas encarregam-se de discutir tal e tal ponto da história natural; umas garganteam uma ária ou um romance; outras exercitam-se, ao piano, numa peça, que há de ser desempenhada, a duas, quatro ou seis mãos, conforme parecer melhor, e todas finalmente passam por muitos ensaios, algumas vezes por semana, até ficarem senhoras dos papeis.
> Chegado o dia dos exames, o colégio convida os seus amigos particulares, profissionais curiosos, que passam as alunas em revista, no meio de uma pantomima, que nada significa, a não ser uma simples parodia, e todos se dão por satisfeitas, porque o resultado não descontenta ninguém, segundo certificam os comunicados e as locais das gazetas, que dias depois comentam o caso.[173]

Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 420.

[172] FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 196.

[173] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p. 99.

Buscava-se educar pelo exemplo, mas também pela vigilância[174] visando coibir condutas em desacordo com a moral. Assim era o discurso da diretora do Colégio Brasileiro informando aos pais de família que ela, sua filha e professoras residiam no internato para acompanhar incessantemente as "jovens patrícias" nas salas de estudos, refeitório, recreios, banheiros e dormitórios, e exerciam sobre elas toda a vigilância[175].

A vigilância nos pequenos internatos estava a cargo do diretor, que geralmente dividia esse encargo com parentes ou professores residentes no colégio. Nos grandes internatos existiam empregados (inspetores, bedéis) com essa obrigação sob a imediata fiscalização do diretor. Também em alguns colégios existiam alunos a quem o diretor incumbia da vigilância dos colegas. O Dr. Justiniano José da Rocha reprovava esse método, pois, segundo ele, podia prejudicar o sentimento de fraternidade e de afeição entre os colegiais; e ademais, o aluno-vigia perdia muito do tempo que devia ser reservado aos estudos, com a obrigação de vigiar os colegas[176].

Da mesma forma, para assegurar garantias de moralidade nos dormitórios, os internatos costumeiramente separavam os pensionistas por idade ou desenvolvimento físico (menores, médios, grandes), mantendo sempre iluminado e com a presença de empregados (censores), pessoas de "reconhecida moralidade", que repousavam juntamente com os internos. Em internatos confessionais católicos[177], as irmãs tomavam para si o encargo de vigiar o dormitório das meninas. Segundo o relatório da inspeção realizada pelo Dr. Abílio Cesar Borges, em 1956, no Colégio Nossa Senhora dos Anjos da Bahia, dirigido pelas Irmãs de Caridade, em cada um dos dormitórios do estabelecimento uma irmã dormia para velar pela moralidade das meninas e socorrê-las em qualquer necessidade.

As medidas preventivas no uso dos dormitórios faziam parte da cultura dos internatos brasileiros e eram também recomendadas nas teses médicas sobre a higiene dos colégios. Neste sentido, são elucidativas, entre outras, as recomendações do Dr. Balbino Candido da

---

[174] Consoante o Dr. João da Matta Machado, o mecanismo de vigilância dos internatos incluía a "espionagem mútua" que fazia germinar nos corações juvenis a desconfiança e a hipocrisia. MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p.8.

[175] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 458.

[176] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p.7.

[177] A exemplo do Colégio da Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, sob a direção das irmãs de caridade de São Vicente de Paulo. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 447.

Cunha, que defendia a separação dos internos em todos os espaços e tempos do internato a fim de evitar o grave inconveniente dos entretenimentos secretos e a comunicação mútua dos defeitos, vícios ou maus hábitos entre os pensionistas[178]. Por isso, segundo ele, era preciso que os alunos internos estivessem inteiramente separados segundo o grau de sua idade; que não se encontrassem "[...] nem nas refeições, nem nas recreações nem nas salas de estudo, e muito menos ainda nos dormitórios; é preciso que nas mesmas classes estejam separados, que saiam em tempos diferentes, e sobretudo que se achem absolutamente isolados dos discípulos externos [...]"[179]. Entretanto, essas recomendações, embora na prática tenham sido utilizadas nos colégios-internatos, não foram suficientes para impedir a prática pelos pensionistas de atos em desacordo com os padrões de moralidade da época, como tão efusivamente proclamado nas teses dos facultativos.

Nos exíguos prédios, originalmente construídos para servirem como colégios-internatos, a divisão e organização do espaço arquitetônico levava em conta a supervisão da movimentação dos colegiais. Os espaços do internato eram controlados pelas técnicas de distribuição dos internos em lugares fixos ou específicos, mas que ao mesmo tempo permitiam a circulação produtiva e controlada; uma dupla função do controle espacial: "sujeitos obedientes e úteis"[180].

Assim, a organização espacial do edifício-internato facilitava a execução da vigilância e do controle, pois tudo era disposto em um só prédio (dormitório, refeitório, instalações sanitárias, salões de aula, etc.), permitindo verificar a presença e a ausência. A esse respeito, o Cônego José Mendes de Paiva, diretor do Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, anunciava as facilidades de vigilância proporcionadas pela funcionalidade da arquitetura do prédio do colégio: "Um só Diretor, colocado em vigilância na extensa varanda que serve de comunicação a todas as salas, basta para inspecionar todas as classes ao mesmo tempo, e bem assim os lugares onde os alunos bebem água e as 18 latrinas de sistema aperfeiçoado [...]"[181].

---

[178] Também nesse sentido a preposição do Dr. José de Souza Pereira da Cruz Junior: "A comunicação entre meninos de idades diferentes deve ser, completamente, proibida, e, com capacidade, em as horas de recreio". CRUZ, José de Souza Pereira da Junior. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios (*Proposições*).* Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

[179] CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 25.

[180] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p.126.

[181] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municipios da provincia e a cidade de Santos para o ano de 1873*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 30º ano, 1873, p. 492.

Com o anúncio da adoção de medidas preventivas[182] como esta, ao menos os diretores julgavam proporcionar aos pais confiança na educação e cuidados dispensados pelo estabelecimento aos seus filhos e atrair novos interessados em matricular seus filhos no internato.

Além de garantirem uma constante vigilância sobre as condutas dos pensionistas, os diretores informavam que somente admitiam em seus estabelecimentos professores habilitados, morigerados[183], "os mais distintos da Corte". Na introdução do estatuto do Colégio Abílio estava determinado que a inspeção e vigilância dos alunos não seriam confiadas a censores vulgares sem critério e sem habilitações, mas a professores internos escolhidos pelo diretor[184]. Por sua vez, nos internatos femininos, era enfatizado que as meninas entregues aos cuidados do estabelecimento seriam merecedoras de cuidados especiais, tratadas com desvelo e "ternura maternal"[185]. Os internatos confessionais faziam questão de ressaltar a moralidade de seus professores e dos sacerdotes que cuidavam das práticas religiosas no estabelecimento.

A respeito dos castigos[186] eram empregados, entre outros, a repreensão verbal, a privação de recreio, privação de saída geral, a privação de uma das refeições diárias uma vez na semana, prisão na cafua e a expulsão[187] do estabelecimento do sujeito incorrigível. Quanto

---

[182] Os lemas do Colégio Queiroz eram: "evitar antes que corrigir", "persuadir mais pelos conselhos a praticar o bem que obrigar pelos castigos", "falar ao espírito, mas não castigar o corpo". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1877, p. 622.

[183] "Que tem bons costumes ou vida exemplar". MORIGERADO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 945.

[184] BORGES, Abílio Cesar. *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios alvitantes no ensino da mocidade*. Fragmentos de vários escriptos do Dr. Abílio Cesar Borges publicados no "Globo" em 1876. Rio de Janeiro: Bruxellas Typographia e Lithographia E. Guyot, 1880.

[185] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 7º ano, 1850, p. 246.

[186] Sobre os castigos nos colégios do século XIX: "Havia castigos que o espírito do século atual com razão reprova, porque eram humilhantes: tais eram chibatas e outros castigos corporais de que certos mestres abusavam horrivelmente. Hoje em dia a disciplina dos liceus e colégios está subordinada a regulamentos gerais que não podem ser transgredidos pelos diretores. As prisões, retenções, com encargos de tarefa, a privação da saída, o pão e água por alimentos, os temas copiados ou decorados tais são poucos ou mais ou menos os castigos; de modo que a chibata, a palmatória, o estar de joelhos, as orelhas de burro foram excluídos do código penitenciário dos nossos colégios". CASTIGOS. In: CAMPAGNE, E. M. *Dicionário universal de educação e ensino*. Útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de familia, aos professores, aos directores e directoras de colégios, aos alumnos que se preparam para exames, contendo o mais essencial da sabedoria humana [...]. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1873, p. 177.

[187] A expulsão no Colégio Menezes Vieira era aplicada por um júri composto de três alunos distintos e três professores, sob a presidência do diretor. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1877, p. 631. / No Colégio da Adolescência, os diretores eram auxiliados na parte disciplinar por uma "[...] comissão de cinco membros, respeitáveis chefes de família, que, a convite dos diretores, e sobre a iniciativa dos mesmos, se reúnem para julgar das faltas graves dos alunos e comunicar-lhes a pena adequada". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak*

aos castigos físicos, os colégios faziam questão de ressaltar que os alunos não seriam "envilecidos" pela sua utilização[188].

O Dr. Abílio Cesar Borges, diretor do Colégio Abílio, era um ardoroso defensor da extinção dos castigos físicos nas escolas. Em discurso[189] proferido em 1875, por ocasião da solenidade da distribuição de prêmios aos alunos do colégio, ele expressou o seu pensamento sobre a matéria, recordando da extinção dos castigos físicos que realizou quando dirigia o Ginásio Baiano, relatando que

> [...] desde que, há 18 anos, fundado na Bahia o Ginásio Baiano, hasteei bem alto o estandarte do novo ensino pelo amor e pelos estímulos da dignidade; desde que ali comecei então a cruzada, em que até hoje tenho fervorosamente persistido a favor da abolição dos castigos corporais nas escolas do meu país, estabeleci, como complemento necessário de outros meios de animação e emulação, as distribuições anuais de prêmios, onde, ao mesmo passo que fossem galardoados e aplaudidos na proporção de seus méritos os alunos briosos e aplicados, esquecidos e humilhados ficassem os negligentes e covardes, e tirassem estes da própria humilhação e esquecimento incentivos para mais esforço e mais aplicação no porvir.
> E os resultados felizes de tais medidas não se fizeram esperar por muito tempo.
> Em breve os alunos do Ginásio Baiano, onde nunca teve entrada da férula, sobrepujavam nos estudos, como nas perfeições morais, aos dos outros estabelecimentos regidos pelo despotismo da força bruta, onde para os meninos só havia os estimulantes do medo e das dores.[190]

Entretanto, apesar de vastamente criticada por alguns médicos, professores, diretores e autoridades da instrução, a pedagogia dos castigos físicos funcionou muito bem nos colégios

---

Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1875. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 32º ano, 1875, p. 590.

[188] Michelle Perrot, estudando o costume de bater na cultura escolar francesa, informa: "Nos meios burgueses, mais do que nos aristocráticos, as crianças já não apanham muito em casa. Aqui e ali, subsistem algumas varas e açoites de corda, mas cada vez mais reprovados. Perduram na escola e em certos liceus que pretendem impor uma disciplina militar. [...] Os internatos, em sua publicidade, chegam a especificar nos prospectos que excluem tais métodos. [...] Aumenta a distancia entre os estabelecimentos públicos e os religiosos, estes mais arcaicos em suas concepções pedagógicas, que se trate da higiene, quer da punição. Quanto à palmatória, os frades e os religiosos serão os últimos a abrir mão dela, pelo menos em relação às crianças das classes populares, como mostram inúmeras autobiografias". PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 145.

[189] Os discursos do Dr. Abílio Cesar Borges tinham uma grande circulação no Brasil, inclusive em jornais nas capitais das províncias seus pensamentos educativos eram publicados, sobretudo a propaganda pela extinção dos castigos físicos e aviltantes nas escolas brasileiras. Em Sergipe, o jornal *Correio Sergipense* publicava na íntegra esses discursos, julgando desse modo "[...] fazer um serviço importante à instrução pública desta província, e a seus dignos diretores [...]". DISCURSO QUE recitou o diretor do Ginasio Baiano por ocasião da solenidade da distribuição dos prêmios pelos respectivos alunos. 30 de novembro de 1855. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 1, 16 fev. 1859.

[190] BORGES, Abílio Cesar. *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios alvitantes no ensino da mocidade*. Fragmentos de vários escritos do Dr. Abílio Cesar Borges publicados no "Globo" em 1876. Rio de Janeiro: Bruxellas Typographia e Lithographia E. Guyot, 1880, p. 45

em todo o século XIX e em boa parte do século XX. Na interpretação de Gilberto Freyre, essa pedagogia tinha verdadeira feição sádica, podendo-se notar pelas várias formas e instrumentos "[...] de suplícios a que esteve sujeito o menino no Brasil em casa e no colégio: as várias espécies de palmatórias, a vara de marmelo, às vezes com alfinete na ponta, o cipó, o galho de goiabeira, o muxicão, o cachação, o puxavante de orelha, o beliscão simples, o beliscão de frade, o cascudo, o cocorote, a palmada [...]"[191]. Corroborando com essa afirmação, o Dr. João Matta Machado recorda que no seu tempo de aluno interno no Colégio Santo Antonio[192], na Corte Imperial, o diretor do estabelecimento, com sua fama de "proverbial severidade", utilizava como castigos os bolos de palmatória, prisões, jejuns e privações de recreio. Recorda ele que

> [...] uma vez contamos os bolos dados pelo diretor em um dia e a soma elevou-se no espantoso numero de 300! [...] As prisões, celulares, úmidas e imundas, quase sempre estavam ocupadas, e conforme a gravidade do crime os delinqüentes dormiam duas ou três noites seguidas naquelas horríveis espeluncas. Os jejuns eram castigos não menos comuns; dentre os alunos duas pequenas criaturas pálidas, anêmicas, porém, contudo insubordinadas, rebeldes a todo o ensino, eram as que maior número de vezes ficavam privadas do almoço ou jantar, uma delas chamava-se Santos e da outra apenas daremos a inicial R. Perdemos de vista estas duas míseras crianças, porém apostaríamos cem contra um, que se hoje ainda vivem, devem ter a constituição profundamente deteriorada; era raro o dia em que não fossem privadas de uma, às vezes de duas refeições; dizia o diretor que já não sentiam os bolos ou prisões, e com efeito nem os jejuns habituais puderam vencer a índole turbulenta, e a preguiça ou antes o desânimo daqueles infelizes meninos.[193]

A formação religiosa de meninos e meninas nos internatos consistia no ensino da doutrina católica e na preparação para a primeira comunhão e outras práticas recomendadas pela Igreja Católica. Nos internatos maiores, todos os domingos e dias de guarda, na capela do colégio, um padre celebrava o "Santo Sacrifício da Missa" com explicação dos Evangelhos. No cotidiano dos internatos, a reza à noite e ao levantar era prática costumeira, e nos pequenos internatos, os próprios diretores coadjuvados por seus familiares ensinavam as práticas religiosas aos internos.

---

[191] FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005, p. 556.

[192] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, 1867, p. 411.

[193] João da Matta Machado. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 57.

Nos internatos de freiras as internas, estimuladas que eram pelo ambiente de convento e pelas constantes repetições de práticas, interiorizavam com intensidade os ensinamentos e sentimentos religiosos. No retorno do internato para a família era possível perceber, nos costumes da menina, os resultados da estada com as religiosas. Segundo Sanches de Frias,

> [...] logo no primeiro dia, pergunta se todas as pessoas da casa já se confessaram, e indaga da missa matinal; distribui bentinhos e relíquias de santos, pelas criadas; dá rosários às suas amigas de infância: tem orações muito prolongadas; suspira pelas horas do côro, pelas rezas em comum; declara possuir a fita das irmãs do Sagrado Coração e das Filhas de Maria, ter obtido indulgências; fala muito da madre superiora; lastima que a mandassem buscar tão cedo; tem grandes desejos de voltar, e chora algumas vezes; o que os pais acham muito natural, e... nós também.
> [...]
> Se o colégio não fizer de cada aluna uma freira, tem ao menos a segurança de haver criado um adepto, um amigo dedicado, que de futuro lhe há de entregar os seus filhos, ou combater pela causa, em que a milícia de Roma se empenha.[194]

Quando nos anos de 1865 e 1866 o casal Luis Agassiz e Elisabeth Cary Agassiz esteve visitando o Brasil causou-lhe má impressão a educação reservada ao sexo feminino: "Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação da mulher; o nível da instrução dada nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; [...]. Habitualmente, porém, salvo uma ou duas matérias bem estudadas, o francês e a música, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade disso se ressente"[195].

A instrução ministrada às meninas nos colégios correspondia aos papéis de esposa e mãe a que estavam relegadas as mulheres na sociedade brasileira do século XIX, e os estudos se pautavam segundo a vontade das famílias. Assim, a instrução intelectual delas consistia no ensino primário, costumeiramente classificado em "primeiras letras". Esses conteúdos podiam ser divididos em três classes: na primeira era ensinada leitura, escrita, doutrina cristã e primeiras operações de aritmética; na segunda classe, gramática portuguesa, caligrafia, desenho, ortografia e, na terceira, análise gramatical e lógica, elementos de civilidade e princípios de moral e as "belas artes". Em alguns colégios também eram oferecidas disciplinas do ensino secundário, mas sem possibilidade de progressão nos estudos superiores.

---

[194] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p.70 e 95.

[195] AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil* – 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 435.

O quadro a seguir apresenta uma relação de disciplinas ou matérias indicadas nos programas de internatos femininos da Corte Imperial.

Primeiras Letras	Ciências	Línguas	Belas Artes
Leitura	História, Mitologia	Português	Dança, Música, Canto, Solfejo
Caligrafia	História Natural	Francês	Piano, Harpa, Harmônio
Aritmética	Cronologia	Inglês	Desenho, Pintura
Gramática	Geografia, Cosmografia	Alemão	
Religião	Astronomia, Física	Italiano	
Literatura	Botânica		

Quadro 8 – Disciplinas dos programas de Colégios de Meninas – Corte Imperial do Rio de Janeiro
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1848 a 1888.

O ensino de línguas, como apresentado nesse quadro, tinha especial destaque nos colégios de meninas, inclusive com a presença de professoras estrangeiras que exercitavam as alunas nos respectivos idiomas. Observando essa predominância do ensino de línguas estrangeiras[196] nos colégios femininos, principalmente o francês e o inglês, na inspeção que realizou nos colégios particulares do Rio de Janeiro, em 1850, o Dr. Justiniano José da Rocha registrou sua reprovação:

> Foi-me doloroso ver que ainda mesmo nos melhores colégios o estudo das línguas estrangeiras (francesa e inglesa) merecia mais cuidado do que o da língua e da literatura nacional. Em alguns ostenta-se como grande vantagem o falarem francês e inglês os alunos, posposta à língua nacional, que, em vez de purificar-se, enriquecer-se da primogênita latina, vai-se adulterando esquecida, desdenhada.[197]

No entanto, em 1871, a diretora do Colégio Brasileiro garantia aos pais que o aprendizado dos idiomas seria realizado sem ter "[...] em menor conta a instrução esmerada da

[196] Quando o missionário metodista norte-americano James Cooley Fletcher esteve no Brasil, entre os anos de 1851 e 1865, notou: "A língua portuguesa é a falada em todo o Brasil. Não é um dialeto do espanhol, porém uma língua distinta: como disse Vieyra, é a filha mais velha do latim. O português e o francês são as línguas da Corte. Um sexto da população das cidades mais importantes fala francês. Os que conhecem as línguas francesa, italiana ou espanhola facilmente aprenderão o português. O inglês é falado em todas as escolas mais adiantadas, e é grato aos americanos saber que, na capital, e em outras cidades importantes, os *Class Readers* de George S. Hillard, Esq., (autor de *Six Months in Italy*), são adotados nas aulas". FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 181.

[197] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851., p.9.

língua portuguesa e o aperfeiçoamento dos costumes das alunas"[198]. Além do ensino de línguas, o tempo que as meninas passavam no internato era utilizado para "ornar o espírito" com a transmissão de princípios de civilidade e polidez das maneiras, objetivando a formação de uma senhora afável, amável, delicada; de modos simples, despretensioso e desafetado. A este respeito, as irmãs de caridade do Colégio da Imaculada Conceição[199] informavam às famílias:

> As professoras que nada omitem para **incutir em suas alunas o porte lhano**, as **maneiras polidas e delicadas** que distinguem as pessoas bem educadas, empregam também particular cuidado, em lhes infundir esse **espírito de ordem e arranjo** tão necessário a uma jovem, seja qual for o lugar que tenha de ocupar na sociedade.
> O **estudo do caráter das educandas é objeto de uma atenção mui particular**, e trabalhando-se em **ornar e cultivar seu espírito**, procurar-se-á ao mesmo tempo **formar seu coração**, **regular seu pensar**, e **dirigir para o bem todas as suas inclinações**.[200] (grifo nosso)

A fim de cumprir esse desiderato, os internatos femininos recorriam ainda ao ensinamento de um conjunto de conteúdos[201], muitos deles de influência estrangeira, denominados de "belas artes"[202] ou artes de "recreio" – desenho, piano, harpa, pintura, música[203], dança[204], canto[205] , solfejo –, e aos trabalhos manuais (prendas domésticas)

---

[198] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 432. (Colégio Brasileiro 1871: 432 a433)

[199] O Dr. João da Matta Machado fazia duras críticas aos colégios dirigidos pelas irmãs de caridade da Congregação de São Vicente de Paula: "[...] As irmãs de caridade, fonte integrante da Congregação de S. Vicente, encarregam-se, sob a direção dos lazaristas, da educação das meninas, que é não menos importante para a sociedade; todos os defeitos acima apontados, inerentes à educação clerical; todos os inconvenientes que discutimos se dão igualmente em relação aos colégios das irmãs de caridade, acrescentando que, sendo a mulher em geral mais impressionável, os seus efeitos perniciosos são ainda mais acentuados. Acusações vagas e mal definidas, autorizadas por fatos isolados, são lançados aos colégios regidos pelas irmãs de caridade em relação à moralidade das educandas; sem nos querermos tornar eco de calúnias ou exagerações, faremos notar os sérios inconvenientes da convivência íntima, no interior do colégio de meninas, de padres moços, voltados aos rigores de um celibato obrigatório". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 8.

[200] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 434.

[201] Com a inculcação desses conteúdos, os internatos femininos contribuíram para o afrancesamento da educação das meninas brasileiras, das típicas "senhoras afrancesadas" ou "senhoras de sobrados", afeitas ao romance, piano, dança, teatro, tal como descritas por Gilberto Freyre.

[202] Esses conteúdos adentraram o século XX e continuaram fazendo parte da instrução feminina nos colégios femininos.

[203] Os médicos recomendavam a música como atividade da educação física: "A música é uma distração na solidão; ela desperta os bons sentimentos, dando suaves emoções à alma, e é uma ocupação que deleita, e evita as consequências da ociosidade [...]". COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p. 8.

"próprios de uma senhora", ou seja, costura, bordados, crochê, tapeçaria, flores de diversas qualidades, trabalhos de cera, de miçanga, de couro, entre outras[206]. Essas atividades visavam à preparação das meninas para futuras esposas e mães, como também eram entendidas como educação física, capazes de manter a saúde e aperfeiçoar o corpo.

No Colégio Suíço-Brasileiro[207], dirigido pelas Sras. Lutz, com intuito de dar uma "recreação benéfica aos estudos sérios", foram introduzidos também os exercícios calistênicos e ginásticos. Igualmente, nas províncias, internatos femininos procuravam, diante das possibilidades do estabelecimento e do público atendido, oferecer essas atividades às alunas internas, como conteúdos extraordinários.

Em 1852, na cidade de São Cristóvão, capital da Província de Sergipe, um estabelecimento de educação feminina prometia às famílias que as pensionistas aprenderiam prendas domésticas, que caracterizavam uma educação delicada e curiosa, e também aprenderiam música e dança segundo exigissem seus progenitores, ou correspondentes[208]. Na mesma província, agora na cidade de Laranjeiras, as diretoras do Colégio Inglês[209] ofereciam às ricas famílias da região uma educação das meninas e moças mesclada com a prática do piano, desenho, pintura e aquarela a óleo e sobre espelhos, bordados de todas as qualidades, flores artificiais, entre outras prendas.

Dentre essas "artes de recreio" oferecidas em tradicionais internatos da Corte e das províncias, o aprendizado do piano, sobretudo de influência francesa[210], teve especial

---

[204] Como a recomendação de Locke: "Como el baile me parece el mejor remedio de dar a los niños confianza y corrección, u de estimular-los a buscar la sociedad de las personas mayores, creo que hay que enseñarles a bailar lo antes posible". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986, p. 93. / Recomendação repetida pelos facultativos brasileiros: "A dança é uma combinação metódica, regular, cadenciada ou caprichosa da carreira e do salto. [...] Nos colégios em que se recebem pensionistas de um ou de outro sexo, não de incontestável vantagem os cursos de dança, que devem funcionar durante o dia em vastos salões perfeitamente arejados e claros: nestas condições a dança torna-se um passatempo agradável e um excelente exercício ginástico, principalmente para os que começam; alem disto é incontestável que a dança comunica aos movimentos naturais certa distinção e elegância, dando-lhe ao mesmo tempo precisão e ligeireza". MACHADO, op. cit, p. 52.

[205] O canto como atividade da educação física: "O canto exige esforços muito mais consideráveis, algumas vezes até o seu mecanismo aproxima-se ao do esforço. É um exercício muito enérgico que rapidamente fatiga, principalmente aos que começam a aprender a arte [...]". Ibid., p. 53.

[206] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 434.

[207] SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1884.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 41º ano, 1884, p. 1260.

[208] ANÚNCIO. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 28 abr. 1852.

[209] *ESTATUTO DO Colégio Inglês. O Horizonte.* Laranjeiras, *p. 4, 24 dez. 1885.*

[210] Na França a moda do piano "[...] inicia-se em 1815; o pundonor trabalha a seu favor, depois que a harpa, o violoncelo e o violão começaram a parecer indecentes. Durante a Monarquia de Julho, o piano expande-se pela pequena burguesia; em seguida, democratiza-se. Começa inclusive a tornar-se um pouco vulgar a partir de 1870: começa então o seu relativo declínio". CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 454.

destaque na educação das meninas de famílias de posse. Nos colégios, as senhorinhas aprendiam a arte de executar ao piano[211] as canções italianas e francesas[212] que depois executavam nos eventos[213] sociais para o orgulho dos pais. Restava aos mestres de piano a árdua tarefa de cumprir as exigências e as constantes interferências da família no quase sempre dificultoso aprendizado da arte de tocar piano.

> Ainda não há muito que um dos nossos melhores, mais habilitados e conscienciosos mestres de piano, nos dizia, em conversa, em resposta às nossas interrogações, sobre o adinatamento das alunas:
> – Ah! meu amigo! A missão de ensinar pode ser muito bonita, em teoria, mas, na prática, faz-nos criar cabelos brancos, e ter inveja do alvião, que não podemos manejar.
> O que quer que eu lhe diga? Das alunas, que tenho, poucas, muito poucas chegarão a conseguir o desempenho de quatro coisas, com limpeza, porque as famílias, salvas a honrosas exceções, se opõem a isso.
> Eu aconselho escalas, estudam-se harmonias; prescrevo exercícios, a mãe ordena uma polka; recomendo um trecho clássico, o pai não gosta, e requer mudança; ordeno uma coisa séria, a tia troca-a por outra burlesca, por ser mais agradável ao ouvido e às visitas, que assistiram ao chá da noite.
> Além disso, o estudo, mau como é, não segue um curso regular: um defluxo, uma festa, um passeio, os nervos da menina, a enxaqueca ou reumatismo de um membro da familia e mil futilidades – são pretextos para largas interrupções.
> [...]
> O que aí fica dito pelo nosso pianista é uma triste verdade, que até nos colégios se manifesta, posto que menos diretamente.[214]

---

[211] Estrangeiros que visitaram o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, observaram e registraram a moda do piano: "Pianos, vêem-se abundantemente em cada rua, e ambos os sexos se tornam seus executantes consumados". FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 181.

[212] Sobre a substituição, nas casas de gente mais fina, do violão pelo piano inglês, da modinha pela música italiana ou francesa, consultar Gilberto Freyre. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003. p. 151 e 518.

[213] José da Silva Paranhos (1819-1880), Visconde do Rio Branco, descreve em 1851, apresentações músicais nos colégios de meninas (Colégio da Baronesa de Geslin e no Colégio Hitchings) na Corte do Rio de Janeiro: "No dia 14 do corrente houve no colégio de Mme. de Geslin uma dessas reuniões a que os parisienses chamam *matinée musicale*. Depois dos exames públicos nos quais as discípulas mostraram bastante adiantamento, cantaram as alunas do Sr. Amat vários romances da composição do mesmo senhor, e os cantaram de modo tal que bem patentes tornaram os progressos que têm feito sob a direção de tão distinto mestre. O Sr. Amat cantou também um duetino com Mme. de Geslin e uma melodia de sua composição, intitulada *Maria*, que lhe valeu os aplausos da brilhante reunião que concorreu a esta solenidade.
Na noite de 16, uma brilhante sociedade tinha dado *rendez-vous* no colégio de Mrs. Hitchings, dirigido hoje por Mme. Lima e Miss Freeman: eram os adeuses das alunas do estabelecimento, ao menos por alguns dias. Ali encontrei também o Sr. Amat, campeão dos salões musicais, à testa das suas discípulas. Merece menção honrosa a maneira com que foram executadas as variações de *Ana Bolena* e a do *Elixir d'Amore*, ambas muito difíceis. O Sr. Amat cantou com aquele gosto apurado que todos lhe conhecem. Acabado o dueto principiou a dança geral, que durou até às 2 horas da manhã". PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 481.

[214] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p. 64.

Muitos internatos da Corte ofereciam o aprendizado do piano como "arte de recreio", o que correspondia a um pagamento extraordinário. Provavelmente, esse estudo do piano, na maior parte dos casos, permitia à menina ou à moça não mais do que recreação e condições para execuções simples. Essa instrução artística rudimentar era criticada por aqueles que exigiam uma educação feminina mais substancial.

> [...] sem educação artística para compreender nem executar um trecho musical de Chopin, de Litz, de Ravina, limitando-se a um repertório de polkas, valsas, quadrilhas, criadas pelo espírito *provinciano,* tanto mais incapaz de constituir uma escola, quanto de inspirar uma norma proveitosa de aprendizagem.[215].

Entretanto, a arte de tocar piano, mesmo que na maioria dos casos o ensino se restringisse a execuções simples, indicava uma educação refinada e figurava como um "dote estético" nas estratégias matrimoniais das famílias abastadas[216]. Assim, a presença de um piano nos sobrados senhoriais tornou-se uma distinção social dos segmentos ricos da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX[217]. Enfim, o piano era uma "mercadoria-fetiche" dessa fase da história econômica e cultural do Brasil.

> De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório – as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada –, o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar.[218]

Era comum no século XIX e início do século XX empresas comerciais da corte e das províncias anunciarem nos *reclames* dos jornais a venda dos tradicionais pianos[219], nacionais

---

[215] A EDUCAÇÃO da mulher. *O Horizonte*, p. 2, 27 mar. 1888.

[216] Sobre os usos do piano na educação francesa consultar: CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

[217] FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 313.

[218] ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.47.

[219] Os jornais anunciavam também os consertadores de piano e as aulas de professores particulares. "Pianos. C. Scheler, afinador e consertador de pianos em principais fábricas de Alemanha e França, estabelecido em casa de pianos, na Bahia, oferece seus préstimos ao respeitável público desta capital e arredores, para afinações e concertos de pianos por mais estragados que estiverem, garantindo prontidão e perfeição em todos seus trabalhos.". PIANOS. *A Liberdade*. Aracaju, p. 4, 24 dez. 1873. / "Piano e canto. Augusta da Silveira leciona piano e canto, para o que tem as necessárias habilitações. As pessoas que se quiserem utilizar de seus serviços

e importados, aos quais as meninas iriam treinar e exibir seus dotes musicais aprendidos durante a estada nos internatos ou com professores particulares.

COLLARD & COLLARD.

PIANOS LEGITIMOS

DE

MEIO ARMARIO E DE MESA,

JOHN BROADWOOD & SONS

PIANOS DE CONCERTO, DE CAUDA E MEIA CAUDA.

145 RUA DA QUITANDA 145.

J. H. Zimmermann tem sempre um escolhido sortimento dos pianos acima mencionados, recebe-os directamente dos fabricantes, e vende-os muito baratos, afiançando a sua legitimidade.

Figura 17 – Anúncio de loja de piano no Almanak Laemmert (1856)
Fonte: LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...], 1856, p. 560.[220]

O quadro seguinte apresenta uma amostra das matrículas na Instrução Primária e Secundária, com especificação das matrículas por disciplinas, em nove colégios femininos da cidade do Rio de Janeiro. Observa-se no quadro a seguir a superioridade das matrículas no ensino primário, comparadas ao ensino secundário, e as disciplinas ou aulas desse ramo de ensino em que eram matriculadas as moças. No caso do ensino de idiomas, o predomínio era do ensino do francês, seguido do inglês. Das "artes de recreio", o ensino do piano foi a aula que recebeu, no geral, o maior número de matrículas, tendo alcançado no Colégio da Imaculada Conceição o total de 191 matriculas das 245 alunas matrículadas no estabelecimento.

dirijam-se à rua de Maruim, casa que faz esquina com a de Pacatuba, que ali acharam com quem contratar". PIANO E canto. *O Horizonte*, Laranjeiras, p. 4, 17 mar. 1883.

[220] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856, p. 560.

Colégios Femininos →	Imaculada Conceição	Santa Cândida	Madame Toulois	Madmoisele Mounier	Hitchings	Madame Taniere	Madame Leuzinger	Madame Grivet	Madame Tootal
Total de Alunos	245	181	98	97	89	73	65	34	25
Instrução Primária	245	181	32	33	48	71	33	17	9
Instrução Secundária	138	10	66	70	22	57	52	34	17
Francês	138	10	66	30	32	57	52	34	17
Inglês	30		66		32	27	7		12
Alemão	1					3	10		8
Italiano	-		10						
Cosmografia	17		24				10		
Geografia	80		66	78	32	35	32	14	16
História Geral	113		24		32	35	33		12
Mitologia	-		24				10		8
Cronologia	-								
Geografia do Brasil	-			12					
História do Brasil	-			12			33		16
Retórica e poética	-						10		
Aritmética	-		66	25			6		
Geometria	-								
H. Natural	12						6		
Desenho	20	2	25		18	13	12		8
Pintura	-	-	-	-	-				
Música vocal	7	16	12		39	11	23		3
Piano ou harpa	191	32	66	15	68	63	41	10	16
Dança	-	13	30		15	21	12	13	5

Quadro 9 – Matrículas na Instrução Primária e Secundária – Colégios Femininos do Município da Corte (1865)
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, 1865.[221]

A instrução intelectual dos meninos, sem descurar da educação moral e religiosa, consistia nos cursos primário e secundário. Geralmente, na prática cotidiana dos colégios, esses dois níveis de ensino eram divididos em três seções. A primeira era dedicada à instrução primária (elementar e superior) de meninos até 10 anos de idade; a segunda era reservada aos meninos de 10 a 15 anos, consistindo na continuação da instrução primária superior e no

[221] SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1865. In: LIMA, Pedro de Araújo. (Marquês de Olinda). *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866..

curso preparatório geral (ensino secundário); e, finalmente, preparatórios específicos (ensino secundário) para os aspirantes à matrícula nos cursos superiores.

No curso primário, os meninos aprendiam a ler, escrever, contar, doutrina cristã e civilidade; gramática da língua portuguesa, análise gramatical dos clássicos, princípios de moral, religião, história e topografia do Brasil, resumo de história universal, sagrada e profana, elementos de geografia, caligrafia, exercícios de memória, dissertações e discursos escritos sobre assuntos do ensino e declamação, tanto em prosa como em verso.

As disciplinas do ensino secundário constantes dos programas dos colégios de meninos eram os estudos de línguas (Português, Inglês, Latim, Grego, Francês, Alemão, Italiano, Espanhol), História, Geografia, Filosofia, Poética, Retórica, Álgebra, Aritmética, Geometria e Doutrina Cristã. O estudo dos idiomas estrangeiros abrangia a gramática, leitura, tradução, composição, análise de clássicos e conversação[222] das línguas vivas. As "belas artes" eram desenho, música[223], dança[224], canto, ginástica, esgrima, natação e passeios[225].

Na prática, o curso secundário quase sempre se restringia ao ensino das matérias preparatórias para os exames de ingresso nas Faculdades do Império e podiam ser cursadas parcialmente, ou no todo, segundo os interesses das famílias dos alunos. Esse modelo de

---

[222] Os alunos internos e meio-pensionistas em alguns colégios eram obrigados a falar as línguas francesa e inglesa. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1867, p. 416.

[223] É elucidativo o testemunho do Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães sobre a introdução da música vocal no Colégio Marinho da Corte: "Foi Monsenhor Marinho quem abjurando, como é notório, a mais brilhante posição política e social, despertou com a fundação de seu colégio em 1849 o zelo no governo, o interesse nos pais, a emulação nos colégios e o desejo nos jovens, por um dos mais importantes elementos de felicidade e grandeza das nações. [...] Pois bem este homem [...] aplicava grande empenho na manutenção de uma aula de música vocal bem dirigida, e na qual ele mesmo tomava parte para encorajar seus discípulos e para dissipar de seus espíritos os ridículos prejuízos contra as artes. E nem só particularmente o fazia, mas publicamente quando na Igreja de SS., de que era digno pároco, entoava com seus discípulos os cânticos das solenidades aí praticadas". GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, p.46.

[224] A utilidade da dança na descrição do Visconde do Rio Branco: "Que os bailes são utilíssimos à indústria, dizem-no e o provam com os seus borradores os feudatários do mundo elegante; mas eles também pulem os costumes, e preparam, pelo exemplo, a elevação das sociedades deserdadas, concorrendo assim para a civilização popular, como eu a entendo. Há mesmo quem pretenda que a educação das mulheres não se pode operar sem os bailes; que as mulheres criam-se no salão, como o general no campo da batalha, como o homem de ciência no gabinete, como o homem de Estado nos escritórios de jornal e nas discussões da tribuna". PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 351.

[225] Os passeios higiênicos eram amplamente recomendados nas teses médicas sobre a higiene dos colégios e a educação física dos meninos: "Os passeios, outra espécie de exercício não menos útil, consistem em pequena digressão pelas ruas da cidade em alguns domingos, formados os alunos em ordem militar; é justo, porém, dizer que os pensionistas do Colégio Vitório em todos os domingos e dias santificados, fazem extensos passeios pelos arrabaldes e passam quase todo o dia fora do estabelecimento, o que necessariamente proporciona grandes vantagens aos alunos desse importante colégio, mesmo porque as más condições higiênicas da localidade em que se acha colocado, torna indispensável, que ao menos se conceda aos pensionistas, uma vez por semana, respirar o grande ar". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 81.

ensino secundário, na crítica do Dr. Justiniano José da Rocha, era um inconveniente de tristes consequências e ainda mais se agravava quando "[...] os pais dos alunos, iludidos por deplorável erro, não pedem aos diretores de colégio que ensinem a seus filhos, mas simplesmente que os habilitem no menor prazo possível, e com o menor incômodo deles pais e de seus filhos, para os exames de preparatórios das nossas aulas superiores"[226]. Esta situação também foi verificada pelo Dr. João da Matta Machado, para quem o modelo correspondia a uma dupla ambição: a dos pais em ver seus filhos rapidamente matriculados nos cursos superiores e a dos diretores em enviar relatórios no fim do ano com o maior número possível de alunos formados à Instrução Pública. Ainda segundo Dr. Machado, o resultado desta "dupla ambição" era o de serem os meninos sobrecarregados de trabalho, oprimidos pelo estudo excessivo que causava graves consequências à saúde deles, já deteriorada pelas condições anti-higiênicas dos internatos[227].

Colégios Masculinos →	**Vitório**	**Marinho**	**Pinheiro**	**S. P. de Alcântara**	**Ateneu Fluminense**	**Santo Antônio**	**Santa Cruz**	**S. Salvador**
Total de Alunos	355	330	305	257	220	169	140	84
Instrução Primária	222	115	305	110	121	124	100	84
Instrução Secundária	133	247	97	147	167	96	40	71
Francês	92	146	33	125	130	94	40	57
Inglês	48	58	3	45	48	30	16	18
Latim	51	111	20	73	137	74	36	69
Geografia geral	48	30	9	104	98	46	15	36
História geral	15	25	---	9	7	7	3	8
Retórica e poética	---	4	---	8	1	---	---	---
Filosofia	6	24	---	12	6	---	---	---
Aritmética	---	81	42	15	14	---	---	---
Álgebra	---	12	---	8	12	---	---	---
Geometria	---	24	---	20	9	---	---	---
Matemática	36	---	---	---	---	3	30	14
Desenho	11	---	---	12	4	12	---	13
Música vocal	8	---	---	17	11	22	---	10
Piano	---	---	---	84	51	---	4	8
Dança	---	---	---	9	---	---	---	---

[226] ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851., p.3.

[227] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 87.

Ginástica	---	---	---	122	51	22	---	31
Esgrima	---	---	---	---	---	---	---	---
Natação	---	---	---	147	---	---	---	---

Quadro 10 – Matrículas na Instrução Primária e Secundária – Colégios Masculinos do Município da Corte (1865)
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte [...], 1865.[228]

Como visto, os diretores dos colégios-internatos da Corte foram severamente criticados[229] nas teses médicas por não conhecerem e/ou não adotarem a educação física em seus estabelecimentos. Todavia, os anúncios dos colégios demonstram que a educação do corpo, denominada de "artes de recreio" ou "belas artes", ao menos era prevista nos programas de muitos colégios masculinos e femininos. Os relatórios da Instrução Pública do Município da Corte apresentam números de matrículas em atividades como dança, ginástica, natação e esgrima, muitas vezes ministradas por militares, fazendo parte da cultura de colégios no Rio de Janeiro, durante o século XIX. Em 1871, no Colégio Abílio, o professor José Leandro Filgueiras ministrava música e dança; no Colégio Vitório, o capitão Paulino Francisco Paes Barreto instruía os meninos na prática da ginástica, e o capitão Ataliba Manoel Fernandes ensinava dança e ginástica. No Colégio Pinheiro, a ginástica[230] estava a cargo do tenente Dyonisio Frederico Korf, e a dança seguia os ensinamentos do professor Manoel Antonio Piacentini. No Liceu Botafogo, o capitão Ataliba Manoel Fernandes ensinava esgrima e dança[231].

---

[228] SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1865. In: LIMA, Pedro de Araújo. (Marquês de Olinda). *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

[229] "Destas rápidas considerações se conclui que os ginásios são de imprescindível necessidade nos estabelecimentos de educação destinados aos meninos de um e de outro sexo; com efeito em nenhuma idade da vida a ginástica é tão necessária como na segunda infância, principalmente para estes infelizes reclusos, que passam as longas horas do dia enclausurados nas salas de estudo ou aulas, respirando um ar mais ou menos viciado[...]. Infelizmente nos colégios brasileiros a ginástica é completamente desprezada; [...]". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 55.

[230] No Colégio de Pedro II, o inspetor geral da Instrução relatava que no ano de 1858 "[...] começou a funcionar com a possível regularidade o ginásio do internato. Com pequena despesa se acha provido de um pórtico regular com vários aparelhos suplementares que permitem a maior parte dos exercícios da ginástica prática de Napoleon Laisné, ensinados pelo alferes Pedro Guilherme Mayer, que serve com muito louvável zelo no impedimento do professor, licenciado por motivo de moléstia. Tive a satisfação de assistir a alguns desses exercícios, notando em geral bastante progresso nos alunos". CÂMARA, Euzébio de Queiroz Mattoso Coutinho. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 2 de maio de 1858. (Anexo). In: MACEDO, Sergio Teixeira de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 18.

[231]

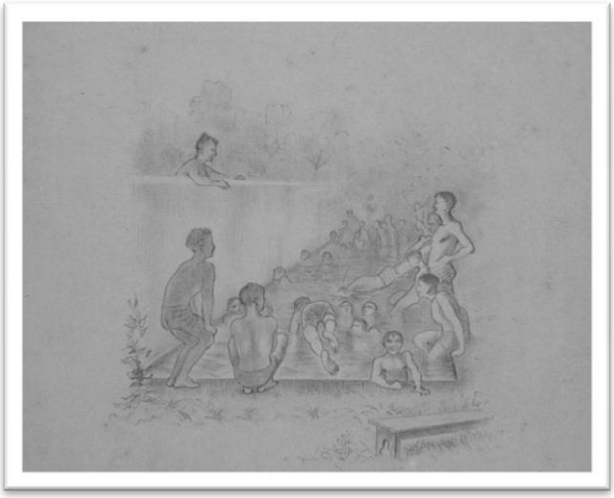


Figura 18 – Ilustração da prática da natação no internato do Colégio Abílio da Corte
Fonte: POMPÉIA, Raul. *Desenhos para a obra "O Ateneu"*[originais].

No quadro seguinte é possível observar as matérias do ensino secundário ministradas em colégios particulares masculinos e femininos e no Colégio Pedro II, o único estabelecimento público de ensino secundário na Corte, e as respectivas matrículas no ano de 1872. As matérias com maior número de matrículas nos colégios masculinos particulares eram justamente aquelas exigidas nos exames preparatórios dos cursos superiores. Nessas matérias, a exemplo do latim, as matrículas nos colégios femininos eram irrisórias ou inexistentes, pois o ensino superior não era permitido às mulheres. Nas "artes de recreio" ou "belas artes", enquanto nos colégios masculinos destacavam-se as matrículas na ginástica e natação, nos femininos eram o desenho, músicas vocal e instrumental e a dança.

Matérias	**Sexo masculino**		**Sexo feminino**
	Público[232]	**Particular**	**Particular**
Português	268	4.066	2.583
Francês	241	1.381	977
Inglês	83	701	198
Alemão	16	88	45
Italiano	---	---	7
Latim	241	751	7
Grego	43	4	---
Gramática filosófica	---	477	127
Cosmografia	12	467	180
Geografia geral	268	860	638
História Geral	110	372	40

[232] Colégio Pedro II.

Mitologia	---	114	108
Corografia do Brasil	12	309	157
História do Brasil	12	235	582
Retórica e poética	13	53	34
Literatura brasileira e portuguesa	25	222	251
Filosofia	32	246	2
Aritmética	268	1.585	1.244
Álgebra	109	276	---
Geometria	58	264	8
Trigonometria	18	18	---
Física e química	31	14	---
História natural	69	39	40
Higiene e economia doméstica	---	294	97
Desenho	351	198	152
Música vocal	351	231	170
Música instrumental	---	289	744
Dança	---	64	183
Ginástica	351	509	108
Natação	---	206	6
Esgrima	---	11	---

Quadro 11 – Matrículas na Instrução Secundária, por matéria, nos estabelecimentos públicos e particulares do Município da Corte (1872)
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte [...], 1872.[233]

Também sobre a prática da educação física nos internatos, em Salvador, ainda em 1859, o diretor do Colégio S. João propalava que havia contratado na Europa o professor Fredriche Zundler para ministrar exercícios ginásticos "[...] para o desenvolvimento físico dos alunos, tornando-os mais fortes e robustos, e assim poderem realizar a bem conhecida máxima: *Mens sana in corpore sano.*"[234]. Também em Salvador, no programa do Ginásio Baiano[235], fundado em 1858 pelo Dr. Abílio César Borges, constava a prática da ginástica[236]. Em 1879, o Colégio Parthenon Sergipense[237], estabelecido em Aracaju, oferecia classes extraordinárias de ginástica. No Rio de Janeiro, o Liceu Roosmalen anunciava a existência em suas estalações de uma escola de ginástica "[...] estabelecida pelos cuidados e sobre a planta

[233] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.
[234] Bahia. Colégio S. João. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 4, 2 mar. 1859.
[235] Ginásio Baiano. Programa. *Correio Sergipense*. Aracaju, p.4, 17 fev. 1858.
[236] Em 1871 no Colégio Abílio da Corte todos os alunos praticavam a ginástica. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.
[237] Colégio Parthenon Sergipense. *Sergipe*. Aracaju, p. 4, 31 jan. 1882.

de Mr. Roosmalen Filho, um dos melhores discípulos do célebre Amoros[238], ex-diretor de todos os ginásios da França"[239].

O Dr. Menezes Vieira, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, anunciava a existência em seu colégio do ensino das instruções primária e secundária pelos melhores métodos adotados nos Estados Unidos, na Alemanha e na França. Esse estabelecimento contava, inclusive, com um ginásio para a prática dos exercícios físicos, conforme ilustrado na figura em sequência.

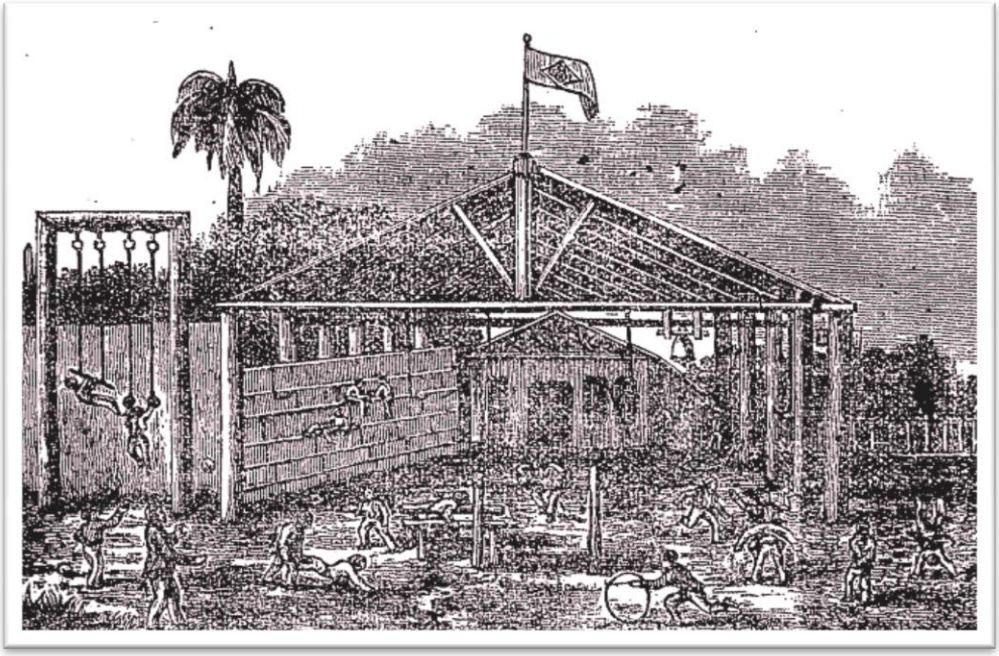


Figura 19 – Ginásio do "Colégio de Meninos" Menezes Vieira – Rio de Janeiro (1879)
Fonte: CARDOSO, José Antônio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte* [...], 1879, p. 594.[240]

Alguns diretores de "Colégios de Meninos", com o fito de aumentar as matrículas em seus estabelecimentos, usavam como estratégia a divulgação em jornais, almanaques e

[238] Francisco Amorós y Ondeano (Valência, 1770 – Paris, 1848) foi um professor e militar espanhol, naturalizado francês. Iniciou seu trabalho na Espanha, e em 1814, desenvolveu suas ideias a respeito dos exercícios ginásticos. Seu trabalho consolidou-se na França, no século XIX, na Escola de Ginástica Francesa. SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da Educação no Corpo* – estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX. Campinas: UNICAMP, 1996 (Tese Doutorado).
[239] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856, p. 405.
[240] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 36º ano, 1879, p. 594.

prospectos dos resultados[241] alcançados pelos alunos nos exames preparatórios das Faculdades do Império[242], de ingresso no Colégio de Pedro II e nos exames anuais da Instrução Pública[243]. A esse respeito, o Colégio Santo Agostinho[244] anunciava que o estabelecimento obtivera brilhantes resultados nos exames gerais de preparatórios, sendo que no período de 1868 a 1872, o colégio conseguira a aprovação de mais de noventa por cento dos seus alunos.

Outros colégios, a exemplo do Colégio Vitório, recebiam o reconhecimento público por terem preparado, com êxito, alunos para o ingresso nas Faculdades do Império.

> Tivemos esta semana o doutoramento médico anual. Nada menos de 33 jovens receberam carta branca para dispor de nossas vidas. Ouço dizer, porém, que há entre eles alguns moços de esperanças, e um ou dois de grande talento. Deus os fade bem, e lhes faça conhecer a necessidade de espalharem-se pelos nossos campos. Aglomeram-se na Corte ou nas grandes cidades do Império, com grave prejuízo seu e da humanidade.
> **Destes 33 discípulos de Hipócrates, 20 foram alunos do Colégio Vitório. Noto de há muito que em nossas academias aparece sempre grande número de jovens saídos daquele colégio, onde a disciplina é um pouco rigorosa, mas onde as matérias são ensinadas com método e acerto**.[245] (grifo nosso)

Por outro lado, o diretor do Colégio Ateneu Fluminense, além de divulgar os resultados desses exames, garantia aos pais, "salvo falta de inteligência ou rebeldia para estudar", preparar os analfabetos em leitura, escrita e com as quatro operações de aritmética,

---

[241] Em Aracaju o Colégio Parthenon costumeiramente publicava nos jornais os resultados alcançados pelos alunos do estabelecimento: "Em três anos de exercício os exames públicos feitos pelos alunos deste estabelecimento deram o seguinte resultado: aprovados com distinção 22, aprovados plenamente 224, aprovados simplesmente 263, reprovações 36, total dos exames 515. Habilitaram-se para a matrícula: medicina 17, direito 11, engenharia 2, agricultura 2, farmácia 7, escola naval 1, escola militar 2, total das matrículas 43, destes 13 fizeram todos os preparatórios no colégio. COLÉGIO Parthenon Sergipense. *Sergipe*. Aracaju, p. 4, 31 jan. 1882.

[242] Os Colégios Marinho, Barão de Tautphoeus, Vitório, S. Pedro de Alcântara, Freese, Humanidades, Santa Cruz, Ateneu Fluminense, S. Salvador, Kopper e Santo Antônio comumente apareciam nos resultados dos exames de candidatos à matrícula nos cursos superiores do Império, realizados perante a Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. MARTINS, Antonio Felix. Relatório da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 1864. (Anexo). In: SILVA, José Bonifacio de Andrade e. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864.

[243] O Regulamento da Instrução do Municipio da Corte determinava que os discípulos das aulas e estabelecimentos particulares de instrução secundária seriam admitidos todos os anos, no mês de novembro, a exames públicos por escrito das matérias que eram requeridas como preparatórios para a admissão nos cursos de estudos superiores. BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[244] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 447.

[245] PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 485.

em 18 meses, "e em 3 anos completos, sem falhas, os que já trouxerem primeiras letras e gramática portuguesa".[246]

O quadro seguinte apresenta uma amostra de resultados obtidos pelos alunos de colégios particulares do Rio de Janeiro nos exames de preparatórios para os cursos superiores do Império, realizados perante a Inspetoria Geral da Instrução do Município da Corte.

Colégios	Dezembro de 1865				Janeiro de 1866				Soma dos 2 meses			
	Inscrições	Exames	Aprovações	Reprovações	Inscrições	Exames	Aprovações	Reprovações	Inscrições	Exames	Aprovações	Reprovações
Marinho	172	146	108	38	46	40	34	6				
S. Pedro de Alcântara	114	108	104	4	--	--	--	--				
Ateneu Fluminense	83	78	59	19	5	5	5	--				
Freese	63	49	35	14	12	6	5	1				
Vitório	50	48	30	18	29	17	10	7				
Humanidades	52	47	37	10	1	1	1	--				
Santa Cruz	26	24	14	10	--	--	--	--				
S. Salvador	23	21	8	13	--	--	--	--				
Santo Antônio	18	15	13	2	5	5	5					
Pinheiro	17	11	11	--	--	--	--					
Kopke	2	2	2	--	5	4	3	1				

Quadro 12 – Resultados de Exames de Preparatórios – Inspetoria Geral do Município da Corte (dez/1865 – jan/1866)
Fonte: Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, 1865.[247]

Para comprovação das qualidades anunciadas costumeiramente, os diretores dos colégios franqueavam aos pais, tutores e correspondentes a visita ao estabelecimento fazendo publicar o aviso "Em fiança do que fica exposto pode este estabelecimento ser visitado inesperadamente a qualquer hora desde às 6 da manhã até as 8h da noite"[248]. Outros colégios, sobretudo os internatos femininos, determinavam dia e horário para as visitas.

[246] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 447.
[247] SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1865. In: LIMA, Pedro de Araújo. (Marquês de Olinda). *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.
[248] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 445.

No Colégio da Imaculada Conceição[249], das irmãs de caridade da Congregação de S. Vicente de Paula, a regra eram visitas na terceira quinta-feira de cada mês, das 9 às 11 horas da manhã e das 2 às 5 horas da tarde. O Dr. João da Matta Machado notou e criticou a superioridade dos internatos religiosos na educação das meninas em relação ao poder da família. Ele cita como exemplo justamente os estabelecimentos dirigidos pelas irmãs de caridade da Congregação de S. Vicente de Paula:

> Práticas ainda mais funestas completam o mecanismo da educação clerical [...] o desprezo total da influência salutar da família na educação dos meninos, manifestada pela proibição severa de passeios à casa paterna, não se permitindo aos pais senão rápidas visitas em dias determinados, em um *parlatório* comum, sob a vigilância de um congregado [...] [250]

No internato do Colégio Brasileiro[251], as meninas podiam ser visitadas, pela família ou por pessoas por estas autorizadas, em todos os domingos e dias santos e às quintas-feiras. E o Colégio Botafogo[252] prevenia aos pais de família e correspondentes que as meninas não podiam ser visitadas aos domingos, mas sim em qualquer outro dia da semana, até às 5 horas da tarde. Além das visitas ao colégio, os pais podiam acompanhar os progressos e conduta[253] de seus filhos pelos "boletins" ou "notas de comportamentos" remetidos a cada trimestre pelos diretores. E, sobretudo, quando do esperado retorno da menina ao lar paterno, Sanches de Frias assevera:

> É necessário mudar o piano, comprar mobília nova, mandar pintar a casa, reformar o cortinado, e melhorar todos os acessórios domésticos.
> Ninguém faz suposições, ninguém duvida de nada: parentes e amigos, conhecidos e desconhecidos, amos e criados, todos certificam – que a menina fala as línguas, como um papagaio, que tocou em um concerto de notabilidades, que desenha e pinta, de um modo admirável, que borda a fio da China, que está muito crescida, e tem muito bonitas maneiras, que um amigo, indo visitá-la ao colégio, viera admirado de tamanha perfeição, por

---

[249] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 440.
[250] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 8.
[251] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 458.
[252] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 435.
[253] A baronesa de Geslin comunicava aos pais das meninas internadas em seu colégio que a "cada trimestre os pais de família recebem uma conta fiel da conduta das suas meninas, assim como de seus progressos". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 7º ano, 1850, p. 246.

> cujo motivo os pais estão muito gratos, sendo esse favor um d'aqueles, que nunca se podem esquecer.[254]

Àqueles que tinham residência no interior da Província do Rio de Janeiro ou na capital eram permitidas saídas determinadas para a casa dos pais ou de pessoas por estes autorizadas sob a observância de rígidas disposições regulamentares. Estas determinações muitas vezes não eram levadas em conta por algumas famílias que acabavam por reter o filho ou a filha por mais tempo em casa, principalmente quando eram apresentadas queixas do colégio ou a mãe ou outro parente achava algum tipo de abatimento, colocando tudo na conta do internato.

> Quando volta a casa, reproduzem-se essas queixas, com a fecundidade inventiva de todas as crianças mimosas: a comida não é boa, porque lhe faltam os acepipes e os docinhos domésticos; as colegas não trataram bem a menina, porque se riram dos seus disparates; as mestras não fizeram caso dela, porque não estabeleceram exceções, sendo ela a filha do sr. Fulano; chorou amargamente, porque estava a riscar ou a cortar a canivete as guarnições do piano e a repreenderam; cuspiu ou deu um pontapé numa condiscípula, fez uma careta e um trejeito de desprezo ou de mofa, dirigidos a um superior, e foi repreendida, e não lhe consentiram isso.
> Estes incidentes porém... ela inverte-os, altera-os; cobre-os de soluços e de lágrimas.
> A mãe chora também; o pai mede a largos passos o soalho da casa; a tia tregeita com a cabeça; a avó acha tudo isso muito mal feito.
> – Vejam como está descorado o lindo serafim! E as olheiras? e a magreza, que denota?
> [...]
> Para restaurar os prejuízos havidos, a menina é retida oito ou quinze dias, sem que se dê a menor satisfação aos mestres, e embora se falte às prescrições de um estabelecimento sério, e para com o qual temos deveres a cumprir, visto que nos sujeitamos às suas leis.
> A entrada é ao domingo? Pois há de ir na segunda feira.
> É a noite? Pois será de dia.
> Que importa que haja um regulamento?
> [...]
> Depois disto, fica ela compreendendo que o mestre é um mercenário que não merece respeito, nem acatamento, e que o colégio é um ergástulo, onde se inflingem torturas, que o pai e mãe condenam.[255]

As saídas do internato geralmente ocorriam no sábado, no final da tarde ou no domingo depois da missa, e o retorno era sempre na segunda feira pela manhã. No Colégio da

---

[254] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p. 69.
[255] Ibid., p. 56.

Imaculada Conceição,[256] as pensionistas estavam autorizadas a sair uma vez por mês, no primeiro domingo, às 9 h da manhã, sendo obrigadas a retornar na segunda feira. Já a diretora do Colégio Brasileiro[257] avisava aos pais que as saídas davam-se de 15 em 15 dias, em sábados alternados, às 2 horas da tarde, devendo as alunas voltar para o colégio na segunda-feira imediata, até as 10 horas da manhã, sob pena de perderem o direito à saída seguinte. Os meninos internados no Liceu Roosmalen[258] tinham licença para sair a cada quinze dias, se não estivessem retidos por castigo.

Os meninos e meninas cujas famílias residiam em outras Províncias ficavam no colégio nos finais de semana, feriados, inclusive nas férias, portanto, uma permanência no internato que podia durar até seis anos distantes da terra natal e, principalmente, da família. Como informa Anne Martin-Fugier, medidas foram tomadas para minimizar a longa permanência dos estudantes nos internatos franceses:

> [...] Sob a Restauração, não eram raros os alunos que ficavam anos inteiros nos internatos, sem nunca sair. Isso ainda ocorre no Segundo Império. Em agosto de 1866, Victor Duruy, ministro da Educação, comove-se com a situação desses meninos e emite o parecer de que sejam recebidos nos liceus litorâneos. Ponto de vista muito moderno que merece ser ressaltado. Ao lado de seu sonho de organização de viagens e intercâmbios escolares.[259]

O regulamento sobre as saídas ou comunicações dos pensionistas de colégios com o mundo exterior foi um tema ressaltado em teses médicas sobre a higiene desses estabelecimentos. Na sua tese doutoral de 1854, o Dr. Balbino Candido da Cunha[260] pronunciou-se sobre o assunto afirmando que as frequentes saídas ou outro tipo de comunicação do aluno interno com o mundo exterior, juntamente com as obras imorais e os entretenimentos secretos, eram causas que contribuíam para a perda dos costumes entre os pensionistas. Para ele, era conveniente estabelecer como regra fundamental que os alunos internos somente saíssem do internato depois de finalizada sua instrução. Neste caso, os pais ou correspondentes dos internos teriam permissão de visitá-los quinzenalmente no período

---

[256] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 440.

[257] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1876.* Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 632.

[258] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856, p. 405.

[259] MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 214.

[260] CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma Higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, p. 25.

das recreações. Entretanto, ressaltava o médico, que se essa regra fosse considerada muito severa, ao menos deveriam ser proibidas as saídas durante o ano letivo e somente permitidas nas férias. A importância e utilidade dessa regra eram poder evitar a entrada das obras imorais e contatos com pessoas que podiam influenciar os alunos contra os costumes.

3.4 Enxovais de pensionistas de colégios

Além do pagamento da mensalidade ou pensão, as famílias deviam, seguindo as orientações do estabelecimento, preparar o enxoval dos seus filhos para o ingresso no internato, pagar a "jóia" para uso dos utensílios do estabelecimento e providenciar o material escolar.

Alguns colégios publicavam em jornais e almanaques anúncios contendo a lista do enxoval exigido para os alunos internos. Outros confeccionavam prospectos e extratos do regulamento do estabelecimento para serem entregues aos interessados. Muitas vezes, segundo a crítica de Sanches de Frias, determinadas famílias exigiam o regulamento apenas interessadas na lista do enxoval, sem se importar para o regime geral do estabelecimento.

> O regulamento foi exigido, por causa do enxoval necessário, por causa da lista da sua ultima página, que serve de guia aos preparativos da entrada de cada aluna.
> O mais ... é letra morta, porque ninguém pode impor leis aos nossos filhos; nós somos quem somos, e, desde que pagamos com o nosso dinheiro, podemos comprar todas as delicadezas e todas as regalias; podemos francamente mandar em nossa casa e na alheia. [...][261]

Os internatos que costumeiramente recebiam os filhos das famílias ricas, especialmente "meninas patrícias", tendiam a exigir um completo e sofisticado enxoval, com uma relação de itens ligados ao uso dessas famílias. A exigência ou necessidade de um enxoval provavelmente também funcionou, a exemplo das mensalidades ou pensões, como uma barreira ao acesso de famílias de estratos médios da população aos internatos tradicionalmente ligados à educação dos filhos de ricas e poderosas famílias do Império.

Independentemente do padrão social do estabelecimento ou dos pensionistas atendidos por esse, a entrega do enxoval sempre era uma exigência dos internatos quando os pais

---

[261] FRIAS, David Correia Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880, p. 56.

optavam para que as roupas de seus filhos fossem lavadas e engomadas no colégio[262]. A senhora Tootal, diretora de um "Colégio de Meninas", avisava aos pais de família que se desejassem ter a roupa de suas filhas lavadas e engomadas no colégio deveriam entregar um enxoval completo conforme a lista apresentada. Adiante, são expostas listas de enxoval de um internato masculino e outro feminino, tal como aparecem nos respectivos anúncios.

Enxoval Masculino	Enxoval Feminino
1 sobrecasaca ou jaqueta de pano de lã ou casimira preta (conforme a idade); 1 par de calças pretas 2 pares de calças brancas 1 colete preto 2 coletes brancos 6 pares de calças de brim pardo 6 jaquetas de brim pardo 6 pares de ceroulas 12 camisas brancas 4 camisas de chita de dormir 12 pares de meia 8 ceroulas para banho 12 lenços para mão 4 fronhas 8 lençóis para cama 3 calças de chita 1 cobertor de lã encarnado 6 toalhas de rosto 4 toalhas para banho 4 guardanapos 2 gravatas de seda preta 1 chapéu ou boné (conforme a idade) 1 par de botinas 2 sacos para roupa suja 2 pares de sapatos abotinados 1 caixinha de folha com chave, contendo: escovas de fato, cabeça e dentes, tesoura de unha, pente de alisar e para bichos.	6 lençóis 6 fronhas 1 cobertor de lã 1 colcha branca 6 toalhas 6 camisolas de dormir 12 camisas 12 pares de meias 12 pares de calças 8 saias 8 vestidos de todos os dias 12 lenços de mão 1 vestido de cassa branca 1 vestido de seda preta 1 capote de lã 1 chapéu de sol sapatos botinas 1 pente grosso e 1 fino[263] 1 escova para cabelo 1 escova para limpar pentes 1 escova para dentes 1 escova para unhas 1 esponja 1 lata para guardar a roupa 1 caixinha de costura com pertences 1 bacia de folha para banho

Quadro 13 – Listas de Enxovais de Internatos Masculino e Feminino
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* ,1868 e 1872.

[262] Colégio Imaculada Conceição: "As educandas, cuja roupa tiver de ser lavada no colégio, deverão trazer enxoval completo, sendo 5 pares de lençóis, 12 camisas, 12 saias etc". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 457.

[263] "A utilização do pente fino aponta para um mal que afligia não somente as cabecinhas dos filhos de escravos ou das crianças pobres. O piolho era uma verdadeira praga doméstica, tanto que em 1854, o Jornal das Senhoras, voltado para as mulheres da elite, ensinava uma receita para 'destruir os bichos da cabeça' [...]". MAUAD, Ana Maria. A vida de crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 162.

Os itens constantemente presentes nas listas de enxovais dos internatos masculinos e femininos podem ser divididos em vestimentas e acessórios, roupas e utensílios de cama, mesa e banho e utensílios diversos. Com as diferenças de quantidade e qualidade de itens exigidos, tipos e cores de tecidos e modelos das roupas de vestir e de cama, além de acessórios, os enxovais dos internatos masculinos e femininos, costumeiramente, apresentavam os itens constantes do quadro seguinte.

INTERNATOS MASCULINOS		
VESTIMENTAS E ACESSÓRIOS	**CAMA, MESA E BANHO**	**UTENSÍLIOS**
paletós, camisas, camisas para dormir, calças, sobrecasacas, jaquetas, coletes, gravata, lenços para pescoço, suspensórios, meias, lenços de algibeira, bonés, chapéu, sapatos envernizados, sapatos abotinados, chinelos, lenços, ceroulas, ceroulas para banho, lenços para mão	lençóis, fronhas, colchas, toalhas de rosto, toalhas de banho, cobertores, guardanapos	escova de fato[264], de unhas, de dentes, de sapatos, pentes fino e grosso, pentes de limpar "para bichos", tesoura de unhas, espelho, saco para roupa suja, caixinha de folha com chave para guardar pertences[265]
INTERNATOS FEMININOS		
VESTIMENTAS E ACESSÓRIOS	**CAMA, MESA E BANHO**	**UTENSÍLIOS**

[264] "Roupas, veste(s), vestuário". FATO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 614.

[265] Uma caixinha de folha com chave, contendo: escovas de fato, cabeça e dentes, tesoura de unha, pente de alisar e para bichos. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 431. / E na lista do Colégio Menezes Vieira: "Uma caixa de madeira tendo 0,75 de comprimento, 0,40 de largura e 0,20 de altura". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 36º ano, 1879, p. 594.

Vestidos de saída, vestidos para uso no colégio, saias, camisas, calças, lenços de mão, meias, capote, chapéu, chapéu de sol, calçados	lençóis, fronhas, colchas, toalhas de rosto, toalhas de banho, cobertores, guardanapos, camisolas para dormir e para banho, talher[266]	Bacia de folha para banho[267], escova de fato, de unhas, de dentes, de sapatos, pentes fino e grosso, pentes de limpar, esponja, tesoura de unhas, espelho, saco para roupa suja, caixinha de folha com chave para guardar pertences, caixa de pertences para costurar, caixa[268] de folha para roupa limpa, caixinha com objetos de toalete

Quadro 14 – Itens de Listas de Enxovais de Internatos Masculinos e Femininos[269] (1853-1879)
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial,* 1853 a 1879.

Das listas dos enxovais femininos e masculinos destacam-se especificações e detalhes de cor, tipo de tecido[270] e modelos das vestimentas resultantes da europeização[271] dos costumes da sociedade brasileira do século XIX. As cores escuras das vestimentas predominavam na indicação dos trajes de "saída" dos meninos e moços, a exemplo das sobrecasacas, calças, cartolas e botinas pretas, que, como ressalta Gilberto Freyre, fizeram do vestuário, durante o Império, "[...] quase um luto fechado. Esse período de europeização da

[266] A diretora do Colégio Brasileiro de meninas exigia, apontando como justificativa a necessidade de uniformidade e asseio no refeitório, que cada aluna trouxesse no enxoval um talher completo da marca Chrystoffle, conforme o modelo existente no colégio. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 632.

[267] Ou banheira, como na lista do enxoval do Colégio de Mrs. Elisa Van-Nyvel. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 18º ano, 1861, p. 427.

[268] No Colégio Brasileiro e no da Madame Tootal aparece uma lata para guardar roupa e no Colégio Santa Cândida um baú com chave. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 460 e 463.

[269] Colégios Emulação, Humanidades, Kopke, Menezes Vieira, Perseverança, São Francisco de Paula, São Luiz e Vassourense. Também foram examinados os anúncios dos colégios Kopke (Petrópolis), Humanidades (Nova Friburgo) e Vassourense (Vassouras) por apresentarem informações importantes sobre os internatos. E dos internatos femininos dos colégios Mrs. Elisa Van-Nyvel, Madame Grivet, Colégio Imaculada Conceição, Mrs. Tootal, Colégio de Santa Cândida, Baronesa de Geslin, Colégio Brasileiro, Franco-Brasileiro.

[270] Como recorda Gilberto Amado: "Uma família abastada distinguia-se pela espessura do tecido que usava. Quanto mais hirto, grosso e crespo o gorgorão, melhor a família". Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: UFS, 1999, p. 28.

[271] O Dr. João da Matta Machado recomendava que o vestuário dos pensionistas deveria satisfazer as exigências do clima, ainda que em detrimento da elegância das formas. Entretanto, lamentava não ser isso que ocorresse na prática: "A forma e o tecido dos vestuários deverão estar em relação direta com os diferentes climas, e acompanhar as mudanças de estação; entretanto assim não acontece: as *modas de Paris*, invadindo todo o mundo, obrigam os habitantes da zona tórrida a trazer calças apertadas, sobrecasacas abotoadas, coletes fechados, etc., etc. [...] O belo sexo dos países quentes é o que mais sofre com as exigências da caprichosa deusa que se adora nas margens do Sena, acrescendo que os figurinos das *últimas modas*, inventadas no rigor do inverno, aqui chegam durante os calores do verão". MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 41.

nossa paisagem pelo preto e pelo cinzento – cores civilizadas, urbanas, burguesas, em oposição às rústicas, às orientais, às africanas, às plebéias [...]”[272].

Em certos colégios, os uniformes ou fardamentos deviam seguir o figurino existente no alfaiate indicado pelo estabelecimento. A utilização da farda proporcionava uniformidade, contribuindo para o controle disciplinar dos internos. Nos internatos masculinos eram trajes de homem que meninos[273] e moços eram obrigados a usar. Geralmente, o uniforme era a jaqueta e boné para os meninos menores de 14 anos, e para os rapazes, o paletó ou sobrecasaca e chapéu.

Os meninos do Colégio Kopke[274] (Petrópolis) apresentavam-se nas aulas e nas saídas do colégio usando jaqueta de pano verde-escuro com botões amarelos, calças de pano azul-forrete, bonés do mesmo tecido e cor, colete de casimira amarela esvaída, lenço preto no pescoço. E no Colégio Perseverança[275], exigia-se uma sobrecasaca ou jaqueta de pano ou casimira preta, um chapéu ou boné, um par de calças pretas, dois de calças brancas, um colete preto e dois brancos, duas gravatas de seda preta e um par de botinas. Nos dias de festas e para sair à rua o traje a ser usado eram sobrecasaca e calças pretas, e nas aulas o paletó preto e calças brancas.

O escritor sergipano Gilberto Amado[276] recorda com admiração como, ainda nas primeiras décadas do século XX, essas vestimentas eram usadas no Brasil, desafiando as condições climáticas do país:

> Anos depois ainda vi no Rio Quintino Bocaiúva à porta do Watson, à esquina da rua do Ouvidor, de sobrecasaca de fazenda pesada e luvas. Quando olho uma fotografia de José do Patrocínio noto a gola do *croisé* e me pergunto como podia o tribuno suportar nos discursos do Recreio Dramático, na campanha abolicionista, aquele abafamento no corpo? [...] Em Pernambuco, nós, estudantes da Faculdade, envergávamos fraques, redingote. Na Rosa dos Alpes, loja de Castro Silva, vejo à porta um médico

---

[272] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, p. 433.

[273] O modo de vestir dos meninos brasileiros, durante o século XIX, na descrição de estrangeiros que estiveram no Brasil: “Ele é transformado num ‘pequenino velho’ antes de ter doze anos de idade, com o seu chapéu duro de seda preta, colarinho em pé e bengala; e, na cidade, anda como se todos estivessem olhando para ele, e como se o houvessem enfiado num colete”. FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 196.

[274] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1853*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 10º ano, 1853, p. 345.

[275] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 449.

[276] Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria nasceu em 1877 em Estância (Se), filho de grande comerciante do interior de Sergipe. Depois de ter feito o ensino secundário em Aracaju, partiu para Salvador onde se formou em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia. Também formado em Direito na Faculdade de Recife, ocupou diversos cargos políticos.

> conhecido, Artur Costa, de cartola lustrosa como as que vi depois na Europa, no inverno.[277]

Das listas dos enxovais femininos destacam-se, entre outros aspectos, os artigos de toalete e pertences para os trabalhos manuais e especificações sobre o modelo e cores dos vestidos[278], tipos de vestimentas usadas para sair e as de uso doméstico. Era comum a proibição de vestidos com babados para uso diário e doméstico, mas os vestidos de saída ficavam quase sempre a critério dos pais[279]. As exigências ou recomendações dos internatos femininos sobre os trajes adequados[280] também podem ser encontradas nos conselhos contidos nos manuais de etiquetas da época.

> Tem como regra geral, minha filha, que o penteado, o calçado, os vestidos simples e modestos, tudo bem feito, asseado, e bem composto; poucas cores vivas, e nunca contrastando umas com as outras, como as de arlequins; certo discernimento e juízo em modificar as modas naquilo em que ofendem a decência e prejudicam a saúde, são as cousas em que deves por todo o teu desvelo, e pelas quais darás provas de ter recebido uma boa educação, e te tornarás estimável a todas as pessoas que sabem apreciar o verdadeiro merecimento e a modéstia acompanhada do bom gosto.[281]

Em alguns internatos, por questão de uniformidade, as meninas deviam trajar todas as vestimentas seguindo os modelos disponibilizados pelo estabelecimento. As pensionistas do Colégio Brasileiro eram obrigadas a trajar o seguinte uniforme:

---

[277] AMADO, Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: UFS, 1999, p. 28.

[278] Para o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho, nas classes ricas a ostentação dos vestidos defafiava a saúde das meninas: "O luxo dos vestidos depende da riqueza dos parentes, os quais enxergam um prazer na ostentação das pompas da moda em uma menina de onze a doze anos; a vaidade se aninha nestas almas juvenis, – o desejo de brilhar, de sobressair, e de aparecer as acompanha em todas as frases de suas vidas; sacrificam muitas vezes a vaidade, a saúde, o repouso, e a família! É uma luta interminável com a higiene; acusemos uma mulher nestes casos; mas como, e por quê? Inocentes vítimas de uma educação imperfeita morrem sem ao menos saberem a causa de seus males!". COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p. 9.

[279] No Colégio de Meninas dirigido por Madame Grivet os vestidos de saída ficavam a gosto dos pais; porém os do colégio tinham que ser sem bordados. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 439.

[280] "Cada um usava o traje de sua condição social: os manuais de civilidade insistiam muito na indecência que haveria se as pessoas se vestissem de maneira diferente de como deveriam, de acordo com a idade ou seu nascimento. Cada nuança social era traduzida por um signo especial do vestuário. No fim do século XVI, o costume decidiu que a criança, agora reconhecida como uma entidade separada, tivesse também seu traje particular." ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006, p.38.

[281] ROQUETTE, J. I. *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Vª J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875, p. 296.

> [...] para sair a rua:
> Vestido branco ou preto, cinto de fita de seda amarela e chapéu de palha de Itália (forma marinheiro), com fitas amarelas.
> Para andar por casa:
> No verão: vestido branco inteiramente liso e avental de alpaca preta, debruado de trança de lã encarnada.
> No inverno: vestido de alpaca cinzenta e avental preto, como no verão.
> A cor e largura das fitas devem ser inteiramente iguais as dos modelos existentes no colégio, e bem assim a cor e qualidade da alpaca para os vestidos de inverno.[282]

As roupas do enxoval deviam ser entregues bordadas com os monogramas do nome do aluno ou aluna. Como alguns colégios ficavam localizados em chácaras nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, os diretores indicavam um ponto comercial na Corte onde os objetos deveriam ser entregues para, posteriormente, ser remetidos ao estabelecimento: "Os baús e mais objetos dos alunos que tiverem de matricular-se nas aulas do colégio, poderão ser depositados na Corte, à rua do Rosário n. 48, aonde irá frequentemente condução do próprio colégio"[283].

Nas lojas de vestimentas femininas ou masculinas na Corte Imperial ou nas províncias[284] de onde eram egressos muitos dos pensionistas dos colégios da Corte, as famílias podiam adquirir os enxovais requisitados pelos internatos. No centro comercial do Rio de Janeiro existiam lojas que anunciavam possuir um completo sortimento de roupas importadas de Londres e de Paris. Esses estabelecimentos comerciais destacavam aos pais de famílias e aos diretores de colégios que possuíam enxovais completos, próprios para meninos e meninas de colégios.

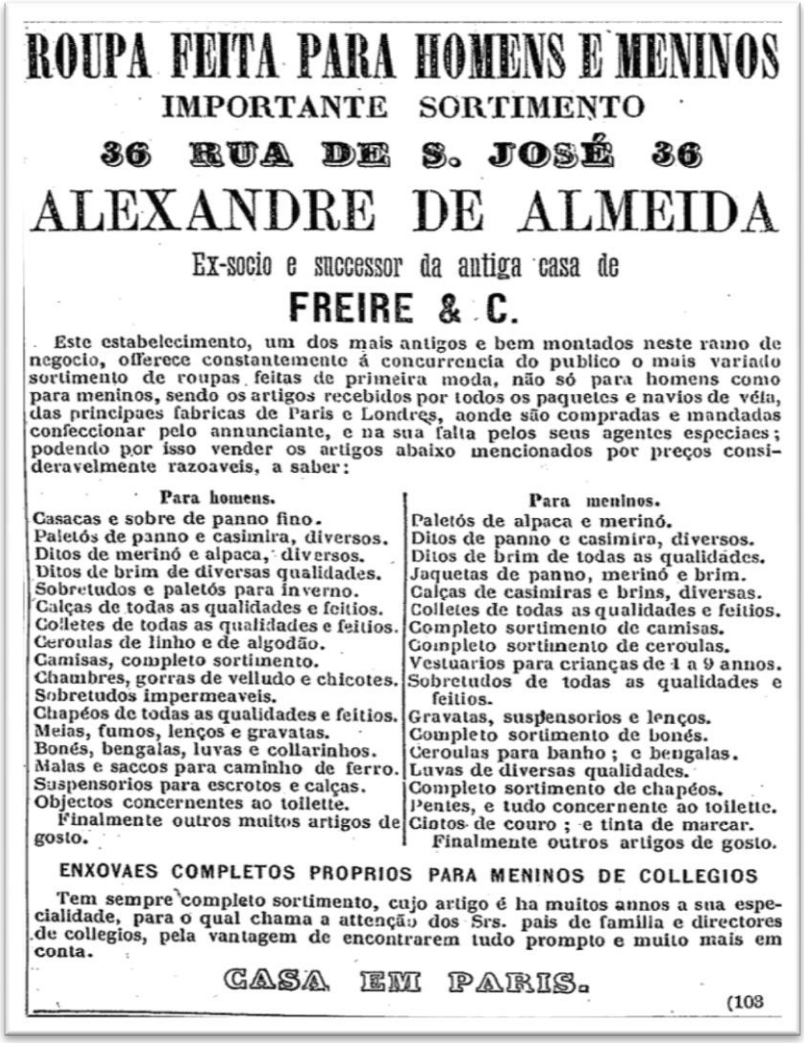
Na sequência, um anúncio de uma loja na Corte Imperial especializada em vestimentas masculinas e de "Enxovais completos próprios para meninos de colégios".

---

[282] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 633.

[283] Colégio S. Luiz. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1877, p. 636.

[284] Como a "Loja de Variedades de José Joaquim Telles de Menezes" estabelecida em Aracaju, que oferecia um grande sortimento de objetos importados da França, como chapéus, espartilhos, jaconas, tecidos, enfeites, botinas, camisas, ceroulas, bonés, gravatas, entre outros. NOVIDADES DE Paris. *Jornal do Aracaju*, Aracaju, p. 4, 18 jan. 1873.



ROUPA FEITA PARA HOMENS E MENINOS

IMPORTANTE SORTIMENTO

36 RUA DE S. JOSÉ 36

ALEXANDRE DE ALMEIDA

Ex-socio e successor da antiga casa de

FREIRE & C.

Este estabelecimento, um dos mais antigos e bem montados neste ramo de negocio, offerece constantemente á concurrencia do publico o mais variado sortimento de roupas feitas de primeira moda, não só para homens como para meninos, sendo os artigos recebidos por todos os paquetes e navios de véla, das principaes fabricas de Paris e Londres, aonde são compradas e mandadas confeccionar pelo annunciante, e na sua falta pelos seus agentes especiaes; podendo por isso vender os artigos abaixo mencionados por preços consideravelmente razoaveis, a saber:

Para homens.

Casacas e sobre de panno fino.
Paletós de panno e casimira, diversos.
Ditos de merinó e alpaca, diversos.
Ditos de brim de diversas qualidades.
Sobretudos e paletós para inverno.
Calças de todas as qualidades e feitios.
Colletes de todas as qualidades e feitios.
Ceroulas de linho e de algodão.
Camisas, completo sortimento.
Chambres, gorras de velludo e chicotes.
Sobretudos impermeaveis.
Chapéos de todas as qualidades e feitios.
Meias, fumos, lenços e gravatas.
Bonés, bengalas, luvas e collarinhos.
Malas e saccos para caminho de ferro.
Suspensorios para escrotos e calças.
Objectos concernentes ao toilette.
Finalmente outros muitos artigos de gosto.

Para meninos.

Paletós de alpaca e merinó.
Ditos de panno e casimira, diversos.
Ditos de brim de todas as qualidades.
Jaquetas de panno, merinó e brim.
Calças de casimiras e brins, diversas.
Colletes de todas as qualidades e feitios.
Completo sortimento de camisas.
Completo sortimento de ceroulas.
Vestuarios para crianças de 1 a 9 annos.
Sobretudos de todas as qualidades e feitios.
Gravatas, suspensorios e lenços.
Completo sortimento de bonés.
Ceroulas para banho; e bengalas.
Luvas de diversas qualidades.
Completo sortimento de chapéos.
Pentes, e tudo concernente ao toilette.
Cintos de couro; e tinta de marcar.
Finalmente outros artigos de gosto.

ENXOVAES COMPLETOS PROPRIOS PARA MENINOS DE COLLEGIOS

Tem sempre completo sortimento, cujo artigo é ha muitos annos a sua especialidade, para o qual chama a attenção dos Srs. pais de familia e directores de collegios, pela vantagem de encontrarem tudo prompto e muito mais em conta.

CASA EM PARIS.

(103

Figura 20 – Anúncio de loja de vestimentas na Corte Imperial – enxovais para colegiais *(1874)*
Fonte: *Revista de Notabilidades Profissionais Comerciais e Industrias da Corte* [...], 1874, p. 82.[285]

Fugindo à regra da exigência de um enxoval completo[286], alguns estabelecimentos apenas indicavam que o aluno pensionista deveria trazer para o internato a roupa de vestir e de cama necessária para três mudas por semana e demais utensílios para o mesmo período[287].

[285] REVISTA DE NOTABILIDADES PROFISSIONAES COMMERCIAES E INDUSTRIAES DA CORTE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1874, p. 82.

[286] Enxoval do Colégio Perseverança: 1 sobrecasaca ou jaqueta de pano de lã ou casimira preta (conforme a idade); 1 chapéu ou boné idem, idem; 1 par de calças pretas e 2 brancas; 1 colete preto e 2 brancos; 1 par de botinas; 6 pares de calças de brim pardo; 6 jaquetas idem; 6 pares de ceroulas; 12 camisas brancas; 4 ditas de chita de dormir; 12 pares de meia; 8 ceroulas para banho; 12 lenços para mão; 4 fronhas; 8 lençóis para cama; 3 calças de chita; 1 cobertor de lã encarnado; 6 toalhas de rosto; 4 ditas para banho; 2 sacos para roupa suja; 4 guardanapos; 2 gravatas de seda preta; 2 pares de sapatos abotinados; 1 caixinha de folha com chave, contendo: escovas de fato, cabeça e dentes, tesoura de unha, pente de alisar e para bichos. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 432.

[287] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 449.

Existiam também os internatos que deixavam a critério da família a composição do enxoval, apenas citando os itens de forma genérica: "Camisas, lenços, vestidos, meias, calçado, etc., ao arbítrio de seus pais"[288], ou: "Enxoval, quanto baste, sem quantidade fixa. Deve haver uma fatiota[289] preta, e no menos andainas[290] de brim escuro"[291]. Em 1876, a diretora do Colégio Brasileiro, Maria de Oliveira Fernandes, não especificava a composição do enxoval, mas prevenia aos pais que

> [...] não exige que cada menina traga, ao entrar para o colégio, um certo número de peças de roupa como enxoval, porque pressupõe em cada pai o desejo de que sua filha se apresente sempre decentemente vestida, entretanto, no caso de falta, nesse sentido, reclamara o que julgar necessário, e se não for prontamente atendida, comprara os objetos de que carecer a aluna, em cuja conta serão lançadas essas despesas.[292]

Havia, ainda, estabelecimentos que forneciam, por conta dos pais ou responsáveis, havendo recebido ordem para isso, todo o enxoval de que o aluno necessitasse. Por questão de distância, provavelmente muitos pais encarregavam os correspondentes ou o próprio estabelecimento de manter em ordem ou completar de acordo com a necessidade o enxoval de seus filhos, acertando as despesas juntamente com o pagamento das pensões.

O enxoval exigido pelos internatos é compreendido como um artefato cultural que permite compreender marcas ou condições de classe dos alunos atendidos nos colégios-internatos. Nesse sentido, a exigência de um sofisticado enxoval e os tipos e qualidades dos objetos que o compunham evidenciavam não somente o *status* do colégio, mas igualmente os segmentos sociais atendidos por este.

3.5 Pensões e outros gastos com o internato

Os preços das pensões ou mensalidades é uma informação importante para a definição do perfil sócio-econômico das famílias que mantinham filhos nos internatos. Para manter um aluno em um interno da Capital do Império, tomando como referência o ano de 1870, e a

---

[288] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 463.
[289] "Traje, roupa, farpela, fato". FATIOTA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 614.
[290] "Roupa completa". ANDAINAS. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 94.
[291] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 625.
[292] Ibid., p. 632.

depender do estabelecimento escolhido, era necessário um investimento[293] que podia variar de 480$000 a 540$000 réis anuais, pagos em parcelas trimestrais. Nos internatos femininos, o valor da pensão ficava em torno de 440$000 a 540$000 réis anuais.

Nos valores das pensões estavam incluídos a alimentação, aposentos e o ensino. O quadro a seguir informa os preços das mensalidades para as categorias de pensionista (interno), meio-pensionista (semi-interno) e externos, em alguns colégios-internatos do Rio de Janeiro, no ano de 1870. Estas informações possibilitam estabelecer comparações entre os valores pagos por cada modalidade de aluno (pensionista, meio-pensionista e externo).

	PREÇO ANUAL		
INTERNATOS MASCULINOS	**PENSIONISTA**	**MEIO-PENSIONISTA**	**EXTERNO**
Vitório	540$000	100$000	96$000
S. Francisco de Paula	480$000	320$000	120$000
Pinheiro	560$000	300$000	180$000
S. Luiz	540$000	300$000	144$000
Ateneu Fluminense	520$000	240$000	---
Santo Agostinho	600$000	360$000	200$000
Moreira	560$000	300$000	180$000
INTERNATOS FEMININOS	**PENSIONISTA**	**MEIO-PENSIONISTA**	**EXTERNA**
Baronesa de Geslin	480$000	240$000	144$000
Imaculada Conceição	460$000	---	---
Brasileiro	480$000	---	---
Franco-Brasileiro	520$000	240$000	120$000
Botafogo	540$000	---	---
Mrs. Tootal	480$000	240$000	---
Mrs. Hitchings	540$000	---	---

Quadro 15 – Pensões de Colégios-Internatos do Rio de Janeiro (1870)
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial,* 1870.

Os valores apresentados nesse quadro incluíam, em qualquer das três condições, para as meninas, o ensino primário e "trabalhos manuais" e, para os meninos, o ensino primário ou secundário. A maior diferença entre o valor das pensões entre internatos masculinos e femininos era basicamente o ensino secundário ou as matérias preparatórias para as faculdades, oferecidas somente nos primeiros e, neste caso, elevando o valor da pensão. Igualmente, observa-se que a diferença entre um aluno pensionista e um meio-pensionista, em alguns colégios, podia ser quase cinco vezes maior do que o valor daquele em relação a este.

[293] A criança e o adolescente como objeto de investimento familiar: "Um duplo movimento percorre as relações entre pais e filhos do século XIX. De um lado, um investimento crescente no filho, futuro da família, muitas vezes extremamente coercitivo". PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 147.

A diferença de preço das pensões entre os internatos masculinos podia chegar a 120$000 réis anuais, e nos internatos femininos esse valor chegava a 80$000 réis. Influenciavam nessas diferenças de valores das pensões cobradas pelos internatos o reconhecimento social do estabelecimento – resultante do bom desempenho escolar de seus aluno –, a boa fama do diretor e professores e as próprias condições específicas do internato (localização e espaço do estabelecimento, aposentos, alimentação e atividades extras disponibilizadas).

No preço da pensão para os alunos internos não estavam incluídos os serviços de lavagem e gomagem de roupas, os gastos com médico e botica (no caso de doença), as atividades complementares de ensino ("belas-artes" ou "artes de recreio"), o valor pago na entrada para uso de bens específicos do estabelecimento ("jóia de entrada") e, em alguns estabelecimentos, as férias de Natal passadas no colégio.

O quadro em sequência apresenta valores das "artes de recreio" e línguas não compreendidas na pensão dos internatos.

	Preço Mensal				
INTERNATOS MASCULINOS	**Língua (cada)**	**Desenho**	**Música ou Dança**	**Ginástica**	**Piano**
Vitório	---	8$000	10$000	10$000	---
Magalhães	10$000	8$000	10$000	6$000	10$000
S. Luiz	---	10$000	10$000	---	10$000
Menezes Vieira	10$000	10$000	10$000		---
S. Agostinho	8$000	8$000	8$000	---	---
INTERNATOS FEMININOS	**Língua (cada)**	**Piano**	**Canto**	**Desenho**	**Dança**
Baronesa de Geslin	8$000	10$000	10$000	8$000	8$000
Imaculada Conceição	7$000	10$000	7$000	8$000	---
Brasileiro	8$000	10$000	---	8$000	8$000
Franco-Brasileiro	8$000	10$000	8$000	8$000	8$000
Botafogo	8$000	---	10$000	8$000	8$000

Quadro 16 – Valores das "artes de recreio" (belas-artes) e línguas não compreendidas no valor da pensão dos internatos (1870)
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1870.

A alimentação, evidentemente incluída no valor da pensão, consistia no principal item determinante para a definição do preço das pensões. Apesar da má fama[294] da alimentação

[294] "Nesses colégios de padres comia-se mal; havia muito jejum; o menino vivia com fome. Evidentemente, mais de um colégio ou diretor de colégio religioso, prevaleceu-se de motivos teológicos, para realizar economias ou lucros à custa da alimentação dos alunos". FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, 186.

servida nos internatos, expressa em representações de romancistas[295], memorialistas e cronistas, os diretores-proprietários destacavam as qualidades da alimentação servida em seus estabelecimentos, qualificando esta como "sadia", "abundante", "suculenta" e "variada". A diretora do Colégio Emulação da Juventude[296] garantia que a alimentação das meninas, comum a professores e diretora, era servida na mesma hora e no mesmo refeitório e que eram as próprias alunas que se serviam da porção de que precisavam e desejavam, sob a inspeção da diretora. O anúncio do Colégio Vitório[297], provavelmente mais realista, dizia que a alimentação era sã, abundante e variada, tanto quanto podia ser a de qualquer estabelecimento de habitação coletiva, na Corte ou fora dela.

Segundo a descrição do Dr. João da Matta Machado, interessado na temática higiene dos colégios, nos internatos da Corte do Rio de Janeiro o almoço consistia em chá e café com pão ou rosca. Em alguns estabelecimentos era servido no almoço o leite misturado ao chá ou ao café. Mas esse leite servido era tão falsificado e em tão pequena quantidade, que não podia ser considerado como alimento. Segundo ele:

> Admitindo-se que o jantar seja ordinariamente abundante e mais ou menos bem preparado, nem por isso deixará um tal sistema de ser completamente insuficiente: o depauperamento dos pensionistas, a já predominância nos estabelecimentos de educação do temperamento linfático, a freqüência das afecções dispépticas e da anemia globular, demonstram que a alimentação fornecida aos pensionistas não satisfaz as exigências da nutrição.[298]

---

[295] É elucidativa a descrição de Joaquim Manuel de Macedo a respeito dos usos e costumes da alimentação servida no internato do antigo Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro. "Nos domingos, porém, e nos dias de festa, fazia-se uma exceção a esta regra duramente econômica, e dava-se a cada seminarista um opícaro almoço, que constava exclusivamente de um pão com manteiga. Ao jantar e à ceia, a mesa era simples, mas farta. Ao jantar, que tocava ao meio-dia, havia carne de vaca cozida com couves e toucinho, carne guisada, a que os seminaristas chamavam *serrabode*; a esse prato se ajuntava arroz, e por sobremesa fruta do tempo. Nos dias de preceito, a carne de vaca era sempre substituída por bacalhau ou peixe grosso salgado. Um vice-reitor do seminário deixou a esse constante e invariável prato de carne cozida ou guisada o nome de *purgante da casa*, porque era de regra, que raramente falhava, que os meninos que entravam para o seminário, ainda mesmo amarelos e magros, mostravam-se no fim de dois meses corados e brilhantes de saúde, depois de haverem passado por um *pro fluvio ventris* que durava algumas semanas. À noite, constava a ceia de um único prato e fruta do tempo, e nos dias de preceito, esse prato era simplesmente de ervas ou de arroz com camarões, que os seminaristas tinham alcunhado com uma certa propriedade chamando-o o *ponto e vírgula".* MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 302.

[296] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 436. O mesmo dito do Colégio Pedro de Alcântara: "O sustendo dos alunos, comum a professores e diretores à mesma hora e no mesmo refeitório, é sadio e abundante. São eles próprios que se servem da porção que precisam e lhes apraz, sob a inspeção pessoal dos diretores, que se tem reservado também este imediato encargo". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 445.

[297] CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880, p. 622.

[298] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 80.

No parecer médico-higiênico, as deficiências na alimentação servida nos internatos da Corte podiam ser notadas facilmente. Os médicos protestavam devido à falta de inspeção sanitária nos internatos. Segundo eles, o governo não se atrevia a defender a mocidade contra os ilícitos interesses dos diretores de internatos, e a Junta de Higiene Pública não agia energicamente contra os hábitos, em desacordo à higiene, praticados nos internatos em detrimento da saúde de muitos moços brasileiros. Argumentavam ainda que o governo "desassombradamente" intervinha em atividades particulares como indústria e comércio, mas não estabelecia um regime para os internatos, segundo os princípios da higiene.

O valor da meia-pensão, além do ensino, incluía o jantar, que hoje denominamos de almoço e, nesta condição, o aluno passava os dois turnos no estabelecimento, podendo matricular-se em uma atividade complementar e igualmente fazer a opção pelo almoço (café da manhã). Na condição de externo, o aluno recebia apenas o ensino. Nos grandes internatos existiam classes específicas para alunos externos. Estes alunos permaneciam no estabelecimento apenas um turno e, a depender do número de disciplinas cursadas, somente certas e determinadas horas, já que podiam optar em cursar, no caso dos meninos, matérias de livre escolha do curso secundário.

Por causa dos preparatórios para as faculdades, o número de alunos externos movimentou as matrículas dos colégios masculinos a partir da segunda metade do século XIX. O Colégio Vitório, dedicado à instrução primária e secundária do sexo masculino, fundado em 1840 pelo Conselheiro Dr. Adolpho Manoel Vitório da Costa, desde a fundação até o ano de 1879, foi frequentado por 14.897 alunos, sendo 3.444 internos, 1.978 semi-internos e 9.476 externos[299]. No ano de 1871 o estabelecimento já contava com 423 alunos, sendo 281 na instrução primária e 142 nas aulas do ensino secundário[300].

Além do pagamento da pensão e das "belas-artes", os pais tinham que adquirir ou pagar pelo uso de determinados objetos[301] pessoais, lavagem e cuidados com as roupas e os gastos com médico e botica no caso de doença. Em seguida são mostrados os preços cobrados por alguns colégios para os serviços citados.

---

[299] SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1888.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 45º ano, 1888, p. 613.

[300] FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

[301] Colégio de meninas fundado pela Baronesa de Geslin: "Colchão, leito de ferro, travesseiro, material da sala de banho 25$000". HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 1441.

INTERNATOS MASCULINOS	Lavagem de Roupas (mensal)	Objetos (jóia única na entrada)	Férias de Natal
Vitório	8$000	---	---
S. Luiz	8$000	40$000	---
Perseverança	8$000	40$000	---
Santo Agostinho	8$000	30$000	---
Moreira	8$000	30$000	---
INTERNATOS FEMININOS			
Baronesa de Geslin	10$000	30$000	---
Imaculada Conceição	8$000	35$000	---
Brasileiro	8$000	30$000	---
Franco-Brasileiro	12$000	35$000	40$000
Mrs. Tootal	8$000	30$000	30$000

Quadro 17 – Valores cobrados por internatos – lavagem de roupas, jóia de entrada e férias de Natal
Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1870.

Os "objetos"[302] eram a cama, colchões, colcha, travesseiros, lavatório, material da sala de banho, bacias, copos e talheres. Em alguns internatos, esses objetos pertenciam ao próprio estabelecimento que cobrava um valor distinto da pensão pelo seu uso; em outros internatos, alguns dos objetos descritos deviam ser adquiridos pela família. Neste caso, os diretores dos internatos avisavam que quando o interno deixasse o estabelecimento levaria consigo os respectivos objetos[303]. Entretanto, destoando dessa regra, as irmãs do Colégio da Imaculada Conceição no Rio de Janeiro preveniam que quando da saída das educandas do colégio os objetos ficariam pertencendo ao estabelecimento.

Dentre esses objetos destacavam-se a cama[304] de ferro e o colchão de palha. Em certos estabelecimentos, as meninas podiam repousar em um colchão de crina[305] se os seus pais preferissem e quisessem pagar por essa comodidade. O Colégio de Meninas Madame Tanière e Charnay avisava aos interessados que o estabelecimento fornecia "a cada pensionista uma cama de ferro, um colchão e travesseiro, um talher e um lavatório pela quantia de 30$000"[306].

[302] Em alguns internatos o talher, o copo, o lavatório, bacias, colcha e material da sala de banho já faziam parte do enxoval de cada interno.
[303] Entre outros, o anúncio do Colégio de Meninas dirigido pela Madame Taniere e Mrs. Tootal: "Toda pensionista que se retirar do colégio levará o seu colchão e travesseiro". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 451.
[304] O Colégio Santa Cruz prometia, além do leito de ferro, um cortinado. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1852*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 1852, p. 338.
[305] Como no internato do Colégio da Imaculada Conceição. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 434.
[306] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 436.

Os colégios ainda podiam fornecer aos pensionistas, mediante pagamento extra, letras e partituras de músicas, papel, penas, tintas, pedra, lápis, cadernos, livros, preparos de bordados ou desenhos[307]. Alguns colégios cobravam um valor específico pelo uso das "esferas terrestre e celeste", das cartas geográficas, do piano e dos aparelhos ginásticos[308].

Os internatos também proviam os serviços de asseio e cuidados com o corpo e a saúde dos internos. Estes serviços eram amplamente divulgados e presentes nos anúncios dos internatos, como divulgado pelo Colégio S. Francisco de Paulo, dirigido pelos padres Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte e Francisco Ignácio de Christo.

> O asseio e limpeza do corpo e vestiário dos alunos, todas as atenções e cuidados com estes, quer no seu estado normal de saúde, quer em casos de enfermidade, merecerão especial desvelo da direção e de pessoas destinadas somente a este fim; de sorte que pode a direção garantir aos pais e mães de família a completa satisfação de seus desejos.[309]

O asseio do corpo incluía o banho, normamente coletivo, e sob a vigilância constante de censores. De costume, os meninos tomavam banho vestidos de ceroulas e as meninas com vestidos para banho, evitando expor o corpo aos respectivos companheiros. Alguns internatos anunciavam, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, que possuíam banheiros equipados com água encanada, quente ou fria, e chuveiros[310]. Os internatos localizados nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro também destacavam as facilidades de banhos de mar[311] para os pensionistas, conforme a recomendação médica[312], pois estavam localizados próximo a praias limpas[313].

---

[307] O Colégio Koper avisava: "O consumo de papel, penas e lápis será por conta do Colégio, assim como também a lavagem e conserto ordinário de roupa colegial dos alunos". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1853*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 10º ano, 1853, p. 345.

[308] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874, p. 587.

[309] HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 449.

[310] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874, p. 587.

[311] Banhos de mar também oferecidos como comodidades em colégios em outras capitais praianas do Império, a exemplo do Ateneu Baiano em Salvador. ATENEU Baiano. *Jornal do Aracaju*, p. 4, 01 ago. 1877.

[312] DURÃO, José Ferraz de Oliveira. *Breves considerações acerca do emprego higiênico e terapêutico dos banhos de mar*. Rio de Janeiro: Typographia Teixeira & Cia. 1845.

[313] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 425.

A lavagem e gomagem de roupa eram uma obrigação dos pais, que deviam, em dia e horário previamente determinados, enviar[314] ao colégio as roupas limpas dos seus filhos e receber as usadas. No internato do Colégio da Imaculada Conceição ficava consignado que: "A lavagem de roupa fica a cargo dos pais. Todas as segundas-feiras das 8 as 11 ½ horas da manhã, e de tarde, de 1 às 5 horas (na terça feira se a segunda for dia santo) mandarão trazer a roupa lavada e buscar a suja"[315]. A família que não podia atender a essa condição, principalmente as que residiam fora da cidade do Rio de Janeiro ou em outras províncias, encarregavam os estabelecimentos da lavagem de roupa pagando pelo serviço.

Os pensionistas que adoeciam[316] eram cuidados no estabelecimento, se assim conviesse aos pais ou correspondentes, correndo por conta destes as despesas com o médico e a botica[317]. Alguns internatos indicavam os médicos que atendiam os pensionistas em caso de doença. Os internos do Colégio Vitório[318] eram atendidos pelos médicos Dr. Gonçalves Fontes e Dr. Manuel de Valladão Pimentel (conselheiro, barão de Petrópolis); o Colégio Barbacenense[319] oferecia gratuitamente os cuidados dos médicos Dr. Camilo Maria Ferreira Armond e Dr. José Rodrigues de Lima Duarte, e os pensionistas do Colégio Pinheiro eram atendidos pelo Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz. O mesmo costume era praticado em outros internatos do Brasil, a exemplo do Colégio de Educação Clássica Todos os Santos, em Salvador, em cujo estatuto previa que os alunos internos do colégio seriam tratados durante suas enfermidades por um médico de partido, à custa do colégio. Ao diretor cabia informar, logo depois do aparecimento da moléstia, a ocorrência a seus pais ou correspondentes[320].

---

[314] Colégio de Meninas Franco-Brasileiro: "Os *bondes* de carga da companhia de S. Cristóvão, passando quatro vezes por dia à porta do estabelecimento, a remessa de roupa torna-se fácil e pouco dispendiosa". CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 637.

[315] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 435.

[316] Colégio de S. Pedro de Alcântara: "[...] No que diz respeito à parte higiênica e tratamento de doentes, executam-se com inteira pontualidade as indicações do médico do estabelecimento. Este serviço, da mais séria responsabilidade, está incumbido aos próprios diretores e a um enfermeiro especial, verdadeiramente amigo, dotado de paternal dedicação e de um cuidado inimitável". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 445.

[317] Estabelecimento onde se preparam e vendem medicamentos; farmácia". BOTICA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 222.

[318] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 420.

[319] LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856, p. 403.

[320] ESTATUTOS DO Colégio D'Educação Clássica Todos os Santos, na Bahia. *Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 3, 10 fev. 1849.

Além de contarem com a assistência de médico, os grandes internatos anunciavam existir no estabelecimento uma enfermaria[321] ou sala específica[322], em espaço separado, conforme a recomendação médico-higiênica, que servia para o atendimento e isolamento dos doentes. Os diretores de determinados colégios também divulgavam estatísticas sobre enfermidades ou mortalidades ocorridas no internato. Quanto a isso, o diretor do Colégio Vitório informava que no período de 40 anos (1840-1880) só haviam falecido[323] sete alunos internos dos medicados no colégio.

Agora, somando todos os preços dos serviços e objetos disponibilizados e cobrados por um internato da Corte Imperial (pensão, uma língua, uma arte de recreio, lavagem e goma de roupas, joia de entrada), tomando como referência o ano de 1870, uma família teria que desembolsar um valor anual que podia variar de 756$000 a 622$000 réis para um pensionista do sexo masculino e de 512$000 a 605$000 réis para um pensionista do sexo feminino. Evidentemente, ficavam fora desse cálculo as despesas com o deslocamento, o enxoval, o material escolar, despesas pessoais, eventuais gastos com o tratamento de enfermidades (médico e botica), e as férias de Natal passadas no internato. Contabilizados todos esses custos, a procura aos internatos tornava-se proibitiva para a grande maioria da população e no mínimo difícil para os estratos médios da sociedade que poderiam almejar investir na instrução de seus filhos como uma possibilidade objetiva de ascensão social.

---

[321] Colégio Vitório: "[...] Todos os doentes têm sido tratados na enfermaria do colégio d'onde nunca sairão para casa alguma de saúde ou hospital; excetuam-se, porém, as moléstias contagiosas". LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 421.

[322] Colégio S. João em Salvador: "Em caso de moléstias os pais, ou correspondentes ou tutores serão imediatamente avisados, podendo o aluno ser tratado no colégio; para o que há uma sala especial, com todos os cômodos". BAHIA. Colégio S. João. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 4, 02 de mar. 1859.

[323] Colégio Vitório: "[...] em 1860, Francisco Moreira de Souza, natural de S. João da Barra, de um tifo adquirido por causa do sol do verão na viagem de casa para o colégio; Manoel Pereira Gomes, natural de Araruana, de um ataque cerebral repentino; em 1871, Antonio da Silveira Goulart; em 1872, João Caetano de Oliveira Guimarães; em 1873, Cornélio Septembrino Falcão; em 1875, José Augusto Pereira, vítimas de várias moléstias graves, sendo algumas hereditárias, e Bernardino Julio de Carvalho, em 1876". SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1888.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 45º ano, 1888, p. 614.

CAPÍTULO IV
SURGIMENTO DOS INTERNATOS EM SERGIPE (SÉCULO XIX)

4.1 Instrução em Sergipe no século XIX

Os primórdios das práticas de internamento em Sergipe para fins de instrução ou educação podem ser encontrados ainda no século XVIII, quando moças naturais da Capitania de Sergipe del Rei eram internadas em conventos também com a finalidade[1] de serem educadas. Nas listas de recolhidas do Convento da Soledade[2], em Salvador, aparecem sergipanas[3] que foram internadas por seus pais, tanto na condição de religiosas, que depois de "[...] recolhidas desejaram e foram aptas a receber o véu preto de professas, como também moçoilas ou mesmo de meninas pré-adolescentes que estiveram nesta instituição com finalidade de se educarem, temporariamente"[4].

Adentrando o século XIX, especialmente na segunda metade deste, surgem as aulas e estabelecimentos particulares de ensino que ofereciam vagas para alunos pensionistas ou internos. A partir da emancipação[5] política de Sergipe, em 1820, o governo provincial tratou

---

[1] Segundo Adínia Santana Ferreira: "O ingresso de meninas, jovens e mulheres nessas casas de reclusão foi motivado por diversos fatores, dentre eles, a imposição dos pais e/ou maridos, a instituição do morgadio, regime em que os herdeiras poderiam abrir mão da herança em prol de irmãos mais velhos ao se tornarem religiosas, o zelo dos pais com a formação espiritual e escolar de suas filhas, a fim de prepará-las para o estado de religião ou de matrimônio, ou a própria escolha de muitas jovens mulheres pela vida religiosa". FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade*: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 6.

[2] Sobre o assunto, consultar, entre outros, FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade*: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. e MOTT, Luiz. Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 31, 1992.

[3] Relação de moças sergipanas que ingressaram no Convento da Soledade (1739-1752), conforme levantamento realizado por Adínia Santana Ferreira: Teresa de Jesus Maria – Sergipe d'El Rey, Freguesia de Santa Luzia. Filiação: Máximo Luís de La Peña e Anna Pereira de Matos; Antonia Jesus Maria. Freguesia de Santa Luzia, Rio Real, Sergipe d'El Rey. Filiação: Afonso Lessa e Maria da Silva; Ângela da Encarnação – Freguesia de Santa Luzia, Rio Real. Filição: Leandro Vieira de Mello e Eugênia da Costa; Lourença de Jesus. Filiação: Manoel Francisco e Lourença Roiz Barbosa. Freguesia Santa Luzia. FERREIRA, op. cit.

[4] MOTT, op. cit., p.98.

[5] Tornou-se independente da Capitania da Bahia em 1820, pela Carta Régia de D. João VI, de 8 de julho de 1820.

de expandir o ensino público, criando cadeiras de primeiras letras masculinas e femininas[6] e aulas avulsas masculinas do ensino secundário[7] em diversas localidades.

O imperador D. Pedro II, na visita[8] que fez a Sergipe, no período de 11 a 21 janeiro de 1860, esteve em escolas públicas da capital e do interior da província e anotou em seu diário informações sobre a instrução na província. Em geral, suas impressões registravam uma situação de atraso da instrução sergipana, como exemplificado no trecho a seguir de suas observações a respeito de aulas que funcionavam na capital da província:

> Aula de meninas regida por J.ª Maria da Trindade – 70 matriculados – não muito bem escrito o livro de matrícula. 1.ª lê sofrivelmente livros, e menos mal em gramática – divide bem e sabe tirar a prova real. Freq. 1 ano e 4 meses, mas já tinha estudado pouco – segundo diz a professora, que parece boa – noutra escola 2.ª lê sofrivelmente, gramática mal, divisão com 2 letras no divisor, porém mal ainda. Doutrina sabem as rezas, mas as explicações não são exatas todas, apesar da professora contentar-se com elas. Letra das meninas sofrível.
> Aula de história do Brasil, nas Villas-Boas. 15 matr. Não gostei.
> Aula pública de meninos de Inácio de Sousa Valadão – matr. 86. O livro de matrícula não parece bem feito, mas a letra do professor é sofrível.
> 1.° lê sofrivelmente – gramática muito atrasado, não sabe dividir tendo errado toda a conta. Desde 19 de fevereiro de 1959 aqui tendo já estudado 10 meses em Sergipe. 2.° lê mal; gramática apenas começou – este que é o melhor divide bem; mas vagarosamente, e não se lembra da prova real da divisão.
> Doutrina mal sabem as rezas e o professor está muito atrasado parecendo mau. Letra dos meninos pior que a das meninas.
> De tarde depois das aulas fui à repartição da instrução pública provincial. Casa pequena, e este ramo de serviço está pessimamente montado na província.[9]

A situação da instrução pública em Sergipe durante o século XIX também era muito recorrente nos relatórios dos inspetores da instrução pública. O atraso era visto como resultante de entraves, tais como a falta de formação e/ou incapacidade dos professores, a

---

[6] A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 concedeu à mulher o direito à educação pública, ao prever a criação de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos. Na Província de Sergipe, as primeiras escolas públicas para o sexo feminino foram criadas em 1831 nas localidades de São Cristóvão, Estância, Laranjeiras e Propriá, evocando, assim, o governo provincial a responsabilidade de ministrar as primeiras letras à mulher.

[7] Somente no começo do século XX as mulheres tiveram acesso ao ensino secundário público.

[8] O imperador D. Pedro II, na visita que fez à Província de Sergipe, em 1860, esteve na capital, Aracaju, e nas cidades de São Cristóvão, Maruim, Laranjeiras e Estância.

[9] REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em 1860. Aracaju: Regina, nº 26, 1961-1965, p. 67.

falta de recursos financeiros da província e de condições materiais das escolas e a ignorância e indiferença dos pais com a instrução de seus filhos[10].

A péssima condição dos professores, especialmente das cadeiras de primeiras letras, era vista pelas autoridades da educação pública sergipana como resultante da inexistência de uma escola normal[11] na província, de muitos professores não terem "vocação"[12] para o magistério e dos "mesquinhos" ordenados recebidos por eles. Também é preciso considerar a interferência[13] do poder político no provimento das cadeiras públicas, trazendo como consequência o exercício do magistério por pessoas sem preparo e que se utilizavam do magistério como uma atividade complementar da renda obtida com outras atividades[14]. Esta última situação, muitas vezes, foi registrada pelos inspetores do ensino e expostas nos jornais da época. A esse respeito, pode ser citado o ofício remetido pelo inspetor das Aulas da Capital, Cypriano José Correa, advertindo o professor Manoel Cardoso de Loureiro Fraga sobre a conduta desse professor na condução da aula pública que estava sob a responsabilidade dele.

> Ilm. Sr. – Tendo eu por três vezes, em diferentes dias, me dirigido à aula de primeiras letras, que V. S. rege, para inspecioná-la, como me cumpre, e achado à V. S. dela ausente, e os seus alunos em completa desordem; além das vezes, que em dias, e horas letivas à V. S. encontro percorrendo as ruas, e das em que à V. S. presencio na prática de atos mui particulares da vida privada no recinto de uma Aula Pública distraindo e perturbando por tal modo a serena atenção, que ao estudo devem aplicar os seus discípulos, com

---

[10] Esses motivos podem ser encontrados em quase todas as falas dos presidentes da província e nos relatórios dos inspetores da instrução pública. Consultar especialmente: REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1864. (Anexo letra D). In: CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 24 de fevereiro de 1864.* Aracaju: Typographia Provincial, 1864, p. 6.

[11] As Escolas Normais para o sexo masculino começaram a ser criadas no Brasil, a partir de 1839, nas províncias de Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845), São Paulo (1846), Pará (1839), Sergipe (1870) e Goiás (1882). Em 1877, em Sergipe, a Escola Normal já recebia alunos do sexo feminino. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. *Vestidas de Azul e Branco*. Um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Editora UFS, 2003.

[12] Discurso recorrente em todo o século XIX: "Muitos professores públicos, direi mesmo a maioria d'eles, tem muito concorrido para que os alunos desertem os seus bancos. Não compreendendo a santidade dos deveres de seu cargo, desconhecendo a importância de sua missão, como membros do mais importante sacerdócio, ignorantes, inativos, sem a menor vocação para o magistério, que não encaram, senão como um oficio, ou como um meio de ganhar dinheiro, nem sabem ensinar, nem sabem o que ensinam, nem ao menos ensinam o que sabem, abandonam o ensino para entregarem-se a misteres e ocupações muito deferentes [...]". REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor das Aulas da Província, 1860. (Anexo E). In: *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.*Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p. 15.

[13] Principalmente os professores primários eram joguetes dos interesses dos chefes políticos. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

[14] Situação que adentrou o século XX segundo o testemunho de Gilberto Amado quando diz que "[...] escola no Brasil era, no meu tempo, arremedo de ensino, à luz da técnica didática. Professores capazes, poucos; a maioria nomeada por política, para emprego no orçamento, não para exercício efetivo do cargo. Em Sergipe criou-se uma cadeira de grego. Para ela nomearam um farmacêutico de poucas letras mesmo em português. [...] O homem, considerado sério (veja-se que seriedade!), aceitou o cargo. A família 'precisava', a farmácia não rendia bastante... [...]". Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: Editora UFS, 1999, p. 172.

> o que gravemente sofre a instrução primária a seu cargo, em satisfação dos meus deveres tenho por muito recomendado a V. S. a abstinência da prática de tais e semelhantes fatos, e o cumprimento das importantes obrigações que a Lei lhe impõe e que exige o sublime cargo, que à V. S. foi confiado.
> Muito espero, que os patrióticos sentimentos que V. S. deve nutrir, o amor que deve consagrar a felicidade da Juventude Sergipense, o respeito que cumpre-lhe guardar aos seus deveres, e a esperança, que nutro de vê-los por V. S. desempenhados, me dispensem de por mais outra vez oficiar por eles.
> Deus guarde à V. S. Sergipe 28 de setembro de 1842. Ilm. Sr. Manoel Cardoso de Loureiro Fraga. Professor público de primeiras letras da Capital. – Cypriano José Correa, Inspetor das Aulas do Município da mesma.

De outro modo, a falta de formação dos professores trazia como consequência a anarquia nas aulas, a diminuta frequência e/ou assiduidade e aproveitamento dos alunos. Estes fatores concorriam para o aumento da procura, entre as classes abastadas e médias, por professores ou estabelecimentos particulares na província e fora dela.[15]

> De tudo isso tem provindo que os pais de famílias zelosos dos progressos de seus filhos repugnam confiar a educação d'estes a homens ignaros, imperitos, e descuidosos; e preferem fazer por ela sacrifícios, pagando a mestres particulares, que ao menos estimulados pelo interesse, apuram-se no aproveitamento dos meninos, que lhes são entregues, e apresentam sensíveis resultados. Tal é, entretanto o motivo porque as aulas particulares são muito frequentadas, e as públicas quase desertas, ainda mesmo em alguns lugares populosos, e d'aí dois males: gastar a Fazenda Provincial avultadas somas, e não colher a mocidade o menor fruto desse dispêndio.[16]

Outro problema que afetava o desempenho da instrução pública era a inexistência de edifícios[17] próprios para o funcionamento das aulas. Os professores lecionavam em suas próprias residências[18]. Em geral, eram casas "estreitas, acanhadas, e insalubres, havidas por

---

[15] Situação também presente na instrução pública do Munícipio da Corte, conforme relatado pelo inspetor geral José Bento da Cunha Figueiredo: "Nas visitas que hei feito algumas escolas tenho notado que os filhos de pessoas da classe pobre são os que somente as frequentam: atribuo este fato menos a tendências aristocráticas do que ao estado quase desprezível das salas de estudo". FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p.17.

[16] PERETI, Anselmo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. [São Christovão]: Typographia Provincial, 1843, p. 11.

[17] A situação da falta de edifícios próprios para a educação era um problema presente em muitas províncias. Na maior parte delas as escolas funcionavam em casas alugadas e sem condições apropriadas. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 100.

[18] A mesma situação foi constatada na Província da Bahia em 1856 pelo Diretor Geral de Estudos da Província da Bahia, Dr. Abílio Cesar Borges: "Eu, que tenho percorrido a maior parte do interior da Província, julgo-me assás habilitado para declarar à V. Ex. que não há por ali, em parte alguma, uma só aula primária colocada em edifício que tenha os requisitos essenciais: – sempre acanhados, escuros, deaceiados, acaçapados, tristes, e insalubres. E sendo de primeira intuição que não pode haver boa ordem e disciplina em escolas, cujos edifícios alem de maus careçam da competente mobília [...]". BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente Commendador Alvaro Tiberio de*

aluguel á expensas [...] dos mesquinhos ordenados, ou suas minguadas gratificações"[19]. Ao problema dos espaços inapropriados somavam-se a carência de mobília e de todo um conjunto de materiais escolares, ou seja, silabários impressos, compêndios, livros, lousas, papel, tinta e lápis.

No ano de 1877 o inspetor geral das Aulas, Pelino Francisco de Carvalho Nobre[20], registrou a situação de penúria das aulas públicas na província sergipana, especialmente devido às condições físicas das escolas, "[...] além da falta de espaço, de ar e de luz, pela estreiteza de suas áreas, vê-se a olhos nus, as pobres criancinhas, que as freqüentam ou de pé ou assentadas em taboas ao rés do chão; onde não há uma mesa para o professor [...]"[21].

As matrículas e o desempenho das aulas públicas igualmente eram comprometidos pelo estado de miséria[22] das classes pobres, principais segmentos sociais que necessitavam das aulas públicas, que nessa condição desfavorável acabavam por descuidar[23] da matrícula e/ou assiduidade dos seus filhos às aulas. Somava-se a esse problema a vida rural da maior parte da população, as longas distâncias e/ou inexistência de aulas públicas para atender a

---

Moncorvo e Lima por Abílio Cesar Borges. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856, p.14. Situação semelhante descrita em 1898 pelo Dr. José Lopes Patury: "A maior parte das escolas, porém, funcionam em casas de propriedade particular, construídas para um fim inteiramente diverso e escolhidas ao acaso dentre as que ficam mais próximas do professor, ou mesmo em sua própria residência, em uma saleta acanhada, sem ar e sem luz, ou ainda naquela cujo aluguel for mais cômodo. [...] resultando desse grave inconveniente, muitas vezes, satisfazerem estes às necessidades corporais em lugares públicos, com prejuízo da conservação do pudor e promovendo um desacato à moralidade pública, com o consentimento ou tolerância do mestre, o próprio encarregado da educação do povo.[...] Algumas delas são verdadeiros focos de infecção, verdadeiros meios próprios para a predisposição mórbida, verdadeiras máquinas de fabricar doentes, onde cada professor cava a ruína de cada aluno. PATURY, José Lopes. *Higiene escolar*. Bahia: Litho-Typographia e Encadenação V. Oliveira & C., 1898, p. 32.

[19] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 8.

[20] Filho do coronel Francisco Antonio de Carvalho Nobre e D. Delfina Nobre, nasceu em Laranjeiras e faleceu em Aracaju (5/12/1839 a 24/12/1907). Bacharel em ciências jurídicas e sociais graduado na Faculdade do Recife no ano de 1866, promotor público da comarca do Aracaju (1868), curador de órfãos, deputado provincial, diretor geral da instrução pública (1877 e 1885), vice-presidente da província e outros cargos públicos. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano.* Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

[21] NOBRE, Pelino Francisco de Carvalho. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, 1877. (Anexo). In: FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878*. Aracaju: Typographia Jornal de Aracaju, 1878, p. 13.

[22] A economia sergipana foi afetada, na segunda metade do século XIX, por crises que aprofundaram a miséria da população. Entre os anos de 1855 e 1859 foi a epidemia do cólera-morbus e as secas periódicas das décadas de 1850 e 1860. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

[23] Em 1889 José Ricardo Pires de Almeida, na sua História da Instrução Pública no Brasil, escrevia que "[...] quanto à negligencia e à indiferença dos pais, estes são escusáveis em muitos casos porque, às vezes, é conseqüência da pobreza que não lhes permite vestir decentemente os filhos para enviá-los à escola; outras vezes é a distancia a percorrer que é muito grande e não é prudente que as crianças percorram um trajeto muito longo sem companhia. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 296.

toda a população escolável. No ano de 1867, o inspetor geral José João de Araújo Lima apresentou a seguinte situação deficitária da instrução na província sergipana:

> O número dos matriculados nas diversas escolas da Província não está em relação com o algarismo da população. Querem alguns escritores que tem feito estudos sobre a estatística das aulas, que o número de alunos esteja na razão de um quinto da população: ora sendo esta em Sergipe computada, segundo Pompeu (Geografia de 1861) em 220.000 habitantes livres e 55600 escravos, deveriam ter-se matriculado 44.000 meninos, mas, em todas as aulas compreendidas as de instrução secundária, só houve 4512, isto é , pouco mais de uma 49ª parte, e portanto, admitido este cálculo, ficaram sem instrução 39188 meninos.[24]

A insuficiência ou deficiências, ou simplesmente, a inexistência das aulas públicas animavam e fizeram prosperar o ensino particular que crescia entre as famílias abastadas ligadas à produção açucareira, do algodão e da zona de criação de gado, comerciantes e estratos médios da população. Os engenhos de açúcar, sobretudo, garantiam a prosperidade de um pequeno número de famílias que, para garantir a instrução de seus filhos, recorriam a preceptoras[25] particulares, ou matriculavam seus filhos nas aulas e colégios[26] particulares ou os enviavam para os internatos fora da província de onde seguiam para as Faculdades do Império. Neste último caso podem ser elencados, de forma exemplificativa, meninos ou moços de engenhos enviados para colégios-internatos em outras províncias, conforme o quadro seguinte.

Nº	NOME/ANO NASCIMENTO	LOCAL NASCIMENTO	LOCAL DA INSTRUÇÃO		PROFISSÃO
			PRIM. E/OU SEC.	SUPERIOR	
01	Albano de Mello Prado (1896)	Engenho da Mata Verde (Siriri)	Ginásio Carneiro Ribeiro (Salvador)	FAMERJ[27]	Médico
02	Albano do Prado P. Franco Junior (1880)	Engenho S. José (Laranjeiras)	Colégio S. Salvador (Salvador)	FAMEB[28]	Médico
03	Alcides Brasil de O. Goes (1876)	Engenho de S. Miguel	Colégio S. Salvador (Salvador)	FAMEB	Médico
04	Alípio Cardoso F. de Menezes (1859)	Engenho Novo (Santa Luzia)	Colégio S. Salvador (Salvador)	FAMEB	Médico
05	Augusto Freire de M. Barreto (1862)	Engenho Cantadôro (Laranjeiras)	Colégio Kopke (Petrópolis) e Ginásio	FAMEB	Médico

[24] LIMA, José João de Araújo. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1868. (Anexo). In: BULCÃO, Antonio de Araujo d'Aragão. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868*. Aracaju: Typographia Jornal de Sergipe, 1868.

[25] Sobre as preceptoras em Sergipe consultar: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *A Preceptora*: representações em "Amar, verbo intransitivo" de Màrio de Andrade. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

[26] Como informa José Ricardo Pires de Almeida, no século XIX a denominação "colégio" se aplicava indistintamente, no Brasil, a toda espécie de escola, mesmo as mais elementares. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 95.

[27] Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

[28] Faculdade de Medicina da Bahia

			Baiano (Salvador)		
06	Eugenio Teles da S. Fontes (1845)	Engenho S. Francisco (Socorro)	Colégio Abílio (Rio de Janeiro)	F. de Direito do Recife	Advogado
07	Fausto de Aguiar Cardoso (1864)	Engenho São Felix (Divina Pastora)	Colégio Sete de Setembro (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
08	Francisco Soares de B. Travassos[29] (1873)	Engenho Vermelho (Japaratuba)	Colégio Menezes Vieira (Rio de Janeiro)	Escola de Ouro Preto	Farmacêutico
09	Francisco Vieira Leite (1887)	Engenho Castelo (Santa Luzia)	Preparatórios em Salvador	FAMEB	Médico
10	Horacio Vieira de Mello (1884)	Engenho Santa Bárbara (Rosário)	Preparatórios em Salvador	FAMEB	Médico
11	João Gomes Barreto (1861)	Engenho Rosário (Rosário)	Preparatórios em Salvador	F. de Direito do Recife	Advogado
12	João Gomes Vieira de Mello (1866)	Engenho Santa Bárbara (Rosário do Catete)	Colégio S. José (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
13	João da Silva Mello (1856)	Engenho Araçá (Capela)	Colégio S. João (Salvador), Gustavo de Sá (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
14	José Mateus de Aguiar (1864)	Engenho S. Felix (Divina Pastora)	Colégio Sete de Setembro (Salvador)	---	Advogado
15	Lauro de Mello Andrade (1898)	Engenho S. Joaquim (Rosário do Catete)	Colégio Carneiro (Salvador)	---	Engenheiro
16	Martinho Cezar da Silveira Garcez (1850)	Engenho Comendaroba (Laranjeiras)	Colégios Santo Antonio e Vitória (RJ)	F. de Direito do Recife	Advogado
17	Olympio Cardoso da Silveira (1879)	Engenho Payayá	Colégio Spencer (Salvador) e G.Baiano	FAMEB	Farmacêutico e médico
18	Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro (1851)	Engenho Varzinhas (Laranjeiras)	Colégio S. João (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
19	Serafim Vieira de Almeida (1868)	Engenho Buraco (Itaporanga)	Colégio São José (Salvador)	FAMEB	Médico
20	Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro (1852)	Engenho Varzinhas (Laranjeiras)	Ateneu Baiano (Salvador)	---	---

Quadro 18 – Relação exemplificativa de meninos ou moços de engenhos enviados para colégios-internatos em outras províncias
Fonte: GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano.* Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

O costume de classes ricas sergipanas de enviar seus filhos para estudar nos internatos em outras províncias do Império foi uma opção que se manteve durante toda a segunda metade do século XIX[30] e permaneceu existindo durante boa parte da primeira metade do século XX[31]. Esta situação era bastante evidente na busca pelos colégios-internatos das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, os quais ministravam os preparatórios[32] para os

[29] Concluído o curso de Farmácia em 1890, formou-se Cirurgião-Dentista pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1898 e em Direito em 1921 na Faculdade Livre da Bahia.

[30] Desde a primeira metade do século XIX existem registros de muitos estudantes naturais de Sergipe matriculados em colégios nas províncias onde estavam sediadas as Faculdades do Império. AMARAL, Joaquim Alvares. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial.*[São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1846.

[31] O Colégio Antonio Viera (CAV), em Salvador, recebeu no período de 1917 a 1930 muitos filhos de grandes proprietários rurais, usineiros e comerciantes sergipanos. ALMEIDA, Stela Borges de. *Negativos em vidro*. Coleção de Imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930. Salvador: EDUFBA, 2002.

[32] Para o ingresso nas escolas superiores era necessária a aprovação nos Exames Preparatórios realizados nas próprias Faculdades do Império. As Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro exigiam para o ingresso

exames de ingresso nas Faculdades[33] sediadas nessas localidades. Igualmente existiram casos do envio por pais ou tutores de meninos aos internatos fora da província a fim de cursar o ensino primário. Foi o caso de meninos sergipanos como Deodato da Silva Maia[34], que, com idade de 11 anos, foi internado no Colégio Sete de Setembro, em Salvador; e Francisco Fernandes de Sousa[35], contando apenas 9 anos de idade, foi internado no Colégio Ateneu Baiano. Contudo, provavelmente a maior parte das famílias sergipanas somente recorria aos internatos localizados em outras províncias para que seus filhos cursassem o ensino secundário com idade entre 12 e 15 anos mais ou menos.

A escolha dos internatos locais ordinariamente era feita pela impressão dos exames a que assistiam os pais, por uma visita ao estabelecimento, por conselho de um parente ou de um protetor. Também influenciava na escolha a seriedade do estabelecimento, os resultados obtidos pelos alunos nos exames, o exemplo do diretor, seu capital social, pela instrução prometida, professores, entre outros. Na escolha do internato localizado em outra província era comum que os pais recorressem a amigos ou familiares que residiam onde estavam estabelecidos os colégios, ou se informassem através dos anúncios dos internatos costumeiramente publicados nos jornais e almanaques[36] que circulavam em Sergipe.

Era comum que proprietários de colégios localizados principalmente em Recife, Rio de Janeiro e Salvador mandassem publicar nos jornais sergipanos anúncios dos seus estabelecimentos. Podem ser citados, entre outros, os anúncios dos colégios Alberto Brandão (Vassouras, RJ), Euler (Nova Friburgo, RJ), Ateneu Baiano (Salvador), Colégio De Educação Clássica Todos os Santos (Salvador) e Colégio S. João (Salvador). Nessas publicações, os interessados podiam tomar conhecimento sobre as condições e localização do estabelecimento, o professorado, as condições de matrícula (idade, valores das pensões,

---

dos candidatos a aprovação nos exames de Latim, Inglês ou Francês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Médico- cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro, 1832.

[33] Escola de Direito de Olinda, Faculdade de Medicina da Bahia, Faculdade de Direito de São Paulo.

[34] Bacharel, filho de Deodato da Silva Maia e Umbelina de Oliveira Borges, nascido na cidade de Maruim em 29 de novembro de 1876, formou-se em Direito em 1901 na Faculdade Livre de Direito (RJ). Advogado no Rio de Janeiro e professor do Instituto Comercial da mesma cidade. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano.* Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

[35] Médico, nasceu em 17 de julho de 1849 na cidade de São Cristóvão, filho de Antonio Fernandes de Souza e Ana Joaquina Fernandes de Souza, formado em medicina em 1880, pela Faculdade de Medicina da Bahia. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

[36] Entre outros, o Almanaque Mercantil de Laemert que possuía uma sessão sobre os colégios com internatos do Rio de Janeiro, e de circulação nacional. O Laemert circulou em Sergipe lembrado nas memórias de Gilberto Amado: "Não me saía também das mãos o Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, o Laemert e o de Sergipe. Charadas, enigmas, logorifos, eu os abatia, 'com facilidade', propalava meu pai. Espicaçado por ele, compunha charadas e logogrifos para a vida decifrar". AMADO, Gilberto. *História da Minha Infância*. São Cristóvão: Editora da UFS, 1999, p. 104.

documentos, enxoval etc.), as referências apresentadas pelos proprietários dos estabelecimentos, entre outras informações.

Os internatos locais, "ao pé da porta" ou de uma cidade distante da residência, eram frequentados principalmente por meninos ou meninas que, como dizia em 1859 o inspetor geral das Aulas Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, ainda estavam em idade de cursar as "[...] primeiras letras que por seus poucos anos, seus pais os querem mais debaixo de suas vistas [...]"[37], ou porque pertenciam às famílias que não podiam fazer face aos gastos para mantê-los em um internato fora da província. No final do século XIX em diante, à medida em que o ensino secundário particular ganhava prestígio e crescia o contingente das classes ricas, os colégios sergipanos tiveram um considerável aumento de alunos internos, especialmente na capital.

Outrossim, o envio de filhos para um internato fora da província requeria, por parte da família, algumas providências. Primeiro, era necessário um correspondente[38] na cidade onde estava localizado o colégio para que este fizesse toda a comunicação com a família do estudante, inclusive respondesse às necessidades materiais dele e garantisse o pagamento das pensões e outras obrigações para com o colégio. Esta providência era garantida pelas relações comerciais que as classes ricas de Sergipe mantinham com os comerciantes dessas províncias, especialmente da Bahia[39]. Como salientava o inspetor Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, "os pais que estão no caso de pagar pensões têm relações comerciais na Bahia, ou em outras Províncias, e lhes é mais cômodo para esses lugares mandarem seus

---

[37] ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p. 14.

[38] Mesmo os pequenos internatos localizados na província exigiam dos pais ou responsáveis a figura do correspondente quando estes não residiam na mesma cidade do estabelecimento. Neste sentido, era o que exigia o estatuto do Colégio Inglês na cidade de Laranjeiras: "Cada aluna deverá ter um correspondente que se responsabilize pelo pagamento das pensões; estas uma vez recebidas consideram-se vencidas e sem direito à restituição". ESTATUTOS DO Colégio Inglês. *O Horizonte*. Laranjeiras, p. 4, 24 dez. 1885.

[39] Principais colégios particulares de ensino primário e secundário da cidade de Salvador – *masculinos*: São José (Conego Dr. João Nepomuceno da Rocha), São João (Dr. João Estanislau da Silva Lisboa), Sete de Setembro (Luiz França P. de Carvalho), Pedro II (Dr. Antonio Augusto Guimarães), Ginasio Brasileiro Alemão (J. G. Theodoro Uflacker), Ateneu Baiano (Padre José Alves Martins do Loreto), Santo Antonio – Quinta (Conego Francisco Pereira de Souza), São Francisco (Dr. Gustavo Adolpho de Sá), Santo Antonio – rua de S. José (Manuel Lopes Pontes), S. Pedro, Bahia (Conego Dr. Emilio Lopes Freire Lobo e Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro), S. Vicente de Paula (Padre Domingos José de Brito), Paraense (Dr. Domingos Rodrigues Seixas e Dr. Ramiro Afonso Monteiro), – *femininos*: Coração de Maria (Mathilde Elisabeth Schroder), Nossa Senhora do Amparo, Conceição (Elisa Rosa Guedes), Gratidão (Joana Francisca Moreira Santos), Piedade (Cristina Blandy Motta), Primavera (Rosa Candida Rangel), Santa Clara (Narcisa Maria do Amor Divino), Santa Izabel (Joana Maria da Silva), Santana (Ana Emilia Paraizo), Nossa Senhora da Gloria (Maria Augusta Azambuja), Esperança Emilia Constança de Azevedo e Silva). MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia* no dia 1.º de março de 1874. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1874, p.71.

filhos [...]”[40]. Outra providência, não menos importante, era a preparação do enxoval[41], conforme as exigências descritas nos prospectos ou estatutos[42] do internato escolhido.

A procura de estabelecimentos particulares de ensino, dentro e fora da província, e a situação desacreditada do ensino público, também podem ser entendidas pelas relações entre as classes. Como anotou em 1860 o inspetor Guilherme Pereira Rabelo, as classes abastadas da província sergipana, “[...] inchadas de orgulho e intumescidas de presunção, crendo que seus filhos são de uma argila diferente das dos filhos dos pobres, e vendo de mais reinarem nas escolas públicas o desleixo, a negligência, e a anarquia [...]”[43], não aceitavam matricular seus filhos nesses estabelecimentos [...]”, o que também contribuía para estimular o crescimento dos estabelecimentos de ensino particular. Assim, deve-se também entender, na busca das elites em matricular seus filhos em colégios particulares[44], como uma estratégia para garantir a separação entre as classes, motivada por preconceito racial.

> As crianças das classes razoavelmente abastadas não vão à escola pública porque seus pais têm, mais ou menos, o preconceito de cor ou porque temem, e com razão, pela moralidade de seus filhos, em contato com esta multidão de garotos cujos pais os enviam à escola apenas para se verem longe deles algumas horas. Deste modo, estas crianças aprendem melhor e mais depressa do que aqueles que freqüentam a escola pública.[45]

A separação das classes ficava muito mais evidente no caso dos internatos que, por suas pensões proibitivas para a maioria da população, davam um sinal de distinção social. Mesmo os estratos médios[46] da população encontravam dificuldades para manter seus filhos em um internato na província e, sobretudo, enviá-los aos conceituados e caros internatos da

---

[40] ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D’Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p. 14.

[41] O estatuto do Colégio Inglês determinava que o “[...] enxoval de cada aluna será feito conforme o gosto e vontade de sua família, sendo, porém, obrigada cada uma delas a trazer cama pequena, colchão, travesseiros e roupa correspondente, lavatório de ferro com bacia e jarros para banho”. ESTATUTOS DO Colégio Inglês. O Horizonte: Laranjeiras, 24 de dezembro de 1885, ano I, nº 28, p. 4.

[42] “Os alunos deverão trazer para o colégio tudo o mais que for necessário a sua estada nele, como cama, roupas, vasilhas para seu uso, como se determinara no regimento interno, e livros para as aulas maiores”. ESTATUTOS DO Colégio D’Educação Clássica Todos os Santos, na Bahia. *Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 3, 10 fev. 1849.

[43] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor das Aulas da Província, 1860. (Anexo E). In: *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.*Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p.15.

[44] A opção e o investimento que as famílias faziam para o envio e manutenção de seus filhos e filhas em colégios de prestígio eram resultantes da posição social e das expectativas que depositavam nas futuras gerações. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

[45] ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 90.

[46] Alguns alunos oriundos de famílias de classe média urbana, que se destacavam nos estudos locais, conseguiam subsídios, através da política de clientela dominante, para estudarem fora da Província. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

Bahia, Pernambuco ou do Rio de Janeiro. Desse modo, o recurso ao internato apresentou-se desde logo na província sergipana como um modelo facilitador para garantir a instrução dos filhos dos segmentos ou classes ricas e, portanto,um fator de diferenciação ou distinção social.

4.2 Internato e o ensino secundário público

De acordo com o Ato Adicional[47] de 1834 da Constituição do Império, competia às Assembléias Legislativas Provinciais legislarem e criarem aulas e estabelecimentos de ensino secundário. Em Sergipe, usando dessa prerrogativa, os presidentes da província foram criando aulas avulsas de latim, geografia, francês, geometria, filosofia nas cidades e/ou vilas de Estância, Laranjeiras, Itabaiana, Capela, Maruim, Propriá e Lagarto.

Na prática, o ensino secundário tinha como objetivo preparar os alunos para os exames preparatórios exigidos para o ingresso no ensino superior. Portanto, os planos de estudo das aulas ou dos estabelecimentos de ensino secundário giravam em torno das exigências determinadas nos exames para o ingresso nas Faculdades do Império[48]. Os exames preparatórios eram "[...] prestados apenas nos estabelecimentos de ensino superior; a partir de 1851, também no Rio de Janeiro, perante a Inspetoria de Instrução Primária e Secundária; e de 1874 em diante, estenderam-se a todas as capitais das Províncias".[49]

Sob o ponto de vista da oferta, o pensamento dominante era de que, diferentemente da universalização do ensino elementar, o ensino secundário deveria ser centralizado[50] em determinados pontos da província e direcionado às classes dirigentes que seguiriam a formação superior ou o exercício de altos cargos públicos. Sobre esse direcionamento do ensino secundário, o Dr. Abílio César Borges, diretor geral de Estudos da Província da Bahia, escrevia, em 1856, que o governo deveria impedir ou dificultar o acesso de indivíduos das classes inferiores, até mesmo à instrução primária média, ou mesmo dificultar que avançassem à instrução secundária[51]. Argumentava o Dr. Abílio:

---

[47] Artigo 10, § 2º do Ato Adicional de 1834.
[48] HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: EDUSP, 2008.
[49] NUNES, Maria Times. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 71.
[50] Defendia essa posição, entre outros, o inspetor geral das Aulas Dr. Guilherme Pereira Rabello. REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 35.
[51] Como informa Jean-Claude Caron: "Do Antigo Regime ao fim do século XIX, inúmeros são os publicistas ou os políticos a exprimir seu receio de ver as classes populares terem acesso ao ensino secundário e reivindicarem uma posição social não correspondente às suas competências nem aos seus 'interesses': o que Richelieu e Colbert, mas também Voltaire e Rousseau, afirmam antes da Revolução (muita instrução nas classes populares ameaça os equilíbrios social e econômico da sociedade), outros (Balzac, Stendhal, Reybaud) o reafirmam no

> Baratear a instrução secundária, generalizando, seria em parte criar uma classe de meios sábios, e quartos de sábios, enfatuados e pedantes que, impossibilitados de continuar os estudos superiores, e desprezando a indústria mecânica ou outra qualquer, tornar-se-iam inúteis e até perigosos membros da sociedade. [...] Distribuída com muita profusão e pouco discernimento, a instrução secundária inspira aos mancebos das classes inferiores o desprezo de seus iguais e o desgosto de seu estado, granjeando-lhes uma espécie de enganadora superioridade que mais lhes não permite contentarem-se com uma existência obscura, e que no entretanto lhes não dá essa superioridade real que poucos homens têm recebido da natureza, e que nenhuma educação poderia fazer adquirir: – e destarte ela povoa a sociedade de membros sem préstimo, que levam-lhe o espírito de insubordinação, o desejo de mudanças, e uma ambição inquieta e vaga a que não pode satisfazer uma situação sempre incerta, e que se move em todos os sentidos para adquirir ou abastança ou autoridade.[52]

Em Sergipe, desde o ano de 1845, era defendida a ideia de reunirem-se as aulas secundárias em um estabelecimento na capital da província, onde os professores comparecessem diariamente para ministrar suas lições e os moços pudessem concorrer a ele sem a necessidade de buscarem fora da província essa instrução. No ano de 1847, a ideia foi colocada em prática pelo presidente da província, o cônego José Francisco Menezes Sobral com a fundação do Liceu[53] de São Cristóvão[54]. O Liceu, que sempre funcionou sem internato, iniciou suas atividades no ano de 1848 com a reunião de cinco cadeiras, onde eram ministradas disciplinas requeridas nos exames preparatórios dos cursos superiores do Império, a saber: latim, francês, inglês, geografia e história, geometria, filosofia e retórica.

Entretanto, desde a fundação do Liceu de São Cristóvão, os relatórios da Congregação do estabelecimento apresentavam números[55] indicadores de uma baixa frequência e pouco

---

século XIX, temendo as conseqüências sociais – às claras, a insurreição ou a revolução – de um excesso de letrados condenados à inatividade". CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens:* A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 152.

[52] BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856, p.28.

[53] Os estabelecimentos públicos de instrução secundária recebiam denominações diferentes de acordo com a província onde estavam localizados: Liceus Provinciais (Amazonas, Piauí, Alagoas, Bahia, Maranhão, Espírito Santo e Sergipe), Colégio (Pará), Ateneu (Rio Grande do Norte).

[54] Sobre a história do Liceu de São Cristóvão consultar LIMA, Aristela Aristides. *Instrução da mocidade no Liceu Sergipense*: um estudo das práticas e representações do ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

[55] Matrícula no Liceu de São Cristóvão (ano - alunos): 1848 – 5, 1849 – 42, 1850 – 60, 1851 – 55, 1852 – 96, 1853 – 88, 1854 – 66: "[...] comparando o movimento do Liceu do ano de 1854 com o dos três anteriores, que o número dos alunos, longe de aumentar, diminui, acrescendo que, tendo perdido o ano cerca de dois terços dos alunos matriculados naquele triênio, essa proporção ainda se aumentou em 1853, pois que de 66, que se matricularam, apenas 13 deixaram de perder o ano". BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1854, p.8.

aproveitamento ou adiantamento dos alunos[56]. Como fatores do fracasso[57] do Liceu, eram apontadas as condições da própria localização da instituição na cidade de São Cristóvão[58], capital da província, mas que, na época, não vinha apresentando desenvolvimento econômico. E, mesmo sendo a sede do governo provincial, tinha dificuldades de instalações[59] e de comunicação com as principais cidades da província. Igualmente, as doenças[60] que acometiam a população concorriam para o estado de abandono em que se achava o Liceu. Somava-se a essas razões o fato de que as elites residentes, principalmente, nas cidades de Estância e Laranjeiras, principais centros econômicos da província, continuavam com o costume de enviar seus filhos para os colégios-internatos fora da província, visto que os exames[61] realizados no Liceu de São Cristóvão não eram reconhecidos para o ingresso nas Faculdades do Império.

A relação entre custos[62] elevados e baixa frequência e aproveitamento dos alunos do Liceu motivaram o debate, nos primeiros anos da década de 1850, a respeito da continuidade

---

[56] Diferentemente do que se podia esperar, a maior parte dos alunos matriculados no Liceu era constituída de alunos egressos de famílias pobres. Em 1849, mostrando o estado de pobreza dos alunos, o diretor da Congregação do Liceu solicitou ao governo provincial que dispensasse, no todo, ou em parte, o imposto de 5$ reis que era cobrado para a matrícula dos alunos. Segundo o diretor, o imposto deveria ser cobrado apenas aos "[...] moços de fortuna, mas não fosse exigido daqueles, que por atestações e documentos adequados provassem os seus poucos recursos". VASCONCELOS, Zacarias de Goes. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 17 de dezembro de 1849*. [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1849, p. 20.

[57] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do inspetor geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 135.

[58] Segundo Maria Thetis Nunes: "A localização geográfica da cidade de São Cristóvão não correspondia às exigências das atividades comerciais sergipanas, em plena expansão. O rio Vaza-Barris, largo e profundo na foz, logo depois bifurca-se, tendo um dos seus braços a direção da Vila de Itaporanga e da Província da Bahia onde nasceu. O outro braço, estreito, com o nome de Paramopama, banha a cidade de São Cristóvão, não oferecendo, porém, condições à navegação e, consequentemente, ao comércio, que convergia para a cidade de Estância, favorecida pela barra do rio Real, ou para as cidades de Laranjeiras e Maruim em busca da barra da Cotinguiba, onde o porto possuía melhores condições para o comércio". NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 140.

[59] Falta de casas para os estudantes de outros pontos da província residir, pois o liceu não tinha internato.

[60] Febre amarela, cólera-morbus. ANDRADE, Amancio João Pereira de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial, em 11 de janeiro de 1851*. [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1851, p. 12.

[61] Constantemente, os presidentes da província discutiam essa questão e, no intuito de dar maior importância ao Liceu de São Cristóvão e estimular a frequência, solicitavam à Assembleia Geral do Império o direito de serem aceitos nas Academias do Império os exames feitos no referido estabelecimento.

[62] No ano de 1851 o governo gastou para manter o Liceu de São Cristóvão a quantia de 6.900$000, o que correspondia a um gasto de 383.333 por cada aluno. Apesar dessas despesas, o estabelecimento contou apenas com uma frequência bastante irrisória de 18 estudantes, dos 55 matriculados. SILVA, José Antonio de Oliveira da. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 8 de março de 1852. [São* Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1852, p. 20. Nesse mesmo ano a pensão anual em um Colégio na Corte Imperial do Rio de Janeiro não custava mais de 300$000 anual. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 7º ano, 1850, p. 242.

do estabelecimento. Nesses debates, o internato[63] era apresentado como medida a ser adotada para o sucesso de um estabelecimento de ensino secundário na província. Segundo as autoridades da instrução, além do liceu, também as aulas avulsas de latim espalhadas por alguns pontos da província ressentiam-se da falta de internatos. Para o presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, essas aulas avulsas, em geral, pouca utilidade prestavam, porque lutavam com o embargo, ou falta de internato, como acontecia no Liceu de São Cristóvão. Deste modo, no entendimento do presidente da província, por causa da falta de internato, as aulas eram frequentadas apenas por alunos dos pequenos povoados onde estavam localizadas, e se continuassem assim deveriam ser extintas[64].

Contudo, havia quem defendesse, antes de extinguir o Liceu ou transferi-lo para outra cidade da província, a continuação do estabelecimento em São Cristóvão com a criação de um internato[65] que pudesse atrair alunos de outros pontos da província, movimentando as matrículas e frequência do estabelecimento. Entretanto, como na visão dos governos provinciais, a criação de um internato público[66] acarretaria "consideráveis" despesas e dificuldades no seu funcionamento, avaliou-se mais prudente adiá-la para época em que as

---

[63] O Liceu Baiano também atravessava no ano de 1856 dificuldades de funcionamento. O Dr. Abílio Cesar Borges, inspetor da Instrução Pública da Bahia na época, também defendia a ideia de instalar no estabelecimento um internato. Segundo o inspetor baiano: "Um internato não oferece o inconveniente dessas reuniões tumultuosas de rapazes e meninos sem um freio legítimo e reconhecido, que muitas vezes fazem cometer excessos por demais repreensíveis e criminosos: – os alunos submetidos a uma vigilância ativa, e a uma severa disciplina, acostumam-se aos hábitos de moderação e ordem, ao respeito que devem a seus mestres, que neste caso exercem sobre eles uma autoridade incontestável. – Aí pode a instrução ser dada com perfeita regularidade, a par de perfeita educação moral. – Todos compreendem ser mais fácil no Internato, do que Externato, a correção dos costumes, e a manutenção da ordem". BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856, p.40.

[64] BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1854, p. 9.

[65] A ideia de criação de um estabelecimento público de ensino secundário era muito recorrente, especialmente nas décadas de 1850 e 1860, no discurso de muitos presidentes de províncias. Na Província do Piauí: "Continuo a pensar que o Liceu nenhuma utilidade prestará à província enquanto não for nele instalado o internato e convenientemente dirigido por pessoa que só a isso se aplique e que seja também diretor da instrução pública na província. Todos os moços que se destinam a formaturas de medicina e direito aprendem em colégios na Bahia e no Maranhão ou em Pernambuco todos os seus preparatórios, e isso porque não há na província um internato no qual possam os pais de família confiar seus filhos". Relatório do presidente da Província do Piauí (1852), conforme copilação realizada por Primitivo Moacyr. MOACY, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a história de Educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 257. Na Província do Rio Grande do Norte: "Parece conveniente criar um Colégio nesta capital, e se não apraz este modesto título, um Liceu, com as cinco aulas de ensinos secundários existentes. Concordaria mesmo em que se dispensasse a de história e geografia, se as poucas forças dos cofres públicos assim o exigem; pois creio que não podemos desde logo fundar tal estabelecimento completamente, como era de desejar, se não dar-lhe princípio, realizando o indispensável; mas com tal instrução *sem o internato*, como são verdadeiramente os colégios de nosso país, penso que pouco adiantaríamos". PASSOS, Antonio Bernardo de. *Fala do presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigido à Assembléia Legislativa Provincial em o 1º de julho de 1855*. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1855.

[66] É necessário atentar que internato público não se confundia com internato gratuito. O termo público significava que seria criado e mantido pelo governo provincial, que para isso cobrava pensões dos alunos internos e externos que fizessem uso de serviços específicos do internato.

rendas da província estivessem em melhor situação.[67] Quanto à ideia de transferir o Liceu para a cidade de Estância ou Laranjeiras, julgava-se que a medida não resolveria o problema, pois essas cidades, mesmo sendo as mais populosas da província, sozinhas não teriam condições de oferecer um número de matrículas que justificasse a transferência.

Igualmente, as dificuldades de comunicação da época, e de uma população predominantemente rural, a criação de um estabelecimento de ensino secundário com internato continuou sendo apresentada como medida acertada a fim de atrair jovens de outros pontos da província, como evidenciado em 1854 no relatório do presidente Inácio Joaquim Barbosa: "Creio que o maior embaraço, com que luta o Liceu, provêem da falta de um internato para os alunos do recôncavo, visto como nenhum grande povoado existe na Província, que só por si possa alimentá-lo regularmente"[68]. Não obstante, em 1855, esse mesmo presidente da província argumentava que a criação de um internato público não seria colocada em prática, pois a experiência do internato em outras províncias já havia demonstrado que somente em estabelecimentos particulares podia produzir benefícios correspondentes às despesas que o modelo acarretava, e porque "[...] o interesse, que tem o empresário de acreditar o estabelecimento para aumentar os seus lucros, desafia melhor a fiscalização e zelo de sua parte"[69]. Além disso, o relaxamento do regime logo aparece no internato público.

Assim, visto que o internato público não teria condições de prosperar, deveria o governo estimular e subvencionar[70] a criação de internatos particulares para o oferecimento do ensino secundário. Adotando essa ideia, em 1855[71], o presidente Inácio Joaquim Barbosa determinou a contratação[72] de dois colégios particulares, um em Estância e outro em Laranjeiras, para que neles fossem reunidas cadeiras do ensino secundário público e o funcionamento de internatos.

No ano da escolha das cidades de Estância e Laranjeiras para a instalação dos internatos, a capital da Província, por ato do mesmo presidente Inácio Joaquim Barbosa, já

---

[67] SILVA, José Antonio de Oliveira da. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 14 de julho de 1853*. São Christovão: Typographia Provincial de Sergipe, 1853, p.11.

[68] BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1854, p. 8.

[69] BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855.* Typographia Provincial de Sergipe, 1855, p. 11.

[70] Segundo José Ricardo Pires de Almeida, as províncias do Paraná e de Goiás suprimiram seus estabelecimentos de ensino secundário para subvencionar colégios particulares. A exemplo da Província de Santa Catarina, que extinguiu o Liceu Provincial para subvencionar o Colégio São Salvador, dos jesuítas. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889).* São Paulo: EDUC, 2000, p. 121.

[71] No mesmo ano o Liceu de São Cristóvão foi extinto pela Resolução nº 422, de 28 de abril de 1855.

[72] Criados pela Lei Provincial nº 398 de 21 de Junho de 1854, e dirigidos pelo regulamento de primeiro de Setembro de 1854.

havia sido transferida[73] para Aracaju[74]. Entretanto, avaliou-se que a nova capital não apresentava condições necessárias (prédios, população, salubridade[75] do local) para receber estabelecimentos de ensino secundário como os que foram criados em Estância e Laranjeiras.

Os colégios-internatos de Estância e Laranjeiras, de acordo com a organização proposta no seu regulamento[76] e no contrato entre o governo provincial e os respectivos empresários, estavam subordinados à Inspetoria Geral das Aulas e tinha uma natureza jurídica híbrida[77], ou seja, um externato público e gratuito sem distinção de disciplinas[78] e um internato particular. Ao diretor ou empresário do colégio, pessoa de reconhecida probidade e conhecimentos literários, cabia manter o internato e semi-internato com o recebimento de pensões e meias pensões, oferecer disciplinas complementares[79] como dança e música, pagas pelos interessados; manter a ordem e disciplina, zelando pelo bom funcionamento do estabelecimento; fiscalizar os professores, presidir os exames anuais e de tudo dando contas ao inspetor geral de ensino.

Ao governo provincial cabia o pagamento da remuneração dos professores e o custeio de aluguel de casas e materiais didáticos para o funcionamento dos estabelecimentos. Esses colégios não passavam de estabelecimentos subvencionados pelo governo, funcionando em casas alugadas, com cômodos arranjados para receber alunos internos. O presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, justificava a subvenção do governo aos colégios como uma medida capaz de incentivar os empresários a investir em um empreendimento que demandava razoáveis investimentos, mas sem muitas garantias de sucesso. Segundo o presidente Inácio Barbosa,

> [...] um internato particular, que possa inspirar confiança ao público pelo seu bom regime, e hábeis mestres, acarreta fortes despesas, e à essas não quererá sem duvida sujeitar-se um empresário na eventualidade de poder ou não atrair ao seu Colégio os alunos, que hoje vão buscar instrução fora da Província, visto, o hábito, e a preocupação, que naturalmente d'ele deriva, de que só fora

---

[73] "Art. 1º - Fica elevada à categoria de cidade o Povoado Santo Antônio do Aracaju, na Barra da Cotinguiba, com a denominação de cidade do Aracaju". SERGIPE. Resolução nº 413 de 17 de março de 1855.

[74] A planta da nova capital da província foi projetada pelo Capitão de Engenharia Sebastião José Basílio Pirro.

[75] Até os primeiros anos da República, a nova capital sofreu com os alagadiços, mangues e as lagoas, as águas paradas concorriam para as febres perniciosas. WYNNE, J. Pires. História de Sergipe (1575-1930). Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970, p. 182.

[76] REGULAMENTO. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 2 set. 1854.

[77] BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855.* Typographia Provincial de Sergipe, 1855, p. 11.

[78] Aulas públicas de latim, francês, filosofia, geometria, geografia e história

[79] "Quintas-feiras pela manhã reservada à aula de dança, e música nas quintas e sábados à tarde". REGULAMENTO. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 2 set. 1854.

> da Província se aprende. E o fato ai está, porque até hoje não se tem estabelecido na Província um único colégio regular [...].[80]

Com a criação dos internatos nas cidades de Estância e Laranjeiras, o presidente Inácio Barbosa esperava que os estabelecimentos funcionassem como polos de atração de alunos oriundos, respectivamente, do sul e do norte da província. A medida procurava responder, também, aos anseios pelo ensino secundário das elites e de estratos médios da população da província sergipana, que eram os segmentos que podiam arcar com os custos do internato.

A escolha da cidade de Estância para sediar um dos internatos deveu-se a sua situação geográfica, que, na época, lhe garantia a prosperidade econômica através da atividade comercial. A cidade se tornara nos meados da década de 1855

> [...] escoadouro da segunda mais importante região açucareira da Província, a bacia do rio Real-Piauí. Também contribuía a relativa proximidade do porto de Salvador para o próspero comércio de exportação e importação, responsável por sua destacada posição na vida econômica sergipana, que irá perder com o desenvolvimento de Aracaju resultante de sua posição portuária [...].[81]

O internato do Colégio Público de Estância, sob a direção do Dr. Antonio Ribeiro, começou a funcionar em 1855 com uma matrícula de 48 alunos[82]. A pequena matrícula inaugural foi motivada, provavelmente, pela epidemia de cólera-morbus que assolou Sergipe em 1855. No ano de 1858, o citado diretor informava ao inspetor geral das Aulas, Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, sobre o adiantamento dos alunos do internato. Conforme suas palavras,

> [...] achou-se bastante adiantamento na maior parte dos alunos, e alguns mereceram louvor, causaram admiração e encheram de glória e contentamento a seus professores pela rapidez e acerto de suas respostas ciência e desenvolvimento das matérias, com que respondiam nos exames. [...] foram aprovados com louvor os alunos seguintes: **Belmiro José de Souza e Oliva** em Filosofia onde brilhou em Lógica; **Antonio Pacheco d'Ávila** e **Belmiro José de Souza e Oliva** em Geometria, Álgebra e Aritmética, em cujas matérias estavam bem cientes e suficientemente adiantados; **Brício Mauricio Cardoso, Horacio Moreira de Magalhães**, **Florentino Telles de Menezes**, **João Telles de Menezes**, em Geografia em que demonstraram todo aproveitamento principalmente o primeiro notado que apresentaram trabalhos de desenho de mapas geográficos preparados

---

[80] BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855.* Typographia Provincial de Sergipe, 1855, p. 11.
[81] NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 228.
[82] BARBOSA, op. cit.

> com bastante perfeição; enfim **Antonio Pacheco d'Ávila** em francês, em que respondeu perfeitamente, traduziu e compôs bem; o **Diocleciano da Costa Dores**, **Gervasio Rodrigues Danta**s e **João Rodrigues Nóbrega** em latim faltando por moléstia **Ramiro Coelho Torres** e principalmente os dois primeiros traduziram com elegância alguns clássicos de prosa e verso.[83] (grifo nosso)

A despeito do bom aproveitamento desses alunos e de estar em melhores condições do que o Colégio de Laranjeiras, de forma geral o internato de Estância não apresentava um aspecto muito "lisonjeiro". Assim, no ano de 1959, o diretor Antonio Ribeiro Lima relatava ao Dr. Autran, inspetor geral das aulas, problemas que ele vinha enfrentando com a falta de assiduidade dos alunos ao estabelecimento.

> [...] sinto profundamente não poder deixar de censurar o procedimento repreensível de muitos alunos a respeito de sua assiduidade; é raro, e pode se dizer que nunca ter o professor a satisfação de encontrar na aula todos os matriculados; muitos vêm no meio dos exercícios d'aula, e quase no fim, e o que é mais escandaloso; alguns tendo estado nas proximidades do internato antes da hora de aulas à espera delas se retiram apenas avistam o professor ou se deixam ficar a conversar por aí sem entrar para aula, e não me resta, e nem aos professores outros recursos, senão aconselhar, repreender e avisar a seus pais como muitas vezes temos feito, sem que se tenha diminuído o desgosto que nos causa tal procedimento.[84]

As dificuldades do Colégio de Estância continuaram no decorrer dos anos. Nesse sentido, foi a impressão de D. Pedro II quando esteve, no ano de 1860, na Província de Sergipe. Visitando a cidade de Estância, o imperador esteve no colégio subvencionado pelo governo provincial, tendo deixado os seguintes registros no seu diário sobre o estabelecimento:

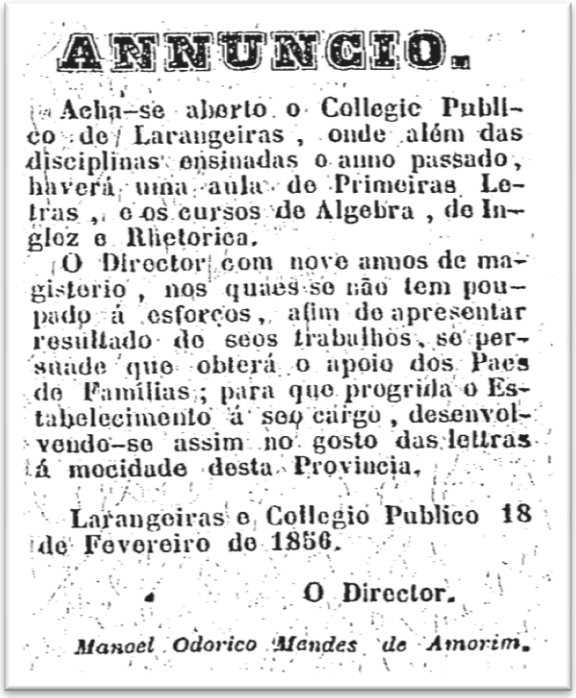
> Há um colégio particular na Estância com professores e casa pagos pela província, espécie de empreitada. [...] Internato – só tem 6 internos, os mais externos, casa mesquinha 58 estudantes – estudantes de geometria 2 fracos. 2 de latim sofríveis, 2 de francês bons, parecendo-me bom o professor – 1 de geografia pouco adiantado, o professor não é bom.[85]

A cidade de Laranjeiras, localizada no norte da província, à margem esquerda do rio Cotinguiba, região produtora de cana-de-açúcar, foi a escolhida pelo presidente Inácio

---

[83] ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p.11.
[84] Ibid., p.11.
[85] REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DE SERGIPE. Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em 1860. Aracaju: Regina, nº 26, 1961-1965, p. 68 e 76.

Joaquim Barbosa para a instalação do outro colégio público com internato. Desde o início do século XIX a cidade de Laranjeiras se destacava como centro principal do comércio importador e exportador da província e mantinha comunicação direta com a Europa, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro através da navegação marítima[86]. Acreditava-se que este fator podia facilitar a atração de jovens à cidade em busca do ensino secundário.



ANNUNCIO.

Acha-se aberto o Collegio Publico de Larangeiras, onde além das disciplinas ensinadas o anno passado, haverá uma aula de Primeiras Letras, e os cursos de Algebra, de Ingloz e Rhetorica.

O Director com nove annos de magisterio, nos quaes se não tem poupado á esforços, afim de apresentar resultado de seos trabalhos, se persuade que obterá o apoio dos Paes de Familias; para que progrida o Estabelecimento á seo cargo, desenvolvendo-se assim no gosto das lettras á mocidade desta Provincia.

Larangeiras e Collegio Publico 18 de Fevereiro de 1856.

O Director.

Manoel Odorico Mendes de Amorim.

Figura 21 – Anúncio do Colégio Público de Laranjeiras – Internato (1856)
Fonte: *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 4, 27 fev. 1856.

A direção do "Colégio Público de Laranjeiras", subvencionado pelo governo provincial, coube ao professor de geometria e francês, Manuel Odorico Mendes de Amorim[87], e as aulas ministradas eram de latim, francês, geometria, filosofia, geografia e história. Desde sua fundação, o colégio de Laranjeiras apresentava um número pequeno de matrículas e, sobretudo, uma insignificante procura pelo internato. Parecem não ter surtido os efeitos esperados os anúncios[88] que o diretor fez publicar nos jornais no ano de 1856, tentando persuadir os pais de famílias a matricularem seus filhos no estabelecimento, pois, nesse ano, o estabelecimento recebeu apenas dois internos dos 32 alunos matriculados. À falta de alunos

[86] NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 221.
[87] Anteriormente havia exercido o cargo de secretário do Liceu de São Cristóvão. *Correio de Sergipe*. São Cristóvão, 27 out. 1847.
[88] ANÚNCIO. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 4, 27 fev. 1856.

internos juntava-se a falta de materiais escolares, como globo terrestre, planetário, mapas geográficos e cadeiras escolares[89].

O diretor Manuel Odorico Mendes de Amorim defendia que as razões para o infortúnio do estabelecimento eram as mesmas que estavam determinando o fracasso de instituições dedicadas ao ensino secundário em outras províncias. Ou seja, faltava uma regulamentação homogênea e uniforme da instrução secundária no país e, principalmente, que fossem reconhecidos os certificados e diplomas dos estabelecimentos provinciais para o ingresso nas Faculdades do Império. Segundo o diretor, mantido o monopólio dos exames preparatórios pelas faculdades, o internato de Laranjeiras estava fadado ao insucesso. Ele dizia: "[...] não espero obter pensionário e nem também nos anos anteriores os tenho obtido, tendo seis apenas frequentando este ano as aulas do Estabelecimento"[90]. Ainda segundo o mencionado diretor, a mesma sorte acompanhava os colégios particulares da cidade, pois os pais preferiam gastar com as pensões dos estabelecimentos de Salvador ou de outras províncias onde estavam sediadas as faculdades, e seus filhos podiam ter mais sucesso nos exames preparatórios.

Diante da insignificante procura, o Colégio de Laranjeiras foi extinto[91] em 2 de novembro de 1859[92], mas continuaram funcionando na cidade de Laranjeiras as cadeiras de filosofia e de geografia sob a direção do professor Tito Augusto Souto de Andrade. O inspetor Guilherme Pereira Rabello justificava a dissolução do internato de Laranjeiras como

> [...] a justa satisfação ao reclamo público contra a existência de um estabelecimento, que não passava de uma **sinecura**, que era mesmo a mais flagrante ironia de um estabelecimento literário. A exceção das aulas de latim e francês, que eram freqüentadas a primeira por 35 alunos e a segunda por 13, todas as demais aulas não contavam mais de 4 alunos, alguns dos quais se não haviam inscrito na matrícula, senão com um meio cômodo de serem dispensados do serviço da Guarda Nacional. Ora não é justo que a Província tire tão pouco proveito de seus sacrifícios, não é justo que quando Ela se esforça por derramar sobre seus filhos a instrução superior, receba na face uma gargalhada de zombaria e de escárnio em paga de sua generosa solicitude [...].[93]

---

[89] ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p.14.
[90] Ibid., p.14.
[91] SERGIPE. Resolução nº 575 de 13 de Julho de 1859.
[92] GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.* [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p. 11.
[93] Ibid., p. 7.

De semelhante forma, em 1860, o governo provincial, objetivando diminuir as despesas[94] da província, extinguiu diversas cadeiras do ensino primário e secundário, e, igualmente, o internato de Estância foi extinto[95]. Com a extinção dos internatos de Laranjeiras e Estância marcou-se o fim de mais uma tentativa[96] de criação de estabelecimento de ensino secundário na Província de Sergipe. Para o inspetor Guilherme Pereira Rabelo era necessário identificar as causas do insucesso dos mencionados internatos, que haviam sido criados para estimular as matrículas no ensino secundário da província.

> Cumpre porém investigar as causas da pouca fortuna destes internatos. A Província regurgita de moços hábeis e talentosos; e com quanto as letras não tenham sido elevadas àquele grau de consideração, que devem merecer em qualquer País, que aspira aos foros de civilizado, com tudo não são tidas em desprezo por aqueles que podem dar a seus filhos uma educação literária superior. As nossas academias contam muitas dezenas de filhos da Província, os quais vão adquirir fora d'ela os conhecimentos humanitários necessários, como preparação para os estudos acadêmicos; entretanto o Liceu de São Cristovão e os internatos de Estância e Laranjeiras; tiveram a fortuna de contarem sempre professores hábeis e zelosos no cumprimento de seus deveres.[97]

Mesmo tendo sido abertos estabelecimentos nas principais cidades da província, com população e fortuna capazes de demandar estudantes para os internatos, o problema da insuficiência de matrículas nos estabelecimentos de ensino secundário continuou. Novamente, o esforço do governo provincial para manter um estabelecimento de ensino secundário esbarrou na falta de número suficiente de alunos que justificasse a manutenção do estabelecimento. As famílias preferiram continuar enviando seus filhos para os colégios-internatos sediados nas províncias sedes das faculdades.

O não reconhecimento dos estudos e exames realizados nos estabelecimentos provinciais de ensino secundário era apresentado como principal fator do fracasso desse ramo

---

[94] "A Assembléia Provincial no seu louvável empenho de fixar as despesas da Província na conformidade da sua receita, suprimiu diversas cadeiras quer do sexo masculino, quer do feminino, tanto do ensino primário, como do secundário.Acompanhando a Assembléia neste seu nobre intuito sancionei e pus imediatamente em execução a mesma Lei. Ficou por esta forma extinto o Internato da Estância [...]". GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.* [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p.5.

[95] A Resolução Provincial nº 585, de 21 de abril de 1960 suprimiu cadeiras do ensino primário e secundário, dissolveu os internatos de Estância e Laranjeiras, que ficaram reduzidos as cadeiras de latim, francês e geometria, sendo suprimidas em ambas estas cidades as cadeiras de filosofia e geografia. REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 4.

[96] A primeira foi a criação do Liceu de São Cristóvão.

[97] REBELLO, op. cit., p. 135.

de ensino em Sergipe e em outras províncias[98]. Conforme o pensamento das autoridades da instrução das províncias, sob essas condições, nem mesmo a criação de internatos em colégios subvencionados pelo governo provincial teria condições de progredir.

Com a extinção do Liceu de São Cristóvão, em 1855, e dos internatos de Estância e Laranjeiras, em 1860, o ensino secundário na Província de Sergipe voltava a se restringir às aulas avulsas. Entretanto, o projeto de um estabelecimento público de ensino secundário na província continuava sendo discutido nos relatórios dos presidentes da província e dos diretores da instrução pública, inclusive com a possibilidade de criação de um novo estabelecimento com internato.

4.3 Internato e a centralização da instrução secundária

Nos anos que se seguiram à mudança da Capital (1855) já se discutia na Assembleia Provincial a idéia de que mais conviria à província substituir os internatos dos colégios públicos de Estância e Laranjeiras pela centralização do ensino secundário na capital.[99] Nesse sentido era o pensamento defendido em 1861 pelo inspetor geral das Aulas, Dr. Guilherme Pereira Rebello, quando diz que

> [...] a instrução elementar deve marchar obedecendo a uma força centrífuga para espalhar-se pela periferia, a instrução secundária deve ao contrário, obedecendo a uma força centrípeta seguir uma marcha inversa, centralizando-se na Capital, onde a razão pública é mais desenvolvida, onde a população é mais densa, onde há dedicações e propensões mais pronunciadas para a carreira de letras. A instrução elementar ganha com esta difusão, ao passo que a instrução secundária não pode adquirir vida, força e vigor, senão pela centralizarão, que põe em contato os seus agentes principais, que os liga pelo espírito de corporação, que os estimula de contínuo, colocando-os em mutuas relações de emulação, e que os desperta constantemente, colocando-os à frente de um auditório mais ilustrado, onde juízes severos e imparciais têm de avaliar o mérito de cada um destes agentes e de formar sobre eles uma opinião severa e irrevogável[100].

A falta de comodidades, a insuficiência de população e as diminutas relações com as cidades do recôncavo da nova capital, Aracaju, nos primeiros anos de sua fundação, foram determinantes para o adiamento desse projeto. Para contornar as dificuldades resultantes do

---

[98] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 135.
[99] Conforme relatórios dos presidentes da Província de Sergipe dos anos de 1857, 1858 e 1959.
[100] REBELLO, op. cit., p. 136.

pouco desenvolvimento da capital, distância das principais cidades e falta de condições para acomodar os estudantes, o recurso a um liceu com internato voltava a ser cogitado.

> [...] rigorosa necessidade na organização do Liceu não considerá-lo simplesmente como um externato, como era o Liceu de São Cristóvão, mas dar-lhe uma organização tal, que ele satisfaça também as condições de um Internato, que mediante retribuições estipuladas pagas pelos que quiserem habitá-lo, agasalhe, nutra, e zele a mocidade, que não queira viver um ano inteiro hospedada em casas particulares, quando poucas são n'esta capital aquelas, que podem oferecer cômoda e decente hospedagem.[101]

O inspetor Guilherme Pereira Rabelo igualmente lembrava em seus relatórios aos presidentes da província que a criação de um estabelecimento de ensino com internato, apesar do fracasso das tentativas dos internatos localizados nas cidades de Estância e Laranjeiras, seria a medida necessária para o sucesso de qualquer estabelecimento de ensino secundário que viesse a ser criado na província. Ressaltava, porém o inspetor que, além de criar um liceu provincial na capital com internato, era indispensável solicitar ao Governo Central que fossem validados nas faculdades imperiais os exames e títulos obtidos nos estabelecimentos provinciais. Em 1862, o presidente da província, Joaquim Jacinto de Mendonça, em seu pronunciamento à Assembleia Provincial, concordava com a ideia do inspetor Guilherme Pereira Rabelo:

> [...] Estou persuadido que a medida mais proveitosa em outras circunstâncias[102] seria a criação nesta capital de um Internato e Externato que oferecesse à mocidade estudiosa todos os conhecimentos humanitários indispensáveis, como preparatórios, para os estudos acadêmicos. Com isto fareis um alto serviço à vossa Província, que então não veria seus filhos irem buscar nas outras a primeira instrução de que carecem [...].[103]

A primeira tentativa de implantação em Aracaju de um estabelecimento que reunisse as aulas do ensino secundário foi a fundação, em 5 de outubro de 1862, do Liceu Sergipano[104]. Tratava-se de um estabelecimento gratuito, subvencionado pelo governo

---

[101] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 136.

[102] Segundo o presidente Joaquim Jacinto de Mendonça, as dificuldades financeiras da província impediam a realização do projeto.

[103] MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1862*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe,1862, p. 15.

[104] Ibid., p. 29.

provincial, criado por iniciativa de 12 cidadãos[105], mas sem a adoção de internato[106]. A subvenção pública ao Liceu ocorreu através do fornecimento de mobília e outros utensílios necessários para o funcionamento das aulas, os quais custaram à Tesouraria Provincial a soma de 727$400 réis e o pagamento mensal do valor de 40 mil réis para custear os aluguéis das duas casas onde funcionava o Liceu, além da incorporação de aulas públicas ao estabelecimento. O pessoal de apoio previsto no regulamento era um secretário, um amanuense (secretário) e um porteiro ou bedel. A imprensa não tardou a festejar a criação do novo estabelecimento de educação secundária na província sergipana:

> A organização de um estabelecimento de instrução secundária era uma necessidade, há muito tempo reclamada entre nós. As duas aulas de francês e geometria que ainda funcionavam nas cidades de Laranjeiras e Estância e algumas de Latim disseminadas pelas principais povoações da província não satisfaziam a todas as exigências do presente, e muito menos viriam a satisfazer as necessidades do futuro. E não era sem o mais profundo pesar, que, filho de Sergipe, víamos essa mocidade tão cheia de vida e de talento definhar-se à falta do indispensável amanho intelectual.[107]

Segundo o inspetor da Instrução Pública, Dr. Guilherme Pereira Rabelo, um dos fundadores e diretor do Liceu, o estabelecimento era uma necessidade há muito conhecida pelos Poderes da Província, mas tinha deixado de ser por eles implantado pelas deficiências nas finanças da província. Por sua vez, os fundadores do Liceu Sergipano apresentaram ao presidente da província, Dr. Joaquim Jacinto Mendonça, que também foi um dos fundadores do estabelecimento, os objetivos e motivações da nova instituição:

> Os abaixo-assinados congregados um dia, e refletindo na profundeza do mal em que esta juventude se abismava, tiveram a feliz inspiração de dedicarem uma parte de seu tempo à instrução dos jovens apenas possuidores da instrução elementar, organizando um Liceu gratuito no qual pudessem os jovens sergipanos obter estes conhecimentos, que constituem o curso das humanidades. Esta idéia feliz e generosa, Exmo. Sr., inspirada por sentimentos desinteressados[108] e patrióticos, os abaixo-assinados submetem a apreciação e a proteção de V. Ex. de quem esperam a indispensável e

---

[105] Joaquim Jacinto de Mendonça (Presidente da Província), Dr. Guilherme Pereira Rebello (Inspetor Geral da Instrução Pública), Dr. Jose João de Araújo Lima, Polydoro Pereira da Fonseca Gomes, Manoel Gomes Borges, Geminiano Paes d"Azevedo, Eustaquio Pinto da Costa, Joaquim José de Oliveira, Dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio, Manoel da Silva Rego, Erico Mondim Pestana, Manoel Antunes de Salles, José Antonio Ramos. MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1 de março de 1862*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe,1862, p. 20.

[106] REGIMENTO Interno do Liceu Sergipano . *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 15 out. 1862.

[107] O LICEU Sergipano. Saudação à criação do Liceu. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 9 ago. 1862.

[108] Na época algumas críticas foram dirigidas aos fundadores do Liceu, acusando-os de estarem motivados por interesse pecuniário. REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1864. (Anexo letra D). In: CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 24 de fevereiro de 1864.* Aracaju: Typographia Provincial, 1864, p. 12.

> valiosa coadjuvação para que Ela se converta em uma realidade proveitosa.[109]

O Liceu Sergipano, no ano de 1863, recebeu a matrícula de 50 alunos e oferecia as seguintes disciplinas: latim, francês, inglês, aritmética e geometria. Outras disciplinas[110] faziam parte do regimento do estabelecimento, mas não se encontraram evidências de que tenham sido realmente lecionadas. Com menos de três anos de fundação, o Liceu Sergipano já enfrentava diversas dificuldades, tais como, a falta de um bedel que estava provocando problemas na disciplina do estabelecimento; o professor de inglês que resolveu lecionar em sua própria casa; os professores de álgebra e geometria que se retiraram da província, dois faleceram e o de música entrou em desentendimento com os outros colegas. Mas o principal problema do liceu, o mesmo de estabelecimentos do seu tipo anteriormente tentados na província, foi a falta de alunos que concorressem as suas aulas.

Em 1864, o diretor do Liceu Sergipano lastimava que a juventude não houvesse concorrido ao Liceu e, diante dos problemas porque passava o estabelecimento, comunicou ao novo presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Caldas, que seria melhor que fosse o Liceu Sergipano extinto[111]. Seguindo essa orientação, em 1864, o governo provincial extinguiu[112] o Liceu Sergipano, o que representou mais uma tentativa fracassada de instalação do curso secundário regular e seriado na Província de Sergipe.

A extinção do Liceu Sergipano deu forças às posições contrárias à centralização do ensino secundário na capital da província. Estas ressaltavam sobretudo o atraso da cidade de Aracaju, que não estimulava a vinda de jovens do interior para nela residirem e estudarem. Principalmente para os segmentos ricos, a alternativa continuava sendo a procura dos colégios-internatos fora da província:

> Conheceis que esta Capital não passa de uma cidade oficial; e que mais vale a um pai de família mandar estudar seu filho na Bahia ou em Pernambuco, do que mandá-lo para aqui, onde faltam todos os recursos. A extinção do

---

[109] MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1863*. Aracaju: Typographia Provincial, 1863, p. 29.

[110] O italiano, gramática filosófica, filosofia, retórica, poética, geografia, álgebra, desenho, música, princípios gerais de química, física, botânica e agricultura, instrução religiosa. Objetivavam atrair moços que desejassem seguir a carreira do comércio escrituração de partidas dobradas, aritmética comercial, direito mercantil. REGIMENTO Interno do Liceu Sergipano . *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 15 out. 1862.

[111] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1864. (Anexo letra D). In: CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 24 de fevereiro de 1864*. Aracaju: Typographia Provincial, 1864, p. 13.

[112] SERGIPE. Resolução nº 713, de 20 de julho de 1864.

> Liceu, que foi aqui montado gratuitamente, prova com exuberância contra a centralização do ensino[113].

O governo provincial ainda faria a última tentativa de criar um estabelecimento de ensino secundário em Sergipe. Assim, por ato[114] do presidente da província, Dr. José Pereira da Silva Morais, em 1866 foi criado, na antiga cidade de São Cristóvão, um liceu com internato. Entretanto, este não chegou a ser colocado em prática. Assim, a instrução pública secundária na província ficou limitada a algumas aulas avulsas de latim, francês e geometria distribuídas na capital e nas principais cidades da província.

Adentrando a década de 1860, a Província de Sergipe iniciava um período de prosperidade econômica caracterizada pelo crescimento da produção e exportações da cana-de-açúcar e do algodão[115]. Com esse crescimento foram afetados positivamente o comércio interno e interprovincial e o aumento do número de repartições públicas. Acompanhando o crescimento econômico, foi retomando o projeto de instituir na capital da província um liceu com todas as humanidades exigidas para os cursos médico e jurídico[116]. Assim, foi aprovado, em 1870, o novo Regulamento[117] Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe[118], que reformulou[119] a instrução e criou um estabelecimento de ensino secundário na capital, denominado de Ateneu Sergipense[120]. O presidente da província, Tenente-Coronel Francisco

---

[113] RAMOS, Angelo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 20 de janeiro de 1866.* [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1866, p. 11.

[114] SERGIPE. Resolução nº 764, de 17 de março de 1866.

[115] A produção e exportação do algodão foram estimuladas pela procura internacional em virtude da crise da produção norte-americana provocada pela Guerra de Secessão (1862-1866). NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

[116] LIMA, José João de Araújo. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1868. (Anexo). In: BULCÃO, Antonio de Araujo d'Aragão. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868.* Aracaju: Typographia Jornal de Sergipe, 1868., 1868, p.4.

[117] Elaborado pelo Inspetor Geral da Instrução Dr. Manuel Luís Azevedo D'Araújo.

[118] SERGIPE. Regulamento nº 24, de 24 de outubro de 1870.

[119] Os pontos essenciais do Regulamento foram a criação de um conselho literário, o ensino obrigatório – facultativo, o ensino livre, a renovação de provas para obtenção da vitaliciedade dos professores, a severidade nos concursos para o provimento das cadeiras, os concursos só seriam realizados depois do candidato considerado idôneo em exame de habilitação, divisão da instrução elementar em duas classes: inferior e superior, criação da escola normal, instrução secundária, entre outros. CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871.* [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1871, p. 48.

[120] A edificação de um prédio para o funcionamento do Ateneu contou com donativos do comendador Antonio José da Silva Travassos, 3.920$000; tenente-coronel Felisberto d'Oliveira Freire, 2.000$000; capitão Luiz da Silva Tavares, 1.00$000; diretor da Instrução Pública, 400$; professores, 931$000; acrobatas brasileiros, 401$000; major Antonio Pedro Machado d'Araujo, 50$000; Hercules Antonio da Silva, 100$000; Manoel Joaquim de Souza Britto, 30$000; coronel Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, 200$000; José Ignácio Accioli do Prado, 200$000 e de diversos cidadãos da província. A obra foi orçada em 28.000$000. No dia 13 de novembro de 1870 foi lançada a primeira pedra do edifício. CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871.* [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1871, p. 57.

José Cardoso Junior, reconhecendo a situação de dificuldades da instrução pública secundária em Sergipe, enalteceu a criação do Ateneu:

> Era triste e bem triste o estado de Sergipe, em relação à instrução superior, da qual seus filhos viam-se absolutamente privados. Aqueles que dispunham de alguma fortuna iam com grandes sacrifícios, longe das vistas paternas, procurá-la em Província estranha; os mais – a maioria da população – era condenada a não cultivar o espírito, alias sôfrego de conhecimentos e de ilustração. Deplorável estado era esse, senhores, deplorável contraste entre esta e outras Províncias de menor categoria, nas quais existem liceus ou outros estabelecimentos análogos [...] Pondera o Dr. Diretor da Instrução Pública: 'O Ateneu Sergipense é a terceira tentativa de seu gênero. É a terceira[121] vez que a Província ri ao despontar de uma aurora que a fascina. Deus permita que pela terceira vez não tenha Ela de chorar ao descambar de um solo em caminho de seu acaso'.[122]

Instalado no dia 3 de fevereiro de 1870, o Ateneu Sergipense era composto pelo curso de humanidades e normal, atendia somente a alunos do sexo masculino[123] e funcionava sem internato. As disciplinas do curso de humanidades[124] eram basicamente aquelas exigidas nos exames para admissão nas Faculdades do Império; ou seja, gramática filosófica da língua nacional, análise de clássicos, gramática e tradução da língua latina, gramática e tradução da língua francesa, gramática e tradução de língua inglesa, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, filosofia racional e moral, retórica e poética[125].

O Ateneu Sergipense teve uma trajetória bem diferente dos estabelecimentos do seu tipo que o antecederam. Conseguiu, apesar das oscilações nas matrículas nos primeiros anos de fundação, romper o século XIX e adentrar o século XX como a principal instituição de ensino secundário de Sergipe. As oscilações na matrícula deveram-se ao antigo problema do ensino secundário brasileiro, ou seja, o monopólio dos exames preparatórios pelas Faculdades do Império, o qual impulsionava a migração de jovens para os colégios das províncias onde

---

[121] Liceu de São Cristóvão e o Liceu gratuito da capital.

[122] CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871*. [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1871, p.56.

[123] Como informa Maria Thetis Nunes, o acesso "[...] da mulher sergipana ao curso de Humanidades do Ateneu e de outros estabelecimentos particulares que foram surgindo, só aconteceria a partir da primeira década do século XX, o que também ocorreria com a obtenção de diploma de cursos superiores". NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p.66.

[124] Cadeiras do Ateneu: Antonio Diniz Barreto (Latim), Geminiano Paes d'Azevedo (Francês), Dr. Thomaz Diogo Leopoldo (Gramática Filosófica), Tito Augusto Souto d'Andrade (Aritmética, Álgebra e Geometria), Raphael Archanjo de Moura Mattos, (Geografia e História), Justiniano de Mello e Silva (Inglês) e Dr. Sancho de Barros Pimentel (Filosofia). CARDOSO JUNIOR, op. cit., p.55.

[125] Ibid., p.53.

estavam localizadas essas faculdades[126]. Esta situação é explicitada no discurso do inspetor da instrução Pública de Sergipe, Manuel Luiz Azevedo de Araújo[127]:

> É por isso que todos correm a estudar as aulas secundárias nas cidades, onde são fundadas as academias; que os colégios públicos ou particulares não medram senão ao lado d'estas; que morrem os estímulos e esterilizam-se os melhores esforços longe d'elas. [...] assegure-se a validade dos exames preparatórios feitos nos liceus públicos das províncias, e a vida e o progresso renasceriam brilhantes nessas instituições, que se atrofiam até a esterilidade, em que as coloca o monopólio oficial. Fora dessas condições, serão elas sempre existências acanhadas, enfezadas, raquíticas e impotentes para se produzirem um desenvolvimento progressivo; apenas a escola secundária à porta do pobre provinciano, cuja desfortuna não o permite ir mais longe.[128]

Uma das medidas para atrair estudantes para o Ateneu Sergipense foi a alteração dos planos de estudos, tendo como modelo o Imperial Colégio de Pedro II, visando a que esses estudos fossem futuramente validados pelo Governo Imperial, conforme a orientação da Direção Central da Instrução Pública do Império[129]. Finalmente, em 1873, o Governo Imperial, por iniciativa do ministro João Alfredo Correia d'Oliveira, concedeu a todas as províncias a validade dos exames realizados nos estabelecimentos provinciais para o ingresso nas faculdades e instituiu nas respectivas capitais das províncias mesas examinadoras de preparatórios[130]. O ministro justificava a medida apontando a necessidade de desenvolver o ensino secundário nas províncias onde não existiam faculdades e facilitar aos estudantes dessas províncias os meios de fazerem os respectivos exames. Assim, determinava o decreto que:

> Art. 1º. Os exames gerais de preparatórios, para os cursos superiores do Império, que atualmente se fazem no município da corte e nas capitais das

---

[126] Segundo Nunes, a clientela que buscava o ensino secundário "[...] era constituída, em sua quase totalidade, dos filhos da burguesia latifúndio-mercantilista, que nele viam um trampolim de acesso às Academias do Império. Desse modo, só lhes interessava o estudo das disciplinas exigidas para nelas terem ingresso, e que iam cursar diretamente nas cidades onde existia o curso superior escolhido. Ante tal realidade, fracassou, de início, a tentativa do ensino secundário seriado. Só as disciplinas que integravam os Preparatórios eram procuradas, e o Ateneu teve que funcionar na base das aulas isoladas". NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 114.

[127] Filho de Antonio de Araújo Pimenta e D. Ignez de Azevedo Araújo. Nasceu em Estância a 24 de novembro de 1838 e faleceu em Aracaju a 21 de outubro de 1883. Formado em direito pela Faculdade do Recife em 1860, foi promotor público da comarca de Itabaiana, diretor geral da Instrução Pública (1870-1875), deputado provincial.

[128] ARAUJO, Manuel Luiz Azevedo de. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março em 1872*. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1872, p. 39.

[129] SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1873.* [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1873, p.10.

[130] DECRETO Nº 5.429 de 2 de outubro de 1873. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 1, 29 out. 1873.

> províncias de S. Paulo, Bahia e Pernambuco, se verificarão igualmente nas das outras províncias, exceto a do Rio de Janeiro.
> Art. 2º. Para tal fim serão nomeados pelo ministério dos negócios do Império, delegados especiais do inspetor geral da instrução primária e secundária do município da corte; os quais terão as atribuições conferidas ao mesmo inspetor nos decretos relativos àqueles exames.
> [...]
> Art. 8º. Os estudantes aprovados nos exames de que trata o presente decreto gozarão dos direitos que couberem aos aprovados na inspeção geral da instrução primária e secundária do município da corte.[131]

A medida, há muito esperada, foi bastante festejada nos jornais sergipanos, que enalteciam a figura do conselheiro João Alfredo Correia d'Oliveira e apresentavam a medida como uma justa decisão para o equilíbrio[132] entre as províncias. Igualmente lembravam que a medida possibilitaria àqueles que não tinham condições de manter-se em um internato na Corte, em Salvador ou Recife, cursar o ensino secundário e mesmo para que os meninos de famílias com recursos pudessem estudar na terra natal sob a vigilância e proteção dos pais, sem a separação provocada pelo internato.

> Quantos pais mesmo, para se pouparem, demasiado extremosos, a dor de acerbada separação, não preferiam ver ao pé de si, inculta e à mercê de incerta fortuna, a prole querida que, nas condições criadas hoje pelo decreto, poderia atingir aos mais lisonjeiros destinos, com glória e proveito do torrão natalício.
> [...]
> É nos primeiros anos que o espírito tenro necessita do aconchego maternal – sol e providência de afeto, de moral e de religião que tanto influi no desenvolvimento e destino da planta imbele.
> Mais de um espírito, de quem poderia a pátria esperar serviços e esforços fecundos, se tem pervertido distante do lar, longe da providente vigilância de família. A família é a higiênica estação da juventude, que facilmente se desgarra dos bons estímulos quando a não acompanha de perto o conselho sazonado do progenitor, os suavíssimos ensinamentos morais de que o materno coração é rico e inesgotável cofre.
> [...]
> Segundo a nova organização literária, preparam-se os jovens em suas províncias e no seio do ninho seu paterno. Além do proveito de realizarem os estudos preparatórios sob a imediata solicitude dos pais, acresce a

---

[131] DECRETO Nº. 5.429 de 2 de outubro de 1873. Jornal do Aracaju. Aracaju, p. 1, 29 out. 1873.

[132] "Não se podia deixar de sentir-se sob a pressão de legítimo pesar o espírito verdadeiramente liberal que se volvia para a quase totalidade das nossas províncias. Via-os dependentes daquelas outras onde todos os anos iam pedir seus filhos, com avultado dispêndio e com sacrifício de afeições de família, e, por assim dizermos, esmola da instrução secundária. Era esse um privilégio em favor de quatro sobre dezesseis irmãs ricas também de elementos de vitalidade, e por isso com indispensável jus a terem em seu seio fontes de instrução, que, poupando-lhes tais sacrifícios, lhes proporcionassem as facilidades de uma carreira literária e científica menos penosa. Quantas brilhantes vocações, quantos grandiosos talentos se não perderam por não disporem de meios para se transportarem e manterem em Pernambuco, Bahia, Corte e São Paulo durante 8 anos pelo menos!". O ÚLTIMO decreto sobre a instrução pública. *Jornal do Aracaju.* Aracaju, p. 2, 29 out. 1873.

> economia na despesa. Não é preciso consignar mesada em província estranha.
> Ora, vencido esse primeiro estádio, pronto o aluno para entrar no curso superior, já não é tão difícil ao pai, ainda que pobre seja, completar-lhe a educação; já não tem tantos cuidados que o preocupem; o filho, que se ausenta, vai quase com espírito feito, com a índole acentuada. E outras muitas vantagens que naturalmente ocorrem.[133]

O decreto estimulou as províncias a criarem estabelecimentos de instrução secundária e/ou aumentou as matrículas nos estabelecimentos secundários já existentes. No caso da Província de Sergipe verificou-se um bom número de estudantes que antes cursavam os preparatórios na Bahia, Rio de Janeiro ou Pernambuco e depois do decreto passaram a estudar e realizar os exames na capital da província[134]. Desse modo, ocorreu o crescimento nas matrículas no Ateneu Sergipense e, logo no ano posterior à validação dos exames locais, o número de alunos matriculados passou de 165 em 1873 para 334 alunos em 1874. Segundo o inspetor Pelino Francisco de Carvalho Nobre, essa mudança no movimento das matrículas do Ateneu fez com que o estabelecimento fosse frequentado por um importante número de alunos, "[...] que deixaram a Bahia e outras províncias, em cujos colégios estudavam os preparatórios, para virem no próprio lar e no gozo de todas as comodidades buscar os conhecimentos de que necessitavam para a cultura do espírito"[135].

O crescimento do número de matrículas nos estabelecimentos provinciais de ensino secundário, impulsionado pela validação dos exames locais, foi sentido nacionalmente, como informa José Ricardo Pires de Almeida:

> A instituição de exames, nas províncias desprovidas de Faculdades de Direito ou de Medicina, pelos delegados da Inspeção Geral do Município Neutro, produziu desde sua origem os melhores resultados. Os jovens puderam encontrar, sem onerosos deslocamentos, meio de comprovar suas aptidões; os estabelecimentos públicos e particulares de instrução secundária viram aumentar rapidamente o número de seus alunos e em toda parte a opinião pública pronunciou-se a favor da medida tomada pelo ministro.[136]

Em 1877, a matrícula e frequência no Ateneu Sergipense sofreram uma queda causada pela suspensão por tempo indeterminado da validação dos exames gerais. O governo

---

[133] O ÚLTIMO decreto sobre a instrução pública. *Jornal do Aracaju.* Aracaju, p. 2, 29 out. 1873.
[134] OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 26.
[135] NOBRE, Pelino Francisco de Carvalho. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, 1877. (Anexo). In: FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878*. Aracaju: Typographia Jornal de Aracaju, 1878, p. 42
[136] ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889).* São Paulo: EDUC, 2000, p. 149.

provincial e os deputados provinciais encaminharam ao imperador representações pelo retorno da validação dos exames realizados em Sergipe. A solicitação foi acatada pelo imperador, e em 1878 foram restabelecidos os exames no Ateneu Sergipense. Entretanto, os exames gerais "[...] continuaram tumultuados pela parcialidade dos examinadores, interferência dos presidentes das Províncias e desacato a professores por alunos reprovados"[137].

Novamente a questão do internato voltaria a ser debatida na província, inclusive com a defesa de sua implantação no Ateneu Sergipense. Com o esse pensamento, o professor Brício Cardoso[138] defendia a ideia de que o Ateneu Sergipense funcionasse com internato para que pudesse receber os alunos que residiam no interior da província[139] e não podiam, sem muitos custos, cursar suas aulas. Além disso, Brício Cardoso destacava as qualidades do internato público sobre o particular, como a possibilidade de os saldos decorrentes dos pagamentos das pensões nos internatos públicos poderem ser aplicados para a admissão de moços pobres no estabelecimento.

Diferentemente do professor Brício Cardoso, o professor de filosofia do Ateneu Sergipense, Sancho de Barros Pimentel, era contrário à ideia de transformar o Ateneu em um internato por discordar da natureza do próprio regime.

> Divergimos completamente de um tal modo de pensar e tão má a opinião que formamos dos internatos que não nos escandalizaria que a chamassem uma perverção. Nesta matéria aceitamos inteiramente as opiniões de Ernesto Renan 'O internato, disse ele, só pode ser aceito na impossibilidade de outro meio de educação. Na Alemanha, país tão adiantado nestas questões, quase não há internatos. Quando os pais se vêem obrigados a separar-se de um filho, levam-o para a casa dos parentes, dos amigos, dos pastores ou dos professores que teem em sua companhia um pequeno número de meninos.'[140]

A questão do internato continuou presente também nos discursos dos inspetores do ensino. Agora, não era mais o caso de defender a sua adoção. As autoridades da instrução apenas ressaltavam que o Ateneu Sergipense era a solução para os moços que não tinham

---

[137] NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p.133.

[138] Filho de Joaquim Maurício Cardoso e D. Joanna Batista de Azevedo Cardoso, nasceu na cidade de Estância no dia 9 de julho de 1844. Iniciou os estudos na cidade natal e terminou-o no colégio "Ateneu Baiano" na capital da Bahia. Iniciou sua vida pública antes de concluir o curso de preparatórios, como professor substituto da cadeira de geometria da Estância. Em 1874, foi nomeado para a cadeira de retórica e poética do "Ateneu Sergipense"; lecionou filosofia e retórica no Parthenon Sergipense; gramática portuguesa, matemática e geografia no colégio fundado pelo bacharel Gonçalo Vieira de Melo; português no colégio para meninas "N. S. de Lourdes" dirigido por Irmãs Sacramentinas e português, latim e história universal no colégio "Tobias Barreto", deputado provincial na legislatura de 1878-79 e outros cargos públicos. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

[139] CARDOSO, Brício. *Jornal do Aracaju.* Aracaju, p. 3, 22 fev. 1874.

[140] A INSTRUÇÃO secundária na província. *A Liberdade,* Aracaju, p. 1, 24 dez. 1873.

condições financeiras de migrar para os internatos em outras províncias, pois o mencionado estabelecimento permitia que eles cursarem o ensino secundário na província natal.

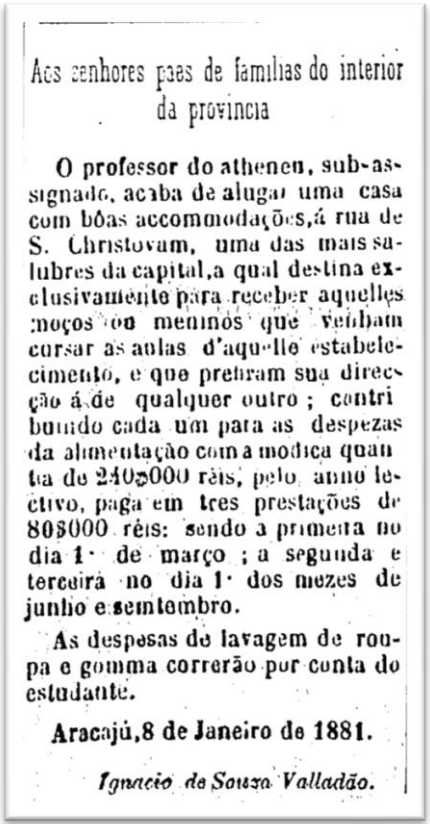
> O Ateneu Sergipense é merecedor de todo zelo e solicitude [...] único foco de luz, onde se irão iluminar as classes menos afortunadas que, não podendo, pela falta de recursos, comprar os favores das ciências na Bahia, Pernambuco, São Paulo e no Rio de Janeiro, recebem em seu seio esses preciosos rudimentos que lhes franqueiam o passo ao melhor serviço à sua terra natal; pode ser, além disso, o primeiro degrau para aqueles que aspiram estudos superiores, e que em pequena idade fora cruel e arriscado afastá-lo para muito longe de suas famílias.[141]

A falta de internato no Ateneu Sergipense fez com que surgissem alternativas para os moços residentes no interior da província que desejam frequentar o estabelecimento. Professores residentes em Aracaju costumavam oferecer alojamento em suas casas e direção dos estudos a moços do interior que vinham cursar as aulas desse referido estabelecimento. O professor Manoel Alves Machado recebia em sua casa localizada em Aracaju, na rua Itabaiana, n. 71 – onde funcionava seu curso de primeiras letras, gramática nacional e aritmética – meninos internos que se destinassem às suas aulas ou às do Ateneu, mediante a gratificação mensal de 26$ réis, e mais 30$ réis pela lavagem e goma de roupa[142].

Do mesmo modo, em 1881, Inácio de Souza Valadão, professor do Ateneu, possuía uma casa destinada exclusivamente a receber moços ou meninos do interior da província que vinham cursar as aulas daquele estabelecimento. O professor garantia aos pais de famílias a direção dos respectivos pensionistas, cobrando a quantia de 240$000 réis anuais, pagos em três prestações de 80$000 reis e correndo as despesas de lavagem de roupa e goma por conta da família[143].

---

[141] ARAUJO, Manuel Luiz Azevedo de. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março em 1872*. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1872, p. 37.
[142] CURSO. *Jornal do Aracaju.* Aracaju, p. 4, 13 jan. 1877.
[143] AOS SENHORES pais de famílias do interior da província. *Jornal de Sergipe,* Aracaju, 15 jan. 1881.



Aos senhores paes de familias do interior da provincia

O professor do athenen, sub-assignado, acaba de alugar uma casa com bôas accommodações, á rua de S. Christovam, uma das mais salubres da capital, a qual destina exclusivamente para receber aquelles moços ou meninos que venham cursar as aulas d'aquelle estabelecimento, e que prefiram sua direcção á de qualquer outro; contribuindo cada um para as despezas da alimentação com a modica quantia de 240$000 réis, pelo anno lectivo, paga em tres prestações de 80$000 réis: sendo a primeira no dia 1· de março; a segunda e terceira no dia 1· dos mezes de junho e setembro.

As despesas de lavagem de roupa e gomma correrão por conta do estudante.

Aracajú, 8 de Janeiro de 1881.

Ignacio de Souza Valladão.

Figura 22 – Anúncio de pensionato em Aracaju para alunos do interior da província (1881)
Fonte: *Jornal de Sergipe.* Aracaju, p. 4, 15 jan. 1881.

Findado o século XIX, ficavam definitivamente sepultados os debates em torno da criação de internato público em Sergipe. Cresciam para os estratos médios, como indicado, os pensionatos dirigidos por professores que, além da alimentação, ofereciam a direção dos estudos para os que vinham residir na capital a fim de estudar no Ateneu Sergipense. Para os moços abastados desenvolviam-se e se multiplicavam os internatos particulares da capital e nas principais cidades do interior, sem esquecer a antiga solução de procurar, nos colégios-internatos fora da terra natal, a instrução pretendida de acordo com a condição social.

4.4 Internato e a instrução particular

Em Sergipe, como em todo o Brasil, foi mesmo na instrução particular[144] que o internato teve seu maior desenvolvimento. Entretanto, durante todo o século XIX não ocorreu

[144] Como apresentado anteriormente, as tentativas de subvenções do poder público para que empresários mantivessem internatos na província não prosperaram. Também sequer foram tentadas as sugestões de

em Sergipe a criação de grandes internatos. Esse período foi marcado pelo surgimento dos primeiros internatos que podem ser caracterizados como familiares. Nesse modelo, o internato ou pensão funcionava na casa do proprietário do colégio ou em casas alugadas para o recebimento de alunos pensionistas.

Além da ausência em todo o período de um edifício planejado e construído para funcionar como internato, este era caracterizado, em geral, pelo número pequeno de vagas oferecidas para alunos internos e por serem as atividades de ensino realizadas pelo proprietário do estabelecimento, e a manutenção do internato era realizada por sua própria família.

A orientação católica[145] era predominante nos internatos no século XIX em Sergipe, mas não chegaram a ser criados colégios dirigidos por ordens religiosas ou diretamente ligados à Igreja Católica. Somente nas primeiras décadas do século XX surgiriam os primeiros colégios-internatos fundados e dirigidos por ordens religiosas católicas.

Nos anos de 1840, já existiam em Sergipe em diversas localidades pequenos colégios particulares de primeiras letras e mesmo com aulas do curso secundário[146] funcionando com internato familiar[147]. Na cidade de São Cristóvão, capital da província, em 1855, Tereza de Jesus Correia, dando como referência sua passagem pelos colégios femininos de Salvador, avisava às famílias que aceitava receber em sua casa meninas para serem instruídas como internas[148].

Na mesma cidade já havia sido fundado, em 1848, o Colégio São Cristóvão, dirigido pelo diretor do Liceu de São Cristóvão, padre José Gonçalves Barroso[149]. O colégio chegou a ser frequentado por mais de 50 alunos e recebeu até 23 alunos internos. O estabelecimento

---

presidentes da província e inspetores para a criação por parte do governo de internatos públicos, alegando deficiências orçamentárias e dificuldades de direção do modelo pelo setor público.

[145] Os protestantes presbiterianos também estiveram presentes, nesse período, em Sergipe e fundaram na cidade de Laranjeiras, em 1886, a Escola Americana que oferecia internato feminino e masculino e o Colégio Inglês em 1887. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *A Escola Americana*: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Editora UFS, 2004. A respeito de outros internatos fundados por protestantes consultar: NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *Educar, curar, salvar*: uma ilha de civilização no Brasil tropical. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, SP, 2005.

[146] Resumia-se a disciplinas exigidas nos exames preparatórios dos cursos superiores.

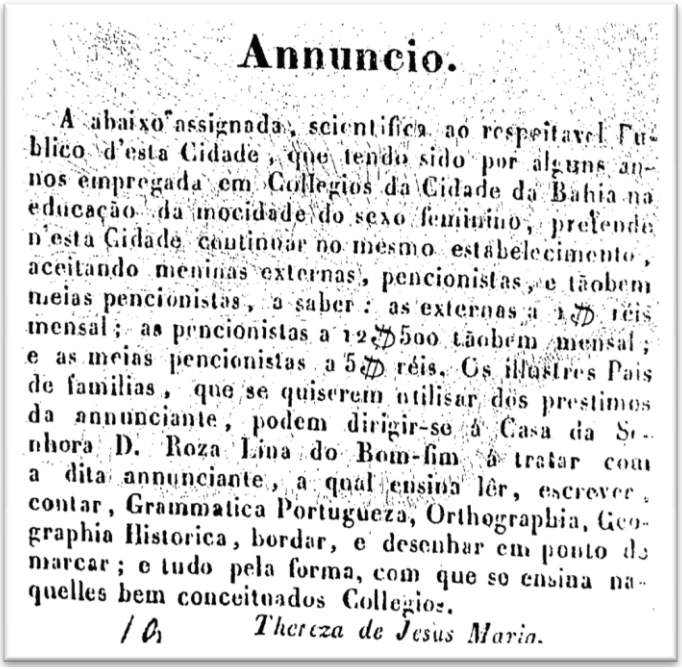
[147] VASCONCELOS, Zacarias de Goes. *Relatório do presidente da Provincia de Sergipe em 17 de dezembro de 1849*. [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1849. , p. 22.

[148] ANÚNCIO. *Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 26 out. 1842.

[149] Nasceu na vila de Laranjeiras (21/03/1821) e faleceu na cidade de S. Cristóvão (17/09/ 1882), filho do capitão Antonio Gonçalves Barroso e D. Martinha Maria do Sacramento. Formado no seminário arquiepiscopal da Bahia, exerceu cargos de lente de Filosofia Racional e Moral em 1845, os cargos de secretário e lente de Filosofia em 1846 do Liceu de S. Cristóvão, do qual fora também diretor em 1848, vigário geral da província, entre outros. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

oferecia o curso primário e aulas do ensino secundário (latim, francês, filosofia, retórica, música e dança).

No ano seguinte à fundação do Colégio São Cristóvão, provavelmente já enfrentando dificuldades[150] para manter o internato, motivadas pela falta ou demora no pagamento das pensões, o padre José Gonçalves Barroso propôs ao presidente da província, Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, receber no internato três meninos órfãos e pobres mediante a metade da pensão, paga pelos cofres públicos[151]. Este era um costumeiro recurso que proprietários de escolas particulares utilizavam para conseguirem do governo provincial algum tipo de subvenção[152] aos seus estabelecimentos. Com o capital político que o diretor do Colégio São Cristóvão possuía, é bem possível que tenha conseguido a ajuda esperada.



Annuncio.

A abaixo assignada, scientifica ao respeitavel Publico d'esta Cidade, que tendo sido por alguns annos empregada em Collegios da Cidade da Bahia na educação da mocidade do sexo feminino, pretende n'esta Cidade continuar no mesmo estabelecimento, aceitando meninas externas, pencionistas, e tãobem meias pencionistas, a saber: as externas a 1$ réis mensal; as pencionistas a 12$500 tãobem mensal; e as meias pencionistas a 5$ réis. Os illustres Pais de familias, que se quiserem utilisar dos prestimos da annunciante, podem dirigir-se á Casa da Senhora D. Roza Lina do Bom-fim á tratar com a dita annunciante, a qual ensina lêr, escrever, contar, Grammatica Portugueza, Orthographia, Geographia Historica, bordar, e desenhar em ponto de marcar; e tudo pela forma, com que se ensina naquelles bem conceituados Collegios.

Thereza de Jesus Maria.

Figura 23 – Anúncio de internato – São Cristóvão (1842)
Fonte: *Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 26 out. 1842.

Em 1849, também em São Cristóvão, as senhoras Angélica e Olímpia Vanerio de Argolo Castro, coadjuvadas respectivamente pelo seu avô Euzébio Vanerio e esposo Joaquim

[150] Conforme o anúncio que o diretor fez publicar em 1848: "O abaixo-assinado, diretor do Colégio S. Cristóvão, tendo de no mês de novembro, dar férias aos seus colegiais, roga a todos os srs. que se acham devendo ao colégio, que tenham a bondade de acudir com seus pagamentos, para também embolsar o comércio, com quem acha-se comprometido. O Padre José Gonçalves Barroso". Anúncio. *O Correio sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 04 de nov. 1848.

[151] VASCONCELOS, Zacarias de Goes. *Relatório do presidente da Provincia de Sergipe em 17 de dezembro de 1849*. [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1849, p. 22.

[152] Também em outras províncias ocorria a subvenção do governo a estabelecimentos particulares para que estes recebessem gratuitamente crianças pobres. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 151.

José da Silva Castro, dirigiam um pequeno colégio no qual recebiam somente meninas internas, justificando essa opção por entender que no internato a educação era mais regular e metódica, como também para evitar a grande perda de tempo em saídas e entradas das alunas.

No pequeno internato feminino das senhoras Angélica e Olímpia Vanerio de Argolo Castro as meninas eram instruídas nas primeiras letras, gramática, francês, bordado a ponto de marca e todos os trabalhos de agulha e a dança. Para isso, a família de cada aluna deveria desembolsar a quantia de 20$000 réis mensais. Como de costume nos internatos, nas "férias de natal", dezembro a janeiro, as pensionistas podiam continuar no internato, devendo fazer pagamento extra. Também era cobrado o pagamento extraordinário pela roupa lavada e gomada[153].

A cidade de Laranjeiras, berço de grandes proprietários rurais ligados ao cultivo e fabricação do açúcar, foi próspera em colégios particulares funcionando com internato. Em 1841 os professores Braz Diniz de Villas-Boas e Inocência Narciza de Santa Roza fundaram nesta cidade o Colégio Coração de Jesus, que funcionava com internato para meninos e meninas e ministrava a instruções primária e secundária. O Colégio contava inclusive com o apoio do presidente da província, Dr. Anselmo Francisco Peretti (1842-1844), que, em pronunciamento à Assembleia Provincial, solicitava a "proteção" dos deputados provinciais ao estabelecimento. Nesse sentido ele disse:

> [...] penso que deveis lançar vossas patrióticas vistas sobre um estabelecimento, que favorecido com a vossa benéfica proteção, e influxo, e com os diligentes cuidados do Governo, poderá vir á ser um Colégio de muita vantagem, tanto mais se atender que está sob a direção de um homem, que á rígidos princípios morais, e religiosos reúne sólido, e bem digerido saber.[154]

Era costume professores particulares e até públicos receberem em suas casas, sem darem ao seu ensino caráter de um estabelecimento formal, alunos pensionistas. Em 1852, na cidade de São Cristóvão, o professor público padre José Antonio Correia recebia em sua casa, mediante pagamento, alunos internos de ambos os sexos, com idade de 12 anos. Prometia o professor ensinar a ler e escrever caligraficamente, com análise gramatical nacional, os princípios de desenho linear e geometria prática, a doutrina cristã explicada e acompanhada de uma breve notícia da história natural – sagrada e profana –, a gramática latina e francesa

---

[153] ANÚNCIO. *Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 14 jul. 1849.
[154] PERETI, Anselmo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. [São Christovão]: Typographia Provincial, 1843, p. 14.

com a versão e composição da língua, dança e música. As alunas pensionistas aprenderiam também as prendas domésticas[155]. Do mesmo modo, no ano de 1880, o professor particular Manoel Alves Machado abria sua casa, onde funcionavam suas aulas de primeiras letras, gramática, filosofia e aritmética, para meninos e moços como alunos internos, quer se destinassem as suas aulas, quer às de outro estabelecimento.

Na segunda metade do século XIX, mesmo onde existia o ensino público, os números da instrução particular e dos internatos cresceram de forma considerável, principalmente nas cidades ligadas à produção açucareira ou comercial[156]. As justificativas apresentadas pelos inspetores para esse crescimento da instrução particular na Província de Sergipe são de duas naturezas. A primeira estava relacionada com as condições da instrução pública sergipana na época. Nessa primeira modalidade apontavam como causas do crescimento a inexistência ou descrédito das aulas públicas em algumas localidades. Assim, para o inspetor José João de Araújo Lima, o crescimento das escolas particulares "[...] deixa ver, ou que as públicas neles existentes são insuficientes em quantidade para as necessidades da população, ou que as cadeiras são mal regidas. [...]"[157]. Em muitas localidades, conforme esse inspetor, a segunda hipótese confirmava-se, mas em cidades como Estância e Laranjeiras, onde havia o maior número de aulas particulares, somente a primeira hipótese devia ser admitida, pois os professores públicos dessas duas cidades conheciam a matéria que ensinavam e faziam-no com zelo.

A segunda explicação para o crescimento da instrução particular na província relacionava-se com as condições[158] da própria instrução particular. Para o inspetor Manuel Luiz Azevedo D'Araujo, era incontestável que na escola particular havia "[...] mais esforço, e que se todos pudessem pagar o mestre, a escola pública em muitas localidades ficaria deserta [...]"[159]. Segundo ele, a pobreza era a única razão para a manutenção dos números das matrículas nas aulas públicas de certas localidades, ao lado das aulas particulares

---

[155] ANÚNCIO. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 28 abr. 1852.

[156] Sobre o crescimento da instrução particular em Sergipe na segunda metade do século XIX consultar os Relatórios dos Inspetores da Instrução Pública da Província de Sergipe Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, 1859, e Dr. Guilherme Pereira Rebello, 1861.

[157] BULCÃO, Antonio de Araujo d'Aragão. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868*.[Aracaju]: Typographia Jornal de Sergipe, 1868, p. 5.

[158] Os inspetores do ensino costumavam apresentar como razões para o crescimento da instrução particular a disciplina, a moralidade e a boa regência das aulas, o bom aproveitamento dos alunos nos exames, melhores condições materiais e mais esforço dos professores e proprietários dos estabelecimentos para com o aproveitamento dos alunos. REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 38.

[159] ARAUJO, Manuel Luiz Azevedo de. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março em 1872*. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1872, p. 21.

"cuidadosamente regidas". Ainda em 1861, o inspetor Guilherme Pereira Rabelo[160] igualmente afirmava que seria preferível a instrução particular se não fosse a obrigação que tinha o estado de fornecer instrução gratuita a todos [161].

O crescimento e desenvolvimento da instrução particular ocorreram em quase todas as províncias do Império. Para essa situação contribuíram as péssimas condições materiais e de professores da instrução pública e a falta e/ou insuficiência de investimentos financeiros dos governos provinciais nas aulas e estabelecimentos públicos de ensino[162]. Em Sergipe, acrescente-se que o crescimento considerável da instrução particular na segunda metade do século XIX também foi motivado pela prosperidade econômica por que atravessava a província e pelo fato do reconhecimento pelo governo central em 1873[163] dos exames realizados nas províncias para o ingresso nos cursos superiores, estimulando os estabelecimentos de ensino locais.

Em Sergipe, a instrução particular há décadas já vinha, sem interferência do poder público, se espalhando por toda a província, oferecendo principalmente o ensino primário. Para a criação e funcionamento de aulas ou estabelecimentos particulares de instrução em Sergipe, o Regulamento da Instrução Pública de 1858 exigia a prévia autorização do inspetor geral de Ensino. O pretendente devia ainda comprovar ser maior de 21 anos, moralidade, capacidade profissional, confeccionar o programa de estudos e regulamento interno do estabelecimento, indicar a localidade, os cômodos e situação da casa onde deveria funcionar o estabelecimento e os nomes dos professores.

O novo regulamento de 1870 determinava que o ensino particular, primário ou secundário, era livre para todos quantos o quisessem exercer, exigindo apenas uma comunicação à Diretoria de Instrução Pública e a obrigação de remeter anualmente à Instrução os mapas[164] de matrícula e frequência dos alunos e observar as condições de higiene

---

[160] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 38.

[161] De acordo com a Constituição de 1824, a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos.

[162] ARRIADA, Eduardo. *A educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: a desoficialização do ensino público. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

[163] DECRETO Nº 5.429 de 2 de outubro de 1873. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 1, 29 out. 1873.

[164] Na prática, muitos professores e/ou proprietários de estabelecimentos não enviavam os relatórios de matrícula e aproveitamento dos alunos à Diretoria de Instrução Pública. CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871*. [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1871, p. 50.

e de moralidade[165], exigências essas que nem sempre eram cumpridas pelos proprietários dos colégios.

No século XIX, a parcela da sociedade sergipana que podia arcar com os custos da instrução particular, sobretudo do internato, eram os grandes proprietários rurais e grandes comerciantes, que não desejavam enviar seus filhos para estudarem fora da Província. Uma outra questão era que, da década de 1860 em diante, estratos médios da população, diante dos problemas da instrução pública, recorriam aos estabelecimentos particulares. A maior parte que vivia na zona rural com dificuldades de transporte[166] para as cidades onde estavam localizados os colégios encontrava no internato um modelo adequado para garantir a instrução de seus filhos. Desta forma, foram surgindo pequenos colégios particulares[167] com internatos nas cidades[168] de São Cristóvão, Aracaju, Capela, Estância, Lagarto, Laranjeiras e Propriá.

Na década de 1870 existiam diversos internatos estabelecidos na capital, Aracaju, e em diferentes pontos do interior da província que ministravam o ensino primário e aulas avulsas do ensino secundário[169]. O quadro a seguir apresenta uma amostra de colégios ou professores particulares, presentes nos jornais sergipanos da segunda metade do século XIX, que recebiam alunos na condição de internos ou pensionistas.

INTERNATOS MASCULINOS			
Nº	**Estabelecimento**	**Diretor**	**Local**
01	Internato de Japaratuba	Padre Firmino B. Rocha	Japaratuba
02	Internato	Antonio de S. Camilo de Lelis	Propriá
03	Colégio Sergipe Laranjeirense	Paulino de Andrade Faria	Laranjeiras
04	Liceu Laranjeirense	Professor Balthazar Góes	Laranjeiras
05	Aula de Antonio de Araújo Lobão	Antonio de Araújo Lobão	Itabaiana
06	Colégio São Francisco	Manoel Alves Machado	Propriá
07	Colégio N. S. do Amparo	Padre Francisco Vieira de Mello	Capela
08	Colégio S. Salvador	Bacharel Gonçalo Vieira de Mello	Aracaju
09	Curso do Prof. Manoel Alves Machado	Manoel Alves Machado	Aracaju
10	Parthenon Sergipense	Ascendino Argolo Reis	Aracaju

[165] NOBRE, Pelino Francisco de Carvalho. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, 1877. (Anexo). In: FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878*. Aracaju: Typographia Jornal de Aracaju, 1878, p. 34.

[166] Problemas no desenvolvimento econômico da Província, transporte marítimo utilizado principalmente o comércio, somente no século XX a locomotiva chegaria à terra sergipana.

[167] Sobre o surgimento e expansão dos colégios particulares em Sergipe na segunda metade do século XIX consultar os Relatórios dos Inspetores da Instrução Pública da Província de Sergipe, Dr. Guilherme Pereira Rebello, 1861, e Dr. José João de Araújo Lima, 1868.

[168] As cidades de Laranjeiras, Estância e Capela, localizadas na região produtora de cana-de-açúcar, e Propriá, localizada às margens do Rio São Francisco, destacava-se como centro comercial da região, e Lagarto a criação de gado. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. p. 220.

[169] LEOPOLDO, Tomás Diogo. Relatório do Inspetor das Aulas, 1876. (Anexo). In: PINHO, João Ferreira d'Araujo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1.º de março de 1876*. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju , 1876, p. 51.

INTERNATOS FEMININOS			
Nº	**Estabelecimento**	**Diretor**	**Local**
01	Colégio N. S. da Conceição	Josefa Maria da Trindade	Aracaju
02	Colégio N. S. da Conceição	Maria Rosa do Espírito	Laranjeiras
03	Colégio N. S. da Purificação	Josefa B. de Oliveira e Souza	Capela
04	Colégio S. Salvador	Julia E. Barbosa de Castro	Aracaju
05	Colégio Inglês	Anna Carroll e Julia de Oliveira	Laranjeiras
06	Colégio Santa Maria	Maria Diniz de Mello	Maruim
07	Colégio Santana		Laranjeiras

Quadro 19 – Internatos sergipanos na segunda metade do século XIX
Fonte: Relatórios dos presidentes da província e da Instrução Pública de Sergipe (1872, 1875 e 1876) e jornais.

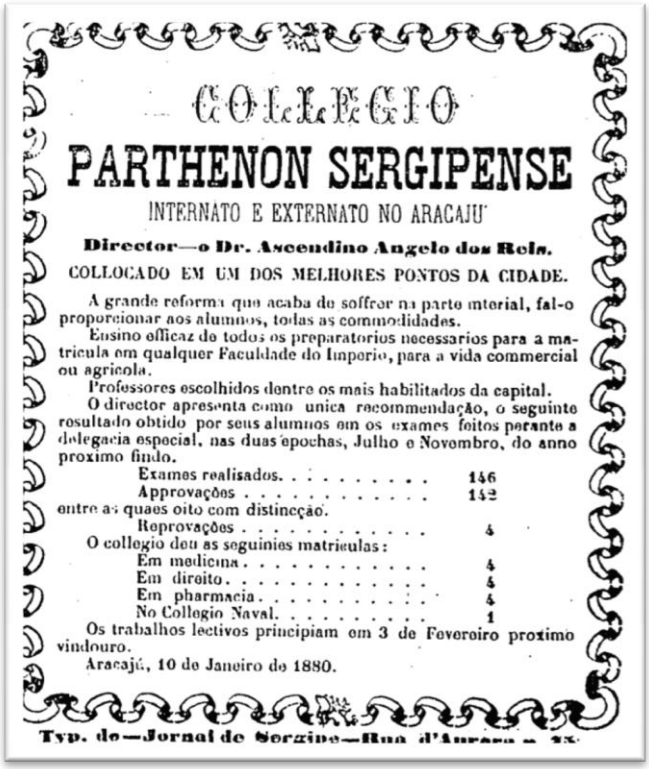
A partir da transferência da capital da província de São Cristóvão para Aracaju em 1855, surgiram na nova capital, à medida que a cidade se desenvolvia, colégios particulares que ofereciam o internato, possibilitando instrução aos moços vindos do interior da Província. Todavia, foi a partir da década de 1870 que Aracaju, atravessando um período de crescimentos populacional[170] e econômico impulsionados pelas atividades comerciais, tornou-se o centro de maior atração para as famílias que desejavam investir na instrução de seus filhos. Nesse período, os colégios da capital passaram a atrair jovens de diversos pontos da província que vinham residir nos internatos na condição de pensionistas.

Dentre os internatos que surgiram em Aracaju nas últimas décadas do século XIX, destacava-se o Colégio Parthenon Sergipense, fundado em 1879 pelo Dr. Ascendino Ângelo dos Reis[171]. O colégio funcionava como internato e externato para o sexo masculino e oferecia o ensino primário e todos os preparatórios exigidos para a matrícula em estabelecimentos de ensino superior e profissional do Império[172], além de classes extraordinárias de música, dança e ginástica[173].

O diretor do Parthenon Sergipense, a fim de atrair alunos ao seu estabelecimento, regularmente investia na publicação de anúncios[174] nos jornais e almanaques sergipanos nos quais informava ao público a localização, resultados obtidos pelos alunos, professores, as

[170] Crescimento da população de Aracaju: 1856 (1.484), 1872 (9.556), 1890 (16.336). LOUREIRO, Kátia Afonso S. *A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir*. Aracaju: INEP, 1983.
[171] Filho de João Francisco dos Reis e D. Rosa. Florinda do Amor Divino, nasceu a 20 de abril de 1852 em S. Cristóvão. Estudou em Salvador e completou o curso médico em 1874 pela Faculdade de Medicina da Bahia. "Nomeado 2º tenente do Corpo de Saúde por decreto de 13 de fevereiro de 1875, serviu na guarnição de Sergipe até 1885 e na de S. Paulo até reformar-se em 1899, depois de ter sido promovido a capitão, 1.º cirurgião, por decreto de 5 de março de 1890 e decorridos poucos dias a major, médico de 3ª classe, por merecimento". Foi delegado especial dos exames de preparatórios em 1876, lente da cadeira de inglês do Ateneu Sergipense. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.
[172] COLÉGIO Parthenon Sergipense. *Gazeta de Aracaju*, Aracaju, 22 dez. 1883, p. 4.
[173] COLÉGIO Parthenon Sergipense. *Jornal de Sergipe*, Aracaju, 19 jan. 1881, p.4.
[174] *Gazeta de Aracaju, Jornal de Sergipe, Echo Sergipano, O Guarany, Sergipe*.

aulas oferecidas, entre outras. Na sequência, mostra-se um anúncio do Colégio Parthenon que costumeiramente figurava nos jornais.



COLLEGIO

PARTHENON SERGIPENSE

INTERNATO E EXTERNATO NO ARACAJU

Director—o Dr. Ascendino Angelo dos Reis.

COLLOCADO EM UM DOS MELHORES PONTOS DA CIDADE.

A grande reforma que acaba de soffrer na parte material, fal-o proporcionar aos alumnos, todas as commodidades.

Ensino efficaz de todos os preparatorios necessarios para a matricula em qualquer Faculdade do Imperio, para a vida commercial ou agricola.

Professores escolhidos dentre os mais habilitados da capital.

O director apresenta como unica recommendação, o seguinte resultado obtido por seus alumnos em os exames feitos perante a delegacia especial, nas duas epochas, Julho e Novembro, do anno proximo findo.

Exames realisados.	146
Approvações	142
entre as quaes oito com distincção.	
Reprovações	4

O collegio deu as seguintes matriculas:

Em medicina	4
Em direito.	4
Em pharmacia.	4
No Collegio Naval.	1

Os trabalhos lectivos principiam em 3 de Fevereiro proximo vindouro.

Aracajú, 10 de Janeiro de 1880.

Typ. do—Jornal de Sergipe—Rua d'Aneara n. 13.

Figura 24 – Anúncio do Colégio Parthenon Sergipense (1880)
Fonte: Colégio Parthenon Sergipense. *Jornal de Sergipe*, p.4, 21 jan. 1880.

A imprensa ressaltava que com a criação do Parthenon Sergipense os "[...] moços abastados que à necessidade de ensino se junta a dos alojamentos, por serem de outros pontos da Província [...]"[175], procuravam o colégio onde podiam satisfazer ambas as necessidades. De fato, a pensão cobrada pelo estabelecimento impunha uma seleção econômica para a entrada de alunos no estabelecimento. Para os alunos que cursavam o ensino primário, tomando como referência o ano de 1882, a pensão cobrada era de 300$00 réis anuais. Evidentemente, para o aluno pensionista do curso secundário o valor da pensão era acrescido[176]. Deste modo o colégio foi um *locus* de formação de filhos provenientes de ricas famílias sergipanas da capital e do interior.

[175] COLÉGIO Parthenon Sergipense. *Gazeta de Aracaju*. Aracaju, p. 2, 28, nov. 1882.
[176] Na cidade do Rio de Janeiro internatos bem conceituados cobravam a pensão em média de 600$000 réis anuais por aluno pensionista. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e*

O quadro seguinte apresenta uma amostra de alunos que fizeram o curso primário e/ou secundário, ou parte desse, no Colégio Parthenon Sergipense e a posterior formação superior que alcançaram.

Nº	Nome	Local/Ano Nascimento	Curso Superior/Instituição
01	Álvaro de Oliveira Ribeiro	Laranjeiras, 1864	Medicina – FAMEB
02	Antonio M. Moreira Guimarães	Laranjeiras, 1868	Direito – F. de Direito do Recife
03	Aristides José de Souza	Itabaianinha, 1865	Medicina – FAMEB
04	Gonçalo Rabello Leite	Riachuelo, 1864	Medicina – FAMEB
05	José de Andrade Fontes	Arauá, 1881	Medicina – FAMEB
06	Joaquim Machado de Faro Rollemberg	Engenho Vitória (Rosário do Catete), 1866	Agronomia – Escola Agrícola da Bahia
07	José Maria Moreira Guimarães	Laranjeiras, 1864	Militar – Escola Militar da Praia Vermelha (RJ)
08	José Mateus de Aguiar	Engenho S. Felix (Divina Pastora), 1864	Direito –
09	Manuel Baptista Itapahy	Fazenda Retiro (Lagarto)	Medicina – FAMEB
10	Serafim de Vieira de Almeida	Engenho Buraco (Itaporanga)	Medicina – FAMEB

Quadro 20 – Relação de alunos egressos do Colégio Parthenon Sergipense
Fonte: *O Guarany, Gazeta de Aracaju, Sergipe, Jornal de Sergipe*.

O Colégio Parthenon Sergipense, principalmente pelo número de alunos internos atendidos, já se diferenciava dos pequenos internatos "familiares" dominantes no período em Sergipe. O estabelecimento apresentava um número[177] de alunos pensionistas considerável se comparado com os outros internatos do período, que, muitas vezes, não chegavam a 30 alunos internos. O colégio recebeu 62 internos no ano de 1879, 73 internos em 1880, 81 internos em 1881 e 76 alunos internos no ano de 1882.

A maior procura pelo estabelecimento, tanto de alunos internos como de externos, refletia em parte o sucesso alcançado pelos alunos do colégio nos exames finais e para ingresso nos cursos superiores. Esses resultados, costumeiramente, eram parte integrante dos anúncios do estabelecimento publicados nos jornais. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos pelos alunos do Colégio Parthenon Sergipense nos exames gerais públicos em quatro anos.

Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1881. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 38º ano, 1881, p. 648.

[177] COLÉGIO Parthenon Sergipense. *O Guarany*. Aracaju, p. 4, 15 fev. 1883.

COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE	
Examinados inscritos	654
Aprovados com distinção	24
Aprovados plenamente	258
Aprovados simplesmente	319
Reprovados	53
Total de Aprovados	601

Quadro 21 – Resultados nos Exames Gerais Públicos dos alunos do Colégio Parthenon Sergipense (1879 a 1882)
Fonte: COLÉGIO Parthenon Sergipense. *O Guarany*, Aracaju, 8 fev.1883, [p.4].

Além dos resultados obtidos nos exames gerais, no período de 1879 a 1882, dos 51 alunos sergipanos matriculados em diferentes cursos superiores, 17 fizeram todo o curso preparatório no Colégio Parthenon Sergipense. Os cursos superiores nos quais os alunos do Parthenon Sergipense obtiveram matrícula foram os de medicina, direito, farmácia e engenharia.

Outro ponto de prestígio para o Colégio Parthenon Sergipense era o importante e respeitável corpo de professores que lecionava no estabelecimento, formado por professores públicos catedráticos do Ateneu Sergipense. Assim, lecionaram no colégio, entre outros, Deoclécio de Araujo Goes (ensino primário), Balthazar de Araújo Goes (ensino primário e francês), Severiano Cardoso (gramática nacional, aritmética), Dr. Thomaz Diogo Leopoldo (latim), João A. Gouveia Lima (latim), Geminiano Paes de Azevedo (francês), João A. Gouvêa Lima (italiano), Manoel Francisco de Oliveira (filosofia), Dr. Pedro d'Andrada (geometria) e Manoel F. d'Oliveira (retórica)[178].

4.5 A vida no internato

Como enfatizado em outra parte deste trabalho, na maior parte do século XIX o internato sergipano caracterizou-se pelos pequenos colégios que ofereciam pensão para alunos dos sexos masculino e feminino, organizados com aspectos de um pequeno empreendimento familiar. Através de pistas e evidências deixadas por alguns desses estabelecimentos é possível discorrer sobre aspectos da cultura e do cotidiano desses internatos, ainda que de forma incompleta.

[178] COLÉGIO Parthenon Sergipense. *Sergipe*. Aracaju, p. 4, 31 jan. 1882.

Muitas famílias sergipanas residindo nas sedes de fazendas ou engenhos, a fim de promover a formação intelectual de seus filhos, na idade escolar remetia-os a um internato. Era o caso dos meninos e meninas filhos de senhores de engenho da cidade de Laranjeiras e do recôncavo, que, contando, muitas vezes, com menos de sete anos de idade, já no início da década de 1840 eram enviados ao internato do Colégio Coração de Jesus a fim de cursar a educação primária e/ou aulas do ensino secundário. Fundado pelos professores Braz Diniz de Villas-Boas e Inocência Narciza de Santa Roza, o estabelecimento recebia alunos internos – "aqueles, que não só quiserem ouvir lições no Colégio, como nele residir" – de ambos os sexos, com idade que variava de 5 a 18 anos de idade. O colégio também admitia alunos externos, ou seja, – "aqueles, que residindo em casa de seus pais, tutores, benfeitores ou administradores, quiserem as horas marcadas ouvir as lições no Colégio"[179].

As meninas eram instruídas no ensino das primeiras letras e "artes de recreio"; os meninos ou moços podiam ser recebidos no estabelecimento para cursar as primeiras letras ou aulas do ensino secundário (gramática, latim, francês, filosofia e retórica). Os alunos provectos ou adiantados nos exames do ensino preliminar começavam o estudo da Língua Latina e, logo depois, julgados habilitados pelo diretor, iniciavam o estudo da Língua Francesa, e finalmente os estudos de lógica e retórica. Antes, porém, de passar qualquer aluno de um para outro estudo, o diretor solicitava a anuência ao pai ou tutor sobre a continuação dos estudos no estabelecimento.

Nos dias santos e nos sábados não havia aulas; mas para evitar o ócio prejudicial à disciplina do internato, o diretor depois do almoço fazia algumas explicações dos deveres do homem para com Deus, para com o próximo, para com a sociedade em geral e para consigo mesmo, correlativamente aos diversos estados, sexos e condições. Nos dias de preceito os internos iam à missa ou realizavam passeios acompanhados dos respectivos diretores.

O internato do Colégio Coração de Jesus era misto, mas os diretores-proprietários garantiam às famílias a separação dos sexos nas aulas e, principalmente, nos aposentos, a observância dos padrões morais e a "morigerada" convivência entre meninos e meninas. Quanto a isso, o diretor Braz Diniz de Villas-Boas cuidava pessoalmente da divisão e assistência dos trabalhos dos alunos, da vigilância sobre suas condutas, ao passo que a professora Inocência Narciza de Santa Roza cuidava das meninas, zelando pela "[...]

---

[179] VILLAS-BOÂS, Braz Diniz de e SANTA ROZA Inocência Narciza de. Estatuto do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Laranjeiras, 1º de agosto de 1841. (Anexo). In: PERETI, Anselmo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. [São Christovão]: Typographia Provincial, 1843, p. 14.

vigilância sobre as maneiras decentes, e próprias de uma senhora, bem como ensinar-lhes a cozer, bordar [...]”[180].

A convivência[181] entre meninos e meninas, embora condenada[182] na época, ocorria de forma vigiada e foi uma acomodação resultante do pouco desenvolvimento da instrução na Província que não dava lugar a muitas exigências por parte das famílias e, sobretudo, da pouca demanda, fazendo com que os proprietários dos estabelecimentos particulares aumentassem ao máximo as possibilidades de oferta. O internato misto também ocorreu em outras partes do Brasil, porém nos grandes internatos, principalmente nos confessionais, a regra era o atendimento no internato de apenas um sexo. Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, a convivência de meninos e meninas, nas aulas, já era um tema bastante difundido. A esse respeito, o Dr. João da Matta Machado defendia:

> Com efeito: é um fato verificado que a união dos dois sexos nas escolas excita uma nobre emulação, modifica as maneiras rudes e grosseiras dos meninos, comunicando-lhes aquela delicadeza no trato, que caracteriza os homens bem educados e previne ‘essas disposições doentias, essas melancolias sem objeto, esse vago das paixões, que se observa comumente nas casas onde uma desconfiança exagerada separa completamente os dois sexos.’ Ainda a experiência tem demonstrado que a união, em vez de favorecer ou provocar ataques à moralidade, é conveniente à boa ordem e à disciplina, e que aumenta o respeito mutuo, fazendo germinar no coração dos moços idéias nobres e cavalheirescas.[183]

Nos anos de 1840, para enviar seus filhos ao internato do Colégio Coração de Jesus, as famílias da cidade de Laranjeiras e do recôncavo, sobretudo as classes ligadas à produção canavieira e ao grande comércio, deviam providenciar o enxoval e o desembolso referente ao pagamento da pensão. O enxoval, como de costume nos internatos, deveria ser composto pela roupa de cama e vestuário de livre escolha da família.

---

[180] VILLAS-BOÂS, Braz Diniz de e SANTA ROZA Inocência Narciza de Estatuto do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Laranjeiras, 1º de agosto de 1841. PERETI, Anselmo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. [São Christovão]: Typographia Provincial, 1843, p. 14, p. 14.

[181] O Regulamento da Instrução Pública do Município da Corte do Rio de Janeior determinava que nas casas de educação de meninas não poderiam ser admitidos alunos, nem poderiam morar pessoas do sexo masculino maiores de 10 anos, exceto o marido da diretora. BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

[182] Como ensinava o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama: “Um dos pontos mais essenciais da educação, mormente das meninas, é a escrupulosa escolha, que deve haver nas pessoas que mais freqüentam a casa e nela tomam familiaridade. [...]. Fora da companhia de seus irmãozinhos, não convém que a menina viva conjuntamente com outro qualquer menino, ainda que seja seu primo.”. EDUCAÇÃO DAS Meninas (continuação). *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 05 mar. 1845.

[183] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 76.

Nos primeiros anos da década de 1840, os pensionistas do ensino primário ou que cursassem aulas do ensino secundário pagavam uma pensão anual de 200$000 e por aulas avulsas de latim, francês, lógica e retórica o valor de 4$000 mensais cada. Também seguindo a regra dos internatos, não estavam incluídas na pensão as aulas de música e dança, e igualmente devia ser pago em separado o serviço de roupa lavada e engomada. No caso de doença, os alunos podiam ser tratados no próprio colégio, correndo as despesas com o médico e a botica por conta dos pais ou administradores. Do mesmo modo ficavam a cargo dos pais as despesas com lápis, papel, penas, tinta, e os livros ou compêndios necessários.

Além de não quererem se afastar de seus filhos, principalmente na infância, não se pode desconsiderar que essa opção pelos pequenos internatos familiares da província foi também resultante do aspecto econômico. De fato, era menor o valor dos internatos locais se comparado com o envio para internatos das cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, destinos de alguns meninos e moços sergipanos oriundos de famílias ricas. Assim, tomando como referência o ano de 1848, para enviar um filho a um internato na Corte Imperial, a família teria que, além dos gastos com o translado, providenciar um enxoval mais sofisticado e pagar uma pensão anual que podia variar de 288$000 a 360$000[184].

Fazia parte da cultura dos internatos a utilização de dispositivos de controle do tempo, os quais sinalizavam aos internos os horários regulados e impositivos. O horário utilizado como controle da atividade é uma "antiga herança das comunidades monásticas" e se difundiu também nos colégios-internatos, e está ligado a "três grandes processos – estabelecer as *cesuras*, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição"[185].

Na rotina do regime de pequenos internatos familiares sergipanos, como era o Colégio Coração de Jesus, os trabalhos diários dos internos eram precedidos por uma oração, depois eram separados para as respectivas salas a fim de iniciarem os trabalhos escolares até as oito horas, quando se dirigiam ao almoço. Terminado o almoço, os alunos retornavam aos trabalhos escolares até as dez horas, quando iniciavam as lições de estilo, que duravam até o meio-dia. Depois de uma hora de intervalo e descanso, o jantar era servido de uma hora até as duas horas, e depois meia hora de descanso. Às duas e meia da tarde começava a segunda sessão de estudos, a qual se prolongava até as cinco e meia, tempo em que iniciava o recreio até as sete horas.

---

[184] LAEMMERT, Eduardo. Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1848, 5º ano, 1884, pp. 266, 268 e 271.
[185] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 127.

Para os alunos que necessitavam de reforço nos estudos, este iniciava às sete horas e ia até as oito, tempo em que o interrompiam para a ceia que era servida nessa hora e durava meia hora, e mais meia de descanso. Às nove horas retornavam aos estudos e somente eram dispensados destes às onze horas com a sinalização de um toque de campa[186], momento em que se recolhiam ao dormitório, depois de uma breve oração.

Nos internatos o toque de sino, ou de outro instrumento, emitia um sinal que obrigava o exercício de ocupações rotineiras e impositivas e regulava os ciclos de repetição delas na cultura do internato: acordar[187], fazer o asseio, comer, estudar, recrear-se, recolher-se ao dormitório e dormir. Apesar dos desvios, os pensionistas internalizavam os sinais e atendiam sem muita hesitação, pois o "tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder"[188].

A cada instante havia uma atividade correlata e ordenada. Os ritmos dos dispositivos de controle do tempo indicavam uma regulação temporal que servia para acelerar a prática da atividade ao mesmo tempo em que educava para a rapidez do exercício delas através de uma resposta automática, tendo em vista que:

> Toda atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. Colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma.[189]

Portanto, o dia no internato do Colégio Sagrado Coração de Jesus achava-se dividido em, mais ou menos, 10 horas de trabalho, 5 horas destinadas para as refeições, cuidados de limpeza, recreio e 8 horas para o sono. Esta divisão dos horários, ou decomposição do tempo, era realizada em diversas atividades coletivas, programadas e controladas. Buscava garantir

---

[186] Sino pequeno para sinais de aviso.

[187] Locke recomendava incutir nas crianças o costume de acordar cedo: "Debe llamárseles y hacer que se levanten siempre temprano; pero teniendo buen cuidado, al despertarles, de no hacerlo bruscamente, ni com voz furete y penetrante, ni com cualquier outro ruído violento y repetino. Esto suele sorprenderles y lês hace mucho daño". LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986, p. 58.

[188] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 128. Conferir também o controle do espaço e do tempo em um internato nas primeiras décadas do século XX: CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O livro de registro de ocorrências: o "jornalismo do internato" (1934-1946). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 179-206, 2011.

[189] Ibid., p. 140.

"[...] a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil"[190].

Internato do Colégio Coração de Jesus – Laranjeiras (1841)	
Horário	**Atividades**
6:00 h	Alvorada
6:30 h	Trabalhos escolares
8:00 h	Almoço
9:00 h	Trabalhos escolares
10:00 h	Lições de estilo
12:00 h	Intervalo e descanso
13:00 h	Jantar
14:00 h	Descanso
14:30 h	Segunda sessão de estudos
17:30 h	Recreio
19:00 h	Reforço
20:00 h	Ceia
20:30 h	Descanso
21:00 h	Estudos
23:00 h	Dormitório

Quadro 22 – Horários e atividades no internato do Colégio Coração de Jesus
Fonte: VILLAS-BOÂS, Braz Diniz de e SANTA ROZA Inocência Narciza de Estatuto do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Laranjeiras, 1º de agosto de 1841.

O regime de horários ou divisão do tempo no cotidiano dos internatos é uma das singularidades da cultura dos colégios-internatos brasileiros durante todo o século XIX. Escrevendo em 1875 sobre a organização dos colégios-internatos da Corte Imperial, o Dr. João da Matta Machado apresenta uma descrição sobre o regime de horário no internato do Colégio Santo Antonio[191] onde foi aluno interno no ano de 1865, muito semelhante com o regime praticado nos internatos sergipanos da época. Recorda o Dr. Machado que os pensionistas

> [...] levantam-se às 5 horas da manhã no verão, e às 6 horas no inverno; meia hora era destinada aos cuidados do asseio, e a uma curta oração na capela, seguia-se o estudo em uma vasta sala bem clara e arejada até às 7 horas e

[190] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 128.
[191] Localizado na cidade do Rio de Janeiro, rua dos Inválidos, nº 4 (chácara da Marquesa de Valença), dirigido pelo cônego Francisco Pereira de Souza. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, 1867, p. 411.

> meia, hora do almoço, que consistia em uma xícara de uma mistura indefinível de um líquido pardo-escuro de gosto especial, *sui generis*, que por metáfora se chamava café com leite, e um pão de Provença de dois vinténs (80 gramas mais ou menos.)
> Depois desta refeição seguia-se um pequeno recreio até às 8 horas, e em seguida aulas e estudo até as 2 horas da tarde sem o menor descanso. Das 2 horas até às 2 e meia iam os pensionistas sucessivamente em turmas de 12, às latrinas, que eram em número igual, sob a vigilância de um *censor;* até à esta hora, isto é, durante o longo intervalo de 8 horas a ninguém era permitido satisfazer as necessidades corporais, salvo moléstia, de que fosse o diretor oficialmente sabedor, ou então quando por muito especial favor um pensionista conseguia uma vez por acaso licença especial.
> Às 2 horas e meia jantava-se [...].
> Depois do jantar seguia-se o recreio na sala de estudo, que durava todo o tempo que o diretor levava a *palitar os dentes*, isto é, 3, 4, ou 5 minutos quanto muito! ... Continuavam as aulas e estudo até às 5 horas da tarde, seguindo-se depois o recreio até às 6 horas no inverno e 6 e meia no verão. [...]
> Depois do recreio cerravam-se todas as janelas da grande sala de estudo, acendia-se grande número de bicos de gás, e os cento e tantos alunos, ao longo de uma extensa mesa, os mais adiantados, e os outros sentados em bancos encostados à parede, estudavam em silêncio sepulcral até às 8 horas da noite.
> A ceia, que seguia-se imediatamente, consistia em chá e um pão de 80 gramas, ou uma rosca vulgarmente chamada do barão; depois desta refeição eram concedidos 10 minutos de recreio seguidos de uma curta oração na capela, finda a qual todos se retiravam para os dormitórios, que eram acanhados relativamente ao número de alunos.

Nesses registros sobre o regime de horários dos internatos brasileiros e sergipanos durante o século XIX percebem-se diferenças culturais no que ordinariamente era denominado de almoço, jantar e ceia[192]. Assim, era designada de almoço a primeira refeição do dia, servida entre 7 e 8 horas da manhã, consistindo basicamente em café[193], leite e pão. O jantar era a segunda refeição do dia, usualmente feita ao princípio da tarde, composta de alimentos substanciais como sopa, legumes, carne, arroz e frutas. A refeição da noite era

---

[192] Mudança também evidenciada na cultura francesa do século XIX: "O nome das refeições difere no interior e na capital. No interior, 'janta-se' ao meio-dia e 'ceia-se' ao entardecer. Em Paris, a ceia é uma refeição fria que se faz após os bailes e os grandes saraus, à uma ou duas horas da manhã. A terminologia se uniformizou a partir da capital, mas ainda hoje, no interior, há quem chame o almoço de 'jantar' e o jantar de 'ceia'. Os horários das refeições se alteraram no decorrer do século XIX. O 'pequeno almoço' ou 'café da manhã' se toma ao levantar. Consiste numa xícara de leite, café, chá ou chocolate, acompanhado de um pãozinho ou um torrada. O 'segundo almoço', chamado de 'almoço de garfo' ou 'ajantarado', é servido entre dez e meio-dia. Inclui entradas, embutidos, carnes frias e sobremesas. Servem-se carnes assadas e saladas apenas se a refeição for servida um pouco mais tarde. [...]. O jantar é a refeição de horário mais variado, avançando sempre mais ao longo do século". MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 186.

[193] "Nos colégios, principalmente nos do Rio de Janeiro, dever-se-ia admitir o sistema, aliás adotado nas províncias, de fornecer aos pensionistas café de manhã ao levantarem-se e depois do jantar: tal uso, salvo casos individuais, não produziria senão resultados favoráveis." [193] MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 45.

denominada de ceia, em que usualmente eram servidos os alimentos leves, a exemplo de sopa de arroz, chá e pão ou somente esses dois últimos. No ano de 1855 o Dr. José Bonifácio Caldeira de Andrada Junior recomendava que fossem servidas nos internatos aos pensionistas três refeições em horas fixas e determinadas, sendo divididas da seguinte forma "[...] o almoço às 8 horas da manhã, o jantar à 1 da tarde, e 5 ou 6 horas depois a ceia, que só constará de chá com pão [...]"[194].

A respeito dos horários em que eram servidas as refeições Gilberto Amado, em suas memórias de menino em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX, registrou que o jantar a esse tempo em Sergipe acontecia às duas horas da tarde. A ceia era servida à noite e consistia em chá com pão, bolos, banana assada, banana frita, fatias de parida, arroz doce, aipim, inhame. "[...] Carne só uma vez por dia. Mesmo em Aracaju e na Bahia era assim. Só em Pernambuco, quando lá cheguei em 1905, é que vi pela primeira vez jantar como hoje, de noite"[195]. Outrossim, Gilberto Freyre informa que no século XIX o jantar ocorria em horários "[...] que variavam entre as duas e as quatro da tarde. Consistia geralmente no caldo de substância, na carne assada ou cozida, no pirão escaldado, no molho de malagueta. Bebida, quase que era só água [...]"[196].

Quanto à disciplina nos internatos, diante do regime de horários, tarefas regradas e, talvez, pela própria idade imatura e costumes trazidos de casa, os internos iam transgredindo da forma que podiam, diante das imposições dos fiscais. Nem todos se enquadravam na "fôrma" dos internatos, fazendo-os sofrer uma sanção disciplinar. No regime disciplinar dos internatos sergipanos os alunos estavam sujeitos, dependendo da gravidade e natureza das infrações, a medidas disciplinares, como ficar por certo tempo de pé ou de joelhos, vestir a roupa às avessas, privação de passeio ou de alimento, prisão em local específico, lição dobrada, entre outros.

Os castigos corporais, já repudiados[197] no século XIX, não eram citados no regulamento dos colégios sergipanos. A partir de 1850 a Lei Orgânica da Instrução Pública de Sergipe, de 6 de Junho de 1850, proibia expressamente a utilização dos castigos físicos nos

---

[194] ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de Andrada. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855, p. 22.

[195] AMADO, Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: Editora da UFS, 1999, p.31.

[196] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003, p. 226 e 336.

[197] Os castigos físicos embora combatidos por muitos intelectuais, a exemplo dos médicos, fizeram parte da vida escolar brasileira durante todo o século XIX e em boa parte do século XX.

estabelecimentos de ensino da Província de Sergipe. A esse respeito, o inspetor Guilherme Pereira Rabelo dizia:

> É uma bela idéia, cujo mérito, contudo não tem um caráter absoluto [...] pensamos que a proibição absoluta e expressa dos castigos corporais foi muito prejudicial à disciplina das escolas, e que muito tem concorrido para desmoralizá-las, afrouxando os laços de respeito e submissão, que devem prender o aluno ao mestre. [...] porque razão negar ao Professor o direito de aplicar castigos corporais moderados; quando vir que os castigos morais não produzem mais efeito? O que, senão os castigos corporais aplicados aos alunos rebeldes e corrompidos, pode garantir a força moral dos Professores, para que possam manter em suas escolas esta disciplina não menos necessária do que o saber e a dedicação, para que o ensino progrida? Pensem como quiserem aqueles que nos lerem: o que é certo, o que é um fato incontestável é, que depois que a férula desapareceu de sobre a mesa do professor público a disciplina das escolas afrouxou-se até ao ponto da imoralidade e da desordem, e o ensino público retrogradou consideravelmente.[198]

Em 1860, o presidente da Província, Manuel da Cunha Galvão, acompanhando o pensamento do inspetor em suas reflexões a respeito do uso da férula[199] nas escolas, propôs à Assembleia Provincial a reforma do Regulamento de Instrução Pública, para autorizar os professores a usarem da férula independentemente do consentimento dos pais[200]. No campo das ideias, dominava a tese contrária ao uso de castigos físicos nos estabelecimentos de ensino, mas na prática os castigos corporais, sobretudo os bolos de palmatória[201], estiveram presentes na cultura escolar brasileira e sergipana até boa parte do século XX. Nas primeiras décadas do século XX José Lins do Rego recorda a utilização da palmatória pelo diretor da escola onde estudou como aluno interno:

> Gostava de botar os outros para a frente. Os seus processos, porém, seriam cirúrgicos demais. Amputava tudo com dor, embora às vezes a amputação fosse um crime. Os anestésicos não existiam para esse flagelador de

---

[198] REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor das Aulas da Província, 1860. (Anexo E). In: *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.*Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1860., p. 13.

[199] Palmatória.

[200] GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.* [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p.12.

[201] Na cultura escolar francesa a palmatória, o chicote, o açoite ou a régua eram empregados no século XIX. "Pouco a pouco, substituíram-se esses castigos que começaram a chocar as classes médias por proibições (notadamente de receber a visita dos pais), privações (de alimento até 1809, de saída, de recreação, ou mesmo de uma parte das férias) ou punições mais simbólicas (uma roupa de burel, equivalente do chapéu de burro na escola primária, uma mesa de penitência para as refeições, um banco da preguiça e o envio para o canto, com a variante clerical de manter os braços em cruz). Entre os mais usados dos castigos, a prisão e a lição suplementar". CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*: A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 163.

> meninos. A palmatória era a sua vara de condão; com ela movia o mundo. Pensava corrigir e iluminar com pedaço de pau os que lhe chegavam às mãos para serem moldados a seu jeito.[202]

O Colégio Inglês, dirigido por Anna Carroll e Julia de Oliveira, auxiliadas por D. Laura de Oliveira, permite igualmente algumas aproximações sobre a cultura do internato durante o século XIX em Sergipe. O estabelecimento era dedicado exclusivamente ao sexo feminino na condição de interna ou externa. As meninas aprendiam primeiras letras, religião, português, francês, inglês, alemão, geografia e história universal. Além dessas disciplinas havia a instrução de trabalhos próprios de uma senhora, ou "artes de recreio", como piano, desenho, pintura a aquarela e a óleo e sobre espelhos, bordados e flores artificiais.

No ano de 1885, o ingresso no internato do Colégio Inglês requeria para as famílias que não residiam na cidade de Laranjeiras, como de costume nos internatos, a figura do correspondente que se responsabilizasse pelo pagamento das pensões e demais despesas da pensionista. As diretoras também exigiam que cada pensionista trouxesse para o internato um enxoval composto de vestimentas – segundo o arbítrio dos pais – e uma cama pequena, colchão, travesseiros e roupa de cama, lavatório de ferro com bacia e jarros para banho.

Os valores das pensões, pagos por trimestre, eram de 135$000 réis para as internas, 30$000 réis para as externas e 60$000 réis para as externas que também optassem pela instrução de piano. Comparando com os valores dos colégios da Corte Imperial, no ano de 1881 era possível encontrar internatos femininos com valores[203] que variavam de 120$000 a 150$000 réis por trimestre. Entretanto, nesses valores não estavam incluídas as "artes de recreio", a exemplo de língua estrangeira, pintura, dança, piano, canto e desenho. Assim, a aluna pensionista cuja família optasse por uma atividade complementar, como piano, chegaria a pagar o valor de 150$000 a 180$000 réis por trimestre, e uma aluna externa com piano pagava 100$000 réis por trimestre.

---

[202] REGO, José Lins do. 1995. *Doidinho*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 56.

[203] Referentes aos seguintes internatos femininos: Colégio da Baronesa de Geslin, Colégio Brasileiro e Colégio da Imaculada Conceição. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 38º ano, 1880, pp. 435, 644 e 646.

CAPÍTULO V
INTERNATOS EM SERGIPE NO SÉCULO XX

5.1 Permanência dos internatos

Na primeira metade do século XX, sem fazer desaparecer os pequenos internatos de organização "familiar", surgiram e/ou se consolidaram em Sergipe colégios-internatos caracterizados pela existência de espaços específicos para internato, ainda que adaptados, por um conjunto de empregados encarregados dos serviços e pelo aumento dos alunos pensionistas.

Nas primeiras décadas do século XX o Estado de Sergipe continuava apresentando, tal como no século anterior, uma economia agropecuária baseada no cultivo da cana-de- açúcar e do algodão e na criação de gado bovino. Estas atividades econômicas impulsionaram o desenvolvimento de usinas produtoras de açúcar, indústrias têxteis e repercutiram no desenvolvimento do comércio, proporcionando o surgimento de empresas comercias e o aumento do número de repartições públicas na capital do estado[1]. O crescimento econômico favoreceu a continuidade e desenvolvimento dos internatos, pois eram os segmentos sociais ligados a esses campos econômicos que podiam custear as despesas com o internamento escolar.

Os internatos da primeira metade do século XX estavam instalados na capital do estado e nas sedes dos municípios mais desenvolvidos. Aracaju, por sua condição de capital, congregava internatos maiores, mais renomados e dispondo inclusive do ensino secundário[2] e por isso mais requisitados pelas famílias ricas. Na fase de 1900 a 1930 foram implantadas algumas inovações e serviços em Aracaju que contribuíram para tornar a capital mais atrativa. As ruas onde estavam instaladas as casas comerciais e/ou os sobrados das classes ricas foram pavimentadas com pedras (1900), apareceram os serviços de transporte nos bondes de tração animal, água encanada (1908), esgotos sanitários (1914), energia elétrica, ferrovia, rede telefônica (1919) e os bondes elétricos (1926)[3].

---

[1] DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe:* República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

[2] Pelo menos até o ano de 1935 o ensino secundário somente era ministrado em Aracaju, no Ateneu "Pedro II" – Ateneu Sergipense (público) e em dois colégios particulares: Tobias Barreto e N. S. Auxiliadora. SERGIPE. *O Estado de Sergipe em 1835*. Recursos possibilidades, desenvolvimento, estatística. Aracaju: Gráfica Editora, 1937.

[3] SERGIPE. Instituto de Economia e Pesquisas (INEP). *Aracaju*: INEP, 1983. (Série Monografias Municipais)

Figura 25 – Aspecto dos bondes elétricos em trecho da Rua João Pessoa – Aracaju (1935)
Fonte: SERGIPE. Departamento Estadual de Estatística, Publicidade e Difusão Cultural. *O Estado de Sergipe em 1935*. Aracaju: Gráfica Editora, 1937.

As mudanças e inovações ocorridas em Aracaju estimularam a vinda de famílias interioranas para a capital em busca de instrução para os seus filhos, o que acabava favorecendo os estabelecimentos particulares de ensino. Por outro lado, as famílias[4], que por qualquer razão continuavam residindo no interior, encontravam nos internatos uma estratégia educativa ideal para manter os seus filhos estudando na capital. Neste caso deveriam, como de costume, indicar um correspondente[5] para responder pelo pagamento das contribuições e pelas necessidades do pensionista.

Na primeira metade do século XX, um grande número de escolas particulares oferecia internato masculino ou feminino, na capital e no interior sergipano. Eram pequenos internatos, que não chegavam a congregar mais de 20 pensionistas, e/ou colégios-internatos, que congregavam de 50 a mais ou menos 80 pensionistas. O quadro em sequência apresenta uma amostra dessas duas categorias de estabelecimentos particulares. Nessa tabela estão

[4] As famílias, no pensamento de Bourdieu, "[...] são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus* [...] uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas". BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010, p. 36.
[5] "As famílias que residirem fora terão um correspondente encarregado das prestações e com quem a diretoria se entenderá, havendo qualquer necessidade". O ESTATUTO do Ginásio Patrocínio São José. *A Cruzada*, Aracaju, p. 2, 29, mai. 1949.

destacados colégios que no decorrer do século XX firmaram-se como grandes colégios-internatos.

Internatos Masculinos			
Nº	Estabelecimento/Denominação	Local	Diretor e/ou Proprietário
01	Colégio Brasil	Estância	Hugolino Azevedo
02	Colégio do Salvador	Estância	Domingos Cordova de Lima
03	Colégio Jackson de Figueiredo[6]	Praça O. Campos, 47, Aracaju	Benedito A. de Oliveira
04	Colégio Modelo	Capela	Virgilio Prado
05	Colégio Nossa Senhora das Vitórias, 1909	Sítio Bela Vista, Maruim	Raymundo Smith Firpo
06	Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora	Rua Boquim, Aracaju	Congregação Salesiana
07	Colégio São Luiz Gonzaga	Estância	Padre Alexandre Alves Casaes e Domingos Cordova Lima
08	Colégio Serigi	Praça 7 de setembro, n. 36, Estância	Temístocles Alves Viana
09	Colégio Tobias Barreto	Rua Pacatuba, 288, Aracaju	José de Alencar Cardozo
10	Grêmio Escolar	Aracaju, Praça da Matriz	Evangelino Faro
Internatos Femininos			
Nº	Estabelecimento/Denominação	Local	Diretor e/ou Proprietário
01	Colégio Boa Esperança	Rua da Aurora, nº 60, Aracaju	Marianna Braga
02	Colégio Camerino	Estância	Maria Cândida de Carvalho
03	Colégio Coração de Jesus	Riachuelo	Eulina de Aquino Vasconcellos
04	Colégio Maria Auxiliadora	Praça 7 de Setembro, Estância	Laura Gomes Leite, auxiliada pelas professoras A. Salles, Constança Pitangueira
05	Colégio N. S. da Gloria	Maruim	Cecília Maia
06	Colégio Nossa Senhora da Conceição	Aracaju, Travessa Cel. José de Faro	Maria da Gloria Chaves
07	Colégio Nossa Senhora das Graças	Praça Tobias Barreto, Propriá	Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição
08	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Aracaju,	Congregação das Irmãs Sacramentinas
09	Colégio Nossa Senhora Santana	Av. Barão do Rio Branco, Aracaju	Quintina de Oliveira Diniz (1908), Sylvia de Oliveira Ribeiro (1916)
10	Colégio Patrocínio de São José	Praça Tobias Barreto, Aracaju	Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição
11	Colégio Santa Cruz	Aracaju, Rua da	Maria Margarida da Santa Cruz e

[6] Jackson de Figueiredo Martins, patrono do colégio, nasceu em Aracaju, em 1891. "Bacharel em direito, dedicou-se à política e ao jornalismo. Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Em 1921 defendeu a candidatura de Artur Bernardes, identificando-o com os princípios da autoridade, religião e ordem, em detrimento de Nilo Peçanha, como demagogo, revolucionário e ligado à maçonaria. Colaborador em vários jornais e revistas, como a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, produziu, entre outras obras, *Afirmações* (1921), *A reação do bom senso* (1922) e *A coluna de fogo* (1925). Faleceu em 1928".
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo (acessado em 23 de maio de 2012).

		Avenida, Bairro Industrial	Santos
12	Colégio Santa Terezinha	Boquim	Padre José Gumercindo Santos
13	Educandário Nossa Senhora da Piedade	Lagarto	Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho
14	Imaculada Conceição	Capela	
15	Internato S. Cecília	Laranjeiras	Cecília Curvello
16	Sagrado Coração de Jesus	Estância	Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição

Quadro 23 – Internatos sergipanos na primeira metade do século XX
Fonte: *Correio de Aracaju (1910), O Nordeste (1942), A Razão (1913), A República (1934), A Cruzada (1946)*

Entre os estabelecimentos realçados no quadro anterior destacam-se alguns internatos de colégios católicos. Em Aracaju, o internato masculino do colégio Salesiano[7] N. S. Auxiliadora (1910)[8] e os internatos femininos dos colégios Nossa Senhora de Lourdes das Irmãs Sacramentinas (1903) e o Patrocínio de São José das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (1940). No interior do estado, nos municípios mais desenvolvidos, firmaram-se os internatos dos colégios Nossa Senhora das Graças (1915), em Propriá; Imaculada Conceição (1929), em Capela, e o Sagrado Coração de Jesus (1936), em Estância. Todos estes construíram edifícios-internatos com espaços específicos para o internato e chegaram a congregar mais de 50 pensionistas.

O crescimento e desenvolvimento de colégios particulares dirigidos por congregações católicas deveram-se, além da boa reputação[9] desses estabelecimentos, ao empenho da Igreja Católica[10], que buscava, por meio da educação dispensada nessas instituições, a manutenção e o crescimento da influência do catolicismo entre as famílias sergipanas. Para isso sempre contou com o apoio de governantes para a fundação desses colégios no estado, seja através de doações de terrenos seja de outras espécies de benefícios ou isenções. Quanto a isso, a Congregação das Irmãs Sacramentinas, que fundou em Aracaju o Colégio N. S. de Lourdes, obteve do Governo no ano de 1924, por ato do presidente Maurício Graccho Cardoso, um terreno para a construção do edifício do estabelecimento. Também em Aracaju a Congregação

[7] O termo salesiano é originário do nome do patrono da Congregação, São Francisco de Sales.
[8] A Congregação Salesiana iniciou seus trabalhos em Sergipe no ano de 1902, com a fundação da Escola Agrícola S. José, ou Tebaida (1902-1920) no município de São Cristóvão. Em 1908 fundaram em Aracaju o Oratório Festivo Maria Auxiliadora e em 1910 o Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe* – Brasil 1897 – 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.
[9] No sentido de capital simbólico que, segundo Bourdieu "[...] é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor [...] Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através de categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital [...]" BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010, p.107.
[10] Reputa-se como fundamental o apoio do Bispo de Aracaju D. José Tomás da Silva.

das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição auferiu do Governo Estadual, por ato do interventor, tenente Augusto Maynard Gomes, a doação de terreno para a construção do prédio do Colégio Patrocínio de São José[11], e na cidade de Capela, o Colégio da Imaculada Conceição foi agraciado com o fornecimento de energia elétrica gratuita e material escolar dos governos municipal e estadual[12].

De outro modo, as autoridades eclesiásticas, para impedir o avanço dos colégios leigos ou protestantes, faziam a propaganda das escolas católicas e orientavam que as famílias católicas somente matriculassem seus filhos nesses estabelecimentos. A este respeito, na imprensa católica sergipana, sobretudo no Jornal *A Cruzada*, eram divulgadas matérias com esse conteúdo. Uma delas reproduzia o pensamento do arcebispo do Rio de Janeiro, que condenava a matrícula de católicos em colégios acatólicos:

> Que alguma seita abra educandários para seus adeptos, compreende-se. Porém, que tais colégios sejam frequentados por centenas de jovens, cujos pais católicos ali os matriculam, sem a menor preocupação de fé, religião, moral... contanto que façam bons exames e adquiram um diploma, é imperdoável[13].

Na lista dos internatos apresentada na tabela anterior, além dos estabelecimentos confessionais mencionados, também se destacaram os estabelecimentos não-confessionais, como os colégios-internatos Tobias Barreto (1909), Grêmio Escolar (1906) e Jackson de Figueiredo (1938). Todos eles estavam estabelecidos em Aracaju, com internato voltado ao público masculino e também congregavam um grande número de pensionistas, o primeiro chegando a mais de 100 alunos internos. Todavia, diferentemente dos colégios católicas, não chegaram a funcionar em prédios originalmente projetados para os serviços de internato.

As razões para a permanência do internato na cultura escolar sergipana durante boa parte do século XX foram, entre outras, a inexistência[14], deficiências ou o pequeno número de colégios no interior do estado, situação caracterizada pelo "déficit escolar". A rede de escolas públicas era ponderavelmente inferior em relação à população em idade escolar[15]. Este fato

---

[11] ANDRADE, Ana Paula Dantas Franca de. *Colégio Patrocínio São José*: o ensino religioso católico (1940-1945). 2005. Monografia (Graduação História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

[12] SANTOS, Sandra Maria dos. *A trajetória educacional em Capela*: a experiência das missionárias da Imaculada Conceição (1929/1954). 2002. Monografia (Graduação História) – Universidade Federal de Sergipe, Propriá, SE, 2002, p. 21.

[13] COLÉGIOS católicos e acatólicos. *A Cruzada*, Aracaju, p. 1, 11 mar. 1945.

[14] Sobretudo de colégios que ministravam o curso secundário, que por isso deveria ser buscado em Aracaju ou em capitais de outros estados.

[15] Situação retratada na época por Nunes Mendonça como "déficit escolar", ou seja, a rede de escolas públicas era ponderavelmente inferior em relação à população em idade escolar. MENDONÇA, Nunes. *A educação em Sergipe*. Aracaju. Livraria Regina, 1958, p. 69.

fazia com que as famílias ricas ou camadas médias da sociedade enviassem seus filhos para os internatos da capital ou das cidades mais desenvolvidas.

Também o isolamento geográfico causado pelas longas distâncias, além das dificuldades de transporte e comunicação entre as localidades (do interior para a capital ou sede do município), dificultavam o retorno àquelas residências localizadas na zona rural. Na época, as estradas e o transporte eram bastante rudimentares, realizado predominantemente no lombo de animais ou outras formas que utilizavam a tração animal, o que dificultava o retorno dos escolares para as suas residências distantes da escola. O escritor sergipano Gilberto Amado recorda as dificuldades de transporte no início do século XX: "Aos seis anos de idade partia, em cima do meu cavalo, para o que, naquele tempo, era longe, viagem comprida, de Itaporanga à Bahia. [...] Tinham me botado cedo na cama, pois sairíamos de madrugada. Meu pai tinha essa mania... viajar de noite"[16].

A inexistência e o fato de morar longe da escola e as dificuldades de transporte, embora principais, não foram as únicas variáveis que determinaram a opção das famílias pelo internato. Mesmo morando na capital, próximo aos colégios[17], algumas famílias sergipanas, por não quererem ou por não estarem aptas para dirigir a instrução de seus filhos, principalmente na fase dos estudos secundários, enviavam-nos aos internatos[18]. Além disso, não se pode olvidar que a crença no caráter disciplinador[19] do internamento escolar, apontado por Gilberto Freyre[20] como uma característica da sociedade patriarcal do século XIX, permanecesse um pouco presente na mentalidade do século XX. Deste modo, meninos ou moços com problemas de disciplina no convívio familiar eram matriculados no internato

---

[16] AMADO, Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: Editora da UFS, 1999, p.117.

[17] Costume também verificado em famílias residentes em Salvador. "O que ainda revolta mais o espírito é veem-se pais que habitam aqui na capital, têm outros meios e recursos pecuniários, jogar desumanamente seus filhos como internos em colégios; pergunto eu, para que se diplomam tantas professoras distintas, anualmente? Pois, não seria melhor que a instrução fosse ministrada sob fiscalização dos pais em sua casa? É muito pouco amor por seus filhos! O que se dá com os meninos, dá-se com as meninas". BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho. *Breves considerações sobre a educação sexual*. Bahia: Imprensa Nova, 1910, p.7.

[18] Tanto foi assim que em estatutos de colégios estavam consignados os horários de visita para as famílias residentes na cidade do estabelecimento ou no interior. "É permitido às alunas serem visitadas aos domingos e dias santos, das 9 às 11 horas. As famílias residentes fora da cidade, permite-se a visita em qualquer dia e hora, depois das 8 e antes das 18 horas, porém os visitantes farão o possível para serem breves a fim de evitar perturbação do horário escolar." O ESTATUTO do Ginásio Patrocínio São José. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 29 mai. 1949.

[19] Situação constatada em pesquisas sobre colégios femininos católicos sergipanos. "Muitas meninas iam estudar no Colégio das Freiras porque os pais tomavam esta decisão quando elas começavam a namorar. Algumas eram externas, mas depois passavam a internas porque se tornavam muito indisciplinadas". COSTA, Rosemeire Marcedo. *Fé, Civilidade e Ilustração*: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003, p. 67.

[20] FREYRE, Gilberto. C*asa-Grande e Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

também como forma de punição e correção. Esta ocorrência é retratada na escrita autobiográfica de José Lins do Rego, no romance *Doidinho*[21]:

> Recorriam ao colégio como a uma casa de correção. Abandonavam-se em desleixos para com os filhos, pensando corrigi-los no castigo dos internatos. E não se importavam com a infância, com os anos mais perigosos da vida. Em junho estaria no meu sanatório. Ia entregar aos padres e aos mestres uma alma onde a luxúria cavara galerias perigosas. [...]
> – Colégio amansa menino! Em mim havia muita coisa precisando de freios e de chibata. As negras diziam que eu tinha o mal dentro. A Tia Sinhazinha falava dos meus atrasos. Os homens riam-se das intemperanças dos meus doze anos.
> – Menino safado, menino atrasado, menino vadio. [...]
> Agora o colégio iria consertar o desmantelo desta alma descida demais para a terra. Iriam podar os galhos de uma árvore, para que os seus brotos crescessem para cima.
> – Quando voltar do colégio, vem outro, nem parece o mesmo.
> Todo mundo acreditava nisto.[22]

Igualmente a "pedagogia de internar" estava arraigada na prática educativa dos colégios fundados e dirigidos por congregações[23] católicas. O modelo colégio-internato apresentou-se como uma característica dos colégios fundados em Sergipe pelas congregações dos Salesianos, irmãs Sacramentinas, irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, que implantaram seus colégios sempre com internato. Em certa medida, esses religiosos adaptaram os regramentos impostos pelas suas respectivas congregações para a condução dos alunos pensionistas na vida diária do internato. Assim, os horários impostos, as obrigações religiosas diárias (missa diária, recitação do terço, retiro, exercícios espirituais), a guarda do silêncio, especialmente no refeitório e dormitórios, o comedimento nos gestos e brincadeiras, o cuidado com a seriedade das roupas, o estilo "conventual" dos prédios marcaram esses internatos.

As pensões pagas pelos alunos internos representavam fonte de recursos para a manutenção de atividades assistenciais e religiosas de congregações católicas. Assim, nos

---

[21] O romance teve a sua primeira publicação em 1933, e segundo Antonio Carlos Villaça, faz parte de uma trilogia (*Menino de engenho, Doidinho e Bangüê*) voltada para a infância. O livro de estreia da trilogia termina com o anúncio de que "[...] Carlinhos, Carlos de Melo, iria para um colégio de padres. Doidinho começa com a admissão do menino no Instituto Nossa Senhora do Carmo, de Itabaiana, comandado pelo professor Maciel, exatamente o mesmo colégio em que José Lins cursou o seu primário". É neste mundo pequeno que o menino Carlinhos faz o seu rito de passagem [...] a criança precoce faz seu áspero aprendizado em relação às durezas da vida". VILLAÇA, Antonio Carlos. Doidinho In: REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p.11-13.

[22] REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p.144.

[23] Fundaram colégios em Sergipe as seguintes congregações católicas: Irmãs Sacramentinas, Salesianos e Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição.

colégios-internatos confessionais, além das meninas e/ou moças pensionistas (pagantes), eram recebidas a título de caridade, em orfanatos ou escolas[24] anexas aos colégios, alunas gratuitas. Também existiam colégios que acolhiam alunas internas gratuitas que recebiam cama, comida e instrução, embora em espaços e condições distintas das pensionistas e em alguns casos estavam obrigadas a pequenos serviços domésticos[25] no estabelecimento. Os salesianos enfrentando dificuldades na manutenção dos aprendizes da Escola Agrícola da Tebaida abriram uma turma de alunos pensionistas para ajudar no sustento dos aprendizes gratuitos[26].

A renda extra provinda das pensões garantia a existência do internato com uma atividade lucrativa para os proprietários de colégios. Isso de fato fica evidenciado pelo emprego de recursos, como pessoal e espaço físico, do estabelecimento para serviços específicos do internato.

Por essas razões continuou sendo necessário unir a escola que ministrava apenas a instrução, outra que oferecia aos estudantes moradia, alimentação, vigilância e direção dos estudos. Desta forma, os diretores dos colégios, por meio de "prospectos de colégios" e anúncios publicados em jornais e/ou almanaques[27], persistiam apresentando as famílias o internato como solução para conservarem, comodamente e sob vigilância, seus filhos na capital, ou mesmo nas cidades mais desenvolvidas do interior do estado, a fim de realizarem seus estudos escolásticos.

Nos *reclames*, a tônica do discurso dos diretores, não muito diferente do que se deu no século anterior, prometia zelo no tratamento, higiene, alimentação sã e abundante e todos os cuidados que um menino ou menina viesse a necessitar. Igualmente, destacavam a boa localização e condições físicas do estabelecimento, especialmente os dormitórios e áreas de recreio; além de informarem as condições necessárias para admissão no estabelecimento.

---

[24] Entre outras, as escolas gratuitas Santo Antônio, mantida pelo Colégio N. S. das Graças, e Escola Nossa Senhora do Bom Conselho, mantida pelo Colégio N. S. de Lourdes.

[25] Como se reporta à romancista Raquel de Queiroz: "E além, rodeando outros pátios, obrigando outras vidas antípodas, lá estavam as casas do Orfanato, onde meninas silenciosas, vestidas de xadrez humilde, aprendiam a trabalhar, a coser, a tecer as rendas dos enxovais de noiva que nós vestiríamos mais tarde, a bordar as camisinhas dos filhos que nós teríamos, porque elas eram as pobres do mundo e aprendiam justamente a viver e a penar como pobres". QUEIROZ, Rachel. *As três Marias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 23.

[26] Nas casas de formação profissional sob a orientação dos Salesianos existiam duas categorias de educandos: aprendizes e estudantes. Aceitavam-se gratuitamente como artistas, ou aprendizes os meninos pobres e órfãos em extrema indigência. Os estudantes eram os pensionistas (pagantes). SILVA, Antenor de Andrade. Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 – 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.

[27] Especialmente no Almanaque Sergipano.

Collegio Maria Auxiliadora

←ESTANCIA—SERGIPE→

Dirigido por D. Laura Gomes Leite

Este estabelecimento de instrucção e educação, montado debaixo de todas as condicções hygienicas, recebe alumnas internas, semi-internas e externas, mediante a contribuição mensal de 40$, 20$ e 5$, conforme a especie da alumna.

Dispondo de um pessoal docente moldado nos melhores e mais modernos pedagogistas, ministrará ás alumnas, além das materias constitutivas do ensino primario integral, elementos da lingua franceza, noções de economia domestica, musica, etc., sob a administração da directora.

Programma do ensino

Constará das seguintes materias: Lingua nacional, Cathecismo, Historia do Brazil, Geographia, Arithmetica, Desenho linear, Lingua franceza, economia domestica, prendas, musica, piano, bandolim.

Enxoval

São indispensaveis, as seguintes peças: 5 vestidos sendo 2 brancos, 6 anaguas, 10 camisas, 4 ditas de dormir, 6 carçolas, 12 pares de meias, 12 lenços, 4 lençoes, 2 cobertas, 4 fronhas, 3 toalhas de banho, 2 colchas, 4 aventaes, 1 guarda sol, 4 guardanapos, 4 toalhas de rosto, 2 pares de botinas, 1 par de sandalia, 2 saccos para roupa servida.

Cama, colchão, travesseiros, pentes, copo de metal, thesourinha, escovas para dentes e unhas, bacia etc.

Cada alumna terá nesta Cidade um correspondente para os casos previstos pelo regulamento do Collegio.

As ferias serão de 30 de Novembro a 3 de Fevereiro, depois dos exames.

PRAÇA DA MATRIZ—ESTANCIA

Figura 26 – Anúncio do Colégio Maria Auxiliadora (1910)
Fonte: COLÉGIO Maria Auxiliadora. *A Razão*, Estância, p. 4, 23 fev. 1910.

Contudo, perdurava o costume de famílias ricas recorrerem aos internatos localizados em outros estados[28] para educarem seus filhos. Quanto a isso, costumeiramente colégios localizados em outros estados faziam publicar anúncios em jornais sergipanos. Apareciam, entre outros, os colégios Regina Coele, "Educandário de 1ª ordem, para as filhas das principais famílias brasileiras"[29], localizado na rua Conde de Bomfim, n.º 1305, Tijuca, Rio de Janeiro. O Ginásio Ipiranga, localizado em Salvador, na rua do Sodré, dirigido pelo Dr. Isaias Alves, garantia às famílias "[...] educação bem cuidada, instrução metódica e contínua vigilância da saúde dos seus filhos. Dispondo de local para grande internato, tem instalações

[28] Os internatos localizados em Salvador eram um dos destinos principais de estudantes sergipanos. O Colégio Antonio Viera (CAV), sediado nesta cidade, no período de 1917 a 1930, recebeu 156 filhos de grandes proprietários rurais sergipanos, sobretudo usineiros. Originários das seguintes localidades: Aracaju, Estância, Escurial, Fundição de Aracaju, Laranjeiras, Riachuelo, Propriá, Maruim (Usina Pedras), Saparetuba, Santa Rosa, Rosário, Riacho, Usina Soledade, Engenho Oitocentos, Capela. ALMEIDA, Stela Borges de. *Educação, história e imagem*: Um estudo do Colégio Antonio Vieira através de uma coleção de negativos em vidro dos anos 20/30. Salvador: UFBA, 1999 (Tese de Doutoramento).

[29] COLÉGIO Regina Coele. Correio de Aracaju, Aracaju, p.5, 30 ago. 1919.

modernas, de acordo com as exigências da higiene e da pedagogia.”[30]. O Instituto Baiano de Ensino, dirigido pelos professores Alberto de Assis e Hugo Balthasar da Silveira era instalado em “prédio confortável e arejado” em Salvador, no Campo da Pólvora, n.º 42[31]. E, no “escritório de miudezas de Matos Filho”[32], localizado em Aracaju, na rua da Aurora, n.º 46, os interessados podiam encontrar os estatutos e informações sobre as matriculas no Colégio Abílio, “um internato para meninos de famílias das classes elevadas da sociedade”, localizado na capital federal, Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo[33].

COLLEGIO ABILIO

Equiparado ao Gymnasio Nacional, 52º ANNO LECTIVO, Praia de Botafogo n. 202, Capital Federal

INSTITUTO FUNDADO PELO BARÃO DE MACAHUBAS

Dirigido pelo Dr. Joaquim Abilio Borges

Director vitalicio da Escola Normal da Capital Federal, membro permanente do conselho superior da instrucção, lente fundador da Faculdade de Direito, etc.

Ensino primario, secundario, gymnasial e commercial

O Collegio Abilio, o mais antigo instituto particular do Brazil, é especialmente um internato para meninos de familias das classes elevadas da sociedade.

Mantém cursos especiaes para a matricula nas Faculdades de Direito, Medicina, Polytechnica e Naval. Os alumnos que concluirem os estudos no collegio podem continuar a residir no mesmo, sendo-lhes dispensados paternaes cuidados no caso de molestia.

Informações e estatutos no escriptorio de miudezas de

MATTOS FILHO—ARACAJU'

Figura 27 – Anúncio do Colégio Abílio (Rio de Janeiro) no Jornal Correio de Aracaju (1910)
Fonte: COLÉGIO Abílio. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 3, 6 fev. 1910.

[30] GINÁSIO Ipiranga. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 12 jul. 1914.
[31] INSTITUO Baiano de Ensino. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 26 nov. 1919.
[32] COLÉGIO Abílio. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p.4, 12 jul. 1914.
[33] COLÉGIO Abílio. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 2, 9 mar. 1910.

Na segunda metade do século XX, inicia-se a decadência[34] do modelo colégio-internato em Sergipe. São evidências gerais da extinção dos internatos sergipanos as transformações sociais ocorridas a partir da década de 1960, como a "democratização da escola pública"[35], caracterizada pela criação de escolas públicas no interior do estado e na capital, provocando, aos poucos, a redução da matrícula nos tradicionais colégios-internatos. Por outro lado, a liberalização da juventude nos "anos rebeldes" desacreditava a capacidade dos colégios internos em preparar e corrigir os jovens para o mundo[36], e a própria juventude insurgiu-se contra os rigores da vida fechada, acumulando-se os casos de indisciplina, violência e fuga nos internatos[37].

5.2 Espaços dos internatos

Na primeira metade do século XX, os colégios sergipanos que ofereciam internato podem ser divididos, quanto ao espaço em que estavam instalados, em três grupos: aqueles que funcionavam na residência do proprietário do estabelecimento, os instalados em prédios adaptados e aqueles com edifícios construídos originalmente para funcionar como colégio-internato. Nessa última condição somente os estabelecimentos fundados por congregações católicas podem ser indicados. A grande maioria dos internatos, tanto na capital como no interior, continuavam instalados na residência do proprietário/diretor do estabelecimento ou em prédios adaptados para o funcionamento de colégios-internatos.

A realidade dos espaços dos internatos sergipanos não divergia muito do restante do país. Na maior parte do Brasil, embora existissem prédios originalmente planejados e construídos para funcionar como internato, a maioria dos colégios-internatos funcionavam em prédios ou casarões adaptados ou em edifícios-internatos construídos no século XIX. Estas construções apresentavam diversas incompatibilidades com os novos preceitos de higiene e com as determinações dos códigos sanitários. Esta era uma realidade comumente exemplificada com as condições sanitárias do internato do Colégio Pedro II, sediado no Rio de Janeiro. Estabelecimento padrão de ensino secundário para todo o país, o Pedro II era

---

[34] Em Sergipe o processo de decadência dos internatos ocorreu na segunda metade do século XX, quando os tradicionais colégios-internatos da capital e do interior do estado iniciaram o desmonte dos seus internatos.
[35] MENDONÇA, Nunes. *A Educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.
[36] INTERNATO E ensino. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, p. 2, 17 jun. 1967.
[37] Os colégios salesianos iniciaram o fechamento do internato durante a década de 1960. Entre os motivos estava a revolta dos alunos com a vida fechada do internato, ocasionando atos de indisciplina. SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe* – Brasil 1897 – 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.

criticado por apresentar a inconveniência de uma arquitetura fora dos padrões higiênico-pedagógicos modernos[38].

Apesar de críticas, o edifício-internato vindo do século XIX continuou sendo utilizado no século XX, a exemplo do colégio-internato em que estudou, no Ceará, a romancista Raquel de Queiroz: "O colégio era grande como uma cidadela, todo fechado em muros altos. Por dentro, pátios quadrados, varandas brancas entre pitangueiras, numa quietude mourisca de claustro"[39].

Em Sergipe, as casas que abrigavam os pequenos internatos, em regra, possuíam um salão de aulas de pequenas proporções e de um ou dois quartos onde funcionavam dormitórios para os poucos alunos pensionistas que garantiam uma renda extra ao proprietário. Esse era o aspecto do internato para meninas do Colégio N. S. da Conceição, estabelecido na residência da diretora Maria da Gloria Chaves, localizada em Aracaju, na travessa Cel. José de Faro. Na visita de inspeção que realizou em 1927, o inspetor de ensino afirma ter verificado asseio nas dependências da casa destinadas às funções do colégio e que, apesar das pequenas proporções do espaço, as alunas arguidas apresentaram bom aproveitamento[40].

A propósito do tipo de internato "familiar", o escritor sergipano Gilberto Amado, interno em um colégio de Aracaju na passagem do século XIX para o século XX, registrou sua impressão sobre esse tipo de estabelecimento:

> Colégio interno em Aracaju, Colégio Oliveira, único aliás no Estado, tinha internato, no sentido normal do termo, apenas no nome. Era uma casa chata de muitas janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da rua da Frente, no caminho da Fundição. [...] Quando entrei, o colégio estava cheio; quartos atulhados de camas juntas. Os meninos corriam por cima delas sem ter que pular no tijolo. Um criado velho, de semana em semana, passava a vassoura por debaixo, mas só arrebanhava o sujo das beiradas; o do meio ficava. De noite subia do chão um cheiro de poeira molhada, um ranço de bolor velho.[41]

Em cidades como Aracaju e Estância, antigos sobrados residenciais tiveram seus cômodos adaptados para servirem como salões de aula e dormitórios para os alunos pensionistas. Em Aracaju, o Grêmio Escolar[42] (1906-1937), fundado e dirigido pelo Dr.

---

[38] CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar*: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão–SE (1934-1967). São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

[39] QUEIROZ, Rachel de. *As três Marias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p.25.

[40] Anotou também o inspetor que o mobiliário era comum, o material didático era composto por quadro-negro, mapas, carta de Parker e livros recomendados pelo Conselho de Ensino. SERGIPE. Termo de Visita. Colégio N. S. da Conceição, 8 de abril de 1927.

[41] AMADO, Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: Editora da UFS, 1999, p. 162.

[42] GRÊMIO Escolar. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 21 jan. 1910.

Evangelino Faro[43], estava instalado[44] em um sobrado[45] na Praça da Matriz[46], e, "na melhor posição da cidade", na rua da Aurora[47], estavam estabelecidos os internatos dos colégios Boa Esperança[48], N. Sra. Santana[49] e Escola Americana[50]. Igualmente, foi para essa mesma rua que os salesianos[51] transferiram, em 1911, o Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora. Na cidade de Estância, o Colégio Serigi[52], sob a direção do professor Temístocles Alves Viana, também funcionava em um sobrado, localizado na Praça 7 de setembro, n.º 36, e em uma palacete no mesmo endereço estava instalado o Colégio Tobias Barreto[53].

Figura 28 – Aspecto da Rua da Aurora – Aracaju (1930)
Fonte:http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?gal_thb0=15&act=galeria (acessado em 27/03/2012)

---

[43] Evangelino de Faro, desembargador, promotor público, juiz de direito, escritor, educador, deputado estadual em Sergipe, no biênio de 1894 a 1895, e dramaturgo. Filho de Alexandre José de Faro e Josefa Isabel da Silveira Faro. Nasceu no engenho São Félix, município de Laranjeiras (SE), em 24 de junho de 1865. Estudou preparatórios em Aracaju, matriculando-se em março de 1883 na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 16 de novembro de 1886. Fundou em 3 de fevereiro de 1906 o colégio *Grêmio Escolar*, no engenho Ribeira de Baixo, termo de Laranjeiras, transferindo-o depois para Aracaju em fevereiro de 1909.

[44] O Grêmio Escolar, antes de ser transferido para Aracaju, funcionava na Fazenda Ribeira, Laranjeiras. GRÊMIO Escolar. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 5 mai. 1907.

[45] Nesse mesmo sobrado, com o fechamento do Grêmio Escolar, passou a funcionar o Colégio Jackson de Figueiredo. JACKSON DE Figueiredo. Sob a direção do prof. Benedito Alves de Oliveira. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 10 jan. 1938.

[46] Atual Parque Teófilo Dantas.

[47] Trecho entre as praças Fausto Cardoso e General Valadão, atual Avenida Rio Branco. BARRETO, Luiz Antônio. Pequeno *Dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju*. Aracaju:ITBEC/BANESE, 2002.

[48] COLÉGIO Boa Esperança. Correio de Aracaju, Aracaju, p. 4, 28 jan. 1908.

[49] COLÉGIO Santana. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 30 jan. 1916.

[50] Internato para ambos os sexos, estabelecimento de orientação protestante dirigido por W. E. Finley.

[51] Mesmo em uma casa adaptada, o estabelecimento recebeu no primeiro ano uma matrícula de 64 alunos, sendo 17 internos. No ano seguinte os internos eram 38 e os externos 86. SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe* – Brasil 1897 – 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.

[52] COLÉGIO Serigi. *O Nordeste*, Aracaju, p. 3, 29 jan. 1942.

[53] COLÉGIO Tobias Barreto. *A Razão*, Estância, 18 set. 1910.

De outro modo, as edificações escolares originalmente planejadas[54], com dependências privativas para o internato, foram um empreendimento que somente os colégios católicos instalados em Sergipe tiveram condições de concretizar. Os primeiros foram, em Aracaju, os colégios N. Sra. de Lourdes das Irmãs Sacramentinas[55], Salesiano N. Sra. Auxiliadora[56] e Patrocínio São José[57], e na cidade de Propriá, o Colégio Nossa Senhora das Graças[58].

A figura em seguida apresenta as linhas modernas do prédio do Colégio Patrocínio de S. José, fundado pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, edificado no ano de 1945 em Aracaju.

Figura 29 – Prédio do Colégio Patrocínio São José – Praça Tobias Barreto (Aracaju)
Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Aracaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

---

[54] Sobre a construção de prédios para escolas públicas sergipanas da época consultar SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da modernidade*. A arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). 2009. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

[55] Depois de funcionar em uma casa na rua de São Cristóvão, foi transferido em 1925 para prédio próprio localizado na Rua João Pessoa. COLÉGIO de N. Sra. de Lourdes. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 17 jan. 1907.

[56] Em Aracaju, o Colégio Salesiano funcionou em uma casa na rua da Aurora, depois foi transferido para uma casa de dois pavimentos situada na rua Pacatuba, e finalmente se mudou para um bairro afastado do centro da cidade, na rua de Dom Bosco (sítio Tebaidinha), onde já funcionava o Oratório. SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe* – Brasil 1897 – 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000. / COLÉGIO Salesiano N. Sra. Auxiliarora. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 3, 30 jan. 1916.

[57] Instalado em um prédio alugado até a inauguração de um prédio moderno na praça Tobias Barreto. ANDRADE, Ana Paula Dantas Franca de. *Colégio Patrocínio São José*: o ensino religioso católico (1940-1945). 2005. Monografia (Graduação História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

[58] Foi instalado inicialmente em um casarão antigo e depois em prédio com instalações específicas para internato. MELO, Valéria Alves. *As filhas da Imaculada Conceição*: um estudo sobre educação católica (1915-1970). 2007. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

Os colégios-internatos Tobias Barreto, Grêmio Escolar e Jackson de Figueiredo[59], embora congregassem muitos alunos pensionistas, o espaço do internato e todas as dependências do estabelecimento resultaram de adaptações em prédios assobradados. A figura em sequência apresenta o sobrado onde funcionou o Grêmio Escolar e, com a sua extinção em 1937, serviu de sede para o Colégio Jackson de Figueiredo.

Figura 30 – Sobrado onde funcionava o Grêmio Escolar – Aracaju (1910)
Fonte: SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe* (1820-1920). Aracaju: Oficinas do Estado de São Paulo, 1920, p. 163.

Nos itens seguintes são apresentados os dois principais modelos de espaços de internatos existentes em Sergipe na primeira metade do século XX. O primeiro exemplifica o modelo de edifício originalmente projetado para servir como internato, através da configuração do edifício-internato do Colégio Nossa Senhora de Lourdes; e, o segundo, prédios (casas) adaptados, tomando como arquétipo a conformação do espaço do internato do Colégio Tobias Barreto.

[59] Acomodado em um sobrado no Parque Teófilo Dantas, centro de Aracaju, com adaptações para funcionar como colégio-internato, onde antes havia funcionado o Grêmio Escolar. COLÉGIO Jackson de Figueiredo. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 5 de janeiro de 1938.

5.3 Espaço projetado: o edifício-internato do Colégio Nossa Senhora de Lourdes

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes[60] foi fundado em Aracaju no ano de 1903[61], pela Congregação das Religiosas do Santíssimo Sacramento[62], e tinha como objetivo a instrução feminina[63], em regime de internato, semi-internato e externato. Inicialmente, o estabelecimento ministrava apenas o curso primário. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 obteve autorização para oferecer o curso de formação para o magistério e o curso ginasial, ampliando a clientela atendida pelo estabelecimento. A formação das meninas e moças entregues aos cuidados das Irmãs Sacramentinas era, como de costume nos colégios femininos, complementada pela instrução das prendas domésticas (costura, bordados), bandolim, piano, desenho. Estes conteúdos objetivavam a preparação da mulher para assumir seu papel social de esposa e mãe, conforme a cultura da época[64].

O Colégio N. Sra. de Lourdes funcionou em casa residencial com adaptações até 1925, ano em que foi inaugurado o edifício-internato da instituição. O prédio desse colégio foi o primeiro edifício originalmente projetado[65] e construído para servir às funções de colégio-internato feminino. O prédio, que passou por modificações e ampliações ao longo do tempo[66], quando totalmente finalizado, contava com três pavilhões e uma capela anexa, e tinha capacidade para mais de 600 alunas na condição de externas, internas e semi-internas em dois turnos de funcionamento. O edifício possuía as principais divisões indicadas para o funcionamento de um internato[67], como dormitórios, refeitório, cozinha, despensa, rouparia e instalações sanitárias, permitindo o recebimento de mais ou menos 80 alunas na condição de pensionistas.

---

[60] Sobre os aspectos gerais da instituição consultar COSTA, Rosemeire Marcedo. *Fé, Civilidade e Ilustração*: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

[61] COLÉGIO N. S. de Lourdes. *Estatutos do Colégio N. S. de Lourdes, 12 de setembro de 1941*. Aracaju, 1941. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[62] Congregação francesa fundada em 1715 pelo padre Pierre Vigne. As freiras sacramentinas chegaram ao Brasil em 1902, na Bahia e deste estado se espalharam por outras partes do Brasil.

[63] A clientela do colégio era formada por meninas e moças das classes ricas da sociedade sergipana. COSTA, Rosemeire Marcedo. *Fé, Civilidade e Ilustração*: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

[64] Sobre a educação feminina em Sergipe no início do século XX, consultar FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. *Educação, trabalho e ação política*: sergipanas no início do século XX. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

[65] Projeto elaborado pelo arquiteto José Rolemberg Leite. LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento térreo. Aracaju, [192-?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[66] Inspetoria Federal do Ginásio N. Sra. de Lourdes. *Relatório de Verificação Prévia*. Aracaju, 1953. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[67] ALENCAR Neto, Meton. Edifícios escolares para internatos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 393-405, dez. 1945.

A fachada principal do edifício-internato do Colégio N. Sra. de Lourdes, localizada na Rua João Pessoa, 607, foi disposta para o leste, considerada mais conveniente sob o aspecto higiênico[68], pois essa disposição permite que o sol banhe a face do edifício logo às primeiras horas da manhã, estendendo esse efeito até pouco depois do meio-dia, evitando a umidade indesejável facilitadora da proliferação de doenças[69].

Figura 31 – Fachada do Colégio Nossa Senhora de Lourdes
Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Aracaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

O edifício estava limitado lateralmente pelas ruas São Vicente e Santa Rosa a ao fundo a rua Itabaianinha[70]. E segundo relatórios de inspeções realizadas na década de 1930, essa posição espacial do edifício era saudável, isento de poeira, não havendo depósito de lixo nem emanações fétidas ou águas estagnadas nas suas proximidades. A ausência de ruídos, embora o prédio estivesse localizado em uma área de comércio[71], era garantida pelo fato de ter sido

[68] "No que diz respeito à orientação, deve-se de preferência procurar a face leste e norte, cujos ventos não são incômodos nem nocivos, evitando-se quanto possível a exposição do edifício à face sul, por serem os ventos desse quadrante excessivamente frios e úmidos, contrariamente ao noroeste, cálido, irritante e poeirento. A melhor orientação portanto será aquela em que o eixo do edifício seja dirigido de leste a oeste, aproveitando-se a face norte e deixando a face sul para dependências secundárias". MELLO, B. Vieira. *Requisitos para um bom internato*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1912, p. 3.

[69] SOUTO, Valois. A tuberculose entre os escolares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 241-248, fev. 1946.

[70] LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento térreo. Aracaju, [192-?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[71] Na década de 1920 iniciou-se a construção de casas comerciais nas imediações do colégio. Sobretudo com a inauguração do Mercado de Aracaju, "também conhecido como Mercado Modelo ou Mercado Velho, construído no Governo Graccho Cardoso (1922-1926), contando com a participação financeira do empresário Antonio Franco". BARRETO, Luiz Antônio. Pequeno *Dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju*. Aracaju: ITBEC/BANESE, 2002.

construído completamente isolado dos prédios fronteiriços. Além disso, ao longo das décadas seguintes, foram providenciados outros acessos para os alunos pelas ruas laterais.

Em linhas gerais, o edifício[72] seguia o plano arquitetônico em "U", com a sua fachada separada da rua por um espaço de jardim e um muro em toda sua extensão. Contava com dois pavimentos, uma capela anexa e um grande pátio interno que facilitava a penetração da luminosidade e da ventilação. Na entrada do prédio ficavam localizadas a sala de espera e a sala de visitas, ambientes que separavam pessoas estranhas do contato com as dependências internas do colégio. Este modelo seguia traços típicos de colégios confessionais católicos que procuravam resguardar o interior do estabelecimento e estabelecia a separação entre os espaços de uso administrativo, pedagógico e do internato.

No pavimento térreo, os espaços específicos do internato eram o refeitório, a copa, a cozinha, a dispensa e a lavanderia[73], localizados nos pavilhões I e II. Em todos esses ambientes adotou-se a recomendação higiênica da colocação de piso de ladrilho e revestimento das paredes com azulejo, para facilitar o asseio diário, e a disposição de janelas para iluminação e renovação do ar[74].

O refeitório estava instalado em sala ampla, com a colocação de grandes mesas com capacidade para mais ou menos 10 internas. A cozinha era provida de fogão à lenha, com duas pias, com instalação de água quente e fria, armários e depósitos de detritos. A despensa era um compartimento com armários onde os gêneros alimentícios eram conservados e guardados em latas.

No esquema do pavimento térreo, apresentado em sequência, podem ser observadas a situação posicional do prédio, as divisões internas e a funcionalidade do projeto: sacristia (1), capela (2), sala das vocações sacerdotais (3), quarto (4), sala de visitas (5), sala de espera (6), hall (7), escada (8), sala da inspetoria (9), corredor (10), sala de comunidade (11), gabinete físico biométrico, sala de aula (12), sala de aula (13), refeitório das alunas (14), refeitório das irmãs (15), cozinha (16), dispensa (17), gabinete de história natural (18), gabinete de física e química (19), varanda (20), sala de geografia (21), recreio (22), instalações sanitárias (23) e lavanderia (24).

---

[72] O prédio original sofreu acréscimos com a construção de novos pavilhões nos anos de 1935 e 1940.

[73] LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento térreo. Aracaju, [192-?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[74] RIBEIRO, Eurico Branco. A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA; Denílson Roberto; SCHMIT; Maria Auxiliadora. (Org.). *I Conferencia Nacional de Educação.* Brasília: SEDEIA/ INEP/ IPARDES, 1997.

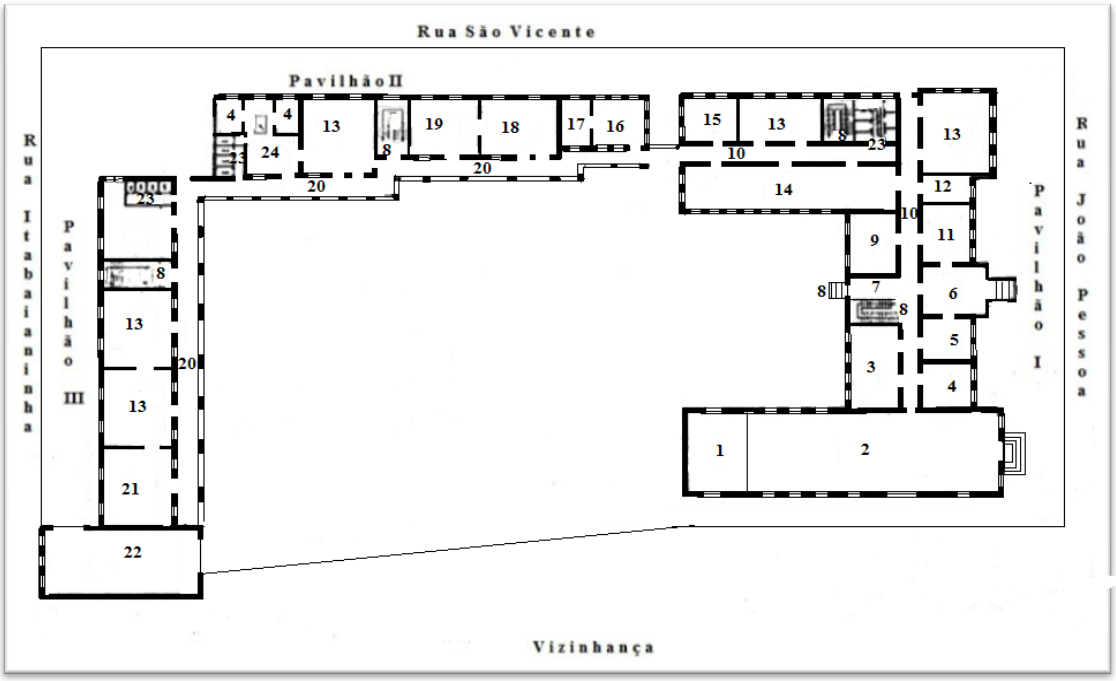


Figura 32 – Esquema do pavimento térreo – Colégio N. Sra. de Lourdes
Fonte: LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento térreo. Aracaju, [192-?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

No pavimento superior, nos pavilhões I e II, estavam instalados os dormitórios das alunas, quarto das irmãs, rouparia e instalações sanitárias. No pavilhão III e parte do II estavam dispostas diversas salas de aulas e o salão de conferências[75]. A alocação dos dormitórios no pavimento superior era uma organização típica dos edifícios-internatos construídos com pavimentos superiores e procurava garantir, sobretudo nos internatos femininos, separação da parte íntima do internato (dormitórios) das atividades escolares e do contato imediato com os acessos do prédio ao mundo exterior.

Em sequência, os cômodos existentes no pavimento superior do Colégio N. Sra. de Lourdes: sala de aula (1), capela (2), coro (3), quarto (4), quarto das irmãs (5), dormitório (6), rouparia (7), corredor (8), instalações sanitárias (9), salão de conferências (10), escada (11) e varanda (12).

[75] LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento superior. Aracaju, [192-?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

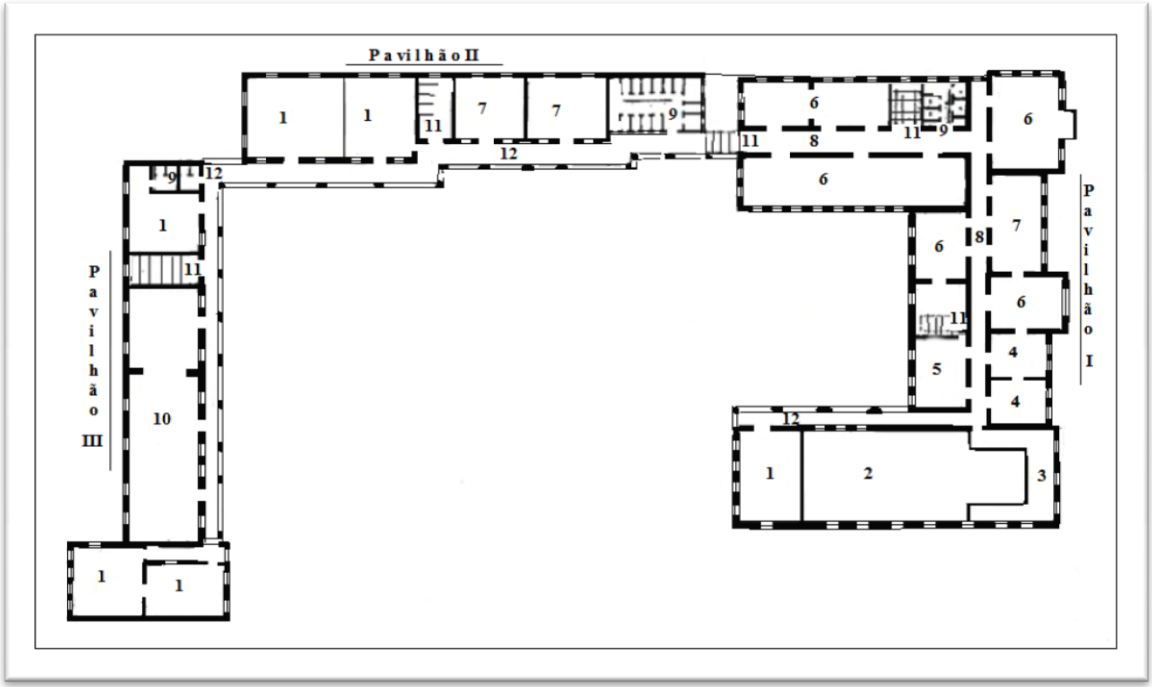


Figura 33 – Esquema do pavimento superior – Colégio N. Sra. de Lourdes
Fonte: LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento superior. Aracaju, [192-?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

O edifício-internato do Colégio N. Sra. de Lourdes possuía cinco dormitórios que seguiam o modelo[76] de quartos e/ou salões, sem divisões internas ou divisórias[77], guarnecidos por camas de ferro com lastro de mola. A opção pela disposição de vários dormitórios, embora pudesse dificultar a vigilância, possibilitava a separação das internas de acordo com a idade e desenvolvimento. Os dormitórios possuíam as seguintes dimensões: 36,54m^2 – 38,54m^2 – 71m^2 – 80,56m^2 – 121m^2, perfazendo um total de 347,64m^2 de área exclusiva para dormitório.

A lotação dos dormitórios chegou a 74 leitos nos primeiros anos, ficando em desacordo com a legislação sanitária da época, que determinava a superfície mínima de 6m² por pessoa ou leito[78]. Contudo, respeitava a superfície mínima de 4,50m² do dormitório para cada interno, defendida por higienistas, condicionada a um sistema suficiente de circulação e renovação constante do ar e uma boa cubagem do dormitório. Estas situações eram atendidas

[76] A propósito dos tipos de dormitórios de internatos de colégios consultar CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar:* uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão–SE (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.
[77] Em certos colégios femininos católicos, nos dormitórios coletivos ou grandes salões as camas das internas eram isoladas uma das outras através de cortinas e/ou divisórias internas de madeira de meia altura. PASSOS, Elizete Silva. *A educação das virgens*. Um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
[78] SERGIPE. Decreto nº 77, de 24 de maio de 1937. Dá regulamento ao Departamento de Saúde Pública do Estado de Sergipe, 1937.

pelos dormitórios do Colégio N. Sra. de Lourdes, visto que os mesmos eram guarnecidos de grande quantidade de janelões e um pé direito com altura de mais ou menos 4,47m, o que permitia uma boa cubagem[79].

No pavimento superior também existiam três salas que serviam como rouparia[80], lavatórios, sanitários, banheiros com divisões internas para os vasos sanitários e os chuveiros. Em todos esses espaços também se observou o cuidado higiênico na colocação de ladrilhados no piso e revestimento das paredes com azulejos até a altura de 1,60m.

Os espaços de uso das alunas pensionistas não se confundiam com os utilizados pelas irmãs. Na arquitetura do prédio existiam quartos e refeitório para o uso exclusivo das religiosas. Mas teve-se o cuidado de alocar os aposentos das irmãs próximo ao das internas possibilitando a vigilância e os cuidados com estas[81].

Esse modelo de prédio escolar inaugurado em Sergipe pelas Irmãs do Santíssimo Sacramento, com a fundação do Colégio N. Sra. de Lourdes, representou a concretização do ideal higiênico pedagógico[82] de um edifício especialmente projetado e construído para o funcionamento de colégio-internato.

5.4 Espaços adaptados: o internato do Colégio Tobias Barreto

No século XX muitos internatos continuaram funcionando em prédios adaptados. Eram casas comuns que serviam de residências para famílias, adaptadas para servirem como dormitórios e para outros serviços do internato. Mesmo alguns grandes internatos, levando em conta o número de alunos pensionistas e os padrões dos estabelecimentos sergipanos, não chegaram a edificar prédios originalmente projetados para servirem como colégios-internatos e funcionavam em espaços improvisados.

O Colégio Tobias Barreto[83] foi um colégio-internato que, embora tenha chegado a congregar mais de 100 pensionistas, sempre funcionou com instalações adaptadas para os

---

[79] Volume do dormitório por aluno, m^3.

[80] Em todos os internatos o sistema adotado era despir-se fora do dormitório, em espaço onde estavam guardadas as roupas. Nos dormitórios a regra era a colocação apenas das camas.

[81] A vigilância também era garantida pelo pernoite de uma irmã nos dormitórios das pensionistas. COSTA, Rosemeire Marcedo. *Fé, Civilidade e Ilustração*: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

[82] RIBEIRO, Eurico Branco. A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA; Denílson Roberto; SCHMIT; Maria Auxiliadora. (Org.). *I Conferencia Nacional de Educação.* Brasília: SEDEIA/ INEP/ IPARDES, 1997, p. 478-519.

[83] Patrono do estabelecimento, Tobias Barreto de Meneses nasceu na vila sergipana de Campos, a 7 de junho de 1839, e faleceu em Recife, em 27 de junho de 1889, sendo filho de Pedro Barreto de Meneses, escrivão de órfãos

serviços do internato. Fundado na cidade de Estância, interior do estado, no ano de 1909[84], pelo professor-diretor[85] José de Alencar Cardoso[86], foi transferido para a capital em 1913, funcionando[87] como internato e semi-internato masculino e externato misto. O estabelecimento gozava de grande prestígio social adquirido pelo grande contingente de alunos egressos[88] do colégio que alcançaram matrícula nas escolas superiores do país[89], além de contar com um prestigiado corpo de professores catedráticos do Ateneu Sergipense[90].

Quanto ao ensino, o Colégio Tobias Barreto mantinha o curso pré-primário e primário, o "Curso de Humanidades" que visava à preparação de candidatos aos exames finais (preparatórios) para admissão no Ateneu Sergipense, e a partir de 1933 o curso ginasial. No ano de 1935 as matrículas alcançaram no curso primário 329 alunos (289 masculinos, 40 femininos) e no curso secundário 248 (209 masculinos e 39 femininos)[91]. No final da década

---

da localidade. Foi filósofo, poeta, crítico e jurista brasileiro, integrante da Escola do Recife, e é o patrono da Cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras. Perfil do site oficial da ABL : http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=339 (acessado em 5 de junho de 2012)

[84] Funcionou como estabelecimento particular até o ano de 1969, quando foi adquirido pelo governo estadual, passando a fazer parte da rede de escolas públicas do estado.

[85] Outros diretores do Colégio Tobias Barreto: Brício Cardoso, Alcibiades Correia Paes, Capitão do Exército Carlos Cardoso, Tenente do Exército Manuel Xavier de Oliveira. FREIRE, M. Franco. *Relatório relativo às verificações necessárias à concessão de inspeção preliminar ao Colégio Tobias Barreto*, 22 de janeiro de 1933. Aracaju, 1933. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[86] ESTATUTOS do Colégio Tobias Barreto. *A Razão*, Estância, p.3, 29 de jan. 1911. / José de Alencar Cardoso nasceu na cidade de Estância em 18 de abril de 1878, filho do professor Severino Cardoso, e de Maria Antonia Cardoso. Após a conclusão dos preparatórios no Colégio Ateneu Sergipense, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). Retornando a Sergipe, fundou o Colégio Tobias Barreto e exerceu diversos cargos públicos. MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. *Colégio Tobias Barreto:* escola ou quartel? (1909-1946). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

[87] Inicialmente mantido pelo seu fundador, passou em 1942 para a Cooperativa de Assistência Financeira ao Ensino e Cultura da Mocidade de Sergipe, e depois foi transformado em Sociedade Anônima Ginásio Tobias Barreto S. A. Diretoria da Divisão de Ensino Secundário. SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[88] A classificação escolar "[...] institui uma diferença social de estatuto, uma *relação de ordem definitiva*: os eleitos são marcados, por toda a vida, por sua pertinência (antigo aluno de ...); eles são membros de uma ordem, no sentido medieval do termo, e de uma *ordem* nobiliárquica, conjunto nitidamente delimitado (pertence-se ou não a ela) de pessoas separadas dos comuns mortais por uma diferença de essência e, assim, legitimados para dominar". BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010, p.38.

[89] "O patrimônio moral do estabelecimento é grande, dele tendo saído um forte contingente de moços que se destinaram às escolas superiores do país e hoje servem à sociedade nas várias profissões que alcançaram, na medicina, na engenharia, no magistério, na advocacia, nas fileiras das classes armadas e conservadoras". FREIRE, M. Franco. *Relatório relativo às verificações necessárias à concessão de inspeção preliminar ao Colégio Tobias Barreto*, 22 de janeiro de 1933. Aracaju, 1933. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[90] Colégio secundário público mantido pelo governo estadual. Deste estabelecimento também lecionavam no Colégio T. Barreto, no ano de 1938, os seguintes professores catedráticos: Arthur Fortes, Manuel José dos Santos Mello, Manoel Candido dos Santos Pereira, Luiz Figueiredo Martins, Abdias Bezerra, Joaquim Vieira Sobral, Maria Valdete de Mello, José Andrade Carvalho, Oscar Nascimento. INSPETORIA Federal. *Relatório de inspeção preliminar do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju, 1938. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[91] GUIMARÃES, Ophelia. Relatório da inspeção permanente do Colégio Tobias Barreto, 3 de Janeiro de 1936. Rio de Janeiro. Aracaju, 1936. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

de 1940 as matrículas no estabelecimento já ultrapassavam mais de 600 alunos nas diversas modalidades de ensino oferecidas.

O crescimento das matrículas deveu-se, além do já apontado prestígio social alcançado devido ao êxito dos alunos egressos, ao reconhecimento oficial do curso ginasial a partir do ano de 1939. O aumento do número das matrículas gerais também foi acompanhado pelo aumento do número de alunos na condição de internos, chegando a mais de 100 pensionistas no final de 1940.

Uma particularidade do Colégio Tobias Barreto era o funcionamento na instituição de uma escola de instrução militar, tendo como instrutores oficiais do Exército Brasileiro[92]. O engajamento no "batalhão escolar" era obrigatório para todos os alunos maiores de 15 anos[93]. Nele, os alunos participavam das escalas de serviço, manejo de fuzis, exercícios físicos e submetiam-se a uma hierarquia e disciplina militares. Para isso, os alunos recebiam treinamento militar e trajavam uniforme militar, conforme o modelo adotado pelo estabelecimento, nas atividades internas e nas solenidades cívicas externas.

Através das cerimônias cívicas (desfiles, solenidades de saudação ao pavilhão nacional, palestras, exercícios militares, cantos, entre outras), a instituição procurou cultivar nos alunos princípios de moralidade, civilidade e patriotismo. Estas lições sobre moral e civismo ministradas nas escolas nas primeiras décadas do período republicano representavam uma confiança no papel moralizador da escola e, sobretudo, visava a incutir o nacionalismo na juventude brasileira[94].

Na imagem em sequencia observa-se parte do "Batalhão Colegial" com seu típico fardamento em estilo militar, empunhando baionetas, participando de desfile cívico, passando em frente à sede do Governo Estadual, Palácio Olympio Campos.

---

[92] FREIRE, M. Franco. *Relatório relativo às verificações necessárias à concessão de inspeção preliminar ao Colégio Tobias Barreto, 22 de janeiro de 1933*. Aracaju, 1933. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.
[93] COLÉGIO Tobias Barreto. *Estatutos do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju: Secção de Artes Gráficas da Escola A. Artífices de Sergipe, 1936. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.
[94] HORTA, José Silveiro Baía. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Figura 34 – Desfile cívico – Colégio Tobias Barreto (batalhão colegial)[95]
Fonte: INSPETORIA Federal. *Relatório de inspeção do Colégio Tobias Barreto, 1935*. Aracaju, 1935. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

Com a transferência para Aracaju, o colégio ocupou casas e/ou sobrados residenciais alugados, de construção antiga, localizados em diferentes pontos no centro da cidade. A partir da década de 1930, o estabelecimento ficou definitivamente instalado em casas nas ruas de Pacatuba (prédios I e II) e Estância. Essas casas foram construídas, originalmente, para residência familiar, e mesmo as modificações visando à adaptação dos prédios para a finalidade escolar não lhes modificaram substancialmente o destino original de residência[96].

A localização das duas principais casas ocupadas pelo colégio na rua de Pacatuba (prédios I e II) era considerada salubre, pois os prédios estavam orientados frente ao nascente, considerando como satisfatórias as condições de insolação e distribuição da luz solar. Além disso, as ruas eram pavimentadas com pedras, de pouco tráfego, sem ruídos, de fácil acesso, podendo se chegar de qualquer ponto da cidade com facilidade, de bonde ou a pé. O entorno dessas casas ocupadas pelo colégio era formado por residências de famílias ricas[97].

---

[95] Passando em frente do Palácio do Governo Olímpio Campos.
[96] SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.
[97] FREIRE, M. Franco. *Relatório relativo às verificações necessárias à concessão de inspeção preliminar ao Colégio Tobias Barreto*, 22 de janeiro de 1933. Aracaju, 1933. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

Figura 35 – Prédios do Colégio Tobias Barreto (Rua Pacatuba)
Fonte: SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

Uma das casas ocupadas pelo colégio (prédio I), na rua Pacatuba, tinha dois pavimentos no primeiro corpo, medindo 272,80m^2, ambos soalhados e forrados, completamente isolados e contornados por varandas cobertas, e o segundo corpo tinha um só pavimento com a dimensão de 118,08m^2.

Na sequência, o esquema do prédio I com as divisões internas do andar térreo e superior: dormitório dos maiores (1), dormitório dos médios (2), dormitório dos menores (3), escada (4), instalações sanitárias (5), sala de aula (6), portaria (7), varanda (8) e tanque de água (9). Ao lado esquerdo desse prédio existiam pequenas construções que funcionavam como instalações sanitárias femininas (9) e rouparia (10), tanque de água (11), varanda (12). Nesse esquema também estão representados duas construções, anexas no lado esquerdo do prédio I, que eram as instalações sanitárias para as alunas, recebidas no estabelecimento somente na condição de externas, e uma das rouparias de uso de alunos internos.

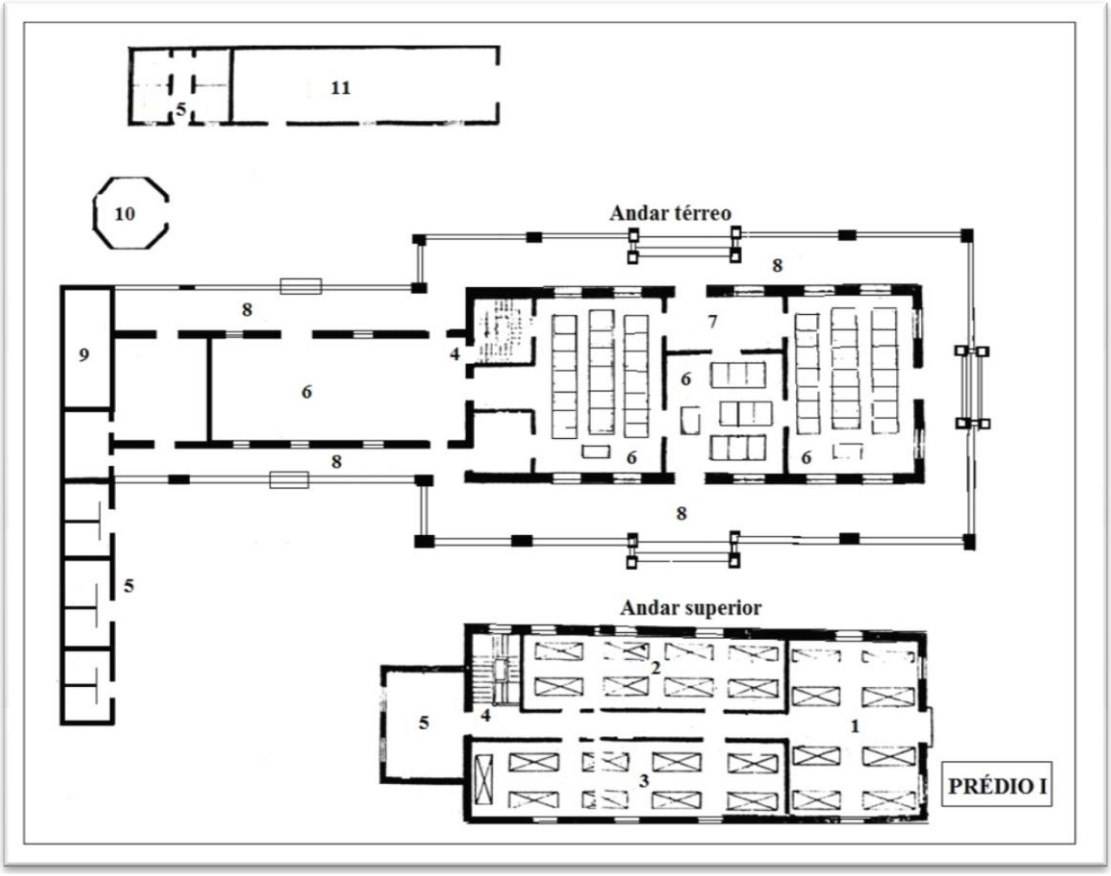


Figura 36 – Esquema do prédio I – Colégio Tobias Barreto
Fonte: Esquema elaborado pelo autor conforme COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta do Colégio Tobias Barreto*. Prédios 1 e 2. Aracaju, [193?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas

A outra casa (prédio II) tinha um só pavimento, em dois corpos, medindo o primeiro corpo 237,12m^2, e o segundo, 123,60m[298]. Nela estavam instaladas as seguintes dependências[99]: gabinete de física, química e história natural (1), sala de aula (2), sala de ciências físicas e naturais (3), sala dos professores e administração (4), biblioteca (5), refeitório (6), copa (7), cozinha (8), dispensa (9) e instalações sanitárias (10).

[98] SAMPAIO, Arnaldo de Almeida. *Inspetoria Federal do Ginásio Tobias Barreto*. Elucidativo para ficha de classificação, 21 de outubro de 1946. Aracaju, 1946. DIES – Arquivo de Escolas Extintas
[99] Ibid.

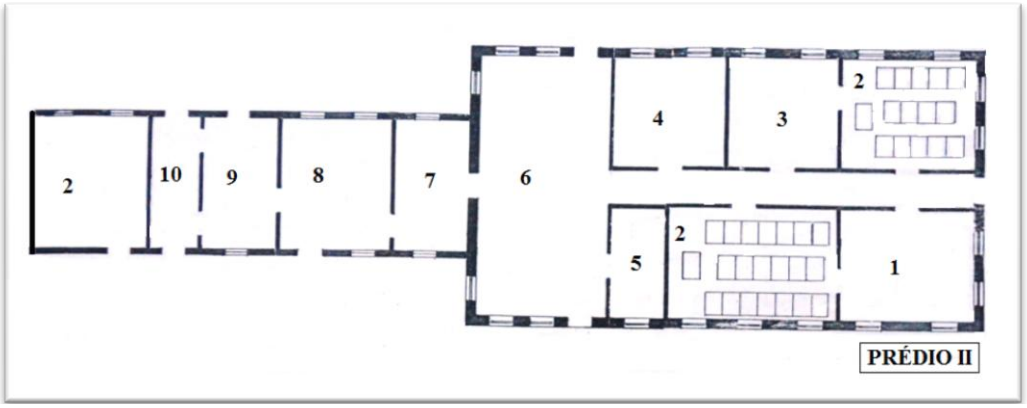


Figura 37 – Esquema prédio II – Colégio Tobias Barreto
Fonte: Esquema elaborado pelo autor conforme COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta do Colégio Tobias Barreto*. Prédios 1 e 2. Aracaju, [193?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas

Os prédios I e II eram contíguos, existindo entre eles um espaço de 18,30m e achavam-se afastados das casas vizinhas de 5,60m o primeiro e 8,10m o segundo. O primeiro estava recuado da rua 11,80m e o segundo, 4,30m. A imagem em sequencia apresenta a posição dos prédios I (direita) e II (esquerda), no ano de 1933, permitindo visualizar essas características posicionais.

Figura 38 – Fachada dos prédios I e II – Colégio Tobias Barreto (1933)
Fonte: SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

A fim de atender à crescente demanda, no decorrer da década de 1940 o colégio ampliou o espaço ocupado, servindo-se de outras casas residenciais alugadas, localizadas próximo às duas casas principais do colégio, as quais estavam situadas também na rua Pacatuba, defronte aos prédios I e II. Tratava-se de um chalé conjugado (prédio 3), onde

estavam instaladas seis salas de aulas, e metade de outro chalé conjugado (prédio 4), vizinho a este, utilizado para dormitório dos alunos menores.

Figura 39 – Prédio III – Colégio Tobias Barreto e Prédio IV – Colégio Tobias Barreto
Fonte: Fonte: SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

Na Rua de Estância, nº 223 (prédio V) e nº 227 (prédio VI), transversal à rua Pacatuba, o colégio também ocupou outras casas residenciais como dependências ou anexos. Em sequencia, a imagem apresenta uma dessas casas na Rua de Estância.

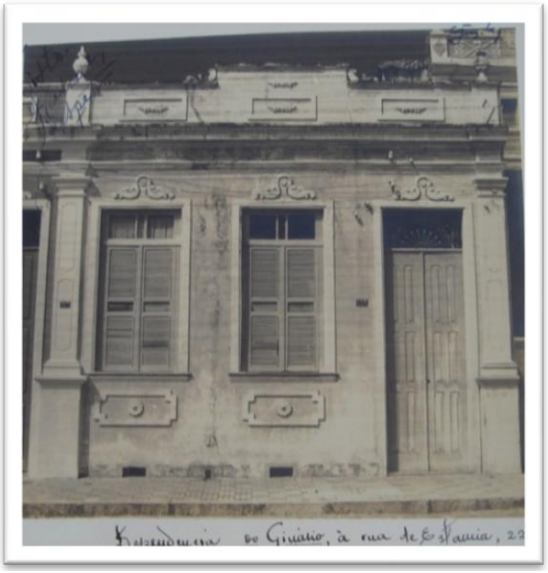


Figura 40 – Fachada de casa ocupada pelo Colégio Tobias Barreto
Fonte: SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

Nas inspeções[100] realizadas no colégio pelo Serviço de Inspeção Federal na década de 1930, o fato de o estabelecimento funcionar em diferentes casas residenciais, ainda que com certas adaptações para servirem como espaços para estabelecimento escolar, foi um dos fatores que contribuíram para a classificação insuficiente ou no máximo regular[101] do colégio. Segundo os inspetores, os prédios utilizados rigorosamente não atendiam às normas pedagógicas modernas, apesar das adaptações realizadas: "[...] as adaptações de prédios escolares, por melhor que sejam feitas, quase sempre não corrigem, nem podiam corrigir certas características marcantes da construção adaptada"[102]. Todavia, ressaltava que mesmo assim as exigências mais indispensáveis prescritas pela higiene escolar, como a proporcionalidade entre área e lotação, condições de iluminação e ventilação, tinham sido atendidas pelo estabelecimento.

As instalações para os serviços do internato (dormitórios, refeitório, rouparia e instalações sanitárias) estavam adaptadas em diferentes espaços dos prédios I e II ocupados pelo estabelecimento. No início da década de 1930 o colégio utilizava como dormitório todo o pavimento superior do prédio I, subdividido em três compartimentos (dormitórios), providos de banheiros, latrinas e lavatórios coletivos. O primeiro dormitório era dos pensionistas maiores, com 37,44 m^2, com a colocação de oito camas; o segundo dormitório era dos médios com 37,50m^2, com nove camas e o dormitório dos menores medindo 30,90m^2 e a colocação de oito camas. Todos esses compartimentos-dormitórios estavam em desacordo com a legislação sanitária da época, que determinava a superfície mínima de 6m² por pessoa ou leito[103] .

Os dormitórios eram providos de camas feitas de ferro e madeira, com colchões e travesseiros de capim, providas de mesinhas de cabeceira. Existia também uma rouparia instalada em uma pequena construção avulsa, ao lado do prédio I. O refeitório, copa, cozinha e despensa estavam instalados no prédio II.

---

[100] Faziam parte da "Ficha de Classificação Suplementar dos Estabelecimentos de Ensino Secundário" os seguintes itens referentes às condições das instalações e espaços do internato: Refeitório: área, iluminação e ventilação, mobiliário e outro material, lavatórios. Copa: pavimentação, revestimento das paredes, instalação para lavagens de louça, mesas e outros materiais. Cozinha: pavimentação, revestimento das paredes, iluminação e ventilação, localização, instalações, armários e material de cozinha. Dispensa: pavimentação e revestimento das paredes, iluminação e ventilação, armários. Dormitórios: área, iluminação e ventilação, localização e mobiliário. Instalações higiênicas: lavatórios, chuveiros, water closets, bidês. Enfermaria: pavimentação, revestimento das paredes, condições de isolamento e material e instalações. Instalações diversas: rouparia, lavanderia, farmácia e gabinete dentário.

[101] GUIMARÃES, Ophelia. Relatório da inspeção permanente do Colégio Tobias Barreto, 3 de Janeiro de 1936. Rio de Janeiro, 1936. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[102] PRATA, Hernane Mesquita. *Relatório da Inspetoria Federal do Ginásio Tobias Barreto*,14 de janeiro de 1953. Aracaju, 1953. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[103] SERGIPE. Decreto nº 77, de 24 de maio de 1937. Dá regulamento ao Departamento de Saúde Pública do Estado de Sergipe. 1937.

Em 1938 chegou a 100 o número de alunos internos, o que determinou, na década seguinte, a realização de ampliações, reformas e adaptações nos dormitórios, rouparia, refeitório e instalações sanitárias. Com relação aos dormitórios, foram retiradas as paredes divisórias do dormitório localizado no pavimento superior do prédio I, ficando um só vão com uma área total de 126,30m^2 (17,50mx7, 20m), com a disposição de 25 camas, para uso exclusivo dos internos maiores (dormitório 1). Uma escada de madeira de três lances ligava o andar térreo a esse dormitório[104].

Figura 41 – Vista parcial do dormitório dos pensionistas maiores – prédio I (1950)
Fonte: PRATA, Hernane Mesquita. *Relatório da Inspetoria Federal do Ginásio Tobias Barreto*, 14 de janeiro de 1953. Aracaju, 1953. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

O segundo dormitório foi instalado em uma casa localizada na rua de Estância, 227, e tinha uma área total de 156,80m^2, correspondente a três pavimentos-dormitórios (prédio IV). No pavimento térreo ficavam as instalações sanitárias e um dormitório com 34,86m^2 (8,30x4,20), com nove camas patentes, colchões e travesseiros de capim, cabides de parede e pequenas prateleiras de madeira para depositar objetos de asseio corporal. No primeiro andar estava instalado outro dormitório com 54m^2 (12,4x4,50), com a colocação de 15 camas patentes. O terceiro pavimento (sótão) tinha uma área total de 16,80m^2 (4,20x4) com a colocação de quatro camas patentes. No porão dessa casa ficava instalada a rouparia[105]. Todos os pavimentos possuíam piso assoalhado de madeira e teto forrado, exceto o sótão, que era de telha vã. As camas patentes eram guarnecidas com colchões e travesseiros de capim.

---

[104] INSPETORIA Federal. *Relatório de inspeção preliminar do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju, 1938. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.
[105] Ibid.

A utilização dessa casa para uso de dormitório é exemplo de como um prédio construído para servir como residência, sofria improvisações em seus cômodos originais (salas, corredores, quartos, copa, cozinha, sótão, porão) para o uso de espaços de internato. Observam-se, entre outras deficiências, as camas arranjadas nos corredores, deficiência na ventilação e renovação do ar (inexistência de janelas em alguns cômodos), utilização inapropriada do sótão e porão, respectivamente como dormitório e rouparia, inexistência de instalações sanitárias em todos os pavimentos, superlotação do espaço. Assim, as adaptações nos prédios para as dependências de internato quase sempre relegavam os preceitos de higiene às conveniências econômicas do estabelecimento. Em seguida, o esquema do prédio IV, casa de três pavimentos localizada na rua de Estância, com as seguintes indicações: instalações sanitárias (1) e escada (2).

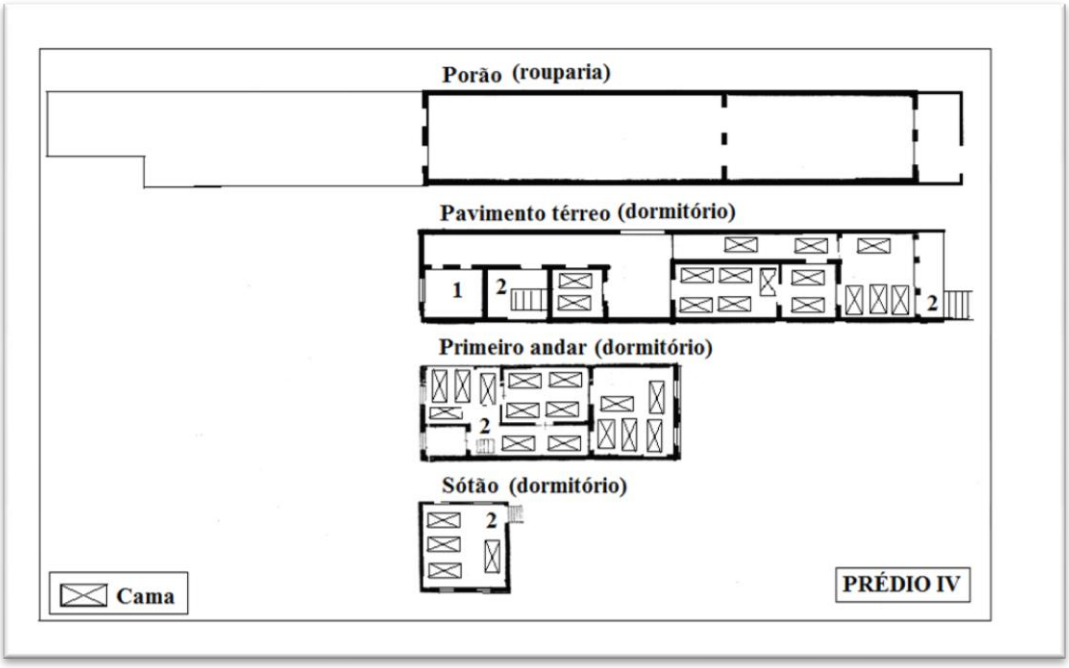


Figura 42 – Esquema do prédio IV – Colégio Tobias Barreto
Fonte: Esquema elaborado pelo autor conforme COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta do Colégio Tobias Barreto*. Planta do edifício nº 4. Aracaju, [194?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas

O terceiro dormitório, privativo de alunos menores, era instalado em uma casa localizada na rua de Pacatuba, 269, com 118,42 m^2, e a colocação de 36 camas patentes providas de colchões e travesseiros de capim. Instalações higiênicas contíguas aos dormitórios constam de lavatórios, banheiros e sanitários. Como os demais dormitórios do estabelecimento, esse também estava provido de cabides coletivos fixos nas paredes e filtro

para água potável. O quarto dormitório ocupava duas áreas de uma casa na rua de Estância, 217, com 83,34m^2 (13,10x6,40) e 14 camas. O segundo e o quarto dormitórios comunicavam-se com o pavilhão central do colégio, prédio I, pela confluência interna das áreas descobertas[106].

Nos dormitórios do Colégio Tobias Barreto ficava evidente um tipo de "exposição contaminadora" caracterizada pelo compartilhamento de um espaço pequeno com um grande número de pessoas, o qual ocasionava a violação do "território do eu", ou seja, "a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida, e as encarnações do eu são profanadas"[107]. A "exposição contaminadora" ocorria pela exposição do corpo e pela relação social imposta com um grande número de pessoas.

Provavelmente, o excessivo aproveitamento do espaço tornava o ambiente insalubre e ensejava a promiscuidade entre os internos, apesar da contínua vigilância. No entanto, por questões de economicidade e funcionalidade, as improvisações e/ou superlotação foram dominantes tanto nos tradicionais colégios-internatos como nos internatos para crianças desvalidas[108].

Acompanhando as mudanças na disposição dos dormitórios, o refeitório também foi transferido para outra posição no prédio II. Assim, deixou de funcionar em um salão no corpo principal desse prédio, sendo definitivamente improvisado na ala lateral (alpendre) no fundo desse mesmo prédio, com uma área de 81,12m^2 (20,28x4m). O novo refeitório só tinha duas paredes: uma no sentido do comprimento e outra no da largura. Nos lados que não dispunham de parede, toldos de lonas serviam como proteção.

Observam-se no esquema em seguida as adaptações no prédio II, principalmente com a improvisação do refeitório na varanda do respectivo prédio. Os números representam os seguintes ambientes: sala de aula (1), sala de ciências naturais (2), sala de demonstração (3), arquivo (4), gabinete de física, química e história natural (5), banheiro e sanitário (6), cozinha (7), copa (8), despensa (9), abrigo para recreio (10) e refeitório (11).

---

[106] INSPETORIA Federal. *Relatório de inspeção preliminar do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju, 1938. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

[107] GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

[108] CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar:* uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão–SE (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

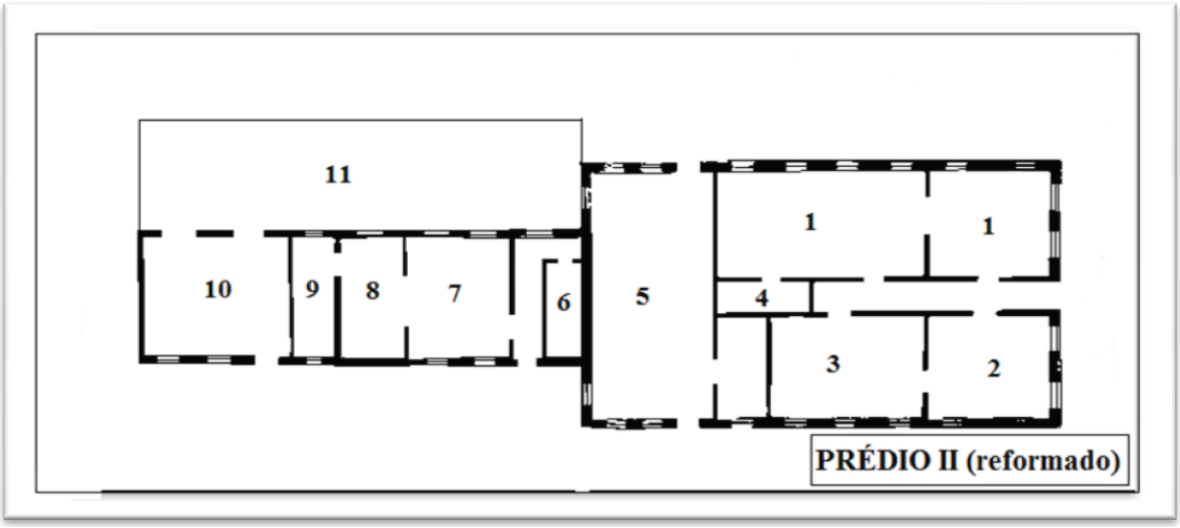


Figura 43 – Esquema do prédio II – Colégio Tobias Barreto
Fonte: Esquema elaborado pelo autor conforme GINÁSIO Tobias Barreto. *Planta do edifício nº 2 do Ginásio Tobias Barreto*. Aracaju, [194?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas

Figura 44 – Vista parcial do refeitório do Colégio Tobias Barreto (prédio II)
Fonte: SOUZA, José Machado de; TAVARES, João Maria; MELO, Otaviano Vieira de. *Relatório Inspetoria Federal do Colégio Tobias Barreto*, em 27 de novembro de 1935. Aracaju, 1935. DIES – Arquivo de Escolas Extintas

O internato dispunha de duas rouparias improvisadas: uma era localizada no porão do prédio V (rua de Estância, 227), destinada aos alunos maiores e médios, com uma área de 117m^2 (26x4,50), e a outra, com 12,21m^{2,} servia ao dormitório dos menores, dispondo de armários coletivos para roupas. Quanto ao serviço de lavanderia, o estabelecimento providenciava a lavagem de toda a roupa de cama e mesa e vestuário fora do estabelecimento.

No final da década de 1940 eram seis casas, contíguas ou próximas uma das outras, em que o estabelecimento distribuía as diversas dependências do internato. O esquema em sequência apresenta a disposição dessas casas ocupadas pelo Colégio Tobias Barreto.

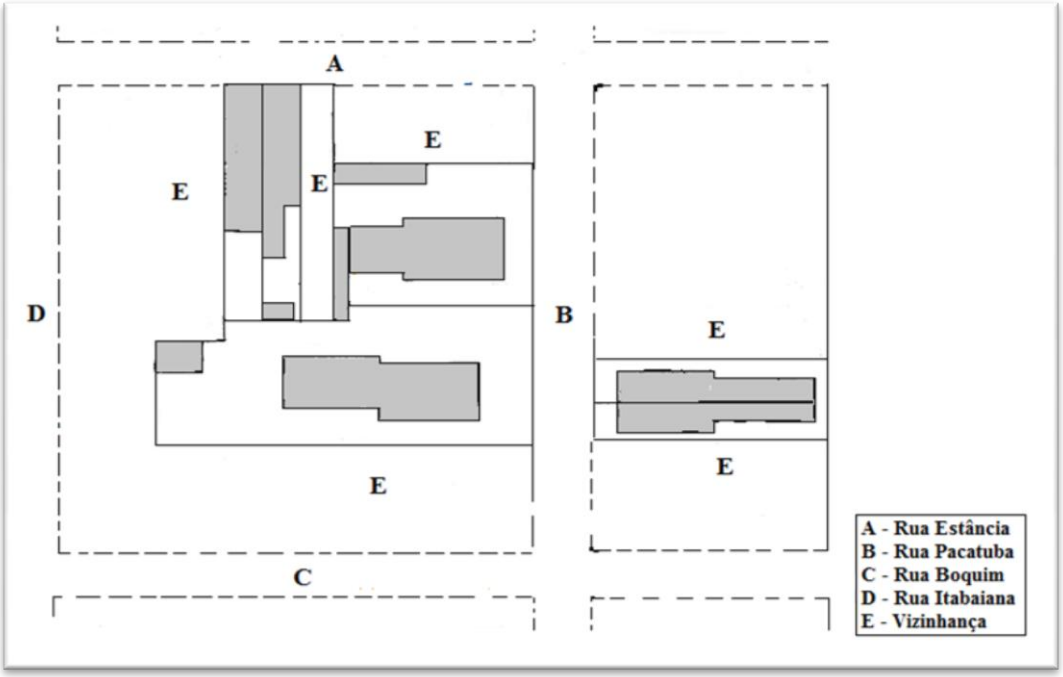


Figura 45 – Situação espacial dos prédios do Colégio Tobias Barreto (1950)
Fonte: Esquema elaborado pelo autor conforme COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta da situação do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju, [194?]. DIES – Arquivo de Escolas Extintas

Diferentemente do que ocorreu com colégios católicos instalados em Sergipe, que conseguiram construir prédios originalmente projetados para servirem como estabelecimentos escolares, o Colégio Tobias Barreto sempre funcionou em casas e/ou sobrados antigos[109], com adaptações para servirem como colégios-internatos. Os arranjos nem sempre conseguiram

[109] A utilização de prédios adaptados para o funcionamento de colégios-internatos também foi verificada em outros estados do Brasil. O inquérito realizado pelo Dr. Eurico Branco apontou essa situação em internatos da cidade de São Paulo. RIBEIRO, Eurico Branco. A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA; Denílson Roberto; SCHMIT; Maria Auxiliadora. (Org.). *I Conferencia Nacional de Educação.* Brasília: SEDEIA/ INEP/ IPARDES, 1997.

acordo com as recomendações higiênicas que circulavam na época. Apesar disso, as inspeções acabavam por aprovar as condições físicas do colégio.

5.5 Internamento escolar em Sergipe

No século XX praticamente todos os colégios sergipanos continuavam admitindo três categorias de colegiais, internos (pensionistas), semi-internos e externos. Os internos moravam no estabelecimento e recebiam alojamento, alimentação, instrução e direção dos estudos, os semi-internos permaneciam no estabelecimento os dois turnos do dia, recebiam alimentação e instrução e direção dos estudos. Em determinados estabelecimentos os alunos semi-internos entravam 6 horas da manhã e saíam às 8 horas da noite depois da banca de estudos. Já os alunos externos recebiam apenas instrução e não podiam se demorar no estabelecimento além das horas das aulas. Os internatos eram sempre monossexuais (masculinos ou femininos). Apenas no externato, em determinados estabelecimentos, admitiam-se os dois sexos.

A clientela dos internatos permaneceu formada pelos filhos e filhas das classes ricas[110], especialmente os grandes proprietários rurais e comerciantes, e por estratos médios da sociedade, como profissionais liberais e funcionários públicos graduados. Estes grupos estavam mais predispostos a investir na instrução dos seus filhos, mesmo que para isso tivessem que recorrer ao expediente economicamente custoso do internato. De fato, colégios da capital e do interior divulgavam nos anúncios de jornais que recebiam alunos das mais "importantes famílias" sergipanas. Assim, o modelo internato permanecia, na maior parte dos casos, com o poder de "distinção social"[111] entre as classes da sociedade sergipana.

O principal fator seletivo da clientela recebida pelos internatos permaneceu sendo as mensalidades ou pensões cobradas pelos estabelecimentos. No ano de 1909, em Aracaju, um internato para meninos cobrava a pensão de 600$ anuais, dividida em três prestações, mais 10$ mensais para terem direito à roupa lavada e engomada e 20$ de uma só vez no ato da entrada no internato para o fornecimento de materiais, como papel, caneta, lápis de pau e de pedra, papel de carta, mata-borrão e giz, além de serem cobrados em separado os livros e a

---

[110] Trabalhos sobre instituições educacionais em outros estados também revelam o predomínio no internato de pensionistas oriundos de famílias ricas. Consultar, entre outros, BISPO JUNIOR, Santana. *Construindo a masculinidade na escola*: o Colégio Antonio Vieira (1911-1949). 2004. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. ;

[111] BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (Introdução, organização e seleção Sergio Miceli). Editora Perspectiva, 2009.

ardósia[112] de que viessem a necessitar e as atividades extras (musica vocal e instrumental, piano, desenho) em que estivessem matriculados. O desembolso, ou investimento[113], para uma família manter um aluno no internato podia chegar a uma despesa anual no mínino de 740$. Nos internatos femininos, tanto na capital como no interior, a pensão acrescida desses gastos extras variava de 600$ a 700$. De maneira geral, um aluno pensionista correspondia a um gasto no mínimo oito vezes maior do que um aluno externo.

A relação contida nos estatutos e prospectos dos internatos contendo a quantidade, tipo e variedade dos itens que deviam compor o enxoval dos pensionistas igualmente sinalizava a posição social do público atendido por determinados estabelecimentos. Assim, nas listas comumente figuravam artefatos de uso comum das classes ricas ou médias, como lenços, gravatas, toalhas e guardanapos. A tabela a seguir apresenta listas com os principais itens requisitados pelos internatos masculinos e femininos de Sergipe, frequentados por filhos e filhas de famílias de classe rica na primeira metade do século XX.

Enxoval Masculino	**Enxoval Feminino**
4 uniformes de brim escuro para uso interno	5 vestidos sendo 2 brancos
1 uniforme de casimira para sair	saias
1 chapéu de cabeça	6 anáguas
1 chapéu de sol	10 camisas
8 camisas de dia, sendo pelo menos 4 brancas	4 camisas de dormir
4 camisas de dormir, ou chambres	6 calçolas
4 ceroulas	12 pares de meias
8 pares de meias	12 lenços
8 lenços	4 lençóis
8 gravatas, sendo uma preta	2 cobertas
1 par de botinas para sair	4 fronhas
1 par de botinas para uso diário	3 toalhas de banho
1 par de sapatos grossos para ir ao banho	2 colchas
4 lençóis,	4 aventais
4 cobertas de chitas	1 guarda-sol
4 fronhas	chapéus
1 cobertor de lã para o inverno	4 guardanapos
3 toalhas para o banho e 3 para o rosto	4 toalhas de rosto
6 guardanapos para a mesa e uma argola para os mesmos	2 pares de botina
	1 par de sandália
2 sacos para roupas servidas	2 véus de filó branco
1 baú ou mala para roupa	2 sacos para roupa servida.
2 uniformes de fardamento de conformidade com o modelo dado no Colégio	
1 chapéu ou boné para o fardamento	

Quadro 24 – Situação espacial dos prédios do Colégio Tobias Barreto (1950)
Fonte: O Estado de Sergipe (1909)[114], A Razão (1910)[115], A Cruzada (1949)[116]

[112] Folhas finas de ardósia, tipo de rocha; eram utilizadas para a confecção do quadro ou lousa.
[113] Investimentos na educação funcionavam como estratégia de reprodução para as classes ricas. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010.
[114] ESTATUTOS do Grêmio Escolar. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, p. 1, 5 dez. 1909.
[115] COLÉGIO Maria Auxiliadora. *A Razão*, Estância, p.4, 27 fev. 1910.
[116] ESTATUTOS do Ginásio Patrocínio de São José. *A Cruzada*, Aracaju, p. 2, 11 mai. 1949.

Além do enxoval descrito, os internatos solicitavam às famílias, para uso individual do pensionista, uma cama de ferro, colchão, travesseiro, pentes, copo de metal, lavatório de ferro, bacia para lavar o rosto, jarro para água, copo para lavar a boca, escovas (dentes, sapatos, fato), graxa para as botinas dos meninos, pente fino e grosso, tesourinha para aparar as unhas, espelho e urinol com tampa.

Sabe-se que nos internatos os pensionistas encontravam uma realidade diferente da que estavam acostumados em suas casas. Nos pequenos estabelecimentos viviam em comum com a família do diretor ou diretora, partilhavam de uma grande mesa na sala de refeições e do espaço em um quarto com outros internos. No dormitório faziam uso de uma cama de ferro, do jarro com água e bacia para lavar o rosto. O urinol com tampa colocado embaixo da cama para as necessidades noturnas, embora condenado pelas regras higiênicas, ainda era bem usual em determinados internatos. As roupas podiam ser lavadas e engomadas no próprio estabelecimento, quando convencionado, ou a família encarregava-se desse serviço.

Nos internatos maiores existiam espaços específicos dedicados aos serviços do internato (refeitório, dormitórios, rouparia, instalações sanitárias etc.) e empregados encarregados da manutenção desses espaços. Quanto a isso, o Colégio N. Sra. das Graças, localizado no ponto mais elevado da cidade de Propriá, no ano de 1937, possuía essas instalações, contado com dois dormitórios abrangendo uma área de 127 metros quadrados, iluminados e arejados pela disposição de 12 janelas. Em cada um desses grandes salões ou dormitórios coletivos, típicos dos grandes internatos, estavam dispostos 43 leitos.

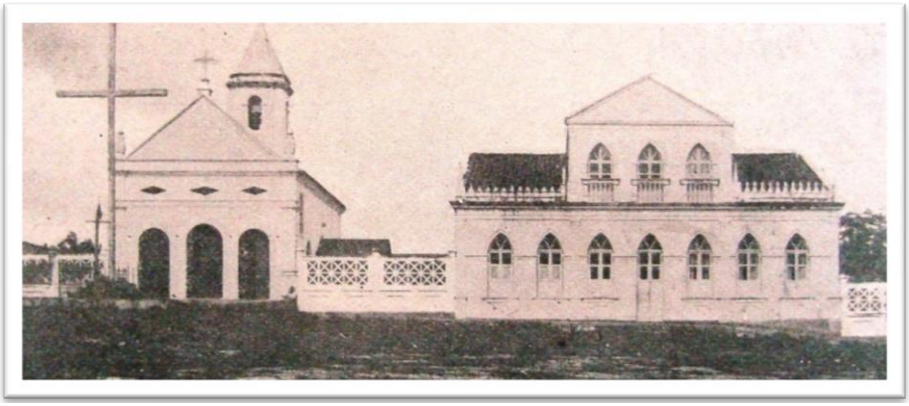


Figura 46 – Fachada do Colégio N. Sra. das Graças – Propriá
Fonte: SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe* (1820-1920). Aracaju: Oficinas do Estado de São Paulo, 1920, p. 249.

A imagem em sequência apresenta aspecto do dormitório do internato do Colégio Imaculada Conceição, em Capela, podendo ser observada a disposição das camas e as mesinhas com objetos de toalete.

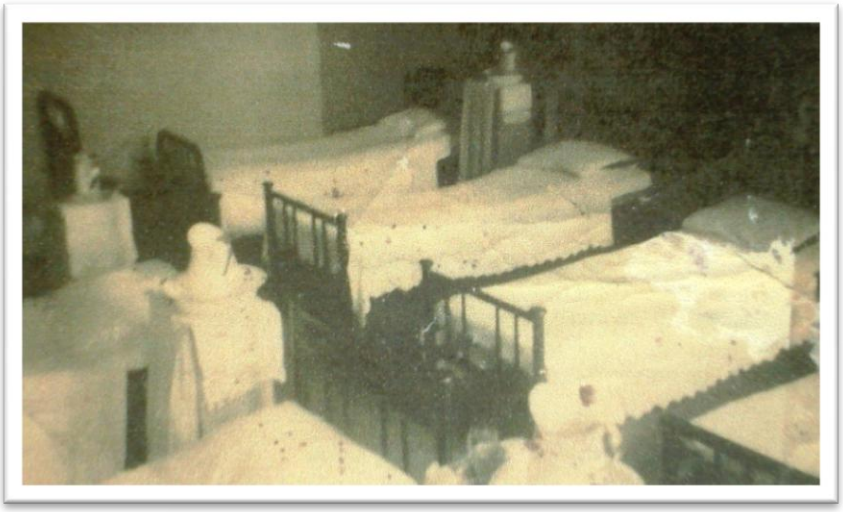


Figura 47 – Dormitório do Colégio Imaculada Conceição – Capela
Fonte: SANTOS, Sandra Maria dos. *A trajetória educacional em Capela*: a experiência das missionárias da Imaculada Conceição (1929/1954). 2002. Monografia (Graduação História) – Universidade Federal de Sergipe, Propriá, SE, 2002.

As roupas e outros pertences ficavam no próprio baú ou mala trazidos de casa. Alguns internatos solicitavam que o pensionista trouxesse para o colégio um bauzinho de folha de flandres com tampa ou uma caixinha de madeira, segundo o modelo fornecido pelo estabelecimento, para nele guardar livros, papéis, selos e papel de carta. Além disso, nos internatos femininos as meninas ou moças deviam trazer para o internato uma caixinha com utensílios para costura como tesoura dedal, agulhas, alfinetes, presinhas e linha. Nos estabelecimentos com espaços originalmente planejados para o funcionamento do internato os pensionistas podiam trocar e guardar suas roupas em armários localizados na rouparia.

Nos internatos, as malas, baús ou armários funcionavam como um "estojo de identidade" para os pensionistas, uma pequena defesa contra as desfigurações da personalidade provocadas pela vida coletiva e fechada[117]. No entanto, mesmo esse espaço privativo sofria o "olhar" vigilante e esmiuçante dos fiscais através das revistas que procuravam sanear o internato de impressos e/ou objetos proibidos.

Alguns internatos podiam ser frequentados por estudantes que objetivavam apenas o pensionato. Era o caso de moços e moças do interior, que faziam o curso secundário ou

[117] GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

normal em escolas públicas sem internato e podiam ser recebidos na condição de "meros pensionistas"[118]. Nesta condição, recebiam apenas alojamento, comida e direção dos estudos. Os colégios Grêmio Escolar[119] e Nossa Senhora Santana[120] aceitavam pensionistas, respectivamente, destinados ao curso ginasial do Ateneu Sergipense e ao curso normal da Escola Normal Rui Barbosa. No regime do internato do Grêmio Escolar os alunos que frequentavam as aulas do Ateneu eram acompanhados e vigiados nas idas e vindas por um aluno monitor e só podiam permanecer fora do internato o tempo de suas aulas[121]. Quem viveu na transição do século XIX para o XX também recorda que, por preferência dos pais, alguns pensionistas de colégio tomavam lições na casa de professores particulares[122] fora do estabelecimento, retornando no final dessas aulas para o internato.

Na maior parte dos internatos o horário[123] era utilizado como controle da atividade, com a utilização de dispositivos de controle do tempo, os quais sinalizavam aos internos os horários regulados e impositivos. Deste modo, os internos eram despertados com sinais do tipo: convite a uma prece, palmas, toque de sino ou de corneta. Geralmente, no tempo do internato, a vida do aluno começava às 5 horas da manhã, quando todos os alunos deviam deixar o leito; às 6 horas, depois de terem praticado os atos de asseio, iniciavam os estudos de banca, sendo interrompidos às 8 horas, quando era servido o café.

Em determinados estabelecimentos, sobretudo naqueles que congregavam muitos pensionistas, durante as refeições em cada mesa um aluno-mestre era indicado pelo diretor para manter a ordem e decência durante as refeições. Ao meio dia era servido o jantar (como era designado o almoço atual), depois os alunos ficavam de recreio até às 14 horas, quando recomeçavam os trabalhos letivos. Também existia um período de recreio das 17 às 14 horas. A última refeição era feita ás 19 horas, depois da qual os alunos retomam os trabalhos de

---

[118] O Colégio Jackson de Figueiredo recebia pensionistas destinados ao Ateneu Sergipense e Escola de Comércio Conselheiro Orlando, "[...] fiscalizando e responsabilizando-se pelo aproveitamento dos pensionistas. Para isso, igualmente como procederei para com os alunos dos cursos que mantêm o colégio, estarei em contato diário com as direções do Ateneu Pedro II e Escola de Comércio 'Conselheiro Orlando', sindicando do aproveitamento dos alunos pensionistas, aos quais o nosso corpo docente auxiliará em seus estudos. COLÉGIO Jackson de Figueiredo. Ouvindo o diretor desse novo estabelecimento de ensino. *Sergipe Jornal*, Aracaju, p. 4, 5 jan. 1938.

[119] GRÊMIO Escolar. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 4 fev. 1910.

[120] COLÉGIO N. S. Santana. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 4, 30 jan. 1916.

[121] ESTATUTOS do Grêmio Escolar. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, 5 dez. 1909.

[122] "Eu tomava lições particulares com Alfredo Montes, de inglês, e com Teixeira de Faria, de matemáticas. Entrei com essa condição. Oliveira não gostou, mas meu pai queria que eu aprendesse de verdade". AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora da UFS, 1999, p. 163.

[123] O horário utilizado como controle da atividade é uma "antiga herança das comunidades monásticas" e se difundiu também nos colégios-internatos, e está ligado a "três grandes processos – estabelecer as *cesuras*, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição". FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p 127.

banca, que se prolongam até às 21 horas, quando se recolhiam aos seus dormitórios, onde deveriam permanecer em silêncio[124].

A estada no internato correspondia ao transcurso do período escolar, que se estendia de fevereiro a novembro. Os alunos eram liberados para retornarem à casa de suas famílias nas grandes férias dos meses de dezembro e janeiro, Semana Santa (do Sábado de Ramos à segunda feira após a Ressurreição), no S. João (23 de junho a 2 de julho), nos feriados oficiais e nos domingos e dias santificados. Alguns estabelecimentos aceitavam a permanência no internato mediante pagamento extra de pensionistas que não podiam, por motivo de distância, retornar à casa paterna nas férias e feriados[125].

Os pensionistas que só podiam retornar ao lar nas "grandes férias" utilizavam-se das cartas para manter contado com a família. Alguns internatos incentivavam essa prática, chegando mesmo a determinar como obrigação das alunas escrever aos pais, de 15 em 15 dias, ou sempre que necessário. Advertiam, porém, que toda correspondência deveria ser entregue aberta à diretoria do estabelecimento, bem como seriam abertas todas que fossem dirigidas às alunas[126]. As famílias visitavam[127] ou enviavam mensageiros com cartas, alimentos, roupas ou outras encomendas. Este contato com a família ajudava a manter os laços familiares fragilizados pela separação provocada pelo internato. A interrupção desse contato familiar provocada pela estada no internato por longos meses, ou mesmo a falta de notícias de casa, davam lugar a um sentimento de abandono[128], típico do aluno de internato.

O ensino oferecido pelos pequenos internatos era basicamente o curso primário dividido em quatro anos ou séries, para meninos de sete a 12 anos. Geralmente, cada série funcionava em duas seções, a primeira iniciando às 9 horas da manhã até o meio-dia e a segunda estendia-se das 2 às 4 horas da tarde. Os colégios maiores, na medida em que conseguiam a equiparação ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) e a Escola Normal,

---

[124] COLÉGIO Tobias Barreto. *Estatutos do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju: Secção de Artes Gráficas da Escola A. Artífices de Sergipe, 1936. DIES – Arquivo de Escolas Extintas / ESTATUTOS do Grêmio Escolar. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, 5 dez. 1909. / ESTATUTOS do Ginásio Patrocínio de São José. *A Cruzada*, Aracaju, p. 2, 11 mai. 1949.

[125] "Minha gente morava no sertão, no Cariri. Por causa disso eu só passava em casa as férias grandes; o resto do ano tirava-o no Colégio: Semana Santa, São João, tudo." QUEIROZ, Rachel. *As três Marias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 39.

[126] ESTATUTOS do Ginásio Patrocínio de São José. *A Cruzada*, Aracaju, p. 2, 11 mai. 1949.

[127] Nos internatos dos colégios femininos, principalmente nos dirigidos por congregações católicas, para se consentir qualquer visita, a não ser dos pais e irmãos, exigia-se o consentimento por escrito dos pais, sendo sempre recusada a visitação por rapazes, embora fossem parentes das alunas. O ESTATUTO do Ginásio Patrocinio São José. *A Cruzada*, Aracaju, p. 2, 29 mai. 1949.

[128] "Ele recebia cartas de casa, de sua mãe. [...] Somente Aurélio e eu não recebíamos nada de casa. Há um mês ali, e nem um recado. Isto me diminuía, me dava a impressão de que fosse um abandonado, um esquecido, sem ninguém que guardasse de mim uma recordação qualquer. Até o Vergara, o pior aluno, recebia de casa, e vinha um correspondente visitá-lo, e passava os domingos fora". REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 12.

passavam a oferecer, respectivamente, o curso ginasial e o curso normal. Dentre esses podem ser citados os colégios masculinos Salesiano, Tobias Barreto e Jackson de Figueiredo, todos em Aracaju, e os colégios femininos Nossa Senhora de Lourdes (Aracaju) e Nossa Senhora das Graças (Propriá).

Nos internatos também eram espaços privilegiados de formação de *habitus*, entendidos como "princípios geradores de práticas distintas e distintivas[129]". Deste modo, os alunos também eram instruídos na prática das boas maneiras[130], no exercício das virtudes e do civismo[131] pelo conhecimento dos grandes homens e na apreciação dos seus feitos, nos cantos dos hinos. Uma característica dos internatos era poder manter os alunos sempre à mão para a realização de diversas práticas institucionalizadas ou "cerimônias institucionais"[132], marcadas pela periodicidade, participação coletiva (internos, "equipe dirigente", visitantes) e com finalidades diversas. Foram comuns, na cultura dos internatos sergipanos, as comemorações, os jogos e festas com finalidades diversas. As festas e/ou solenidades escolares ocorriam em diversas ocasiões da vida escolar, como a comemoração de datas históricas, cívicas e religiosas, visitas ilustres[133], exames escolares, contando com a participação da sociedade, de autoridades[134] e da família.

Na educação das meninas e moças eram ministrados princípios morais, prática de virtudes com o propósito de "[...] torná-las úteis a si mesmas, à família e à sociedade, para a qual todas finalmente se dirigem, e onde cada uma terá que desempenhar o papel que o futuro

---

[129] BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010, p. 22.

[130] No século XX alguns colégios continuavam fazendo uso de manuais de civilidade. Pode ser citado o Compêndio de Civilidade adotado pelos salesianos em seus colégios, que trazia ensinamentos sobre regras de: comportamento, asseio, vestuário, porte, conversação, entre outras. COMPÊNDIO DE civilidade para uso das famílias e dos institutos educativos. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus, 1916.

[131] "A educação cívica e a cultura física merecendo especial cuidado, o colégio instrue os alunos conhecimentos dos nossos grandes homens, na apreciação dos seus feitos e nas datas memoráveis da pátria [...]".COLÉGIO Jackson de Figueiredo. Ouvindo o diretor desse novo estabelecimento de ensino. *Sergipe Jornal*, Aracaju, p. 4, 5 jan. 1938.

[132] Por "cerimônias institucionais" entende-se "[...] um conjunto de práticas institucionalizadas – seja espontaneamente, seja por imitação – através das quais os internos e a equipe dirigente chegam a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro e a identificar-se com a situação do outro. Tais práticas exprimem solidariedade, unidade e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferenças entre os dois níveis". GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 85.

[133] Como a visita, em 16 de março de 1917, do Barão Homem de Mello aos colégios Tobias Barreto e Grêmio Escolar. BARÃO Homem de Mello. Visita ao Colégio Tobias Barreto. No Gremio Escolar. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 2, 22 mar. 1917, 2006.

[134] Era comum a presença de altas autoridades do governo estadual e municipal nas solenidades dos tradicionais colégios. No ano de 1849, por ocasião da diplomação de turmas do Colégio N. Sra. de Lourdes compareceu o governado do estado, José Rolemberg Leite (1947-1951) e secretários. GINÁSIO Nossa Senhora de Lourdes. *A Cruzada*, Aracaju, p. 1, 25 dez. 1948.

lhe reservar”[135]. No tempo que passavam no internato, as meninas ou moças, além das aulas normais, aprendiam a confecção de prendas, bordados, costura, tocar piano e música. E nos internatos masculinos os meninos e moços aprendiam música, dança, desenho e ginástica. Os colégios Grêmio Escolar e Tobias Barreto primavam pelos exercícios militares, e no Colégio Salesiano, os padres costumavam gastar o tempo dos internos com os jogos e apresentações teatrais, sempre buscando a inculcação de valores morais e religiosos.

Figura 48 – Banda de música do Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora (Aracaju)[136]
Fonte: OLIVEIRA, Luiz de. *Centenário da presença salesiana no Norte e Nordeste do Brasil* (1933-1964). Vol 2. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994.

Nas cerimônias institucionais, os alunos apresentavam-se com trajes especiais, as fardas de “gala” ou vestidos de festa. Aconteciam discursos, cantos, declamações. Os exames escolares, cerimônia escolar que ocorria no final do ano, eram um momento de grande apreensão, ocorriam em sessão pública com a presença do delegado de ensino e convidados, na qual os alunos eram arguidos sobre pontos das matérias estudadas durante o ano[137]. Alguns colégios masculinos primavam pelas exibições de exercícios militares[138], e nos femininos era

[135] COLÉGIO Maria Auxiliadora. *A Razão*, Estância, 21 jun. 1912. / Colégio Camerino. *A Razão*, Estância, p. 3, 15 dez. 1912.
[136] Padres César Delgrosso e Carlos Figueiredo e o coadjunto Antonio Bruno.
[137] COLÉGIO Maria Auxiliadora. *A Razão*, Estância, p.1, 10 dez. 1911.Collegio Maria Auxiliadora.
[138] “Como prevenimos ao público em nossa edição passada, realizaram-se domingo, 11 do corrente, os exercícios militares pelos alunos do acreditado Colégio Tobias Barreto, de propriedade e direção do exímio educador, Sr. José de Alencar Cardoso. Às 4 ½ da tarde do referido dia, perante grande massa popular, reunida na espaçosa praça ‘7 de Setembro’, onde se acha situado o palacete em que funciona o mencionado estabelecimento de ensino [...]”. COLÉGIO Tobias Barreto. *A Razão*, Estância, p.1, 18 set. 1910.

costume a "exposição de prendas"[139] (bordados, crochês, rendas, quadros, objetos ornamentais, flores etc.).

Os jornais sergipanos costumeiramente noticiavam com destaque as festas de encerramento de ano ocorridas nos colégios. Em uma dessas matérias noticiou-se uma típica festa de férias ocorrida no Colégio do Salvador[140], na cidade de Estância. A festa teve início com o cântico de um hino, discurso do diretor Domingos de Cordova Lima, leitura das notas dos alunos seguindo-se de discursos de um professor, de um aluno e de um padre. No Colégio Imaculada Conceição[141], em Capela, o encerramento do ano letivo contou com um festival artístico com a encenação, pelas alunas, do drama "A gruta de Lourdes" e uma exposição de prendas no salão nobre do estabelecimento. E, no Colégio Jackson de Figueiredo, o encerramento do primeiro semestre letivo do ano de 1938 ocorreu com a reunião

> [...] no parque do colégio, sob a presidência do desembargador Evangelino de Faro, os alunos dos diversos cursos foram arguidos pelos professores e por estranhos, revelando considerável aproveitamento. Em seguida, houve declamação pelos alunos que conquistaram muitos aplausos, dando-se finalmente a palavra ao Dr. Marques Guimarães, cujo vibrante discurso foi um hino às mocidades estudantis de Bahia e Sergipe. Após uma bela demonstração de canto orfeônico, o diretor, prof. Benedito Oliveira, anunciou aos presentes a fundação de uma biblioteca infantil para uso dos alunos do seu já conceituado educandário.[142]

Outro acontecimento importante no cotidiano dos internatos eram as comemorações do padroeiro ou patrono da instituição. As meninas do Colégio Patrocínio de São José participavam dessas atividades no dia 23 de abril, quando o estabelecimento comemorava a festa de "Patrocínio de São José"[143], e os padres do Colégio Salesiano primavam em apresentar aos seus alunos o exemplo de S. João Bosco, especialmente nas comemorações do dia 16 de agosto, aniversário do patrono[144].

As cerimônias institucionais quase sempre tiveram como finalidade a inculcação dos valores institucionais, a interligação entre os internos e a "equipe dirigente" e a manutenção das relações com o *macrocosmo* social (exibição institucional). Também procuravam garantir

---

[139] OS COLÉGIOS. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 2, 5 dez. 1907.
[140] COLÉGIO do Salvador. *A Razão*, Estância, p. 4, 22 nov. 1908.
[141] NO COLÉGIO da Imaculada Conceição. *A República*, Aracaju, p. 3, 4 dez. 1932.
[142] ATIVIDADES escolares. O encerramento dos cursos no Colégio Jackson de Figueiredo. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 20 jun. 1938.
[143] GINÁSIO Patrocínio de S. José. *A Cruzada*, Aracaju, 3 de maio de 1947.
[144] O GINÁSIO N. Senhora Auxiliadora celebrou solenemente a Festa de São João Bosco. *A Cruzada*, Aracaju, p. 4, 17 ago, 1946.

o equilíbrio do *microcosmo* social, evitando os atos contrários às normas institucionais (os desvios) ao mesmo tempo em que suavizavam os rigores do internamento.

Os estatutos ou regulamentos dos internatos estabeleciam um rol de proibições[145]. Estavam consignadas interdições quanto ao uso de fumo, bebidas alcoólicas, a utilização de dictérios[146], apelidos injuriosos, acenos indecorosos, brinquedos grosseiros, as práticas imorais, a realização de transações de compra e venda, troca ou empréstimo entre os alunos, com empregados do estabelecimento ou com pessoas externas. A fim de evitar a circulação entre os pensionistas de "ideias perniciosas e subversivas", também era proibida a entrada de livros e jornais que não estivessem relacionados às matérias estudadas.

Arroladas as proibições, seguiam-se as "penas" disciplinares com a descrição dos atos punitivos e os respectivos castigos. No regime do internato do Grêmio Escolar estava assinalado que as faltas contra a moralidade e costumes e as que indicassem desrespeito, desobediência, insubordinação e rebeldia, seriam punidas com mais severidade. O diretor igualmente ressaltava que a mentira, a delação, a espionagem, a *dobrez*, a *ladroice* e outras práticas comuns à fase da meninice mereceriam cuidados especiais. As medidas disciplinares comumente utilizadas nos colégios eram a admoestação, em particular ou em público, notas de mau comportamento, privações (de recreio, de saídas, de passeio), tarefas escritas, reclusão solitária em quarto fechado[147] e a expulsão do colégio, em casos considerados extremos, como insubordinação, manifestação de "tendências morais reprovadas e perigosas".

As práticas emulativas eram um recurso pedagógico muito utilizado na vida diária dos internatos. Era comum, entre outras, conferirem boas notas de comportamento, elogios públicos, prêmios[148], passeios, lugar de honra nas aulas, ter o nome inscrito no quadro de honra. Eram recompensas utilizadas e funcionavam como incentivos para obediência às regras impostas. No Grêmio Escolar, o diretor avisava que fazia parte do regime do internato a

---

[145] Configura-se a disciplina do internato como "uma anatomia política do detalhe", ensejando uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003.

[146] "Troça, zombaria, motejo, escárnio [...]". DICTÉRIOS. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 473.

[147] Castigo recordado por José Lins do Rego " – Vá sentar-se no quarto do meio. Era o pior castigo do colégio: ficar isolado num quarto, sentado num tamborete, sem fazer nada. Passar horas e horas sem uma palavra, com a boca seca ouvindo lá por fora o rumor da conversa dos outros". REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p.34.

[148] "O método pedagógico da organização salesiana no que tange ao ensino da ciência, abstraindo-se qualquer tintura religiosa, é bastante eficiente, e a prova disso é a distribuição de prêmios no sentido de despertar no aluno a vaidade do saber, o interesse pelos livros." ENCERRAMENTO do ano letivo. *A República*, Aracaju, p. 4, 20 nov. 1932.

utilização do “Livro das Partes”[149], onde seriam escritas as faltas cometidas e os elogios que tivessem merecido os alunos.

A publicidade da escrituração desse livro se daria com sua leitura pelo diretor, na hora do jantar, na presença dos alunos internos. A escrituração das ocorrências[150] do internato funcionava como uma espécie de “memorial das partes”, um registro diário das atividades dos internos semelhante aos antigos livros de notas de comportamento: “Um livro de lembranças comprido e grosso [...] O temível noticiário, redigido ao sabor da justiça suspeita de professores, muita vez despidos por violentos, ignorantes, odiosos, imorais, erigia-se em censura irremissível de reputações”[151].

---

[149] “Na hora do jantar será lido perante a colegiada interna o Livro das Partes, onde serão escritas as faltas cometidas pelos alunos, bem como os elogios que tiverem merecido”. ESTATUTOS do Grêmio Escolar. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, 5 de dez. 1909.

[150] A respeito do registro de ocorrências em internato consultar o artigo “O livro de registro de ocorrências: o ‘jornalismo do internato’ (1934-1946)” Trata-se de um estudo sobre aspectos histórico-culturais do microcosmo do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (SE), no período de 1934 a 1946, tomando como fonte principal as notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências” da citada instituição. O estabelecimento era uma instituição de ensino agrícola elementar, funcionando em regime de internato e subordinado ao Ministério da Agricultura. O “Livro” funcionou como um “temível noticiário” do internato da instituição, pois, fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nos registros sobressai o “poder disciplinador” e de conformação moral da “pedagogia de internar” de uma fase marcada por uma disciplina rigorosa. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da . O livro de registro de ocorrências: o "jornalismo do internato" (1934-1946). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 179-206, 2011.

[151] POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 2001, p. 50.

CONCLUSÕES

Os internatos, ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, apesar das críticas recebidas, subsistiram na cultura escolar brasileira, utilizados por famílias das camadas ricas e estratos médios da população para promover a instrução de seus filhos. Nos internatos, os estudantes encontravam cama, comida (pensionato) e toda a instrução (aulas, repetições, exercícios suplementares, direção dos estudos).

Na Capital do Império existiam pequenos internatos constituídos como uma empresa familiar e de confissão católica, com um pequeno número de alunos internos que viviam em comum com a família do diretor, sendo seus comensais. Mas também existiam grandes internatos que chegavam a congregar mais ou menos 100 pensionistas. Nos internatos maiores, além da contratação de professores e de um médico, existiam empregados que cuidavam dos serviços específicos do internato.

Durante todo o século XIX, foram predominantes na Província de Sergipe os pequenos internatos familiares que funcionavam nas casas dos proprietários ou em casas alugadas para o recebimento de alunos pensionistas que viviam sob os cuidados do diretor e sua família. Também era costume professores particulares e públicos receberem em suas casas, sem darem ao seu ensino o caráter de um estabelecimento formal, alunos pensionistas.

Nos internatos dos colégios particulares do Rio de Janeiro adentravam filhos e filhas de grandes proprietários rurais, comerciantes e industriários, funcionários públicos graduados, profissionais liberais de destaque da Corte do Rio de Janeiro e/ou de outras províncias do Império. As possibilidades de estabelecimentos de instrução secundária e superior tornavam a capital do Império atrativa para as famílias que desejavam investir na instrução de seus filhos. Da Província de Sergipe saíram muitos moços e crianças para estudarem, principalmente, os preparatórios para as faculdades, como pensionistas em internatos da Corte. A figura do "correspondente" era uma solução encontrada para os acertos entre os internatos e famílias de alunos internos procedentes de fora da cidade do Rio de Janeiro ou de outras províncias.

No século XIX a parcela da sociedade sergipana que podia arcar com os custos do internato eram os grandes proprietários rurais e grandes comerciantes, que matriculavam seus filhos nos internatos locais ou em colégios-internatos das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, os quais ministravam os preparatórios para os exames de ingresso nas Faculdades sediadas nessas localidades. E, também, na década de 1860 em diante, estratos médios da população, diante dos problemas da instrução pública, recorriam aos estabelecimentos particulares. A maior parte que vivia na zona rural com dificuldades de transporte para as

cidades onde estavam localizados os colégios encontrava no internato um modelo adequado para garantir a instrução de seus filhos.

Muitos colégios-internatos do Rio de Janeiro, no século XIX, estavam situados em ruas do centro da cidade, comumente conhecidas pela insalubridade, onde doenças epidêmicas constantemente acometiam a população. Também existiam internatos estabelecidos em ruas e bairros ou em sítios e chácaras nos arrabaldes da cidade. Quanto às edificações, os internatos estavam instalados em casas onde residiam as famílias dos proprietários, com adaptações dos cômodos para o funcionamento de dormitórios. Outros funcionavam em "palacetes" (sobrados) ou prédios planejados para servirem como colégios-internatos, com vastos cômodos capazes de acomodar um grande número de pensionistas.

Os grandes internatos possuíam como divisões específicas do internato, dormitórios, refeitório, pátios arborizados para recreio, enfermaria, capela e rouparia. E, não obstante a crítica médico-higiênica, alguns desses edifícios possuíam, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, água encanada, tanques para banho e lavagem de roupa, tanques de natação, iluminação a gás, instalações sanitárias (latrinas, salas de banho, esgoto).

Em Sergipe, na primeira metade do século XX, somaram-se aos pequenos internatos de organização "familiar" colégios-internatos caracterizados pela existência de espaços específicos para internato, ainda que adaptados, por um conjunto de empregados encarregados dos serviços e pelo aumento dos alunos pensionistas. Esses internatos estavam instalados na capital do Estado e nas sedes dos municípios mais desenvolvidos. Aracaju, por sua condição de capital, congregava internatos maiores, mais renomados, dispondo inclusive do ensino secundário e por esses razões mais requisitados pelas famílias ricas.

Nas primeiras décadas do século XX, contando com o apoio da Igreja e do Estado, cresceram e se desenvolveram colégios dirigidos por congregações católicas e com eles os primeiros edifícios construídos originalmente para funcionar como colégio-internato. O prédio do Colégio N. Sra. de Lourdes foi o primeiro edifício originalmente projetado e construído para servir às funções de colégio-internato feminino. O edifício, construído em dois pavimentos, possuía as principais divisões indicadas para o funcionamento de um internato (dormitórios, refeitório, rouparia, instalações sanitárias, cozinha, copa, despensa). Esse modelo de prédio escolar inaugurado em Sergipe pelas Irmãs do Santíssimo Sacramento, com a fundação do Colégio N. S. de Lourdes, representou a concretização do ideal higiênico pedagógico de um edifício especialmente projetado e construído para o funcionamento de colégio-internato.

Destacaram-se os internatos dos estabelecimentos não-confessionais, Tobias Barreto, Grêmio Escolar e Jackson de Figueiredo, estabelecidos em Aracaju. Embora congregassem muitos alunos pensionistas, o espaço do internato e todas as dependências desses estabelecimentos resultaram de adaptações em prédios assobradados.

O Colégio Tobias Barreto é exemplo de internato funcionando em espaços adaptados. O colégio ocupou casas e/ou sobrados residenciais alugados, de construção antiga, localizados em diferentes pontos no centro da cidade. As instalações para os serviços do internato (dormitórios, refeitório, rouparia e instalações sanitárias) estavam adaptadas em diferentes espaços de um conjunto de casas ocupadas pelo colégio. Essas casas e/ou sobrados antigos foram construídos, originalmente, para residência familiar, e mesmo as modificações visando à adaptação dos prédios para a finalidade escolar não lhes modificaram substancialmente o destino original de residência.

As adaptações de cômodos de prédios residenciais, ocupados pelo Colégio Tobias Barreto, para servirem às necessidades de um internato, apresentavam algumas deficiências. Podem ser indicadas, entre outras, as camas arrumadas nos corredores, deficiência na ventilação e renovação do ar (inexistência de janelas em alguns cômodos), utilização inapropriada de certos cômodos (sótão e porão) como dormitório, rouparia, inexistência de instalações sanitárias em todos os pavimentos e superlotação do espaço. Assim, as adaptações nos prédios para as dependências de internato quase sempre relegavam os preceitos de higiene às conveniências econômicas do estabelecimento.

As razões para a permanência do internato na cultura escolar sergipana durante boa parte do século XX foram a falta ou deficiências de colégios no interior do estado, as longas distâncias, além das dificuldades de transporte e comunicação entre as localidades. Junte-se a essas razões o fato de algumas famílias optarem pelo internato por não quererem ou não estarem aptas para dirigir a instrução de seus filhos, principalmente na fase dos estudos secundários e por acreditarem no valor formativo e disciplinador do internato.

A instrução anunciada pelos colégios-internatos recorrentemente ressaltava a formação fundamentada no desenvolvimento das capacidades físicas, morais e intelectuais dos estudantes. A “cultura do coração”, como foi denominada a formação moral, era incutida por meio da formação religiosa, constante emulação e vigilância em todos os tempos e espaços do internato, com a guarda dos costumes condizentes com a condição de classe dos alunos. Os castigos físicos, embora criticados, foram utilizados nos colégios, mas muitos diretores faziam questão de ressaltar que os alunos não seriam envilecidos pela sua utilização.

A vigilância nos pequenos internatos estava a cargo do diretor, que geralmente dividia esse encargo com parentes ou professores residentes no colégio. Nos grandes internatos existiam empregados (inspetores, bedéis) com essa obrigação sob a imediata fiscalização do diretor. Para assegurar garantias de moralidade, os dormitórios eram mantidos sempre iluminados e com a presença de empregados (censores), que repousavam juntamente com os internos. Em internatos confessionais católicos, as irmãs tomavam para si o encargo de vigiar o dormitório das alunas.

A instrução intelectual das alunas consistia no ensino primário, costumeiramente classificado em "primeiras letras", e em alguns estabelecimentos elas também podiam cursar aulas do ensino secundário, mas sem perspectiva de continuação dos estudos superiores. Os internatos femininos recorriam ainda ao ensinamento de um conjunto de conteúdos denominados de "belas artes" ou artes de "recreio" – desenho, piano, harpa, pintura, música, dança, canto, solfejo – e aos trabalhos manuais. Essa formação correspondia às funções de esposa e mãe a que estavam relegadas as mulheres na sociedade brasileira do século XIX.

A instrução intelectual dos alunos consistia no Curso Primário e Secundário. Este último quase sempre se restringia ao ensino das matérias preparatórias para os exames de ingresso nas faculdades e podiam ser cursadas parcialmente, ou no todo, segundo os interesses das famílias dos alunos. A educação do corpo através da prática de dança, ginástica e natação, estava prevista nos programas de muitos colégios-internatos, principalmente masculinos.

Os custos das famílias com o internato correspondiam principalmente ao pagamento da mensalidade ou pensão (alimentação e alojamento), preparação do enxoval e pagamento da "jóia" para uso dos utensílios do estabelecimento (cama, colchões, colcha, travesseiros, lavatório, material da sala de banho, bacias, copos, talheres). Eram pagos em separado os serviços de lavagem e gomagem de roupas, os gastos com médico e botica, as atividades complementares de ensino ("belas-artes" ou "artes de recreio") e, em alguns estabelecimentos, as férias passadas no internato.

A maior diferença entre o valor das pensões entre internatos masculinos e femininos era basicamente o ensino secundário ou as matérias preparatórias para as faculdades, oferecidas somente nos primeiros e, neste caso, elevando o valor da pensão. Igualmente, observa-se que a diferença entre um aluno pensionista e meio-pensionista, em alguns colégios, podia ser quase cinco vezes maior do que o valor daquele em relação a este. Influenciavam nos valores das pensões cobradas pelos internatos o reconhecimento social do estabelecimento, resultante do bom desempenho escolar de seus alunos, a boa fama do diretor

e professores, e as próprias condições específicas do internato (localização e espaço do estabelecimento, aposentos, alimentação e atividades extras disponibilizadas).

O enxoval exigido pelos internatos evidenciava o *status* do colégio e os segmentos sociais atendidos por este. Os internatos que costumeiramente recebiam os filhos e filhas das famílias abastadas tendiam a exigir um completo e sofisticado enxoval, com uma relação de itens ligados ao uso dessas famílias. Contabilizados todos os custos exigidos para o ingresso e estada em um internato, principalmente o valor da pensão e a exigência do enxoval, a utilização deste se tornava proibitiva para a grande maioria da população e no mínimo difícil para estratos médios que poderiam almejar investir na instrução de seus filhos como uma possibilidade de ascensão social.

O internato também foi debatido e adotado na instrução pública. Durante o Império, autoridades do governo central discutiram o internato com o objetivo de aumentar a demanda nas escolas públicas primárias, localizadas nas freguesias de fora da cidade do Rio de Janeiro e a adoção do modelo colégio-internato, a exemplo do Pedro II, em estabelecimentos de ensino secundário provinciais, liceus públicos, que padeciam com a falta de alunos.

A implantação de internatos na instrução pública também era muito recorrente nos relatórios de presidentes e/ou autoridades da instrução das províncias (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe) principalmente nas décadas de 1850 a 1870. Segundo as autoridades provinciais, o internato estimularia os liceus provinciais, aumentando a demanda, e possibilitaria que jovens de regiões interioranas pudessem cursar o ensino secundário nos liceus das capitais ou evitaria a saída deles para outras províncias em busca de instrução.

As iniciativas de adoção do internato em estabelecimentos públicos de ensino secundário eram propostas com a conservação da gratuidade do ensino, mas exigindo o pagamento da pensão referente à cama e comida (pensionato). Uma proposta de criação de internatos na instrução pública deu-se através de contrato entre o governo e um particular. O governo subvencionava o ensino (material escolar, professores públicos, prédio), e ao empresário cabia o fornecimento de alojamento e refeições (pensão) e demais necessidades de um internato pelas quais deveria ser remunerado através das pensões pagas pelos alunos pensionistas e meio-pensionistas. Todavia, na maior parte dos casos, a criação do internato nos estabelecimentos públicos de ensino secundário das províncias ficou no campo das ideias ou na aprovação de leis que não chegaram a ser executadas.

Em Sergipe, nas décadas de 1850 e 1860, dentro do debate a respeito da continuidade do Liceu de São Cristóvão e da centralização da instrução secundária na capital, a adoção do

internato era apresentada como medida capaz de garantir o sucesso do ensino secundário público na província. Enfrentando essa questão, o presidente da província Inácio Joaquim Barbosa determinou a contratação de dois colégios particulares, um em Estância e, o outro, em Laranjeiras, para que neles fossem reunidas cadeiras do ensino secundário público e o funcionamento de internatos. Esses colégios não passavam de estabelecimentos subvencionados pelo governo, funcionando em casas alugadas, com cômodos arranjados para receber alunos internos.

A criação de internato não resolveu o problema da insuficiência de matrículas nos estabelecimentos de ensino secundário da Província de Sergipe e em outras províncias onde fora tentado. O não reconhecimento dos estudos e exames realizados nos estabelecimentos de ensino secundário provinciais foi o principal fator do fracasso desses estabelecimentos em Sergipe e em outras províncias. Conforme o pensamento de autoridades provinciais da instrução, sob essas condições, nem mesmo a criação de internatos em colégios subvencionados pelo governo provincial teria condições de progredir. As famílias preferiram continuar enviando seus filhos para os colégios-internatos sediados nas províncias sedes das faculdades.

Com a criação do Ateneu Sergipense, havia quem defendesse, sem sucesso, a ideia de que o estabelecimento funcionasse com internato para que pudesse receber os alunos que residiam no interior da província. A alternativa à falta de internato no Ateneu, foi o pensionato (alojamento e direção dos estudos) oferecido por professores em suas residências, a moços do interior que vinham para Aracaju a fim de cursar as aulas do mencionado estabelecimento.

Em teses doutorais, produzidas e publicadas no século XIX e início do século XX, médicos interessados na temática da higiene dos colégios acreditavam que a intervenção de seus conhecimentos seria capaz de ordenar higienicamente o espaço dos internatos. Para isso, procuraram intervir na organização do espaço e de determinadas práticas desses estabelecimentos, influenciando as famílias, diretores e professores dos colégios da necessidade de atentarem para a importância de diversas medidas higiênicas, visando à promoção do desenvolvimento físico, moral e intelectual dos pensionistas de colégio.

O diagnóstico médico, praticamente dominante, cominava aos internatos a degradação física, moral e intelectual de gerações inteiras de estudantes submetidos ao internato. Segundo os médicos, a deterioração da saúde dos pensionistas era resultante de fatores como a admissão de pensionistas com idade inferior a 10 ou 7 anos de idade, do regramento penoso da vida diária nos internatos, que chegava mesmo a aniquilar as vontades individuais, da

uniformização de tratamento, a inadequada divisão do tempo das atividades – estudo, recreação, alimentação, asseio, sono –, caracterizada por longas horas de estudo e tarefas sem o descanso higiênico, a deficiência ou inexistência da educação física, de uma educação moral caracterizada pelo uso da pedagogia do medo e dos castigos físicos e humilhantes que resultavam na formação de indivíduos dissimulados ou conformados.

Corroborava com esses fatores, debilitando ainda mais a saúde dos pensionistas, o fato de os colégios estarem localizados em locais insalubres, de grande movimentação, dando lugar à proliferação de doenças, e com uma organização interna marcada pela ocupação excessiva dos dormitórios, deficiências na alimentação, iluminação, ventilação e ausência de instalações sanitárias. Diante das deficiências higiênicas apresentadas pelos internatos, os médicos indicavam diversas medidas capazes de solucionar ou amenizar essas falhas. Esses cuidados eram divididos em prescrições sobre a organização do internato e cuidados específicos com a higiene dos pensionistas, as quais podem ser divididas em cuidados e asseio do corpo, higiene da alimentação e higiene intelectual, física e moral.

Uma preocupação muito recorrente era com o local apropriado, que deveria ser distante de focos de infecções ou umidade, de preferência que fosse situado nos arrabaldes longe dos grandes centros de população, com a existência de arvoredo e de um rio próximo para o banho e natação dos internos. O edifício-internato modelo seria o que contivesse na sua divisão cozinha com todos os apetrechos, refeitório espaçoso, quartos de banhos, latrinas asseadas, dormitórios, vestiário, quarto para encarregados da vigilância, sala de estudo, sala de classes, desenho, escultura, música, gabinete de física, história natural e química, recreios, enfermaria, capela e ginásio aberto. Esses espaços deveriam ser higienicamente arejados e espaçosos, e todos eles, principalmente os dormitórios, com uma renovação de ar, ventilação, insolação e iluminação adequadas.

Foi uma característica do discurso médico-higiênico a propaganda, com roupagem científica, de que a vida nos internatos exarcebava ou proliferava as práticas da masturbação e do homossexualismo entre os colegiais. Quanto ao combate do onanismo o discurso médico consubstanciou-se, sobretudo no século XIX, em uma campanha através de um conjunto de regras higiênicas e conselhos direcionados aos diretores dos colégios, aos professores e às famílias, a fim de evitar a entrada e/ou a proliferação do vício entre os pensionistas de colégios. Fizeram parte do receituário de combate ao onanismo o exercício contínuo da vigilância, dando especial atenção ao espaço dos dormitórios; o exame semanal nas roupas, nos leitos, nas estantes e gavetas dos pensionistas; a atividade física; uma alimentação sem

excitantes; a leitura de livros de cunho moral e religioso; os banhos de mar; evitar a entrada de todo tipo de impresso que pudesse despertar o senso genésico, entre outros.

Os médicos destacavam diversos efeitos físicos causados pela masturbação, entre outros, a magreza, a palidez, o encovamento dos olhos, salivações abundantes, vômitos, estatura diminuída e curvada para diante e marcha vacilante. Com relação ao comportamento, tornavam-se tímidos, melancólicos, indolentes, buscando sempre o isolamento. O vício era apresentado como uma patologia social, pois causava prejuízo nas faculdades intelectuais, ocasionando a completa estupidez e idiotismo, resultando na incapacidade para o exercício de qualquer atividade ou profissão que exigisse a mínima concentração. E, finalmente, adotando uma "fabulação científica da doença total" em que a masturbação se tornava a "causa possível de todas as doenças possíveis", os médicos também relacionavam a tísica ou tuberculose pulmonar e a epilepsia como consequências do onanismo.

A pederastia ou sodomia, como os médicos denominavam as relações homossexuais, também era apontada pelos facultativos como um vício disseminado nos internatos e prejudicial à saúde e à moralidade dos pensionistas. Segundo eles, a prática era resultante da vida reclusa e das amizades e proteções insidiosas que ocorriam nos internatos e podia ser impedida pela vigilância e proibições indicadas para o combate ao onanismo.

O internato permaneceu como um tema controverso durante boa parte do século XIX e primeira metade do século XX, não havia consenso sobre os benefícios pedagógicos do internamento escolar. Posições divergentes sobre o internato eram recorrentes, sobretudo nos discursos de autoridades da instrução e em teses doutorais de médicos. Havia a posição que impingia ao internato um valor negativo, pois propiciava a corrupção física e moral dos colegiais.

Outra posição entendia o internato como um "mal menor", recurso importante diante das longas distâncias (casa/colégio) e/ou da falta de estabelecimentos de ensino em determinadas localidades; e com menor ressonância, a posição que defendia o internato como espaço ideal para disciplinamento de meninos e moços. Nesse caso, considerava-se que as adversidades encontradas no internato agiriam positivamente para fortalecer o indivíduo a fim de enfrentar as dificuldades do mundo exterior.

Enfim, a educação dispensada nos internatos, apesar das críticas desfavoráveis, serviu como estratégia educativa de famílias ricas e médias e estabeleceu distinção social a esses segmentos sociais por meio de constante formação de princípios culturais que contribuíram para a perpetuação de privilégios de classe. Seu estudo continua desafiando novas abordagens históricas que visem à configuração de outros espaços de internatos sergipanos, estabelecendo

outras diferenças entre internatos masculinos e femininos e novas contribuições e compreensões sobre a cultura dos internatos.

As teses doutorais, principalmente aquelas relacionadas com a higiene dos colégios, aguardam novos questionamentos em torno da visão do campo médico sobre os internatos e demais questões educacionais suscitadas pelos facultativos. Também podem render importantes pesquisas investigações históricas que se proponham a estabelecer comparações entre os internatos em diversos espaços e tempos da sociedade brasileira ou que busquem elucidar razões da decadência dos internatos. Enfim, há ainda um campo fecundo e vasto para indagações e compreensões históricas sobre os internatos, em Sergipe e no Brasil.

FONTES

1 – **Livros antigos, compêndios, dicionários, atas e pareceres, romances e outros.**

AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil* – 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000.

AMADO, Gilberto. *História da minha infância.* São Cristóvão: Editora da UFS, 1999.

ANUÁRIO ILUSTRADO PARA 1937. Resumo estatístico e descritivo das atividades dos dois Estados – Informações diversas. Maceió/Aracaju, 1937.

ANUÁRIO DO COLÉGIO PEDRO II. Vol. V, Comemorativo do 1° centenário natalício de D. Pedro II (1825-1925). Rio de Janeiro, A encadernadora S.A., 1927.

BARRETO, Luiz Antônio. *Pequeno dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju*. Aracaju:ITBEC/BANESE, 2002.

BERTICHEN, Pedro Godofredo. *O Brasil pitoresco e monumental.* Rio de Janeiro: Lith. Imperial de Rensburg, 1856.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol, 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BORGES, Abílio Cesar. *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios alvitantes no ensino da mocidade*. Fragmentos de vários escritos do Dr. Abílio Cesar Borges publicados no "Globo" em 1876. Rio de Janeiro: Bruxellas Typographia e Lithographia E. Guyot, 1880.

BURGERSTEIN, Leo. *Higiene escolar* (tradução 3ª edição alemã pelo Dr. Lyon Davidovich). Rio de Janeiro: Atlântida, 1934.

CAMPAGNE, Émile Mathieu. *Dicionário universal de educação e ensino*... Porto: Internacional, 1873, p.98, v. 1.

CAMPAGNE, Émile Mathieu. *Dicionário universal de educação e ensino*... . Porto: Ernesto Chardron, Braga: Eugenio Chardron, 1873, v. 2.

CANDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Império apresentado ao Ministério do Império pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, em 1º de maio de 1853. (Anexo). In: MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislatia pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.*Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

CARDOSO, Brício. *Livro de registro e mapas das escolas particulares*. Aracaju, 1932.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO. 1944. Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1944.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão . *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias* ... 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v., p. 524.

COMPÊNDIO DE civilidade para uso das famílias e dos institutos educativos. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus, 1916.

CONGRESSO DA INSTRUÇÃO. 1884. Rio de Janeiro. *Atas e Pareceres*... Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA; Denílson Roberto; SCHMIT; Maria Auxiliadora. (Orgs.). *I Conferencia Nacional de Educação* (1927). Brasília: SEDEIA/ INEP/ IPARDES, 1997.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil* [...] (Vol. 3). Paris: Firmin Didot Frères, 1839.

DESLANDES, M. L. *Compendio de higiene pública y privada: o tratado elemental de los conocimientos relativos à la conservacion de la salud, y à la perfeccion física y moral de los hombres* (Tomo Primeiro). Gerona: En la oficina de A.Olíva, 1829.

DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. 1837-1937. Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), 1997.

DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. [1863] São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FARO, Evangelino de. *Discurso cívico no "Grêmio Escholar"*. Aracaju: Typographia Commercial, 1919.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*: esboço histórico e descritivo. v.1. Tradução de Elias Dolianiti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 196. (Brasiliana, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, vol. 205). Do original BRASIL AND THE BRASILIANS (Portrayed in historical and descriptive sketches) 7ª ed. – Childs and Peterson, 1867, Filadelfia EUA. Ampliação da obra de Daniel Parrish Kidder SKETCHES OF RESIDENCE AND TRAVELS IN BRASIL. 1845 – Sorin and Ball – Filadelfia – 2 vols.

FOULQUIÉ, Paul. *Dicionário da Língua Pedagógica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

FRANCA S. J., Leonel. *O Método pedagógico dos jesuítas* – O "Ratio Studiorum" Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

FRIAS, David Correa Sanches de. *A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade*. Artigos publicados em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Pará: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, 1880.

GARNIER, Pierre. *Onanismo*: só e a dois sob todas as suas formas e suas consequências. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1883?].

GEORGE GARDNER, M. D., F.L.S. *Viagens no Brasil*. Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*: terras e fatos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/lugares.htm Acessado em 19 de junho de 2011.

http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?itemid=26702

INTERNATO do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001.

LANGGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de medicina doméstica e popular*. Tomo terceiro (M-Z). Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

LEVY, Miguel. *Tratado completo de higiene publica*. Madrid: Libreria de los Senôres viuva de Callega e hijos, 1816.

LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MARTINET, J. Alfred. *O Brasil pittoresco, histórico e monumental*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1847.

MELLO, B. Vieira. *Requisitos para um bom internato. São Paulo*: Weiszflog Irmãos, 1912.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaios* – Livro Primeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Hucitec, 1987.

MUSIL, Robert. *O Jovem Törless*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998.

NEGROMONTE, A. *A educação sexual* (para pais e educadores). Rio de Janeiro: Rumo, 1941.

NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*. Colecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1875.

OLIVEIRA, Luiz de. *Centenário da presença salesiana no Norte e Nordeste do Brasil* (1933-1964). Vol 2. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994.

OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas. *Registro de fatos históricos de Laranjeiras*. Aracaju: Casa Ávila, 1942.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. [1888] São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Desenhos para a obra "O Ateneu"*[originais].

QUEIROZ, Rachel de. *As três Marias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. [1933] Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

REGULAMENTO dos Alunos do Colégio Antonio Vieira. Salvador: Officinas da Livraria duas Américas, 1926.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro*: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

REVISTA DE NOTABILIDADES PROFISSIONAIS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DA CORTE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1874.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em 1860. Aracaju: Regina, nº 26, 1961-1965.

ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

ROQUETTE, J. I. *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Vª J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875, p. 293.

ROTERDÃO, Erasmo de. *A civilidade pueril*. Lisboa: Estampa, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, ou da educação. [1761] São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro [1759]. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SEBRÃO Sobrinho. *Tobias Barreto, o desconhecido*. Gênio e desgraça. Aracaju: Imprensa Oficial, 1941.

SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 75.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe* (1820-1920). Aracaju: Oficinas do Estado de São Paulo, 1920.

VIEIRA, Domingos. *Grande dicionário português* ou tesouro da Língua Portuguesa. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Morais, 1873.

VILLAS-BOÂS, Braz Diniz de e SANTA ROZA Inocência Narciza de. Estatuto do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Laranjeiras, 1º de agosto de 1841. (Anexo). In: PERETI, Anselmo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. [São Christovão]: Typographia Provincial, 1843.

2 – *Almanak Laemmert*

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1877.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1878*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1878.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 36º ano, 1879.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1881*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 38º ano, 1881.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 18º ano, 1861.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 22º ano, 1865.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1866*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 23º ano, 1866.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, 1867.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 7º ano, 1850.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1853*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 10º ano, 1853.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1873*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 30º ano, 1873.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1848*, 5º ano, 1884.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1883.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 40º ano, 1883.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1884.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 41º ano, 1884.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42º ano, 1885.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1886.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42º ano, 1886.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1888.* Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 45º ano, 1888.

3 – Teses doutorais (FAMERJ / FAMEB)

ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de Andrada. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

BARROSO, Sulpécio Germiniano. *Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação*. Bahia: Typographia de Luiz Olegário Alves, 1853.

BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho. *Breves considerações sobre a educação sexual*. Bahia: Imprensa Nova, 1910.

BRITTO, Marinonio de Freitas. *A libertinagem e seus perigos relativamente ao físico e moral do homem*. Bahia: Typographia de Vasco Carneiro d´Oliveira Chaves, 1853.

COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883.

COSTA, Claudon Ribeiro da. *Higiene nas escolas*. Bahia: Imprensa Social, 1921.

COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.

CRUZ, José de Souza Pereira da Junior. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios* (Proposições).Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

DURÃO, José Ferraz de Oliveira. *Breves considerações acerca do emprego higiênico e terapêutico dos banhos de mar*. Rio de Janeiro: Typographia Teixeira & Cia. 1845.

FIRMINO JR., José Joaquim. *Dissertação sobre a menstruação, precedida de breves considerações sobre a mulher*. Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1840.

GOMES, Antonio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1852.

GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858.
LOBO, Francisco Candido da Silva. *Higiene escolar*. Bahia: Imprensa Popular, 1895.

MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875.

MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro – De Paula Brito, 1855.

MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades a cerca da educação física dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp. 1846.

MELLO, José Tavares de. *A higiene da mulher durante a puberdade, e aparecimento periódico do fluxo catamenial*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1841.

OLIVEIRA, Ítala Silva de. *Da sexualidade e da educação sexual*. Bahia, 1927.

PATURY, José Lopes. *Higiene Escolar*. Bahia: Litho-Typographia e Encadernação V. Oliveira & C., 1898.

RABELLO, Oscar Bastos. *A pedagogia feminina em face da medicina*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

ROLIM, João Goulart. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. (Quarto ponto. Ciências Médicas) Rio de Janeiro. N. L. Vianna & Filhos, 1857.

SÁ, José Marques de. *Higiene da pele no Rio de Janeiro: Vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade: quais os hábitos e costumes da população? Qual a sua influência sobre a saúde pública? Que direção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850.

SÁ, Miguel Antonio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e a prostituição do Rio de Janeiro*. Typografhia Universal de Laemmert, 1845.

SANTOS, Orlando Thiago dos. *Considerações em torno da família e suas relações com a escola*. Bahia. Typographia do Povo, 1924.

SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.

4 – Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império

BARROSO, José Liberrato. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José*. Typographia Nacional, 1865.

CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

LIMA, Pedro de Araújo Lima. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MACEDO, Sergio Teixeira de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislatia pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.*Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

OLIVEIRA, João Alfredo Correa de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sr. João Alfredo Correa de Oliveira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

OLIVEIRA, João Alfredo Correa de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

OLIVEIRA, João Alfredo Correa de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

SILVA, José Bonifacio de Andrade e. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864.

TORRES, José Joaquim Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

5 – Relatórios da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte

AMARAL, José de Santa Maria. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 1871. (Anexo). In: *OLIVEIRA, João Alfredo Correa de.Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

CÂMARA, Euzébio de Queiroz Mattoso Coutinho. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 2 de maio de 1858. (Anexo). In: MACEDO, Sergio Teixeira de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

CÂMARA, Euzébio de Queiroz Mattoso Coutinho. Relatório do estado da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 15 de fevereiro de 1856. (Anexo). In: FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

CÂMARA, Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primaria e Secundária do Município da Corte apresentado em 25 de abril de 1858. (Anexo K). In: FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correa de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correa de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

MARTINS, Antonio Felix. Relatório da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 1864. (Anexo). In: SILVA, José Bonifacio de Andrade e. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 18 de abril de 1874. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correa de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro Secretário dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1864, em 26 de abril de 1865. (Anexo). In: *BARROSO, José Liberrato. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Typographia Nacional, 1865.

SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1865. In: LIMA, Pedro de Araújo. (Marquês de Olinda). *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 1868. (Anexo). In: TORRES, *José Joaquim Fernandes. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

6 – Relatórios de presidentes da Província de Sergipe

ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1861.

AMARAL, Joaquim Alvares. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial.*[São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1846.

ANDRADE, Amancio João Pereira de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial, em 11 de janeiro de 1851*. [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1851.

BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1854.

BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855.* [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1855.

BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859.* [Aracajú]: Typographia Provincial de Sergipe, 1859.

BULCÃO, Antonio de Araujo d'Aragão. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868.*[Aracajú]: Typographia Jornal de Sergipe, 1868.

CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871*. [Aracajú]: Typographia Jornal de Aracaju, 1871.

CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 24 de fevereiro de 1864.* [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1864.

FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878.* [Aracajú]: Typographia Jornal de Aracaju, 1878.

GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.* [Aracajú]: Typographia Provincial de Sergipe, 1860.

GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 5 de março de 1860.* [Aracajú]: Typographia Poggetti de Catellina e comp.- Bahia, 1860.

MACEDO, Luiz Àlvares d'Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1872.* [Aracajú]: Typographia Jornal de Aracaju, 1872.

MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1863*. Aracaju: Typographia Provincial, 1863.

MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 13 de junho de 1863*. [Aracajú]: Typographia Provincial de Sergipe, 1863.

MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1 de março de 1862*. [Aracajú]: Typographia Provincial de Sergipe,1862.

PERETI, Anselmo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. [São Christovão]: Typographia Provincial, 1843.

PINHO, João Ferreira Araujo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1876.* [Aracajú]: Typographia Jornal de Aracaju, 1876.

RAMOS, Angelo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 20 de janeiro de 1866.* [Aracajú]: Typographia Provincial de Sergipe, 1866.

SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1873.* [Aracajú]: Typographia Jornal de Aracaju, 1873.

SILVA, José Antonio de Oliveira da. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 8 de março de 1852. [São* Cristóvão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1852.

SILVA, José Antonio de Oliveira da. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 14 de julho de 1853.* São Christovão: Typographia Provincial de Sergipe, 1853.

VASCONCELOS, Zacarias de Goes. *Relatório do presidente da Provincia de Sergipe em 17 de dezembro de 1849.* [São Christovão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1849.

7 – Relatórios da Instrução Pública da Província de Sergipe

ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859.* Aracajú: Typographia Provincial de Sergipe, 1859.

ARAUJO, Manuel Luiz Azevedo de. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: MACEDO, Luiz Álvares de Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março em 1872*. Aracajú: Typographia do Jornal do Aracajú, 1872.

LEOPOLDO, Tómas Diogo. Relatório do Inspetor das Aulas, 1876. (Anexo). In: PINHO, João Ferreira d'Araujo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1.o de março de 1876.* Aracajú: Typographia do Jornal do Aracajú , 1876.

LIMA, José João de Araújo. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1868. (Anexo). In: BULCÃO, Antonio de Araujo d'Aragão. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868.* Aracajú: Typographia Jornal de Sergipe, 1868.

NOBRE, Pelino Francisco de Carvalho. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, 1877. (Anexo). In: FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878*. Aracajú: Typographia Jornal de Aracaju, 1878.

REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor das Aulas da Província, 1860. (Anexo E). In: *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860.*Aracajú: Typographia Provincial de Sergipe, 1860.

REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracajú: Typographia Provincial de Sergipe, 1861.

REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1864. (Anexo letra D). In: CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 24 de fevereiro de 1864.* Aracaju: Typographia Provincial, 1864.

8 – Relatórios de diversas províncias

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. *Fala do presidente da Província de* Alagoas no ano de 1856. Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1856.

BARRETO, Francisco Xavier Paes. *Relatório do presidente da Província do Maranhão em 13 de abril de 1858*. São Luiz do Maranhão; Typ. da Temperança, 1858.

BARROS, Sebastião do Rego. *Fala do presidente da Província do Pará à Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1854*. Pará: Typ. da Aurora Paraense, 1854.

BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

CASTRO, Gomes de. *Relatório do presidente da Província do Maranhão à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1871*. São Luiz do Maranhão: Typ. B. de Mattos, 1871.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Relatório do presidente da Província da Paraíba do Norte à Assembléia em 1 de agosto de 1857*. Paraíba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatório do presidente da Província de Pernambuco à Assembléia Legislativa Provincial no ano 1855*. Recife: Typ. de M.F. de Faria, 1855.

MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia* no dia 1.o de março de 1874. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1874.

MAYA, José da Silva. *Relatório do presidente da Província do Maranhão em 28 de outubro de 1870*. São Luiz do Maranhão: Typ. de José Mathias, 1871.

PASSOS, Antonio Bernardo de. *Fala do presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigido à Assembléia Legislativa Provincial em o 1º de julho de 1855*. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1855.

PENNA, Herculano Ferreira. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa em 10 de abril de 186*0. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatório do presidente da Província do Ceará à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1864.* [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864.

PINTO, Antonio da Costa Pinto. *Fala do presidente da Província da Bahia à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1861*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

SARAIVA, José Antonio. Fala do presidente da Província de Alagoas em 20 de fevereiro 1854. Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1854.

9 – Documentos do Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (DIES) – Arquivo de Escolas Extintas

COLÉGIO N. S. de Lourdes. *Estatutos do Colégio N. Sra. de Lourdes, 12 de setembro de 1941*. Aracaju, 1941.

COLÉGIO Tobias Barreto. *Estatutos do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju: Secção de Artes Gráficas da Escola A. Artífices de Sergipe, 1936.

COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta do Colégio Tobias Barreto*. Prédios 1 e 2. Aracaju, [193?].

COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta do Colégio Tobias Barreto*. Planta do edifício nº 4. Aracaju, [194?].

COLÉGIO Tobias Barreto. *Planta da situação do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju, [194?].

FREIRE, M. Franco. *Relatório relativo às verificações necessárias à concessão de inspeção preliminar ao Colégio Tobias Barreto*, 22 de janeiro de 1933. Aracaju, 1933.

GINÁSIO Tobias Barreto. *Planta do* edifício nº 2 do Ginásio Tobias Barreto. Aracaju, [194?].

GUIMARÃES, Ophelia. Relatório da inspeção permanente do Colégio Tobias Barreto, 3 de Janeiro de 1936. Rio de Janeiro, 1936.

INSPETORIA Federal. Relatório de inspeção do Colégio Tobias Barreto, 1935. Aracaju, 1935.

INSPETORIA Federal. *Relatório de inspeção preliminar do Colégio Tobias Barreto*. Aracaju, 1938.

INSPETORIA Federal do Ginásio N. S. de Lourdes. *Relatório de Verificação Prévia*. Aracaju, 1953.

LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento superior. Aracaju, [192-?].

LEITE, José Rolemberg. *Planta baixa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Pavimento térreo. Aracaju, [192-?].

PRATA, Hernane Mesquita. *Relatório da Inspetoria Federal do Ginásio Tobias Barreto*, 14 de janeiro de 1953. Aracaju, 1953.

SAMPAIO, Arnaldo de Almeida. *Inspetoria Federal do Ginásio Tobias Barreto*. Elucidativo para ficha de classificação, 21 de outubro de 1946. Aracaju, 1946.

SANTANA, José Cabral. *Relatório para revisão da ficha de classificação do Ginásio Tobias Barreto*, 21 de julho de 1943. Aracaju, 1943.

SOUZA, José Machado de; TAVARES, João Maria; MELO, Otaviano Vieira de. *Relatório Inspetoria Federal do Colégio Tobias Barreto*, em 27 de novembro de 1935. Aracaju, 1935.

10 – Documentos diversos

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística de Sergipe. *Sinopse Estatística do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1940.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Aracaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Aracaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?gal_thb0=15&act=galeria (acessado em 27/03/2012)

SERGIPE. Inspetoria de Ensino. *Termos de visitas*, 1927. (APES)

SERGIPE. Departamento de Educação. *Quadro Demonstrativo dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas, Estaduais, Municipais e Particulares e nomes dos respectivos professores*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1941.

SERGIPE. Departamento Estadual de Estatística, Publicidade e Difusão Cultural. *O Estado de Sergipe em 1935*. Aracaju: Gráfica Editora, 1937.

SERGIPE. Instituto de Economia e Pesquisas (INEP). *Aracaju*. Aracaju: INEP, 1983.

SERGIPE. Instituto Nacional de Estatística. *Sinopse Estatística do Estado*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1938.

SERGIPE. *O Estado de Sergipe em 1835*. Recursos possibilidades, desenvolvimento, estatística. Aracaju: Gráfica Editora, 1937.

11 – Jornais

A Cruzada, Aracaju, 1945, 1948, 1949.

A Liberdade, Aracaju, 1873.

A Razão, Estância, 1910, 1911, 1912.

A República, Aracaju, 1932.

Correio de Aracaju, Aracaju, 1907, 1908, 1910, 1914, 1916, 1919, 1938.

Correio de Sergipe, São Cristóvão, 1847, 1854, 1862.

Correio Sergipense. Aracaju, 1858, 1859.

Gazeta de Aracaju, Aracaju, 1882, 1883.

Jornal de Sergipe. Aracaju, 1881.

Jornal do Aracaju, Aracaju, 1873, 1874, 1876, 1877.

O Correio Sergipense, São Cristóvão, 1842, 1845, 1848, 1849, 1850, 1852.

O Estado de Sergipe, Aracaju, 1909.

O Guarany, Aracaju, 1883.

O Horizonte, Laranjeiras, 1883, 1885, 1888.

O Nordeste, Aracaju, 1942.

Sergipe Jornal, Aracaju, 1938.

Sergipe, Aracaju, 1882.

12 – Legislação (leis, decretos, resoluções e outras)

BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Médico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro, 1832.

BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Converte o Seminário de S. Joaquim em colégio de Instrução Secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Rio de Janeiro, 1837.

BRASIL. Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os estatutos para o Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro, 1838.

BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.

BRASIL. Decreto n. 2006 de 24 de outubro de 1857. Aprova o Regulamento para os colégios públicos de Instrução Secundária do Município da Corte. Rio de Janeiro, 1857.

SERGIPE. Lei Provincial de 31 de julho de 1847. São Cristóvão, 1847.

SERGIPE. Lei Provincial nº 398 de 21 de Junho de 1854, e dirigidos pelo regulamento de primeiro de Setembro de 1854.

SERGIPE. Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 1º de setembro de 1858.

SERGIPE. Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24 de outubro de 1870.

SERGIPE. Resolução provincial nº 585 de 21 de abril de 1960. Suprimiu cadeiras do ensino primário e secundário, dissolveu os Internatos de Estância e Laranjeiras. Aracaju, 1960.

SERGIPE. Decreto nº 77, de 24 de maio de 1937. Dá regulamento ao Departamento de Saúde Pública do Estado de Sergipe, 1937.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *A Preceptora*: representações em "Amar, verbo intransitivo", de Mário de Andrade. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA NETO, Dionísio de. *Pelo império da virtude* – formação, saberes e práticas de Dom Domingos Quirino de Souza (1813-1863). Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo, 2007.

ALMEIDA, Stela Borges de. *Negativos em vidro*. Coleção de Imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930. Salvador: EDUFBA, 2002.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *O sexo devoto*: normatização e resistência feminina no império português (XVI-XVIII). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010.

ANDRADE, Ana Paula Dantas Franca de. *Colégio Patrocínio São José*: o ensino religioso católico (1940-1945). 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARIÈS, Philippe. *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: E'ditious Du Seuil, 1973.

_____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: a desoficialização do ensino público. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1996.

BARBOSA, Naide. *Em busca de imagens perdidas*: Centro Histórico de Aracaju – 1900-1940. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BISPO JUNIOR, Santana. *Construindo a masculinidade na escola*: o Colégio Antonio Vieira (1911-1949). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1974.

BORGES, Davi Coura. *"Daí-me almas e ficai com o resto"*. As práticas escolares do Gymnasio São Joaquim de Lorena, para a formação do bom cristão e do honesto cidadão (1902-1928). Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRENOT, Philippe. *Elogio da masturbação*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

BUCHON, Consuelo Sanchez. *Pedagogia*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Basiliense, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston (Orgs.) *Tratado das ciências pedagógicas*. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1974.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Cloude. *História dos jovens*: A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitària, 2002.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar:* uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

_____. O livro de registro de ocorrências: o "jornalismo do internato" (1934-1946). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 179-206, 2011.

COSTA, Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Rosemeire Marcedo. *Fé, civilidade e ilustração*: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe*. República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Histórias íntimas*. Sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A Infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade*: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. *Vestidas de Azul e Branco*. Um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Editora UFS, 2003.

_____. *Educação, trabalho e ação política*: sergipanas no início do século XX. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Casa-Grande e Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

_____. *Vida social no brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2008.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, v. 74, n. 1, jan/jul. 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: EDUSP, 2008.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=339 (acessado em 5 de junho de 2012)

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo (acessado em 23 de maio de 2012).

http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/23/O-problema-nacional-brasileiro-introducao-a-um-programa-de-organizacao-nacional Acessado em 2 de agosto de 2011.

http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530 Acessado em 2 de agosto de 2011.

http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530 Acessado em 2 de agosto de 2011.

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/lugares.htm Acessado em 19 de junho de 2011.

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1616&li=13&lcab=1867-1868&lf=13

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumarà, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*: A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Aristela Aristides. *Instrução da mocidade no Liceu Sergipense*: um estudo das práticas e representações do ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. *A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir*. Aracaju: INEP, 1983.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma*: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. *Colégio Tobias Barreto:* escola ou quartel? (1909-1946). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

MELO, Valéria Alves. *As filhas da Imaculada Conceição*: um estudo sobre educação católica (1915-1970). 2007. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

MENDONÇA, Nunes. *A Educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

MOACY, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a história de Educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Nacional, 1939.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana*: Uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Editora UFS, 2003.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *A Escola Americana*: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Editora UFS, 2004.

_____. *Educar, curar, salvar*: uma ilha de civilização no Brasil tropical. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, SP, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice, NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe.* São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. *Sergipe provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

_____. *Ensino Secundário e sociedade brasileira*. São Cristóvão: UFS, 1999.

PASSOS, Elizete Silva. *A educação das virgens*. Um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PEREIRA, Leonice Rodrigues. *Uma visão do internato através da leitura de Doidinho de José Lins do Rego e de os Rios Profundos de José Maria Arguedas.* 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu*: Retórica e paixão. São Paulo: Brasiliense: EDUSP, 1988.

PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *500 anos do Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PETITAT, André. *Produção da escola. Produção da sociedade*. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PROST, Antoine. *Histoire de l'enseigment em France* (1800-1967). Paris: Armand Colin, 1968.

REIS, Adriana Dantas. *Um tratado para a educação de Cora*: novos critérios de conduta social para a elite feminina na Bahia oitocentista. 1999. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal da Bahia, BA, 1999.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro: INEP, v. 6, n. 18, dez. 1945.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Aracaju, nº 31, 1992.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da modernidade*. A arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. *Luz e sombras*: internatos no Brasil. São Paulo: Salesianas, 2000.

SANTOS, Sandra Maria dos. *A trajetória educacional em Capela*: a experiência das missionárias da Imaculada Conceição (1929/1954). 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, Propriá, SE, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: *SOS corpo*, 1990.

SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe* – Brasil 1897 – 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano. 2000.

SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo* – estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX. 1996. Tese (Doutorado Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

SOUZA, Cristiane Vitório de. *As Leituras Pedagógicas de Sílvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TOBIAS, José Antonio. *História da educação brasileira.* São Paulo: Juriscredi, 1972.